



DOCUMENTO DE REFERÊNCIA
E RELATÓRIO FINANCEIRO ANUAL
2012

1**APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS 3**

1.1 Apresentação do Grupo	4
1.2 Números chave	4
1.3 Histórico	5
1.4 Apresentação dos polos e das áreas de intervenção	6
1.5 O BNP Paribas e os seus acionistas	15

2**GOVERNO DA SOCIEDADE 29**

2.1 O Conselho de administração	30
2.2 Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade	45
2.3 Relatório dos Revisores oficiais de contas estabelecido em conformidade com o artigo L225-235 do Código comercial sobre o relatório do Presidente do conselho de administração	73
2.4 A Comissão Executiva	74

3**ATIVIDADES E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2012 75**

3.1 Resultados consolidados do BNP Paribas	76
3.2 Resultados por polo/área de intervenção	78
3.3 Balanço	89
3.4 Demonstração de resultados	93
3.5 Eventos recentes	97
3.6 Perspetivas	98
3.7 Liquidez e financiamento	100
3.8 Solvabilidade	100

4**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ESTABELECIDAS DE ACORDO COM AS NORMAS CONTABILÍSTICAS IFRS ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA 101**

4.1 Demonstração de resultados do exercício 2012	104
4.2 Demonstração do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios	105
4.3 Balanço em 31 de dezembro de 2012	106
4.4 Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2012	107
4.5 Quadros de passagem dos capitais próprios de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012	108
4.6 Notas anexas às Demonstrações financeiras estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União Europeia	110
4.7 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre os resultados consolidados	214

5**RISCO E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS 217**

5.1 Principais riscos do ano 2012	219
5.2 Gestão do capital e adequação dos fundos próprios	227
5.3 Gestão dos riscos	237
5.4 Risco de crédito	245
5.5 Titularização na carteira bancária	269
5.6 Risco de contraparte	282
5.7 Risco de mercado	286
5.8 Risco soberano	300
5.9 Risco de liquidez e de refinanciamento	303
5.10 Risco operacional	309
5.11 Risco de não-conformidade e de reputação	316
5.12 Riscos de seguros	316
Anexos :	322
Anexo 1 : Exposições de acordo com as recomendações do Conselho de estabilidade financeira	322
Anexo 2 : Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais « significativas »	326

6**INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS 333**

6.1 Demonstrações financeiras do BNP Paribas SA Notas anexas às Demonstrações financeiras das contas sociais	334 336
6.2 Afectação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2012 e a distribuição do dividendo	367
6.3 Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA	368
6.4 Principais filiais e participações do BNP Paribas SA	369
6.5 Informações relativas às aquisições de participações do BNP Paribas SA em 2012 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas	372
6.6 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais	373

7**UM BANCO RESPONSÁVEL: INFORMAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE ÉCONÓMICA, SOCIAL, CÍVICA E AMBIENTAL DO BNP PARIBAS 375**

7.1 O projeto do BNP Paribas enquanto banco responsável	376
7.2 Responsabilidade económica : financiar eticamente a economia	380
7.3 Responsabilidade social: desenvolver uma gestão empenhada e leal dos recursos humanos	389
7.4 Responsabilidade cívica: lutar contra a exclusão e promover a educação e a cultura	404
7.5 Responsabilidade ambiental: agir contra as alterações climáticas	414
7.6 Tabela de conformidade com a lista das informações sociais ambientais e societárias exigidas pelo artigo 225 da lei Grenelle II	421
7.7 Certificado de presença e relatório de garantia moderada do Revisor oficial de contas sobre os procedimentos de estabelecimento das informações sociais, ambientais e societárias	423

8**INFORMAÇÕES GERAIS 425**

8.1 Documentos acessíveis ao público	426
8.2 Contratos importantes	426
8.3 Situação de dependência	426
8.4 Mudança significativa	427
8.5 Investimentos	427
8.6 Atos constitutivos e estatutos	428
8.7 Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados	433

9**RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS 437**

9.1 Revisores oficiais de contas	438
----------------------------------	-----

10**RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA 439**

10.1 Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual	440
10.2 Declaração do responsável	440

11**TABELA DE CONCORDÂNCIA 441**



BNP PARIBAS

Documento de referência
e relatório financeiro anual **2012**

AUTORITÉ
DES MARCHÉS FINANCIERS
AMF

O presente Documento de referência foi depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 8 de março de 2013, em conformidade com o artigo 212-13 do Regulamento geral da Autoridade dos Mercados Financeiros. Poderá ser utilizado para apoio a uma operação financeira se for completado por uma nota de operação visada pela AMF. Este documento foi estabelecido pelo emissor e implica a responsabilidade dos seus signatários.

O presente Documento de referência integra todos os elementos do relatório financeiro anual mencionado no ponto I do artigo L451-1-2 do Código monetário e financeiro assim como no artigo 222-3 do Regulamento Geral da AMF. É apresentada na página 441, uma tabela de concordância entre os documentos mencionados no artigo 222-3 do Regulamento geral da AMF e as rubricas correspondentes do presente Documento de referência.

1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

1.1	Apresentação do Grupo	4
1.2	Números chave	4
	Resultados	4
	Capitalização bolsista	4
	Notações a longo prazo	5
1.3	Histórico	5
1.4	Apresentação dos polos e das áreas de intervenção	6
	Retail Banking	6
	Investment Solutions	10
	Corporate and Investment Banking	12
	Outras Atividades	14
1.5	O BNP Paribas e os seus acionistas	15
	O capital social	15
	Evolução do acionariado	15
	O mercado da ação	16
	O painel de controlo do acionista	20
	A criação de valor bolsista	20
	Comunicação com os acionistas	22
	O Comité de Ligação dos Acionistas	23
	O dividendo	24
	Evolução do dividendo (em euros por ação)	24
	O nominativo no BNP Paribas	25
	A Assembleia Geral dos Acionistas	25
	Declarações das transposições de limite estatutário	27

1.1 Apresentação do Grupo

O BNP Paribas, líder europeu dos serviços bancários e financeiros, possui quatro mercados domésticos em banca de retalho na Europa: na Bélgica, França, Itália e no Luxemburgo.

Está presente em 78 países e conta mais de 190 000 colaboradores, 145 000 dos quais na Europa. O BNP Paribas detém posições chave nas suas três áreas de atividade:

■ as atividades Retail Banking reúnem:

- um conjunto Domestic Markets composto por:
 - Banca de Retalho em França (BDDF),
 - BNL banca commerciale (BNL bc), Banca de Retalho em Itália,
 - Banca de Retalho na Bélgica (BDDB),

- Outras atividades de Domestic Markets incluindo a Banca de Retalho e Empresas no Luxemburgo (BDEL);

- um conjunto International Retail Banking composto por:

- Europa Mediterrâneo,

- BancWest ;

- uma entidade Personal Finance ;

- opolo Investment Solutions ;

- opolo Corporate and Investment Banking (CIB).

O BNP Paribas SA é a casa mãe do Grupo BNP Paribas.

1.2 Números chave

RESULTADOS

	2008	2009	2010	2011	2012
Resultado líquido bancário (M€)	27 376	40 191	43 880	42 384	39 072
Resultado bruto de exploração (M€)	8 976	16 851	17 363	16 268	12 522
Resultado líquido, parte do Grupo (M€)	3 021	5 832	7 843	6 050	6 553
Lucro líquido por ação (€)(*)	2,99	5,20	6,33	4,82	5,16
Rentabilidade dos capitais próprios(**)	6,6 %	10,8 %	12,3 %	8,8 %	recurs

(*) Tratado de novo em função dos efeitos do aumento de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição de 2009.

(**) A rentabilidade dos capitais próprios é calculada com base na relação entre o resultado líquido parte do Grupo (ajustado da remuneração dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada assimilados a ações de preferência emitidas pelo BNP Paribas SA, tratada contabilisticamente como um dividendo) e a média dos capitais próprios parte do Grupo no início e no fim do período considerado (após distribuição e com exceção dos títulos super subordinados com duração indeterminada assimilados a ações de preferência emitidos pelo BNP Paribas SA).

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA

	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Capitalização bolsista (Bilhões€)	67,2	27,6	66,2	57,1	36,7	53,4

Fonte : Bloomberg.

NOTAÇÕES A LONGO PRAZO

Standard & Poor's : A+, perspectiva negativa – notação revista a 25 de outubro de 2012

Moody's : A2, perspectiva estável – notação revista a 21 de junho de 2012

Fitch : A+, perspectiva estável – notação confirmada a 10 de outubro de 2012

1.3 Histórico

1966 : Criação do BNP

A fusão do BNCL e do CNEP constitui-se como a maior operação de reestruturação bancária em França desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

1968: Criação da *Compagnie Financière de Paris et des Pays-Bas*

1982: Nacionalização do BNP e da *Compagnie Financière de Paris et des Pays-Bas* por ocasião da nacionalização do conjunto dos bancos Franceses

O «big-bang» financeiro, a desregulamentação do setor bancário e a desintermediação do crédito modificam ao longo dos anos 1980 a área de intervenção da banca e as suas condições de atividade em França e no mundo.

1987: Privatização da *Compagnie Financière de Paribas*

Com 3,8 milhões de acionistas individuais, a *Compagnie Financière de Paribas* é nessa altura a empresa com maior número de acionistas no mundo. A *Compagnie Financière de Paribas* detém 48 % das ações da *Compagnie Bancaire*.

1993: Privatização do BNP

O BNP, privatizado, toma um novo rumo. Os anos 1990 são marcados por uma mudança do nível da rentabilidade da banca, que apresenta o retorno sobre fundos próprios mais elevado dos grandes estabelecimentos Franceses em 1998. Este período é marcado pelo lançamento de novos produtos e serviços bancários, o desenvolvimento das atividades nos mercados financeiros, a expansão em França e a nível internacional e a preparação da ascensão do euro.

1998: Criação do Paribas

A 12 de maio é ratificada a fusão da *Compagnie Financière de Paribas*, da *Banque Paribas* e da *Compagnie Bancaire*.

1999: Ano histórico para o Grupo

Na sequência de uma dupla oferta pública de troca sem precedentes e de uma batalha bolsista de seis meses, o BNP e o Paribas realizam uma fusão de iguais. Para cada um dos dois grupos, este evento é o mais importante desde a sua privatização, criando um novo Grupo que beneficia de largas perspectivas. Na era da globalização da economia, esta fusão permite a constituição de um líder europeu da indústria bancária.

2000: Criação do BNP Paribas

A fusão do BNP e do Paribas é realizada a 23 de maio de 2000.

A força do novo Grupo resulta das duas grandes linhagens bancárias e financeiras das quais procede. Este estabelece uma dupla ambição: desenvolver-se ao serviço dos seus acionistas, dos seus clientes e dos seus colaboradores e construir o banco do futuro tornando-se num ator de referência à escala mundial.

2006: Aquisição do BNL em Itália

O BNP Paribas adquire o BNL, o 6º banco italiano. Esta aquisição transforma o BNP Paribas, dando-lhe um segundo mercado doméstico na Europa: em Itália como em França, todas as áreas de intervenção do Grupo podem apoiar-se numa rede bancária nacional com vista ao desenvolvimento das suas atividades.

2009: Fusão com o Grupo Fortis

O BNP Paribas toma o controlo do Fortis Banque e do BGL (Banque Générale du Luxembourg), para criar um Grupo europeu líder na banca de retalho, com quatro mercados domésticos.

1.4 Apresentação dos polos e das áreas de intervenção

RETAIL BANKING

7 150 agências em 41 países, 135 000 colaboradores, ou seja 71 % dos efetivos do Grupo, 22 milhões de clientes particulares, profissionais e empresários, 216 000 empresas e instituições, assim como mais de 12 milhões de clientes ativos na área do Personal Finance: em 2012, mais de metade dos rendimentos do BNP Paribas foram realizados nas atividades Retail Banking.

As atividades de banca de retalho do BNP Paribas reúnem o conjunto Domestic Markets, o conjunto International Retail Banking (IRB) e a entidade Personal Finance (PF).

DOMESTIC MARKETS

Domestic Markets reúne as redes de banca de retalho do BNP Paribas em França (BDDF), em Itália (BNL bc), na Bélgica (BDDB funcionando sob a marca BNP Paribas Fortis) e no Luxemburgo (BDEL funcionando sob a marca BGL BNP Paribas) bem como 3 áreas de intervenção especializadas: Arval (aluguer de longa duração de frotas automóveis com serviços), O BNP Paribas Leasing Solutions (gama de soluções de aluguer, desde o financiamento de equipamentos à externalização dos parques) e o BNP Paribas Personal Investors (poupança e corretagem on-line). Além disso, a atividade de Wealth Management desenvolve o seu modelo de banco privado nos mercados domésticos. Por fim, as atividades de Cash Management e de Factoring vêm completar a oferta às empresas, esta atividade é desenvolvida em torno do conceito « One Bank for Corporates in Europe and Beyond », em sinergia com o Corporate Banking do polo CIB.

O conjunto Domestic Markets e m p r e g a 76 000 pessoas, das quais 66 000 trabalham nas 4 redes domésticas, 4 150 agências, mais de 15 milhões de clientes retail, 268 500 clientes da banca privada e 176 000 clientes empresariais. Através das suas três atividades especializadas, o Domestic Markets está implantado em 26 países.

O Domestic Markets desempenha um papel estratégico, proporcionando uma larga base de depósitos e de poupança extrapatrimoniais para o Grupo, acompanhando os clientes particulares e as empresas, apoiando a economia e preparando a banca retail do futuro. Além disso, 5 missões transversais encarregadas do Desenvolvimento Comercial, do IT, das Operações, dos Recursos Humanos e da Comunicação contribuem com a sua perícia para os diferentes mercados.

Segundo o Euromoney, o BNP Paribas é o n° 1 do Cash Management na Bélgica, em Itália e em França, 1° banco privado em França segundo o Professional Wealth Management e The Banker assim como no Luxemburgo (Euromoney) e n° 1 na Europa para o financiamento de equipamentos aos profissionais segundo a classificação Leaseurope 2011.

BANCA DE RETALHO EM FRANÇA (BDDF)

Os 31 500 colaboradores da Banca de retalho em França (BDDF) acompanham todos os seus clientes nos seus projetos.

Oferecem aos 6,9 milhões de clientes particulares e banca privada, aos 639 000 clientes profissionais e empresários e a mais de 80 000 empresas e instituições uma ampla gama de produtos e serviços, desde a gestão da conta corrente às montagens mais inovadoras em matéria de financiamento das empresas ou de gestão patrimonial.

Em 2012, a BDDF conquistou mais de 430 000 novos clientes. Para melhorar a proximidade com os seus clientes, a BDDF continua a investir na sua rede, a qual já se encontra integrada numa organização multicanal mais vasta. A rede está organizada por tipo de clientela com:

- 2 200 agências e 5 934 terminais automáticos sob a insígnia BNP Paribas e BNP Paribas - Banque de Bretagne. Mais de 75% das agências dedicadas aos clientes particulares, aos profissionais e empresários estão agora equipadas segundo o conceito «Acolhimento & Serviços». Estão igualmente a ser testadas agências de nova geração na região parisiense e na região da Drôme;
- 217 centros de banca privada, colocando assim o BNP Paribas na primeira posição no que respeita à banca privada em França (em termos de ativos sob gestão)⁽¹⁾;
- 58 *maisons des Entrepreneurs* (Casas dos Empresários) que prestam apoio os empresários e às PME ao nível da gestão dos seus projetos patrimoniais ou ligados aos ciclos de vida da sua empresa;
- um dispositivo único de 28 Centros de negócios dedicados à clientela das empresas, repartidos em todo o território, assim como um serviço de Assistência à Empresa (SAE) e um Cash Customer Services (CCS), centros de apoio ao serviço dos clientes;
- filiais e especializadas, entre as quais a sociedade de factoring BNP Paribas Factor, a empresa de acompanhamento de capital BNP Paribas Développement e a empresa de **televigilância** Protection 24;
- por fim, 54 agências de produção e de apoio comercial, as back-offices qui gerem o conjunto do tratamento das operações.

A BDDF põe ainda à disposição dos seus clientes um dispositivo completo de contacto on-line apoiado:

- num [site bnpparibas.net](http://site.bnpparibas.net) que disponibiliza serviços utilizados por mais de 2,5 milhões de clientes;
- 3 Centros de Relações com os Clientes situados em Paris, Lille e Orleães, que asseguram o tratamento de todos os pedidos recebidos por correio eletrónico, telefone ou mensagens instantâneas, e 2 centros de contactos e especializados « Net Crédit » e « Net Epargne »;
- a NET Agence do BNP Paribas, que propõe a potenciais clientes todos os serviços e ofertas de um grande banco acessíveis numa agência on-line com um conselheiro dedicado.

Este dispositivo foi eleito serviço cliente do ano de 2013⁽²⁾, demonstrando a vontade do BNP Paribas de adaptar continuamente o seu dispositivo com, por exemplo, novas formas de contacto: SAV Twitter e página Facebook têm mais de 220 000 membros.

(1) Fonte : Décideurs Stratégie Finance Droit 2012.

(2) Fonte : Gabinete Viséo Conseil.

BNL BANCA COMMERCIALE

O BNL bc, 6º banco italiano devido ao total do seu balanço e dos seus empréstimos à clientela⁽¹⁾, disponibiliza uma gama completa de produtos e serviços bancários, financeiros e de seguros para responder às necessidades da sua diversificada base de clientes:

- cerca de 2,2 milhões⁽²⁾ de clientes particulares e 28 100⁽²⁾ clientes da banca privada (pelo número de famílias) ;
- 144 800⁽²⁾ artesãos, comerciantes e microempresas ;
- mais de 26 200⁽²⁾ médias e grandes empresas, incluindo as Grandes Relações, ou seja aproximadamente 455 Grupos e 1 800 sociedades de exploração ;
- 16 000⁽²⁾ coletividades locais e organizações sem fins lucrativos.

Na banca de retalho e na banca privada, o BNL bc está bem posicionado no que respeita aos empréstimos à clientela, nomeadamente nos empréstimos imobiliários residenciais (quota de mercado de cerca de 7 %⁽³⁾) e possui uma base de depósitos em crescimento (quota de mercado de 3,9 %⁽³⁾ para os depósitos à ordem) largamente superior à sua taxa de penetração do mercado em termos de número de agências (2,7 %⁽³⁾).

O BNL bc está também, há muito tempo, bem implantado nos segmentos das grandes empresas e das coletividades locais (quotas de mercado superiores a 4 %⁽³⁾ para os créditos às empresas e de 1,2 %⁽⁴⁾ para as coletividades locais) com um reconhecido know-how no que respeita aos pagamentos transfronteiriços, no financiamento de projetos, nos financiamentos estruturados e no factoring através da sua filial especializada *Ititalia* (que ocupa a 3ª posição no mercado em termos de volume de negócios anual⁽⁵⁾).

O BNL bc desenvolveu um dispositivo de distribuição multicanal, organizado em cinco regiões (« direzioni territoriali ») com uma estrutura diferenciada para a banca a retalho e a banca privada (Retail & Private Banking) por um lado, e a banca das empresas (Corporate Banking) por outro:

- cerca de 890 agências;
- 33 centros de banca privada ;
- 42 *maisons des entrepreneurs* (casas dos empresários) ;
- 53 agências de gestão de carteiras de PME, grandes empresas, coletividades locais e setor público ;
- 5 Trade Centres em Itália para as atividades transfronteiriças das empresas, em complemento da rede internacional do BNP Paribas ;
- uma rede de 10 « Italian Desks », essencialmente situada na Bacia mediterrânica, para apoiar as empresas italianas nas suas operações no estrangeiro e os grupos multinacionais nos seus investimentos diretos em Itália.

A oferta multicanal é completada por cerca de 1 950 balcões automáticos e 38 000 terminais pontos de venda, e ainda serviços bancários por telefone e Internet, tanto para os particulares como para as empresas.

(1) Fonte : relatórios anuais e periódicos do BNL e dos seus concorrentes.

(2) Clientes ativos.

(3) Fonte : Banco de Itália.

(4) Fonte : Banca de Itália. Desde 2012, está incluída nas estatísticas do Banco de Itália a Cassa Depositi e Prestiti (CDP), um estabelecimento financeiro do Estado, com atividade nos segmentos das coletividades locais. Fora CDP, a quota de mercado do BNL bc é de cerca de 5 %.

(5) Fonte : Assifact.

(6) Fonte : Benchmarking Monitor setembro de 2012 e Strategic Monitor Professionals 2011.

(7) No mês de dezembro de 2012, a Fintro contava 312 agências, mais de 1 000 colaboradores e 9,22 bilhões de euros de ativos sob gestão (fora seguros) para 268 000 clientes ativos.

(8) Fonte : inquérito realizado por TNS em 2012.

BANCA DE RETALHO NA BÉLGICA (BDDB)

Retail & Private Banking (RPB)

- O BNP Paribas Fortis é n° 1 no segmento dos clientes particulares e dos profissionais e pequenas empresas na Bélgica, com 3,6 milhões de clientes e posições de primeiro plano em todos os produtos bancários⁽⁶⁾. O BNP Paribas Fortis está ao serviço dos seus clientes e do financiamento da economia graças a diferentes redes integradas numa estratégia de distribuição multicanal : a rede comercial é constituída por 938 agências (277 das quais são independentes), completadas por 680 pontos de venda em parceria com a Bpost Bank e 310 franchises da insígnia Fintro⁽⁷⁾ ;
- A plataforma Client Relationship Management (CRM) do RPB gere uma rede de 4 382 distribuidores automáticos assim como os serviços bancários via Internet easy banking e mobile banking (1,2 milhão de utilizadores);
- um Client Contact Centre está igualmente disponível e trata diariamente até mais de 10 000 chamadas.

Desde 1 de julho de 2012, a organização da rede passou de nove a sete zonas e, a partir de 1 de janeiro de 2013, as 938 agências passarão a estar organizadas em 164 grupos de agências, que ficarão por sua vez sob a dependência de 29 sedes. O objetivo desta nova estrutura é tornar o serviço aos clientes ainda mais eficaz.

O BNP Paribas Fortis é um importante ator no mercado belga da banca privada. Os seus serviços são propostos aos particulares cujos ativos são superiores a 250 000 euros. A gestão de fortuna serve os clientes cujos ativos são superiores a 4 milhões de euros. Os clientes de banca privada são servidos através de 37 centros Private Banking e de 2 centros Wealth Management.

Corporate & Public Bank Belgium (CPBB)

O CPBB oferece uma gama completa de serviços financeiros a empresas, sociedades do setor público e coletividades territoriais. Com uma clientela de mais de 600 grandes empresas e de 12 500 *midcaps*, o CPBB é o líder

⁽⁸⁾ do mercado nestes dois segmentos e um ator de primeiro

plano no mercado do public banking (710 clientes). Graças a uma equipa composta por mais de 40 corporate bankers e 210 relationship managers operando em 22 Business Centres e por especialistas dotados de competências específicas, o CPBB assegura uma oferta de proximidade aos seus clientes.

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

Apresentação dos polos e das áreas de intervenção

BANCA DE RETALHO E DAS EMPRESAS NO LUXEMBURGO (BDEL)

A atividade BDEL do BGL BNP Paribas propõe uma larga gama de produtos e serviços financeiros aos seus clientes particulares, profissionais e empresas através da sua rede de 38 agências e dos seus serviços ou departamentos dedicados às empresas. O BGL BNP Paribas é o segundo banco do Grande Ducado do Luxemburgo para os particulares residentes com 206 719 clientes (16 %⁽¹⁾ de quota de mercado). É o primeiro banco junto das empresas com 39 802 clientes (35%⁽¹⁾ de quota de mercado).

As equipas da banca privada de BGL BNP Paribas oferecem soluções integradas e adaptadas de gestão financeira e patrimonial. A oferta Wealth Management é nomeadamente proposta em complemento dos serviços bancários diariamente nos seis sites de banca privada associados à rede das agências.

ARVAL

Especialista do Aluguer de longa duração de veículos multimarcas, a Arval oferece às empresas soluções à medida para externalizar os riscos ligados à gestão da sua frota e otimizar a mobilidade dos seus empregados. O conselho de peritos e a qualidade do serviço são da responsabilidade de mais de 4 000 colaboradores em 25 países. A Arval apoia-se também em parcerias estratégicas em 14 países. A Arval beneficia ainda da infraestrutura e da rede do Grupo BNP Paribas.

Em finais de dezembro de 2012, a Arval apresentava uma estabilidade da sua frota de veículos alugados em relação a 2011.

Nesta mesma data, era detentora de um parque alugado de 689 000 veículos. Ator importante do setor do aluguer de longa duração multimarca na Europa, a Arval é líder em França ²⁾ e em Itália⁽³⁾ e nº 2 na Polónia⁽⁴⁾ em termos de parque alugado.

BNP PARIBAS LEASING SOLUTIONS

O BNP Paribas Leasing Solutions propõe às empresas e aos profissionais, mediante vários canais – vendas diretas, prescrições, parcerias e redes bancárias – uma gama de soluções locativas, desde o financiamento de equipamentos à externalização de parques.

Para oferecer aos seus clientes o melhor serviço possível, o BNP Paribas Leasing Solutions optou por adotar uma organização especializada por mercados, com equipas comerciais e operacionais integradas :

- Equipment & Logistics Solutions (máquinas agrícolas, máquinas para a construção e a manutenção, veículos utilitários e industriais);
- Technology Solutions (ativos buróticos, informáticos e telecomunicações);
- Bank Leasing Services para o leasing aos clientes das redes bancárias do BNP Paribas.

(1) Fonte : Inquérito ILRES realizado em Outubro de 2012.

(2) Fonte : Syndicat National des Loueurs de Voitures Longue Durée, França 4^o trimestre 2012.

(3) Fonte : FISE ANIASA (Federazione Imprese di Servizi – Associazione Nazionale Industria dell'Autonoleggio e Servizi Automobilistici), Itália, dezembro de 2012. (4) Fonte : PZWLP, Polónia, 4^o trimestre 2012. (5) Fonte : classificação Leaseurope 2011 publicada em agosto de 2012.

(6) Montantes após transferência servicing, inclusive ativos curto prazo.

(7) Inclusive Geojit BNP Paribas à razão de 34 %.

O BNP Paribas Leasing Solutions continua a ser, pelo terceiro ano consecutivo com a Arval, o líder europeu do financiamento dos bens de equipamento, confirmando assim a sua implicação no financiamento da economia.

O BNP Paribas Leasing Solutions implementou mais de 282 140 operações em 2012. O montante dos seus ativos sob gestão ascende a mais de 19,4 bilhões de euros.⁽⁶⁾

BNP PARIBAS PERSONAL INVESTORS

O BNP Paribas Personal Investors propõe a particulares uma consultoria financeira independente e um amplo leque de serviços de investimento. É composto por três atores:

- Cortal Consors é o especialista europeu da poupança e da corretagem on-line para os particulares, que oferece a mais de um milhão de clientes, serviços de corretagem on-line e um aconselhamento personalizado em investimento através diferentes canais de distribuição (Internet, telefone e pessoalmente) na Alemanha, em França e em Espanha. A sua vasta gama de produtos e serviços independentes inclui soluções de investimento a curto prazo, OPCVMs e produtos de seguros de vida;
- B*capital, empresa de investimento, oferece aos seus clientes, em França, um acesso direto a uma gama completa de mercados (ações, obrigações, derivados), assim como serviços de análise financeira, de aconselhamento personalizado em Bolsa e de gestão ativa de carteira. B*capital é o acionista maioritário da empresa de Bolsa Portzamparc, especializada em pequenas e médias capitalizações;
- Geojit BNP Paribas é um dos principais corretores para os particulares na Índia. Propõe serviços de corretagem sobre ações e derivados e produtos de poupança financeira por telefone, Internet e através de uma rede de aproximadamente 500 agências no conjunto do território indiano. Geojit BNP Paribas está igualmente presente nos Emirados Árabes Unidos, na Arábia Saudita, em Omã, no Bahrein e no Kuwait, onde visa principalmente a clientela indiana não residente.

O BNP Paribas Personal Investors gere ainda as atividades do TEB Investment na Turquia, constituídas por serviços de corretagem para os particulares através da Internet e de uma rede de 34 agências

Em 31 de dezembro de 2012, o BNP Paribas Personal Investors⁽⁷⁾ contava 1,5 milhão de clientes para um ativo gerido de 35,1 bilhões de euros, repartido entre 39% de ativos bolsistas e 34% de produtos de poupança ou de OPCVM e 27% de liquidez. O BNP Paribas Personal Investors emprega cerca de 2 171 pessoas.

INTERNATIONAL RETAIL BANKING (IRB)

O IRB reúne as atividades de banca de retalho exercidas pelo BNP Paribas fora da zona euro, ou seja em 15 países. O IRB desenvolve aí as suas três áreas de intervenção:

- O Retail Banking que serve cerca de 7 milhões de clientes através das redes multicanais de proximidade (nomeadamente 3 000 agências);
- o Wealth Management, em ligação com Investment Solutions ;
- as atividades dedicadas à clientela das empresas, permitindo um acesso local ao conjunto das ofertas do BNP Paribas e um acompanhamento em todos os países do Grupo através nomeadamente de uma rede de 83 Business Centres, 22 Trade Centres e 16 MNC Desks.

BancWest

A atividade da banca de retalho nos Estados Unidos é exercida através do Bank of the West e do First Hawaiian Bank, reunidos desde 1998 sob a holding BancWest Corporation da qual o BNP Paribas detém a totalidade do capital desde finais de junho de 2001.

Até 2006, o BancWest prosseguiu uma política de aquisições que lhe permitiu desenvolver o seu franchise no Oeste americano. Ao longo dos últimos seis anos, o BancWest dedicou-se ao crescimento orgânico, reforçando a sua estrutura e desenvolvendo, mais recentemente, o seu dispositivo comercial, nomeadamente o segmento das empresas e o Wealth Management.

O Bank of the West propõe uma vastíssima gama de produtos e serviços de banca de retalho a uma clientela de particulares, de profissionais e de empresas em 19 Estados das zonas Oeste e MidWest americanas. Detém igualmente posições fortes em certas atividades de financiamentos especializados (financiamentos de barcos, de veículos de lazer, das comunidades religiosas, financiamentos bonificados às PME, empréstimos à agricultura), que exerce no conjunto do território dos Estados Unidos.

Com uma quota de mercado local de mais de 42 % em termos de depósitos ⁽¹⁾, o First Hawaiian Bank é o banco mais importante do Estado do Havai onde exerce a sua atividade de banco de proximidade junto de uma clientela de particulares e de empresas. No total, com 11 766 colaboradores, graças a uma rede de cerca de 800 agências e escritórios comerciais, e um total de balanço de mais de 80 bilhões de dólares em 31 de Dezembro de 2012, o BancWest serve hoje cerca de 2,3 milhões de famílias. Em termos de depósitos, ocupa o 7º lugar no ranking ⁽¹⁾ dos bancos comerciais da zona oeste dos Estados Unidos.

Em 2012, e pelo segundo ano consecutivo, o Bank of the West recebeu da Market Probe o 1º Prémio dos bancos regionais pelo seu «Customer Advocacy score» demonstrando assim o seu excelente nível de satisfação da sua clientela.

(1) Fonte : SNL Financial, 30 de junho de 2012.

(2) Fonte : relatórios anuais dos atores do crédito aos particulares.

(3) Fora efetivo LaSer.

Europa Mediterrâneo

O Europa Mediterrâneo (EM) opera em 14 territórios através de uma rede de 2 046 agências. Assim, esta área de intervenção está presente na Turquia, na Europa Central e de Leste (Polónia, Ucrânia), no sul da Bacia do Mediterrâneo (Marrocos, Argélia, Tunísia) assim como na África subsariana e na Ásia através de parcerias

O EM desenvolve aí, de forma progressiva, o modelo integrado de Retail Banking do Grupo BNP Paribas que ditou o sucesso dos bancos de retalho dos seus mercados domésticos, fazendo beneficiar os clientes locais das especializações que fazem a força do Grupo (segmentação dinâmica da clientela, Cash Management, Trade Finance, distribuição multicanal, financiamentos e especializados, banca privada, mobile banking, etc.).

Em dezembro de 2012, o Emirates NBD e o BNP Paribas celebraram um acordo definitivo relativo à alienação pelo BNP Paribas da totalidade da sua participação no BNP Paribas Egypt S.A.E. (BNP Paribas Egypt) ao Emirates NBD, sob reserva de aprovação do banco central do Egito e das autoridades de controlo no Egito e nos Emiratos Árabes Unidos (EAU).

PERSONAL FINANCE

BNP Paribas Personal Finance, nº 1 europeu do crédito a particulares⁽²⁾

Com mais de 12 milhões de clientes ativos, o BNP Paribas Personal Finance (PF) é, no seio do grupo BNP Paribas, o especialista dos financiamentos aos particulares através das suas atividades de crédito ao consumo. Personal Finance desenvolve também uma atividade de crédito imobiliário. Com mais de 16 000⁽³⁾ colaboradores em cerca de vinte países, o BNP Paribas Personal Finance é nº 1 em França e na Europa⁽²⁾.

Com marcas como Cetelem, Findomestic ou ainda AlphaCredit, o BNP Paribas Personal Finance oferece uma gama completa de créditos a clientes particulares, disponíveis nas lojas, em concessionários automóveis ou diretamente junto dos clientes através dos seus centros de relação cliente e na Internet. A atividade de crédito ao consumo também está integrada no interior da banca de retalho do Grupo BNP Paribas nos países emergentes através do dispositivo « PF Inside ». Em França e em Itália, a empresa completou a sua oferta com produtos de seguros e de poupança.

Além disso, o BNP Paribas Personal Finance desenvolveu uma estratégia ativa de parcerias com lojas de distribuição, webmarchands e outras instituições financeiras (banca e seguros) fundada na sua experiência do mercado do crédito e na sua capacidade para propor serviços integrados adaptados à atividade e à estratégia comercial dos seus parceiros. Constitui-se também como um ator de referência em matéria de crédito responsável e de educação orçamental.

O crédito responsável® no centro da sua estratégia

O BNP Paribas Personal Finance faz da sua política de crédito responsável® o fundamento da sua estratégia comercial para um **crescimento sustentável**. Os critérios do crédito responsável® são aplicados em todas as etapas da relação com o cliente, assim como durante o processo de implementação de um crédito. Estes são construídos em função das necessidades dos clientes, no centro deste dispositivo, e da sua satisfação, a qual é regularmente medida.

Esta abordagem, transversal ao conjunto da empresa, é adaptada em função das especificidades de cada país. Paralelamente, são desenvolvidos e implementados, em todos os países, dispositivos estruturantes tais como a conceção e a distribuição de ofertas acessíveis e responsáveis ou ainda «A Carta de Cobrança».

Em França, o BNP Paribas Finance apresenta o dispositivo mais completo incluindo, nomeadamente, a identificação de clientes em potencial situação de fragilidade, o recurso a uma mediação de empresa independente e, desde 2004, o acompanhamento de três indicadores de crédito responsável® tornados públicos: as taxas de recusa, de reembolso dos dossiês e de risco.

Desde 2007, o BNP Paribas Personal Finance apoia o desenvolvimento do microcrédito pessoal garantido pelo Fundo de coesão social. No final de 2012, a empresa financiou mais de 355 microcréditos no valor de 724 155 euros.

INVESTMENT SOLUTIONS

Reunindo as atividades do BNP Paribas ligadas à recolha, gestão, valorização, proteção e administração da poupança e do património dos seus clientes, o Investment Solutions propõe, em todo o mundo, uma vasta gama de produtos e serviços com forte valor acrescentado que responde ao conjunto das necessidades dos investidores particulares, empresas e institucionais.

Investment Solutions reúne cinco áreas de intervenção com especialidades complementares :

- Os seguros - BNP Paribas Cardif (7 540 colaboradores, 38 países, 170 bilhões de euros de ativos sob gestão) ;
- a área de intervenção Títulos - BNP Paribas Securities Services (7 830 colaboradores, 32 países, 1 010 bilhões de euros de ativos sob custódia, 5 524 bilhões de euros de guarda de ativos) ;
- a banca privada - BNP Paribas Wealth Management (6 070 colaboradores, 28 países, 265 bilhões de euros de ativos sob gestão);
- a Gestão de ativos - BNP Paribas Investment Partners (3 340 colaboradores, 40 países, 405 bilhões de euros de ativos sob gestão);
- os serviços imobiliários - BNP Paribas Real Estate (3 120 colaboradores, 36 países, 13 bilhões de euros de ativos sob gestão).

No total, o Investment Solutions está presente em 70 países e emprega cerca de 25 650⁽¹⁾ colaboradores.

As áreas de intervenção do Investment Solutions ocupam posições de primeiro plano na Europa onde operam, entre outros, nos principais mercados domésticos do BNP Paribas que são a França, Itália, Bélgica e o Luxemburgo, assim como, na Suíça, no Reino Unido e na Alemanha. O desenvolvimento internacional do Investment Solutions também prossegue ativamente nas zonas com forte crescimento tais como a Ásia-Pacífico, a América Latina e o Médio Oriente onde áreas de intervenção reforçam as suas atividades – sob a forma de novas implantações, de aquisições, de joint-ventures ou de acordos de parceria.

BNP PARIBAS CARDIF

O BNP Paribas Cardif tem por missão assegurar as pessoas, as suas famílias e os seus bens. Com atividades em 38 países, junto de 90 milhões de clientes, a empresa ocupa posições fortes na Europa, na Ásia e na América Latina.

Ator mundial em seguros de pessoas, o BNP Paribas Cardif concebe produtos e serviços no domínio da poupança e da proteção, respeitando a sua política de Responsabilidade Social e Ambiental.

A empresa oferece soluções de poupança para constituir e fazer crescer um capital com vista a antecipar a reforma, nomeadamente através dos contratos de seguro de vida multi-apoios, dos produtos com capital garantido e unidades de participação.

Para além dos seguros dos mutuários, principal produto da sua atividade, o BNP Paribas Cardif alargou a sua oferta em termos de proteção, nomeadamente ao seguro de saúde, à proteção do orçamento, dos rendimentos e dos modos de pagamento, à extensão de garantia, ao seguro de danos, ao seguro de desemprego, e à assistência «back to work» (apoio ao regresso ao emprego).

O BNP Paribas Cardif comercializa os seus produtos por intermédio de múltiplos canais de distribuição:

- o canal Retail Banking, encarregado da distribuição dos produtos de seguro nas redes da banca de retalho do BNP Paribas em França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Polónia, Turquia e Ucrânia;
- o canal Parcerias distribui produtos de seguros através dos parceiros a nível mundial, entre os quais estabelecimentos bancários, sociedades de crédito ao consumo, filiais de crédito de construtores automóveis e grupos de grande distribuição ;
- o canal Digital & Brokers que junta a experiência digital do BNP Paribas Cardif, essencial na estratégia de distribuição dos parceiros, e a corretagem (Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido).

Assim, mais de metade das atividades do BNP Paribas cardif é desenvolvida a nível internacional. Conta com mais de 7 500 colaboradores, dos quais 70% fora do território francês.

O BNP Paribas Cardif pretende constituir-se como a referência mundial no que respeita a parcerias de seguros e o líder das soluções de seguro para as pessoas.

(1) Efetivos BNP Paribas Wealth Management considerados em quota-parte.

BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES

O BNP Paribas Securities Services é um dos principais atores mundiais da área de intervenção relacionada com os títulos⁽²⁾. Em 2012, num contexto de menor atividade nos mercados financeiros, os ativos em conservação progrediram + 22,3 % em relação a 2011, com 5 524 bilhões de euros. Os ativos sob administração também progrediram + 22 % com 1 010 bilhões de euros. O número de fundos diminuiu - 0,9 % com 6 979. O número de transações tratadas baixou - 7,7 % com 45 milhões.

O Paribas Securities Services propõe soluções integradas a todos os atores do ciclo de investimento, *sell-side*, *buy-side* e emissores:

- os bancos de investimento, *broker-dealers*, bancos e infraestruturas de mercado (atores *sell-side*) beneficiam de soluções personalizadas em matéria de execução, compensação de instrumentos derivados, compensação local e global, de pagamento-entrega e de conservação para todas as classes de ativos em todo o mundo. São igualmente propostas soluções de subcontratação para as atividades de *middle* e de *back-office*;
- os investidores institucionais - gestores de ativos, de fundos alternativos, de fundos soberanos, companhias de seguros, fundos de pensão, distribuidores e promotores de fundos (atores *buy-side*) dispõem de uma extensa gama de serviços: conservação global, banco de depósito e *trustee*, agente de transferência e apoio à distribuição de fundos, administração de fundos e subcontratação de *middle-office*, reporting de investimento, medição do risco e do desempenho ;
- os emissores (originadores, organizadores e empresas) têm acesso a uma extensa oferta de serviços fiduciários: titularização e serviços de financiamento estruturado, serviços de agente da dívida, aconselhamento aos emissores, gestão dos planos de *stock-options* e de acionariado assalariado, serviços aos acionistas e gestão das Assembleias Gerais;
- são propostos serviços de mercado e de financiamento a todos os tipos de clientes: empréstimo concedido e empréstimo contraído de títulos, gestão de câmbio, gestão de crédito e de colateral, serviço de negociação externalizado e financiamentos.

WEALTH MANAGEMENT

O BNP Paribas Wealth Management reúne as atividades de banca privada no seio do BNP Paribas e tem por missão responder às expectativas de uma clientela abastada, famílias de acionistas ou de empresários, desejando que se trate dos seus bens patrimoniais e financeiros. Esta abordagem global assenta numa oferta com forte valor acrescentado tal como:

- serviços de engenharia patrimonial;
- serviços financeiros (aconselhamento em atribuição de ativos, seleção de produtos de investimento, gestão sob mandato);
- financiamentos à medida;
- conselhos de peritos em diversificação (vinhas, arte, imobiliário ou a filantropia).

A atividade está organizada de forma a consolidar o posicionamento em banco de retalho, graças à integração da atividade de banca privada às redes de mercados domésticos, bem como reforçar o seu posicionamento de ator de referência nos mercados com forte crescimento, nomeadamente na Ásia e nos mercados emergentes.

Este desenvolvimento apoia-se no aumento da transversalidade entre as zonas geográficas e as funções de suporte, o acompanhamento do desenvolvimento dos talentos graças à *Wealth Management University* e a otimização dos processos e ferramentas.

Com 265 bilhões de euros de ativos geridos em 2012 e cerca de 6 100 profissionais implantados em cerca de 28 países, o BNP Paribas Wealth Management está classificado como « Melhor Banco Privado na Europa »⁽²⁾ e « 2º Melhor Banco Privado » ex aequo no mundo⁽²⁾, « Melhor Banco Privado Estrangeiro » em Hong Kong⁽³⁾ assim como nº 1 em França⁽⁴⁾ e nº 1 em serviços de filantropia⁽⁴⁾. A estas distinções juntam-se ainda a de « Melhor Banco Privado em Investimentos Alternativos »⁽⁵⁾ e « Melhor Banco Privado em Taiwan »⁽⁵⁾.

Estas numerosas recompensas demonstram a pertinência do posicionamento do BNP Paribas Wealth Management enquanto banco responsável, inovador e empenhado, ao serviço dos seus clientes.

BNP PARIBAS INVESTMENT PARTNERS

O BNP Paribas Investment Partners (BNPP IP) é o ramo da Gestão de ativos do Grupo BNP Paribas, plataforma mundial única composta por 22 empresas especializadas.

Fornecedor de soluções de investimento completas, o BNPP IP possui 3 principais áreas de competência distintas:

- *os investimentos multi-especialidades*: BNP Paribas Asset Management, a entidade mais importante em termos de ativos sob gestão, gere as principais classes de ativos no seio de equipas de investimento ativas nos principais mercados;
- *os investimentos especializados*: COM especialistas numa classe de ativos ou numa área específica (principalmente a gestão alternativa e a multigestão), no seio de estruturas especializadas sendo o THEAM o exemplo mais representativo;
- *os fornecedores de soluções à escala local ou regional*: gestores de ativos locais responsáveis por uma clientela e/ou uma zona geográfica específica, principalmente nos mercados emergentes.

Com 405 bilhões de euros de ativos geridos e aconselhados para os clientes externos e mais de 3 300 profissionais operando em 40 países, o BNPP IP oferece uma gama completa de serviços de gestão de ativos destinados a clientes institucionais e de distribuidores em 70 países.

(1) Fonte: números do BNP Paribas Securities Services em 31 de dezembro de 2012 para os ativos em conservação; comunicação financeira dos 10 principais concorrentes.

(2) Fonte : Private Banker International 2012. (3) Fonte : Private Banker International 2012 Greater China Awards.

(4) Fonte : Professional Wealth Management e The Banker. (5) Fonte : Asian Private Banker 2012. (6) Inclusive ativos distribuídos.

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

Apresentação dos polos e áreas de intervenção

O BNPP IP está presente nos principais centros financeiros a nível mundial, nomeadamente Bruxelas, Hong Kong, Londres, Milão, Nova Iorque, Paris e Tóquio. Está igualmente muito bem implantado num grande número de mercados emergentes, com equipas presentes no terreno (Brasil, China, Índia, Indonésia, Rússia e Turquia) facto que lhe permite adaptar a sua oferta às necessidades de cada mercado. O BNPP IP é assim simultaneamente um investidor mundial e um parceiro local.

6º ator europeu, o BNPP IP faz parte dos 20 primeiros gestores de ativos mundiais⁽¹⁾.

O BNP Paribas Investment Partners alia a solidez financeira, a rede de distribuição e a gestão rigorosa do BNP Paribas à reatividade, à especialização e ao espírito empreendedor das pequenas sociedades de gestão independentes.

BNP PARIBAS REAL ESTATE

Com 3 120 colaboradores, o BNP Paribas Real Estate é n.º 1 nos serviços imobiliários às empresas na Europa continental⁽²⁾ e é um dos principais atores do imobiliário residual em França⁽³⁾.

O cliente está no centro da estratégia da empresa e da sua organização comercial. Pode ser uma empresa, um investidor institucional, um particular, um promotor ou uma entidade pública. O BNP Paribas

O Real Estate responde às necessidades dos seus clientes em todas as etapas do ciclo de vida de um bem imobiliário, graças à sua gama completa de serviços :

- Promotion – n.º 1 em Imobiliário de Empresa em França⁽³⁾ ;
- Advisory (Transação, Consultoria, Peritagem) – n.º 2 em França⁽⁴⁾ e n.º 1 na Alemanha⁽⁴⁾ ;
- Property Management (Administração de Bens) – n.º 1 em França⁽⁵⁾ e na Bélgica⁽⁶⁾ ;
- Investment Management – n.º 1 em Itália⁽⁴⁾ e n.º 3 em França⁽⁴⁾.

Esta oferta global está estruturada em linhas de áreas de intervenção internacionais.

Em imobiliário de empresa, o BNP Paribas Real Estate acompanha os seus clientes em 36 países, através das suas implantações diretas (16 países) ou através das « Alianças » com parceiros locais em 20 países.

Em imobiliário residencial, o BNP Paribas Real Estate está sobretudo presente em França (região Île-de-France e algumas grandes aglomerações).

Empresa cidadã e responsável, o BNP Paribas Real Estate está ainda envolvida em numerosas ações em prol do respeito do ambiente, da arquitetura e da formação dos jovens.

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING

O BNP Paribas Corporate & Investment Banking (CIB) conta um pouco mais de 19 000 pessoas, repartidas em mais de 45 países. O BNP Paribas CIB desenvolve a sua atividade nas áreas do « corporate banking » assim como na consultadoria e nas áreas do mercado de capitais. Em 2012, o BNP Paribas CIB trouxe uma contribuição ao grupo BNP Paribas de 23 % do resultado líquido bancário antes do imposto.

Os 15 000 clientes do BNP Paribas CIB, compostos por empresas, instituições financeiras, e fundos de investimento estão no centro da estratégia e do modelo económico do BNP Paribas CIB. As equipas têm por principal objetivo desenvolver e manter relações a longo prazo com os seus clientes, acompanhá-los na sua estratégia de desenvolvimento ou de investimento e responder com soluções globais às suas necessidades de financiamento, de aconselhamento financeiro e de gestão dos seus riscos. Com uma forte implantação na Europa, e ambições importantes, em particular na Ásia e na América do Norte, o BNP Paribas CIB posiciona-se como o parceiro europeu de referência junto de numerosas empresas e instituições financeiras em todo o mundo.

Para antecipar as futuras mudanças ao nível da regulamentação e os novos constrangimentos em matéria de recursos, o BNP Paribas CIB implementou, em finais de 2011, um plano de redução das suas necessidades de financiamento em dólares, assim como dos seus

ativos, e iniciou, em paralelo, uma transformação do seu modelo económico, com vista a continuar a acompanhar o desenvolvimento dos seus clientes. Assim, o BNP Paribas desenvolve um modelo « originate to distribute » que alia fortes capacidades de originação e de distribuição, com vista a aproximar as expectativas dos investidores em termos de rendimento e as necessidades dos clientes em matéria de financiamento, criando uma oferta de investimento diferenciada.

Em finais de 2012, graças à realização deste plano de adaptação, o BNP Paribas CIB destaca-se como um dos principais atores da profissão, graças a uma oferta diversificada de produtos e a uma presença geográfica mundial. Este posicionamento foi reconhecido pela prestigiosa distinção « Bank of the Year » entregue ao BNP Paribas em dezembro de 2012 pela IFR (International Financing Review).

CORPORATE BANKING

Corporate Banking (CB) prossegue dois objetivos principais: servir melhor os clientes, graças a uma proximidade reforçada e uma oferta de produtos de financiamento completa, e aumentar a capacidade de autofinanciamento da atividade.

(1) Fonte : IPE magazine, julho de 2012, com base nos ativos geridos a dezembro de 2011.

(2) Fonte : Property Week, junho de 2012.

(3) Fonte : classificação dos Promotores de Innovapresse, junho de 2012.

(4) Fonte : Euromoney, setembro de 2012.

(5) Fonte : Lettre M2.

(6) Fonte : Peritagem, outubro de 2012.

O Corporate Banking reúne o conjunto dos serviços de financiamento aos seus clientes empresariais, dos produtos de « Transaction Banking » às soluções de financiamentos especializados: empréstimos clássicos e financiamentos especializados (financiamentos de energia e de matérias primas, aeronáutica, marítima, imobiliário, exportação, para efeito de alavanca, projetos de aquisições e media telecom), cash management e financiamento do comércio internacional. Esta oferta foi recentemente completada com uma linha de produtos dedicados à recolha dos depósitos dos clientes empresariais (« Corporate Deposit »).

O dispositivo de Corporate Banking é desenvolvido de formar regional, nomeadamente na Europa, na Ásia e na América do Norte, para reforçar a proximidade junto dos clientes e respeitar assim melhor as especificidades de cada região.

Assim, a nível europeu, o Corporate Banking Europe (CBE) reúne esta oferta integrada e homogênea destinada a empresas europeias, reforçando a abordagem «One Bank for Corporates in Europe and Beyond» desenvolvida em ligação com os quatro mercados domésticos do Grupo. Apoiar-se numa equipa de 1 900 pessoas ao serviço de 3 300 clientes, presentes em 18 países através de 29 centros de negócios e de três plataformas especializadas (Bruxelas, Paris e Genebra), ou seja uma cobertura de países e uma proximidade com o cliente única na Europa.

Na Ásia, a atividade pode apoiar-se em franchises reconhecidos, nomeadamente o Trade Finance onde o CB dispõe de 25 trade centres e o cash management onde a área de intervenção é n.º 5 (segundo o Euromoney). No continente americano, o Corporate Banking afirma-se como um líder nas suas diversas atividades, desenvolvidas a partir de duas plataformas integradas em Nova Iorque e São Paulo, e outras 7 implantações através da região.

É igualmente implementada uma abordagem global para o estabelecimento de um equilíbrio justo entre a visão regional e a visão global para os clientes. A organização das áreas de intervenção é assim adaptada às suas características.

O BNP Paribas ocupa, uma vez mais, em 2012, uma posição inigualada no mercado das empresas e continua a ser um líder europeu de envergadura mundial:

- N.º 2 worldwide Trade Finance provider (Euromoney, 2012) ;
- N.º 5 in Cash Management Worldwide (Euromoney Cash Management Survey 2012) ;
- N.º 1 Bookrunner in EMEA Syndicated Loans by number and volume of deals (Bloomberg FY2012) ;
- N.º 1 Bookrunner in EMEA Media Telecom Loans by number and volume of deals (Dealogic FY2012) ;
- Aircraft leasing innovator of the year (Global Transportation Finance – November 2012) ;
- Best Debt House in Western Europe (Euromoney July 2012).

CORPORATE FINANCE

A área de intervenção Corporate Finance é responsável pelas operações de consultoria em fusões e aquisições (mandatos de consultoria para compra ou venda, consultoria financeira estratégica, consultoria em privatização, etc.), e atividades de mercado primário de ações (introdução em Bolsa, aumento de capital, investimento secundário, emissão de obrigações convertíveis e trocáveis).

Cerca de 400 profissionais estão repartidos através de uma rede mundial organizada em torno de duas plataformas principais, na Europa e na Ásia, e de uma presença crescente no Médio Oriente, em África e no continente Americano.

No que respeita a fusões-aquisições, o BNP Paribas confirma o seu posicionamento no top 10 em vários países europeus e permanece o 1.º banco de aconselhamento no mercado francês em 2012, segundo *Thomson Reuter*, tanto em termos de transações como de volumes (operações anunciadas e realizadas). Por outro lado, o BNP Paribas recebeu novamente a distinção «Best M&A House in France» entregue pelo Euromoney.

No mercado primário de ações, o BNP Paribas mantém a sua liderança na região Europa/Médio-Oriente/África classificando-se na 3.ª posição enquanto bookrunner de operações «equity-linked» e no top 10 enquanto bookrunner de operações de Equity Capital Markets – todas as categorias confundidas - segundo Dealogic em 2012.

FIXED INCOME

A área de intervenção do Fixed Income opera sobre os produtos de crédito, de câmbio e de taxas de juro, onde se impôs enquanto ator global. Com a sua sede em Londres, outros 7 escritórios principais em Paris, Bruxelas, Nova Iorque, São Paulo, Hong Kong, Singapura e Tóquio, assim como escritórios regionais em toda a Europa, Américas, Médio-Oriente e região Ásia Pacífico, a área de intervenção conta cerca de 2 200 pessoas em todo o mundo.

A área de intervenção cobre uma larga gama de produtos e serviços que vão desde a originação à venda, ao trading, passando pela estruturação, a syndicação, a pesquisa e as plataformas eletrónicas. Uma rede global de peritos permitiu à área angariar uma vasta e diversificada clientela junto dos fundos de investimento, das companhias de seguros, dos bancos, das empresas, dos governos e dos organismos supranacionais.

Equipas de peritos dedicadas, em cada região, contribuem para o financiamento da economia ao responder às necessidades dos seus clientes graças a soluções de financiamento tais como emissões obrigacionistas. A Fixed Income oferece também à sua clientela institucional novas oportunidades de investimento e soluções para a gestão de risco nas áreas das taxas, da inflação, do câmbio e do crédito. Em 2012, a área de intervenção proporcionou um real valor acrescentado à sua clientela, como testemunham as classificações oficiais e os prémios:

Classificações 2012

- N.º 1 bookrunner para as emissões obrigacionistas em euro, n.º 8 bookrunner de emissões obrigacionistas internacionais em todas as divisas (*Thomson Reuters Bookrunner Rankings* 2012) ;
- N.º 2 em pesquisa de crédito no setor « bancos » e n.º 2 no setor « produtos de consumo e distribuição » (*Euromoney Fixed Income Research Poll* 2012) ;
- N.º 1 em quota de mercado sobre os derivados de taxas em euros para as empresas (*Euromoney Rates Survey* 2012) ;
- N.º 4 overall European Fixed Income – Quota de mercado de 6,2% (*Greenwich Survey* 2012).

Prémios 2012

- Euro Bond House (IFR Dez 2012);
- EMEA Investment Grade Corporate Bond House (IFR Dez 2012);
- Best Debt House in Western Europe (Euromoney Awards for Excellence 2012);
- Most Innovative for Corporates (The Banker 2012);
- Structured Products House of the Year (Structured Products Europe 2012);
- Interest Rates House of the Year (Structured Products Europe 2012);
- Best Bank for Corporate DCM in EUR (EuroWeek Awards 2012);
- Structured Products House of the Year (Risk Magazine 2012).

GLOBAL EQUITIES & COMMODITY DERIVATIVES

A divisão Global Equities & Commodity Derivatives (GECD) do BNP Paribas CIB oferece produtos derivados sobre ações e matérias-primas, índices e fundos, assim como soluções de financiamento e uma plataforma de corretagem sobre ações integrada. Para tal, esta apoia-se em 1 400 profissionais do front office presentes em 3 grandes regiões (Europa, América, Ásia - Pacífico).

O GECD engloba três áreas de intervenção complementares:

- a área de intervenção Structured Equity põe à disposição dos clientes particulares, empresas, redes bancárias, seguros caixas de previdência, produtos estruturados por medida, ou

cotados em Bolsa para responder às suas necessidades em termos de proteção de capital, de rendimento e de diversificação;

- a área de intervenção Flow & Financing responde às necessidades dos investidores institucionais e dos gerentes de ativos, propondo-lhes estratégias de investimento ou de cobertura apropriadas e inovadoras, o acesso a diversas soluções de financiamento assim como a numerosos serviços;
- A atividade Commodity Derivatives propõe às empresas, cuja atividade está fortemente ligada à cotação das matérias-primas (por exemplo produtores, refinarias, companhias transportadoras), soluções de cobertura do risco e oferece aos investidores um acesso às matérias-primas através de estratégias de investimento variadas e soluções estruturadas.

Seleção de prémios ganhos em 2012

- Structured Products House of the Year (Risk Magazine);
- House of the Year (Structured Products Europe Awards);
- Derivatives House of the Year (The Asset Awards);
- Commodities Research House of the Year (Energy Risk Magazine);
- Oil and Products House of the Year (Energy Risk Magazine);
- Commodity Finance & Structured Products (Commodity Business Awards);
- Corporate and Social Responsibility (Commodity Business Awards).

OUTRAS ATIVIDADES

BNP PARIBAS « PRINCIPAL INVESTMENTS »

O BNP Paribas «Principal Investments» é responsável pela gestão da carteira de participações cotadas e não cotadas do grupo BNP Paribas, numa ótica de valorização dos ativos a médio prazo.

A equipa Gestão das Participações Cotadas tem por missão a tomada e gestão de participações minoritárias em empresas cotadas essencialmente francesas e com larga capitalização.

A equipa da Gestão das Participações Não Cotadas é responsável pela tomada e gestão dos investimentos em empresas não cotadas em direto em capital minoritário ou em mezzanine nos seus mercados domésticos e de forma indireta através de fundo, contribuindo assim para o financiamento da economia.

KLÉPIERRE

Principal ator do imobiliário comercial na Europa, Klépierre associa uma perícia em termos de desenvolvimento, de gestão de aluguer e de asset management. O BNP Paribas era acionista maioritário de Klépierre até 8 de março de 2012, data em que o Grupo cedeu ao Simon Property Group uma participação de 28,7 % na Klépierre S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, o BNP Paribas é o segundo acionista de Klépierre com 22,0 %, depois do Simon Property Group.

1.5 O BNP Paribas e os seus acionistas

O CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011, o capital do BNP Paribas SA ascendia a 2 415 491 972 euros, composto por 1 207 745 986 de ações. As alterações ocorridas durante os exercícios anteriores vêm referidas na parte « Evolução do capital e resultado por ação ».

Em 2012, o número de ações que compunham o capital social foi afetado pelas seguintes operações:

- subscrição de 41 679 176 ações no âmbito do pagamento de dividendo ;
- criação de 581 181 ações na sequência de subscrições no quadro dos planos de opções ;
- subscrição reservada aos assalariados de 4 289 709 ações no âmbito do aumento de capital;

- anulação de 12 034 091 ações em conformidade com a autorização conferida pela vigésima primeira Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012.

Assim, a 31 de dezembro de 2012, o capital do BNP Paribas ascendia a 2 484 523 922 de euros composto por 1 242 261 961 ações com valor nominal de dois euros cada uma.

Estas ações, integralmente realizadas, assumem a forma nominativa ou ao portador, à escolha do titular, sob reserva das disposições legais em vigor. Não existe qualquer direito de voto duplo nem qualquer limitação ao exercício dos direitos de voto, nem qualquer direito a um acréscimo do dividendo ligado a estes valores mobiliários.

EVOLUÇÃO DO ACIONARIADO

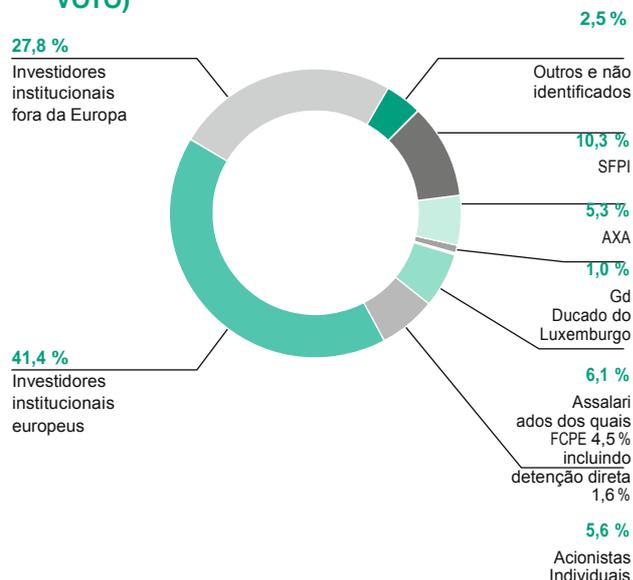
➤ EVOLUÇÃO DA DETENÇÃO DO CAPITAL DO BANCO AO LONGO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Datas	31/12/2010			31/12/2011			31/12/2012		
	Número de ações (em milhões)	% do capital	% dos DDV	Número de ações (em milhões)	% do capital	% dos DDV	Número de ações (em milhões)	% do capital	% dos DDV
SFPI(*)	127,75	10,7 %	10,7 %	127,75	10,6 %	10,7 %	127,75	10,3 %	10,3 %
AXA	61,65	5,1 %	5,2 %	65,67	5,4 %	5,5 %	65,74	5,3 %	5,3 %
Gd Ducado do Luxemburgo	12,87	1,1 %	1,1 %	12,87	1,1 %	1,1 %	12,87	1,0 %	1,0 %
Assalariados	69,63	5,8 %	5,8 %	74,60	6,2 %	6,3 %	75,42	6,1 %	6,1 %
■ dos quais FCPE Grupo	50,84	4,2 %	4,2 %	54,80	4,5 %	4,6 %	56,27	4,5 %	4,5 %
■ dos quais detenção direta	18,79	1,6 %	1,6 %	19,80	1,7 %	1,7 %	19,14	1,6 %	1,6 %
Mandatários sociais	0,47	NC	NC	0,58	NC	NC	0,60	NC	NC
Títulos detidos pelo Grupo(**)	2,99	0,3 %	-	16,48	1,4 %	-	3,93	0,3 %	-
Acionistas Individuais	66,00	5,5 %	5,5 %	75,00	6,2 %	6,3 %	69,00	5,6 %	5,6 %
Inv. institucionais	849,37	70,9 %	71,1 %	788,71	65,3 %	66,2 %	856,42	68,9 %	69,2 %
(dos quais « Investidores Socialmente Responsáveis »)	(4,36)	(0,4%)	(0,4%)	(5,91)	(0,5%)	(0,5%)	(5,61)	(0,5%)	(0,5%)
■ Europeus	523,08	43,7 %	43,8 %	493,63	40,9 %	41,4 %	512,71	41,3 %	41,4 %
■ Não Europ.	326,29	27,2 %	27,3 %	295,08	24,4 %	24,8 %	343,71	27,6 %	27,8 %
Outros e não identificados	7,42	0,6 %	0,6 %	46,08	3,8 %	3,9 %	30,54	2,5 %	2,5 %
TOTAL	1 198,15	100 %	100 %	1 207,74	100 %	100 %	1 242,26	100 %	100 %

(*) Société Fédérale de Participations et d'Investissement : sociedade an nima de interesse público agindo por conta do Estado belga.

(**) Exceto posições de trabalho das tabelas de trading.

➤ **COMPOSIÇÃO DO ACIONARIADO DO BNP PARIBAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (EM DIREITOS DE VOTO)**



A empresa não tem conhecimento da existência de outro acionista, para além da SFPI e da AXA, que seja detentor de mais de 5 % do capital ou dos direitos de voto.

A *Société Fédérale de Participations et d'Investissement* (SFPI) tornou-se acionista do BNP Paribas aquando da fusão com o grupo Fortis, concretizada durante o ano de 2009; durante o presente exercício, procedeu a duas declarações de transposição de limite junto da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF) :

- a 19 de maio de 2009 (informação AMF n° 209C0702), a SFPI declarava ter transposto em alta os limites legais de 5 % e 10 % do capital ou dos direitos de voto do BNP Paribas, na sequência da contribuição de 74,94 % do Fortis Banque SA/NV, remunerada pela emissão de 121 218 054 ações BNP Paribas representando então 9,83 % do capital e 11,59 % dos direitos de voto. Estava

nomeadamente referido que nem o Estado belga, nem a SFPI tencionavam adquirir o controlo do Banco.

O BNP Paribas informou paralelamente a AMF, nesse mesmo dia 19 de maio (informação AMF n° 209C0724), da celebração de um contrato de opção entre o Estado belga, a SFPI e o Fortis SA/NV (agora Ageas SA/NV em finais de abril de 2010), nos termos do qual o Fortis SA/NV beneficia de uma opção de compra incidindo sobre as 121 218 054 ações BNP Paribas emitidas em remuneração das contribuições efetuadas pela SFPI, de participações detidas no Fortis Banque com faculdade para o BNP Paribas de aplicar um direito de substituição sobre as ações visadas;

- a 4 de dezembro de 2009 (informação AMF n° 209C1459), a SFPI declarava deter 10,8 % do capital e dos direitos de voto do BNP Paribas; esta evolução é consecutiva, para o essencial:
 - ao aumento de capital realizado em ações ordinárias pelo BNP Paribas em 2009,
 - à redução de capital operada pelo Banco na sequência da anulação, a 26 de novembro, das ações de preferência emitidas a 31 de março de 2009 a favor da *Société de Prise de Participation de l'État*.

Desde esta data, não foi recebida pela BNP Paribas qualquer declaração de transposição de limite por parte da SFPI.

De referir ainda que, a 16 de dezembro de 2005 (Informação AMF n° 205C2221), o Grupo AXA e o Grupo BNP Paribas tinham informado a AMF da conclusão de uma convenção prevendo a manutenção de participações recíprocas estáveis entre os dois grupos, e das opções de compra recíprocas em caso de mudança de controlo do capital de um deles. A seguir, a 5 de agosto de 2010 (Informação AMF n° 210C0773), as duas empresas informaram a AMF do estabelecimento de um protocolo de acordo destinado a substituir a convenção estabelecida em dezembro de 2005; tendo em conta as novas regras decretadas pelos reguladores destinadas às instituições financeiras, as cláusulas deste novo protocolo já não mencionam a manutenção de participações recíprocas estáveis.

O MERCADO DA AÇÃO

Desde a Assembleia-geral mista de 23 de maio de 2000, durante a qual os acionistas decidiram a fusão entre o BNP e o Paribas, o título BNP tornou-se BNP Paribas; o código Euroclear-France permaneceu então invariável (13110). A contar de 30 de junho de 2003, a ação BNP Paribas é designada pelo seu código ISIN (FR0000131104). Para manter uma grande acessibilidade aos acionistas individuais, a 20 de fevereiro de 2002, o valor nominal da ação do Banco foi dividido por dois e fixado em dois euros.

As ações BNP foram admitidas à cotação oficial da Bolsa de Paris no âmbito do Regulamento Imediato, a 18 de outubro de 1993, primeira data de cotação após a privatização, depois a 25 de outubro no âmbito do Regulamento Mensal. Desde a generalização do mercado à vista, a 25 de setembro de 2000, a ação BNP Paribas é elegível no âmbito do

SRD (*Service de Règlement Différé*). O título é negociado em Londres no âmbito do SEAQ Internacional, na Bolsa de Frankfurt, assim como em Milão, no MTA Internacional desde 24 de julho de 2006. Além disso, um programa ADR (American Depositary Receipt) 144A «Level 1» está ativo nos Estados Unidos desde a privatização, o JP Morgan Chase agindo enquanto banco de depósito (1 ação BNP Paribas é representada por 2 ADR).

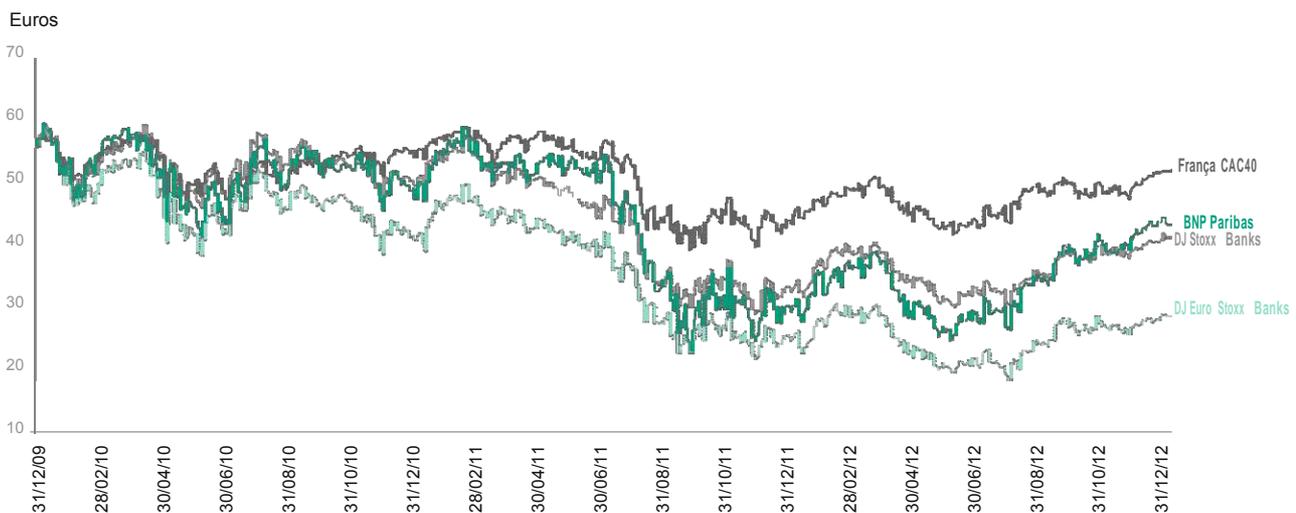
Para aumentar a sua liquidez e torná-lo mais visível para os investidores americanos, o ADR é negociado no OTCQX International Premier desde 14 de julho de 2010.

O BNP fez parte das empresas que constituem o índice CAC 40 desde 17 de novembro de 1993; integrou ainda o EURO STOXX 50 a 1 de novembro de 1999, e o título do Banco entra na composição do Dow Jones Stoxx 50 desde 18 de setembro de 2000; em 2007, o BNP Paribas integrou o índice «Global Titans 50», que reúne as 50 maiores empresas mundiais. Finalmente, a ação BNP Paribas consta dos

principais índices de referência do Desenvolvimento Sustentável: Aspi Eurozone, FTSE4Good (Global e Europa 50), DJSI World, Ethibel. Estes diferentes fatores contribuem para a liquidez e a apreciação do título uma vez que este é então uma das necessárias componentes de todas as carteiras e fundos indexados a estes índices.

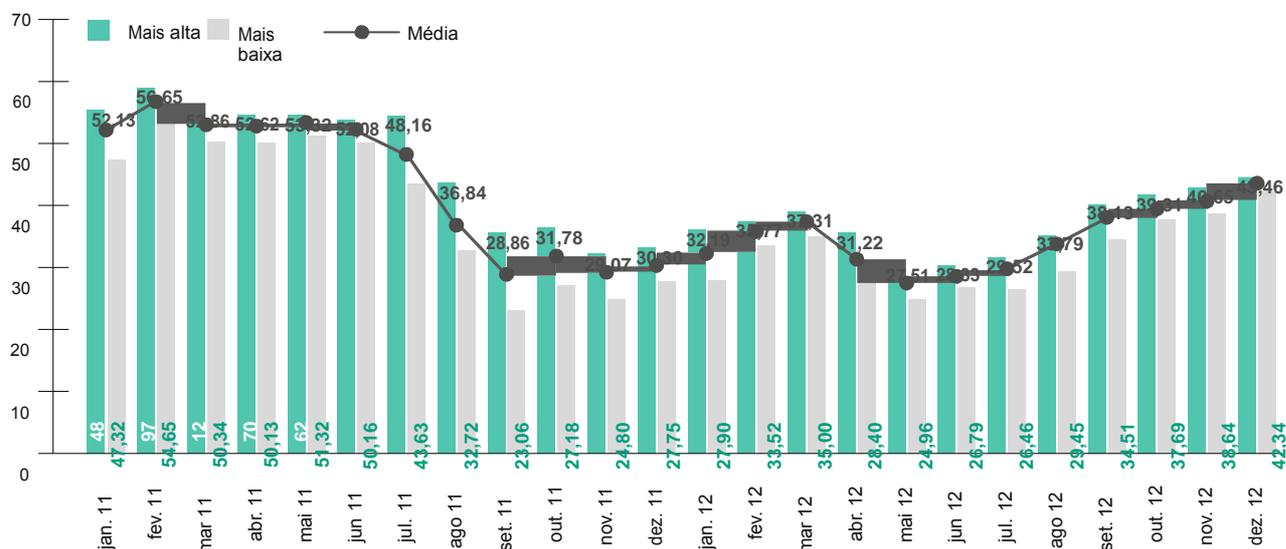
➤ COTAÇÃO DA AÇÃO BNP PARIBAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Comparação com os índices DJ EURO STOXX Banks, DJ STOXX Banks e CAC 40 (índices rebaseados na cotação da ação)



Fonte : Dalastream.

► MÉDIAS MENSAIS E COTAÇÕES DE FECHO MENSAIS EXTREMAS DA AÇÃO BNP PARIBAS DESDE JANEIRO 2011



- De 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, a cotação da ação passou de 55,90 euros para 42,59 euros, ou seja uma descida de 23,8 %, a comparar com uma descida de 7,5 % para o CAC 40, de 48,9 % para o DJ EURO STOXX Banks (índice dos valores bancários da zona euro) e de 26,5 % para o DJ STOXX Banks (valores bancários europeus).

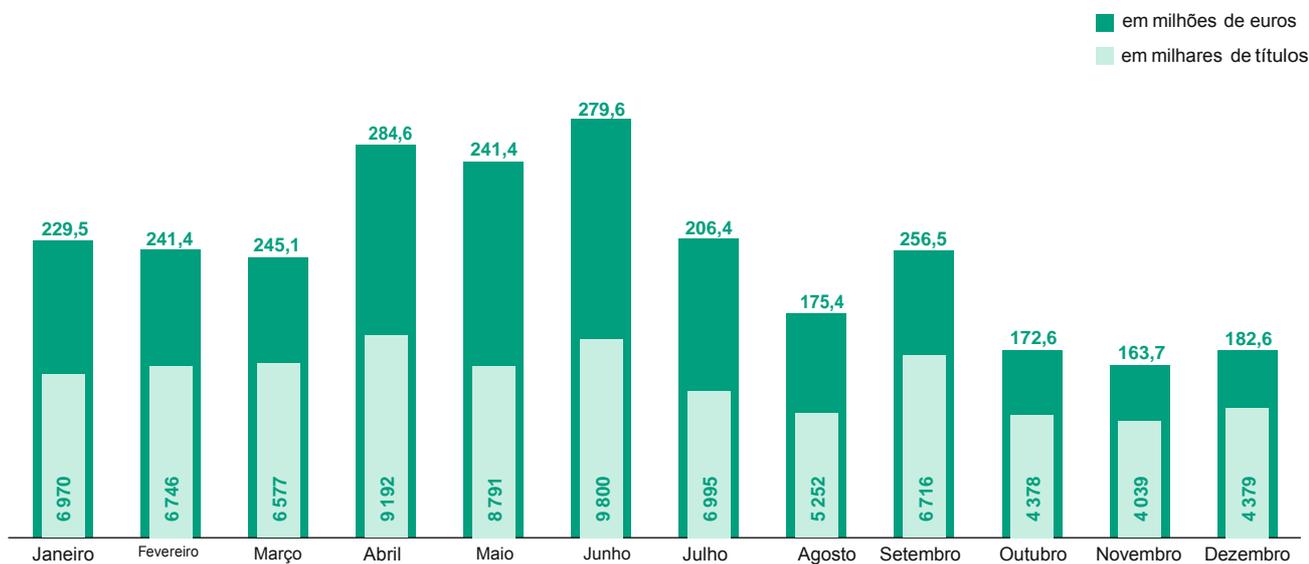
Durante o ano de 2012, o título BNP Paribas (42,59 euros em 31 de dezembro de 2012, último dia de cotação) progrediu 40,3 %, ou seja uma evolução mais favorável do que a do CAC 40 (+ 15,2 %), do DJ STOXX Banks (+ 23,1 %) e do DJ Euro STOXX Banks (+ 12,0 %).

Durante o primeiro trimestre de 2012, a cotação dos valores bancários europeus recuperou na sequência das operações de liquidez (LTRO 1 em dezembro de 2011 e LTRO 2 em fevereiro de 2012) abertas pelo BCE. Contudo, os bancos foram afetados, entre os meses de abril a julho, pelo ressurgimento dos receios relativamente às dívidas de certos Estados da zona euro e à dificuldade sentida pelos Estados em implementarem uma resposta coordenada. A aplicação pelo BCE, sob certas condições, de compra de dívidas públicas com maturidade de pelo menos três anos

permitiu uma recuperação das cotações dos valores bancários no segundo trimestre.

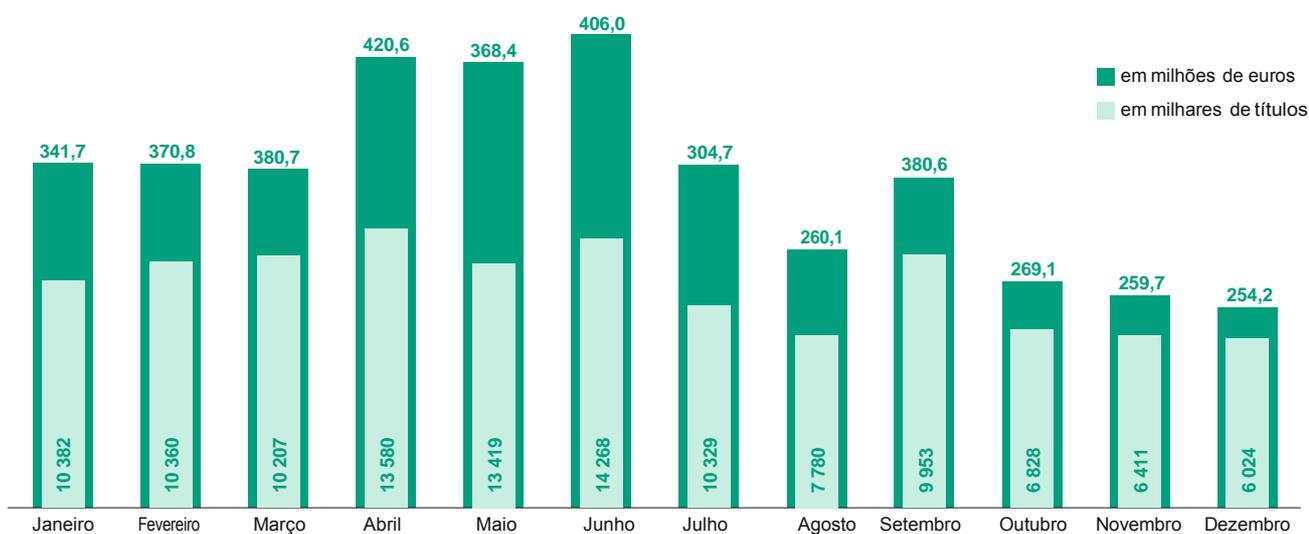
- A capitalização bolsista do BNP Paribas ascendeu a 53,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, colocando a empresa no 5º lugar do índice CAC 40 (6º em finais de 2011). Em termos de flutuante, o BNP Paribas é o 3º valor de mercado do índice parisiense (idem finais de 2011). No mesmo período, o BNP Paribas ocupava a 10ª posição do DJ Euro STOXX 50 em termos de flutuante (15ª no ano anterior).
- Os volumes de transações diários em 2012 estabeleceram-se numa média de 6 652 835 títulos trocados na Euronext Paris, uma diminuição de 5,86 % relativamente ao ano anterior (7 066 999 títulos por sessão em 2011). Ao reintegrar os volumes tratados pelos sistemas multilaterais de negociação (*Multilateral Trading Facilities* ou MTF), a média diária em 2012 ascende a 9 926 398 títulos negociados (Fonte: TAG Audit), ou seja uma diminuição de 4,58 % (10 403 586 em 2011). A redução dos volumes foi sensível no segundo semestre.

► VOLUMES TRANSACIONADOS EM 2012 NA EURONEXT PARIS (MÉDIA DIÁRIA)



Fonte : NYSE-Euronext Paris.

► VOLUMES TRANSACIONADOS EM 2012 (MÉDIA DIÁRIA)



Fonte : TAG Audit

O PAINEL DE CONTROLO DO AÇIONISTA

Em euros	2008	2009	2010	2011	2012
Resultado líquido parte do Grupo por ação ^{(1) (*)}	2,99	5,20	6,33	4,82	5,16
Ativo líquido por ação ^{(2) (*)}	47,31	50,93	55,48	58,25	60,80
Dividendo líquido por ação ^(*)	0,97	1,50	2,10	1,20	1,50 ⁽³⁾
Taxa de distribuição (em %) ⁽⁴⁾	33,0	32,3	33,4	25,1	29,7 ⁽³⁾
Cotação					
Mais alta ^{(5) (*)}	73,29	58,58	60,38	59,93	44,83
Mais baixa ^{(5) (*)}	27,70	20,08	40,81	22,72	24,54
Fim de período ^(*)	29,40	55,90	47,61	30,35	42,61
Índice CAC 40 em 31 de dezembro	3 217,97	3 936,33	3 804,78	3 159,81	3 641,07

(1) Com base no número médio de ações em circulação do exercício.

(2) Antes da distribuição. Ativo líquido contabilístico reavaliado sobre número de ações em circulação em fim de período.

(3) Sob reserva da aprovação pela Assembleia geral de 15 de maio de 2013.

(4) Distribuição proposta à Assembleia geral reportada ao resultado líquido parte do Grupo.

(5) Registados em sessão.

(*) Os elementos do quadro acima foram ajustados para ter em conta o aumento de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição realizado de 30 de setembro a 13 de outubro de 2009 (coeficiente de ajustamento = 0,971895).

A CRIAÇÃO DE VALOR BOLSISTA

RENTABILIDADE TOTAL PARA O AÇIONISTA (TOTAL SHAREHOLDER RETURN – TSR)

Convenções de cálculo

- O dividendo é reinvestido em ações BNP e depois BNP Paribas; o ativo fiscal à taxa de 50 % está incluído, até à supressão deste dispositivo, no início do exercício 2005.
- Exercício dos direitos preferenciais de subscrição aquando dos aumentos de capital de março de 2006 e de outubro de 2009.
- Os rendimentos são brutos, antes de qualquer imposição e comissão de corretagem.

Resultados do cálculo

O quadro abaixo indica, para os diferentes períodos mencionados acabando em 31 de dezembro de 2012, a rentabilidade total da detenção de uma ação BNP, depois BNP Paribas, assim como a taxa de rendimento atuarial anual.

Duração de detenção	Data de investimento	Cotação histórica à data do investimento	Número de ações no fim do período de cálculo	Investimento multiplicado por	Taux de rendement annuel actuariel
Desde a privatização	18/10/1993	36,59	4,1938	4,8809	8,60 %
19 anos	03/01/1994	43,31	3,8188	3,755	7,21 %
18 anos	03/01/1995	37,2	3,7492	4,292	8,43 %
17 anos	02/01/1996	33,57	3,6711	4,657	9,47 %
16 anos	02/01/1997	30,4	3,5643	4,993	10,57 %
15 anos	02/01/1998	48,86	3,4533	3,01	7,62 %
14 anos	04/01/1999	73,05	3,3821	1,972	4,97 %
Desde a criação do BNP Paribas	01/09/1999	72,7	3,2905	1,9724	5,04 %
13 anos	03/01/2000	92	3,2905	1,523	3,29 %
12 anos	02/01/2001	94,5	3,201	1,443	3,10 %
11 anos	02/01/2002	100,4	3,097	1,314	2,51 %
10 anos	02/01/2003	39,41	1,4987	1,619	4,94 %
9 anos	02/01/2004	49,7	1,4414	1,235	2,37 %
8 anos	03/01/2005	53,4	1,3819	1,102	1,22 %
7 anos	02/01/2006	68,45	1,3329	0,829	- 2,64 %
6 anos	02/01/2007	83,5	1,2772	0,651	- 6,90 %
5 anos	02/01/2008	74,06	1,2343	0,71	- 6,63 %
4 anos	02/01/2009	30,5	1,1744	1,64	13,17 %
3 anos	02/01/2010	56,11	1,1177	0,848	- 5,34 %
2 anos	03/01/2011	48,3	1,0851	0,957	- 2,20 %
1 ano	02/01/2012	30,45	1,0435	1,459	46,08 %

O BNP Paribas propõe a seguir duas medidas comparativas da criação de valor das ações, durante um período correspondente a um horizonte de investimento a longo/médio prazo que é o da maior parte dos seus acionistas individuais.

RENTABILIDADE COMPARATIVA A 5 ANOS DE UM INVESTIMENTO EM AÇÕES BNP PARIBAS PELA COTAÇÃO DE ABERTURA DE 02/01/2008 OU SEJA 74,06 EUROS, COM O LIVRET A E AS OBRIGAÇÕES A MÉDIO PRAZO DO TESOURO

A criação de valor para o acionista é aqui apreciada comparando o investimento em ações BNP Paribas durante o período, com dois investimentos «sem risco», o *livret A* (caderneta) e as obrigações a médio prazo do Tesouro (OAT).

Rentabilidade total para o acionista de um investimento em ações BNP Paribas

- Investimento inicial = 1 ação à cotação de abertura de 02/01/2008, ou seja 74,06 euros.
- Reinvestimento dos dividendos.

- Exercício dos direitos preferenciais de subscrição aquando do aumento de capital de Outubro de 2009
- Valorização em 31 de Dezembro de 2012: 1,2343 ações a 42,585 euros, ou seja 52,56 euros
- Taxa de rendimento atuarial: -6,66 % por ano

Investimento de 74,06 euros num *Livret A*, no dia 1 de janeiro de 2008

A taxa à data do investimento é de 3 %. O exercício de 2008 conheceu duas modificações da taxa do *Livret A*, a 1 de fevereiro (3,50 %) e a 1 de agosto (4,00 %), enquanto que em 2009 ocorreram três mudanças, a taxa do *Livret A* tendo sido progressivamente colocada nos 2,50 % a 1 de fevereiro, 1,75 % a 1 de maio e, por fim, 1,25 % a 1 de agosto. É de 1,75 % a 1 de agosto de 2010, 2 % a 1 de fevereiro de 2011 2,25 % a 1 de agosto do mesmo ano. Esta taxa é aplicada ao longo do ano de 2012. A 31 de dezembro de 2012, este montante representa 82,87 euros, tendo portanto registado uma progressão de 8,81 euros (+ 11,89 %).

Investimento de 74,06 euros no dia 1 de janeiro de 2008 em empréstimo de Estado a cinco anos

A taxa obtida é então de 4,2076 % para 5 anos (BTAN – Obrigações do Tesouro com juro anual); no fim de cada ano, os juros recebidos são reinvestidos noutra empréstimo de natureza idêntica e isto nas condições seguintes :

- 2,241% (BTAN) em janeiro de 2009 para 4anos;

- 1,821% (BTAN) em janeiro de 2010 para 3 anos;
- 0,909% (BTAN) em janeiro de 2011 para 2 anos;
- 1,974 % em janeiro de 2012 para 1 ano (Euribor).

Ao fim de 5 anos, este investimento valorizou 90,22 euros, registando assim uma progressão de 16,16 euros (+ 21,82 %)

COMUNICAÇÃO COM OS ACIONISTAS

O BNP Paribas tem o cuidado de fornecer a todos os seus acionistas uma informação rigorosa, regular, homogênea e de qualidade, em conformidade com as melhores práticas dos mercados e as recomendações das autoridades bolsistas.

Uma equipa «Relações Investidores» informa os investidores institucionais e os analistas financeiros sobre a estratégia do Grupo, os desenvolvimentos significativos e, como é óbvio, os resultados que são publicados trimestralmente.

Em 2013 por exemplo, o calendário estabelece-se da seguinte forma ⁽¹⁾ :

- 14 de fevereiro de 2013: publicação dos resultados anuais 2012;
- 3 de maio de 2013: resultados do 1º trimestre de 2013;
- 31 de julho de 2013: publicação dos resultados do segundo trimestre e do primeiro trimestre de 2013;
- 31 de outubro de 2013: publicação dos resultados do 3º trimestre e dos 9 primeiros meses de 2013.

São organizadas várias, vezes por ano, reuniões de informação destinadas ao conjunto dos atores do mercado, mais especificamente no momento da divulgação dos resultados anuais e semestrais, mas também por ocasião de reuniões temáticas durante as quais a Direção Geral apresenta o grupo BNP Paribas e a sua estratégia. Mais especificamente, é destacado um colaborador para as relações com os gestores de fundos éticos e socialmente responsáveis.

Uma equipa «Relações Acionistas» está à disposição e à escuta dos cerca de 560 000 acionistas individuais do Banco (fonte: estudo TPI em 31 de Dezembro de 2012). Tanto os acionistas, como os membros do «Círculo BNP Paribas», recebem semestralmente um boletim informativo financeiro onde se retomam os principais desenvolvimentos relativos ao Grupo e, em Julho, é distribuída uma ata da Assembleia geral. Durante o ano, os acionistas são convidados para encontros, em diferentes cidades francesas, onde as realizações e a estratégia da empresa são expostas pela Direção Geral (por exemplo em 2012, em Lyon a 11 de setembro e em Nice a 25 de outubro). Por fim, os representantes do BNP Paribas puderam dialogar diretamente com mais de 1 000 pessoas durante o Salão ACTIONARIA que teve lugar em Paris nos dias 23 e 24 de novembro de 2012.

Os membros do «Cercle BNP Paribas», criado em 1995, são os 68 000 acionistas que possuem pelo menos 200 títulos da empresa. São os destinatários, três vezes por ano, em alternância com o boletim informativo financeiro (igualmente 3), de outra correspondência «*La Vie du Cercle*» convidando-os para manifestações de natureza artística, desportiva ou cultural às quais o Banco está associado, assim como a sessões de formação relativas às operações bolsistas (análises técnica e financeira, transmissão de ordens,...), à gestão patrimonial, aos *warrants* mas também à atualidade económica, em parceria com as equipas competentes da empresa. São frequentemente organizadas conferências científicas ou visitas a sítios industriais. Estas sessões têm lugar tanto na província como na região parisiense, quer durante a semana quer aos fins-de-semana, no intuito de permitir a participação de todos os públicos. No total, foram feitas mais de 450 propostas em 2012 a cerca de 15 000 participantes, ilustrando a variedade da oferta. Para facilitar o acesso a estes serviços, foi implementado um N° Verde (chamada gratuita), o 0800 666 777, que compreende igualmente um jornal telefonado «*BNP Paribas em ações*» rico em numerosas funcionalidades (cotação de Bolsa, boletim do acionista, atualidades e entrevistas...). Enfim, o site Internet específico ao *Cercle des Actionnaires* e às suas ofertas (cercle-actionnaires.bnpparibas.com) retoma o conjunto das prestações acessíveis, entre outras graças à «*Carte de membre du Cercle*» (cartão de membro do Círculo).

O site Internet BNP Paribas (<http://invest.bnpparibas.com>), em francês e em inglês, inclui igualmente alguns documentos em italiano e holandês, permite obter informações sobre o grupo BNP Paribas tais como os comunicados de imprensa, os números chave, a apresentação dos principais eventos, etc.; também é possível consultar e descarregar todos os documentos financeiros como os relatórios anuais e os documentos de referência. A agenda financeira permite encontrar as próximas datas importantes (Assembleia geral, comunicação dos resultados, encontros dos acionistas...). Todas as publicações do Departamento de «Estudos Económicos» do BNP Paribas podem igualmente ser consultadas no site. A cotação da ação e a comparação da sua evolução com as de alguns grandes índices encontram-se naturalmente disponíveis; bem como um software de cálculo do rendimento.

(1) Sob reserva de modificação ulterior.

Sob o mesmo título «Acionistas & Investidores» estão também disponíveis todos os estudos e apresentações relativos à atividade e à estratégia do BNP Paribas, destinados ao conjunto dos intervenientes de mercado, quer sejam acionistas individuais, investidores institucionais, gerentes de ativos ou analistas financeiros. Um espaço «Ser acionista», foi especialmente realizado para apresentar os desenvolvimentos mais especificamente concebidos para investidores individuais, em particular em matéria de acessibilidade da informação como de propostas de manifestações. Por fim, é dedicada uma rubrica e específica à Assembleia geral do Banco (condições de acesso).

modalidades de exercício do direito de voto, aspetos práticos mas também apresentação das resoluções e das intervenções dos mandatários sociais): uma retransmissão vídeo desta manifestação está acessível a partir do site de informação financeira do Banco. Para responder às expectativas dos acionistas individuais e dos investidores, e satisfazer as exigências crescentes de transparência e de informação regulamentada, o BNP Paribas coloca regularmente em linha novas rubricas ou melhorias das já existentes, com um conteúdo enriquecido (nomeadamente a nível do léxico) e apresentando novas funcionalidades.

O COMITÉ DE LIGAÇÃO DOS ACIONISTAS

O BNP Paribas desejou, logo a partir da sua criação no ano 2000, dotar-se de um Comité de Ligação dos Acionistas, cuja missão é acompanhar o Banco na sua comunicação destinada ao acionariado individual; foi aliás aquando da Assembleia geral de fusão que o Presidente do BNP Paribas iniciou o processo de convite para apresentação de candidaturas que deu lugar à constituição desta instância no fim do ano de 2000.

Presidido por Baudouin Prot, este inclui 10 acionistas escolhidos em função da sua representatividade tanto geográfica como socioprofissional, assim como dois assalariados ou antigos assalariados; cada membro é nomeado por 3 anos. Por ocasião dos períodos de renovação que são comunicados através da imprensa e/ou dos documentos financeiros publicados pelo banco, qualquer acionista pode apresentar a sua candidatura.

Em 31 de dezembro de 2012, o Comité de Ligação era composto por:

- Sr. Baudouin Prot, Presidente;
- Sr. Georges Bouchard, residente na região das Yvelines;
- Sr. Franck Deleau, residente na região do Lot;
- Sr. Jean-Louis Dervin, residente na região do Calvados;
- Sr. Jacques de Juvigny, residente na região do Bas Rhin;
- Sr. André Laplanche, residente na região do Vaucluse;
- Sr Jean-Marie Laurent, residente na região do Oise;
- Sra Dyna Peter-Ott, residente na região Bas Rhin;
- Sr Jean-Luc Robaux, residente na região de Meurthe-et-Moselle;
- Sra Chantal Thiebaut, residente na região de Meurthe-et-Moselle;
- Sr. Thierry de Vignat, residente na região de Dordogne;

- Sra Anny Jans, membro do pessoal do BNP Paribas, residente na Bélgica;
- Sra. Odile Uzan-Fernandes, membro do pessoal do BNP Paribas residente em Paris

Em conformidade com as disposições da Carta, à qual aderiram todos os participantes e que tem valor de regulamento interno, os membros do Comité reuniram-se duas vezes em 2012, a 23 de março e a 4 de outubro, além da sua participação na Assembleia geral e da sua presença no salão ACTIONARIA. Os principais temas abordados diziam respeito, entre outros:

- à estrutura do capital do BNP Paribas e à sua evolução, mais especificamente na sua componente «investidores particulares»;
- aos suportes periódicos de informação sobre as realizações e a estratégia da Empresa;
- às propostas feitas aos membros do «Cercle des Actionnaires»;
- aos projetos de Documento de referência e de Relatório Anual 2011;
- às apresentações dos resultados trimestrais;
- às iniciativas tomadas no âmbito da preparação da Assembleia geral;
- à participação do Banco no Salão ACTIONARIA, manifestação por ocasião da qual alguns membros, pela sua presença no stand do Grupo, quiseram dar a conhecer melhor aos visitantes o papel do Comité.

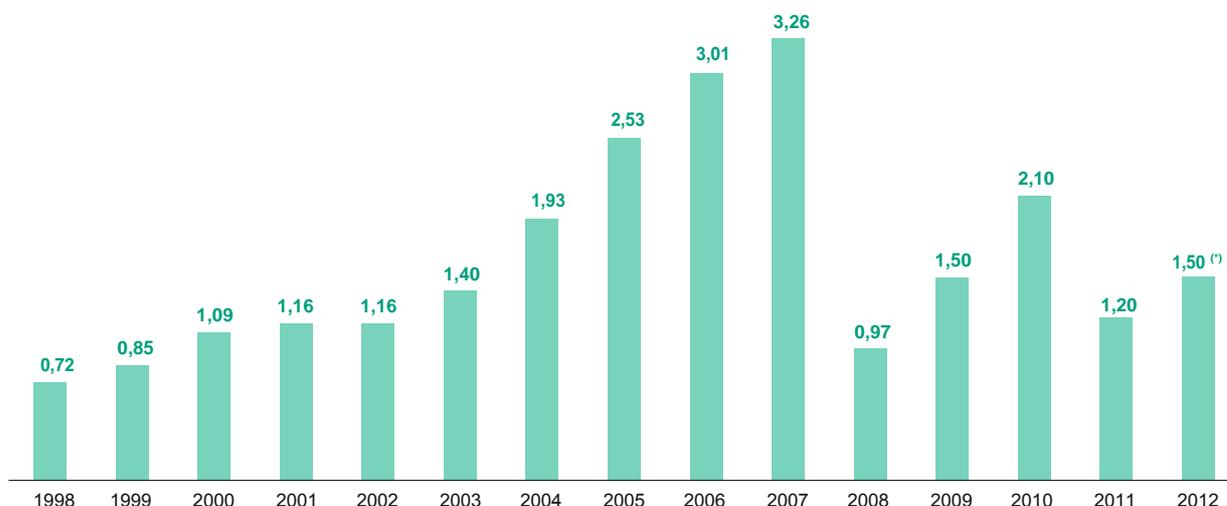
Os membros do Comité de Ligação também foram consultados aquando do inquérito da Direção Marca, Comunicação e Qualidade relativa à pertinência do conteúdo e da forma dos nossos suportes escritos destinados aos diferentes tipos de investidores

O DIVIDENDO

O Conselho de administração proporá à Assembleia geral de 15 de maio de 2013 um dividendo de 1,50 euro por ação (em alta de 25% em relação a 2012). Em caso de voto positivo da Assembleia, o destacamento e a colocação a pagamento do cupão teriam então lugar a 21 e 24 de maio de 2013, respetivamente.

O montante total da distribuição proposta ascende a 1 863 milhões de euros, contra 1 449 milhões de euros em 2012 (ou seja uma subida de 28,6 %). A taxa de distribuição é de 29,7 %⁽¹⁾.

EVOLUÇÃO DO DIVIDENDO (EM EUROS POR AÇÃO)



^(*) Sob reserva da aprovação da Assembleia Geral de 15 de maio de 2013.

Os dividendos dos exercícios de 1998 a 2008 foram ajustados para ter em conta:

- a divisão por 2 do nominal da ação ocorrida a 20 de fevereiro de 2002;
- os aumentos de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição, realizados em março de 2006 e de 30 de setembro a 13 de outubro de 2009.

O objetivo do Grupo é fazer evoluir o dividendo em função da variação dos resultados e da otimização da gestão do capital disponível.

Prazo de prescrição dos dividendos: qualquer dividendo não reclamado nos cinco anos posteriores à sua exigibilidade é considerado como prescrito, nas condições previstas pela lei. Os dividendos cujo pagamento não foi solicitado são pagos ao Tesouro Público.

(1) Distribuição proposta à Assembleia geral de 15 de maio de 2013, reportada ao resultado líquido parte do Grupo.

O NOMINATIVO NO BNP PARIBAS

O número de acionistas do BNP Paribas inscritos sob a forma nominativa em 31 de Dezembro de 2012 é de 57 740.

O NOMINATIVO PURO

Os acionistas inscritos sob a forma nominativa pura beneficiam :

- do envio sistemático de todos os documentos de informação da Empresa destinada aos seus acionistas;
- de um N° Verde (chamada gratuita): 0800 600 700 para os registos de ordens ⁽¹⁾ e para qualquer informação;
- de tarifas de corretagem preferenciais;
- de um servidor Internet específico «PlanetShares» (<https://planetshares.bnpparibas.com>), inteiramente seguro, para consultar os seus ativos em ações BNP Paribas no nominativo puro e o histórico dos movimentos da sua conta, assim como para transmitir e acompanhar as suas ordens de Bolsa ⁽¹⁾ ;
- do convite automático às Assembleias-gerais, sem necessidade de estabelecimento de uma declaração de participação;
- da possibilidade de ser convocado pela Internet para as Assembleias gerais;
- e, como sempre, da gratuidade dos direitos de guarda.

A detenção de ações nominativas é pouco compatível com o seu alojamento num PPA (Plano Poupança em Ações), tendo em conta a regulamentação e os procedimentos aplicáveis a este veículo; os detentores de poupanças cujas ações são detidas num PPA e que querem alojá-los «no nominativo» poderão portanto optar pelo modo do nominativo administrado (cf.: infra).

O NOMINATIVO ADMINISTRADO

O BNP Paribas desenvolve igualmente a sua oferta de detenção das ações no nominativo administrado destinado aos seus acionistas institucionais. Para esta categoria de investidores de facto, o nominativo administrado acumula as principais vantagens do portador e do nominativo puro:

- manutenção de uma total liberdade das transações e conservação dos corretores habituais;
- possibilidade de deter uma conta em títulos única, acoplada à conta em numerário;
- convite direto sistemático para exercer o direito de voto e para participar nas Assembleias, sem interposição de intermediários;
- possibilidade de ser convocado e de transmitir os votos às Assembleias gerais pela Internet.

A ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS

A última Assembleia-geral teve lugar a 23 de maio de 2012, em primeira convocação. O texto das resoluções e o vídeo da manifestação estão disponíveis no site Internet do BNP Paribas, no qual esta reunião foi integralmente retransmitida em direto. A composição do quórum e o resultado do voto foram colocados em linha no dia seguinte à

manifestação. Esta reunião foi além disso objeto de publicações na imprensa especializada assim como de uma carta específica através da qual a ata era apresentada aos acionistas.

O quórum estava constituído da seguinte forma:

► CONSTITUIÇÃO DO QUÓRUM

	Número acionistas	(%)	Ações	(%)
Presentes	1 789	14,81 %	274 725 751	35,54 %
Representados	54	0,45 %	28 878	0,00 %
Poderes ao Presidente	6 072	50,27 %	28 879 084	3,74 %
Votos por correspondência	4 164	34,47 %	469 384 354	60,72 %
TOTAL	12 079	100,00 %	773 018 067	100,00 %
nomeadamente pela Internet	447	3,70 %	572 459	0,07 %
Número de ações ordinárias (fora autocontrolo)			1 191 680 164	64,86 %

(1) Sob reserva de ter previamente subscrito (gratuitamente) um «contrato de prestações bolsistas».

APRESENTAÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS

O BNP Paribas e os seus acionistas

Todas as resoluções propostas aos acionistas foram adotadas.

➤ ASSEMBLEIA GERAL MISTA DE 23 DE MAIO DE 2012

RESULTADOS	TAXA DE APROVAÇÃO
PARTE ORDINÁRIA	
Primeira resolução : aprovação das contas sociais do exercício de 2011	99,50 %
Segunda resolução : aprovação das contas consolidadas do exercício de 2011	99,79 %
Terceira resolução : aplicação do resultado do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2011 e distribuição do dividendo	99,56 %
Quarta resolução : relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos referidos nos artigos L225-38 e seguintes do Código Comercial	93,59 %
Quinta resolução : autorização de compra pelo BNP Paribas das suas próprias ações	99,57 %
Sexta resolução : renovação do mandato de Revisores oficiais de contas titular e suplente que expira	95,48 %
Sétima resolução : renovação do mandato de Revisores oficiais de contas titular e suplente que expira	97,77 %
Oitava resolução : renovação do mandato de Revisores oficiais de contas titular que expira e nomeação de um novo Revisor oficial de contas suplente	92,94 %
Nona resolução : renovação do mandato de administrador de Denis Kessler	65,67 %
Décima resolução : renovação do mandato de administrador de Laurence Parisot	95,40 %
Décima primeira resolução : renovação do mandato de administrador de Michel Pébereau	76,75 %
Décima segunda resolução : nomeação de Pierre-André de Chalendar na qualidade de administrador	98,11 %
PARTE EXTRAORDINÁRIA	
Décima terceira resolução: emissão, com manutenção do direito preferencial de subscrição, de ações ordinárias e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de dívida	95,28 %
Décima quarta resolução : emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações ordinárias e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de dívida	86,98 %
Décima quinta resolução : emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações ordinárias e de valores mobiliários dando acesso ao capital, destinadas a pagar os títulos no quadro de ofertas públicas de troca	88,32 %
Décima sexta resolução : emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações ordinárias e de valores mobiliários dando acesso ao capital destinadas a pagar entradas de títulos no limite de 10% do capital	92,46 %
Décima sétima resolução: limitação global das autorizações de emissão com supressão do direito preferencial de subscrição	90,26 %
Décima oitava resolução: aumento de capital por incorporação de reservas ou de benefícios, de prémios de emissão ou de entrada	99,47 %
Décima nona resolução: limitação global das autorizações de emissão com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição	93,67 %
Vigésima resolução : autorização para realizar operações reservadas aos aderentes do Plano de Poupança de Empresa	97,23 %
Vigésima primeira resolução: autorização para reduzir o capital por anulação de ações	98,88 %
Vigésima segunda resolução : poderes para formalidades	99,84 %

A Assembleia geral de 2012 representou para o BNP Paribas uma ocasião suplementar para reafirmar a sua implicação no processo do Desenvolvimento Sustentável, e o seu desejo de assumir plenamente a sua Responsabilidade Social e Ambiental.

De facto, o Banco deseja assegurar a criação de um valor sólido e recorrente, ou seja imbuído de qualidade e respeitoso não só dos seus parceiros «tradicionais» como os seus acionistas, clientes e assalariados, mas que tenha também em consideração o ambiente e a sociedade civil no seu conjunto.

Assim, pareceu-nos pertinente que a realização das nossas Assembleias gerais sejam, elas também, representativas destes princípios e valores. Por este motivo, foi decidido, em concertação com o Comité de Ligação dos Acionistas, que por cada investidor presente, um montante de

12 euros seria afeto ao programa « Coups de pouce aux projets du personnel » (empurrão aos projetos do pessoal) especificamente desenvolvido pela Fundação BNP Paribas para encorajar as iniciativas de solidariedade de interesse geral, nas quais os colaboradores do Banco estão implicados numa base voluntária e pessoal.

Os montantes assim recolhidos em 2012, ou seja 21 468 euros, constituem um complemento à dotação já atribuída a este programa pela Empresa através da Fundação BNP Paribas, ela própria colocada sob a égide da Fundação de França. O total destas contribuições de 2012 foi repartido por 51 projetos, todos iniciados por membros do pessoal do Banco. Os beneficiários encontram-se localizados essencialmente na Europa (33), em África (12), e na Ásia (6). Os montantes atribuídos (de 1 000 a 4 000 euros

por processo aceite) variam em função da importância e da qualidade dos pedidos e, obviamente, do grau de envolvimento dos colaboradores. Estes apoios permitem a realização de projetos relacionados essencialmente com a solidariedade de proximidade (educação, pobreza, inserção), às questões humanitárias e também à saúde e à deficiência.

Além disso, a utilização dos fundos é sistematicamente alvo de uma ata na convocatória enviada à Assembleia geral seguinte.

As modalidades de realização da Assembleia geral do BNP Paribas encontram-se definidas no artigo 18º dos estatutos da sociedade.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) reúne todos os acionistas pelo menos uma vez por ano, a pedido do Conselho de administração, para votar uma agenda fixada por este último.

A Assembleia-geral Extraordinária (AGE) é convocada sempre que decisões que têm por objeto uma modificação dos estatutos e nomeadamente um aumento de capital, devem ser tomadas. As decisões devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos acionistas presentes ou representados.

A Assembleia-geral Mista (AGM) reúne as duas anteriores (AGO e AGE) na mesma data e na mesma convocatória. O BNP Paribas realizará a sua próxima AGM no dia 15 de maio de 2013⁽¹⁾.

DE QUE FORMA SÃO AVISADOS OS ACIONISTAS?

Para as Assembleias-gerais Mistas do Banco:

- os acionistas cujos títulos se encontram sob a forma nominativa recebem de forma automática, independentemente do seu número de ações, um dossiê de convite completo (incluindo nomeadamente a agenda e os projetos de resoluções) e um formulário de voto. Uma parte (6,2 %) das convocatórias aos acionistas inscritos nominalmente foi endereçada por Internet após concordância dos acionistas visados com esta modalidade de informação;
- os acionistas com títulos sob a forma «ao portador» são avisados por inserções na imprensa, nomeadamente a imprensa patrimonial e financeira; além disso, para além das disposições legais e com o objetivo de favorecer uma larga participação, o BNP Paribas envia convocatórias e o formulário de voto a partir da detenção de um certo número de ações (fixado em 250 títulos em 2012).

- Estes documentos estão igualmente disponíveis sem restrição no site Internet;
- no total, são portanto mais de 86 000 acionistas do Banco que receberam assim pessoalmente este ano a informação necessária para a sua participação efetiva ;
- em todos os pontos de venda da rede BNP Paribas, os colaboradores estão especificamente formados sobre o comportamento a ter e as formalidades a cumprir.

DE QUE FORMA PODEM ASSISTIR ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS?

Qualquer acionista que tenha os seus títulos inscritos em conta 3 dias de Bolsa antes da Assembleia pode assistir à Assembleia com a condição expressa, para todos os acionistas que têm os seus títulos «ao portador», de apresentarem um cartão de admissão ou uma declaração de participação.

DE QUE FORMA PODEM VOTAR?

Se não assistem à Assembleia, os acionistas devolvem ao BNP Paribas o formulário junto à convocatória. Este documento permite-lhes:

- ou votar por correspondência;
- ou fazerem-se representar pelo seu cônjuge ou qualquer outra pessoa singular ou coletiva;
- ou dar poder ao Presidente de sessão ou não indicar qualquer nome de mandatário.

Se assistem à Assembleia, os acionistas ou os seus representantes são dotados do material de voto necessário. O BNP Paribas tem de facto recurso ao voto eletrónico desde a Assembleia-geral de 13 de Maio de 1998.

Desde a reunião de 28 de maio de 2004, os acionistas podem igualmente transmitir, previamente à realização da Assembleia geral, todos os documentos necessários à sua participação graças a um servidor Internet específico e seguro «<https://gisproxy.bnpparibas.com/bnpparibas.pg>».

(1) Sob reserva de modificação ulterior.

DECLARAÇÕES DE TRANSPOSIÇÕES DE LIMITE ESTATUTÁRIO

Em complemento dos limites previstos pela lei, e em conformidade com o artigo 5º dos estatutos, qualquer acionista agindo sozinho ou em concertação, que venha a deter direta ou indiretamente 0,5 % pelo menos do capital ou dos direitos de voto da sociedade ou um múltiplo desta percentagem inferior a 5%, deve informar a sociedade, por carta registada com aviso de receção.

Além dos 5 %, a obrigação de declaração prevista na alínea anterior incide sobre frações de 1 % do capital ou dos direitos de voto.

As declarações mencionadas nas duas alíneas anteriores são igualmente feitas quando a participação no capital se torna inferior aos limites acima mencionados.

O não respeito de declaração de transposição dos limites, tanto legais como estatutários, dá lugar à privação dos direitos de voto a pedido de um ou vários acionistas que detenham em conjunto pelo menos 2 % do capital ou dos direitos de voto da sociedade

2

GOVERNO DA SOCIEDADE

2.1	O Conselho de administração	30
	Composição do Conselho de administração	30
	Outros mandatários sociais	41
	Remunerações	43
	Estado recapitulativo das operações declaradas sobre o título BNP Paribas	44
2.2	Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela empresa	45
	O governo da sociedade do BNP Paribas	45
	Controlo interno	63
	Procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira	68
2.3	Relatório dos Revisores Oficiais de Contas estabelecido em conformidade com o artigo L225-235 do Código Comercial sobre o relatório do Presidente do Conselho de Administração	72
2.4	A Comissão Executiva	74

2.1 O Conselho de administração

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Baudouin PROT

Principal função⁽¹⁾: Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas

Nascido a 24 de maio de 1951

Datas de início e de fim do mandato: 11 de maio de 2011 – AG 2014

Data do 1º mandato: 7 de março de 2000

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 146 129

Morada profissional: 3, rue d'Antin

75002 PARIS,
FRANCE

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Administrador: Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Lafarge, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça), Institute of International Finance (IIF)

Presidente: International Monetary Conference (IMC)

Membro: International Advisory Panel da Monetary Authority of Singapur (MAS), International Business Leaders' Advisory Council (IBLAC) da cidade de Shanghai

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas (desde 1 de dezembro de 2011)

Administrador:

Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro: Vice-Presidente do IMC (The International Monetary Conference), Institute of International Finance (IIF), International Advisory Panel da MAS (Monetary Authority of Singapur)

2010:

Administrador Diretor Geral do BNP Paribas

Administrador:

Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro: Comité Executif da Fédération Bancaire Française

2009:

Administrador Diretor Geral de BNP Paribas

Administrador: Accor,

Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça)

Presidente: *Fédération Bancaire Française* de setembro de 2009 a agosto de 2010

Membro: Comité Executif da Fédération Bancaire Française

2008:

Administrador Diretor Geral do BNP Paribas

Administrador: Accor,

Pinault-Printemps-Redoute, Veolia Environnement, Erbé SA (Bélgica), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro: Comité Executif da Fédération Bancaire Française

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) Em 31 de dezembro de 2012.

Michel PÉBEREAU

Principal função⁽¹⁾: Presidente de Honra do BNP Paribas

Nascido a 23 de janeiro de 1942

Datas de início e fim do Mandato: 23 de maio de 2012 – AG 2015

Data do 1º Mandato: 14 de maio de 1993

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 231 772

Morada profissional: 3, rue d'Antin

75002 PARIS,
FRANCE

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Administrador: AXA, Compagnie de Saint-Gobain, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Pays-Bas), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro do Conselho fiscal: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Maroc)

Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette

Presidente: Conselho de direção do Institut d'Etudes Politiques de Paris, Fondation BNP Paribas

Presidente de Honra: Crédit Commercial de France, Conselho fiscal do Institut Aspen, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Conselho de orientação do Institut de l'entreprise, Fondation Nationale des Sciences Politiques, Fondation ARC

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Presidente de Honra

do BNP Paribas (desde 1 de dezembro de 2011) Administrador: AXA, Compagnie de Saint-Gobain, Lafarge, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Pays-Bas), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro do Conselho

vigilância: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Maroc)

Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette

Presidente: Conselho de direção do Institut d'Etudes Politiques de Paris

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2010: **Presidente**

do Conselho de administração do BNP Paribas

Administrador: AXA, Compagnie de Saint-Gobain, Lafarge, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro do Conselho

fiscal: Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Maroc)

Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette

Presidente: European Financial Round Table, Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho de direção do Institut d'Etudes Politiques de Paris, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee of the Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2009: **Presidente**

do Conselho de administração do BNP Paribas

Administrador: Lafarge, Compagnie de Saint-Gobain, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Países Baixos), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro do Conselho

fiscal: AXA, Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Maroc)

Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette

Presidente: Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho de direção do Institut d'Etudes Politiques de Paris, Conselho fiscal do Institut Aspen France, European Financial Round Table, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee de Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

2008: **Presidente**

do Conselho de administração do BNP Paribas

Administrador: Lafarge, Compagnie de Saint-Gobain, Total, BNP Paribas (Suíça) SA, Eads N.V. (Pays-Bas), Pargesa Holding SA (Suíça)

Membro do Conselho

fiscal: AXA, Banque Marocaine pour le Commerce et l'Industrie (Maroc)

Censor: Société Anonyme des Galeries Lafayette

Presidente: Commission Banque d'Investissement et de Marchés de la Fédération Bancaire Française, Conselho de direção do Institut d'Etudes Politiques de Paris, Conselho fiscal do Institut Aspen France, Institut de l'entreprise

Membro: Académie des Sciences morales et politiques, Conselho Executivo do Mouvement des Entreprises de France, Haut Conseil de l'Éducation, European Financial Round Table, Institut International d'Études Bancaires, International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore, International Capital Markets Advisory Committee de Federal Reserve Bank of New York, International Business Leaders' Advisory Council for the Mayor of Shanghai (IBLAC)

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de administração

Claude BÉBÉAR Principal função ⁽¹⁾ : Presidente de Honra da AXA			
Nascido a 29 de julho de 1935 Datas de início e de fim do mandato: 13 de maio de 2009 – 23 de maio de 2012		Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾ Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore	
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 3 074 Morada profissional: 25, avenue Matignon, 75008 PARIS, FRANCE			
Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)			
2011: Presidente de Honra da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore	2010: Presidente de Honra da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore	2009: Presidente de Honra da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore	2008: Presidente de Honra da AXA Administrador: AXA Assurances Iard Mutuelle, AXA Assurances Vie Mutuelle Membro do Conselho fiscal: Vivendi Censor: Schneider Electric Presidente: IMS-Entreprendre pour la Cité, Institut Montaigne Membro: International Advisory Panel de Monetary Authority of Singapore

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 23 de maio de 2012.

Jean-Laurent BONNAFÉ Principal função ⁽¹⁾ : Administrador Diretor Geral do BNP Paribas			
Nascido a 14 de julho de 1961 Datas de início e de fim de mandato: 12 de maio de 2010 – AG 2013 Data do 1.º mandato: 12 de maio de 2010		Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾ Administrador: Carrefour, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BNP Paribas Fortis (Bélgica), Erbé S.A. (Bélgica)	
Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 62 545 ^(*) Morada profissional: 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANCE			
Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)			
2011: Administrador Diretor Geral do BNP Paribas (desde 1 de dezembro de 2011) Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BNP Paribas Fortis (Bélgica)	2010: Diretor Geral delegado e Administrador: BNP Paribas Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália) Presidente: Comité de direção e Comité Executivo do BNP Paribas Fortis (Bélgica) Chief Executive Officer : BNP Paribas Fortis (Bélgica)	2009: Diretor Geral delegado: BNP Paribas Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália), BancWest Corporation, Bank of the West	2008: Diretor Geral delegado: BNP Paribas Administrador: Carrefour, BNP Paribas Personal Finance, Banca Nazionale del Lavoro (Itália)

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

(*) Por outro lado, no âmbito do Plano Poupança Empresa, o Sr. Jean-Laurent Bonnafé detém o equivalente a 16 289 ações BNP Paribas.

Pierre-André DE CHALENDAR

Principal função⁽¹⁾: **Presidente Diretor Geral da Compagnie de Saint-Gobain**

Nascido a 12 de abril de 1958
Datas de início e de fim de mandato: 23 de maio de 2012 – AG 2015
Data do 1º mandato: 23 de maio de 2012

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 1 000
Morada profissional: Les Miroirs
92096 LA DEFENSE CEDEX
FRANCE

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Presidente: Verallia
Administrador: Veolia Environnement, Saint-Gobain Corporation, GIE SGPM Recherches

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos. (2) A 31 de dezembro de 2012.

Jean-Marie GIANNO

Principal função⁽¹⁾: **Assistente comercial**

Nascido a 7 de setembro de 1952
Datas de início e de fim de mandato: eleito titular pelos assalariados do BNP Paribas por 3 anos, 16 de fevereiro de 2009 – 15 de fevereiro de 2012
Data do 1º mandato: 15 de março de 2004
(O Sr. Jean-Marie Gianni exerceu um mandato de Administrador)

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 10
Morada profissional: 21, avenue Jean Médecin
06000 NICE,
FRANCE

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Membro: « Think tank » europeu « Confrontations »

Mandatos exercidos a 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011: Membro: « Think tank » europeu « Confrontations »	2010: Membro: Comité des établissements de crédit et des entreprises d'investissements (CECEI), « Think tank » européen « Confrontations »	2009: Membro: Comité des établissements de crédit et des entreprises d'investissements (CECEI), « Think tank » europeu « Confrontations »	2008: Membro: Comité des établissements de crédit et des entreprises d'investissements (CECEI), « Think tank » europeu « Confrontations »
---	--	---	---

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 15 de fevereiro de 2012.

Denis KESSLERPrincipal função⁽¹⁾: Presidente Diretor Geral de SCOR SE

Nascido a 25 de março de 1952

Datas de início e de fim de mandato : 23 de maio de 2012 – AG 2015

Data do 1º mandato : 23 de maio de 2000

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾ : 2 684Morada profissional : 1, avenue du Général-de-Gaulle
92074 PARIS LA DÉFENSE CEDEX,
FRANCE**Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾****Administrador** : Bolloré, Dassault Aviation, Fonds Stratégique d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos) **Membro do Conselho fiscal**: Yam Invest N.V. (Países Baixos) **Membro**: Commission Économique de la Nation, Conselho de administração da Association de Genève, Conselho de administração da Association du Siècle, Global Reinsurance Forum, Reinsurance Advisory Board, Laboratoire d'Excellence Finance et Croissance Durable (LABEX FCD)**Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores**

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Presidente Diretor Geral
de SCOR SE**Administrador** : Bolloré, Dassault Aviation, Fonds Stratégique d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos)**Membro do Conselho fiscal**: Yam Invest N.V. (Países Baixos)**Membro** : Commission Économique de la Nation, Conselho de administração do Siècle, Conselho de administração da Association de Genève, Conselho da Fondation pour la Recherche Médicale, Conselho Estratégico do Comité Européen des Assurances, Global Reinsurance Forum, Reinsurance Advisory Board

2010:

Presidente Diretor Geral
de SCOR SE **Administrador** :

Bolloré, Dassault Aviation, Fonds Stratégique

d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos) **Membro****do Conselho fiscal**: Yam Invest N.V. (Países Baixos) **Membro** :

Commission Économique de la Nation, Conselho de administração do Siècle, Conselho de administração da Association de Genève, Conselho da Fondation pour la Recherche Médicale, Conselho Estratégico do Comité Européen des Assurances

Presidente : Reinsurance Advisory Board, Global Reinsurance Forum

2009:

Presidente Diretor Geral
de SCOR SE **Administrador** :

Bolloré, Dassault Aviation, Fonds Stratégique

d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos) **Membro****do Conselho fiscal**: Yam Invest N.V. (Países Baixos)**Censor** : Financière Acofi SA, Gimar Finance & Cie SCA **Membro**: Commission Économique de la Nation, Conseil économique, social et environnemental, Conselho de administração da Association de Genève, Conseil de la Fondation pour la Recherche Médicale, Comité des entreprises d'assurance, Conseil Stratégique du Comité Européen des Assurances **Presidente** : Reinsurance Advisory Board, Global Reinsurance Forum, Conselho de administração do Siècle

2008:

Presidente Diretor Geral
de SCOR SE**Presidente**: SCOR Global P&C SE, SCOR Global Life U.S. Re Insurance Company (Estados Unidos), SCOR Global Life Re Insurance Company of Texas (Estados Unidos), SCOR Reinsurance Company (Estados Unidos), SCOR U.S. Corporation (Estados Unidos), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça)**Membro do Conselho fiscal**: SCOR Global Investments SE**Administrador**: SCOR Global Life SE, SCOR Canada Reinsurance Company (Canadá), Bolloré, Dassault Aviation, Dexia SA (Bélgica), Fonds Stratégique d'Investissement, Invesco Ltd (Estados Unidos)**Membro do Conselho fiscal**: Yam InvestN.V. (Países Baixos) **Censor**: Financière Acofi SA, Gimar Finance & Cie SCA**Membro** : Commission Économique de la Nation, Conseil économique, social et environnemental, Conseil d'administration de l'Association de Genève, Conseil de la Fondation pour la Recherche Médicale, Comité des entreprises d'assurance**Presidente** : Conselho de administração do Siècle, Cercle de l'Orchestre de Paris **Vice-Presidente** :Reinsurance Advisory Board
Conselheiro geral do Conference Board

(1) Os Mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos Mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

Meglana KUNEVA

Principal função⁽¹⁾: Presidente do Conselho do European Policy Centre (Bruxelas)

Nascida a 22 de junho de 1957

Datas de início e de fim de mandato: 12 de maio de 2010 – AG 2013

Data do 1.º mandato: 12 de maio de 2010

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 10

Morada profissional: Ul. « Plachkovic » - 1

Vhod A
SOFIA 1164
BULGÁRIA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Membro: Advisor on passenger rights to EC Vice-Presidente Siim Kallas, European Commission, Bruxelas (Bélgica), Membro do Board of Trustees of the American University (Bulgária), European Council on foreign relations, Bruxelas (Bélgica)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Membro: Conselho da American University (Bulgária)

2010:

Membro: Conselho da American University (Bulgária)

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos. (2) A 31 de dezembro de 2012.

Jean-François LEPETIT

Principal função⁽¹⁾: Administrador de empresas

Nascido a 21 de julho de 1942

Datas de início e de fim de mandato: 11 de maio de 2011 – AG 2014

Data do 1.º mandato: 5 de maio de 2004

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 8 749

Morada profissional: 30, boulevard Diderot

75572 PARIS CEDEX 12,
FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾ Administrador:

Smart Trade Technologies SA, Shan SA **Membro:** Board da Qatar Financial Center Regulatory Authority (QFCRA), Doha (Qatar), Conselho da régulation financière et du risque systémique (COREFRIS)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA
Membro: Board da QFCRA – Qatar Financial Center Regulatory Authority – (Doha)

2010:

Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA
Membro: Board da QFCRA – Qatar Financial Center Regulatory Authority – (Doha),

2009:

Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA
Membro: Board da QFCRA – Qatar Financial Center Regulatory Authority – (Doha), Collège de l'Autorité des Marchés Financiers, Conseil de normalisation des comptes publics

2008:

Administrador: Smart Trade Technologies SA, Shan SA
Membro: Board de la QFCRA – Qatar Financial Center Regulatory Authority – (Doha), Collège de l'Autorité des Marchés Financiers

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos. (2) A 31 de dezembro de 2012.

GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de administração

Nicole MISSON

Principal função⁽¹⁾: **Conselheira de clientela Particulares**

Nascida a 21 de maio de 1950

Datas de início e de fim de mandato: eleita titular pelos assalariados quadros do BNP Paribas para 3 anos, a 16 de fevereiro de 2012 – 15 de fevereiro de 2015

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 174

Morada profissional: 22, rue de Clignancourt
75018 PARIS,
FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Conselheira prud'homme section Encadrement CPH PARIS, Membro: Comissão paritária do Banco (AFB - formação recurso)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Conselheira prud'homme section Encadrement CPH PARIS,

Membro: Comissão paritária do Banco

(AFB - formação recurso)

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos. (2) A 31 de dezembro de 2012.

Thierry MOUCHARD

Principal função⁽¹⁾: **Encarregado de funções administrativas serviço transações clientela**

Nascido a 4 de julho de 1960

Datas de início e de fim de mandato: 16 de fevereiro de 2012 (data em que o Sr. Thierry MOUCHARD se torna titular na sequência da sua eleição pelos assalariados) – 15 de fevereiro de 2015

Data do 1º mandato: 16 de fevereiro de 2012

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 10

Morada profissional: 41 Boulevard du Maréchal Foch
49000 ANGERS,
FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Nenhum

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos. (2) A 31 de dezembro de 2012.

Laurence PARISOT

Principal função⁽¹⁾: **Vice-Presidente do Diretório do IFOP SA**

Nascida a 31 de agosto de 1959

Datas de início e de fim de mandato:

23 de maio de 2012 – AG 2015

Data do 1º mandato: 23 de maio de 2006

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 755

Morada profissional: 6/8, rue Eugène-Oudiné
75013 PARIS,
FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Presidente: Mouvement des Entreprises de France (MEDEF)

Administradora: Coface SA

Membro do Conselho fiscal: Compagnie Générale des Établissements Michelin (SCA)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Vice-Presidente do Diretório
do IFOP SA

Presidente: Mouvement des
Entreprises de France (MEDEF)

Administradora: Coface SA

Membro do Conselho
fiscal: Compagnie Générale
des Établissements Michelin
(SCA)

2010:

Vice-Presidente do Diretório
do IFOP SA

Presidente: Mouvement des
Entreprises de France (MEDEF)

Administradora: Coface SA

Membro do Conselho
fiscal: Michelin

2009:

Vice-Presidente do Diretório
do IFOP SA

Presidente: Mouvement des
Entreprises de France (MEDEF)

Administradora: Coface SA

Membro do Conselho
fiscal: Michelin

2008:

Vice-Presidente do Conselho
de administração do IFOP SA

Presidente: Mouvement des
Entreprises de France (MEDEF)

Administradora: Coface SA

Membro do Conselho
fiscal: Michelin

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

Hélène PLOIX

Principal função⁽¹⁾: Presidente de Pechel Industries(SAS), de Pechel Industries Partenaires(SAS) e de FSH (SAS)

Nascida a 25 de setembro de 1944

Datas de início e de fim de mandato: 11 de maio de 2011 – AG 2014

Data do 1º mandato: 21 de março de 2003

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 1 609

Morada profissional: 162, rue du Faubourg Saint Honoré
75008 PARIS,
FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Sofina (Bélgica), Genesis Emerging Markets Fund Limited (Guernsey)

Representante permanente: Pechel Industries Partenaires (SAS): Ypso Holding (Luxemburgo), Goëmar Holding (Luxemburgo), Store Electronic Systems (França)

Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe, Goëmar Développement, Laboratoires Goëmar

Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile

Membro: Institut Français des Administrateurs (IFA), Organisation Métrologique Mondiale (OMM)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Presidente de Pechel Industries (SAS), de Pechel Industries Partenaires (SAS) e de FSH (SAS)

Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Sofina (Bélgica)

Representante permanente: Pechel Industries Partenaires (SAS) na Ypso Holding (Luxemburgo), Goëmar Développement (França), Laboratoires Goëmar (França), Goëmar Holding (Luxemburgo), Store Electronic Systems (França)

Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile, Goëmar Holding (Luxemburgo)

Membro: Comité d'investissement du Fonds de Pension des personnels des Nations Unies (até finais de 2011), Independent Expert Oversight Advisory Committee (IEOAC) da Organização Mundial da Saúde (OMS), Institut Français des Administrateurs

2010:

Presidente de Pechel Industries (SAS), de Pechel Industries Partenaires (SAS) e de FSH (SAS)

Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos), Institut Français des Administrateurs

Representante permanente: Pechel Industries Partenaires (SAS) na Ypso Holding (Luxemburgo)

Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe Gerente : Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile

Membro do Comité d'investissement du Fonds de Pension des personnels des Nations Unies, Independent Expert Oversight Advisory Committee (IEOAC) da Organização Mundial da Saúde (OMS)

2009:

Presidente de Pechel Industries SAS e de Pechel Industries Partenaires SAS

Administradora : Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos), Institut Français des Administrateurs

Representante permanente: Pechel Industries Partenaires na Ypso Holding (Luxemburgo)

Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile

Membro do Comité d'investissement du Fonds de Pension des personnels des Nations Unies

2008:

Presidente de Pechel Industries SAS e de Pechel Industries Partenaires SAS

Administradora: Lafarge, Ferring SA (Suíça), Completel NV (Países Baixos)

Representante permanente: Pechel Industries Partenaires na Ypso Holding (Luxemburgo)

Membro do Conselho fiscal: Publicis Groupe Gerente: Hélène Ploix SARL, Hélène Marie Joseph SARL, Sorepe Société Civile

Membro do Comité d'investissement du Fonds de Pension des personnels des Nations Unies

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

Louis SCHWEITZER**Principal função⁽¹⁾: Presidente de France Initiative – Presidente de Honra de Renault**

Nascido a de 8 julho de 1942

Datas de início e de fim de mandato: 12 de maio de 2010 – AG 2013

Data do 1.º mandato: 14 de dezembro de 1993

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 25 233

Morada profissional: 8-10, avenue Émile-Zola

92109 BOULOGNE-BILLANCOURT CEDEX
FRANÇA**Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾****Administrador:** L'Oréal, Veolia Environnement**Membro do Conselho Consultivo:** Allianz (Alemanha), Bosch (Alemanha)**Membro do Conselho:** Fondation Nationale des Sciences Politiques, Musée du quai Branly**Presidente:** Festival d'Avignon, MC 93**Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores**

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nas quais desempenha funções)

2011:

Presidente de France Initiative**Presidente** de Honra da Renault**Presidente do Conselho de****administração:** AstraZeneca Plc

(Grã Bretanha), AB Volvo

(Suécia)

Administrador: L'Oréal, Veolia Environnement**Membro do Conselho Consultivo:**

Allianz (Alemanha), Bosch

(Alemanha)

Membro do Conselho: Fondation

Nationale des Sciences Politiques,

Musée du quai Branly

Presidente: Festival d'Avignon,

MC 93

2010:

Presidente de Honra da

Renault

Presidente do Conselho de**administração:** AstraZeneca Plc

(Grã Bretanha), AB Volvo

(Suécia)

Administrador: L'Oréal, Veolia Environnement**Membro do Conselho Consultivo:**

Banque de France, Allianz

(Alemanha)

Membro do Conselho:

Fondation Nationale des

Sciences Politiques, Institut

Français des Relations

Internationales, Musée du

quai Branly

2009:

Presidente do Conselho de**administração** da Renault**Presidente do Conselho de****administração:** AstraZeneca

Plc (Grã Bretanha)

Presidente do Conselho fiscal:

Le

Monde & Partenaires Associés

(SAS), Le Monde SA, Société

Éditrice du Monde

Administrador: L'Oréal, Veolia

Environnement, AB Volvo

(Suécia)

Presidente: Haute Autorité de

lutte contre les discriminations

et pour l'égalité (HALDE)

Membro do Conselho Consultivo:

Banque de France, Allianz

(Alemanha)

Membro do Conselho:

Fondation Nationale des

Sciences Politiques, Institut

Français des Relations

Internationales, Musée du

quai Branly

2008:

Presidente do Conselho de**administração** da Renault**Presidente do Conselho de****administração:** AstraZeneca Plc

(Grã Bretanha)

Presidente do Conselho fiscal: Le

Monde & Partenaires Associés

(SAS), Le Monde SA, Société

Éditrice du Monde

Administrador: L'Oréal, Veolia

Environnement, AB Volvo

(Suécia)

Presidente: Haute Autorité de

lutte contre les discriminations

et pour l'égalité (HALDE)

Membro do Conselho Consultivo:

Banque de France, Allianz

(Alemanha)

Membro do Conselho:

Fondation Nationale des

Sciences Politiques, Institut

Français des Relations

Internationales, Musée du

Louvre, Musée du quai Branly

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

Michel TILMANT

Principal função⁽¹⁾: Gerente de Strafin sprl (Bélgica)

Nascido a 21 de julho de 1952

Datas de início e de fim de mandato: 12 de maio de 2010 – AG 2013

Data do 1º mandato: 12 de maio de 2010

(O Sr. Michel Tilmant exerceu as funções de censor do BNP Paribas de 4 de novembro de 2009 a 11 de maio)

Nombre d'actions BNP Paribas détenues⁽²⁾: 500

Adresse professionnelle: Rue du Moulin 10
B – 1310 LA HULPE
BÉLGICA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Presidente: Guardian Holdings Limited (Jersey), Guardian Acquisitions Limited (Reino Unido)

Administrador: Sofina SA (Bélgica), Groupe Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium (Bélgica)

Senior Advisor: Cinven Ltd (Reino Unido)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nas quais desempenha funções)

2011:

Presidente: Green Day Holdings Limited (Jersey), Green Day Acquisitions Limited (U.K.)

Administrador: Sofina SA (Bélgica), Groupe Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium

Senior Advisor: Cinven Ltd (U.K.)

2010:

Senior Advisor: Cinven Ltd (U.K.)

Administrador: Sofina SA (Bélgica), Groupe Lhoist SA (Bélgica), Foyer Assurances SA (Luxemburgo), CapitalatWork Foyer Group SA (Luxemburgo), Université Catholique de Louvain (Bélgica), Royal Automobile Club of Belgium (Bélgica)

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

Emiel VAN BROEKHOVEN

Principal função⁽¹⁾: Economista, Professor Honorário da Universidade de Antuérpia (Bélgica)

Nascido a 30 de abril de 1941

Datas de início e de fim de mandato: 12 de maio de 2010 – AG 2013

Data do 1º mandato: 12 de maio de 2010

(O Sr. Emiel Van Broekhoven exerceu as funções de censor do BNP Paribas de 4 de novembro de 2009 a 11 de maio de 2010)

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 550

Morada profissional: Zand 7 – 9
B – 2000 ANTWERP
BÉLGICA

Mandatos a 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Nenhum

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Nada

2010:

Nada

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

GOVERNO DA SOCIEDADE

O Conselho de administração

Daniela WEBER-REY

Principal função⁽¹⁾: Associada na Clifford Chance, Frankfurt (Alemanha)

Nascida a 18 de novembro de 1957

Datas de início e de fim de mandato: 11 de maio de 2011 – AG 2014

Data do 1.º mandato: 21 de maio de 2008

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 2 148

Morada profissional: Mainzer Landstrasse 46
D 60325 – FRANKFURT AM MAIN
ALEMANHA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾ Membro:

Comissão governamental do Código alemão de governo da sociedade, Stakeholder Group da European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA), Partnership Council de Clifford Chance, Board member European Corporate Governance Institute (ECGI), Bruxelas (Bélgica), Advisory board member International Institute for Insurance Regulation (ICIR), Frankfurt (Alemanha)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Membro: Comissão governamental do Código alemão de governo da sociedade, Stakeholder Group da « European Insurance and Occupational Pensions Authority » (EIOPA), Partnership Council de Clifford Chance

2010:

Membro: Grupo de peritos «Ad Hoc Group of Corporate Governance Experts for the Financial Services Area» da Comissão europeia, Comissão governamental do Código alemão de governo da sociedade, Partnership Council de Clifford Chance

2009:

Membro: Grupo consultivo sobre o governo da sociedade e o direito das sociedades da Comissão Europeia, Grupo de peritos «Removing obstacles to cross-border investments» da Comissão europeia, Grupo de peritos « Ad Hoc Group of Corporate Governance Experts for the Financial Services Area » da Comissão europeia, Comissão governamental do Código alemão de governo da sociedade

2008:

Membro: Grupo consultivo sobre o governo da sociedade e o direito das sociedades da Comissão europeia, Grupo de peritos «Removing obstacles to cross-border investments» da Comissão europeia, Comissão governamental do Código alemão de governo da sociedade

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

Fields WICKER-MIURIN

Principal função⁽¹⁾: **Cofundador e Associado no Leaders' Quest (Grã-Bretanha)**

Nascido a 30 de julho de 1958

Datas de início e de fim de mandato: 11 de maio de 2011 – AG 2014

Data do 1º mandato: 11 de maio de 2011

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 139

Morada profissional: 3-5 Richmond Hill
Richmond, SURREY TW10 6RE GRÃ-
BRETANHA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Administrador: CDC Group Plc, Ballarpur International Graphic Paper Holdings

Membro: Conselho da Battex School of Leadership – University of Virginia (Estados- Unidos)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Administrador: CDC Group Plc, Ballarpur International Graphic Paper Holdings

Membro: Conselho da Battex School of Leadership – University of Virginia

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

OUTROS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Philippe BORDENAVE Principal função ⁽¹⁾ : Diretor Geral delegado do BNP Paribas	
Nascido a 2 de agosto de 1954 Número de ações BNP Paribas detidas ⁽²⁾ : 39 049 Morada profissional: 3, rue d'Antin 75002 PARIS, FRANÇA	Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾ Administrador: BNP Paribas Personal Finance Representante Permanente: Antin Participation 5 (SAS) : BNP Paribas Securities Services (SCA)
Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores (as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)	
2011: Diretor Geral delegado do BNP Paribas (desde 1 de dezembro de 2011) Administrador: BNP Paribas UK Holdings Ltd (Grã-Bretanha), BNP Paribas Personal Finance Representante Permanente: Antin Participation 5 (SAS) no BNP Paribas Securities Services (SCA)	

1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

Georges CHODRON DE COURCEL

Principal função⁽¹⁾: Diretor Geral delegado do BNPParibas

Nascido a 20 de maio de 1950

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾ : 71 561

Morada profissional: 3, rue d'Antin

75002 PARIS, FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾**Presidente:** BNP Paribas (Suisse) SA**Vice-Presidente:** Fortis Bank SA/NV (Belgique)**Administrador:** Alstom, Bouygues, Société Foncière,

Financière et de Participation (FFP), Nexans, CNP

Compagnie Nationale à Portefeuille (Belgique), Erbé SA

(Belgique), GBL – Groupe Bruxelles

Lambert (Belgique), SCOR Holding (Switzerland) AG (Suisse),

Scor Global Life Rückversicherung Schweiz AG (Suisse), SCOR Switzerland

AG (Suisse), Verner Investissements SAS

Membre du Conseil de surveillance: Lagardère SCA

Censeur : Exane, SCOR SE**Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores**

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Diretor Geral delegado

do BNP Paribas

Presidente : Compagnie d'Investissement

de Paris SAS, Financière BNP Paribas

SAS, BNP Paribas (Suíça) SA

Vice-Presidente: Fortis Bank SA/NV

(Bélgica)

Administrador: Alstom, Bouygues,

Société Foncière, Financière et de

Participation SA, Nexans, CNP –

Compagnie Nationale à Portefeuille

(Bélgica), Erbé SA (Bélgica), GBL –

Groupe Bruxelles Lambert (Bélgica),

SCOR Holding (Switzerland) AG (Suíça),

Scor Global Life Rückversicherung

Schweiz AG (Suíça), SCOR Switzerland

AG (Suíça), Verner Investissements SAS

Membro do Conselho fiscal: Lagardère

SCA

Censor: Exane, SCOR SE

2010:

Diretor Geral delegado

do BNP Paribas

Presidente : Compagnie

d'Investissement de Paris

SAS, Financière BNP Paribas

SAS, BNP Paribas (Suíça) SA

Vice-Presidente: Fortis Bank SA/

NV (Bélgica)

Administrador: Alstom, Bouygues,

Société Foncière, Financière et de

Participations SA, Nexans, Erbé

SA (Bélgica), Groupe Bruxelles

Lambert – GBL (Bélgica), SCOR

Holding (Switzerland) AG (Suíça),

SCOR Global Life Rückversicherung

Schweiz AG (Suíça), SCOR

Switzerland AG (Suíça), Verner

Investissements SAS

Membro do Conselho**fiscal:** Lagardère SCA**Censor:** Exane, Safran, SCOR SE

2009:

Diretor Geral delegado

do BNP Paribas

Presidente: Compagnie

d'Investissement de Paris

SAS, Financière BNP Paribas

SAS, BNP Paribas (Suíça) SA

Vice-Presidente: Fortis Bank SA/

NV (Bélgica)

Administrador: Alstom, Bouygues,

Société Foncière, Financière et de

Participations SA, Nexans, Erbé SA

(Bélgica), Groupe Bruxelles Lambert

– GBL (Bélgica), SCOR Holding

(Switzerland) AG (Suíça), SCOR Global

Life Rückversicherung Schweiz AG

(Suíça), SCOR Switzerland AG (Suíça),

Verner Investissements SAS

Membro do Conselho fiscal:

Lagardère SCA

Censor : Exane, Safran,

SCOR SA

2008:

Diretor Geral delegado

do BNP Paribas

Presidente: Compagnie

d'Investissement de Paris

SAS, Financière BNP Paribas

SAS, BNP Paribas (Suíça) SA

Administrador: Alstom,

Bouygues, Société Foncière,

Financière et de Participations SA,

Nexans, BNP Paribas ZAO

(Rússia), Erbé SA (Bélgica), SCOR

Holding (Switzerland) AG (Suíça),

Verner Investissements SAS

Membro do Conselho**fiscal** : Lagardère SCA**Censor** : Exane, Safran,

SCOR SA

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

François VILLEROY de GALHAU
Principal função⁽¹⁾: Diretor Geral delegado do BNP Paribas

Nascido a 24 de fevereiro de 1959

Número de ações BNP Paribas detidas⁽²⁾: 1 411^(*)

Morada profissional: 3, rue d'Antin
75002 PARIS,
FRANÇA

Mandatos em 31 de dezembro de 2012⁽¹⁾

Vice-Presidente: BGL BNP Paribas (Luxemburgo)

Administrador: BNP Paribas Fortis (Bélgica), BNP Paribas Leasing Solutions (Luxemburgo), Arval Service Lease, Cortal Consors, Banca Nazionale del Lavoro (Itália)

Membro do Conselho fiscal: Bayard Presse, Villeroy-Boch AG (Alemanha)

Mandatos exercidos em 31 de dezembro dos exercícios anteriores

(as empresas mencionadas são as empresas-mãe dos grupos nos quais desempenha funções)

2011:

Diretor Geral delegado do BNP Paribas (desde 1 de dezembro de 2011)

Administrador: BNP Paribas Cardif, BNP Paribas Développement, BGL BNP Paribas (Luxemburgo)

Membro do Conselho fiscal: Bayard Presse, Villeroy-Boch AG (Alemanha)

(1) Os mandatos em itálico não se enquadram nas disposições da lei n.º 2001-401 de 15 de maio de 2001 relativas à acumulação dos mandatos.

(2) A 31 de dezembro de 2012.

(*) Por outro lado, no âmbito do Plan d'Épargne Entreprise (Plano de Poupança da Empresa), o Senhor François Villeroy de Galhau é detentor do equivalente a 876 ações BNP Paribas.

REMUNERAÇÕES

REMUNERAÇÕES E VANTAGENS SOCIAIS PAGAS AOS MANDATÁRIOS SOCIAIS DURANTE O EXERCÍCIO 2012

Ver parte 4.6 Situações financeiras consolidadas – nota 8.e – Remunerações e vantagens sociais beneficiando os mandatários sociais.

INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO OU DE COMPRA DE AÇÕES DE DESEMPENHO

Instrumentos consentidos em 2012 aos assalariados não mandatários sociais beneficiando do número de atribuição mais elevado e instrumentos mais importantes transferidos ou levantados em 2012, em proveito dos assalariados não mandatários sociais:

ASSENHAS DE PRESENÇA

Ver relatório do Presidente.

	Número de opções atribuídas de ações inscritas ou compradas	Preço médio ponderado	Datas de atribuição
Opções consentidas em 2012 (Soma das 10 atribuições mais importantes)	-	-	-
Opções levantadas em 2012 (10 assalariados)	134 272	36,29	21/03/2003

	Número de ações atribuídas/transferidas	Datas de atribuição
Ações de desempenho consentidas em 2012 (Soma das 10 atribuições mais importantes)	109 500	06/03/2012
Ações de desempenho transferidas em 2012 (10 assalariados)	4 318	06/04/2009

MAPA RECAPITULATIVO DAS OPERAÇÕES DECLARADAS SOBRE O TÍTULO BNP PARIBAS

Operações dos dirigentes e das pessoas mencionadas no artigo L621-18-2 do Código Monetário e financeiro sobre os títulos da sociedade, visadas nos artigos 223-22 à 223-26 do Regulamento Geral da AMF, realizadas durante o exercício 2012 e declaráveis no sentido da regulamentação da AMF.

Apelido e nome Qualidade	Operações realizada	Descrição do instrumento financeiro	Natureza da operação	Número de operações	Montante das operações (em euros)
BONNAFÉ Jean-Laurent Administrador Diretor Geral do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Aquisição de 3 629 ações	2	91 423,32
BORDENAVE Philippe Diretor Geral delegado do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Aquisição de 1 817 ações	1	44 661,86
CHODRON DE COURCEL Georges Diretor Geral delegado do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Aquisição de 2 618 ações	1	64 350,44
			Cessão de 3 000 ações	1	112 200,00
PLOIX Hélène Administradora do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Aquisição de 79 ações	1	1 491,82
SCHWEITZER Louis Administrador do BNP Paribas	A título pessoal	Ações BNP Paribas	Aquisição de 732 ações	1	17 992,56

2.2 Relatório do Presidente do Conselho de Administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

O presente relatório é estabelecido por aplicação do artigo L.225-37 do Código comercial.

As informações incluídas neste relatório tomam nomeadamente em consideração o anexo I do Regulamento europeu (CE) n.º 809/2004 de 29 de Abril de 2004, assim como a Recomendação AMF n.º 2012-02 sobre o governo da sociedade e a remuneração dos dirigentes das sociedades referindo-se ao Código Afep-Medef – Apresentação consolidada das recomendações contidas nos relatórios anuais da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF).

Em conformidade com as disposições do artigo L.225-37 do Código comercial, esclarece-se que o Código de governo da sociedade ao qual o BNP Paribas se refere voluntariamente é o Código de governo das sociedades cotadas publicado pela Association Française des Entreprises Privées (AFEP) e o Mouvement des Entreprises de France (MEDEF). O BNP Paribas aplica, na sua totalidade, as recomendações deste Código.

O GOVERNO DA SOCIEDADE DO BNP PARIBAS

1. PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

O presente relatório reproduz, através de citações ou sob a forma de extratos específicos, o conjunto das disposições do regulamento interno do Conselho de Administração relativas à sua composição ou ao seu funcionamento, à repartição das responsabilidades entre a Direção Geral e o Conselho de Administração, às missões e ao funcionamento dos Comitês especializados, bem como ao comportamento do administrador e do censor⁽¹⁾.

1.a As missões do Conselho de Administração

- O regulamento interno, adotado em 1997 pelo Conselho de administração, define as missões do Conselho e dos seus Comitês especializados; este é atualizado periodicamente para estar em conformidade com as leis, os regulamentos e as recomendações vigentes, e a ser adaptado em função das melhores práticas em matéria de governo da sociedade. Este integra igualmente uma parte consagrada ao administrador e à sua deontologia.
- Os Comitês especializados do Conselho de administração são a Comissão revisora de contas, o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade, o Comité de governo da sociedade e das nomeações e o Comité das remunerações.
Ao criar um Comité de controlo interno e dos riscos distinto da Comissão revisora de contas, o Conselho de administração decidiu, a partir de 1994, separar as atribuições habitualmente atribuídas ao Comité de auditoria. Em 2007, o Conselho alargou a missão do Comité de controlo e dos riscos a todas as questões relativas à política de conformidade, dependendo

nomeadamente dos riscos de reputação ou da ética profissional. O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade cumpre as suas missões de maneira independente e complementar da Comissão revisora de contas que assegura o acompanhamento das questões relativas à elaboração e ao controlo das informações contabilísticas e financeiras. Estes dois Comitês reúnem-se em sessão comum para tratar dos assuntos relativos à política de riscos e de provisionamento do BNP Paribas, tomar conhecimento dos planos de auditoria, e preparar os trabalhos do Conselho sobre a avaliação das políticas e dos dispositivos de gestão dos riscos. Os dois Comitês deliberam com base numa documentação elaborada conjuntamente pelo responsável financeiro e o responsável dos riscos do Grupo. Estes dois responsáveis assistem às reuniões.

A composição dos dois Comitês e os trabalhos que realizam nos seus respetivos domínios visam responder às exigências das disciplinas bancárias e prudenciais, quer resultem da lei, das disposições definidas pelo regulador, quer de regras que o BNP Paribas se impõe a si-próprio para a qualidade do seu controlo interno e a sua política de risco.

- O extrato do regulamento interno relativo às missões do Conselho de administração e dos Comitês especializados encontra-se em anexo do presente relatório.

(1) Sob proposta do Presidente, o Conselho de administração pode, segundo os Estatutos, designar um ou dois censores. Os censores participam com voz consultiva nas reuniões do Conselho de administração.

1.b A dissociação das funções de Presidente e de Diretor geral

A separação das funções de Presidente e de Diretor Geral exprime a vontade do BNP Paribas de se conformar às melhores práticas de governança e de assegurar, de forma transparente, a continuidade da Direção geral. Aquando da sua sessão de 1 de dezembro de 2011, o Conselho de administração confirmou as modalidades da dissociação das funções do Presidente e do Diretor geral tal como foram estabelecidas a 11 de junho de 2003.

As missões do Presidente

O Presidente zela pela manutenção da qualidade da relação com os acionistas em estreita coordenação com as ações levadas a cabo pela Direção Geral neste domínio. Este preside, a este título, ao Comité de ligação dos acionistas cuja missão é assistir o banco na sua comunicação destinada ao acionariado individual; várias vezes por ano, convida os acionistas para encontros durante os quais a estratégia da empresa é apresentada.

O Presidente apoia e aconselha o Diretor Geral, respeitando em simultâneo as responsabilidades executivas deste último. O Presidente organiza a sua atividade para garantir a sua disponibilidade e colocar a sua experiência ao serviço do Grupo. As suas missões são de natureza contributiva e não lhe conferem qualquer poder executivo. Não limitam de forma alguma os poderes do Diretor Geral, que assume sozinho a responsabilidade operacional do Grupo.

A pedido do Diretor Geral, pode participar em qualquer reunião interna incidindo sobre assuntos que dizem respeito à estratégia, à organização, aos projetos de investimento ou de desinvestimento, aos riscos e à informação financeira. Este exprime a sua opinião sem prejuízo das competências do Conselho de administração.

Em estreita coordenação com a Direção Geral, o Presidente pode representar o Grupo nas suas relações de alto nível, nomeadamente com os grandes clientes e os poderes públicos, nos planos nacional e internacional. O Presidente apoia as equipas responsáveis pela cobertura das grandes empresas e instituições financeiras internacionais; contribui igualmente para o desenvolvimento das atividades de consultoria do BNP Paribas, nomeadamente ao prestar a sua assistência à realização de importantes operações de Corporate Finance. Colabora com a Direção Geral ou, a pedido desta, representa o Banco nas suas relações com as autoridades financeiras e monetárias nacionais e internacionais. Participa ativamente no debate sobre a evolução da regulação e das políticas públicas que dizem respeito ao BNP Paribas e, mais geralmente, ao setor bancário.

O Presidente contribui para a promoção dos valores e da imagem do BNP Paribas tanto no seio do Grupo como fora deste. Exprime-se sobre os princípios de ação do BNP Paribas, em particular na área da ética profissional. Contribui para a reputação do Grupo através das responsabilidades que este exerce a título pessoal no seio de instâncias públicas nacionais ou internacionais.

Estas missões mobilizam o tempo do Presidente ao serviço do Grupo. As iniciativas que toma e as ações que realiza para as levar a cabo são consideradas pelo Conselho de administração para proceder à sua avaliação e determinar a sua remuneração.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Presidente encontra-se em anexo ao presente relatório.

Os poderes do Diretor Geral

O Diretor Geral é investido dos poderes mais extensos para agir em quaisquer circunstâncias em nome do BNP Paribas e para representar o Banco nas suas relações com terceiros. Tem autoridade sobre o conjunto do Grupo. É responsável pela organização e os procedimentos de controlo interno e o conjunto das informações exigidas a este título pela regulamentação.

Este exerce os seus poderes dentro do limite do objeto social, sob reserva daqueles que a lei atribui expressamente às Assembleias de acionistas e ao Conselho de administração.

A título interno, o Regulamento do Conselho de administração dispõe que o Diretor Geral lhe apresente para acordo prévio todas as decisões de investimento ou de desinvestimento (exceto operações de carteira) de um montante superior a 250 milhões de euros, assim como qualquer projeto de tomada ou de cedência de participações (exceto operações de carteira) superiores a este limite. O Diretor Geral deve apresentar para acordo prévio à Comissão revisora de contas do Conselho qualquer missão não coberta pelo mandato dos Revisores oficiais de contas cujo montante de honorários (sem IVA) exceda um milhão de euros.

1.c A composição do Conselho – A independência dos administradores

A composição do Conselho

- Sob proposta do Conselho de administração, a Assembleia-geral Mista dos acionistas de 23 de maio de 2012⁽¹⁾ renovou o mandato da Sra Laurence Parisot, assim como os dos Srs. Denis Kessler e Michel Pébereau e nomeou o Sr. Pierre André de Chalendar. Durante a Assembleia dos acionistas, estiveram presentes Quinze administradores.
- Após a Assembleia Geral dos acionistas de 23 de maio de 2012, o Conselho de administração era composto por dezasseis administradores, catorze dos quais nomeados pelos acionistas. A 16 de fevereiro de 2012, o Sr. Thierry Mouchard, administrador eleito pelos assalariados sucedeu ao Sr. Jean-Marie Gianno. Em 31 de dezembro de 2012, a representação das mulheres entre os administradores nomeados pelos acionistas era de 35,7 % (5/14). Estão representadas cinco nacionalidades no seio do Conselho.

⁽¹⁾ A participação dos acionistas na Assembleia Geral vem definida no artigo 18º dos estatutos. Um resumo destas regras assim como a ata da organização e da realização da Assembleia Geral de 23 de maio de 2012 constam na parte «BNP Paribas e os seus acionistas» do Documento de referência e relatório financeiro anual.

A independência dos administradores

Respondem aos critérios de independência definidos pelo Código de governo da sociedade Afep-Medef : Sr. Pierre André de Chalendar, Sra. Meglena Kuneva, Srs. Jean-François Lepetit e Louis Schweitzer, Sras. Laurence Parisot e Hélène Ploix, Srs. Michel Tilmant e Emiel Van Broekhoven, Sras. Daniela Weber-Rey e Fields Wicker-Miurin. Em conformidade com as disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF (ponto 8.5), o Conselho de administração considerou que a composição do capital do BNP Paribas e a ausência de conflito de interesses potencial garantia a independência dos Srs. Michel Tilmant e Emiel Van Broekhoven. Após ter procedido à avaliação do Sr. Denis Kessler, antes de propor a renovação do seu mandato à Assembleia geral dos acionistas, de 23 de maio de 2012, o Conselho considerou que o critério de perda de independência ligado ao exercício de um mandato de administrador há mais de doze anos não se aplicava à sua pessoa. O Conselho tinha explicitamente sublinhado que esta consideração estava baseada na sua apreciação da personalidade do Sr. Denis Kessler e da liberdade de espírito com a qual exerce o seu mandato de administrador e de Presidente do Comité das remunerações. Após ter igualmente procedido à avaliação do Sr. Louis Schweitzer, administrador e Presidente da Comissão revisora de contas, o Conselho de administração considerou, pelos mesmos motivos, que

O critério de perda de independência ligada à duração de exercício do seu mandato não se aplicava à sua pessoa. O conjunto destas apreciações foi formulado em conformidade com as disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF. Mais de metade dos administradores do BNP Paribas são independentes, em conformidade com as disposições deste Código.

- Os dois administradores eleitos pelos assalariados, Sr. Thierry Mouchard e Sra. Nicole Misson, não são reconhecidos como independentes segundo os critérios do Código de governo da sociedade Afep-Medef, apesar do seu estatuto e do modo como foram eleitos que constituem no entanto uma garantia de independência.
- Três administradores nomeados pelos acionistas, Srs. Baudoin Prot, Presidente do Conselho de administração, Michel Pébereau, Presidente de Honra e Jean-Laurent Bonnafé, Diretor Geral, não correspondem aos critérios do Código de governo da sociedade Afep-Medef que definem o administrador independente.

O quadro abaixo apresenta a situação de cada administrador relativamente aos critérios de independência propostos pelo Código de governo da sociedade Afep-Medef.

➤ SITUAÇÃO DOS ADMINISTRADORES RELATIVAMENTE AOS CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA DO CÓDIGO AFEP-MEDEF

	Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4	Critério 5	Critério 6	Critério 7
B. PROT	x	o	o	o	o	o	o
M. PÉBEREAU	x	o	o	o	o	x	o
J.L. BONNAFÉ	x	o	o	o	o	o	o
P.A. DE CHALENDAR	o	o	o	o	o	o	o
D. KESSLER	o	o	o	o	o	x ^(*)	o
M. KUNOVA	o	o	o	o	o	o	o
J.F. LEPETIT	o	o	o	o	o	o	o
N. MISSON	x	o	o	o	o	o	o
T. MOUCHARD	x	o	o	o	o	o	o
L. PARISOT	o	o	o	o	o	o	o
H. PLOIX	o	o	o	o	o	o	o
L. SCHWEITZER	o	o	o	o	o	x ^(*)	o
M. TILMANT	o	o	o	o	o	o	o
E. VAN BROEKHOVEN	o	o	o	o	o	o	o
D. WEBER-REY	o	o	o	o	o	o	o
F. WICKER-MIURIN	o	o	o	o	o	o	o

Legenda :

«o» representa um critério respeitado de independência segundo os critérios AFEP-MEDEF

«x» representa um critério não satisfeito de independência segundo os critérios AFEP-MEDEF

Critério 1 Estatuto de assalariado ou de mandatário social durante os cinco anos anteriores.

Critério 2 Existência ou não de mandatos cruzados.

Critério 3 Existência ou não de relações de negócios significativas.

Critério 4 Existência de ligação familiar próxima com um mandatário social.

Critério 5 Não ter sido auditor da empresa durante os cinco anos anteriores.

Critério 6 Não ser administrador da empresa há mais de doze anos.

Critério 7 Estatuto do acionista importante.

(*) Cf. comentário acima parágrafo «A independência dos administradores».

- O Conselho de administração considera que as principais qualidades pessoais próprias para assegurar, além do respeito dos critérios definidos pelo Código de governo da sociedade Afep-Medef, a independência dos administradores são as seguintes :
 - a competência, baseada na experiência e na capacidade de compreensão dos desafios e dos riscos;
 - a coragem, nomeadamente a de exprimir o seu pensamento e de formular o seu julgamento;
 - a disponibilidade, que permite ter o recuo necessário e favorece a implicação do administrador no exercício do seu mandato;
 - o *affectio societatis*, que alimenta o compromisso do administrador para com a empresa, no seio do Conselho que representa coletivamente os acionistas; o *affectio societatis* favorece nomeadamente a boa compreensão, por parte do administrador, da cultura da empresa e da sua ética.
- O processo de recrutamento dos administradores associa as informações e as apreciações dos membros do Comité de governo da sociedade e das nomeações às do Presidente do Conselho de administração com vista a selecionar, em conformidade com os critérios definidos pelo Conselho, as candidaturas suscetíveis de reunir as qualidades pessoais e profissionais procuradas.

1.d A deontologia do administrador

- O BNP Paribas conforma-se ao Regulamento europeu n°809/2004 de 29 de abril de 2004.

O Conselho não tem conhecimento de qualquer situação de conflito de interesses dos administradores. O regulamento interno do Conselho exige-lhes, em todo o caso, que deem a conhecer «qualquer situação de conflito de interesses, mesmo potencial» e de se absterem de «participar no voto da deliberação correspondente». O regulamento interno prevê que um administrador que não considere estar em condições de preencher a sua função no seio do Conselho do qual é membro deve apresentar a demissão.

O Conselho não tem conhecimento de qualquer ligação familiar entre os membros do Conselho e nenhum dos seus membros foi condenado por fraude « pelo menos durante os últimos cinco anos » nem esteve associado enquanto membro de um órgão de administração, de direção ou de fiscalização ou enquanto Diretor Geral, a qualquer falência, confiscação ou liquidação « pelo menos durante os últimos cinco anos ».

O Conselho não tem conhecimento de qualquer «incriminação e/ou sanção pública oficial» pronunciada contra um membro do Conselho de administração. Nenhum administrador foi objeto de uma interdição de exercer a sua qualidade « pelo menos durante os últimos cinco anos ».

Independentemente das convenções e compromissos regulamentados, não existe disposição ou acordo com os principais acionistas, clientes, fornecedores ou outros, em virtude dos quais um membro do Conselho de administração foi selecionado.

- Os administradores devem exercer o seu mandato de forma responsável, nomeadamente no que respeita à regulamentação

relativa às operações de iniciados. Têm, em particular, o dever de respeitar as disposições legais relativas às informações privilegiadas. Nos termos do regulamento interno, devem abster-se de efetuar sobre o título BNP Paribas operações que poderiam ser consideradas como especulativas.

- Os administradores declararam, no âmbito das diligências de aplicação das normas contabilísticas, não ter beneficiado de nenhum apoio financeiro do BNP Paribas ou de uma sociedade do Grupo que não tenha sido concedido de acordo com as condições do mercado.
- O extrato do regulamento interno relativo ao comportamento do administrador encontra-se em anexo do presente relatório.

1.e A formação e a informação dos administradores

- Por aplicação do regulamento interno, cada administrador pode pedir que lhe seja comunicado pelo Presidente ou Diretor Geral todos os documentos e informações necessários ao cumprimento da sua missão, para participar de forma útil nas reuniões do Conselho de administração e tomar uma decisão esclarecida, desde que se trate de documentos úteis para a tomada de decisão e ligados aos poderes do Conselho.
- Os administradores têm livremente acesso às atas das reuniões dos Comités do Conselho.
- As sessões dos Comités servem para atualizar a informação dos administradores, em dossiês temáticos correspondentes à agenda. Além disso, o Conselho é mantido informado da evolução da regulamentação bancária e dos textos de referência em matéria de governança. Os administradores são informados dos períodos durante os quais poderão, salvo em circunstâncias particulares, efetuar eventuais transações sobre o título BNP Paribas.
- Aquando da sua entrada em funções, o novo administrador recebe documentação escrita sobre o Grupo, as suas características, a sua organização, as suas Demonstrações financeiras recentes e um conjunto de referências sobre as informações disponíveis no Website do Grupo. O Secretário do Conselho comunica-lhe as principais disposições legais relativas à definição, comunicação e exploração das informações privilegiadas. Entrega-lhe o regulamento interno do Conselho de administração e organiza, ao seu cuidado, um programa de encontros de trabalho com os responsáveis operacionais e funcionais do Grupo, correspondendo às necessidades do seu mandato e às suas prioridades pessoais.
- Em 2012, foi organizada uma jornada de informação para os administradores recentemente nomeados ou eleitos e para quem desejasse participar.. A agenda desta jornada incidiu sobre as atividades de Corporate and Investment Banking e de Investment Solutions assim como sobre os riscos, a liquidez e a regulamentação dos bancos. Foram igualmente apresentados os mercados domésticos, bem como um ponto sobre a política da marca BNP Paribas. Os administradores presentes encontraram-se por esta ocasião com os respetivos responsáveis.

Relatório do Presidente do Conselho de Administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

2. AS REUNIÕES DO CONSELHO E DOS COMITÉS EM 2012

- Em 2012, o Conselho de administração reuniu-se oito vezes, uma das quais por convocação excecional. A participação média dos administradores nas sessões do Conselho foi de 95%. Além disso, o Conselho reuniu-se uma vez para um seminário estratégico.
- A Comissão revisora de contas reuniu-se quatro vezes, com uma taxa de assiduidade dos seus membros de 100%.
- O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reuniu-se quatro vezes com uma taxa de assiduidade de 100%.
- A Comissão revisora de contas e o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reuniram-se duas vezes, em sessão ordinária, com uma taxa de assiduidade de 95%. Assim, estes dois Comitês reuniram-se, em conjunto ou separadamente, dez vezes durante o ano de 2012.
- O Comité de governo da sociedade e das nomeações reuniu-se três vezes, com uma taxa de assiduidade de 100%.
- O Comité das remunerações reuniu-se seis vezes com uma taxa de assiduidade de 100%.

➤ ASSIDUIDADE NAS SESSÕES DO CONSELHO E DOS COMITÉS EM 2012

	Sessões do Conselho		Sessão dos Comitês		Conjuntodas sessões		
	1	2	1	2	1	2	3
Administradores							
B. PROT	8	8			8	8	100 %
M. PÉBEREAU	8	8	3	3	11	11	100 %
J.L. BONNAFÉ	8	8			8	8	100 %
C. BÉBÉAR (até 23/05/2012)	5	5	2	2	7	7	100 %
P.A DE CHALENDAR (a partir de 24/05/2012)	3	3			3	3	100 %
J.M. GIANNO (até 15/02/2012)	2	2	1	1	3	3	100 %
D. KESSLER	6	8	12	12	18	20	90 %
M. KUNOVA	8	8			8	8	100 %
J.F. LEPETIT	8	8	12	12	20	20	100 %
N. MISSON	8	8	5	5	13	13	100 %
T. MOUCHARD (a partir de 16/02/2012)	5	6	1	2	6	8	75 %
L. PARISOT	6	8	3	3	9	11	82 %
H. PLOIX	8	8	10	10	18	18	100 %
L. SCHWEITZER	8	8	6	6	14	14	100 %
M. TILMANT	8	8	6	6	14	14	100 %
E. VAN BROEKHOVEN	8	8	6	6	14	14	100 %
D. WEBER-REY	7	8	3	3	10	11	91 %
F. WICKER-MIURIN	8	8	4	4	12	12	100 %
Média		95 %		98,5 %			

A coluna 1 refere-se às presenças na sessão

A coluna 2 refere-se ao número de sessões

A coluna 3 refere-se à taxa de assiduidade individual

3. OS TRABALHOS DO CONSELHO EM 2012

3.a Estratégia

O Conselho de administração determina a estratégia e as orientações da atividade do BNP Paribas sob proposta da Direção Geral, que apresenta os seus elementos essenciais no término de um processo interno formalizado.

Examina e decide das operações de importância estratégica em conformidade com as disposições do seu regulamento interno. Acompanha a implementação dos objetivos que aprovou, nomeadamente aquando das deliberações sobre as contas e o orçamento.

O Conselho é regularmente informado da situação de liquidez e dos compromissos do Grupo.

- O Conselho de administração deliberou várias vezes sobre a situação da economia e dos mercados. Acompanhou a implementação das medidas de adaptação relativas à adequação dos fundos próprios às exigências regulamentares, a dimensão do balanço e a liquidez que lhe foram propostas pela Direção Geral.
- Tomou conhecimento do andamento dos trabalhos realizados pela Direção Geral no âmbito do Recovery and Resolution Plan (Plano de Recuperação e de Resolução) solicitado pelo Financial Stability Board (FSB) e pela Autoridade de Controlo Prudencial (ACP).
- O Conselho deliberou sobre a evolução comparada das valorizações bolsistas dos principais bancos mundiais assim como sobre a situação relativa do BNP Paribas tal como esta resulta das notações efetuadas pelas agências de notação.
- Foi informado da estratégia do BNP Paribas Investment Partners.
- O Conselho de administração aprovou o projeto de cessão da franquia de financiamento das atividades de hidrocarbonetos baseada em Houston e no Canadá e o projeto de cessão de um bloco inferior a 30% do capital de Klépierre. Tomou conhecimento do projeto de registo do BNP Paribas SA, na qualidade de Swap dealer.
- Adotou o projeto de reestruturação da atividade de Financiamentos Especializados e o projeto de fusão-absorção de SAS Foncière de la Compagnie Bancaire BNP Paribas. Aprovou a renovação do Programa American Depositary Receipt (ADR).
- Tomou conhecimento da política desenvolvida pelo BNP Paribas no domínio da responsabilidade social da empresa (RSE).
- Foi informado dos resultados do inquérito anual relativo à satisfação dos colaboradores (Global People Survey) e das ações que daí resultaram.
- Debateu sobre o relatório Liikanen e o projeto de lei bancária francesa.
- Foi informado da revisão interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US iniciada em concertação com as autoridades americanas no âmbito da implementação da política de sanções económicas dos Estados Unidos.
- Foi informado do projeto de emissão de obrigações BNP Paribas trocáveis em ações Pargesa.
- Adotou o projeto de cessão da filial do BNP Paribas SA no Egito à Emirates NBD P.J.S.C.

■ Não foi chamado a pronunciar-se sobre nenhum projeto estratégico que possa ter sido desenvolvido fora das orientações definidas e deveria por isso ter sido objeto de uma aprovação prévia. Fez o ponto da situação sobre a evolução de vários projetos que tinha anteriormente evocado.

■ O Conselho de administração reuniu-se, como nos anos anteriores, para um seminário estratégico dedicado às perspetivas de rentabilidade e de evolução do seu ambiente concorrencial assim como à adaptação da organização prevista, Simple and efficient. Foram-lhe apresentadas análises relativas à CIB, aos mercados domésticos, ao banco digital, a certas zonas geográficas e áreas de intervenção em desenvolvimento (Ásia; BNP Paribas Cardif; Turquia).

3.b Riscos, liquidez, conformidade e controlo interno

No relatório do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade agindo com base nas informações entregues pela Direção Geral, o Conselho de administração debateu regularmente o ambiente económico, financeiro e regulamentar, nomeadamente prudencial. Foi informado da evolução dos riscos assim como da situação de liquidez.

Riscos e liquidez

- O Conselho de administração debateu ao longo de todo o ano a política de liquidez, tendo em consideração a situação dos mercados e as disposições tomadas ou previstas pelas autoridades de regulação internacionais ou nacionais. Num contexto caracterizado por uma grande instabilidade, foi informado das medidas tomadas pela Direção Geral para fazer face às mudanças e às suas consequências sobre a quantidade, a qualidade e o custo da liquidez. Tomou nota das disposições implementadas pela Direção Geral para acompanhar as necessidades de financiamento das áreas de intervenção assim como dos resultados obtidos em 2012 neste domínio.
- Tomou conhecimento das condições de preço e de maturidade das emissões realizadas em 2011 e 2012.
- Foi informado do estado de avanço do Recovery and Resolution Plan (RRP) estabelecido a pedido dos reguladores e cuja versão atualizada foi entregue à Autoridade de Controlo Prudencial (ACP).
- Aprovou a Política de perfil de risco (Risk Appetite Statement) do BNP Paribas que lhe foi proposta pela Direção geral com o painel de controlo apresentando a medição dos indicadores escolhidos para representar esse perfil de risco.
- Tomou conhecimento das conclusões dos trabalhos do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade sobre os riscos do Grupo. Deliberou sobre os principais desafios identificados, em particular no que diz respeito à exposição às dívidas soberanas. Foi regularmente informado da evolução do custo do risco por área de intervenção e por zona geográfica, assim como dos principais riscos recensados.
- Ouviu as conclusões dos trabalhos efetuados conjuntamente pela Comissão revisora de contas e pelo Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade com base no relatório estabelecido para o ano de 2011 sobre a medição e a vigilância dos riscos, em conformidade com as disposições do Regulamento CRBF 97-02. Procedeu à avaliação da eficácia das políticas e dos dispositivos implementados

Conformidade e controlo interno

- O relatório 2011 sobre a conformidade e o relatório 2011 sobre o controlo permanente, o risco operacional e a continuidade de atividades foram comunicados ao Conselho de administração. Este ouviu os comentários do Presidente do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade sobre estes relatórios. Foi informado da evolução dos meios afetos ao controlo interno. Tomou conhecimento da atualização da Carta de controlo interno. Aprovou a parte do projeto de relatório do Presidente dedicada aos procedimentos de controlo interno.
- Foi informado dos principais resultados do controlo periódico em 2011 e no 1º semestre de 2012, assim como da síntese das observações transmitidas pela Inspeção-geral.
- O Conselho notou que os planos de auditoria apresentados pelos Revisores oficiais de contas permitiam-lhes cumprir as suas diligências de maneira satisfatória.
- Foi informado sobre os ensinamentos do programa implementado pela Direção Geral para assegurar o controlo e a segurança das operações de mercado. Tomou conhecimento do montante das perdas e ganhos relacionados com os incidentes operacionais, assim como dos principais contenciosos.
- Adotou as deliberações que permitem completar a centralização do controlo periódico das filiais no respeito da responsabilidade dos órgãos deliberativos das filiais visadas.
- O Conselho foi informado da revisão interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US iniciada em concertação com as autoridades americanas no âmbito da implementação da política de sanções económicas dos Estados Unidos.
- O Conselho ouviu, na ausência do Presidente e do diretor geral, a ata das audições do Inspetor-geral, responsável pelo controlo periódico, do responsável do controlo permanente e da conformidade, do responsável da ALM Tesouraria e do responsável do Group Risk Management cuja competência cobre o conjunto da política de risco do Grupo, realizadas pelo Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade.
- O Conselho tomou conhecimento das trocas de correspondência com a Autoridade de Controlo Prudencial (ACP) e dos comentários do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade. Foi informado sobre as relações com os reguladores no estrangeiro, tais como foram transmitidas pela Direção Geral.

3.c Orçamento, contas e resultados, gestão e informação financeira

Orçamento

Em conformidade com a sua prática corrente, o Conselho examinou e aprovou durante a última sessão do ano, o orçamento para 2013 apresentado pela Direção Geral para o conjunto do Grupo, os seus domínios de atividade e as suas principais áreas de intervenção.

Contas e resultados

- O Conselho examinou e aprovou os resultados do 4º trimestre de 2011 e do ano de 2011, assim como os resultados dos três primeiros trimestres do ano de 2012.

- Tomou conhecimento, a cada trimestre, da evolução dos rendimentos e do coeficiente de exploração por área de intervenção.
- Para cada período considerado, o Conselho ouviu a síntese dos trabalhos da Comissão revisora de contas e as conclusões dos Revisores oficiais de contas que assistem de pleno direito às sessões que tratam das contas e dos resultados.
- O Conselho deliberou sobre a evolução do rácio de solvabilidade à luz das decisões tomadas pelo regulador neste domínio. Foi informado das consequências sobre os rendimentos e os resultados das medidas tomadas para reduzir a necessidade de financiamento do Grupo, nomeadamente em dólares. Examinou a rentabilidade dos fundos próprios investidos nas áreas de intervenção.
- Tomou conhecimento do andamento do plano de redução do balanço. Examinou a composição do balanço cash em dólares e a sua evolução durante o ano de 2012.
- O Conselho foi informado das escolhas significativas relacionadas com a aplicação dos princípios contabilísticos que foram examinados pela Comissão revisora de contas sobre o relatório conjunto dos Revisores oficiais de contas e do responsável financeiro do Grupo.
- Ouviu os comentários da Comissão revisora de contas sobre a síntese do controlo interno contabilístico examinada, trimestralmente, por este último.
- O Conselho ouviu o relatório das audições dos Revisores oficiais de contas e do responsável financeiro do Grupo, realizadas pela Comissão revisora de contas sem a presença do Presidente e do Diretor Geral.

Gestão financeira

- O relatório sobre o financiamento a médio e longo prazo em 2011 e no 1º semestre de 2012 foi comunicado ao Conselho; Este ouviu os comentários da Direção Geral sobre as condições de execução dos programas. Foi igualmente informado de maneira regular da rentabilidade da produção nova dos créditos.
- Tomou conhecimento do relatório ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process). Este relatório foi apresentado pela primeira vez por ocasião da sessão comum da Comissão revisora de contas e do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade Visa assegurar que o banco tem uma boa avaliação dos seus riscos (de concentração operacional informática), que implementou controlos adequados e que dispõe e continuará a dispor de fundos próprios necessários para fazer face a esses riscos.
- Foi informado dos resgates de ações efetuadas no âmbito da autorização dada pela Assembleia Geral.

Informação financeira

- Por ocasião de cada sessão dedicada aos resultados, o Conselho examinou os projetos de comunicado. Aprovou o projeto de relatório do Conselho de administração para o ano 2011, assim como o projeto de relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira.
- As notações a longo prazo da empresa são apresentadas na introdução do Documento de referência e relatório financeiro anual.

Relatório do Presidente do Conselho de Administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

3.d Governo da sociedade

Evolução da governança do BNP Paribas

■ O Conselho de administração aprovou o comunicado de imprensa relativo à renúncia do Sr. Jean-Laurent Bonnafé do seu contrato de trabalho, a partir do dia 1 julho de 2012. Aprovou o projeto de convenção regulamentada relativa ao Sr. Jean-Laurent Bonnafé e o projeto estabelecido sob proposta do Comité de governo da sociedade e das nomeações que será apresentado aos acionistas para ratificação por ocasião da Assembleia Geral de 2013.

Avaliação do Conselho de administração

Realização dos desejos de melhoria expressos aquando da última avaliação do Conselho de administração para 2011.

Os principais desejos de melhoria formulados eram (i) aumentar a parte das sessões do Conselho dedicadas ao debate, apesar das agendas sobrecarregadas; (ii) pedir ao secretariado do Conselho para estudar a disponibilização aos administradores de um certo número de documentos (discursos, apresentações do Presidente ou do Diretor Geral) ou de estudos particularmente pertinentes por via eletrónica segura; (iii) de abrir a todos os administradores que o desejem os dias organizados para os novos administradores de forma a permitir uma familiarização ainda maior com a estratégia das áreas de intervenção do Grupo; por fim (iv) fazer, durante os conselhos ordinários, apresentações sobre os principais atores do banco, orientadas para a estratégia e os principais desafios.

Foram implementadas medidas para satisfazer estes pedidos, respeitando a segurança e a confidencialidade das informações remetidas ao Conselho e tentando não sobrecarregar demasiado as sessões.

Avaliação do Conselho de administração relativamente a 2012

■ A organização e o funcionamento do Conselho de administração e dos seus Comités especializados foram objeto de uma avaliação pelo décimo primeiro ano consecutivo.

■ Esta avaliação foi realizada com base num questionário anónimo incidindo sobre a organização do Conselho (independência, condições de funcionamento), e as suas principais áreas de atividades tais como indicadas no presente relatório (estratégia, controlo interno e riscos, gestão financeira, remunerações) assim como sobre as competências dos membros dos Comités, a pertinência dos assuntos tratados e a qualidade das atas dos seus trabalhos. O suporte da avaliação incluía este ano quarenta e seis questões acompanhadas de uma escala das notações, reagrupadas em dez temas. Os administradores foram convidados a formular as suas propostas de melhoria sobre cada um desses temas. A avaliação de conjunto é muito satisfatória, e os pontos assinalados no ano passado foram objeto de medidas de melhoria visíveis.

Os pontos de melhoria referiam-se a três domínios:

- a formação e a informação do Conselho, assim como o acesso aos dirigentes não mandatários sociais;
- o tempo dedicado à compreensão dos riscos operacionais e aos riscos ligados à conformidade;
- o prazo de entrega dos processos antes dos Conselhos ou Comités.

Este Ano, o questionário foi completado por um conjunto de entrevistas individuais.

Avaliação dos administradores – Evolução da composição do Conselho de administração e dos Comités especializados

■ No âmbito do processo descrito acima, o Conselho avaliou a independência dos administradores tendo em consideração as qualidades que havia definido em 2010 (competência, coragem, disponibilidade e affectio societatis), assim como a competência dos membros de cada um dos seus Comités. Deliberou sobre as propostas relativas à sua composição suscetíveis de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral dos acionistas.

■ Na sequência da decisão do Sr. Claude Bébéar de não solicitar a renovação do seu mandato de administrador aquando da Assembleia Geral de 23 de maio de 2012, o Conselho de administração propôs à Assembleia Geral a nomeação do Sr. Pierre André de Chalendar por um período de três anos. Também propôs a renovação dos mandatos da Sra. Laurence Parisot e dos Srs. Denis Kessler e Michel Pébereau.

O Comité nomeou o Sr. Michel Pébereau para o cargo de Presidente do Comité de governo da sociedade e das nomeações para substituir o Sr. Claude Bébéar.

Relatório do Presidente

■ O Conselho de administração aprovou o presente relatório do Presidente sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho, assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pelo BNP Paribas.

3.e Remuneração

Remuneração dos administradores

- Os administradores exteriores ao Grupo(1) não recebem da parte do BNP Paribas qualquer outra remuneração além das senhas de presença.
- Tratando-se do Conselho de administração, as senhas de presença atribuídas aos administradores incluem uma parte fixa e uma parte variável ligada à presença efetiva nas reuniões do Conselho.
- Sob proposta conjunta do Comité de governo da sociedade e das nomeações e do Comité de remunerações, o Conselho de administração decidiu aumentar a parte fixa das senhas de presença de 14 864 euros para 17 000 euros e de 22 296 euros para 25 500 euros para os administradores estrangeiros, a partir de 2013. Os membros do Conselho residentes no estrangeiro beneficiam de meia senha adicional para ter em consideração as suas sujeições particulares.
- A parte variável das senhas de presença é calculada com base em 2 123,43 euros por sessão programada (7 sessões por ano). Em caso de sessão excecional do Conselho de administração, cada administrador presente recebe uma senha calculada nesta base acrescida de 75 %.
- Os administradores não recebem qualquer remuneração relativamente à sua participação do seminário estratégico.

(1) Administradores membros do Grupo : Sr. Jean-Marie Gianni (até 15 de fevereiro de 2012) e Sr. Thierry Mouchard (a partir de 16 de fevereiro de 2012), Sra. Nicole Misson (a partir de 16 de fevereiro de 2012), Srs. Baudouin Prot, Jean-Laurent Bonnafé e Michel Pébereau..

- Pela sua atividade nos Comitês especializados, os administradores recebem uma remuneração correspondente a uma parte fixa e a uma parte variável das senhas de presença:
 - a parte fixa atribuída aos Presidentes dos Comitês foi fixada em 20 000 euros para os Presidentes da Comissão revisora de contas, do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade e do Comité das remunerações, e a 10 000 euros para o Presidente do Comité de governo da sociedade e das nomeações. A parte fixa para os outros membros desses Comitês foi fixada em 2 973 euros;
 - as partes variáveis ligadas à presença efetiva nas reuniões dos Comitês foram fixadas em 1 698,74 euros por sessão para os Presidentes dos Comitês e a 1 061,71 euros para os outros membros desses Comitês.
- Em virtude das disposições anteriores, o Conselho decidiu atribuir aos membros do Conselho de administração um montante de 814 997 euros em 2012. O montante é inferior em 3,2 % em relação ao montante pago em 2011 (841 507 euros devido a o número menos elevado de sessões do Conselho.
- O quadro das senhas de presença pagas aos membros do Conselho de administração consta da nota anexa 8.e às demonstrações financeiras, incluída no presente Documento de referência e relatório financeiro anual.

Remuneração dos dirigentes mandatários sociais

- Sob proposta do Comité das remunerações, o Conselho de administração determinou as remunerações variáveis dos dirigentes mandatários sociais segundo as modalidades que tinha em 2010. Estas modalidades tinham sido descritas na nota anexa 8.e às Demonstrações financeiras incluída no Documento de referência e relatório financeiro anual 2010 (páginas 240 e 241). O Conselho constatou os resultados dos cálculos ligados aos critérios avaliados incidindo sobre o desempenho do Grupo. Apreciou como os objetivos pessoais tinham sido atingidos tendo em conta a sua avaliação dos desempenhos individuais dos mandatários sociais, nomeadamente das capacidades de antecipação, de decisão e de animação desenvolvidas por cada um deles. Decidiu não utilizar a possibilidade de atribuir ao Diretor Geral e aos Diretores Gerais delegados uma remuneração variável ligada à política de risco e de liquidez. O Conselho de administração certificou-se da coerência da evolução da remuneração variável com a do resultado líquido parte do Grupo do BNP Paribas.
- O Conselho decidiu que as remunerações variáveis concedidas aos mandatários sociais seriam diferidas para um período de três anos numa proporção de 60 %⁽¹⁾ e que a parte paga em 2011 (40 %) seria diferida em seis meses e indexada, por metade, à evolução da cotação da ação. A parte diferida para lá de 2011 (60 %) seria submetida, para cada ano em causa, a uma condição de rentabilidade dos fundos próprios e indexada, para uma metade, à evolução da cotação da ação desde a data do primeiro pagamento.

- O Conselho de administração definiu os princípios de remuneração dos mandatários sociais para 2012. Estas disposições encontram-se descritas na nota anexa 8.e às Demonstrações financeiras incluída no presente Documento de referência e relatório financeiro anual.
 - Sob proposta do Comité das remunerações, o Conselho aprovou as características de um plano de remuneração a longo prazo destinado a assegurar o interesse dos mandatários sociais na criação de valor sobre um longo período. Certificou-se junto do Comité dos Sábios AFEP-MEDEF que este plano respeitava as disposições do Código de governo da sociedade. Implementou este plano em benefício do Presidente, do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados.
- Nem o Presidente, nem o Diretor Geral, nem os Diretores Gerais delegados participaram na preparação das decisões relativas à sua remuneração e também não participaram nas correspondentes deliberações do Conselho.
- As decisões do Conselho de administração foram tornadas públicas em conformidade com o Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF.

Uma nota anexa às Situações Financeiras incluída no Documento de referência e no relatório financeiro anual é especificamente dedicada às remunerações e vantagens sociais que beneficiam os mandatários sociais. Esta nota inclui igualmente informações sobre os regimes de reforma dos quais beneficiam os mandatários sociais assim como os compromissos provisionados correspondentes. Esta apresenta de maneira padronizada o conjunto das remunerações e vantagens atribuídas aos mandatários sociais. Esta nota foi estabelecida em conformidade com as disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF e as recomendações da AME.

Remuneração das categorias de assalariados submetidas a uma regulamentação específica

- O Comité das remunerações informou o Conselho da abordagem escolhida pelo BNP Paribas para identificar a população dos colaboradores cujas atividades profissionais têm uma incidência significativa sobre o perfil de risco da empresa (atividades reguladas).
- Aprovou várias adaptações da política re remuneração desta população e tomou conhecimento das principais orientações previstas pela Direção geral para determinar os envelopes de remuneração para as atividades reguladas para 2012.

Igualdade profissional e salarial

O Conselho de administração deliberou sobre a política do BNP Paribas em matéria de igualdade profissional e salarial com base no relatório previsto pela regulamentação. Foi informado da política levada a cabo pela Direção Geral para promover a diversidade e zelar pelo respeito do princípio de igualdade de tratamento das mulheres e dos homens nos processos de gestão de carreira e de remuneração.

(1) Com exceção do Sr. François Villeroy de Galhau, para o qual, nos termos das regras em vigor para os assalariados do Grupo com uma remuneração comparável, esta proporção é apenas de 40 %, todas as outras regras são idênticas às regras aplicadas aos restantes mandatários sociais.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

Plano Global de participação em Ações – Aumento de capital relativamente ao exercício de 2012

- Por proposta do Comité das remunerações, o Conselho adotou o programa 2012 do Plano Global de Participação em Ações do Grupo.

Este programa incidiu sobre 1 921 935 ações de desempenho destinadas a 5 365 beneficiários cujo nível de responsabilidade, contribuição para os resultados ou potencial profissional constituem elementos chave da estratégia do Grupo, do seu desenvolvimento e da sua rentabilidade. O Conselho aprovou os regulamentos e as características deste programa.

- O Conselho de administração definiu os termos e condições de um novo aumento de capital reservado aos assalariados.

4. OS TRABALHOS DOS COMITÉS EM 2012

4.a Comissão revisora de contas

Em 2012, a Comissão revisora de contas foi composta pelos Srs. Louis Schweitzer, Presidente, Denis Kessler, Sra. D. Hélène Ploix até 14 de fevereiro de 2012, assim como o Sr. Emiel Van Broekhoven, a Sra. Fields Wicker- Miurin a partir de 2 de maio de 2012 e o Sr. Thierry Mouchard a partir de 5 de novembro de 2012. Esta Comissão inclui uma maioria de membros com experiência e competência na área da gestão financeira de empresas, das disciplinas contabilísticas e da informação financeira.

A Comissão revisora de contas não inclui nenhum membro da Direção Geral. A atualização da informação e dos conhecimentos dos membros da Comissão é facilitada pela apresentação, por parte do responsável financeiro do Grupo presente nas reuniões, de assuntos de importância significativa que são comentados e discutidos na presença dos Revisores oficiais de contas.

Os documentos relativos à agenda, nomeadamente os processos relativos aos resultados e ao controlo interno contabilístico são estabelecidos segundo formatos padronizados de apresentação.

O extrato do regulamento interno relativo às missões da Comissão revisora de contas encontra-se em anexo do presente relatório.

A Comissão revisora de contas reuniu-se quatro vezes em 2012 com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100 %. Além disso, reuniu-se duas vezes em sessão ordinária com o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade.

Exame das contas e informação financeira

- A Comissão revisora de contas procedeu a cada trimestre ao exame das contas com base nos documentos e informações comunicados pela Direção Geral e nas diligências efetuadas pelos Revisores oficiais de contas.
- A Comissão revisora de contas analisou, numa base trimestral, os quadros de síntese dos resultados consolidados, a rentabilidade anualizada dos capitais próprios assim como os resultados e a rentabilidade por área de atividade. Examinou igualmente a evolução dos rácios de solvabilidade Basileia 2, Basileia 2.5 e Basileia 3 estimados assim como a dos ativos ponderados.
- Examinou o balanço consolidado do Grupo em 31 de dezembro de 2011 e a sua evolução entre esta data e 30 junho de 2012; foi, por esta ocasião

informado dos compromissos extrapatrimoniais. Uma apresentação trimestral de um balanço patrimonial, mais bem adaptado à análise da estrutura do balanço e da liquidez, veio completar esta apresentação contabilística.

- A Comissão examinou as exposições sensíveis apresentadas de acordo com as recomendações do Financial Stability Board (FSB). Tomou conhecimento da redução da exposição do Grupo às dívidas soberanas e examinou as consequências das cessões realizadas sobre o resultado do Grupo.
- Aquando do exame dos resultados, a Comissão revisora de contas ouviu o responsável financeiro do Grupo e o responsável encarregado do *reporting* contabilístico e financeiro. Procedeu, trimestralmente, à audição do responsável financeiro, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral. Constatou nomeadamente, por essa ocasião, uma certa estabilização das normas contabilísticas em 2012, mas também a perspectiva de numerosas evoluções em 2013 relativas em particular à avaliação de certos instrumentos financeiros e dos compromissos de pensões. Ouviu os comentários e as conclusões dos Revisores oficiais de contas sobre os resultados de cada trimestre. Sem a presença do Presidente, do Diretor Geral e do responsável financeiro, a Comissão procedeu à audição dos Revisores oficiais de contas e colocou-lhes as perguntas que julgou úteis, nomeadamente sobre a exposição do Grupo ao risco soberano e sobre o caráter racional e prudente das escolhas contabilísticas efetuadas.

Controlo contabilístico interno

- A Comissão revisora de contas examinou, a cada trimestre, a síntese dos pontos de controlo assinalados pelas entidades do Grupo no âmbito da certificação das suas Demonstrações financeiras. Analisou por esta ocasião a evolução do nível de risco constatado para cada um dos trinta principais controlos contabilísticos.
- A Comissão revisora de contas examinou a parte do projeto de relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira; recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.

Relações com os Revisores oficiais de contas

- A Comissão revisora de contas recebeu de cada um dos Revisores oficiais de contas a declaração escrita da sua independência.
- Sem a presença dos Revisores oficiais de contas, foi informado dos honorários que lhes foram pagos e tomou conhecimento do quadro de síntese das missões não diretamente ligadas à auditoria. Autorizou uma missão desta natureza que foi submetida à sua aprovação em conformidade com o regulamento interno.

Reuniões comuns com o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

- Os Comités deliberaram com base no relatório estabelecido no âmbito do Regulamento CRBF 97-02 e de uma nota estabelecida à sua intenção sobre as principais evoluções ocorridas nos domínios da governança e da organização dos riscos. Evocaram nomeadamente as disposições tomadas pelo Banco para dar uma nova orientação às atividades de mercado, reduzir algumas exposições e reforçar o controlo dos riscos operacionais. Ouviram os comentários do responsável dos riscos sobre os principais resultados dos *stress tests* dos riscos de mercado.

- Os Comitês tiveram uma apresentação do método avançado de avaliação dos riscos operacionais, assim como das sucessivas evoluções dos constrangimentos regulamentares associados às normas de Basileia 2, Basileia 2.5 e Basileia 3 e da sua aplicação ao Banco.
- Receberam dos Revisores oficiais de contas um relatório escrito sobre as suas principais constatações relativas às deficiências do controlo interno e tomaram conhecimento das principais orientações tomadas pelos Revisores oficiais de contas para a elaboração do seu plano de auditoria 2012, assim como os pontos mais significativos.

4.b Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade

O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade é presidido pelo Sr. Jean-François Lepetit desde 11 de maio de 2011. É composto pelo Sr. Jean-Marie Gianni até 14 de fevereiro de 2012, assim como pelo Sr. Michel Tilmant, Sras. Nicole Misson e Hélène Ploix a partir de 23 de abril de 2012.

O Comité inclui uma maioria de dois terços de administradores independentes, segundo os critérios do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF. É constituído por uma maioria de membros que apresentam competências particulares em matéria financeira e no domínio dos riscos graças à sua formação ou experiência. O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral. O seu Presidente exerceu responsabilidades executivas no sector bancário, foi Presidente da Comissão das operações de Bolsa (COB), membro do Colégio da Autoridade dos Mercados Financeiros (AMF) e Presidente do Conselho nacional da contabilidade (CNC). Outro dos seus membros possui uma experiência internacional do management bancário. O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade encontra-se em anexo do presente relatório.

O Comité reuniu-se quatro vezes em 2012 com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100 %.

Riscos de mercado, riscos de contrapartida, riscos de crédito

- O Comité passou em revista, aquando de cada uma das suas sessões, a evolução dos riscos de mercado, dos riscos de contrapartida e dos riscos de crédito. Deliberou com base nas informações apresentadas pelo Group Risk Management (GRM). Durante a sessão, o responsável do GRM e os seus adjuntos especializados nas diferentes categorias de riscos responderam às perguntas do Comité relativas à sua área de responsabilidade.
- O Comité tomou conhecimento das principais conclusões dos Risk Policy Committees e dos Comitês dos Países, organizadas pela Direção Geral.
- Analisou as evoluções da economia e dos mercados, assim como as consequências que daí resultavam para as exposições do Grupo. Tomou conhecimento dos indicadores de concentração setorial e geográfica. Examinou a exposição do Grupo às dívidas soberanas assim como as principais exposições às instituições financeiras e aos corporates.
- O Comité foi informado da evolução do Valor de Risco (VaR) bem como dos resultados dos stress tests realizados para os riscos de mercado.

- O Comité examinou a política de perfil de risco do Banco e passou em revista o painel de controlo elaborado para o seu acompanhamento trimestral.
- O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral à audição do responsável do Group Risk Management.

Liquidez

- O Comité foi regularmente informado das consequências da crise dos mercados e das evoluções regulamentares sobre a política de liquidez do Grupo e sobre a organização da sua gestão. Em cada uma das suas sessões, procedeu a largas trocas de pontos de vista com o Presidente, o Diretor Geral e o responsável do Asset and Liabilities Management. Tomou conhecimento das ações implementadas pela Direção Geral para fazer face a um ambiente profundamente modificado.
- Examinou as condições de realização do programa de financiamento a médio e longo prazo.
- O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral, à audição do responsável do Assets and Liabilities Management-Treasury.

Controlo permanente, conformidade, controlo periódico

- Foram comunicados ao Comité os projetos de relatório 2010 sobre a Conformidade, o controlo operacional permanente e a continuidade da atividade. Foi informado da adaptação da organização central da conformidade, e tomou conhecimento do estado de síntese dos resultados do controlo permanente. Passou em revista os principais incidentes, assim como os principais litígios e contestações. Examinou o plano de ação de controlo permanente para 2012 assim como os pontos relativos à continuidade de atividade. Foi informado das ações implementadas e previstas em matéria de prevenção e de proteção contra a fraude.

O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral, à audição do responsável da conformidade e do controlo permanente.

- Foi comunicado ao Comité o projeto de relatório 2011 sobre o controlo periódico que examinou os resultados do *Risk assessment* realizado pela Inspeção-geral assim como a evolução do número e da natureza das recomendações formuladas por esta última. Tomou conhecimento do relatório de atividade semestral do controlo periódico.

O Comité procedeu, sem a presença do Presidente e do Diretor Geral, à audição do Inspetor-geral, responsável pelo controlo periódico.

- O Comité examinou o projeto do relatório anual 2011 sobre o controlo interno e recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.
- O Comité foi informado, ao longo do ano, das sanções tomadas contra os grandes bancos internacionais no quadro da luta anti branqueamento. Foi informado dos progressos da revisão interna retrospectiva de alguns pagamentos em dólares US iniciada em concertação com as autoridades americanas no âmbito da implementação da política de sanções económicas dos Estados Unidos.

Relações com os reguladores

- O Comité foi informado dos progressos dos trabalhos realizados no âmbito do Recovery and Resolution Plan solicitado pelos reguladores.
- Foi informado das relações com os reguladores, em França e no estrangeiro, tais como foram transmitidas pela Direção Geral.
- Examinou as trocas de correspondência entre a Autoridade de Controlo Prudencial (ACP) e a Direção Geral; reportou-o ao Conselho de administração.

4.c Comité de governo da sociedade e das nomeações

O Comité de governo da sociedade e das nomeações foi presidido pelo Sr. Claude Bébéar até 23 de maio de 2012, e pelo Sr. Michel Pébereau a partir de 30 de novembro de 2012. É composto pelas Sras. Laurence Parisot e Daniela Weber-Rey. Salvo o Sr. Michel Pébereau, que, segundo os critérios da Afep-Medef, não é considerado independente, mas cuja experiência, conhecimento do setor e da alta integridade pessoal são garantias da sua liberdade e do seu sentido do interesse geral, é composto por administradores independentes que têm uma grande experiência das problemáticas do governo da sociedade e de configuração das equipas dirigentes nas entidades internacionais.

O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral. Associa o Presidente aos seus trabalhos para a seleção dos novos administradores ou censores, e a sucessão dos dirigentes mandatários sociais.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Comité de governo da sociedade e das nomeações encontra-se em anexo do presente relatório.

O Comité de governo da sociedade e das nomeações reuniu-se três vezes com uma participação de 100 %.

- O Comité deliberou várias vezes sobre a evolução da governança do Grupo.

Propôs ao Conselho de administração o projeto de convenção regulamentada através da qual se poria um termo ao contrato de trabalho do Sr. Jean-Laurent Bonnafé.
- O Comité preparou a avaliação pelo Conselho de administração do funcionamento dos seus Comités especializados e do seu próprio funcionamento. Examinou a composição do Conselho de administração e passou em revista a situação de cada administrador. Deliberou sobre a contribuição de cada um para os trabalhos do Conselho e, se tal for o caso, dos Comités, tendo em conta as suas competências e a sua implicação nas deliberações.
- O Comité de governo da sociedade e das nomeações propôs ao Conselho a implementação de um processo de seleção com vista a preparar a proposta que poderia apresentar à Assembleia Geral para proceder à eventual substituição de um dos administradores cujo mandato chegaria ao seu termo.
- No termo deste processo, o Comité propôs ao Conselho a apresentação da candidatura do Sr. Pierre André de Chalendar.
- O Comité examinou a parte do projeto de relatório do Presidente dedicado ao governo da sociedade e recomendou a sua aprovação pelo Conselho de administração.

4.d Comité das remunerações

O Comité das remunerações foi composto pelo Sr. Denis Kessler, Presidente, o Sr. Jean-François Lepetit e a Sra. Hélène Ploix, a partir de 10 de fevereiro de 2012. A sua composição está em conformidade com as recomendações do Código de governo da sociedade AFEP-MEDF: os seus membros têm experiência dos sistemas de remuneração e das práticas de mercado neste domínio. Cada membro do Comité das remunerações é igualmente membro, ou da Comissão revisora de contas (Sr. Denis Kessler), ou do Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade (Sr. Jean-François Lepetit e Sra. Hélène Ploix). Esta composição é de natureza a favorecer os trabalhos do Conselho de administração sobre a adequação dos princípios de remuneração e da política de risco do BNP Paribas.

O Comité não inclui nenhum membro da Direção Geral. O Presidente não faz parte deste mas é convidado a participar nas deliberações, exceto nas que lhe dizem pessoalmente respeito.

O extrato do regulamento interno relativo às missões do Comité das remunerações encontra-se em anexo do presente relatório.

O Comité das remunerações reuniu-se seis vezes com uma taxa de assiduidade dos seus membros igual a 100 %.

- O Comité examinou os assuntos relacionados com a remuneração das categorias de assalariados submetidas a uma regulamentação específica. Recebeu uma informação detalhada sobre a população dos colaboradores cujas atividades profissionais têm uma incidência significativa sobre o perfil de risco da empresa. Tomou conhecimento dos parâmetros escolhidos para determinar as verbas de remuneração variável das atividades reguladas e foi informado do desenvolvimento do processo de remuneração dos assalariados visados; examinou a síntese do relatório da Inspeção-geral sobre este processo. Examinou várias alterações aos princípios de remuneração das atividades reguladas e submeteu-as à aprovação do Conselho de administração. Tomou conhecimento da lista nominativa das remunerações mais elevadas relativas a 2011. Ouviu o responsável do Grupo dos Recursos Humanos e tomou nota da conformidade da política implementada com a regulamentação em vigor e as normas profissionais. Foi informado das correspondências da Autoridade de Controlo Prudencial relacionadas com estes assuntos.
- O Comité determinou e propôs ao Conselho de administração a remuneração variável dos mandatários sociais dirigentes relativamente a 2011, assim como as disposições destinadas a diferir sobre vários anos e indexar sobre a evolução da cotação da ação uma parte destas remunerações.
- Deliberou sobre os dispositivos suscetíveis de interessar os mandatários sociais para a criação de valor sobre um longo período. Propôs ao Conselho a aprovação de um plano de remuneração a longo prazo integralmente condicional e indexado à evolução da cotação da ação BNP Paribas. Propôs ao Conselho de administração implementar este plano em benefício do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados.
- Submeteu à aprovação do Conselho os princípios de remunerações variáveis dos mandatários sociais referentes a 2012.

- O Comité foi informado das remunerações variáveis referentes a 2011 determinadas pelo Diretor Geral para os membros da Comissão Executiva não mandatários sociais assim como das atribuições de opções de subscrição de ação e de ações de desempenho previstas para cada um deles.
- Examinou e submeteu ao Conselho de administração as características do programa de interesse em ações para 2012 assim como os projetos de regulamentos e a lista dos beneficiários. Apresentou para aprovação do Conselho as condições de desempenho às quais seriam submetidas as atribuições de ações a partir de 2012, assim como as orientações previstas para o programa 2013.
- O Comité terminou as suas análises comparativas sobre as senhas de presença. Propôs ao Conselho de administração a revisão do valor correspondente à parte fixa das senhas de presença com vista a prosseguir a atualização iniciada em 2010.
- Examinou a proposta do Comité de governo da sociedade para a convenção regulamentada do Sr. Jean-Laurent Bonnafé, após a sua renúncia ao seu contrato de trabalho.

ANEXOS

Relatório do Presidente – Ponto 1.a

Missões do Conselho de administração e dos Comités especializados

O Conselho de administração

«O Conselho de administração é uma instância colegial que representa coletivamente o conjunto dos acionistas e que age em todas as circunstâncias no interesse social da empresa.

Zela pelo equilíbrio da sua composição e pela pertinência do seu funcionamento procurando agir no seu interesse e exercer as suas missões.

Nesse sentido:

Determina, sob proposta do Diretor Geral, a estratégia e as orientações da atividade do BNP Paribas e zela pela sua aplicação.

Trata de todas as questões relativas ao bom funcionamento da empresa e regula por meio das suas deliberações os negócios que lhe dizem respeito.

Decide da acumulação ou da dissociação das funções de Presidente e de Diretor Geral.

Designa os mandatários sociais, para mandatos com uma duração de três anos.

Fixa as eventuais limitações aos poderes do Diretor Geral.

Aprova o projeto de relatório do Presidente anexado ao relatório de gestão.

Procede, ou manda proceder por um ou vários administradores, ou por um Comité especializado existente ou constituído numa base ad hoc:

- às avaliações e aos controlos que considera necessários ao abrigo da regulamentação em vigor;
- ao controlo da gestão da empresa e da exatidão das suas contas;
- ao exame e ao fecho das contas;
- à comunicação aos acionistas e aos mercados de uma informação financeira de qualidade.

O Presidente, ou o Diretor Geral em caso de dissociação das funções, submete-lhe, pelo menos uma vez por ano, os projetos de orçamento, de relatório de gestão, assim como os projetos dos diversos relatórios legais e regulamentares.

Apresenta-lhe para acordo prévio todas as decisões de investimento ou de desinvestimento (com exceção das operações de carteira) de um montante superior a 250 milhões de euros, assim como qualquer projeto de tomada ou de cedência de participação (com exceção das operações de carteira) superior a esse limiar. Reporta-lhe periodicamente as operações significativas cujo montante é inferior a esse limite.

Qualquer operação estratégica significativa situada fora das orientações aprovadas é alvo de uma aprovação prévia pelo Conselho.

Na medida em que o Conselho de administração lhe delegou os poderes necessários para proceder à emissão de obrigações assim como à emissão de títulos dando acesso imediatamente ou a prazo ao capital do BNP Paribas, o Presidente, ou o Diretor Geral em caso de dissociação das funções, reporta, de acordo com a mesma periodicidade, a emissão dos ditos empréstimos ou títulos.»

Relatório do Presidente – Ponto 1.a

Os Comitês especializados do Conselho de administração

«Para facilitar o exercício das suas funções pelos administradores, são constituídos Comitês especializados no seio do Conselho de administração. As suas atribuições não reduzem nem limitam os poderes do Conselho.

O Presidente do Conselho de administração certifica-se de que o número, as missões, a composição, o funcionamento dos Comitês são constantemente adaptados às necessidades do Conselho e às melhores práticas de governo da sociedade.

Quando o considera necessário, participa nas sessões dos Comitês, com voz consultiva.

Estes Comitês reúnem-se sempre que necessário, com ou

sem a participação do management do banco. Podem recorrer a peritos externos tanto quanto necessário. O Presidente do Comité pode pedir a audição de qualquer pessoa responsável, no seio do Grupo, em questões relacionadas com a competência deste Comité, tal como definida pelo presente regulamento.

Emitem pareceres destinados ao Conselho de administração. Os Presidentes dos Comitês, ou em caso de impedimento, outro membro do mesmo Comité, apresentam oralmente uma síntese dos seus trabalhos à sessão do Conselho mais próxima.

Uma ata escrita das sessões dos Comitês é estabelecida e comunicada, após aprovação, aos administradores que o desejam. »

Relatório do Presidente – Ponto 1.b

O Presidente do Conselho de administração

«Nas relações com os outros órgãos da sociedade e com o exterior, o Presidente é o único que pode agir em nome do Conselho e exprimir-se em seu nome, salvo circunstâncias excepcionais, e exceto missão particular ou mandato específico confiado a outro administrador.

Em estreita coordenação com a Direção Geral, pode representar o Grupo nas suas relações de alto nível, nomeadamente os grandes clientes e os poderes públicos, nos planos nacional e internacional.

Zela pela manutenção da qualidade das relações com os acionistas em estreita coordenação com as ações levadas a cabo nesta área pela Direção Geral.

Garante o estabelecimento e a aplicação, aos melhores níveis, dos princípios de governo da sociedade.

Zela pelo bom funcionamento dos órgãos do BNP Paribas.

Com a participação do Comité de governo da sociedade e das nomeações, e com a aprovação do Conselho e da Assembleia-geral dos acionistas, esforça-se por construir um Conselho eficaz e equilibrado, e por gerir os processos de substituição e de sucessão relativos ao Conselho e às nomeações que este vier a conhecer.

Organiza os trabalhos do Conselho de administração. Fixa o calendário e a agenda das reuniões do Conselho e convoca-o.

Zela pela boa organização dos trabalhos do Conselho de modo a promover o seu carácter decisório e construtivo. Anima os trabalhos do Conselho e coordena os seus trabalhos com os dos Comitês especializados.

Certifica-se de que o Conselho dedica o tempo necessário às questões referentes ao futuro da Sociedade e nomeadamente a sua estratégia.

Certifica-se de que os administradores exteriores à Sociedade conheçam bem a equipa de Direção.

Trata de manter uma relação estreita e confiante com o

Diretor Geral. Contribui com a sua ajuda e os seus conselhos respeitando simultaneamente as suas responsabilidades executivas.

O Presidente dirige os trabalhos do Conselho por forma a permitir-lhe cumprir todas as missões que lhe cabem.

Certifica-se que as informações necessárias ao exercício das suas missões sejam fornecidas ao Conselho atempadamente e sob uma forma clara e apropriada.

O Presidente é regularmente mantido informado pelo Diretor Geral e os outros membros da Direção Geral quanto aos eventos e situações significativos relativos à vida do Grupo, nomeadamente: estratégia, organização, projetos de investimento e de desinvestimento, operações financeiras, riscos, demonstrações financeiras.

Recebe do Diretor Geral todas as informações exigidas pela lei relativamente ao relatório sobre o controlo interno.

Pode pedir ao Diretor Geral qualquer informação destinada a esclarecer o Conselho e os seus Comitês no cumprimento da sua missão.

Pode ouvir os Revisores oficiais de contas com vista à preparação dos trabalhos do Conselho e da Comissão revisora de contas.

Certifica-se de que os administradores estão em condições de cumprir a sua missão e, nomeadamente, de que dispõem da informação requerida para a sua participação nos trabalhos do Conselho, e de que dispõem da colaboração adequada dos responsáveis da Sociedade ao funcionamento dos Comitês especializados. Além disso, certifica-se de que os administradores participam efetivamente nos trabalhos do Conselho, com assiduidade, competência e lealdade.

Num relatório anexo ao relatório de gestão, reporta sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho, os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade e as eventuais limitações que o Conselho impõe aos poderes do Diretor Geral. »

Relatório do Presidente – Ponto 1.d**Comportamento do administrador –
Deontologia**

«O administrador aceita as disciplinas do trabalho em comum no respeito mútuo das opiniões e expressa livremente as suas posições, eventualmente minoritárias, sobre os assuntos debatidos nas sessões.

Exerce o seu sentido de responsabilidade para com os acionistas e as outras partes interessadas do Grupo.

Tem a preocupação de fazer prevalecer o princípio da integridade pessoal no exercício do seu mandato e de respeitar as suas regras.

Compromete-se a colocar o seu mandato à disposição do Conselho de administração em caso de mudança significativa nas suas próprias funções e mandatos.

Respeito das leis e dos regulamentos

O administrador respeita as obrigações legais, as recomendações e os regulamentos em vigor relativos às informações que dizem pessoalmente respeito aos administradores.

Administrador de nacionalidade americana

O administrador de nacionalidade americana deve, por sua iniciativa, não tomar parte em certas deliberações do Conselho tendo em conta as obrigações regulamentares que lhe são impostas devido à sua nacionalidade.

Ética e Deontologia

O administrador é particularmente visado pela legislação relativa às operações de iniciados tanto ao nível pessoal como a de funções exercidas no seio de empresas acionistas do BNP Paribas. Tem em particular o dever de respeitar as prescrições legais relativas à definição, à comunicação e à exploração das informações privilegiadas, cujas principais disposições lhe são comunicadas aquando da sua entrada em funções.

Só pode efetuar operações sobre o título BNP Paribas a título pessoal nas seis semanas que iniciam no dia seguinte à publicação das contas trimestrais e anuais, ou à publicação de um comunicado sobre a situação da empresa, exceto se ele dispuser durante esse período de informações colocando-o em situação de iniciado do ponto de vista da regulamentação bolsista.

É-lhe recomendado que se abstenha de efetuar operações que poderiam ser consideradas como especulativas, nomeadamente operações de compra ou de venda a descoberto ou idas e voltas durante curtos prazos.

É-lhe proibido comunicar informações que não sejam públicas seja a quem for, inclusive aos gestores dos títulos da sua empresa.

Para qualquer questão de ordem deontológica, um administrador pode consultar o responsável pelos Grupos Conformidade e Controlo Permanente.

Situação de conflito de interesses

O administrador reporta ao Conselho de administração qualquer situação de conflito de interesses, mesmo potencial, e abstém-se de participar no voto da deliberação correspondente.

Um administrador que já não se estimaria capaz de desempenhar a sua função no seio do Conselho, ou dos Comitês dos quais é membro, deve demitir-se..

Discrição

Qualquer administrador, assim como qualquer pessoa chamada a assistir a todas ou parte das reuniões do Conselho de administração e dos seus Comitês especializados, tem uma obrigação de discrição sobre o decorrer e o conteúdo das deliberações do Conselho.

Deve, em particular, manter segredo em relação às informações respondendo à definição das informações financeiras e bolsistas privilegiadas ou suscetíveis de interessar concorrentes ou terceiros a título da “inteligência económica” ou apresentando um carácter confidencial e dadas como tal pelo Presidente.

A inobservância desta obrigação pode dar lugar a uma ação de indemnização por perdas e danos contra o ou os administradores que violarem esta regra.

Assiduidade

Os administradores esforçam-se por participar ativamente e com assiduidade nas reuniões do Conselho de administração e dos Comitês, e por assistir às Assembleias-gerais de acionistas.»

Relatório do Presidente – Ponto 4.a

A Comissão revisora de contas

«A Comissão reúne-se pelo menos quatro vezes por ano.

Composição

Pelo menos dois terços dos membros da Comissão revisora de contas respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho em conformidade com as recomendações vigentes.

Não inclui nenhum membro da Direção Geral do banco.

Missões

As missões do Comité consistem em analisar as demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais difundidas pela Sociedade aquando do fecho das contas e em aprofundar alguns dos seus elementos antes da sua apresentação ao Conselho de administração.

A Comissão examina todas as questões relativas a estas contas e documentos financeiros: escolha dos referenciais contabilísticos, provisões, resultados analíticos, normas prudenciais, cálculo de rentabilidade e qualquer questão contabilística apresentando um interesse metodológico ou suscetível de gerar riscos potenciais.

A Comissão analisa pelo menos duas vezes por ano a síntese da atividade e os resultados do controlo interno contabilístico e financeiro com base nas informações que lhe são transmitidas pela Direção Geral. Toma conhecimento dos incidentes revelados pelo controlo interno contabilístico e financeiro, declarados tendo em conta os limites e critérios definidos pelo Conselho de administração e reporta-os ao Conselho de administração.

É informada pelo Presidente do Conselho de administração da eventual ausência de execução de medidas corretivas decididas no âmbito do dispositivo de controlo interno contabilístico e financeiro, que teria sido levada diretamente ao seu conhecimento pelo responsável do controlo periódico e reporta-o ao Conselho de administração.

Relações com os Revisores oficiais de contas

A Comissão pilota o processo de seleção dos Revisores oficiais de contas, formula um parecer sobre o montante dos honorários para a execução das missões de controlo legal e submete ao Conselho o resultado desta seleção.

Examina o programa de intervenção dos Revisores oficiais de contas, as suas recomendações e o seu acompanhamento.

São-lhe comunicados anualmente o montante e a repartição dos honorários pagos pelo grupo BNP Paribas aos Revisores oficiais de contas e às redes às quais pertencem, recenseados segundo um modelo aprovado pela Comissão. Certifica-se de que o montante ou a parte que o BNP Paribas representa no volume de negócios do Revisor oficial de contas ou da rede não são de natureza a prejudicar a independência dos Revisores oficiais de contas.

Dá o seu acordo prévio para qualquer missão cujo montante de honorários (sem IVA) excede um milhão de euros. A Comissão ratifica a posteriori as outras missões sob apresentação do Finance Group. A Comissão aprova o

processo de aprovação e de controlo rápido do Finance Group sobre qualquer missão «que não de auditoria» cujo montante seria superior a 50 000 euros. A Comissão recebe todos os anos uma ata do Finance Group sobre o conjunto das missões «que não de auditoria» realizadas pelas redes dos Revisores oficiais de contas do Grupo.

Os Revisores oficiais de contas entregam-lhe um relatório escrito sobre as suas principais constatações relativas às deficiências do controlo interno, que ela examina.

Cada Revisor oficial de contas apresenta anualmente à Comissão o funcionamento do seu dispositivo de controlo interno de garantia de independência, e declara anualmente por escrito a sua independência no desenvolvimento da sua missão de auditoria.

Pelo menos duas vezes por ano, a Comissão dedica uma parte da sessão a um encontro com o colégio dos Revisores oficiais de contas, sem a presença da Direção Geral do banco.

A Comissão reúne-se na presença do colégio dos Revisores oficiais de contas, para o exame das contas trimestrais, semestrais e anuais.

Contudo, os Revisores oficiais de contas não assistem a toda ou a parte da sessão que trata dos seus honorários e da renovação do seu mandato.

Os Revisores oficiais não assistem a todo ou a parte da sessão quando a Comissão trata de casos particulares relativos a um dos seus.

Salvo circunstâncias excecionais, os dossiês de resultados e contas trimestrais, semestrais e anuais são enviados aos membros da Comissão, o mais tardar na Sexta-feira ou no Sábado de manhã anterior às sessões da Comissão programadas para as Segunda ou Terças-feiras seguintes.

No que se refere às questões de interpretação contabilística que impliquem uma escolha por ocasião dos resultados trimestrais, semestrais e anuais, e com um impacto significativo, os Revisores oficiais de contas e o Finance Group apresentam trimestralmente à Comissão uma nota analisando a natureza e a importância da questão, expondo os argumentos advogando a favor ou contra as diferentes soluções possíveis e justificando a escolha efetuada.

A Comissão examine o projeto de relatório do Presidente sobre os procedimentos de controlo interno relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira.

Audições

Relativamente a todos os assuntos da sua competência, a Comissão pode decidir ouvir, e sem a presença dos outros membros da Direção Geral se o considerar oportuno, os Responsáveis financeiro e contabilístico do Grupo, assim como o Responsável de Assets and Liabilities Management.

A Comissão pode pedir para ouvir o responsável do Finance Group sobre qualquer questão da sua competência suscetível de envolver a sua responsabilidade e a do management do Banco ou de por em causa a qualidade da informação financeira e contabilística fornecida pelo banco».

Relatório do Presidente – Ponto 4.a**Disposições comuns à Comissão revisora de contas e ao Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade**

«A Comissão revisora de contas e o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade reúnem-se duas vezes por ano.

Tomam conhecimento nesta formação do plano de missão da Inspeção-geral e do plano de auditoria dos Revisores

oficiais de contas e preparam os trabalhos do Conselho sobre a avaliação das políticas de risco e dos dispositivos de gestão.

Tratam os assuntos comuns inerentes à política dos riscos e de provisionamento do BNP Paribas. A presidência desta sessão é assegurada pelo Presidente da Comissão revisora de contas.»

Relatório do Presidente–Ponto 4.b**O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade**

«reúne-se pelo menos quatro vezes por ano.

Composição

O Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho de acordo com as recomendações vigentes.

Não integra nenhum membro da Direção Geral do Banco.

Missões

O Comité examina as grandes orientações da política de riscos do Grupo apoiando-se nas medições de riscos e de rentabilidade das operações que lhe são comunicadas por aplicação da regulamentação em vigor, assim como de eventuais questões específicas relacionadas com estes assuntos e estes métodos.

O Comité examina igualmente todas as questões relativas à política de conformidade inerentes, nomeadamente, ao risco de reputação ou à ética profissional.

O Comité analisa o relatório sobre a avaliação e a vigilância dos riscos. Procede duas vezes por ano ao exame da atividade e dos resultados do controlo interno (exceto controlo interno contabilístico e financeiro, que depende da Comissão revisora de contas) com base nas informações que lhe são transmitidas pela Direção Geral e nos relatórios que lhe são apresentados pelos responsáveis do controlo

permanente, da conformidade e do controlo periódico. Analisa as correspondências com o Secretariado-geral da Autoridade de Controlo Prudencial.

O Comité toma conhecimento dos incidentes revelados pelo controlo interno declarados no respeito pelos limites e critérios definidos pelo Conselho de administração e reporta-os ao Conselho de administração.

Analisa o estado das preconizações da Inspeção-geral não implementadas. É informado pelo Presidente do Conselho de administração da eventual ausência de execução das medidas de correção decididas no âmbito do dispositivo de controlo interno, que teria sido levada diretamente ao seu conhecimento pelo responsável do controlo periódico e reporta-o ao Conselho de administração.

Audições

Procede à audição, sem a presença de outros membros da Direção Geral, do responsável da Inspeção-geral e do Controlo Periódico, do responsável da função Conformidade Grupo e Controlo Permanente Grupo e do responsável do «Group Risk Management».

Apresenta a sua apreciação sobre os métodos e procedimentos utilizados ao Conselho de administração.

Dá a sua opinião sobre a organização destas funções no seio do Grupo e é mantido informado do seu programa de trabalho.»

Relatório do Presidente – Ponto 4.c

O Comité de governo da sociedade e das nomeações

«O Comité reúne-se tantas vezes quanto necessário.

Composição

O Comité inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como escolhida pelo Conselho de administração de acordo com as recomendações vigentes.

Não integra nenhum membro da Direção Geral do Banco.

Missões

Incumbe ao Comité acompanhar as questões relativas ao governo da sociedade. Tem a missão de apoiar o Conselho de administração na adaptação do governo da sociedade do BNP Paribas e na avaliação do seu funcionamento.

Procede ao acompanhamento regular da evolução das disciplinas de governança a nível mundial e nacional. Apresenta uma síntese da mesma, pelo menos uma vez por ano, ao Conselho de administração. Seleciona as medidas adaptadas ao Grupo e suscetíveis de alinhar sobre as melhores práticas os procedimentos, organizações e comportamentos deste último.

Procede regularmente à avaliação do funcionamento do Conselho, por ele próprio ou por qualquer outro procedimento, interno ou externo, apropriado.

Examina o projeto de relatório do Presidente sobre o governo da sociedade e qualquer outro documento exigido pela lei e pelos regulamentos.

Prepara, com o Presidente, as deliberações relativas à proposta de nomeação do administrador pela Assembleia Geral dos acionistas.

Propõe ao Conselho de administração a nomeação do censor.

Incumbe ao Comité propor ao Conselho de administração a escolha do Presidente. Em concertação com o Presidente, cabe-lhe propor ao Conselho a escolha do Diretor Geral, e sob proposta do Diretor Geral a escolha dos Diretores Gerais delegados.

O Comité procede, na ausência do interessado, à avaliação do desempenho do Presidente. Procede, na ausência dos interessados, à avaliação do desempenho do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados.

Cabe-lhe ainda estudar as disposições que permitem preparar a sucessão dos mandatários sociais.

Propõe ao Conselho de administração a nomeação dos membros e dos Presidentes de Comité no momento da sua renovação.

Incumbe-lhe avaliar a independência dos administradores e reportá-lo ao Conselho de administração. O Comité examina, se necessário, as situações resultantes de ausências repetidas de administradores. »

Relatório do Presidente – Ponto 4.d

O Comité das remunerações

«O Comité reúne-se tantas vezes quanto necessário.

Composição

O Comité das remunerações inclui uma maioria de membros que respondem à qualificação de independência tal como definido pelo Conselho de administração de acordo com as recomendações vigentes.

Não integra nenhum membro da Direção Geral do Banco.

Missões

O Comité prepara os trabalhos do Conselho sobre os princípios de política de remuneração, nomeadamente no que diz respeito aos profissionais dos mercados financeiros, em conformidade com a regulamentação em vigor.

Incumbe-lhe estudar todas as questões relativas ao estatuto pessoal dos mandatários sociais, nomeadamente as remunerações, as reformas e as atribuições de opções de subscrição ou de compra de ações da sociedade, assim como as disposições de saída dos membros dos órgãos de direção ou de representação da sociedade.

Examina as condições, o montante e a repartição dos programas de opções de subscrição ou de compra de ações. Também examina as condições de atribuição de ações gratuitas.

É igualmente competente, com o Presidente, para assistir o Diretor Geral para qualquer assunto relativo às remunerações do enquadramento superior que este lhe possa submeter. »

CONTROLO INTERNO

As informações a seguir apresentadas relativas ao controlo interno foram fornecidas pela Direção Geral do Grupo. De facto, o Diretor Geral é responsável pela organização e pelos procedimentos de controlo interno e pelo conjunto das informações exigidas pela lei no âmbito do relatório sobre o controlo interno. Este documento assenta nas informações fornecidas pelas funções Conformidade, Riscos, Finanças e Desenvolvimento, Assuntos jurídicos e Inspeção-geral. É validado pelo órgão deliberativo.

REFERÊNCIAS DO CONTROLO INTERNO DO BNP PARIBAS

Os princípios e as modalidades do controlo das atividades bancárias em França e no estrangeiro estão no centro das regulamentações bancárias e financeiras e são alvo de numerosas disposições legislativas e regulamentares.

O principal texto aplicável ao BNP Paribas nesta matéria é o regulamento n.º 97-02⁽¹⁾ modificado, do Comité Consultivo da Legislação e da Regulamentação Financeiras (CCLRF) que define as condições de implementação e de acompanhamento do controlo interno nos estabelecimentos de crédito e nas empresas de investimento. Este indica nomeadamente os princípios relativos aos sistemas de controlo das operações e dos procedimentos internos, à organização contabilística e ao tratamento da informação, aos sistemas de medição dos riscos e dos resultados, aos sistemas de vigilância e de controlo dos riscos, ao sistema de documentação e de informação sobre o controlo interno. O artigo 42 deste regulamento prevê a redação ao cuidado do Conselho de administração de um relatório regulamentar anual sobre as condições nas quais o controlo interno é assegurado.

Este regulamento relativo ao controlo interno dos estabelecimentos de crédito e das empresas de investimento impõe que o BNP Paribas esteja dotado de um dispositivo de controlo interno (doravante o controlo interno) incluindo organizações e responsáveis específicos para o controlo permanente (incluindo a Conformidade e os Riscos) e o controlo periódico. Este dispositivo deve também ter em consideração, consoante os casos, o regulamento geral da Autoridade dos Mercados Financeiros, as regulamentações aplicáveis às sucursais e filiais no estrangeiro localmente e às atividades especializadas como a gestão de carteira e os seguros, as normas profissionais mais reconhecidas na matéria e as recomendações de organismos internacionais tratando dos problemas de regulação prudencial dos bancos internacionais, na primeira linha dos quais se encontram o Comité de Basileia, o Financial Stability Board e as Autoridades europeias (European Banking Authority, European Securities and Markets Authority).

DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E NORMAS DO CONTROLO INTERNO

A Direção Geral do grupo BNP Paribas implementou um dispositivo de controlo interno cujo objetivo principal é assegurar o controlo global dos riscos e dar uma segurança razoável de

que os objetivos que a empresa estabeleceu sejam realmente atingidos. A Carta de controlo interno do BNP Paribas fixa o âmbito deste dispositivo e constitui o referencial interno de base do controlo interno do BNP Paribas. Amplamente difundida no seio do Grupo e acessível a todos os seus colaboradores, esta Carta lembra em primeiro lugar os objetivos do controlo interno, que visa assegurar:

- o desenvolvimento de uma cultura do risco de alto nível dos colaboradores;
- a eficácia e a qualidade do funcionamento interno da empresa;
- a fiabilidade da informação interna e externa (nomeadamente contabilística e financeira) ;
- a segurança das operações;
- a conformidade com as leis, os regulamentos e as políticas internas.

A Carta fixa a seguir as regras em matéria de organização, de responsabilidade e de perímetro de intervenção dos diferentes atores do controlo interno e decreta o princípio segundo o qual as funções de Controlo (Conformidade, Inspeção Geral e Riscos) desenvolvem controlos de forma independente.

PERÍMETRO DO CONTROLO INTERNO

Um dos princípios fundamentais do controlo interno incide sobre a exaustividade do seu perímetro: este aplica-se aos riscos de qualquer natureza e a todas as entidades do grupo BNP Paribas, quer se trate de entidades operacionais (polos, sectores de atividade, funções e territórios) ou de entidades jurídicas (sucursais e filiais consolidáveis por integração), sem exceção e com o mesmo grau de exigência. Estende-se às prestações de serviços ou tarefas operacionais essenciais ou importantes que foram externalizadas, nas condições previstas pela regulamentação, assim como às empresas das quais o BNP Paribas assegura a gestão operacional mesmo que estas não entrem no perímetro de consolidação contabilística por integração.

A implementação deste princípio necessita de uma visibilidade precisa sobre o perímetro de responsabilidade e deve ter em conta o crescimento regular das atividades do Grupo.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CONTROLO INTERNO

O controlo interno do BNP Paribas baseia-se nas seguintes regras:

- a responsabilidade dos operacionais: o dispositivo de controlo permanente deve ser integrado na organização operacional das entidades. De facto, cada operacional tem o dever de exercer um controlo eficaz sobre as atividades colocadas sob a sua responsabilidade mas igualmente cada colaborador tem um dever de alerta sobre qualquer disfunção ou carência da qual tenha conhecimento;
- a exaustividade do controlo interno (cf. acima o seu perímetro);

(1) Este texto é objeto de modificações frequentes a fim de, nomeadamente, melhorar a eficácia dos dispositivos de controlo interno.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

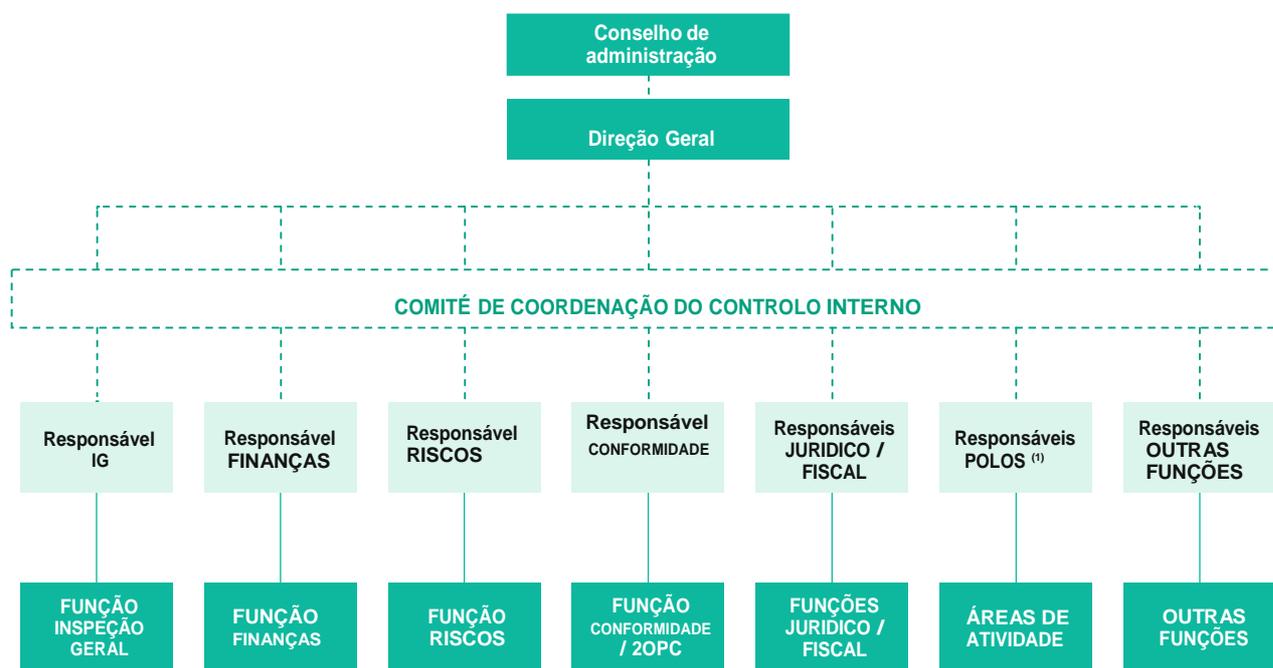
- a separação das tarefas: exerce-se particularmente entre a originação e a execução das operações, a sua contabilização, o seu regulamento e o seu controlo; traduz-se também pela implementação de funções especializadas desenvolvendo controlos independentes assim como por uma separação clara entre o controlo permanente e o controlo periódico;
- a proporcionalidade dos riscos: a amplitude e o número de controlos devem ser proporcionais à intensidade dos riscos a cobrir. Estes controlos, se tal for o caso, compreendem um ou vários controlos exercidos pelos operacionais e se necessário, por uma ou várias funções de controlo permanente. Um controlo exercido por uma função independente pode tomar a forma de um «segundo olhar», consistindo numa avaliação contraditória. As divergências que poderiam intervir são resolvidas no âmbito de um processo de escalada hierárquica;
- uma governança apropriada: o dispositivo é objeto de uma governança que associa os seus diferentes atores e cobre os diferentes aspetos do controlo interno, tanto organizacionais como de vigilância e de controlo; os Comitês de controlo interno são aqui um instrumento privilegiado;
- a rastreabilidade do controlo interno: esta apoia-se nos procedimentos escritos e nas pistas de auditoria. Assim, os controlos, os seus resultados, a sua exploração e o envio das informações das entidades para os níveis superiores da governança do Grupo são rastreáveis.

O respeito destes princípios é regularmente verificado, nomeadamente através das investigações conduzidas pelas equipas do controlo periódico (Inspeção-geral).

ORGANIZAÇÃO DO CONTROLO INTERNO

O controlo interno do BNP Paribas é constituído pelo controlo permanente e pelo controlo periódico, distintos e independentes um do outro, mas todavia complementares:

- o controlo permanente é o dispositivo de conjunto que implementa de forma contínua as ações de controlo dos riscos e de acompanhamento da realização das ações estratégicas. Este é assegurado em primeiro lugar pelos operacionais, incluindo a hierarquia, e em segundo lugar por funções independentes de controlo permanente integradas nas entidades operacionais ou independentes destas;
- o controlo periódico é o dispositivo de conjunto através do qual é assegurada a verificação «ex post» do bom funcionamento da empresa, por meio de inquéritos, conduzidos pela Inspeção-geral que exerce as suas funções de maneira independente.



(1) As linhas de atividade «Retail» são assimiladas a polos.

PRINCIPAIS ATORES DO CONTROLO INTERNO

- A Direção Geral, sob a direção do Conselho de administração, é responsável pelo dispositivo de conjunto de controlo interno do Grupo.
- Os operacionais, qualquer que seja a sua situação (front/middle/ back-office, função suporte...), e em particular os que têm responsabilidades hierárquicas, são os primeiros responsáveis pelo controlo dos seus riscos e os primeiros atores do controlo permanente. Estes exercem controlos ditos de primeiro nível: controlos sobre as operações que tratam e das quais são responsáveis, controlos sobre operações ou transações tratadas por outros operacionais ou ainda os controlos hierárquicos.
- As funções independentes de controlo permanente. Estas funções exercem controlos ditos de segundo nível:
 - a Conformidade contribui para o controlo permanente do risco de não conformidade, ou seja para o respeito das disposições legislativas e regulamentares, das normas profissionais e deontológicas, assim como das orientações do Conselho de administração e das instruções da Direção Geral. Integrada nas entidades operacionais, esta dispõe de uma independência de ação que é assegurada nomeadamente através de uma tutela partilhada com os responsáveis operacionais sobre os responsáveis das equipas encarregadas da Conformidade nos polos de atividades e nas funções de apoio. O seu responsável, membro da Comissão Executiva do Grupo, reporta ao Diretor Geral e representa o Banco junto da Autoridade de Controlo Prudencial no quadro do controlo permanente.

Esta assegura também, no âmbito de equipas dedicadas, a supervisão dos dispositivos, por um lado de controlo permanente, por outro lado, por delegação do responsável da função Riscos, de avaliação e de vigilância do risco operacional, das áreas de atividades (polos de atividades e áreas de intervenção) assim como das funções tanto de suporte como de controlo.

Por fim, o seu responsável assegura um papel de coordenação do conjunto do dispositivo de controlo interno do Grupo, animando o Comité de coordenação do controlo interno e coordenando grandes projetos transversais, em particular aqueles destinados a reforçar o dispositivo de controlo interno;

 - a função Riscos contribui, em particular, para ter um «segundo olhar» sobre as transações e novas atividades, para que os riscos de crédito e de mercado tomados pelo BNP Paribas estejam em conformidade e sejam compatíveis com as suas políticas e os seus objetivos de rentabilidade. As missões da função na sua dimensão «Group Risk Management» são exercidas de forma independente dos polos e funções de suporte, o que contribui para a objetividade do seu controlo permanente. O seu responsável, membro da Comissão Executiva, reporta diretamente ao Diretor Geral;
 - a função Finanças assegura a produção de demonstrações contabilísticas e de gestão de qualidade, a supervisão dos sistemas de informação contabilística do Grupo e a conformidade da estrutura financeira do Grupo. O seu responsável reporta diretamente ao Diretor Geral;

- outras funções são atores importantes do controlo permanente nas suas áreas de responsabilidades específicas: Assuntos Jurídicos, Assuntos Fiscais, Tecnologias e Processos, Recursos Humanos.
- O Controlo periódico (dito de 3º nível) é exercido de forma independente pela Inspeção-geral para o conjunto das entidades do Grupo. Esta reúne:
 - os inspetores baseados a nível central e que têm por vocação intervir em todo o Grupo;
 - os auditores repartidos em plataformas geográficas ou atividades (chamadas hubs).

O Inspetor-geral, responsável pelo controlo periódico, está hierarquicamente ligado ao Diretor Geral.

- O Conselho de administração exerce missões em matéria de controlo interno. Foi nomeadamente constituído um Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade (CCIRC) que:
 - analisa os relatórios sobre o controlo interno e sobre a avaliação e a vigilância dos riscos, os relatórios de atividade da Inspeção-geral, as correspondências com os principais reguladores;
 - examina as grandes orientações da política de riscos.

Os responsáveis das funções Conformidade, Riscos e Inspeção-geral reportam o exercício das suas missões ao Diretor Geral e quando este ou o Conselho de administração o consideram necessário, a este último. Reportam também regularmente ao Comité competente do Conselho de administração (em regra geral o Comité de controlo interno, dos riscos e da conformidade). Podem ser ouvidos por estes a seu pedido.

COORDENAÇÃO DO CONTROLO INTERNO

Um Comité de coordenação do controlo interno (CCCI) reúne periodicamente os principais atores do controlo permanente (cf. acima), os responsáveis dos polos de atividades, ou os seus mandatários, e o responsável do controlo periódico.

Este Comité :

- é presidido pelo responsável da Conformidade, membro da Comissão Executiva, que pilota a coordenação do controlo interno do Grupo;
- não se substitui aos diferentes Comités de gestão do risco do Grupo, mas garante a sua boa articulação com o conjunto do dispositivo;
- garante a coerência do dispositivo de controlo interno e a sua conformidade com as regulamentações;
- assegura a promoção das ferramentas do controlo interno para uso comum;
- contribui para a coerência dos relatórios anuais sobre o controlo interno e sobre o controlo dos serviços de investimento, estabelecidos pelas funções responsáveis pelo controlo permanente e o controlo periódico, em conformidade com as suas «Cartas de responsabilidades», e do relatório do Presidente do Conselho de administração sobre os procedimentos de controlo interno.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente do Conselho de Administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho bem como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

Durante o ano de 2012, o CCCI tratou nomeadamente os assuntos seguintes:

- a atualização da Carta do controlo interno, por precisões sobre o segundo olhar, o processo de escalada, o dever de alerta, assim como a independência das funções de controlo;
- a política do Grupo em matéria de sanção dos comportamentos faltosos dos colaboradores;
- a política do Grupo face à corrupção;
- a política do Grupo para o tratamento das reclamações dos clientes;
- O acompanhamento das recomendações do controlo periódico e dos reguladores.

PROCEDIMENTOS

Os procedimentos são um dos elementos chave do dispositivo de controlo permanente ao lado da identificação e da avaliação dos riscos, dos controlos, do reporting e da pilotagem do dispositivo de controlo.

O referencial de instruções formaliza e dá a conhecer ao conjunto do Grupo as organizações e os procedimentos a aplicar assim como os controlos a exercer. Estes procedimentos constituem o referencial interno de base do controlo interno. A função Conformidade, a nível central e no âmbito da supervisão do dispositivo de controlo permanente, assegura um acompanhamento regular da exaustividade dos referenciais de procedimentos. O esforço de racionalização da arquitetura do dispositivo dos procedimentos prossegue, nomeadamente nas áreas das normas aplicáveis, da sua planificação e da sua difusão, da sua acessibilidade e das ferramentas de pesquisa e de armazenagem, tanto a nível dos procedimentos transversais como dos procedimentos das entidades operacionais (procedimentos de nível 3).

O referencial de procedimentos transversais do Grupo (níveis 1 e 2) é objeto de atualizações regulares para as quais todos os polos e funções contribuem ativamente. Em termos de organização do controlo, os inquéritos sobre o estado do dispositivo são integrados no relatório semestral do controlo permanente.

Entre os procedimentos transversais do Grupo, aplicáveis a todas as entidades, revestem uma importância relevante em matéria de controlo dos riscos:

- os procedimentos que enquadram o processo de validação das transações excecionais, dos produtos novos e das atividades novas;
- o procedimento de aprovação das operações de crédito e de mercado correntes.

Estes processos assentam essencialmente nos Comitês (Comitês de transações excecionais e atividades novas e produtos novos, Comitês de crédito, etc.) reunindo principalmente, por um lado, os operacionais, por outro lado, as funções de controlo permanente (Riscos e Conformidade, mas também Finanças, Jurídico e outras funções visadas) que exercem um «duplo olhar» sobre as operações. Em caso de conflito, este está submetido a um nível superior da organização. No topo deste processo encontram-se Comitês (Comitês de crédito, de riscos de mercados, de política de riscos) nos quais participam os membros da Direção Geral. Além disso, desde finais de 2008, um Comité dos riscos mensal, composto por todos os membros da Direção Geral e nomeadamente, pelos responsáveis das funções Riscos (GRM) e Finanças, foi criado para assegurar um acompanhamento mais frequente sobre a evolução dos riscos do Grupo.

FATOS MARCANTES DO ANO DE 2012

Conformidade Grupo

A organização da Conformidade manteve-se inalterada em 2012. A repartição de certas responsabilidades no seio da sua unidade central, a Conformidade Grupo, foi ligeiramente alterada para refletir a organização operacional do Grupo nos polos e no conjunto Retail definida em finais de 2011.

A atividade da função Conformidade em 2012 traduziu-se nomeadamente pelas ações seguintes:

- o dispositivo normativo foi enriquecido com vários textos importantes fixando as regras e padrões do Grupo nomeadamente em matéria de tratamento das reclamações dos clientes, das regras relativas ao bom uso do correio eletrónico, de organização das relações com o Defensor dos direitos em matéria de luta contra a discriminação e de promoção da igualdade;
- a governança em matéria de Segurança Financeira e de Proteção dos interesses dos clientes do Grupo voltou a ficar reforçada nomeadamente dotando-se de painéis de controlo mais completos em termos de indicadores de acompanhamento de atividade.

Entre as melhorias do dispositivo normativo, foi enriquecido o plano de controlo genérico de Segurança Financeira aplicável ao conjunto das entidades do Grupo.

Com a ajuda de peritos, as iniciativas e as ações de formação sobre a luta contra o branqueamento dos capitais e o financiamento do terrorismo, o respeito dos embargos assim como a proteção dos interesses dos clientes foram prosseguidas e reforçadas no conjunto do Grupo;

- O ano de 2012 foi marcado pela criação de um Comité Ético Profissional do Grupo. O principal objetivo desta instância é reforçar a supervisão que deve assegurar a função Conformidade Grupo em matéria de Ética Profissional. Trata-se de melhorar a eficácia dos dispositivos na implementação dos planos de conformidade e de assegurar a eficácia do seu controlo;
- Na área da integridade dos mercados, os dispositivos de prevenção dos abusos de mercado foram reforçados e as novas obrigações regulamentares, nomeadamente no domínio das vendas a descoberto, implementadas.

Controlo operacional permanente

O dispositivo de controlo permanente e de gestão dos riscos operacionais do Grupo BNP Paribas organiza-se em torno de dois eixos: uma forte responsabilização dos operacionais na gestão dos riscos e um controlo de segundo nível sobre esta gestão por funções independentes. Várias ações significativas merecem ser assinaladas:

- foi prestada uma atenção particular ao bom desenvolvimento das diferentes iniciativas lançadas nos anos anteriores com vista a melhor posicionar as responsabilidades de primeiro e segundo níveis de controlo, quer se trate dos assuntos relacionados com o controlo permanente e risco operacional de prevenção e proteção contra a fraude e a corrupção, ou a gestão da continuidade de atividade;
- a sensibilização e a formação dos colaboradores para os riscos operacionais e, mais especificamente, os riscos de fraude e de corrupção foram desenvolvidas, com um aumento da oferta de formação e colocação na internet de módulos de sensibilização;

- foi prosseguida a abordagem de implementação de controlos padrão por grande processo nas diversas entidades do Grupo para atingir um nível, agora, globalmente satisfatório;
- o dispositivo de gestão dos procedimentos foi reformulado para uma melhor definição das responsabilidades dos diversos intervenientes e das normas e padrões que devem ser respeitados por todas as entidades em termos de formalização, validação e difusão dos procedimentos;
- O acompanhamento das recomendações, oriundas dos diversos emissores (Inspeção Geral, Revisores oficiais de contas e Reguladores) foi objeto de uma grande vigilância da parte do management ao longo do ano;
- foi recebida a autorização administrativa para desenvolver o método BNP Paribas de avaliação das exigências em fundos próprios no âmbito do risco operacional sobre as entidades ex-Fortis, permitindo assim a utilização de um modelo AMA único no conjunto das entidades do Grupo que optaram por este método;
- foram especificadas as modalidades de expressão do segundo olhar sobre os assuntos de risco operacional e de dispositivo de controlo permanente, aquando do processo de validação das novas atividades e organizações. E desenvolveu-se mais geralmente a função de supervisão dos riscos operacionais, através das avaliações in loco ou das análises transversais que visam uma melhor análise do perfil de risco das entidades ou de uma área de intervenção.

Os objetivos fixados para o ano de 2013 incidem em particular sobre uma industrialização da abordagem de gestão dos riscos operacionais e de novos desenvolvimentos em matéria de supervisão do bom funcionamento do dispositivo de controlo permanente através de funções de controlo independentes.

Controlo periódico

O projeto de reformulação do sistema de informação da Inspeção Geral, conduzido com a função central ITP (Tecnologias e Processos), progrediu em 2012 em conformidade com o planeamento estabelecido. Este projeto visa a implementação de uma ferramenta integrada e única ao serviço de uma metodologia única e partilhada por todos através do conjunto da função Inspeção Geral (UNIK).

O estudo dos diferentes programas informáticos de GRC (Governança, Riscos e Conformidade) lançado em 2011 terminou com a contratualização com um editor de software em junho de 2012. O segundo semestre foi dedicado aos trabalhos conjuntos com o

editor com vista a entregar uma primeira versão de demonstração no 1º semestre de 2013, que será seguida de uma versão entregue para produção no 2º semestre do mesmo ano.

Por outro lado, em 2012, foi formalizada e validada a revisão dos diferentes processos operacionais da auditoria. No último trimestre de 2012, a maioria dos auditores da função foi formada para o novo método de auditoria.

Um projeto transversal de gestão da mudança acompanha a implementação desta nova metodologia e de ferramenta em 2013 e 2014.

As principais mudanças metodológicas referem-se ao modelo de «verificação» e de «recomendação» na linha da reformulação do risk assessment realizada em 2011. A estrutura da verificação foi normalizada pela implementação de nove atributos padrão permitindo determinar a sua localização, as suas causas e consequências. Relativamente à localização da verificação, faz-se agora segundo duas dimensões, uma baseada na organização do Banco (atividades, geografias e entidades legais), a outra baseada numa nomenclatura padronizada das atividades do Grupo em 39 processos genéricos repartidos em quatro clusters. De referir ainda outras duas modificações importantes: por um lado cada verificação não dá sistematicamente lugar a uma recomendação, nesse caso as ações corretoras são deixadas à iniciativa do auditado e, por outro lado, as verificações e as recomendações já não são objeto de cotação individual, apenas serão cotadas as missões.

Sempre com o intuito de melhorar constantemente a qualidade dos seus trabalhos, o programa Quality Assurance Review (QAR), que permitiu, desde o seu lançamento em novembro de 2006, rever as práticas da totalidade das equipas de auditoria relativamente às normas profissionais e ao quadro de referência definido pela função, prosseguiu com seis novas missões realizadas em 2012.

O esforço de profissionalização prossegue também de forma estável. Assim, foram realizadas mais de 82 300 horas de formação em 2012 para o conjunto da função Inspeção-geral.

O número de auditores e de inspetores certificados para a auditoria («Certified International Auditor ou CIA, Certified Information System Auditor ou CISA, etc.) está a aumentar 2,6 % (200 certificados). O rácio certificados/auditores é de 19 %, um aumento de 2 pontos em relação a 2011.

EFETIVOS DO CONTROLO INTERNO

Em finais de 2012, as diferentes funções do controlo interno apoiam-se nos seguintes efetivos (em ETI = Equivalentes Tempo Inteiro):

	2007	2008	2009 (sem Fortis)	2009 (com Fortis)	2010	2011	2012	Variação 2012-2011
Conformidade (fora Controlo Permanente/2OPC)	740	864	904	1 125	1 369	1 567	1 577 ⁽¹⁾	+ 0,64 %
Supervisão do Controlo Permanente/ Risco Operacional (2OPC)	439	562	637	760	315 ⁽²⁾	381	368 ⁽¹⁾	- 3,5 %
Group Risk Management	881	954	950	2 940 ⁽³⁾	1 801	1 971	1 965	- 0,3 %
Controlo Periódico	854	828	824	1 016	1 014 ⁽⁴⁾	1 107	1 030	- 7 %
TOTAL	2 914	3 208	3 315	5 841	4 499	5 026	4 940	- 1,7 %

(1) Efetivos estimados fim de período.

(2) Após reclassificação dos efetivos (ver explicações abaixo).

(3) Antes da reclassificação dos efetivos Fortis.

(4) Incluindo os efetivos «TEB» (Turk Ekonomi Bankasi).

Controlo permanente de segundo nível

- Com 1 577 ETI estimados no fim do exercício 2012, os efetivos da Conformidade (exceto Controlo Permanente-2OPC) ficaram estáveis em relação às realizações 2011 (1567 ETI) e estão em conformidade com as estimativas feitas aquando do exercício anterior.

Entre os factos marcantes, de salientar particularmente, por um lado, o reforço das equipas Retail Banking em França para acompanhar o aumento dos volumes das operações a analisar e, por outro, uma redução das equipas Investment Partners devido à reestruturação das áreas de intervenção (encerramentos/fusões de entidades).

As outras entidades do Grupo apresentam efetivos praticamente estáveis à semelhança das funções do Grupo.

O rácio «efetivos área Conformidade (exceto 2OPC)/efetivos Grupo» é de 0,81 % contra 0,79 % em 2011.

- O reposicionamento da função de supervisão do controlo permanente e do risco operacional decidido em 2010 conduziu à retribuição às entidades operacionais de uma parte dos

efetivos (400 ETI) anteriormente contados sob o termo de Controlo Operacional Permanente. Apenas são recuperados a partir de 2010 efetivos que podem claramente ser afetados a funções de controlo de segundo nível/segunda linha de defesa. Os dados de 2010 e dos anos anteriores não são comparáveis. A evolução em 2012 explica-se pela evolução da atividade de certas áreas de intervenção e pelos diversos ajustamentos nas linhas de atividade Retail.

- No final de 2012, o efetivo do Group Risk Management, incluindo as Direções dos Riscos do BNP Paribas Fortis, BGL BNP Paribas, BNL e Personal Finance, ascende a 1 965 ETI.

Controlo periódico

O efetivo da Inspeção-geral ascende a 1 030 ETI em 31 de Dezembro de 2012, dos quais 970 ETI dedicados à cobertura da auditoria (exceto equipas de apoio da função) contra 1 107 ETI (1043 ETI exceto equipas de apoio da função) em finais de 2011.

O rácio global «auditores/auditados» é de 0,53 %.

PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO RELATIVOS À ELABORAÇÃO E AO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

PAPEIS E RESPONSABILIDADES NA ELABORAÇÃO E NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

Sob a autoridade do Diretor Geral, a responsabilidade da elaboração e do tratamento da informação contabilística e financeira é assegurada pela função Finanças cujas missões são definidas por uma Carta específica. Estas consistem em particular em:

- definir as políticas e as normas contabilísticas assim como os princípios e normas de gestão;
- assegurar a produção das informações contabilísticas e o seu reporting regulamentar;
- assegurar a produção das informações que contribuem para os rácios de solvabilidade e de liquidez assim como a sua determinação e os seus reportings regulamentares;
- assegurar a elaboração das informações de gestão (realizadas e previstas) e fornecer o apoio necessário à pilotagem económica;
- dominar o risco ligado à informação financeira (resultado, balanço, solvabilidade, liquidez) através da definição e implementação de um dispositivo de controlo operacional permanente;
- assegurar a comunicação financeira do Grupo, zelando pela sua qualidade e a sua boa perceção pelos mercados;
- assegurar a arquitetura, conceção e desenvolvimento dos sistemas de informação financeira (resultado, balanço, solvabilidade, liquidez);
- assegurar a organização assim como o tratamento operacional das atividades associadas à função Finanças;

- exercer um dever de alerta em relação à Direção Geral.

Estas missões requerem um domínio das suas áreas pelos diferentes intervenientes. Este domínio assenta na compreensão e no controlo dos dados financeiros a cada um dos níveis do Grupo, no respeito pelos prazos fixados.

Assim, a responsabilidade da função Finanças é exercida da seguinte forma:

- A produção das informações contabilísticas e financeiras e os controlos visando assegurar a sua fiabilidade são assegurados em primeiro lugar pela função Finanças ao nível de cada entidade. A direção Financeira da entidade transmite as informações produzidas ao polo/ Entidade Operacional (EO) e certifica a sua fiabilidade de acordo com os procedimentos de certificação interna (descrita a seguir);
- Os polos/EO – Áreas de intervenção levam a cabo uma análise económica e um controlo dos dados produzidos pelas entidades e contribuem para a sua qualidade, procedendo nomeadamente, ao seu nível, às reconciliações adequadas entre os dados contabilísticos e os dados de gestão;
- ao nível central, o Grupo Finanças prepara instruções de reporting difundidas ao conjunto dos polos/EO – Áreas de intervenção e das entidades consolidadas, favorecendo assim a homogeneização dos dados e a sua conformidade com as regras do Grupo. Recolhe o conjunto das informações contabilísticas e de gestão produzidas pelas entidades após a sua validação pelos polos/EO e assegura a junção e consolidação destes dados para permitir a sua utilização, tanto pela Direção geral como no âmbito da comunicação com terceiros.

PRODUÇÃO DOS DADOS CONTABILÍSTICOS E FINANCEIROS

Dispositivo normativo

As contas locais de cada entidade são estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas que prevalecem no país onde a entidade exerce as suas atividades enquanto que, as contas consolidadas são estabelecidas segundo as normas contabilísticas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS) tais como adotadas pela União Europeia.

No seio do Grupo Finanças, o departamento «Políticas e normas contabilísticas do Grupo» define, segundo o referencial IFRS, os princípios contabilísticos aplicáveis ao conjunto do Grupo. Este assegura a vigilância regulamentar e decreta em consequência os novos princípios com o nível de interpretação necessário. Um manual dos princípios contabilísticos IFRS está à disposição dos polos /EO – Áreas de intervenção e entidades sobre as ferramentas internas de comunicação em rede («intranet») do BNP Paribas. Este é regularmente atualizado em função das evoluções normativas.

Além disso, o departamento «Políticas e normas contabilísticas do Grupo » responde aos pedidos de estudos contabilísticos específicos solicitados pelos polos/EO – Áreas de intervenção ou entidades, nomeadamente aquando da conceção ou do registo contabilístico de um novo produto financeiro ou de uma nova operação.

Por fim, um departamento no seio do Grupo Finanças também se dedica à elaboração das políticas e normas de gestão. Trabalha a partir de necessidades identificadas pelo setor de gestão. Estes princípios e normas estão igualmente acessíveis através das ferramentas internas de comunicação.

O dispositivo normativo ligado à solvabilidade é da responsabilidade do Grupo Risk Management (GRM), o que está ligado à liquidez ao ALM – Tesouraria.

Dispositivo de elaboração dos dados

O dispositivo de elaboração dos dados organiza-se em torno de dois setores distintos:

- o setor da contabilidade: está mais especificamente encarregado da produção da contabilidade financeira e analítica das entidades assim como do estabelecimento das Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, no respeito pelas políticas e pelas normas contabilísticas. Produz igualmente informações conexas que concorrem para a solvabilidade e a qualidade assegurando-se, a todos os níveis, da sua reconciliação com a contabilidade;
- o setor da gestão: elabora as informações de gestão (organizadas por polos/EO – Áreas de intervenção, apoiando-se nomeadamente para a sua construção em dados por entidade) participando na pilotagem económica das atividades, no respeito pelos princípios e pelas normas estabelecidos. Assegura-se, a todos os níveis, da concordância dos dados de gestão com os dados contabilísticos. A elaboração dos rácios de solvabilidade e de liquidez assim como a sua expressão analítica é da competência deste setor.

O Grupo Finanças concebe, desenvolve e administra as ferramentas de reporting dos dois setores, destinados a fornecer uma informação para o conjunto do Grupo, tendo em consideração os seus objetivos e a sua necessária complementaridade.

O Grupo Finanças promove a implantação de sistemas contabilísticos padrão no seio das entidades do Grupo, concebidos ao seu nível e sendo objeto de um desenvolvimento progressivo.

Esta abordagem favorece a partilha de informações e facilita a implementação de projetos transversais num contexto de desenvolvimento das plataformas mutualizadas de tratamento e síntese contabilísticas no Grupo.

Relativamente à liquidez, foi implementado um programa específico em 2012, em colaboração com as equipas ALM – Tesouraria. Em matéria de reporting, destina-se nomeadamente a:

- definir as políticas e metodologias aplicáveis tendo em conta a regulamentação que está a ser elaborada;
- definir e implementar ferramentas e processos perenes, tanto ao nível do Grupo, como ao nível dos polos/EO – Áreas de intervenção e entidades.

As principais realizações deverão ter lugar até finais de 2013, de forma a serem compatíveis com a previsível abertura do período de observação dos rácios em 2014.

CONTROLO PERMANENTE DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

Controlo interno no seio da função Finanças

Com vista a assegurar o acompanhamento do controlo do risco relacionado com a informação contabilística e financeira de maneira centralizada, o Grupo Finanças dispõe de um departamento «Grupo Controlo & Certificação» que assegura as principais missões seguintes:

- definir a política do Grupo em matéria de dispositivo de controlo interno contabilístico. Este dispositivo prevê a aplicação pelas entidades contabilísticas dos princípios organizando o ambiente de controlo interno contabilístico e de controlos chave destinados a garantir a fiabilidade das informações que constam do documento de consolidação. A este propósito, o Grupo emitiu normas de controlo interno contabilístico destinadas às entidades consolidadas assim como um plano de controlos contabilísticos padrão recenseando os principais controlos a implementar para cobrir o risco contabilístico;
- certificar-se do correto funcionamento da envolvente de controlo interno da informação contabilística e financeira no seio do Grupo, nomeadamente pelo procedimento de certificação interna descrita abaixo; reportar trimestralmente à Direção Geral e à Comissão revisora de contas do Conselho de administração a qualidade das demonstrações financeiras do Grupo;
- zelar, conjuntamente com o GRM, pelo bom funcionamento do dispositivo de recolha e tratamento dos reportings de risco de crédito consolidados, nomeadamente através de um dispositivo de certificação específico e de indicadores de qualidade;
- certificar-se da implementação das recomendações dos Revisores oficiais de contas pelas entidades, e das recomendações da Inspeção Geral relativas ao risco contabilístico, com o apoio dos polos/EO – Áreas de intervenção. Este acompanhamento é facilitado pela utilização de ferramentas dedicadas que permitem a cada entidade acompanhar as recomendações que lhe são dirigidas e indicar regularmente o estado de adiantamento dos diferentes planos de ação. O acompanhamento centralizado destas recomendações permite ao Grupo Finanças conhecer os pontos de melhoria do dispositivo de controlo interno contabilístico no seio das entidades consolidadas, identificar, se tal for o caso, os procedimentos e instruções de nível Grupo.

Para o setor da contabilidade, estas missões prosseguem no seio dos departamentos Finanças dos polos/EO por equipas de controlo centrais que fazem uma supervisão próxima das entidades e implementam, se necessário, procedimentos de controlo contabilístico adaptados às especificidades do seu perímetro.

Por fim, no seio dos departamentos Finanças das entidades, a declinação dos princípios de controlo interno contabilístico do grupo leva à implementação, em função do tamanho das entidades, de correspondentes ou de equipas de controlo contabilístico dedicados. Assim, as abordagens de mutualização dos trabalhos de síntese contabilística no seio de plataformas regionais no seio do Grupo, que garantem uma melhor harmonização dos processos de reporting e de controlo e aumento da sua eficácia no perímetro das entidades em causa, permitem igualmente dispor de equipas de controlo contabilístico de tamanho e de perícia adaptados. As principais missões destas equipas locais são as seguintes:

- assegurar a ligação entre Finanças e os back-offices que alimentam a contabilidade, nomeadamente verificando que estes últimos dispõem das informações necessárias para a realização dos trabalhos contabilísticos (formação para as ferramentas contabilísticas disponibilizadas; conhecimento dos esquemas contabilísticos...);
- implementar os controlos contabilísticos de segundo nível no conjunto das entidades dependentes do seu perímetro. No âmbito de uma contabilidade descentralizada, estes controlos completam aqueles realizados no primeiro nível pelos back-offices, e apoiam-se nomeadamente em ferramentas de controlo contabilístico que permitem, por exemplo, identificar para cada conta, o serviço responsável pela sua justificação e o seu controlo, comparar os saldos registados no sistema contabilístico com os saldos indicados nos sistemas de operações de cada atividade e identificar, justificar e acompanhar o apuramento dos pendentes nas contas de fluxo;
- animar o processo da «certificação elementar» (descrito abaixo) pelo qual os diferentes departamentos de uma entidade reportam a realização dos seus controlos;
- assegurar-se que o dispositivo de controlo interno contabilístico permite ao departamento Finanças da entidade de ter uma visibilidade adequada sobre o processo de elaboração das sínteses contabilísticas, e nomeadamente sobre o conjunto dos elementos necessários ao processo de certificação para com o Grupo (descrito abaixo). A formalização dos trabalhos através de ferramentas de cartografia dos processos e dos riscos associados e de documentação dos controlos concorre para este objetivo.

Dispositivo de Certificação Interna

Ao nível do Grupo

O Grupo Finanças anima, mediante uma ferramenta FACT Finance Accounting Control Tool, um processo de certificação interna dos dados produzidos trimestralmente para o conjunto de prestação de contas consolidadas por cada entidade, assim como os trabalhos de validação realizados no seio dos departamentos Finanças dos polos/áreas de intervenção e do processo de consolidação do qual o departamento «Reportings Group» do Grupo Finanças é responsável.

O responsável Finanças de cada entidade visada certifica ao Grupo Finanças:

- que os dados transmitidos se encontram estabelecidos em conformidade com as normas e padrões do Grupo;
- que o bom funcionamento do sistema de controlo interno contabilístico permite garantir a sua qualidade e fiabilidade.

O principal certificado fornecido pelas entidades consolidadas por integração global ou proporcional apresenta o conjunto dos principais controlos definidos no plano dos controlos contabilísticos do Grupo, e leva à determinação de uma notação para cada entidade. As entidades consolidadas pelo método de equivalência, preenchem um certificado adaptado. Por fim, as entidades não consolidadas são objeto de um procedimento de certificação anual segundo modalidades simplificadas.

Este dispositivo de certificação também está implementado ao nível do risco de crédito em ligação com o GRM. Deverá ser implementado em 2013 para os dados relativos à liquidez em ligação com a ALM – Tesouraria.

Este processo de certificação interna participa no dispositivo de vigilância global do controlo interno no seio do Grupo e permite ao Grupo Finanças, enquanto responsável pelo estabelecimento e pela qualidade das contas consolidadas do Grupo, ter conhecimento das incidências de eventuais disfuncionamentos nas contas e acompanhar a implementação pelas entidades, das medidas corretivas apropriadas. É apresentado um balanço deste procedimento à Direção geral e à Comissão revisora de contas do Conselho de administração aquando de cada fecho trimestral das contas consolidadas do Grupo.

Ao nível das entidades

Com vista a assegurar uma visão de conjunto do processo de elaboração da informação contabilística ao nível do departamento Finanças da entidade, o Grupo Controlo e Certificação preconiza a implementação de um procedimento de «certificação elementar» (ou «sub-certificação») dos dados contabilísticos desde que uma organização descentralizada do tratamento das operações e da elaboração dos dados contabilísticos e financeiros o torne necessário.

Trata-se de um processo pelo qual os fornecedores de informação implicados na confeção dos dados contabilísticos e financeiros (por exemplo: middle-office/back-office, Recursos humanos, Contabilidade fornecedores, etc.) certificam formalmente o bom funcionamento dos controlos fundamentais visando assegurar a fiabilidade dos dados contabilísticos e financeiros sob a sua responsabilidade. Os certificados elementares são transmitidos ao departamento Finanças local que os analisa, em ligação com os controlos contabilísticos que realiza diretamente, estabelece uma síntese dos mesmos com o objetivo de contribuir para a certificação principal e assegura um acompanhamento em ligação com os outros intervenientes.

A ferramenta FACT permite igualmente automatizar esta sub-certificação pela disponibilização de um ambiente específico às entidades, permitindo-lhes gerir diretamente o processo implementado ao seu nível.

Controlo das valorizações dos instrumentos financeiros e da determinação dos resultados das atividades de mercado

O Grupo Finanças, responsável pela produção e pela qualidade das informações contabilísticas e de gestão do grupo, delega a avaliação e o controlo do valor de mercado ou de modelo dos instrumentos financeiros aos diferentes atores da cadeia que contribuem para a valorização dos instrumentos financeiros no âmbito do acompanhamento dos riscos de mercado e do resultado de gestão.

O setor de controlo destas operações, que implica o conjunto dos atores, está colocado sob a supervisão da função Finanças. Os objetivos desta área consistem em garantir:

- a fiel representação das operações e dos instrumentos financeiros utilizados nas contas do Grupo, em conformidade com os princípios contabilísticos e de gestão do Grupo;
- a qualidade das avaliações dos instrumentos financeiros utilizados tanto para o estabelecimento dos resultados contabilísticos e de gestão, como para a gestão e o controlo dos riscos de mercado e de liquidez;
- a correta determinação, compreensão e análise dos resultados das operações de mercado;
- o controlo dos riscos operacionais associados.

Este dispositivo de controlo permanente apoia-se num conjunto de princípios de organização definidos na Carta de controlo interno do Grupo e declina-se a todos os níveis da organização, ou seja, a nível do Grupo, a nível do polo CIB e das principais entidades que contabilizam operações de mercado.

A função Finanças, graças a equipas dedicadas («CIB Financial Control»), dispõe de uma visão do conjunto do dispositivo sobre o qual exerce um controlo ao seu nível. Para tal, esta define os reportings a produzir pelos diferentes atores que incluem em simultâneo os elementos quantitativos e qualitativos permitindo dar conta da evolução das atividades assim como dos resultados e da qualidade dos controlos realizados a montante.

Comités mensais reunindo o conjunto dos atores são implementados com vista a examinar o conjunto das problemáticas ligadas ao processo de valorização e de representação das operações nos sistemas contabilísticos. Por fim, no âmbito dos fechos das contas trimestrais, o CIB Finança reporta a um Comité de arbitragem e de decisões (« PFC – Product and Financial Control Committee ») presidido pelo Diretor Financeiro do Grupo, a ação do CIB Financial Control sobre a eficácia dos controlos e da fiabilidade do processo de valorização e de determinação dos resultados. Este Comité trimestral reúne o Grupo Finanças, o CIB Finanças e o GRM.

Evoluções do dispositivo

O dispositivo de controlo é objeto de uma adaptação permanente, os procedimentos descritos inscrevem-se num quadro evolutivo visando garantir um nível de controlo adequado no seio do Grupo.

Nomeadamente, em ligação com os polos/EO – Áreas de intervenção, são implementadas ações sistemáticas de controlo de qualidade do processo se certificação contabilística, com o desenvolvimento progressivo de indicadores quantificados para certos controlos importantes- Estas ações são completadas por apresentações por ocasião dos diferentes comités do setor Finanças, das visitas in situ assim como através da divulgação de procedimentos do Grupo que vêm especificar certos controlos importantes, e finalmente através das instruções detalhadas com vista a assegurar modalidades de respostas homogéneas e uma documentação adequada deste processo.

De igual modo, relativamente aos dados que contribuem para o rácio de solvabilidade, são implementadas ações específicas para melhorar os processos de produção. Nomeadamente no que concerne a reconciliação dos dados relativos ao risco de crédito, foram definidas e desenvolvidas metodologias para dar o devido peso no seio das entidades mais significativas para refrear a pista de auditoria e assegurar uma estreita

Colaboração das equipas Finanças e Riscos na realização das análises. Esta abordagem está em fase de extensão a outras entidades do Grupo.

O dispositivo será igualmente adaptado no âmbito do programa escolhido para o reporting liquidez.

CONTROLO PERIÓDICO – EQUIPA CENTRAL DE INSPEÇÃO CONTABILÍSTICA («ECIC»)

A Inspeção-geral dispõe de uma equipa de inspetores (Equipa Central de Inspeção Contabilística – ECIC) especializados na auditoria contabilística e financeira, respondendo assim à vontade da Inspeção-geral de reforçar o dispositivo de auditoria em matéria contabilística, tanto do ponto de vista da tecnicidade das suas intervenções como do perímetro de cobertura do risco contabilístico.

O seu plano de ação é determinado nomeadamente graças às ferramentas de controlo contabilístico à distância de que dispõe o Grupo Finanças, assim como ao observatório dos riscos implementado pela Inspeção geral.

Os principais objetivos prosseguidos por esta equipa são os seguintes:

- constituir no seio da Inspeção geral, um polo de especialidade contabilística e financeira para reforçar as competências da Inspeção geral durante as missões realizadas sobre estes temas;
- difundir no seio do Grupo as melhores práticas em matéria de auditoria interna contabilística e harmonizar a qualidade dos trabalhos de auditoria contabilística no Grupo;
- identificar e inspecionar as zonas de risco contabilístico à escala do Grupo.

RELAÇÕES COM OS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Todos os anos, no âmbito da sua missão legal, os Revisores oficiais de contas são chamados a emitir um relatório onde formulam uma opinião sobre a regularidade e a sinceridade das contas consolidadas do grupo BNP Paribas e das contas anuais das empresas do Grupo.

Além disso, os Revisores oficiais de contas realizam trabalhos de exame limitado no âmbito do fecho semestral e das diligências específicas aquando dos fechos trimestrais. Assim, no âmbito da sua missão legal:

- examinam qualquer evolução significativa das normas contabilísticas e apresentam à Comissão revisora de contas os seus pareceres sobre as escolhas contabilísticas significativas;
- apresentam à função Finanças das entidades/áreas de intervenção/polos e do Grupo, as suas conclusões e nomeadamente as suas observações e eventuais recomendações visando a melhoria de certos aspetos do dispositivo de controlo interno que contribui para a elaboração da informação financeira e contabilística e que estes examinaram no âmbito da sua auditoria.

As escolhas contabilísticas significativas são alvo, tal como indicado acima no capítulo 2.2.1 «Governo da sociedade», de uma exposição à Comissão revisora de contas do Conselho de administração.

GOVERNO DA SOCIEDADE

Relatório do Presidente do Conselho de administração sobre as condições de preparação e de organização dos trabalhos do Conselho assim como sobre os procedimentos de controlo interno implementados pela sociedade

COMUNICAÇÃO FINANCEIRA (COMUNICADOS DE IMPRENSA, APRESENTAÇÕES TEMÁTICAS, ETC.)

Os suportes de comunicação financeira publicados são elaborados pelo departamento «Relações Investidores e Informação Financeira» no seio do Grupo Finanças. Têm por objetivo apresentar aos acionistas individuais, investidores institucionais, analistas financeiros e agências de notação as diferentes atividades do Grupo, explicar os seus resultados e detalhar a sua estratégia de desenvolvimento, respeitando o princípio de apresentação de uma informação financeira em conformidade com aquela que é utilizada a nível interno.

A equipa propõe e define, sob o controlo da Direção Geral e do Diretor financeiro, o formato de comunicação das informações financeiras publicadas pelo grupo BNP Paribas. Com o apoio dos polos e das funções, esta concebe as apresentações dos resultados, dos projetos estratégicos e das apresentações temáticas e assegura a sua difusão junto da comunidade financeira.

As exigências crescentes dos investidores e a vontade de estarem ao melhor nível europeu levaram o Grupo a adotar um formato de comunicação detalhado destinado a apresentar nas praças financeiras os seus resultados numa base trimestral. Os Revisores oficiais de contas estão associados à fase de validação e de revisão dos comunicados relativos aos fechos das contas trimestrais, semestrais ou anuais, antes da sua apresentação à Comissão revisora de contas e ao Conselho de administração.

2.3 Relatório dos Revisores oficiais de contas estabelecido em conformidade com o artigo L225-235 do Código comercial sobre o Relatório do Presidente do Conselho de administração

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício fechado a 31 de dezembro de 2012

Aos Acionistas

BNP Paribas

16, boulevard des Italiens

75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Na nossa qualidade de Revisores oficiais de contas do BNP Paribas, e nos termos do disposto no artigo L225-235 do Código comercial, vimos apresentar o nosso relatório sobre o relatório estabelecido pelo Presidente da vossa sociedade em conformidade com as disposições do artigo L225-37 do Código comercial relativo ao exercício fechado em 31 de Dezembro de 2012.

Cabe ao Presidente estabelecer e submeter à aprovação do Conselho de administração um relatório expondo os procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos implementados no seio da sociedade e fornecendo as demais informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial relativas nomeadamente ao dispositivo em matéria de governo da sociedade.

Cabe-nos:

- comunicar a V. exas. as observações que retirámos das informações contidas no relatório do Presidente, no que respeita aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira, e
- certificar que o relatório inclui as demais informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial, esclarecendo desde já que não nos compete verificar a sinceridade das referidas informações.

Efetuámos os nossos trabalhos em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França.

Informações sobre os procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira

As normas de exercício profissional requerem a implementação de diligências destinadas a avaliar a sinceridade das informações no que respeita aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira contidas no relatório do Presidente. Tais diligências consistem nomeadamente em:

- tomar conhecimento dos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira que subjacentes às informações apresentadas no relatório do Presidente assim como na documentação existente;
- tomar conhecimento dos trabalhos que permitiram a elaboração destas informações e da documentação existente;
- determinar se as principais deficiências do controlo interno relativo à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira que teríamos detetado no âmbito da nossa missão são alvo de uma informação apropriada no relatório do Presidente.

Com base nestes trabalhos, não temos qualquer observação a formular sobre as informações respeitantes aos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos da sociedade relativas à elaboração e ao tratamento da informação contabilística e financeira contidas no relatório do Presidente do Conselho de administração, estabelecido nos termos do disposto no artigo L225-37 do Código comercial.

Outras informações

Certificamos que o relatório do Presidente do Conselho inclui as demais informações exigidas pelo artigo L225-37 do Código comercial.

Feito em Neuilly-sur-Seine e em Courbevoie, a 8 de março de 2013

Deloitte & Associés
Damien Leurent

Os Revisores oficiais de contas
PricewaterhouseCoopers Audit
Etienne Boris

Mazars
Hervé Hélias

2.4 A Comissão executiva

Em 31 de dezembro de 2012, a Comissão executiva do BNP Paribas era composta pelos seguintes membros:

- Jean-Laurent Bonnafé, Administrador Diretor Geral;
- Philippe Bordenave, Diretor Geral delegado;
- Georges Chodron de Courcel, Diretor Geral delegado;
- François Villeroy de Galhau, Diretor Geral delegado;
- Jacques d'Estais, Diretor Geral adjunto, responsável de Investment Solutions e dos conjuntos BNP Paribas Personal Finance e International Retail Banking;
- Alain Papiasse, Diretor Geral adjunto, responsável de Corporate and Investment Banking;
- Jean Clamon, Delegado geral, responsável da função Conformidade e da coordenação do controlo interno;
- Marie-Claire Capobianco, responsável do Banco de retalho em França;
- Stefaan Decraene, responsável de International Retail Banking;
- Fabio Gallia, responsável da Itália e Administrador Diretor Geral do BNL;
- Yann Gérardin, responsável de Global Equities & Commodity Derivatives;
- Maxime Jadot, responsável do BNP Paribas Fortis;
- Frédéric Janbon, responsável de Fixed Income;
- Michel Konczaty, responsável do Grupo Risk Management;
- Thierry Laborde, responsável do BNP Paribas Personal Finance;
- Éric Lombard, responsável do BNP Paribas Cardiff;
- Yves Martrenchar⁽¹⁾, responsável da função Grupo Recursos Humanos;
- Éric Raynaud, responsável da região Ásia-Pacífico.

Desde novembro de 2007, a Comissão Executiva do BNP Paribas dotou-se de um Secretariado permanente.

(1) Yves Martrenchar sucede a Frédéric Lavenir.

3

ATIVIDADES E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2012

3.1	Resultados consolidados do BNP Paribas	76
	Plano de adaptação realizado e resultados sólidos num contexto económico difícil	76
3.2	Resultados por polo/área de intervenção	78
	Retail Banking	78
	Domestic Markets	78
	Investment Solutions	84
	Corporate and Investment Banking (CIB)	86
	Outras Atividades	88
3.3	Balanço	89
	Ativo	89
	Passivo (exceto capitais próprios)	90
	Interesses minoritários	91
	Capitais próprios consolidados parte do Grupo	92
	Compromissos extra patrimoniais	92
3.4	Demonstração de resultados	93
	Resultado líquido bancário	93
	Encargos gerais de exploração e dotações às amortizações e às provisões	95
	Resultado bruto de exploração	95
	Custo do risco	96
	Resultado líquido, parte do Grupo	96
3.5	Eventos recentes	97
	Produtos e serviços	97
	Crescimento externo e parcerias	97
3.6	Perspetivas	98
	Perspetivas do Grupo	98
	Perspetivas dos polos operacionais	99
3.7	Liquidez e financiamento	100
3.8	Solvabilidade	100

3.1 Resultados consolidados do BNP Paribas

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	39 072	42 384	- 7,8 %
Despesas de gestão	(26 550)	(26 116)	+ 1,7 %
Resultado bruto de exploração	12 522	16 268	- 23,0 %
Custo do risco	(3 941)	(6 797)	- 42,0 %
Resultado de exploração	8 581	9 471	- 9,4 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	489	80	n.s.
Outros elementos fora exploração	1 302	100	n.s.
Elementos fora exploração	1 791	180	n.s.
Resultado antes de imposto	10 372	9 651	+ 7,5 %
Imposto sobre os lucros	(3 059)	(2 757)	+ 11,0 %
Interesses minoritários	(760)	(844)	- 10,0 %
Resultado líquido parte do Grupo	6 553	6 050	+ 8,3 %
Coeficiente de exploração	68,0 %	61,6 %	+ 6,4 pt

PLANO DE ADAPTAÇÃO REALIZADO E RESULTADOS SÓLIDOS NUM CONTEXTO ECONÓMICO DIFÍCIL

O Grupo realizou este ano o seu plano de adaptação à nova regulamentação mais cedo do que o previsto: as necessidades em dólares de CIB foram reduzidas em 65 bilhões de dólares desde abril de 2012 e o objetivo do Grupo aumentou 100 pb o rácio «common equity Tier 1 de Basileia 3 pleno⁽¹⁾» foi ultrapassado desde finais de setembro de 2012. Este rácio ascende a 9,9 % em 31 de dezembro de 2012, ilustrando o nível de solvabilidade muito elevado do Grupo. Os ativos ponderados foram reduzidos em 62 bilhões de euros desde 31 de dezembro de 2011.

O BNP Paribas realiza este ano resultados sólidos num contexto económico difícil: a zona euro voltou a cair em recessão (PIB: - 0,4%) e os mercados de capitais permaneceram em crise durante grande parte do ano. Assim, o resultado líquido bancário estabeleceu-se em 39 072 milhões de euros, um recuo de 7,8 % relativamente a 2011. Inclui este ano o impacto de quatro elementos excecionais significativos para um total de - 1 513 milhões de euros: perdas sobre cessões de títulos soberanos (- 232 milhões de euros), perdas líquidas sobre cessões de créditos (- 91 milhões de euros), a reavaliação de dívida própria (- 1 617 milhões de euros) e a amortização excecional da colocação ao justo valor de uma

parte do banking book de Fortis devido a reembolsos antecipados (+ 427 milhões de euros). Por sua vez, os rendimentos dos polos operacionais aumentam 0,8 %, demonstrando uma boa resistência, com um aumento de 0,4 % no Retail Banking⁽²⁾, de 4,8 % no Investment Solutions e uma queda de 1,8 % no CIB.

As despesas de gestão, em 26 550 milhões de euros, estão bem controladas com um ligeiro aumento 1,7 %. Baixam 0,1 % no Retail Banking⁽²⁾, aumentam 1,4 % no Investment Solutions e 2,4 % no CIB (- 1,1 % com perímetro e câmbio constantes).

Assim, no período, o resultado bruto de exploração diminuiu 23,0 %, para 12 522 milhões de euros. Em contrapartida, progride 0,8 % nos polos operacionais.

O custo do risco do Grupo, de 3 941 milhões de euros, ou seja 58 pb dos ativos de crédito à clientela, recua 42,0 % em relação a 2011 que integrava o impacto de 3 241 milhões de euros do plano de apoio à Grécia. Fora o impacto das provisões para títulos gregos, o custo do risco verificou um aumento moderado de 9,2 %.

(1) Rácio de « common equity Tier 1 » tendo em conta o conjunto das regras da CRD 4 sem disposição transitória, que só entrarão em vigor a 1 de janeiro de 2019, e como antecipadas pelo BNP Paribas.

(2) Integrando 100 % dos Bancos privados das redes domésticas, fora efeitos PEL/CEL.

Os elementos, fora exploração, ascendem a 1 791 milhões de euros. Incluem o impacto de dois elementos excepcionais para 1 445 milhões de euros : a mais-valia de 1 790 milhões de euros registada por ocasião da cessão de uma participação de 28,7 % na Klépierre SA, e da depreciação para um montante total de 345 milhões de euros, dos quais 298 milhões de euros de ajustamento da sobrevalorização do BNL bc devido ao aumento previsto das exigências de fundos próprios do Banco de Itália («common equity Tier 1» local passando de 7 % para 8 %).

Assim, o resultado antes do imposto fixa-se em 10 372 milhões de euros, um aumento de 7,5 % relativamente ao ano passado, com um impacto total dos excepcionais escasso, de - 68 milhões de euros. Para os polos operacionais, o resultado antes do imposto ascende a 11 574 milhões de euros, um aumento de 0,8 % relativamente a 2011.

Num contexto que continua a ser desfavorável, o BNP Paribas realiza este ano um resultado líquido de 6 553 milhões de euros, em alta relativamente

ao de 2011 (6 050 milhões de euros), graças à grande diversificação das suas áreas de intervenção. A rentabilidade dos capitais próprios, de 8,9 %, está praticamente estável relativamente ao ano passado em que ascendia a 8,8 %.

O lucro líquido por ação ascende a 5,16 euros contra 4,82 euros em 2011. O ativo líquido contabilístico por ação ⁽¹⁾ ascende a 60,8 euros, ou seja um aumento de 4,5 % relativamente ao ano passado e uma taxa de crescimento média anualizada de 6,5 % desde 31 de dezembro de 2008, evidenciando a capacidade do BNP Paribas em realizar um crescimento contínuo do ativo líquido por ação através do ciclo.

O Conselho de administração proporá à Assembleia-geral dos acionistas o pagamento de um dividendo de 1,50 euro por ação, ou seja uma taxa de distribuição de 29,7 %, pagável em numerário. Esta repartição do resultado permite reinvestir mais de dois terços dos lucros na empresa para prosseguir o desenvolvimento e o acompanhamento dos seus clientes.

Atribuição de capital

Os polos beneficiam do rendimento dos capitais que lhes são concedidos. A atribuição de capital responde em primeiro lugar às exigências e métodos de cálculo do rácio europeu de solvabilidade segundo a regulamentação CRD 3, intitulada «Basileia 2.5» e efetua-se na base de 9 % dos ativos ponderados. Os ativos ponderados são a soma:

- do montante das exposições ponderadas a título de risco de crédito e de contrapartida calculado utilizando a abordagem padrão ou a abordagem avançada de notações internas consoante a entidade ou a atividade do Grupo visada;
- das exigências de fundos próprios em matéria de supervisão prudencial dos riscos de mercado e do risco operacional,

multiplicadas por um fator de 12,5. A exigência de fundos próprios a nível do risco operacional é calculada em conformidade com a abordagem de base, a abordagem padrão ou as abordagens de medição avançada (AMA), consoante a entidade do Grupo visada.

Por outro lado é concedida a cada polo a quota-parte deduzida prudencialmente dos fundos próprios de base, nomeadamente 100 % do valor líquido contabilístico dos títulos detidos em estabelecimentos financeiros ou de crédito.

Por fim, o capital concedido no âmbito das filiais de seguros é igual à necessidade em margem de solvabilidade calculada em conformidade com a regulamentação dos seguros.

(1) Não reavaliado.

3.2 Resultados por polo/área de intervenção

RETAIL BANKING

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Produto líquido bancário	24 911	24 806	+ 0,4 %
Despesas de gestão	(15 088)	(15 098)	- 0,1 %
Resultado bruto de exploração	9 823	9 708	+ 1,2 %
Custo do risco	(3 505)	(3 568)	- 1,8 %
Resultado de exploração	6 318	6 140	+ 2,9 %
Quota-parte do resultado líquido das sociedades segundo o método da equivalência patrimonial	192	165	+ 16,4 %
Outros elementos fora exploração	98	98	+ 0,0 %
Resultado antes do imposto	6 608	6 403	+ 3,2 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(209)	(206)	+ 1,5 %
Resultado antes do imposto de Retail Banking	6 399	6 197	+ 3,3 %
Coefficiente de exploração	60,6 %	60,9 %	- 0,3 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	33,7	32,9	+ 2,4 %

Incluindo 100 % da banca privada dos mercados domésticos em França (exceto efeitos PEL/CEL), em Itália, na Bélgica e no Luxemburgo para as linhas Resultado líquido bancário a Resultado antes do imposto.

DOMESTIC MARKETS

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	15 730	15 795	- 0,4 %
Despesas de gestão	(9 981)	(10 160)	- 1,8 %
Resultado bruto de exploração	5 749	5 635	+ 2,0 %
Custo do risco	(1 573)	(1 405)	+ 12,0 %
Resultado de exploração	4 176	4 230	- 1,3 %
Quota-parte do resultado líquido das sociedades segundo o método da equivalência patrimonial	40	20	+ 100,0 %
Outros elementos fora exploração	(1)	12	n.s.
Resultado antes do imposto	4 215	4 262	- 1,1 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(209)	(206)	+ 1,5 %
Resultado antes do imposto de Domestic Markets	4 006	4 056	- 1,2 %
Coefficiente de exploração	63,5 %	64,3 %	- 0,8 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	21,2	21,0	+ 1,1 %

Incluindo 100 % da banca privada dos mercados domésticos em França (exceto efeitos PEL/CEL), em Itália, na Bélgica e no Luxemburgo para as linhas Resultado líquido bancário a Resultado antes do imposto.

No conjunto do ano de 2012, o bom dinamismo comercial do Domestic Markets traduz-se pelo crescimento dos depósitos em todas as redes. Com 275 bilhões de euros, os depósitos de Domestic Markets aumentam assim 4,7 % em relação a 2011. Quanto aos ativos de créditos, verifica-se um aumento de 1,2 % apesar de se poder observar um abrandamento progressivo dos pedidos de crédito ao longo do ano.

O resultado líquido bancário⁽¹⁾, de 15 730 milhões de euros, está praticamente estável (- 0,1 %⁽²⁾) em relação a 2011 apesar de um contexto de taxas baixas persistente e da desaceleração dos volumes de atividade durante o ano. As despesas de gestão⁽¹⁾ recuam 1,5 %⁽²⁾ em relação a 2011, traduzindo o muito bom controlo dos custos em todas as áreas de intervenção e permitindo melhorar o coeficiente

de exploração⁽²⁾ em cada um dos quatro mercados domésticos.

Assim, o resultado bruto de exploração ascende a 5 749 milhões, uma subida de 2,5 %⁽²⁾ em relação a 2011.

Tendo em consideração o custo do risco moderado, e após atribuição de um terço do resultado da Banca privada das redes de Domestic Markets ao polo Investment Solutions, o resultado antes do imposto⁽³⁾ é de 4 006 milhões de euros, uma queda de 1,0 %⁽²⁾ relativamente a 2011. Graças à melhoria da sua eficácia operacional, Domestic Markets apresenta resultados sólidos a um nível elevado.

BANCA DE RETALHO EM FRANÇA (BDDF)

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Produto líquido bancário	6 939	7 037	- 1,4 %
do qual rendimentos de juros	4 128	4 166	- 0,9 %
Do qual comissões	2 811	2 871	- 2,1 %
Despesas de gestão	(4 496)	(4 573)	- 1,7 %
Resultado bruto de exploração	2 443	2 464	- 0,9 %
Custo do risco	(315)	(315)	+ 0,0 %
Resultado de exploração	2 128	2 149	- 1,0 %
Elementos fora exploração	4	3	+ 33,3 %
Resultado antes do imposto	2 132	2 152	- 0,9 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(122)	(124)	- 1,6 %
Resultado antes do imposto do BDDF	2 010	2 028	- 0,9 %
Coeficiente de exploração	64,8 %	65,0 %	- 0,2 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	7,7	7,6	+ 1,4 %

Incluindo 100 % da banca privada em França (exceto efeitos PEL/CEL) para as linhas Produto líquido bancário a Resultado antes do imposto.

No conjunto do ano de 2012, o acompanhamento ativo da clientela do BDDF traduz-se numa boa dinâmica comercial no que respeita aos depósitos (uma progressão de 4,7 % relativamente a 2011), nomeadamente graças a um forte crescimento das contas poupança (+ 9,6 %). Apesar de uma desaceleração da procura no final do ano, os créditos por liquidar aumentam numa média de 1,5 % em relação a 2011. O prosseguimento do acompanhamento das Microempresas-PME e o sucesso do dispositivo das «Maisons des Entrepreneurs» traduzem-se nomeadamente num aumento dos ativos de crédito no segmento da clientela (+ 2,7 %⁽⁴⁾). A dinâmica comercial é também ilustrada pelo crescimento de 10,5 % durante o ano do número de utilizadores da Internet móvel que aumenta 42 % para mais de 630 000 utilizadores mensais.

O resultado líquido bancário⁽⁵⁾ ascende a 6 939 milhões de euros (- 1,4% em relação a 2011). Num contexto de taxas baixas persistente e tendo em conta o abrandamento da procura de créditos, os rendimentos de juros

sofrem uma queda de 0,9 %. Quanto às comissões, estas recuam 2,1 %, devido aos mercados financeiros pouco favoráveis

Graças ao prosseguimento da otimização da eficácia operacional, as despesas de gestão⁽⁵⁾ recuam 1,7 % em relação a 2011 e o coeficiente de exploração⁽⁵⁾ melhora 0,2 ponto para 64,8 %.

Assim, o resultado bruto de exploração é de 2 443 milhões de euros, uma queda de 0,9 % em relação ao ano passado.

O custo do risco⁽⁵⁾, é de 315 milhões de d'euros, ou seja 21 pb dos créditos por liquidar da clientela mantém-se a um nível baixo.

Após atribuição de um terço do resultado do Banco privado em França, no polo Investment Solutions, o BDDF apresenta um resultado antes de imposto⁽³⁾ de 2 010 milhões de euros, uma queda de 0,9 % em relação a 2011, realizando um bom desempenho num contexto de abrandamento económico.

(1) Integrando 100 % da Banca privada dos mercados domésticos em França (fora efeitos PEL/CEL), em Itália, na Bélgica e no Luxemburgo.

(2) Com perímetro e câmbio constantes.

(3) Fora efeitos PEL/CEL.

(4) Fonte Banco de França (Microempresas-PME independentes), variação homóloga.

(5) Fora efeitos PEL/CEL, com 100 % do Banco Privado em França.

BNL BANCA COMMERCIALE (BNL BC)

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	3 273	3 202	+ 2,2 %
Despesas de gestão	(1 804)	(1 829)	- 1,4%
Resultado bruto de exploração	1 469	1 373	+ 7,0 %
Custo do risco	(961)	(795)	+ 20,9 %
Resultado de exploração	508	578	- 12,1%
Elementos fora exploração	1	0	n.s.
Resultado antes do imposto	509	578	- 11,9%
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(18)	(14)	+ 28,6 %
Resultado antes do imposto do BNL bc	491	564	- 12,9%
Coefficiente de exploração	55,1 %	57,1 %	- 2,0 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	6,4	6,4	+ 0,7%

Incluindo 100 % da banca privada em Itália para a linha Resultado líquido bancário a Resultado antes do imposto.

No conjunto do ano de 2012, numa conjuntura desfavorável, a atividade comercial do BNL bc traduz-se por um aumento de 4,3 % dos depósitos, impulsionado pelas empresas e coletividades públicas. Os ativos de crédito aumentam em média 0,7 %, apesar de uma desaceleração durante o ano em consonância com o mercado.

O produto líquido bancário⁽¹⁾, de 3 273 milhões de euros, aumenta 2,2 % em relação a 2011. Os rendimentos de juros aumentaram, em particular sobre os créditos aos empresários e empresas devido à boa manutenção das margens. As comissões estão a baixar sob o efeito da diminuição da produção de novos créditos e dos impactos regulamentares.

Graças às medidas de redução dos custos, nomeadamente informáticos e imobiliários, as despesas de gestão⁽¹⁾ recuaram 1,4 % em relação a 2011,

para 1 804 milhões de euros, permitindo ao BNL bc registar uma nova melhoria do coeficiente de exploração⁽¹⁾ de 2 pontos para 55,1 %. O resultado bruto de exploração⁽¹⁾ fica assim em 1 469 milhões de euros, um aumento de 7,0 % em relação ao ano passado.

O custo do risco⁽¹⁾, em 116 pb dos ativos crédito da clientela, aumentou 18 pb em relação ao ano passado devido à conjuntura económica. Após atribuição de um terço do resultado do Banco privado em Itália no polo Investment Solutions, o resultado antes do imposto do BNL bc fixa-se em 491 milhões de euros, uma queda de 12,9 % em relação a 2011. O BNL bc realiza assim um bom desempenho operacional num contexto de risco difícil.

(1) Com 100 % da Banca Privada em Itália.

BANCO DE RETALHONA BÉLGICA (BDDB)

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	3 328	3 238	+ 2,8 %
Despesas de gestão	(2 412)	(2 402)	+ 0,4 %
Resultado bruto de exploração	916	836	+ 9,6 %
Custo do risco	(157)	(137)	+ 14,6 %
Resultado de exploração	759	699	+ 8,6 %
Elementos fora exploração	18	12	+ 50,0 %
Resultado antes do imposto	777	711	+ 9,3 %
Resultado atribuível ao Investment Solutions	(66)	(64)	+ 3,1 %
Resultado antes do imposto do BDDB	711	647	+ 9,9 %
Coefficiente de exploração	72,5 %	74,2 %	- 1,7 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	3,7	3,5	+ 5,8 %

Incluindo 100 % da banca privada na Bélgica para as linhas Resultado líquido bancário a Resultado antes do imposto.

No conjunto do ano de 2012, o BDDB mantém uma boa dinâmica comercial. Os depósitos aumentam 3,5 % em relação ao ano passado devido nomeadamente à subida dos depósitos à vista e das contas poupança. Os créditos sobem 3,4 %⁽¹⁾ devido nomeadamente ao aumento dos créditos a particulares (+ 5,5 %) e boa manutenção dos créditos às PME. O dinamismo comercial traduz-se assim pelo sucesso do lançamento da oferta « Easy Banking » para iPhone, iPad e Androide, assim como pela boa progressão das vendas cruzadas com o CIB.

O resultado líquido bancário⁽²⁾ ascende a 3 328 milhões de euros, um crescimento de 2,1 %⁽¹⁾ em relação a 2011, devido à progressão dos rendimentos de juros ligados ao aumento dos volumes e apesar da desaceleração registada no fim do ano. Por sua vez, as comissões estão estáveis.

As despesas de gestão⁽²⁾, com 2 412 milhões de euros, recuam 0,3%⁽¹⁾, permitindo ao BDDB prosseguir a melhoria do seu coeficiente de exploração, que reduziu 1,7 pontos⁽¹⁾ para 72,5 %. O resultado bruto de exploração⁽²⁾ fixa-se assim em 916 milhões de euros, um aumento de 9,0 %⁽¹⁾ em relação a 2011.

O custo do risco⁽²⁾, com 18 pb dos ativos de crédito à clientela, mantém-se a um nível moderado. Assim, após atribuição de um terço do resultado da Banca Privada na Bélgica ao polo Investment Solutions, o resultado do BDDB antes do imposto ascende a 711 milhões de euros, um aumento de 8,4 %⁽¹⁾ em relação a 2011.

BANCA DE RETALHOE DAS EMPRESAS NO LUXEMBURGO

No conjunto do ano de 2012, os ativos de crédito conhecem um crescimento de 2,4 % em relação a 2011, graças a um aumento dos volumes nos segmentos empresas e particulares, com uma boa progressão dos créditos imobiliários. Por outro lado, o aumento dos depósitos é elevado

(+ 10,5 %) devido, em particular, a uma muito boa recolha ao nível dos clientes empresariais. A poupança extrapatrimonial conhece um aumento importante, impulsionada pela procura de produtos de seguro de vida. Os rendimentos do BDEL aumentam devido aos volumes, ao bom controlo das despesas de gestão, permitindo melhorar sensivelmente o coeficiente de exploração.

PERSONAL INVESTORS

No conjunto do ano de 2012, os ativos sob gestão aumentaram 10,7% em relação a 2011, impulsionados pelos efeitos de volume e de desempenho positivos. Os depósitos conhecem um forte crescimento durante o ano, com 9,1 bilhões de euros (+ 13,3 %). Contudo, os rendimentos baixaram devido ao recuo da atividade de corretagem motivada pela atitude prudente dos clientes num contexto de incerteza.

ARVAL

No conjunto do ano de 2012, o parque financiado progride 1,6 % em relação ao ano passado, com 689 000 veículos. Com perímetro e câmbio constantes (nomeadamente fora efeitos da venda da atividade de cartões de combustível no Reino Unido em dezembro de 2011), os rendimentos da Arval conhecem um ligeiro aumento em relação ao ano passado devido à boa manutenção das margens.

LEASING SOLUTIONS

No conjunto do ano de 2012, os ativos de crédito baixam 9,5 % em relação ao ano passado, em linha com o plano de adaptação na carteira « non core ». No entanto, o impacto sobre os rendimentos é limitado devido a uma política seletiva em termos de rentabilidade das operações.

(1) Com perímetro constante.

(2) Com 100 % da Banca Privada na Bélgica.

ATIVIDADES E ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EM 2012

Resultados por polo/áreas de intervenção

EUROPA MEDITERRÂNEO

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	1 796	1 639	+ 9,6 %
Despesas de gestão	(1 319)	(1 277)	+ 3,3 %
Resultado bruto de exploração	477	362	+ 31,8 %
Custo do risco	(290)	(268)	+ 8,2 %
Resultado de exploração	187	94	+ 98,9 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	65	50	+ 30,0 %
Outros elementos fora exploração	2	20	- 90,0 %
Resultado antes do imposto	254	164	+ 54,9 %
Coefficiente de exploração	73,4 %	77,9 %	- 4,5 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	3,5	3,3	+ 5,9 %

No conjunto do ano de 2012, Europa Mediterrâneo apresentou uma forte dinâmica comercial. Os depósitos aumentaram 12,8 %⁽¹⁾ em relação a 2011 e estão a crescer na maioria dos países, nomeadamente na Turquia (+ 34,3 %⁽¹⁾). Os créditos aumentam 3,5 %⁽¹⁾, com bons desempenhos em particular na Turquia (+ 17,1 %⁽¹⁾) e a continuação da diminuição na Ucrânia (- 29,0 %⁽¹⁾).

O resultado líquido bancário aumenta 7,0 %⁽¹⁾, com 1 796 milhões de euros, devido nomeadamente a um forte crescimento na Turquia (+ 35%⁽¹⁾) e apesar de um recuo na Ucrânia, em linha com os ativos. Com exceção da Ucrânia, o resultado líquido bancário progride 14,8 %⁽¹⁾.

As despesas de gestão apresentam um aumento de 2,1 %⁽¹⁾ em relação a 2011 devido nomeadamente ao reforço do dispositivo comercial no mediterrâneo durante o ano, com a abertura de 30 agências, em particular em Marrocos. Na Turquia, TEB melhora fortemente o seu coeficiente de exploração que recua 18 pontos em 2012, com 64,6 %⁽¹⁾, graças à racionalização da rede levada a cabo em 2011.

O custo do risco, com 290 milhões de euros, ou seja 117 pb dos ativos de crédito à clientela, apresenta um ligeiro aumento em relação a 2011. Europa Mediterrâneo apresenta assim um resultado antes do imposto de 254 milhões de euros, uma forte progressão em relação a 2011 (+ 52,7 %⁽¹⁾).

BANCWEST

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	2 403	2 230	+ 7,8 %
Despesas de gestão	(1 401)	(1 241)	+ 12,9 %
Resultado bruto de exploração	1 002	989	+ 1,3 %
Custo do risco	(145)	(256)	- 43,4 %
Resultado de exploração	857	733	+ 16,9 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	0	0	n.s.
Outros elementos fora exploração	2	1	+ 100,0 %
Resultado antes do imposto	859	734	+ 17,0 %
Coefficiente de exploração	58,3 %	55,7 %	+ 2,6 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	4,1	3,8	+ 8,8 %

(1) Com perímetro e câmbio constantes.

No conjunto do ano de 2012, o BancWest mostrou um bom dinamismo da sua atividade comercial, numa conjuntura mais favorável. Os depósitos aumentam 8,3 %⁽¹⁾ em relação a 2011, impulsionados pelo forte crescimento dos depósitos à vista e das contas poupança. Os créditos estão a subir 3,5 %⁽¹⁾ devido ao forte crescimento dos créditos às empresas (+ 14,7 %⁽¹⁾) e do sucesso do esforço comercial junto das PME. O dinamismo comercial traduz-se no reforço do dispositivo de Banca privada, na modernização da rede, assim como na progressão dos serviços de « Mobile Banking ».

O resultado líquido bancário recua 0,6 %⁽¹⁾ em relação a 2011 sob o efeito do impacto negativo das alterações sobre as comissões.

Com exceção deste impacto, o resultado líquido bancário progride 0,8%⁽¹⁾, o efeito do aumento dos volumes foi compensado pelo da redução das taxas.

As despesas de gestão aumentam 4,5 %⁽¹⁾ em relação a 2011, devido ao reforço dos dispositivos comerciais junto das empresas e dos empresários, assim como na Banca privada.

O custo do risco está em baixa e fixa-se em 35 pb dos ativos de crédito à clientela, ou seja um recuo de 47,8 %⁽¹⁾ em relação a 2011.

Com um resultado antes do imposto de 859 milhões de euros, uma subida de 7,1 %⁽¹⁾ em relação a 2011, o BancWest demonstra a sua forte capacidade beneficiária, prosseguindo ainda o desenvolvimento da oferta comercial.

PERSONAL FINANCE

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	4	5 142	- 3,1 %
Despesas de gestão	(2)	(2 420)	- 1,4 %
Resultado bruto de exploração	2	2 722	- 4,7 %
Custo do risco	(1)	(1 639)	- 8,7 %
Resultado de exploração	1	1 083	+ 1,4 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	87	95	- 8,4 %
Outros elementos for a exploração	95	65	+ 46,2 %
Resultado antes do imposto	1	1 243	+ 3,0 %
Coefficiente de exploração	47,9	47,1 %	+ 0,8 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	5,0	4,9	+ 0,6 %

No conjunto do ano de 2012, Personal Finance prossegue o desenvolvimento dos relés de crescimento com, nomeadamente, o sucesso da empresa conjunta com Commerzbank na Alemanha, a implementação do acordo com Sberbank na Rússia, e a celebração de novos acordos de parcerias (por exemplo com os hipermercados Cora em França e com a Sony na Alemanha no comércio eletrónico). Os ativos de crédito recuam 0,5 % em relação a 2011, com 89,9 bilhões de euros. Os ativos de crédito ao consumo aumentam 0,5 % com, nomeadamente, uma boa dinâmica na Alemanha e na Bélgica. Para os créditos imobiliários, a implementação do plano de adaptação Basileia 3 traduz-se no prosseguimento do recuo dos ativos (- 1,8 %). Estes efeitos combinados e o impacto nomeadamente das novas regulamentações em França sobre as margens levam a

um resultado líquido bancário em queda de 3,1 % em relação a 2011, com 4 982 milhões de euros.

As despesas de gestão baixam de 1,4 % relativamente a 2011, para 2 387 milhões de euros. Exceto custo de adaptação (95 milhões de euros em 2012), diminuem 3,8 %.

Graças ao controlo dos riscos, o custo do risco, com 1 497 milhões de euros, ou seja 167 pb dos ativos de crédito à clientela, diminui 142 milhões de euros em relação a 2011.

O resultado antes do imposto ascende assim a 1 280 milhões de euros, uma subida de 3,0 % em relação ao ano passado, mostrando a boa capacidade beneficiária da área de intervenção num contexto difícil.

(1) Com perímetro e câmbio constantes.

INVESTMENT SOLUTIONS

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	6 204	5 922	+ 4,8%
Despesas de gestão	(4 319)	(4 258)	+ 1,4%
Resultado bruto de exploração	1 885	1 664	+ 13,3%
Custo do risco	54	(64)	n.s.
Resultado de exploração	1 939	1 600	+ 21,2%
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	136	(134)	n.s.
Outros elementos fora exploração	23	58	- 60,3%
Resultado antes do imposto	2 098	1 524	+ 37,7%
Coefficiente de exploração	69,6 %	71,9 %	- 2,3 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	8,1	7,5	+ 7,8%

No conjunto do ano de 2012, Investment Solutions apresenta em todas as áreas de intervenção uma boa progressão dos ativos sob gestão⁽¹⁾ que aumentam 5,6 % em relação ao 31 de dezembro de 2011, com 889 bilhões de euros (842 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Este aumento resulta principalmente de um efeito de desempenho favorável impulsionado pela subida dos mercados financeiros, nomeadamente no segundo semestre. A recolha líquida durante o ano é negativa, com - 6,1 bilhões de euros, mas foi penalizada pela reinternalização no terceiro trimestre de um contrato de distribuição por um cliente gestor de fundos. Com exceção deste efeito, a recolha líquida é de + 5,2 bilhões de euros em 2012.

Assim, a recolha líquida é positiva em todas as áreas de intervenção em 2012, com exceção da gestão de ativos: boa recolha no Wealth Management, nomeadamente nos mercados domésticos e na Ásia, boas contribuições dos Seguros fora de França, nomeadamente na Ásia (Taiwan, Coreia do Sul), assim como de Personal Investors, sobretudo na Alemanha. A recolha da gestão de ativos nos fundos monetários e obrigacionistas é por seu lado mais que compensada pela retirada das outras classes de ativos.

Assim, em 31 de dezembro de 2012, os ativos sob gestão⁽¹⁾ do Investment Solutions encontram-se repartidos entre: 405 bilhões de euros na Gestão de ativos, 266 bilhões de euros no Wealth Management, 170 bilhões de euros nos Seguros, 35 bilhões de euros no Personal Investors, e 13 bilhões de euros nos Serviços imobiliários.

Os rendimentos de Investment Solutions, com 6 204 milhões de euros estão a subir 4,8% em relação a 2011. Os rendimentos da Gestão institucional e privada recuam 4,1 % devido, nomeadamente, à redução dos ativos médios da gestão de ativos, e apesar do bom desenvolvimento do Wealth Management. Os rendimentos dos Seguros progredem 21,2% (+ 13,4 % com perímetro e câmbio constantes) devido à forte dinâmica da proteção e da poupança fora de França. Os rendimentos de Securities Services progredem 4,4 % em relação a 2011 sob o efeito da subida da guarda de ativos e ativos sob administração.

As despesas de gestão, com 4 319 milhões de euros, aumentam 1,4 % em relação a 2011 mas recuam 0,6 % com perímetro e câmbio constantes. As despesas de gestão baixam nomeadamente 10,1 %⁽²⁾ na gestão de ativos sob o efeito do plano de adaptação, enquanto que os investimentos de desenvolvimento dos Seguros do Wealth Management e do Securities Services prosseguem, nomeadamente na Ásia. Assim, o coeficiente de exploração do polo melhora 1,6 pontos⁽²⁾ em relação ao ano passado, com 69,6 %.

O resultado antes do imposto, após consideração de um terço dos resultados da Banca privada nos mercados domésticos, encontra-se em forte crescimento em relação a 2011, com 2 098 milhões de euros (+ 16,3 %⁽³⁾), traduzindo um desempenho de conjunto e uma melhoria da eficácia operacional muito grande.

(1) Inclusive ativos aconselhados para os clientes externos, ativos distribuídos e Personal Investors.

(2) Com perímetro e câmbio constantes.

(3) Fora impacto de provisionamento de títulos soberanos gregos da área de intervenção Seguros.

GESTÃO INSTITUCIONAL E PRIVADA

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	2 836	2 957	- 4,1 %
Despesas de gestão	(2 129)	(2 220)	- 4,1 %
Resultado bruto de exploração	707	737	- 4,1 %
Custo do risco	52	6	n.s.
Resultado de exploração	759	743	+ 2,2 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	32	33	- 3,0 %
Outros elementos fora exploração	16	61	- 73,8 %
Resultado antes do imposto	807	837	- 3,6 %
Coefficiente de exploração	75,1 %	75,1 %	+ 0,0 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	1,8	1,7	+ 6,4 %

SEGUROS

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	1 970	1 626	+ 21,2 %
Despesas de gestão	(1 001)	(912)	+ 9,8 %
Resultado bruto de exploração	969	714	+ 35,7 %
Custo do risco	(6)	(71)	- 91,5 %
Resultado de exploração	963	643	+ 49,8 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	100	(166)	n.s.
Outros elementos fora exploração	0	(3)	n.s.
Resultado antes do imposto	1 063	474	n.s.
Coefficiente de exploração	50,8 %	56,1 %	- 5,3 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	5,7	5,3	+ 9,0 %

ÁREAS DE INTERVENÇÃO TÍTULOS

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	1 398	1 339	+ 4,4 %
Despesas de gestão	(1 189)	(1 126)	+ 5,6 %
Resultado bruto de exploração	209	213	- 1,9 %
Custo do risco	8	1	n.s.
Resultado de exploração	217	214	+ 1,4 %
Elementos fora exploração	11	(1)	n.s.
Resultado antes do imposto	228	213	+ 7,0 %
Coefficiente de exploração	85,1 %	84,1 %	+ 1,0 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	0,5	0,5	+ 0,2 %

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB)

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	9 715	9 897	- 1,8 %
Despesas de gestão	(6 272)	(6 126)	+ 2,4 %
Resultado bruto de exploração	3 443	3 771	- 8,7 %
Custo do risco	(493)	(75)	n.s.
Resultado de exploração	2 950	3 696	- 20,2 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	39	38	+ 2,6 %
Outros elementos fora exploração	(3)	42	n.s.
Resultado antes do imposto	2 986	3 776	- 20,9 %
Coefficiente de exploração	64,6 %	61,9 %	+ 2,7 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	16,3	16,9	- 3,5 %

No conjunto do ano de 2012, o CIB apresenta uma boa resistência no contexto do plano de adaptação que o polo levou a cabo, mais cedo do que o previsto. Assim relativamente a meados de 2011, as necessidades em dólares do CIB reduziram em 65 bilhões de dólares desde abril de 2012 e os ativos ponderados de 45 bilhões de euros desde finais de setembro de 2012. O custo total líquido das cessões de ativos ligados à implementação do plano foi largamente inferior às previsões, com cerca de 250 milhões de euros.

Neste contexto, os rendimentos do CIB diminuem 1,8 % em relação a 2011, com 9 715 milhões de euros. Com exceção do impacto das perdas sobre cessões de ativos e de títulos soberanos (91 milhões de euros em 2012 e 1 024 milhões de euros em 2011), o recuo é de 10,2%, ou seja um queda de cerca de 1,1 bilhões de euros, dos quais 800 milhões de euros sobre o Corporate Banking, em linha com o impacto anunciado do plano de adaptação.

As despesas de gestão do CIB, com 6 272 milhões de euros, aumentam 2,4 % em relação a 2011. Com perímetro e câmbio constantes, recuam 1,1 %, sob o efeito nomeadamente do ajustamento dos efetivos 1 400 pessoas previsto no plano de adaptação (totalmente realizado em finais de 2012), e apesar dos investimentos seletivos, em particular no Cash Management e na recolha de depósitos. O coeficiente de exploração fixa-se assim em 62,3 %, fora o plano de adaptação e impacto das cessões de crédito, ilustrando um bom nível de eficácia operacional.

O custo do risco ascende a 493 milhões de euros, uma subida de 418 milhões de euros em relação a 2011 que se encontrava a um nível particularmente fraco por beneficiar de importantes recolhas.

O resultado antes do imposto do CIB fixa-se assim em 2 986 milhões de euros, uma queda de 20,9% em relação a 2011.

CONSULTORIA E MERCADOS DE CAPITAIS

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	6 182	5 665	+ 9,1 %
do qual Ações e Consultoria	1 628	2 077	- 21,6 %
do qual <i>Fixed Income</i>	4 554	3 588	+ 26,9 %
Despesas de gestão	(4 574)	(4 377)	+ 4,5 %
Resultado bruto de exploração	1 608	1 288	+ 24,8 %
Custo do risco	(61)	21	n.s.
Resultado de exploração	1 547	1 309	+ 18,2 %
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	12	17	- 29,4 %
Outros elementos fora exploração	(6)	13	n.s.
Resultado antes do imposto	1 553	1 339	+ 16,0 %
Coefficiente de exploração	74,0 %	77,3 %	- 3,3 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões €)	7,9	6,7	+ 17,4 %

Os rendimentos de Consultoria e Mercados de capitais mostram uma boa resistência num contexto difícil, fixam -se assim em 6 182 milhões de euros, um recuo de 5,4 %⁽¹⁾ em relação a 2011, sob o efeito de uma conjuntura pouco promissora na Europa, da adaptação do Basileia 3, e de uma fraca atividade da clientela no fim do ano. Em 2012, a VaR média manteve-se a um nível muito baixo.

Os rendimentos de Fixed Income, com 4 554 milhões de euros, aumentam 2,2 %⁽¹⁾ em relação a 2011, devido a um bom desempenho das atividades de fluxo em Taxa, Câmbio e Crédito, nomeadamente com uma forte progressão do negócio de títulos

obrigacionistas. Por outro lado, a área de intervenção mantém as suas posições de liderança nas emissões obrigacionistas: n.º 1 nas emissões obrigacionistas em euro e n.º 8 para o conjunto das emissões internacionais.

Os rendimentos de Ações e Consultoria, com 1 628 milhões de euros, sofrem um recuo de 21,6 % em relação ao ano passado, devido nomeadamente a fracos volumes de transações e a uma procura limitada dos investidores. Contudo, a área de intervenção mantém posições sólidas, classificando-se na 3.ª posição para as emissões « Equity-linked » na Europa.

CORPORATE BANKING

Em milhões de euros	2012	2011	2012/2011
Resultado líquido bancário	3 533	4 232	- 16,5 %
Despesas de gestão	(1 698)	(1 749)	- 2,9 %
Resultado bruto de exploração	1 835	2 483	- 26,1 %
Custo do risco	(432)	(96)	n.s.
Resultado de exploração	1 403	2 387	- 41,2 %
Elementos fora exploração	30	50	- 40,0 %
Resultado antes do imposto	1 433	2 437	- 41,2 %
Coefficiente de exploração	48,1 %	41,3 %	+ 6,8 pt
Fundos próprios concedidos (Bilhões€)	8,4	10,1	- 17,3 %

(1) Exceto perdas sobre cessões de títulos soberanos em 2011.

Este ano, o Corporate Banking realiza um bom desempenho, num contexto de adaptação do modelo. Os rendimentos ascendem a 3 533 milhões de euros, um recuo de 17,3 %⁽¹⁾ em relação a 2011, e m linha com a diminuição dos ativos de crédito que estão em baixa de 18,2 % em relação ao 31 de dezembro de 2011, com 106 bilhões de euros.

No âmbito dos financiamentos, a adaptação do modelo prossegue com a implementação da abordagem « Originate to Distribute ». O Corporate Banking mantém posições sólidas na originação, posicionando-se este ano como o intermediário de financiamentos sindicados para a

Europa em números e o segundo em volume, classificam-se aliás como o segundo melhor banco a nível mundial para o trade finance. Por outro lado, a área de intervenção beneficia de especialidades largamente reconhecidas, recebendo por exemplo este ano o prémio do « Loan of the Year » pela revista IFR.

Por outro lado, a área de intervenção aumenta a sua base de depósitos que cresce 18,2 % em finais de 2012 relativamente ao 31 de dezembro de 2011, com 55 bilhões de euros, graças nomeadamente a uma forte recolha em todas as zonas geográficas e ao prosseguimento do desenvolvimento do Cash Management que obtém vários mandatos sucessivos, confirmando o seu lugar de n° 5 mundial.

OUTRAS ATIVIDADES

Em milhões de euros	2012	2011
Resultado líquido bancário	(1 419)	2 204
Despesas de gestão	(1 093)	(854)
das quais custos de reestruturação	(409)	(603)
Resultado bruto de exploração	(2 512)	1 350
Custo do risco	3	(3 093)
Resultado de exploração	(2 509)	(1 743)
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial	123	12
Outros elementos fora exploração	1 184	(98)
Resultado antes do imposto	(1 202)	(1 829)

No conjunto do ano de 2012, o produto líquido bancário das « Outras Atividades » ascende a - 1 419 milhões de euros contra 2 204 milhões de euros em 2011. Integra nomeadamente uma reavaliação de dívida própria para - 1 617 milhões de euros (contra + 1 190 milhões de euros em 2011), uma amortização excepcional da colocação no devido valor de uma parte do banking book de Fortis devido aos reembolsos antecipados para + 427 milhões de euros (+ 168 milhões de euros em 2011), a amortização regular da colocação no justo valor do banking book de Fortis e de Cardif Vita para + 606 milhões de euros (contra + 644 milhões de euros em 2011), perdas sobre cessões de títulos soberanos para - 232 milhões de euros (negligenciáveis em 2011), o impacto da operação de troca de Convertible & Subordinated Hybrid Equity-Linked Securities (« CASHES ») para - 68 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, e o custo do LTRO e d excedente dos depósitos no Banco Central. Os rendimentos das « Outras Atividades » em 2011 incluíam também nomeadamente + 516 milhões de euros de rendimentos do BNP Paribas Principal Investment (+ 48 milhões de euros em 2012) e uma depreciação da participação na AXA para - 299 milhões de euros.

As despesas de gestão das « Outras Atividades » aumentam para 1 093 milhões de euros contra 854 milhões de euros em 2011, que integravam o estorno de 253 milhões de euros devido ao desfecho favorável de um procedimento contencioso. Excetuando este efeito, diminui 1,3 %, a redução dos custos

de reestruturação este ano (409 milhões de euros contra 603 milhões de euros) sendo quase compensada pelo aumento da taxa sistémica francesa (122 milhões de euros), do pacote social (33 milhões de euros) e da taxa sobre os salários (19 milhões de euros), assim como a amortização acelerada de trabalhos sobre imóveis para r 25 milhões de euros.

Relativamente ao custo do risco, verifica uma clara retoma + 3 milhões de euros contra - 3 093 milhões de euros em 2011 que incluía a depreciação dos títulos soberanos gregos para 3 161 milhões de euros.

Os outros elementos ascendem a 1 307 milhões de euros (contra - 86 milhões de euros em 2011) devido essencialmente à mais-valia de 1 790 milhões realizada sobre a cessão de uma participação de 28,7 % na Klépierre SA, de depreciações de sobrevalorizações para - 406 milhões de euros (contra - 152 milhões de euros em 2011) dos quais 298 milhões de euros de ajustamento da sobrevalorização do BNL bc devido ao aumento esperado das exigências de fundos próprios do Banco de Itália (« common equity Tier 1 » local passando de 7 % para 8 %), e da depreciação de uma participação para - 47 milhões de euros.

O resultado antes do imposto fixa-se assim a - 1 202 milhões de euros contra - 1 829 milhões de euros em 2011.

(1) Fora impacto das cessões de crédito : 152 milhões de euros em 2011, 91 milhões de euros em 2012.

3.3 Balanço

ATIVO

GERAL

Em 31 de Dezembro de 2012, o total do balanço consolidado do grupo BNP Paribas ascende a 1 907,3 bilhões de euros, uma diminuição de 3 % relativamente a 31 de Dezembro de 2011 (1 965,3 bilhões de euros). Os principais elementos de ativos do Grupo incluem os instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado, os empréstimos concedidos e contas a receber sobre a clientela, os ativos financeiros disponíveis para venda, os empréstimos concedidos e contas a receber sobre estabelecimentos de crédito e as contas de regularização e ativos diversos, que, considerados no seu conjunto, representam 91 % do total dos ativos em 31 de dezembro de 2012 (93 % em 31 de dezembro de 2011). A diminuição de 3 % do ativo resulta da descida:

- dos instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado de - 7 % sobretudo sob o efeito de uma descida dos instrumentos derivados ;
- dos empréstimos concedidos e contas a receber da clientela de - 5 % (- 35,3 bilhões de euros com 630,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012) ;
- das propriedade de investimento de - 92 % (- 10,5 bilhões de euros para 0,9 bilhão de euros em 31 de dezembro de 2012), na sequência de uma cessão de participação de 28,7 % na Klépierre SA.

Estas variações são parcialmente compensadas pelo aumento dos ativos depositados junto dos bancos centrais de 77 % (+ 44,8 bilhões de euros, para 103,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

ATIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

Os ativos financeiros registados em valor de mercado ou de modelo por resultado são constituídos pelas operações de negócios, pelos instrumentos financeiros derivados e por certos ativos que o Grupo optou por valorizar, sobre opção, em valor de mercado ou de modelo por resultado, a contar da data da sua aquisição. Os ativos financeiros da carteira de negócios incluem nomeadamente títulos, pensões assim como os instrumentos financeiros derivados. Os ativos valorizados sobre opção pelo valor de mercado ou de modelo por resultado incluem em particular os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros e, em menor escala, ativos com derivados incorporados para os quais o princípio de extração destes derivados não foi escolhido.

Estes ativos são avaliados em valor de mercado ou de modelo cada vez que o balanço é estabelecido.

O total dos instrumentos financeiros em valor de mercado sofreu uma queda de 7% em relação a 31 de Dezembro de 2011. Esta queda resulta principalmente da diminuição do valor de substituição dos instrumentos financeiros derivados de - 9 % (- 41,3 bilhões de euros para 410,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012), particularmente sensível para os instrumentos derivados de crédito (- 23,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma queda de 51 %).

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Os empréstimos concedidos e contas a receber sobre os estabelecimentos de crédito ascendem a 40,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma diminuição de - 18% relativamente a 31 de dezembro de 2011 (49,4 bilhões de euros), e são repartidos em contas à ordem, empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito e operações com acordo de recompra.

Os empréstimos concedidos aos estabelecimentos de crédito justificam o essencial desta descida (- 20 % para um total de 28,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 35,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011). As contas à ordem estão igualmente em queda de 28% e ascendem a 8,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 contra 7,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011. As provisões para depreciação estão em ligeira diminuição (0,5 bilhão de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 0,7 bilhão de euros em 31 de dezembro de 2011).

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER SOBRE A CLIENTELA

Os empréstimos concedidos e contas a receber sobre a clientela são repartidos em contas devedoras, empréstimos concedidos à clientela, operações com acordo de recompra e operações de locação financeira.

Os empréstimos concedidos e contas a receber sobre a clientela (líquidos de provisões) ascendem a 665,8 bilhões de euros a em 31 de Dezembro de 2011, uma queda de 5 %. Esta evolução resulta da descida dos empréstimos concedidos à clientela (- 7 % com 583,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 624,3 em 31 de dezembro de 2011) enquanto que as contas devedoras ascendem a 43,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 13 % em relação a 31 de dezembro de 2011. As operações de locação financeira ascendem a 28,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma diminuição de 6 % em relação a 31 de dezembro de 2011, e os acordos de recompra em 2,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 53 % em relação a 31 de dezembro de 2011. As provisões por depreciação diminuíram 5 % (26,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 28,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros de rendimento fixo ou variável que não respondem ao modo de gestão dos instrumentos financeiros contabilizados em valor de mercado ou de modelo por resultado e não se destinam, quando são de rendimento fixo, a ser detidos até ao vencimento. Estes ativos são avaliados em valor de mercado ou assimilados por capitais próprios aquando do estabelecimento de cada balanço.

Os ativos disponíveis para venda mantêm-se estáveis entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, ascendendo (líquido de provisões) a 192,5 bilhões de euros.

As provisões dos ativos financeiros disponíveis para venda diminuem 0,9 bilhão de euros (4,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 5,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011). O Grupo determina as provisões para depreciação dos ativos disponíveis para venda aquando do estabelecimento de cada balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda apresentam uma mais-valia latente de 9,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra uma menos-valia latente de 3,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011, devido à subida do valor dos títulos de rendimento fixo emitidos por certos emissores soberanos da zona euro e da subida das cotações dos títulos de rendimento variável cotados ligada à subida dos mercados de ações. Esta evolução de 12,8 bilhões de euros explica-se portanto pela variação dos lucros líquidos latentes sobre os títulos de rendimento fixo num montante de 11,5 bilhões de euros e sobre os títulos de rendimento variável num montante de 1,2 bilhão de euros.

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ AO VENCIMENTO

Os ativos financeiros detidos até ao vencimento correspondem aos títulos de rendimento fixo ou determinável e com vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes são contabilizados pelo custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São apresentados em duas subcategorias, obrigações do Estado e bilhetes do Tesouro, e outros títulos com rendimento fixo.

Os ativos financeiros detidos até ao vencimento ascendem a 10,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 10,6 bilhões em 31 de dezembro de 2011, uma queda de 3 %, devido principalmente ao reembolso dos títulos vencidos.

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E ATIVOS DIVERSOS

As contas de regularização e ativos diversos são repartidos entre: depósitos de garantia pagos e caucionamentos constituídos, contas de pagamento relativas às operações sobre títulos, contas de recebimento, parte dos resseguradores nas provisões técnicas, proveitos a receber e encargos contabilizados com antecedência, outros devedores e ativos diversos.

As contas de regularização e ativos diversos ascendem a 99,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 93,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 6 %. Esta evolução está ligada essencialmente aos depósitos de garantia pagos e caucionamentos constituídos (um aumento de 7,8 bilhões de euros ou seja + 17 %).

CAIXA, BANCOS CENTRAIS

As contas de caixa e bancos centrais ascendem a 103,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 um aumento de 77 % em relação a 31 de dezembro de 2011 (58,4 bilhões de euros) devido ao aumento das aplicações de tesouraria.

PASSIVO (EXCETO CAPITAIS PRÓPRIOS)

GÉNÉRAL

O passivo consolidado (exceto capitais próprios) do grupo BNP Paribas ascende a 1 812,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma diminuição de 4 % relativamente a 31 de dezembro de 2011 (1 879,7 bilhões de euros). Os principais elementos de passivo do Grupo reúnem os instrumentos financeiros em valor de mercado ou de modelo por resultado, as dívidas para com os estabelecimentos de crédito, as dívidas para com a clientela, as dívidas representadas por um título, as contas de regularização e passivos diversos e as provisões técnicas das companhias de seguros que, tomados no seu conjunto, representam 97 % do total do total do passivo fora capitais próprios em 31 de dezembro de 2012 (97 % em 31 de dezembro de 2011). A diminuição de 4 % em relação a 31 de dezembro de 2011 resulta principalmente da descida:

- dos instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado de 8%;
- e das dívidas para com os estabelecimentos de crédito de 25% (- 37,4 bilhões de euros a 111,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Estas variações são parcialmente compensadas pela subida:

- das dívidas representadas por um título de 10 % (+ 15,4 bilhões de euros a 173,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012) ;
- e das provisões técnicas das companhias de seguros de 11 % (+ 14,9 bilhões de euros a 148,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

A carteira de negócios é composta principalmente por operações de venda a descoberto de títulos tomados de empréstimo, de acordos de recompra e de instrumentos financeiros derivados. Os passivos financeiros valorizados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado registam principalmente emissões originadas e estruturadas por conta da clientela cujos riscos e cobertura são geridos num mesmo conjunto. Estas emissões oferecem derivados incorporados significativos cujas variações de valor são neutralizadas pelas dos instrumentos derivados de cobertura.

O total dos instrumentos financeiros em valor de mercado ou de modelo por resultado diminuiu 8 % em relação a 31 de dezembro de 2011, devido principalmente à diminuição do valor de substituição dos instrumentos financeiros derivados de - 10 % (- 42,9 bilhões de euros a 404,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012), particularmente sensível para os instrumentos derivados de crédito (- 23,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma queda de 51 % relativamente a 31 de dezembro de 2011).

DÉBITOS COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Os débitos com os estabelecimentos de crédito correspondem principalmente a empréstimos contraídos e, em menor escala, a contas à ordem e operações com acordo de recompra.

Os débitos com os estabelecimentos de crédito baixaram 25 % (- 37,4 bilhões de euros) relativamente a 31 de dezembro de 2011 e ascenderam a 111,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta evolução provém essencialmente da diminuição dos empréstimos contraídos junto dos estabelecimentos de crédito de 21% (- 25,5 bilhões de euros a 93,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012), e também da diminuição das operações com acordo de recompra de - 30% (- 3,5 bilhões de euros a 8,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012) e da diminuição das contas à ordem de - 46 % (- 8,5 bilhões de euros a 9,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

DÉBITOS COM A CLIENTELA

Os débitos com a clientela correspondem principalmente às contas à ordem credoras, às contas a prazo e às contas poupança com taxa administrada assim como a operações com acordo de recompra.

Os débitos com a clientela ascenderam a 539,5 bilhões de euros, uma queda de 1 % (- 6,8 bilhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2011 a 546,3 bilhões de euros). Esta evolução resulta da descida das operações com acordo de recompra de 68 % (- 15,9 bilhões de euros a 7,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012) parcialmente compensada pelo aumento das contas à ordem credoras de + 2 % (+ 5,2 bilhões de euros a 259,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012) e das contas poupança à taxa administrada de + 11 % (+ 5,8 bilhões de euros a 60,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários estão em queda, com 8,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 10,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Esta evolução explica-se principalmente pelas contribuições para o resultado (+ 0,8 bilhão de euros) diminuídas do impacto da passagem para o método da equivalência patrimonial de Klépierre (- 2,0 bilhões de euros), do reembolso de ações preferenciais (- 0,7 bilhão de euros), do reembolso parcial

DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO

Esta categoria reúne Títulos de Crédito Negociáveis e empréstimos contraídos obrigacionistas mas não inclui os débitos representados por um título em valor de mercado ou de modelo por resultado (ver nota 5.a das demonstrações financeiras consolidadas).

Os débitos representados por um título aumentaram 10 %, passando de 157,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 173,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta nítida evolução resulta de um aumento Títulos de crédito negociáveis de 15 % a 155,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e de um descida de 24 % dos empréstimos obrigacionistas a 17,3 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

DÍVIDAS SUBORDINADAS

As dívidas subordinadas estão em diminuição de 23 % com 15,2 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 19,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

PROVISÕES TÉCNICAS DAS COMPANHIAS DE SEGUROS

As provisões técnicas das companhias de seguros aumentaram 11 % relativamente a 31 de dezembro de 2012, ascendendo a 148,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 133,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Este aumento explica-se principalmente pela subida das provisões técnicas ligadas à atividade de seguros de vida.

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E PASSIVOS DIVERSOS

As contas de regularização e passivos diversos abrangem: os depósitos de garantia recebidos, as contas de pagamento relativas às operações sobre títulos, as contas de recebimento, os encargos a pagar e proveitos verificados com antecedência assim como os outros credores e passivos diversos. Aumentaram 7 %, passando de 81,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 86,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

dos títulos detidos por um minoritário (- 0,3 bilhão de euros) e das distribuições de dividendos e adiantamentos sobre dividendos (- 0,2 bilhão de euros).

As variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios registam uma variação de 0,9 bilhão de euros.

CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARTE DO GRUPO

Os capitais próprios consolidados parte do grupo do BNP Paribas (antes da distribuição do dividendo) ascendem a 85,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 75,4 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011, ou seja um aumento de 10,5 bilhões de euros motivado pelo resultado líquido, parte do Grupo, de 6,6 bilhões de euros a título do exercício 2012, e aumentos de capital e das emissões realizadas em 2012 de 1,2 bilhão de euros

após dedução do dividendo pago a título de resultado do exercício 2011 de - 1,4 bilhão de euros. As variações de ativos e passivos contabilizadas diretamente em capitais próprios registam uma variação de 4,6 bilhões de euros essencialmente devido às variações de valor dos ativos disponíveis para venda constatadas diretamente em capitais próprios.

COMPROMISSOS EXTRA PATRIMONIAIS

COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO

Os compromissos de financiamento dados à clientela cobrem essencialmente as aberturas de créditos documentários e de créditos confirmados e os compromissos relativos às operações com acordo de recompra entre a data da operação e a data de valor. Diminuíram 5 % com 215,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Os compromissos de financiamento atribuídos aos estabelecimentos de crédito aumentaram 78 % com 48,6 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente à progressão das operações com acordo de recompra registadas em compromissos de financiamento à data da negociação.

Os compromissos de financiamento recebidos são essencialmente constituídos por letras de crédito *on first demand* (ditas «StandBy») e compromissos relativos às operações com acordo de recompra. Os compromissos de financiamento recebidos diminuem 1 % com 125,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 126,5 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Esta diminuição resulta da diminuição dos compromissos recebidos da clientela (- 11 % com 6,0 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012), a parte dos compromissos de financiamento recebidos dos estabelecimentos de crédito mantém-se estável (119,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

COMPROMISSOS DE GARANTIA

Os compromissos dados por assinatura diminuíram 14 % (91,7 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 106,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011); esta diminuição resulta principalmente dos compromissos dados à clientela (- 12 % com 79,9 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012) mas também dos compromissos dados aos estabelecimentos de crédito (- 21 % com 11,8 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Para mais informações sobre os compromissos de financiamento e de garantia, consultar a nota 6 das Demonstrações financeiras consolidadas.

3.4 Demonstração de resultados

RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (2012/2011)
Margem de juros	21 745	23 981	- 9 %
Proveitos líquidos de comissões	7 532	8 419	- 11 %
Proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado	3 312	3 733	- 11 %
Proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado	1 624	280	x 5,8
Proveitos e encargos das outras atividades	4 859	5 971	- 19 %
PRODUTO LÍQUIDO BANCÁRIO	39 072	42 384	- 8 %

GENERALIDADES

A descida de 8 % A subida de - 3 % do resultado líquido bancário do Grupo entre 2012 e 2011 resulta principalmente da descida de 9 % da margem de juros assim como uma descida de 11 % dos resultados líquidos de comissões. Esta descida é em parte compensada pelo aumento dos proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

MARGEM DE JUROS

O posto «Margem de juros» inclui os proveitos (encargos) líquidos ligados às operações com a clientela, às operações interbancárias, aos títulos de crédito emitidos pelo Grupo, aos instrumentos de cobertura de resultados futuros, aos instrumentos de cobertura das carteiras de negócio cobertas em taxa, à carteira de negociação (títulos de rendimento fixo, operações com acordo de recompra, operações de empréstimos concedidos/empréstimos contraídos e débitos representados por um título), aos ativos disponíveis para venda e aos ativos detidos até ao vencimento.

Mais precisamente, o posto «Margem de juros» inclui:

- os proveitos líquidos de juros relativos aos empréstimos concedidos e créditos, incluindo os juros assim como os custos de transação e os encargos e comissões incluídos no valor inicial do empréstimo concedido: são calculados segundo o método da taxa de juro efetiva e que são contabilizados em demonstração de resultado sobre a duração do empréstimo concedido;
- os proveitos líquidos de juro relativos aos títulos de rendimento fixo detidos nas carteiras classificadas na categoria «ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado» para a parte dos juros contratuais corridos e na categoria «ativos financeiros disponíveis para venda» para a parte dos juros determinada segundo o método da taxa de juro efetiva;
- os proveitos de juro relativos aos ativos detidos até ao vencimento, constituídos pelos títulos de rendimento fixo ou determinável e com vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento;
- os proveitos líquidos de juros relativos às coberturas de resultados futuros, que são utilizados nomeadamente para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa variável. As variações de valor das coberturas de resultados futuros são registadas em capitais próprios. Os montantes

inscritos em capitais próprios durante o período de vida da cobertura são transferidos para a demonstração de resultados sob a rubrica «Proveitos e encargos de juros e assimilados» à medida do registo na demonstração de resultado dos proveitos e encargos relativos aos instrumentos cobertos.

Os proveitos e encargos de juro sobre os derivados de cobertura de valor são apresentados com os juros dos elementos para os quais contribuem à cobertura dos riscos. Da mesma forma, os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura económica das operações designadas em valor de mercado ou de modelo por resultado estão ligados às rubricas que registam os juros destas operações.

Mais geralmente, os principais fatores com impacto sobre o nível da margem de juros são os volumes relativos dos ativos portadores de juros e da dívida assim como a diferença entre a taxa de empréstimo contraído e a taxa de financiamento. A margem de juro é igualmente afetada pelas operações de cobertura e, em menor escala, pelas flutuações das taxas de câmbio.

Os volumes de ativos portadores de juros e de débitos submetidos a juros variam em função de vários fatores, além das condições gerais de mercado e do crescimento interno ou externo das atividades de crédito do Grupo. Um desses fatores é a combinação de atividades do Grupo e em particular as proporções relativas de capital concedido às atividades geradoras de juros por oposição às atividades geradoras de comissões.

O outro fator principal com um impacto sobre a margem de juros é a diferença entre a taxa de empréstimo contraído e a taxa de financiamento, sendo ela própria influenciada por vários fatores. Estes compreendem as taxas de financiamento dos bancos centrais (que influenciam tanto o rendimento dos ativos portadores de juros como as taxas pagas sobre as fontes de financiamento, mas não necessariamente de forma linear e simultânea), a proporção das fontes de financiamento que representam os depósitos não remunerados dos clientes, as decisões tomadas pelo governo de aumentar ou reduzir as taxas de remuneração das contas poupança regulamentadas, o ambiente concorrencial, os pesos relativos dos diferentes produtos portadores de juros do Grupo, cujas margens tipo diferem devido a diferenças de ambiente concorrencial, e a estratégia de cobertura do Banco assim como o tratamento contabilístico das operações de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2012, a margem de juros diminuiu 9 % em relação a 31 de dezembro de 2011 e ascende a 21 745 milhões de euros. Esta variação resulta principalmente de uma descida de 41 % dos resultados relativos aos títulos com rendimento fixo avaliados conforme o valor de mercado por resultado que ascendem a 1 438 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 2 435 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, e de uma diminuição dos resultados líquidos das operações com a clientela (19 718 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 20 406 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Por outro lado, os encargos líquidos relativos aos empréstimos contraídos emitidos pelo Grupo diminuíram 14 %, passando de - 4 025 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para - 3 445 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

O ano de 2012 é globalmente marcado por um contexto de taxa baixa e a desaceleração dos volumes de atividade, assim como os efeitos da implementação dos planos de adaptação em 2011 em certas áreas de intervenção (nomeadamente Corporate & Investment Banking, Leasing, Personal Finance). A combinação destes elementos leva a uma redução da margem de juros.

RESULTADOS LÍQUIDOS DE COMISSÕES

Os resultados líquidos de comissões cobrem as comissões sobre as operações no mercado interbancário e no mercado monetário, as operações com a clientela, as operações sobre títulos, as operações de câmbio e de arbitragem, os compromissos sobre títulos, os instrumentos financeiros a prazo e os serviços financeiros. Os resultados líquidos de comissões estão em queda; estes passam de 8 419 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 7 532 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Tal facto resulta principalmente de uma diminuição dos rendimentos das atividades de fidúcia que passaram de 2 454 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 2 298 milhões em 31 de dezembro de 2012, assim como de uma diminuição de 330 milhões de euros dos resultados líquidos das comissões ligados aos ativos e passivos financeiros que não são avaliados pelo valor de mercado ou de modelo por resultado, que diminuíram 2 987 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 2 657 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

As comissões recuam em 2012 devido a mercados financeiros pouco favoráveis.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO OU DE MODELO POR RESULTADO

Este posto reúne todos os elementos de resultado (à exceção dos proveitos e encargos de juros, que constam da rubrica «Margem de juros», tal como descrito acima) aferentes aos instrumentos financeiros geridos no seio da carteira de negociação e aos instrumentos financeiros que o Grupo designou como avaliáveis em valor de mercado ou de modelo por resultado em conformidade com a opção oferecida pela norma IAS 39. Isto cobre as mais-valias e menos-valias de cedências, as mais-valias e menos-valias ligadas à avaliação pelo valor de mercado ou de modelo, assim como os dividendos dos títulos de rendimento variável.

Este posto inclui igualmente os proveitos ou perdas resultantes da ineficácia das coberturas de valor, das coberturas de resultados futuros ou das coberturas dos investimentos líquidos em divisas.

Os proveitos líquidos sobre os instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado ou de modelo por resultado diminuíram 11%, passando de 3 733 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 3 312 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. As mais-valias e menos-valias resultantes dos fluxos de compras e de vendas e das reavaliações de instrumentos financeiros, monetários ou derivados, devem ser avaliadas no seu conjunto de modo a refletir corretamente o resultado das atividades de mercado.

A diminuição deste posto deve-se nomeadamente à variação dos proveitos líquidos realizados sobre os instrumentos avaliados em valor de mercado ou de modelo opção, essencialmente imputável ao risco emissor do Grupo BNP Paribas (que passa de um lucro de 1 190 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para uma perda de 1 617 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). As outras componentes do resultado retirado sobre os elementos valorizados em valor de mercado por resultado opção compensam-se com variações de valor dos instrumentos de capital que cobrem esses ativos.

A variação residual dos proveitos líquidos sobre carteiras de transação avaliadas em valor de mercado ou de modelo por resultado resulta do aumento dos lucros líquidos sobre instrumentos de dívida para 2 363 milhões de euros combinada com a diminuição dos outros instrumentos financeiros derivados para 499 milhões de euros.

A reavaliação das posições de câmbio regista um aumento de 602 milhões de euros.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO OU MODELO

Este posto compreende os ativos classificados na categoria dos ativos financeiros disponíveis para venda. As variações do valor de mercado (fora juros corridos) destes ativos são contabilizadas inicialmente sob a rubrica «Variação de ativos e de passivos contabilizados diretamente em capitais próprios». Aquando da cedência destes ativos ou da identificação de uma perda de valor, estes proveitos ou perdas latentes são constatados em demonstração de resultado sob a rubrica «Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado».

Este posto reúne igualmente os resultados de cedência dos outros ativos financeiros que não são avaliados em valor de mercado ou de modelo.

Os proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado ou de modelo aumentaram 1 344 milhões de euros entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Esta subida resulta de um aumento de 1 247 milhões de euros dos lucros líquidos com rendimento fixo e de um aumento de 97 milhões de euros dos lucros líquidos sobre ativos financeiros com rendimento variável.

Em 2012, este posto regista elementos excepcionais significativos tais como a amortização excepcional da colocação no justo valor de uma parte do banking book do BNP Paribas Fortis devido a reembolsos antecipados (+ 427 milhões de euros).

PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES

Este posto compreende, entre outros, os proveitos líquidos da atividade de seguros, dos imóveis de investimento, das imobilizações em aluguer simples, das atividades de promoção imobiliária e dos outros proveitos. Os proveitos e encargos das outras atividades diminuíram 19 %, passando de 5 971 milhões em 31 de dezembro de 2011 para 4 859 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta variação resulta principalmente de uma diminuição de - 390 milhões de euros dos proveitos líquidos da atividade de seguros, assim como de uma diminuição de - 604 milhões de euros dos proveitos líquidos dos imóveis de investimento relacionada com a perda do controlo do grupo Klépierre.

As principais componentes dos proveitos líquidos da atividade de seguros são: os prémios brutos adquiridos, as variações das provisões técnicas, os encargos das prestações dos contratos e as variações de valor dos ativos de suporte de contratos em unidades de conta. Os encargos das prestações dos contratos

compreendem os encargos ligados às recompras, vencimentos e sinistros sobre os contratos de seguros, e a variação de valor dos contratos financeiros (nomeadamente os contratos em unidades em conta). Os juros pagos sobre estes contratos são contabilizados na rubrica «Juros e encargos assimilados».

A redução dos proveitos líquidos da atividade de seguros resulta principalmente de uma diminuição das provisões técnicas, que passam de + 1 572 milhões de euros em 2011 para - 4 246 milhões em 2012. Esta evolução deve-se principalmente a um aumento do valor dos ativos suportes de contrato em unidades de conta, que passaram de um perda líquida de 1 597 milhões de euros em 2011 para um lucro líquido de 3 361 milhões de euros em 2012. Os prémios adquiridos brutos aumentaram, passando de 16 288 milhões de euros em 2011 para 19 813 milhões de euros em 2012. Quanto aos encargos das prestações dos contratos, também aumentaram, passando de - 12 484 milhões de euros em 2011 para - 15 267 milhões de euros em 2012.

ENCARGOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO E DOTAÇÕES ÀS AMORTIZAÇÕES E ÀS PROVISÕES

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (2012/2011)
Encargos gerais de exploração	(25 007)	(24 608)	2 %
Dotações às amortizações e às provisões para depreciações das imobilizações	(1 543)	(1 508)	2 %
ENCARGOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO E DOTAÇÕES ÀS AMORTIZAÇÕES E ÀS PROVISÕES	(26 550)	(26 116)	2 %

Os encargos gerais de exploração e as dotações às amortizações e às provisões conheceram um aumento controlado de 2 %, passando de 26 116 milhões de euros em 2011 para 26 550 milhões de euros em 2012.

RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO

O resultado bruto de exploração do Grupo diminuiu 23 % com 12 522 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (contra 16 268 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) devido principalmente à descida do resultado líquido bancário (- 8 %), e de uma subida dos encargos gerais de exploração (+ 2 %).

CUSTO DO RISCO

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (2012/2011)
Dotações líquidas às depreciações	(4 111)	(3 510)	+ 17 %
Recuperações sobre créditos amortizados	714	514	+ 39 %
Créditos incobráveis não cobertos por depreciações	(482)	(560)	- 14 %
Perda sobre dívida soberana grega	(62)	(3 241)	- 98 %
DOTAÇÕES LÍQUIDAS TOTAIS ÀS PROVISÕES	(3 941)	(6 797)	- 42 %

Este posto cobre o encargo das depreciações constituídas a título do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do Grupo assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartidas de instrumentos financeiros derivados negociados à vista.

O custo do risco do Grupo, com 3 941 milhões de euros, recua 42 % em relação a 2011 que integrava o impacto de 3 241 milhões de euros do plano de resgate à Grécia. Excetuando o impacto das provisões sobre os títulos gregos, o custo do risco sofreu um aumento moderado de 9,2 %.

Fora a dívida soberana grega, o aumento do custo do risco em 2012 relativamente a 2011 deve-se principalmente ao aumento de 418 milhões de euros das provisões das atividades de Corporate & Investment Banking (dos quais um aumento de 336 milhões de euros para o Corporate Banking) cujo nível em 2011, beneficiante de importantes retomas, era particularmente fraco. Por outro lado, as provisões das atividades de banco de retalho (Retail Banking) ascende a

3 505 milhões de euros em 2012 (contra 3 565 milhões de euros em 2011) baixam 2 %, incluindo uma diminuição de 43 % das dotações líquidas às provisões do BancWest (dotação de 145 milhões de euros em 2012 contra uma dotação de 256 milhões de euros em 2011) e uma diminuição de 9 % das dotações líquidas às provisões de Personal Finance (dotação de 1 497 milhões de euros em 2012 contra uma dotação de 1 639 milhões de euros em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, o montante total dos empréstimos concedidos e compromissos duvidosos líquidos de garantias ascende a 33 bilhões de euros (contra um montante de 37 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011), e as provisões atingem um total de 28 bilhões de euros (contra 30 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011). O rácio de cobertura é de 83 % em 31 de dezembro de 2012 contra 80 % em 31 de dezembro de 2011.

Para uma exposição mais detalhada das dotações líquidas às provisões por área de intervenção, consultar a secção «Resultados por polo/área de intervenção».

RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (2012/2011)
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO	8 581	9 471	- 9 %
Quota-parte do resultado líquido das sociedades segundo o método de equivalência patrimonial	489	80	x 6,1
Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados	1 792	206	x 8,7
Variação de valor dos goodwill	(490)	(106)	x 4,6
Impostos sobre os lucros	(3 059)	(2 757)	+ 11 %
Interesses minoritários	(760)	(844)	- 10 %
RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO	6 553	6 050	+ 8 %

GENERALIDADES

O resultado líquido parte do Grupo, em 2012 apresenta uma subida de 8 % em relação a 2011.

QUOTA-PARTE DO RESULTADO LÍQUIDO DAS SOCIEDADES SEGUNDO O MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A quota-parte do resultado líquido das empresas do Grupo segundo o método de equivalência patrimonial aumentou, passando de 80 milhões de euros em 2011 para 489 milhões de euros em 2012, devido nomeadamente ao impacto em 2011 da provisão da dívida soberana grega de - 213 milhões em parcerias nos seguros.

PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE OUTROS ATIVOS IMOBILIZADOS

Este posto cobre os resultados líquidos das cedências realizadas sobre as imobilizações corpóreas e incorpóreas utilizadas para a atividade, e das cedências realizadas sobre os títulos consolidados ainda incluídos no perímetro de consolidação no momento da cedência. Os proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados aumentaram, passando de 206 milhões de euros em 2011 para 1 792 milhões de euros em 2012, incluindo a mais-valia retirada por ocasião de uma cedência de participação de 28,7 % na Klépierre SA por 1,7 bilhão de euros.

VARIAÇÃO DE VALOR DOS GOODWILL

As variações de valor das diferenças de aquisições ascendem a - 490 milhões de euros em 2012 contra - 106 milhões de euros em 2011, dos quais - 298 milhões de euros de ajustamento da sobrevalorização do BNL banca commerciale devido ao aumento antecipado das exigências de fundos próprios da Banco de Itália.

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo registou um encargo de impostos sobre os lucros em 2012 de 3 059 milhões de euros, um aumento relativamente ao montante de 2 757 milhões de euros registados em 2011.

INTERESSES MINORITÁRIOS

A quota-parte dos interesses minoritários no resultado líquido das sociedades consolidadas do Grupo baixou para - 760 milhões de euros em 2012 contra - 844 milhões de euros em 2011 devido nomeadamente à perda de controlo do grupo Klépierre agora consolidado segundo o método de equivalência patrimonial.

3.5 Eventos recentes

PRODUTOS E SERVIÇOS

São regularmente propostos novos produtos e serviços aos clientes do BNP Paribas. Estão disponíveis informações nos Websites do Grupo, nomeadamente através de comunicados de imprensa acessíveis através do website www.invest.bnpparibas.com.

CRESCIMENTO EXTERNO E PARCERIAS

Não houve desde 9 de novembro de 2012, data de publicação da terceira atualização do Documento de referência de 2011, qualquer evento significativo suscetível de integrar esta secção.

3.6 Perspetivas

PERSPETIVAS DO GRUPO

Em 2012, o Grupo preparará um plano de desenvolvimento 2014-2016 baseado nos planos de ação dos diferentes polos com vista a uma apresentação do conjunto em inícios de 2014.

A primeira parte deste plano consiste no lançamento do « Simple and Efficient », iniciativa ambiciosa de simplificação do funcionamento do Grupo e de melhoria da sua eficácia operacional.

A segunda parte será constituída por planos de desenvolvimento divididos por área de intervenção e por zona geográfica, a zona Ásia-Pacífico será a primeira a ser apresentada.

UM PLANO AMBICIOSO DE SIMPLIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO GRUPO E DE MELHORIA DA SUA EFICÁCIA OPERACIONAL: SIMPLE & EFFICIENT

Em 2013, o Grupo lança um programa de investimento de 1,5 bilhão de euros por um período de três anos para simplificar o seu funcionamento e melhorar a sua eficácia operacional.

O Grupo visa assim uma melhoria operacional, permitindo economizar custos logo em 2013, para atingir 2 bilhões de euros por ano a partir de 2015. Estas economias, que serão realizadas sem encerramento de atividades e mobilizarão o conjunto do Grupo, serão repartidas aproximadamente em metade no Retail Banking, um terço no CIB, e um sexto no Investment Solutions.

Para assegurar a eficácia da abordagem, o programa será alvo de uma pilotagem por parte da Direção geral e de um acompanhamento transversal por uma equipa dedicada, favorecendo a condução de projetos entre várias áreas de intervenção e funções.

O programa terá cinco eixos de transformação (revisão dos procedimentos, racionalização das ferramentas, simplificação do funcionamento, serviço ao cliente, otimização dos custos) assim como abordagens transversais (digitalização dos modos de trabalho, delegações acrescidas, simplificação dos reportings internos, etc.). Já foram identificadas no Grupo mais de 1 000 iniciativas.

ÁSIA-PACÍFICO: UMA ZONA DE DESENVOLVIMENTO PARA O GRUPO

Com cerca de 8 000 colaboradores⁽¹⁾ no CIB e Investment Solutions, e uma presença em 14 mercados, o Grupo é um dos bancos internacionais mais bem posicionados na Ásia-Pacífico, onde beneficia de uma presença de longa data. Realiza aí hoje cerca de 12,5 % dos rendimentos do CIB e Investment Solutions, ou seja 2 bilhões de euros.

Nesta região em forte crescimento, o Grupo beneficia de *franchises* reconhecidos nomeadamente nas áreas de intervenção Trade Finance (com 25 « trade centers »), Cash Management (n° 5 na Ásia), Fixed Income (n° 1 FX Derivatives e n° 1 Interest Derivative Dealer), Ações e Consultoria (n° 2 Equity Derivatives Dealer), Banca Privada (n° 8 com 30 bilhões de ativos sob gestão em 2012), Seguros (n° 7 das seguradoras não asiáticas), e goza de uma forte presença nos setores do petróleo e gás, metais e produtos mineiros, bem como no transporte aéreo. O Grupo beneficia também de parcerias frutuosas com grandes atores domésticos.

Apoiando-se assim em plataformas sólidas, o Grupo visa aumentar os rendimentos do CIB e Investment Solutions na Ásia para alcançar mais de 3 bilhões de euros em 2016, ou seja uma taxa de crescimento média anualizada da ordem dos 12 %.

O Grupo tenciona aumentar o total de ativos financiados nas mesmas proporções e ampliar, em paralelo, a recolha regional de depósitos. O Grupo prevê igualmente recrutar, num prazo de cerca de três anos, 1 300 pessoas para o Investment Solutions e CIB na região.

No que concerne as empresas, o Grupo reforçará o dispositivo comercial para as multinacionais, assim como as grandes e médias empresas locais, alargando a base de clientela doméstica, acompanhando os seus clientes mundiais na Ásia-Pacífico e os seus clientes asiáticos na sua internacionalização, amplificando o esforço no Cash Management e no Trade Finance e, no Fixed Income, acelerando o seu desenvolvimento ao nível do mercado obrigacionista, dos produtos de fluxo e dos instrumentos de cobertura. Em simultâneo, o Grupo reforçará a sua presença junto dos investidores implementando a abordagem Originate to Distribute, desenvolvendo o Asset Management e Securities Services, alargando a clientela de Banca privada e intensificando as vendas cruzadas entre o CIB e Investment Solutions. Por fim, o Grupo desenvolverá novas parcerias, nomeadamente na área dos Seguros, com vista ao seu desenvolvimento na China e na Indonésia.

Um membro da Comissão executiva, que já se encontra baseado na região, terá a seu cargo a pilotagem da implementação deste desenvolvimento do Grupo na Ásia.

(1) Exceto parcerias.

PERSPETIVAS DOS POLOS OPERACIONAIS

RETAIL BANKING

O Domestic Markets prosseguirá em 2013 o seu forte compromisso junto dos clientes e investimentos de inovação, mantendo por outro lado os seus esforços de otimização operacional.

O conjunto continuará assim a preparar a banca de retalho de amanhã. Para a clientela de particulares, reforçará as inovações digitais, em particular as móveis, e prosseguirá o desenvolvimento de novos meios de pagamento. Para a clientela empresarial, prosseguirá o desenvolvimento de « One Bank for Corporates » em colaboração com o CIB, continuando a conquista de novas relações (2 600 novas contas já em finais de 2012) e intensificando a oferta, nomeadamente de Cash Management, apoiando-se numa posição de líder na zona euro. Para as Microempresas e PME, o Domestic Markets capitalizará nas redes de *Maisons des Entrepreneurs* (59 em França, 42 em Itália) favorecendo as sinergias com o Leasing Solutions e Arval. Por seu lado, a Banca Privada apoiar-se-á na sua liderança na zona euro para prosseguir o seu forte crescimento em Itália e desenvolver as sinergias sobre os segmentos Empresas e Empresários.

Em todos os países, o Domestic Markets fará evoluir as suas redes em função das expectativas dos clientes, com mais consultoria e menos operações transacionais, favorecendo formatos mais diferenciados.

Assim, já foi apresentado um plano ambicioso na Bélgica, em dezembro de 2012 (« Bank for the future ») visando uma antecipação sobre os novos comportamentos dos clientes (banca móvel, centros de contacto, diminuição das atividades de balcão e aumento das entrevistas comerciais) e uma melhoria na eficácia operacional.

As redes de banca de retalho fora da zona euro prosseguirão o desenvolvimento do modelo integrado do Grupo, adaptando-se às especificidades locais.

Europa Mediterrâneo continuará assim o seu desenvolvimento seletivo através de agências em zonas de crescimento (em particular em Marrocos); a adaptação do dispositivo e da oferta à banca digital, o desenvolvimento da clientela dos institucionais e do Cash Management. Na Turquia, o banco TEB prosseguirá o seu crescimento, acelerando nomeadamente as vendas cruzadas com o Investment Solutions e CIB.

No BancWest, num contexto económico mais favorável, a oferta comercial será aumentada através, nomeadamente, do desenvolvimento da Banca privada, de uma cooperação reforçada de Cash Management. Por fim, o BancWest prosseguirá a modernização e a otimização da rede de agências.

O Personal Finance prosseguirá a adaptação dos seus modelos ao novo ambiente.

Em França, a área de intervenção continuará a transformação do modelo económico, prosseguindo o desenvolvimento da Cetelem Banque (recolha de poupança e venda de produtos de previdência), apoiando-se na co-empresa com o BPCE (operacional a 1 de janeiro de 2013) para mutualizar certos custos de desenvolvimento e implementando o processo de acompanhamento dos clientes em dificuldade.

Em Itália, o Personal Finance realizará o desenvolvimento de Findomestic Banca (comercialização de contas de depósitos e de produtos de seguro) e prosseguirá a inovação de produtos.

Por fim, a área de intervenção prosseguirá o desenvolvimento dos relés de crescimento : na Rússia, através da implementação do acordo estratégico com o Sberbank; no setor automóvel, através das parcerias com construtores e distribuidores europeus, nas redes da banca de retalho do Grupo nos países emergentes, desenvolvendo o «PF Inside»; e reforçando por fim a oferta na Internet.

INVESTMENT SOLUTIONS

Em 2013, o Investment Solutions prosseguirá o reforço das suas posições de liderança na Europa, junto de clientelas selecionadas, nomeadamente os « Ultra High Net Worth Individuals » na Banca privada e os institucionais.

O polo continuará a inovar e a alargar a oferta de produtos: no Securities Services, tirando partido das evoluções regulamentares no domínio das infraestruturas de mercado ; na gestão de ativos, desenvolvendo os produtos de elevado valor acrescentado; em todas as áreas de intervenção, desenvolvendo a oferta digital.

O Investment Solutions prosseguirá o desenvolvimento internacional nos países com forte crescimento, reforçando nomeadamente as plataformas na Ásia-Pacífico, América Latina e países do Golfo. Por fim, a área do Seguros continuará a constituir-se como um potente motor de crescimento no seio do polo.

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB)

O CIB prosseguirá em 2013 o desenvolvimento do novo modelo, reforçando os seus dispositivos na Ásia e na América do Norte.

Consultoria e Mercados de Capitais continuará a enriquecer a oferta de produtos, reforçando as plataformas de produtos de fluxo, desenvolvendo os serviços de acesso às infraestruturas de mercados e de gestão do colateral, e desenvolvendo ainda mais as atividades de originação obrigacionista.

O Corporate Banking prosseguirá a sua transformação aumentar ainda mais os depósitos da clientela, através nomeadamente do desenvolvimento do Cash Management, e regionalizando mais o seu dispositivo para se aproximar dos clientes.

A abordagem « Originate to Distribute » será intensificada apoiando-se em posições que já são forte na área da sindicância, titularização e emissões obrigacionistas, e desenvolvendo canais de distribuição inovadores (fundos da dívida).

3.7 Liquidez e financiamento

A situação de liquidez do Grupo é muito favorável.

O balanço cash⁽¹⁾ do Grupo é de 974 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Os fundos próprios, os depósitos da clientela e os recursos a médio e longo prazo representam um total de recursos estáveis em excedente de 69 bilhões de euros (dos quais 52 bilhões de dólares) em relação às necessidades de financiamento da atividade de clientela e às imobilizações tangíveis e intangíveis. Este excedente mais que duplicou em relação a 31 de dezembro de 2011 (31 bilhões de euros) e está praticamente estável em relação ao trimestre anterior (71 bilhões de euros). Os recursos estáveis representam assim 110 % das necessidades de financiamento da atividade de clientela, inclusive as imobilizações tangíveis e intangíveis.

As reservas de liquidez e de ativos do Grupo disponíveis instantaneamente ascendem a 221 bilhões de euros (contra 160 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2011) e representam 119 % dos recursos de tesouraria a curto prazo.

O programa de financiamento a médio longo prazo do Grupo para 2013 é de 30 bilhões de euros. Em finais de janeiro de 2013, as emissões já realizadas⁽²⁾ ascendem a 11 bilhões de euros com uma maturidade média de 4,8 anos e um nível de spread médio de 73 pb acima do mid- swap (contra 109 pb em média para o programa 2012). O Grupo beneficia assim de um financiamento a médio e longo prazo diversificado, realizado em condições vantajosas e a melhorar.

3.8 Solvabilidade

A solvabilidade do Grupo é muito elevada.

Os fundos próprios prudenciais « common equity Tier 1 » ascendem a 65,1 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 6,2 bilhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2011, devido essencialmente à reserva da maior parte dos resultados.

Os ativos ponderados⁽³⁾ ascendem a 552 bilhões de euros e recuam 62 bilhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2011, devido essencialmente ao plano de adaptação.

Assim, em 31 de dezembro de 2012, o rácio « common equity Tier 1 » que corresponde às regras da diretiva europeia « CRD 3 » entrada em vigor em finais de 2011, ascende a 11,8 %, um aumento de 220 pb em relação a 31 de dezembro de 2011.

O rácio « common equity Tier 1 de Basileia 3 » tendo em consideração o conjunto das regras da CRD 4⁽⁴⁾ sem disposição transitório (« Basileia 3 pleno », que só entrará em vigor a 1 de janeiro de 2019) ascende a 9,9 % em 31 de dezembro de 2012 e está em alta de 40 pb em relação a 30 de setembro de 2012, devido à redução dos ativos ponderados (+ 15 pb), ao impacto do resultado do trimestre (+ 10 pb), assim como à apreciação dos ativos financeiros disponíveis para venda (+ 10 pb). Ilustra o nível muito elevado de solvabilidade do Grupo nas novas regulamentações, o objetivo de 9 % em finais de 2012, fixado aquando do lançamento do plano de adaptação foi assim largamente ultrapassado.

(1) Estabelecido no perímetro prudencial bancário e após compensação dos derivados, das operações com acordo de recompra, da conceção/contratação de empréstimos, de título e de contas de regularização.

(2) Inclusive as emissões de fim de ano 2012 para além dos 34 bilhões de euros emitidos no âmbito do programa 2012.

(3) Basileia 2.5.

(4) CRD 4 como antecipada pelo BNP Paribas. A CRD 4 ainda estava a ser discutida no Parlamento Europeu, as suas disposições continuam sujeitas à interpretação e são suscetíveis de ser modificadas.

4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ESTABELECIDAS DE ACORDO COM AS NORMAS CONTABILÍSTICAS IFRS ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

4.1	Demonstração de resultados do exercício 2012	104
4.2	Demonstração do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios	105
4.3	Balço em 31 de dezembro de 2012	106
4.4	Quadro dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2012	107
4.5	Quadros de passagem dos capitais próprios de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012	108
4.6	Notas anexas às Demonstrações financeiras estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União Europeia	110
	Nota 1 Resumo dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo	110
	1.a Normas contabilísticas aplicáveis	110
	1.b Princípios de consolidação	110
	1.b.1 Perímetro de consolidação	110
	1.b.2 Métodos de consolidação	111
	1.b.3 Regras de consolidação	111
	1.b.4 Reagrupamentos de empresas e avaliação dos goodwills	112
	1.c Ativos e passivos financeiros	113
	1.c.1 Créditos	113
	1.c.2 Contratos de poupança e de empréstimos concedidos regulamentados	113
	1.c.3 Títulos	114
	1.c.4 Operações em divisas	115
	1.c.5 Depreciação e reestruturação dos ativos financeiros	115
	1.c.6 Reclassificações de ativos financeiros	116
	1.c.7 Títulos de dívida emitidos	116
	1.c.8 Ações próprias e derivados sobre ações próprias	117
	1.c.9 Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura	117
	1.c.10 Estipulação do valor de mercado	118
	1.c.11 Ativos e passivos financeiros contabilizados em valor de mercado por resultado sobre opção	119
	1.c.12 Rendimentos e encargos relativos aos ativos e passivos financeiros	119
	1.c.13 Custo do risco	119

1.c.14	Desreconhecimento de ativos ou passivos financeiros	119
1.c.15	Compensação dos ativos e dos passivos financeiros	119
1.d	Normas contabilísticas das atividades de seguros	120
1.d.1	Ativos	120
1.d.2	Passivos	120
1.d.3	Demonstração de resultados	120
1.e	Imobilizações	120
1.f	Contratos de locação	121
1.f.1	A empresa do Grupo é o locador do contrato de aluguer	121
1.f.2	A empresa do Grupo é locatária do contrato de aluguer	122
1.g	Ativos não correntes detidos para venda e atividades abandonadas	122
1.h	Vantagens beneficiando o pessoal	122
1.i	Pagamento à base de ações	123
1.j	Provisões de passivo	124
1.k	Imposto corrente e diferido	124
1.l	Quadro dos fluxos de tesouraria	124
1.m	Utilização de estimativas na preparação das Demonstrações financeiras	124
Nota 2	Notas relativas à demonstração de resultados do exercício 2012	126
2.a	Margem de juros	126
2.b	Comissões	126
2.c	Proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado	127
2.d	Proveitos líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados em valor de mercado	127
2.e	Proveitos e encargos das outras atividades	128
2.f	Custo do risco	128
2.g	Imposto sobre os lucros	130
Note 3	Informações setoriais	130
Note 4	Exposição ao risco soberano	133
Note 5	Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2012	139
5.a	Ativos, passivos e instrumentos financeiros derivados em valor de mercado por resultado	139
5.b	Instrumentos financeiros derivados para uso de cobertura	141
5.c	Ativos financeiros disponíveis para venda	141
5.d	Medição do valor de mercado dos instrumentos financeiros	142
5.e	Reclassificação de instrumentos financeiros inicialmente contabilizados em valor de mercado por resultado para fins de transação ou em ativos disponíveis para venda	146
5.f	Operações interbancárias, créditos e débitos sobre estabelecimentos de crédito	148
5.g	Empréstimos concedidos, créditos e débitos sobre a clientela	148
5.h	Ativos depreciados ou não apresentando incumprimentos e garantias recebidas no âmbito destes ativos	150
5.i	Títulos de dívida e dívidas subordinadas	151
5.j	Ativos financeiros detidos até ao vencimento	154
5.k	Impostos correntes e diferidos	155

5.l	Contas de regularização, ativos e passivos diversos	156
5.m	Participações nas empresas segundo o método da equivalência patrimonial	157
5.n	Imobilizações de investimento e de exploração	158
5.o	Goodwills	159
5.p	Provisões técnicas das companhias de seguros	161
5.q	Provisões para riscos e encargos	162
5.r	Transferências de ativos financeiros	164
Nota 6	Compromissos de financiamento e de garantia	165
6.a	Compromissos de financiamento dados ou recebidos	165
6.b	Compromissos de garantia dados para assinatura	165
6.c	Outros compromissos de garantia	165
Nota 7	Remuneração e vantagens concedidas ao pessoal	166
7.a	Encargos com o pessoal	166
7.b	Vantagens posteriores ao emprego	166
7.c	Outras vantagens a longo prazo	171
7.d	Indemnizações de fim de contrato de trabalho	171
7.e	Pagamentos à base de ações	172
Nota 8	Informações complementares	178
8.a	Evolução do capital e resultado por ação	178
8.b	Perímetro de consolidação	187
8.d	Reagrupamento de empresas e perda de controle	196
8.e	Remunerações e vantagens sociais em benefício dos mandatários sociais	197
8.f	Relações com as outras partes ligadas	207
8.g	Calendário por maturidade	209
8.h	Valor de mercado dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	210
8.i	Eventual passivo: processos judiciais e de arbitragem	211
8.j	Honorários dos Revisores oficiais de contas	212
4.7	Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre os resultados consolidados	214

As Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BNP Paribas são relativas aos dois exercícios 2012 e 2011. Em conformidade com o artigo 20.1 do anexo I do regulamento europeu *Prospecto* (regulamento EU 809/2004), esclarece-se que o exercício 2010 é consultável no Documento de referência depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 9 de março de 2012 sob o número D.12-0145.

4.1 Demonstração de resultados do exercício 2012

Em milhões de euros	Notas	Exercício 2012	Exercício 2011
Juros e proveitos assimilados	2.a	44 476	47 124
Juros e encargos assimilados	2.a	(22 731)	(23 143)
Comissões (produtos)	2.b	12 601	13 695
Comissões (encargos)	2.b	(5 069)	(5 276)
Proveitos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado	2.c	3 312	3 733
Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados pelo valor de mercado	2.d	1 624	280
Proveitos das outras atividades	2.e	33 720	26 836
Encargos das outras atividades	2.e	(28 861)	(20 865)
RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO		39 072	42 384
Encargos gerais de exploração		(25 007)	(24 608)
Dotações para amortizações e depreciações das imobilizações corpóreas e incorpóreas	5.n	(1 543)	(1 508)
RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO		12 522	16 268
Custo do risco	2.f	(3 941)	(6 797)
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO		8 581	9 471
Quota-parte do resultado líquido das empresas segundo o método de equivalência patrimonial		489	80
Proveitos líquidos sobre ativos imobilizados		1 792	206
Goodwills	5.o	(490)	(106)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO		10 372	9 651
Imposto sobre os lucros	2.g	(3 059)	(2 757)
RESULTADO LÍQUIDO		7 313	6 894
dos quais interesses minoritários		760	844
RESULTADO LÍQUIDO, PARTE DO GRUPO		6 553	6 050
Resultado por ação	8.a	5,16	4,82
Resultado diluído por ação	8.a	5,15	4,81

4.2 Demonstração do resultado líquido e das variações de ativos e de passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Resultado líquido	7 313	6 894
Variações de ativos e de passivos contabilizadas em capitais próprios	5 518	(1 748)
Elementos relativos às variações de paridades monetárias	113	(61)
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, inclusive aqueles que foram reclassificados em empréstimos concedidos e créditos	4 761	(2 532)
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, inclusive aqueles que foram reclassificados em empréstimos concedidos e créditos, reportadas ao resultado do período	(284)	277
Variações de valor diferidas dos instrumentos derivados de cobertura	559	640
Variações de valor dos instrumentos derivados de cobertura, reportadas ao resultado do período	6	(15)
Elementos relativos às empresas segundo o método de equivalência patrimonial	363	(57)
TOTAL ACUMULADO	12 831	5 146
Parte do Grupo	11 178	4 487
Parte dos minoritários	1 653	659

4.3 Balço em 31 de dezembro de 2012

Em milhões de euros, em	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
ATIVO			
Caixa, bancos centrais		103 190	58 382
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado			
Carteira de títulos de transação	5.a	143 465	157 624
Empréstimos contraídos e operações com acordo de recompra	5.a	146 899	153 799
Carteira avaliada pelo valor de mercado sobre opção	5.a	62 800	57 073
Instrumentos financeiros derivados	5.a	410 635	451 967
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	5.b	14 267	9 700
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	192 506	192 468
Empréstimos contraídos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito	5.f	40 406	49 369
Empréstimos contraídos e créditos sobre a clientela	5.g	630 520	665 834
Diferença de reavaliação das Carteiras cobertas em taxas		5 836	4 060
Ativos financeiros detidos até ao vencimento	5.j	10 284	10 576
Ativos de impostos correntes e diferidos	5.k	8 661	11 570
Contas de regularização e ativos diversos	5.l	99 359	93 540
Participação diferida dos segurados nos benefícios	5.p	-	1 247
Participações nas empresas segundo o método de equivalência patrimonial	5.m	7 040	4 474
Imóveis de investimento	5.n	927	11 444
Imobilizações corpóreas	5.n	17 319	18 278
Imobilizações incorpóreas	5.n	2 585	2 472
Goodwills	5.o	10 591	11 406
TOTAL ATIVO		1 907 290	1 965 283
DÉBITOS			
Bancos centrais		1 532	1 231
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado			
Carteira de títulos de transação	5.a	52 432	100 013
Empréstimos contraídos e operações com acordo de recompra	5.a	203 063	173 271
Carteira avaliada pelo valor de mercado sobre opção	5.a	43 530	42 044
Instrumentos financeiros derivados	5.a	404 598	447 467
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	5.b	17 286	14 331
Débitos com estabelecimentos de crédito	5.f	111 735	149 154
Débitos com a clientela	5.g	539 513	546 284
Débitos representados por um título	5.i	173 198	157 786
Diferença de reavaliação das Carteiras cobertas em taxas		2 067	356
Passivos de impostos correntes e diferidos	5.k	3 046	3 489
Contas de regularização e de passivos diversos	5.l	86 691	81 010
Provisões técnicas das companhias de seguros	5.p	147 992	133 058
Provisões para riscos e encargos	5.q	10 962	10 480
Dívidas subordinadas	5.i	15 223	19 683
TOTAL DÍVIDAS		1 812 868	1 879 657
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital e reservas		76 102	70 714
Resultado do exercício, parte do Grupo		6 553	6 050
Total capital, reservas consolidadas e resultado do período, parte do Grupo		82 655	76 764
Variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios		3 231	(1 394)
Total parte do Grupo		85 886	75 370
Reservas e resultado dos minoritários		8 124	10 737
Variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios		412	(481)
Total interesses minoritários		8 536	10 256
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS		94 422	85 626
TOTAL PASSIVO		1 907 290	1 965 283

4.4 Tabela dos fluxos de tesouraria relativos ao exercício 2012

Em milhões de euros	Notas	Exercício 2012	Exercício 2011
Resultado antes do imposto		10 372	9 651
Elementos não monetários incluídos no resultado líquido antes do imposto e outros ajustamentos fora resultado		8 540	18 975
Dotações líquidas às amortizações das imobilizações corpóreas e incorpóreas		3 663	3 788
Dotações líquidas às provisões das outras imobilizações e depreciação dos goodwills		493	135
Dotações líquidas às provisões		7 004	6 359
Quota-parte de resultado ligada às empresas segundo o método de equivalência patrimonial		(489)	(80)
Proveitos líquidos das atividades de investimento		(1 783)	(246)
Encargos (proveitos) líquidos das atividades de financiamento		217	(1 719)
Outros movimentos		(565)	10 738
Aumento líquido ligado aos ativos e passivos resultantes das atividades operacionais		38 424	11 719
Diminuição líquida ligada às operações com os estabelecimentos de crédito		(22 052)	(11 427)
Aumento (diminuição) líquido ligado às operações com a clientela		47 028	(68 092)
Aumento líquido ligado às operações afetando os outros ativos ou passivos financeiros		17 890	96 551
Diminuição líquida ligada às operações afetando os ativos ou passivos não financeiros		(2 455)	(2 970)
Impostos pagos		(1 987)	(2 343)
AUMENTO LÍQUIDO DA TESOURARIA GERADA PELA ATIVIDADE OPERACIONAL		57 336	40 345
Aumento líquido ligado aos ativos financeiros e às participações	8.d	2 911	325
Diminuição líquida ligada às imobilizações corpóreas e incorpóreas		(1 631)	(1 938)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DA TESOURARIA LIGADO ÀS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO		1 280	(1 613)
Aumento (diminuição) de tesouraria ligado às operações realizadas com os acionistas		543	(3 910)
Diminuição de tesouraria resultante das outras atividades de financiamento		(8 246)	(11 058)
DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DA TESOURARIA LIGADA ÀS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO		(7 703)	(14 968)
EFEITO DA VARIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO SOBRE A TESOURARIA E ASSIMILADA		(1 035)	1 550
AUMENTO LÍQUIDO DA TESOURARIA		49 878	25 314
Saldo das Contas de tesouraria e assimilada à abertura do período		50 329	25 015
Contas ativas de caixa, bancos centrais		58 382	33 568
Contas passivas de bancos centrais		(1 231)	(2 123)
Empréstimos com possibilidade de amortização antecipada concedidos aos estabelecimentos de crédito	5.f	12 099	11 273
Empréstimos com possibilidade de amortização antecipada contraídos junto dos estabelecimentos de crédito	5.f	(18 308)	(17 464)
Dedução dos créditos e dos débitos ligados às Contas de tesouraria e assimilada		(613)	(239)
Saldo das Contas de tesouraria e assimilada ao fecho do período		100 207	50 329
Contas ativas de caixa, bancos centrais		103 190	58 382
Contas passivas de bancos centrais		(1 532)	(1 231)
Empréstimos com possibilidade de amortização antecipada concedidos aos estabelecimentos de crédito	5.f	8 665	12 099
Empréstimos com possibilidade de amortização antecipada contraídos junto dos estabelecimentos de crédito	5.f	(9 840)	(18 308)
Dedução dos créditos e dos débitos ligados às Contas de tesouraria e assimilada		(276)	(613)
AUMENTO DOS SALDOS DAS CONTAS DE TESOURARIA E ASSIMILADA		49 878	25 314

4.5 Quadros de passagem dos capitais próprios

Em milhões de euros	Capital e reservas			
	Parte do Grupo			Total
	Capital e reservas ligadas	Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada	Reservas não distribuídas	
Situação em 31 de dezembro de 2010	25 711	8 029	40 723	74 463
Afetação do resultado do exercício 2010			(2 521)	(2 521)
Aumentos de capital e emissões	396			396
Redução de capital				
Incidência das trocas e resgate dos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada			114	114
Movimentos sobre títulos próprios	(427)	(768)	91	(1 104)
Operações resultantes de planos de pagamento em ações			65	65
Remuneração das preferred shares e das TSSDI			(295)	(295)
Operações internas afetando os acionistas minoritários (nota 8.c)			(80)	(80)
Mudança de método de consolidação afetando os acionistas minoritários			(8)	(8)
Operações de aquisição de participações complementares ou de cessão parcial (nota 8.c)			(292)	(292)
Variação dos compromissos de recompra de participação aos acionistas minoritários			3	3
Outras variações	(2)		(25)	(27)
Variações de ativos e de passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios				
Resultado líquido em 31 de dezembro de 2011			6 050	6 050
Adiantamentos distribuídos sobre o resultado do exercício				
Situação em 31 de dezembro de 2011	25 678	7 261	43 825	76 764
Afetação do resultado do exercício 2011			(1 430)	(1 430)
Aumentos de capital e emissões	1 153			1 153
Redução de capital	(378)			(378)
Movimentos sobre títulos próprios	268	(20)	(46)	202
Operações resultantes de planos de pagamento em ações			72	72
Remuneração das preferred shares e das TSSDI			(280)	(280)
Operações internas afetando os acionistas minoritários (nota 8.c)			8	8
Mudança de método de consolidação afetando os acionistas minoritários				
Operações de aquisição de participações complementares ou de cessão parcial (nota 8.c)				
Variação de compromissos de recompra de participação aos acionistas minoritários			5	5
Outras variações	(7)		(7)	(14)
Variações de ativos e de passivos diretamente contabilizados em capitais próprios				
Resultado líquido em 31 de dezembro de 2012			6 553	6 553
Adiantamentos distribuídos sobre o resultado do exercício				
Situação em 31 de dezembro de 2012	26 714	7 241	48 700	82 655

de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012

			Variações de ativos e passivos diretamente contabilizadas em capitais próprios					
Capital e reservas	Interesses minoritários		Paridades monetárias	Parte do Grupo			Interesses minoritários	Capitais próprios totais
	Preferred shares elegíveis Tier1	Total		Ativos financeiros disponíveis Para venda e empréstimos concedidos reclassificados	Instrumentos derivados de cobertura	Total		
9 401	1 892	11 293	(401)	(14)	584	169	(296)	85 629
(462)		(462)						(2 983)
	(500)	(500)						396
								(500)
								114
								(1 104)
(117)		(117)						65
80		80						(412)
63		63						55
(477)		(477)						(769)
(16)		(16)						(13)
65	3	68						41
			(44)	(2 182)	663	(1 563)	(185)	(1 748)
844		844						6 894
(39)		(39)						(39)
9 342	1 395	10 737	(445)	(2 196)	1 247	(1 394)	(481)	85 626
(232)		(232)						(1 662)
								1 153
(250)	(683)	(933)						(1 311)
10		10						212
								72
(86)		(86)						(366)
(11)		(11)						(3)
(2 027)		(2 027)						(2 027)
(4)		(4)						(4)
(15)		(15)						(10)
(81)	40	(41)						(55)
			(51)	4 345	331	4 625	893	5 518
760		760						7 313
(34)		(34)						(34)
7 372	752	8 124	(496)	2 149	1 578	3 231	412	94 422

4.6 Notas anexas às Demonstrações financeiras estabelecidas de acordo com as normas contabilísticas IFRS adotadas pela União Europeia

Nota 1 RESUMO DOS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS APLICADOS PELO GRUPO

1.a NORMAS CONTABILÍSTICAS APLICÁVEIS

As contas consolidadas do grupo BNP Paribas são estabelecidas em conformidade com as normas contabilísticas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS), tais como foram adotadas no seio da União Europeia⁽¹⁾. Assim, certas disposições da norma IAS 39 relativa à contabilidade de cobertura foram excluídas, e alguns textos recentes foram ainda objeto de um processo de adoção.

Nas contas consolidadas apresentadas a 31 de dezembro de 2012, o Grupo aplicou a emenda à IFRS 7 « Instrumentos financeiros: informações a disponibilizar – transferências de ativos financeiros » adotado pelo União Europeia a 23 de novembro de 2011 (nota 5.r). Esta emenda não impacto sobre a avaliação e reconhecimento das transações.

A entrada em vigor das outras normas de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2012 não teve efeito sobre as Demonstrações financeiras do exercício 2012.

O Grupo não antecipou a aplicação das novas normas, emendas e interpretações adotadas pela União Europeia uma vez que a sua aplicação em 2012 é apenas opcional.

A partir de 1 de janeiro de 2013, e em conformidade com a emenda à IAS 19 « Vantagens para o pessoal » adotada em junho de 2012 pela União Europeia, a dívida no âmbito dos compromissos de reforma constará do balanço do Grupo tendo em consideração as perdas atuariais que não tenham, à data, sido contabilizadas ou amortizadas. Assim, será acrescida de 412 milhões de euros e de 570 milhões de euros respetivamente a 1 de janeiro de 2012 e a 31 de dezembro de 2012 na referência às contas de 2012 que será apresentada nas Demonstrações financeiras do exercício 2013; o resultado antes do imposto do exercício 2012 será correlativamente acrescido de 7 milhões de euros.

A 29 de dezembro de 2012, a União Europeia adotou a emenda à IAS 32 « Instrumentos financeiros: apresentação – compensação de ativos financeiros e de passivos financeiros », as normas IFRS 10 « Demonstrações financeiras consolidadas », IFRS 11 « Parcerias » assim como a norma alterada IAS 28 « Participações das empresas associadas e das co-empresas », aplicáveis, o mais tardar, ao exercícios abertos a partir de 1 de janeiro de 2014, e a norma IFRS 13 « Avaliação do justo valor », aplicável prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2013. O Grupo está a analisar eventuais incidências da aplicação destas normas nas contas consolidadas.

As informações relativas à natureza e à extensão dos riscos aferentes aos instrumentos financeiros requeridos pelas IFRS 7 « Instrumentos financeiros: informações a disponibilizar » e aos contratos de seguros requeridos pelas IFRS 4 « Contratos de seguros » assim como as informações sobre os fundos próprios regulamentares prescritas pela IAS 1 « Apresentação das Demonstrações financeiras » são apresentadas no seio do capítulo 5 – Pilar 3 do relatório de gestão. Estas informações que fazem parte integrante das notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas do grupo BNP Paribas são cobertas pela opinião dos revisores oficiais de contas sobre as Demonstrações financeiras consolidadas e estão identificadas no relatório de gestão pela menção « auditado ».

1.b PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

1.b.1 Perímetro de consolidação

As contas consolidadas do BNP Paribas reúnem o conjunto das empresas sob controlo exclusivo, controlo conjunto ou sob influência notável exceto aquelas cuja consolidação apresenta um carácter negligenciável para o estabelecimento das contas consolidadas do Grupo. Uma empresa é presumida apresentar um carácter negligenciável para o estabelecimento das contas consolidadas do Grupo desde que a sua contribuição para as contas consolidadas fique abaixo dos três limiares seguintes: 15 milhões de euros para o resultado líquido bancário, 1 milhão de euros para o resultado bruto de exploração ou o resultado líquido antes do imposto, e 500 milhões de euros para o total do balanço. São igualmente consolidadas as entidades que possuem no seu ativo títulos de participação de sociedades consolidadas.

Uma filial é consolidada a partir da data em que o Grupo obtém efetivamente o seu controlo. As entidades temporariamente controladas são igualmente integradas nas contas consolidadas até à data da sua cessão.

(1) O referencial integral das normas adotadas no seio da União Europeia pode ser consultado no website da Comissão Europeia no endereço seguinte : http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/ias_fr.htm#adopted-commission.

Por fim, o Grupo consolida as estruturas jurídicas distintas especificamente criadas para gerir uma operação ou um grupo de operações similares (entidades « ad hoc »), inclusive na ausência de ligação de capital, na medida em que exerce, na substância, o controlo à luz dos seguintes critérios:

- as atividades da entidade são desenvolvidas exclusivamente por conta do Grupo, de tal forma que este tira daí vantagens ;
- o Grupo goza do poder de decisão e de gestão para obter a maioria das vantagens ligadas às atividades correntes da entidade. Este poder caracteriza-se nomeadamente pela capacidade de dissolver a entidade, de alterar os seus estatutos ou de se opor formalmente à sua alteração;
- o Grupo tem a capacidade de obter a maioria das vantagens da entidade e pode, por conseguinte, estar exposto aos riscos relacionados com a atividade da referida entidade. As vantagens podem revestir a forma de um direito de receber toda ou parte do resultado, avaliado numa base anual, uma quota-parte de ativo líquido, de dispor de um ou de vários ativos ou de beneficiar da maioria dos ativos residuais em caso de liquidação;
- O Grupo guarda a maioria dos riscos corridos pela entidade para retirar daí uma vantagem ; pode ser o caso se o Grupo fica exposto às primeiras perdas da carteira de ativos alojada na entidade.

1.b.2 Métodos de consolidação

As empresas sobre as quais o Grupo exerce um controlo exclusivo são consolidadas por integração global. O Grupo possui o controlo exclusivo de uma filial quando está em condições de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para beneficiar das suas atividades. Presume-se que existe controlo exclusivo quando o Grupo BNP Paribas detém direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto da filial ; É atestado quando o Grupo goza do poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais da entidade em virtude de um acordo, ou de nomear, revogar ou reunir a maioria dos membros do Conselho de administração ou do órgão de direção equivalente.

A determinação da percentagem de controlo leva em consideração os direitos de voto potenciais que dão acesso a direitos de voto complementares, desde que possam ser imediatamente exercíveis ou convertíveis.

As empresas sob controlo conjunto são consolidadas por integração proporcional. O Grupo possui um controlo conjunto quando, em virtude de um acordo contratual, as decisões financeiras e operacionais estratégicas ligadas à atividade necessitam do acordo unânime das partes que partilham o controlo.

É usado o método de equivalência patrimonial para as empresas sob influência notável. A influência notável é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional de uma entidade, sem deter o seu controlo. Esta é presumida se o Grupo detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais direitos de voto numa entidade. As participações inferiores a este limiar são excluídas do perímetro de consolidação, exceto se estas representam um investimento estratégico, e se o Grupo aí exerce uma influência notável efetiva. É o caso das empresas desenvolvidas em parceria com outros grupos em que o Grupo BNP Paribas participa nas decisões estratégicas da empresa associada sendo representado nos órgãos diretivos, exerce uma influência sobre a gestão operacional da empresa associada pela colocação à disposição de sistemas de gestão ou de apoio à decisão, e contribui com a sua colaboração técnica para o desenvolvimento desta empresa.

As variações de capitais próprios das sociedades em equivalência patrimonial são contabilizadas no ativo do balanço sob a rubrica «Participações nas empresas em equivalência patrimonial» e no passivo do balanço sob a rubrica de capitais próprios apropriada. O goodwill sobre uma sociedade consolidada pelo método da equivalência patrimonial aparece igualmente sob a rubrica «Participações nas empresas em equivalência patrimonial».

Se a quota-parte do Grupo nas perdas de uma empresa em equivalência patrimonial for igual ou superior aos seus interesses nesta empresa, o Grupo para de ter em consideração a sua quota-parte nas perdas futuras. A participação é então apresentada com um valor nulo. As perdas suplementares da empresa associada só são provisionadas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou implícita de o fazer ou quando efetuou pagamentos por conta da empresa.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente no resultado consolidado, assim como no balanço consolidado no seio dos capitais próprios. A determinação dos interesses minoritários tem em consideração, se tal for o caso, as ações preferenciais cumulativas em circulação emitidas pelas filiais e classificadas como instrumentos de capitais próprios, desde que estas sejam detidas por empresas fora do Grupo.

As transações que resultaram numa perda de controlo ocorridas antes do dia 1 de janeiro de 2010 conduziram à constatação de um resultado de cessão correspondente à diferença entre o preço de cessão e a quota-parte de capitais próprios cedida. A aplicação da norma IAS 27 revista modifica o tratamento das perdas de controlo que intervieram após o dia 1 de janeiro de 2010 e conduziu à reavaliação da quota-parte residual eventualmente conservada pelo seu valor de mercado pela contrapartida do resultado.

Os resultados de cessão realizados sobre os títulos consolidados são registados na conta de resultados sob a rubrica «Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados».

1.b.3 Regras de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas são estabelecidas utilizando métodos contabilísticos uniformes para transações e outros eventos semelhantes em circunstâncias similares.

Eliminação das operações recíprocas

os proveitos, encargos e dividendos, são eliminados. Os lucros e as perdas realizados devido a cessões de ativos no interior do Grupo são eliminados, exceto no caso em que o ativo cedido seja considerado como duradouramente depreciado. Os lucros e perdas latentes compreendidos no valor dos ativos disponíveis para venda são conservados a nível do Grupo.

Conversão das contas em divisas estrangeiras

As contas consolidadas do BNP Paribas são estabelecidas em euros.

A conversão das contas das entidades cuja moeda funcional é diferente do euro é efetuada por aplicação do método da cotação de fecho. De acordo com este método, todos os elementos de ativo e de passivo, monetários ou não monetários, são convertidos segundo a taxa de câmbio vigente à data de fecho do exercício. Os proveitos e os encargos são convertidos à taxa média do período.

É aplicado o mesmo método às contas das filiais do Grupo situadas em países dotados de uma economia de carácter hiperinflacionista, previamente corrigidas dos efeitos da inflação por meio de índices que refletem as variações gerais dos preços.

As diferenças de conversão verificadas, tanto nos elementos do balanço como do resultado, são referidas, na parte pertencente ao Grupo, nos seus capitais próprios sob a rubrica “diferenças de conversão” e na parte dos terceiros sob a rubrica “Interesses minoritários”. Por aplicação da opção oferecida pela norma IFRS 1, o Grupo procedeu, por transferência para as reservas consolidadas, à colocação a zero do conjunto das diferenças de conversão em parte do Grupo e em Interesses minoritários no balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2004.

Em caso de liquidação ou de cedência de toda ou parte da participação detida numa empresa situada fora da zona euro levando à mudança da natureza do investimento (perda de controlo, de influência notável ou de controlo conjunto), a diferença de conversão acumulada existente no seio dos capitais próprios na data de liquidação ou de cedência é registada em resultado.

Em caso de variação de percentagem de juros que não altere a natureza do investimento, a diferença de conversão é realocada entre a parte do Grupo e os interesses minoritários se a entidade é integrada globalmente; no caso de uma empresa associada ou de uma co-empresa, é registado em resultado para a fração aferente à participação cedida.

1.b.4 Reagrupamentos de empresas e avaliação dos goodwill

Reagrupamento de empresas

Os reagrupamentos de empresas são contabilizados de acordo com o método de aquisição.

Segundo este método, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos recuperados da entidade adquirida são contabilizados pelo valor de mercado ou seu equivalente, determinado na data de aquisição, à exceção dos ativos não correntes classificados como ativos detidos com vista à venda, que são contabilizados pelo valor de mercado líquido dos custos de saída.

Os eventuais passivos da entidade adquirida só são contabilizados no balanço consolidado na medida em que são representativos de uma obrigação atual na data de tomada de controlo e em que o valor de mercado pode ser estimado de forma fiável.

O custo de aquisição é igual ao valor de mercado ou seu equivalente, na data de troca dos ativos entregues, dos passivos incorridos ou assumidos ou dos instrumentos de capitais próprios emitidos para obter o controlo da sociedade adquirida. Os custos diretamente aferentes à operação reagrupamento constituem uma transação separada do reagrupamento e são registados em resultado.

Os complementos de preços eventuais são integrados desde a tomada de controlo no custo de aquisição pelo seu valor de mercado na data de aquisição. As variações ulteriores de valor dos complementos de preços eventuais qualificados de passivos financeiros são registadas em resultado.

O Grupo dispõe de um prazo de doze meses após a data de aquisição para finalizar a contabilização do reagrupamento de empresas considerado.

O goodwill, ou sobrevalor, corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a quota-parte de interesse do adquirente no valor de mercado ou o seu equivalente dos ativos, passivos e passivos identificáveis na data da aquisição. Nesta data, esta diferença é inscrita no ativo do adquirente se for positiva, e é contabilizada imediatamente em resultado se for negativa. Os interesses minoritários são então avaliados pela sua quota-parte pelo justo valor dos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida. Contudo, o Grupo pode igualmente optar, para cada reagrupamento de empresas, por avaliar os interesses minoritários pelo seu justo valor, uma fração do goodwill assim determinada sendo-lhes então afetada. O Grupo nunca escolheu, até à data, esta opção.

Os goodwills são registados na moeda funcional da sociedade adquirida e são convertidas à cotação de câmbio em vigor na data de fecho.

Na data de tomada de controlo de uma entidade, a eventual quota-parte anteriormente detida nesta última é reavaliada pelo seu valor de mercado em contrapartida da demonstração de resultados. Quando um reagrupamento de empresa foi realizado por meio de várias transações de troca (aquisição por etapas), a diferença de aquisição é determinada por referência ao valor de mercado na data de tomada de controlo.

Tendo em conta que a aplicação da norma IFRS 3 revista é prospetiva, os reagrupamentos de empresas realizados antes de 1 de janeiro de 2010 não voltaram a ser devido aos efeitos das revisões da norma IFRS 3.

Por aplicação da exceção oferecida pela norma IFRS 1, os reagrupamentos de empresas que intervieram antes de 1 de janeiro de 2004 e contabilizados de acordo com as regras contabilísticas francesas prevalecendo naquela época, não voltaram a ser tratados segundo os princípios da norma IFRS 3.

Avaliação dos goodwills

O grupo BNP Paribas procede regularmente a testes de depreciação dos goodwills.

Conjunto homogéneo de áreas de atividade

O Grupo repartiu o conjunto das suas atividades em « conjuntos homogéneos de áreas⁽¹⁾ ». Esta repartição, operada de forma coerente com o modo de organização e de gestão das áreas de intervenção do Grupo, considera em simultâneo o carácter independente dos resultados gerados e o modo de gestão e de direção destes conjuntos. Esta repartição é regularmente revista de modo a considerar os eventos suscetíveis de terem uma consequência sobre a composição dos conjuntos homogéneos de atividades (operações de aquisição e de cedência, reorganização importante, etc.).

Testes de depreciação de um conjunto homogéneo de áreas de intervenção

Testes de depreciação consistindo em assegurar que os goodwills afetados a cada conjunto homogéneo de áreas de intervenção não são atingidos por uma depreciação duradoura são efetuados quando aparece um risco de depreciação duradouro, e em todo o caso uma vez por ano. O valor contabilístico do conjunto homogéneo de áreas de intervenção é então comparado com o seu valor recuperável. No caso em que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico, procede-se a uma depreciação irreversível do goodwill igual à diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável do conjunto homogéneo considerado.

(1) O termo atribuído aos conjuntos homogéneos de áreas de intervenção pela norma IAS 36 é o de «Unidade Geradora de Tesouraria».

Valor recuperável de um conjunto homogêneo de áreas de intervenção

O valor recuperável de um conjunto homogêneo de atividades é definido como o valor mais elevado entre o seu valor de mercado e o seu valor de uso.

O valor de mercado corresponde ao montante suscetível de ser obtido da cessão do conjunto homogêneo de atividade nas condições de mercado que prevalecem na data da avaliação. As referências ao mercado são essencialmente constituídas pelos preços observados no momento de transações recentes sobre entidades comparáveis ou então estabelecidas em relação a múltiplos bolsistas de empresas comparáveis cotadas.

O valor de uso assenta numa estimacão dos fluxos futuros realizados pelo conjunto homogêneo de áreas de intervenção tais como resultam dos planos previsionais estabelecidos anualmente pelos responsáveis dos conjuntos homogêneos e aprovados pela Direção Geral do Grupo, e das análises de evolução a longo prazo do posicionamento relativo das atividades visadas no seu mercado. Estes fluxos são atualizados a uma taxa que reflete o nível de rendimento esperado por um investidor para o tipo de atividade e na zona geográfica visados.

1.c ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

1.c.1 Créditos

A categoria «Empréstimos concedidos e créditos» inclui os créditos concedidos pelo Grupo, as participações do Grupo nos créditos sindicados, e os créditos adquiridos não cotados num mercado ativo, quando não são detidos para fins de transação. Os empréstimos concedidos cotados num mercado ativo são incluídos na categoria «Ativos financeiros disponíveis para venda» e valorizados em conformidade com as regras que se aplicam a esta categoria.

Os empréstimos concedidos e créditos são contabilizados inicialmente pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, que é, regra geral, o montante líquido pago na origem, e compreende os custos de originação diretamente imputáveis à operação assim como algumas comissões recebidas (comissões de participação e de compromisso, despesas de processo), analisadas como um ajustamento do rendimento efetivo do empréstimo concedido.

Os empréstimos concedidos e créditos são posteriormente avaliados pelo custo amortizado, e os juros, assim como os custos de transação e comissões incluídos no valor inicial dos créditos concedidos concorrem para a formação do resultado destas operações sobre a duração do crédito calculado segundo o método da taxa de juro efetiva.

As comissões recebidas sobre compromissos de financiamento prévios à implementação de um crédito são diferidas, e depois integradas no valor do crédito no momento da sua atribuição.

As comissões recebidas sobre compromissos de financiamento cuja probabilidade de estes darem lugar à tiragem de um empréstimo concedido é fraca, ou cujas utilizações são aleatórias no tempo e no seu montante, são repartidas linearmente sobre a duração do compromisso.

1.c.2 Contratos de poupança e de empréstimos concedidos regulamentados

As contas poupança-habitacão (CPH) e os planos de poupança-habitacão (PPH) são produtos de poupança regulamentados pelos poderes públicos, destinados aos particulares. Estes associam uma fase de poupança e uma fase de crédito, indissociavelmente ligadas, a fase de crédito sendo contingente à fase de poupança.

Estes produtos incluem dois tipos de compromissos para o Grupo, que se comprometeu, por um lado, a remunerar a poupança, por um período indeterminado, a uma taxa de juro fixa no momento da abertura do contrato pelos poderes públicos para os PPH ou a uma taxa fixada de novo a cada semestre em função de uma fórmula de indexacão fixada pela lei para as CPH e, por outro lado, a emprestar ao cliente, se este o solicitar, por um montante em função dos direitos adquiridos durante a fase de poupança, a uma taxa fixada no momento da abertura do contrato para os PPH ou a uma taxa em função da fase de poupança para os contratos de CPH.

Os compromissos futuros do Grupo relativos a cada geracão – os PPH com taxa idêntica à abertura formando uma geracão, e as CPH formando para o seu conjunto, uma geracão – são medidos por atualizacão dos resultados potenciais futuros associados aos capitais em risco da geracão considerada.

Os ativos em risco são estimados com base numa análise dos históricos dos comportamentos clientela, e correspondem:

- para a fase do crédito, aos ativos estatisticamente prováveis para os créditos, assim como aos ativos de crédito já implementados;
- para a fase de poupança, à diferença entre os ativos estatisticamente prováveis e os ativos mínimos esperados; os ativos mínimos esperados sendo assimiláveis a depósitos a prazo certos.

Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase de poupança são estimados pela diferença entre a taxa de substituição e a taxa fixa de remuneracão da poupança sobre o ativo em risco de poupança do período considerado. Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase crédito são estimados pela diferença entre a taxa de refinanciamento e a taxa fixa de remuneracão dos créditos sobre o ativo em risco de crédito do período considerado.

As taxas de investimento de poupança e as taxas de refinanciamento dos créditos são deduzidos da curva de taxas de swap e das margens esperadas sobre instrumentos financeiros de natureza e de maturidade comparáveis. As margens são determinadas a partir daquelas observadas sobre os créditos à habitacão com taxa fixa para a fase de crédito, e daquelas observadas sobre os produtos de seguro de vida em euro para a fase de poupança. Para traduzir a incerteza sobre as evoluções potenciais das taxas e as suas consequências sobre os comportamentos futuros modelizados dos clientes e sobre os ativos em risco, os compromissos são estimados por aplicacão do método dito Monte-Carlo.

Quando a soma algébrica da medida dos compromissos futuros sobre a fase de poupança e sobre a fase de crédito de uma mesma geracão de contratos traduz uma situacão potencialmente desfavorável para o Grupo, é constituída uma provisão, sem compensacão entre as geracões, e registada sob a rubrica “Provisões para riscos e encargos” do balanço. As variações desta provisão são registadas na demonstracão de resultados em “Proveitos e encargos de juros e assimilados».

1.c.3 Títulos

Categorias de títulos

Os títulos detidos pelo Grupo podem ser classificados em quatro categorias.

Ativos financeiros com valor de mercado por resultado

A categoria dos «Ativos financeiros com valor de mercado por resultado» inclui :

- os ativos financeiros alvo de operações de negócio (operações ditas de transação) ;
- os ativos financeiros que o Grupo escolheu discricionariamente contabilizar e avaliar pelo valor de mercado por resultado desde a origem, em conformidade com a opção oferecida pela norma IAS 39 e cujas condições são lembradas no parágrafo 1.c.10.

Os títulos classificados nesta categoria são inicialmente contabilizados pelo seu valor de mercado, as despesas das transações sendo diretamente contabilizadas na demonstração de resultados. Na data de liquidação, são avaliados pelo seu valor de mercado e as variações deste, fora rendimentos corridos dos títulos de rendimento fixo, são apresentadas, assim como os dividendos dos títulos de rendimento variável e as mais e menos-valias de cedência realizadas, sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidas sobre os instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado” da demonstração de resultados.

Os rendimentos recebidos dos títulos de rendimento fixo classificados nesta categoria são apresentados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados.

A avaliação do risco de contrapartida sobre estes títulos está compreendida no seu valor de mercado.

Empréstimos concedidos e créditos

Os títulos de rendimento fixo ou determinável, não cotados num mercado ativo, diferentes daqueles para os quais o portador pode não recuperar a totalidade do seu investimento inicial por razões diferentes da deterioração do crédito, são classificados em «Empréstimos concedidos e créditos» quando não respondem às condições de classificação em ativos financeiros em valor de mercado por resultado. Estes são contabilizados e avaliados tal como indicado no parágrafo 1.c.1.

Ativos financeiros detidos até ao vencimento

A categoria dos “Ativos financeiros detidos até ao vencimento” inclui os títulos de rendimento fixo ou determinável, de vencimento fixo, que o Grupo tem a intenção e a capacidade de deter até ao seu vencimento. As operações de cobertura contra o risco de taxa de juro eventualmente implementada nesta categoria de títulos não são elegíveis à contabilidade de cobertura definida pela norma IAS 39.

Os títulos classificados nesta categoria são contabilizados pelo custo amortizado segundo o método da taxa de juro efetiva, que integra a amortização dos prémios e descontos correspondentes à diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso destes títulos assim como as despesas de aquisição dos títulos se estas são significativas. Os rendimentos recebidos sobre estes títulos são apresentados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A categoria dos “Ativos financeiros disponíveis para venda” inclui os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável que não dependem das duas categorias anteriores.

Os títulos classificados nesta categoria são inicialmente contabilizados pelo seu valor de mercado, despesas de transação incluídas quando estas são significativas. Na data de liquidação, são avaliados pelo seu valor de mercado e as variações deste, fora rendimentos corridos, apresentados sob a rubrica específica dos capitais próprios. No momento da cessão dos títulos, estes proveitos ou perdas latentes anteriormente contabilizados em capitais próprios são verificados na demonstração de resultados sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidas sobre ativos disponíveis para venda». O mesmo sucede em caso de depreciação.

Os rendimentos contabilizados segundo o método da taxa de juro efetiva sobre os títulos de rendimento fixo desta categoria são apresentados no agregado “Juros e proveitos assimilados” da demonstração de resultados. Os dividendos recebidos sobre os títulos de rendimento variável são apresentados no agregado “Proveitos e perdas líquidas sobre ativos financeiros disponíveis para venda” quando o direito do Grupo a recebê-los está estabelecido.

Operações de pensões e de empréstimos concedidos/contraiados de títulos

Os títulos cedidos temporariamente no caso de um acordo de recompra ficam contabilizados no balanço do Grupo na sua carteira de origem. O passivo correspondente é contabilizado sob a rubrica “Débitos” apropriada, à exceção das operações com acordo de recompra iniciadas pelas atividades de negócio do Grupo, para as quais o passivo correspondente é contabilizado em “Passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Os títulos adquiridos temporariamente no caso de acordo de recompra não são contabilizados no balanço do Grupo. O crédito correspondente é contabilizado sob a rubrica “Empréstimos concedidos e créditos”, à exceção das operações com acordo de recompra iniciadas pelas atividades de negócio do Grupo, para as quais o crédito correspondente é contabilizado em “Ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

As operações de empréstimos concedidos de títulos não dão lugar ao Desreconhecimento dos títulos emprestados e as operações de empréstimos contraídos não dão lugar ao reconhecimento no balanço dos títulos contraídos em empréstimo, à exceção dos casos em que os títulos contraídos em empréstimo são a seguir cedidos pelo Grupo. Neste caso, a obrigação de entregar os títulos no vencimento do empréstimo contraído é materializada por um passivo financeiro apresentado no balanço sob a rubrica “Passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Data de reconhecimento das operações sobre títulos

Os títulos em valor de mercado por resultado ou classificados em ativos financeiros detidos até ao vencimento ou em ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados na data de negociação.

As operações de cedência temporária de títulos (quer sejam contabilizadas pelo seu justo valor pelo resultado, em empréstimos concedidos e créditos ou em débitos) assim como as vendas de títulos contraídos em empréstimo são contabilizadas inicialmente na data de pagamento entrega.

Estas operações são mantidas no balanço até à extinção dos direitos do Grupo a receber os fluxos ligados a estas ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e

vantagens também ligados a estas.

1.c.4 Operações em divisas

O modo de registo contabilístico e de avaliação do risco de câmbio inerente aos ativos e aos passivos concorrendo para as operações em divisas feitas pelo Grupo depende do carácter monetário ou não monetário destes ativos e dos seus passivos.

Ativos e passivos monetários⁽¹⁾ expressos em divisas

Os ativos e passivos monetários expressos em divisas são convertidos na moeda funcional da entidade visada do Grupo durante o fecho. As diferenças de câmbio são contabilizadas em resultado, à exceção das diferenças de câmbio relativas a instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura de resultados futuros ou de cobertura de investimento em divisas que são, neste caso, contabilizadas em capitais próprios.

Ativos não monetários expressos em divisas

Os ativos não monetários podem ser contabilizados pelo custo histórico ou pelo valor de mercado. Os ativos não monetários expressos em divisas são numa primeira fase avaliados de acordo com o câmbio do dia da transação e numa segunda fase avaliados de acordo com o câmbio que prevalece na data de fecho.

As diferenças de câmbio relativas aos ativos não monetários expressos em divisas e contabilizadas pelo valor de mercado (títulos de rendimento variável) são verificadas em resultado quando o ativo é classificado na rubrica "Ativos financeiros pelo valor de mercado por resultado" e em capitais próprios quando o ativo é classificado na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda", a menos que o ativo financeiro não seja designado como elemento coberto a título do risco de câmbio numa relação de cobertura de valor, as diferenças de câmbio sendo então contabilizadas em resultado.

1.c.5 Depreciação e reestruturação dos ativos financeiros

Depreciações sobre empréstimos concedidos e créditos e sobre ativos financeiros detidos até ao vencimento, provisões sobre compromissos de financiamento e de garantia

São constituídas depreciações sobre os créditos e sobre os ativos financeiros detidos até ao vencimento desde que exista uma indicação objetiva de perda de valor ligada a um evento ocorrido posteriormente à implementação do empréstimo concedido ou à aquisição do ativo, quer este evento afete os fluxos de tesouraria futuros no seu quantum ou o seu calendário e que as suas consequências possam ser estimadas de forma fiável. A análise da eventual existência de uma depreciação é conduzida em primeiro lugar a nível individual depois a nível de uma carteira. As provisões relativas aos compromissos de financiamento e de garantia dados pelo Grupo seguem princípios análogos, tendo em conta para os compromissos de financiamento a sua probabilidade de tiragem.

A nível individual, constitui nomeadamente uma indicação objetiva de perda de valor todo o dado observável e aferente aos eventos seguintes:

- a existência de dívidas pendentes há pelo menos três meses (6 meses para os créditos imobiliários e os créditos às coletividades locais);
- o conhecimento ou a observação de dificuldades financeiras significativas da contrapartida de tal modo que é possível concluir a existência de um risco confirmado, quer tenha sido verificada ou não uma dívida pendente;

- as concessões consentidas no fim dos créditos, que não o teriam sido na ausência de dificuldades financeiras do tomador do crédito (cf. secção « Reestruturação dos ativos classificados na categoria « Empréstimos concedidos e créditos »).

A depreciação é medida como a diferença entre o valor contabilístico antes da depreciação e o valor, atualizado à taxa de juro efetiva de origem do ativo das componentes julgadas cobráveis (principal, juros, garantias...). As modificações de valor dos ativos assim depreciados são registadas na demonstração de resultados, na rubrica "Custo do risco". Qualquer reapreciação posterior devido a uma causa objetiva ocorrida após a depreciação é verificada pela demonstração de resultados, igualmente na rubrica "Custo do risco". A partir da depreciação do ativo, a rubrica "Juros e proveitos assimilados" da demonstração de resultados regista a remuneração teórica do valor líquido contabilístico do ativo calculado à taxa de juro efetiva de origem utilizada para atualizar os fluxos julgados cobráveis.

A depreciação de um empréstimo concedido ou de um crédito é a maior parte das vezes registada numa conta de provisão distinta que vem reduzir o valor de origem do crédito registado no ativo. As provisões aferentes a um instrumento financeiro registado em extra patrimoniais, um compromisso de financiamento ou de garantia, ou ainda um litígio, são inscritas no passivo. Um crédito depreciado é registado no todo ou em parte em perdas e a sua provisão recuperada até completar a perda quando todas as vias de recurso oferecidas ao banco foram esgotadas para recuperar os constituintes do crédito assim como as garantias ou quando este foi alvo de um abandono total ou parcial.

As contrapartidas não depreciadas individualmente são alvo de uma análise do risco por carteiras homogéneas, que se apoia no sistema de notação interno do Grupo fundado em dados históricos, ajustados se necessário para ter em conta circunstâncias prevalecendo na data da liquidação. Esta análise permite identificar os grupos de contrapartidas que, tendo em conta eventos ocorridos desde a realização dos créditos, atingiram coletivamente uma probabilidade de incumprimento uma vez chegada à maturidade que fornece uma indicação objetiva da perda de valor sobre o conjunto da carteira, sem que esta perda de valor possa ser nessa fase atribuída individualmente às diferentes contrapartidas compondo a carteira. Esta análise fornece igualmente uma estimação das perdas aferentes às carteiras visadas tendo em conta a evolução do ciclo económico sobre o período analisado. As modificações de valor da depreciação de carteira são registadas na demonstração de resultados, na rubrica "Custo do risco".

O exercício do julgamento experiente das áreas de intervenção ou da Direção dos Riscos pode motivar a verificação pelo Grupo das provisões coletivas adicionais a título de um sector económico ou de uma zona geográfica afetados por eventos económicos excecionais; o que pode suceder quando as consequências desses eventos não puderam ser medidas com a precisão necessária para ajustar os parâmetros que servem para determinar a provisão coletiva sobre as carteiras homogéneas não especificamente depreciadas.

(1) Os ativos e passivos monetários correspondem aos ativos e aos passivos que devem ser recebidos ou pagos por um montante em numerário determinado ou determinável.

Depreciação dos ativos financeiros disponíveis para venda

Os “ativos financeiros disponíveis para venda”, essencialmente compostos por títulos, são depreciados individualmente por contrapartida da demonstração de resultados quando existe uma indicação objetiva de depreciação duradoura resultando de um ou vários eventos ocorridos desde a aquisição.

Tratando-se de títulos de rendimento variável cotados num mercado ativo, o dispositivo de controlo permite identificar as participações suscetíveis de serem depreciadas duradouramente mediante os dois critérios seguintes: a descida significativa da cotação abaixo do valor de aquisição ou o tempo ao longo do qual uma menos-valia latente é observada, a fim de proceder a uma análise qualitativa complementar individual. Esta pode conduzir à constituição de uma provisão, então determinada com base na cotação.

Além dos critérios de identificação, o Grupo definiu três critérios de depreciação, um fundado na descida significativa da cotação do título considerando como significativa uma descida da cotação superior a 50% do valor de aquisição, outro fundado na observação de uma menos-valia latente sobre dois anos consecutivos, e o último associando uma menos-valia latente de pelo menos 30 % com uma duração de observação de um ano, em média. A duração de dois anos é considerada pelo Grupo como o período necessário para que uma descida moderada da cotação abaixo do preço de compra possa ser considerada como não sendo unicamente o efeito da volatilidade aleatória inerente aos mercados bolsistas nem da variação cíclica sobre um período de vários anos afetando estes mercados mas um fenómeno duradouro justificando uma depreciação.

É aplicado um método similar para os títulos de rendimento variável não cotados num mercado ativo. A depreciação eventual é então determinada com base no valor de modelo.

Para os títulos de rendimento fixo, os critérios de depreciação são os mesmos que os aplicados às depreciações dos empréstimos concedidos e créditos a nível individual. Para os títulos cotados num mercado ativo, a depreciação é determinada com base na cotação, para os outros com base no valor de modelo.

A depreciação de um título de rendimento variável é registada no seio do resultado líquido bancário sob a rubrica « Proveitos ou perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda » e só pode ser recuperada em demonstração de resultados, se tal for o caso, na data de cedência do título. Além disso, qualquer descida ulterior do valor de mercado constitui uma depreciação reconhecida em resultado.

É verificada uma depreciação constituída sobre um título de rendimento fixo em “Custo do risco” e pode ser retomada em demonstração de resultados quando o valor de mercado do título aumentou de novo devido a uma causa objetiva ocorrida posteriormente à última depreciação.

Reestruturação dos ativos classificados na categoria « Empréstimos concedidos e créditos »

Uma reestruturação motivada por dificuldades financeiras do mutuário de um ativo classificado na categoria « Empréstimos concedidos e créditos » define-se como uma modificação dos termos e condições da transação inicial que o Grupo apenas considera por motivos económicos ou jurídicos ligados às dificuldades financeiras do mutuário, e tal como resulta, uma menor obrigação do cliente, medida ao valor atual, para com o Grupo relativamente aos termos e condições da transação antes da reestruturação.

No momento da reestruturação, o ativo reestruturado é alvo de um desconto para trazer o seu valor contabilístico ao montante atualizado à taxa de juros de origem efetiva do ativo dos novos fluxos esperados.

A modificação em baixa de valor do ativo é registada na demonstração de resultados, na rubrica « Custo do risco ».

Quando a reestruturação consiste numa troca parcial ou total contra outros ativos substancialmente diferentes, traduz-se na extinção do (cf. nota 1.c.14) e pelo reconhecimento dos ativos entregues em troca, avaliados pelo seu valor de mercado, à data da troca. A diferença de valor constatado aquando desta troca é registada na demonstração de resultados, na rubrica « Custo do risco ».

1.c.6 Reclasseificações de ativos financeiros

As reclasseificações de ativos financeiros possíveis são as seguintes:

- da categoria « Ativos financeiros em valor de mercado por resultado », para um ativo financeiro não derivado que já não é detido com vista a ser vendido num futuro próximo:
 - para a categoria « empréstimos concedidos e créditos » desde que responda a esta definição na data da reclasseificação e que o Grupo tenha a intenção e a capacidade de o deter num futuro previsível ou até ao seu vencimento;
 - para as outras categorias desde que circunstâncias excecionais o justifiquem e desde que os ativos transferidos respeitem as condições aplicáveis à carteira de entrada;
- da categoria « ativos financeiros disponíveis para venda » : para a categoria « empréstimos concedidos e créditos » de acordo com as mesmas condições que aquelas definidas acima para os « ativos financeiros em valor de mercado por resultado » ;
 - para a categoria « ativos financeiros detidos até ao vencimento », para os ativos apresentando um vencimento ou « ativos financeiros pelo custo » para os ativos de rendimento variável não cotados.

As reclasseificações efetuam-se pelo valor de mercado ou de modelo do instrumento financeiro na data da reclasseificação. Os derivados incorporados nos ativos financeiros transferidos são, se tal for o caso, contabilizados de maneira separada e as variações de valor levadas ao resultado

Posteriormente à reclasseificação, os ativos são contabilizados de acordo com as disposições aplicáveis à carteira de acolhimento, o preço de transferência na data da reclasseificação constituindo o custo inicial do ativo para a determinação das eventuais depreciações.

No caso de reclasseificação da categoria « ativos financeiros disponíveis para venda » para outra categoria, os lucros ou perdas anteriormente verificados em capitais próprios são amortizados pelo resultado sobre o período de vida residual do instrumento utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As revisões em alta dos fluxos estimados recuperáveis serão contabilizadas enquanto ajustamento da taxa de juro efetiva a contar da data de mudança de estimação. As revisões em queda traduzir-se-ão por um ajustamento do valor contabilístico do ativo financeiro.

1.c.7 Débitos emitidos representados por um título

Os instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo são qualificados de instrumentos de débitos se existe uma obrigação contratual para a sociedade do Grupo emissora destes instrumentos de entregar numerário ou um ativo financeiro ao detentor dos títulos. O mesmo sucede nos casos em que o Grupo pode ser obrigado a trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade com condições potencialmente desfavoráveis, ou liquidar um número variável das suas próprias ações.

Os débitos emitidos representados por um título são registados na origem pelo seu valor de emissão incluindo as despesas de transação, depois são avaliados pelo seu custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As obrigações reembolsáveis ou convertíveis em ações próprias são consideradas como instrumentos híbridos incluindo em simultâneo uma componente dívida e uma componente capitais próprios, determinadas durante a contabilização inicial da operação.

1.c.8 Ações próprias e derivados sobre ações próprias

O termo “ações próprias” designa as ações da empresa consolidante BNP Paribas SA e das suas filiais consolidadas por integração global.

As ações próprias detidas pelo Grupo são levadas em dedução dos capitais próprios consolidados seja qual for o objetivo da sua detenção e os resultados aferentes são eliminados da demonstração de resultados consolidados.

As ações emitidas pelas filiais do Grupo controladas de forma exclusiva sendo assimiladas às ações emitidas pela empresa consolidante, quando o Grupo readquire os títulos emitidos por essas filiais, a diferença entre o preço de aquisição e a quota-parte de ativo líquido comprado é registada nas reservas consolidadas, parte do Grupo. Da mesma forma, o valor da dívida, assim como as suas variações, representativo de opções de venda consentidas, se tal for o caso, aos acionistas minoritários dessas filiais, é imputado aos interesses minoritários e, se não os houver, às reservas consolidadas, parte do Grupo. Enquanto essas opções não são exercidas, os resultados ligados aos interesses minoritários são afetados aos interesses minoritários na demonstração de resultados consolidados. A incidência de uma descida da percentagem de interesse do Grupo numa filial consolidada por integração global, é tratada contabilisticamente como um movimento dos capitais próprios.

Os derivados sobre ações próprias são considerados, segundo o seu modo de realização:

- quer como instrumentos de capitais próprios se a realização é feita por entrega física de um número fixo de ações próprias contra um montante fixo de tesouraria ou outro ativo financeiro; estes instrumentos derivados não são nesse caso reavaliados;
- quer como derivados se a realização é feita em numerário ou à escolha pela entrega física de ações próprias ou a entrega de numerário. As variações de valor destes instrumentos são neste caso registadas em resultado.

Além disso, se o contrato contém uma obrigação, mesmo que seja apenas eventual, de recompra pelo banco das suas próprias ações, o valor presente do débito é contabilizado pela contrapartida dos capitais próprios.

1.c.9 Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Todos os instrumentos derivados são contabilizados no balanço à data da negociação pelo seu preço de transação. Na data de liquidação, estes são reavaliados pelo seu valor de mercado.

Derivados detidos para fins de transação

Os derivados detidos para fins de transação são contabilizados no balanço no posto “Ativos e passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado”. Estes são contabilizados em ativos financeiros quando o valor de mercado é positivo, em passivos financeiros quando é negativo.

Os proveitos e perdas realizados e latentes são contabilizados na demonstração de resultados em “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados concluídos no âmbito de relações de cobertura são designados em função do objetivo prosseguido.

A cobertura de valor é nomeadamente utilizada para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa fixa, tanto para instrumentos financeiros identificados (títulos, emissões, empréstimos concedidos, empréstimos contraídos) como para carteiras de instrumentos financeiros (depósitos à vista e créditos com taxa fixa nomeadamente).

A cobertura de resultados futuros é nomeadamente utilizada para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos com taxa variável, incluindo a sua renovação, e o risco de câmbio dos rendimentos futuros altamente prováveis em divisas.

Aquando da realização da relação de cobertura, o Grupo estabelece uma documentação formalizada: designação do instrumento ou da porção de instrumento ou de risco coberto, estratégia e natureza do risco coberto, designação do instrumento de cobertura, modalidades de avaliação da eficácia da relação de cobertura.

Em conformidade com esta documentação, o Grupo avalia, no momento da sua realização e no mínimo trimestralmente, a eficácia retrospectiva e prospetiva das relações de cobertura implantadas. Os testes de eficácia retrospectivos têm por objetivo assegurar que a relação entre as variações efetivas de valor ou de resultado dos derivados de cobertura e as dos instrumentos cobertos se situem entre 80 e os 125%. Os testes prospetivos têm por objetivo assegurar que as variações de valor ou de resultado dos derivados esperadas ao longo da duração de vida residual da cobertura compensam de forma adequada as dos instrumentos cobertos. Relativamente às transações altamente prováveis, o seu carácter aprecia-se nomeadamente através da existência de históricos sobre transações similares.

Por aplicação da norma IAS 39 adotada pela União europeia (excluindo certas disposições relativas à contabilidade de cobertura de uma carteira), são utilizadas relações de cobertura de valor do risco de taxa de juro com base em carteira de ativos ou de passivos. Neste âmbito:

- o risco designado como estando coberto é o risco de taxa de juro associado à componente de taxa interbancária incluído na taxa das operações comerciais de créditos à clientela, de poupança e de depósitos à vista;
- os instrumentos reputados cobertos correspondem, para cada banda de maturidade, a uma fração da posição constitutiva dos impasses associados aos subjacentes cobertos;
- os instrumentos de cobertura são unicamente swaps de taxa simples;
- a eficácia das coberturas é assegurada prospetivamente pelo facto de todos os derivados na data da sua realização deverem ter por efeito de reduzir o risco de taxa de juro da carteira de subjacentes cobertos. Retrospectivamente, estas coberturas devem ser desqualificadas quando os subjacentes que estão especificamente associados a estas em cada banda de maturidade se tornam insuficientes (devido aos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos ou a levantamentos de depósitos).

Os princípios de contabilização dos derivativos e dos instrumentos cobertos dependem da estratégia de cobertura.

No caso de uma relação de cobertura de valor, os derivativos são reavaliados no balanço pelo seu valor de mercado por contraparte da demonstração de resultados no posto “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado”, simetricamente à reavaliação dos instrumentos cobertos para o risco considerado. No balanço, a reavaliação da componente coberta é contabilizada quer em conformidade com a classificação do instrumento coberto no caso de uma relação de cobertura de ativos ou de passivos identificados, quer no posto “Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa” no caso de uma relação de cobertura de carteira.

Em caso de interrupção da relação de cobertura ou quando esta já não satisfaz os testes de eficácia, os derivativos de cobertura são transferidos em carteira de transações e contabilizados segundo os princípios aplicáveis a esta categoria. No caso de instrumentos de taxa de juro identificados inicialmente cobertos, o montante de reavaliação inscrito no balanço sobre estes instrumentos é amortizado pela taxa de juro efetiva durante a sua duração de vida residual. No caso de carteiras de instrumentos de taxa de juro inicialmente cobertas em taxa, este ajustamento é amortizado linearmente sobre o período residual em relação à duração inicial da cobertura. Se os elementos cobertos já não constam do balanço, devido nomeadamente a reembolsos antecipados, este montante é imediatamente levado à demonstração de resultados.

No caso de uma relação de cobertura de resultados futuros, os derivativos são reavaliados no balanço em valor de mercado em contrapartida de uma linha específica dos capitais próprios “Proveitos e perdas latentes ou diferidos”. Os montantes inscritos em capitais próprios durante a duração de vida da cobertura são transferidos em resultado sob a rubrica “Proveitos e encargos de juros” à medida que os elementos de resultado do instrumento coberto afetam o resultado. Os instrumentos cobertos ficam contabilizados em conformidade com as regras específicas à sua categoria contabilística.

Em caso de interrupção da relação de cobertura ou quando esta já não satisfaz os testes de eficácia, os montantes acumulados inscritos em capitais próprios a título da reavaliação do derivativo de cobertura são mantidos em capitais próprios até que a transação coberta afete ela mesma o resultado ou quando é determinado que esta não se realizará. Estes montantes são então transferidos em resultado.

Em caso de desaparecimento do elemento coberto, os montantes acumulados inscritos em capitais próprios são imediatamente verificados em resultado.

Seja qual for a estratégia de cobertura escolhida, a ineficácia da cobertura é contabilizada na demonstração de resultados em “Proveitos e perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo valor de mercado por resultado».

As coberturas dos investimentos líquidos em divisas realizadas em filiais e sucursais são contabilizadas da mesma forma que as coberturas de resultados futuros. Os instrumentos de cobertura podem ser derivativos de câmbio ou qualquer instrumento financeiro não derivado.

Derivados incorpóreos

Os derivativos incorporados em instrumentos financeiros compostos são extraídos do valor do instrumento que os contém e contabilizados separadamente como instrumento derivado quando o instrumento composto não é contabilizado no posto “Ativos e passivos financeiros pelo valor de mercado por resultado” e quando as características económicas e os riscos do instrumento derivado incorporado não são estritamente ligados aos do contrato anfitrião.

1.c.10 Determinação do valor de mercado

Os ativos e passivos financeiros da categoria “valor de mercado por resultado” e os ativos da categoria “Ativos financeiros disponíveis para venda” são avaliados e contabilizados pelo seu valor de mercado, na data de primeira contabilização, como na data de avaliação ulterior. Este corresponde ao montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo anulado, entre partes bem informadas, concordantes, e agindo em condições de concorrência normal. No momento da sua contabilização inicial, o valor de um instrumento financeiro é normalmente o preço de negociação (a saber o valor da contrapartida paga ou recebida).

O valor de mercado é determinado:

- quer a partir de preços cotados num mercado ativo;
- quer a partir de uma técnica de valorização recorrendo a:
 - metódos de cálculo matemáticos fundados em teorias financeiras reconhecidas, e
 - parâmetros cujo valor é determinado, para alguns, a partir dos preços dos instrumentos tratados em mercados ativos e para outros, a partir de estimações estatísticas ou outros métodos quantitativos, devido à ausência de mercado ativo.

A determinação do carácter ativo ou não de um mercado, apoia-se nos indicadores tais como a descida significativa do volume das transações para um instrumento idêntico ou similar, a rarefação dos valores restituídos pelas empresas de serviço, a forte dispersão dos preços disponíveis entre os diferentes intervenientes de mercado ou a antiguidade dos preços proveniente de transações observadas.

Utilização de preços cotados num mercado ativo

Quando estão disponíveis preços cotados num mercado ativo, estes são retidos pela determinação do valor de mercado. Trata-se de preços diretamente cotados para instrumentos idênticos.

Utilização de modelos para a valorização dos instrumentos financeiros não cotados

A maioria dos derivativos à vista é tratada em mercados ativos. A sua valorização é operada por modelos comumente admitidos (método de atualização dos cash-flows futuros, modelo de Black and Scholes, técnicas de interpolação) e fundados sobre preços de mercado cotados de instrumentos ou de subjacentes similares.

Alguns instrumentos financeiros, apesar de não serem tratados sobre mercados ativos, são valorizados de acordo com métodos fundados sobre parâmetros observáveis nos mercados.

Os modelos utilizam parâmetros de mercado calibrados a partir de dados observáveis tais como as curvas de taxa, as camadas de volatilidade implícita das opções, as taxas de incumprimento e hipóteses de perdas.

A valorização oriunda dos modelos é ajustada por forma a ter em conta riscos de liquidez e de crédito. Assim, a partir das valorizações produzidas com base numa cotação mediana de mercado, um ajustamento de cotação permite valorizar a posição líquida de cada instrumento financeiro pela cotação compradora para as posições vendedoras ou pela cotação vendedora para as posições compradoras. A cotação compradora reflete o preço pelo qual uma contraparte compraria o instrumento financeiro; a cotação vendedora reflete o preço pelo qual uma contraparte venderia o mesmo instrumento.

Do mesmo modo, para refletir a qualidade de crédito dos instrumentos derivados, é integrado um ajustamento para risco de contraparte na valorização resultante dos modelos.

A margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros valorizados de acordo com métodos fundados em parâmetros observáveis é imediatamente contabilizada em resultado.

Outros instrumentos financeiros complexos, pouco líquidos, são valorizados com técnicas desenvolvidas pela empresa e fundadas em parâmetros, em todo ou parte, não observáveis nos mercados ativos.

Na ausência de parâmetros observáveis, estes instrumentos são então valorizados, no momento da sua contabilização inicial, de modo a refletir o preço da transação que é considerado como o melhor indicador do valor de mercado. A valorização oriunda destes modelos é ajustada para permitir ter em conta riscos de liquidez, de crédito e de modelo.

A margem realizada aquando da negociação destes instrumentos financeiros complexos ("day one profit"), é diferida e repartida em resultado sobre a duração de não observabilidade antecipada dos parâmetros de valorização. Quando os parâmetros não observáveis na origem o ficam ou quando a valorização pode ser justificada por comparação com a de transações recentes e similares operadas num mercado ativo, a parte da margem ainda não reconhecida é então contabilizada em resultado.

Por fim, no caso particular das ações não cotadas, o valor de mercado das ações não cotadas é determinado por comparação com a ou as transações mais recentes observadas sobre o capital da empresa visada, realizadas com um terceiro independente e em condições normais de mercado. Na ausência de tal referência, a valorização é operada a partir de técnicas comumente utilizadas (múltiplos de EBIT ou de EBITDA), ou com base na quota-parte de ativo líquido pertencente ao grupo calculada a partir das informações disponíveis mais recentes.

1.c.11 Ativos e passivos financeiros contabilizados em valor de mercado por resultado sobre opção

Os ativos e passivos financeiros podem ser designados em valor de mercado por resultado nos casos seguintes:

- quando se trata de instrumentos financeiros compostos incluindo um ou vários derivados incorporados que de outra forma deveriam ser extraídos e contabilizados em separado;
- quando a utilização desta opção permite eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na avaliação e a contabilização dos ativos e passivos que de outra forma resultariam da sua classificação em categorias contabilísticas distintas;
- quando o grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido e avaliado com base no seu valor de mercado, em conformidade com uma estratégia de gestão e de investimento devidamente documentada.

1.c.12 Rendimentos e encargos relativos aos ativos e passivos financeiros

Os rendimentos e os encargos relativos aos instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado e pelos ativos de rendimento fixo classificados em "Ativos financeiros disponíveis para venda" são contabilizados na demonstração de resultados utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa de atualização que assegura a identidade entre o valor atualizado dos fluxos de tesouraria futuros sobre a duração de vida do instrumento financeiro ou, consoante o caso, sobre uma duração de vida mais curta, e o montante inscrito no balanço. O cálculo desta taxa leva em consideração comissões recebidas ou pagas e fazendo por natureza parte integrante da taxa efetiva do contrato, dos custos de transação e dos prémios e descontos.

O Grupo regista no resultado os proveitos e encargos de comissões sobre prestações de serviços em função da natureza das prestações às quais estas correspondem. As comissões consideradas como um complemento de juro fazem parte integrante da taxa de juro efetiva e são contabilizadas na demonstração de resultados em "Proveitos e encargos de juro e assimilados". As comissões remunerando a execução de um ato importante são contabilizadas na demonstração de resultados integralmente aquando da execução deste ato, sob a rubrica "Comissões" assim como as comissões remunerando um serviço contínuo que são tidas em conta sobre a duração da prestação fornecida.

As comissões recebidas no quadro dos compromissos de garantia financeira são reputadas representar o valor de mercado inicial do compromisso. O passivo daí resultante é posteriormente amortizado durante o compromisso, em produtos de comissões no seio do Resultado Líquido Bancário.

Os custos externos diretamente atribuíveis a uma emissão de ações novas, são deduzidos dos capitais próprios líquidos de qualquer imposto aferente a esta.

1.c.13 Custo do risco

O custo do risco inclui a título do risco de crédito as dotações e recuperações de provisões para depreciação dos títulos de rendimento fixo e dos empréstimos concedidos e créditos à clientela e a estabelecimentos de crédito, as dotações e recuperações relativas aos compromissos de financiamento e de garantia concedidos, as perdas sobre créditos incobráveis e as recuperações sobre créditos amortizados. São igualmente contabilizadas em custo do risco as depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contraparte de instrumentos financeiros negociados à vista assim como os encargos ligados às fraudes e aos litígios inerentes à atividade de financiamento.

1.c.14 Desreconhecimento de ativos ou passivos financeiros

O Grupo desreconhece todo ou parte de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de tesouraria do ativo expiram ou quando o Grupo transferiu os direitos contratuais de receber os fluxos de tesouraria do ativo financeiro e quase a totalidade dos riscos e das vantagens ligados à propriedade deste ativo. Se o conjunto destas condições não está reunido, o Grupo mantém o ativo no seu balanço e regista um passivo representando as obrigações resultantes da transferência do ativo.

O Grupo desreconhece todo ou parte de um passivo financeiro quando todo ou parte deste passivo está extinto.

1.c.15 Compensação dos ativos e dos passivos financeiros

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e um saldo líquido é apresentado no balanço se, e apenas se, o Grupo tiver um direito juridicamente executório de compensar os montantes contabilizados e se tencionar ou pagar o montante líquido ou realizar o ativo e pagar o passivo simultaneamente.

As operações com acordo de recompra entregues e de derivados tratadas com câmaras de compensação cujos princípios de funcionamento respondem aos dois critérios exigidos pela norma são objeto de uma compensação no balanço.

1.d NORMAS CONTABILÍSTICAS PRÓPRIAS DAS ATIVIDADES DE SEGUROS

Os princípios contabilísticos e as regras de avaliação próprias dos ativos e passivos gerados pelos contratos de seguro e os contratos financeiros com uma cláusula de participação de carácter discricionário emitidos pelas companhias de seguros consolidadas são estabelecidos em conformidade com a norma IFRS 4 e mantidos nas contas consolidadas do Grupo.

Os outros ativos detidos e passivos emitidos pelas companhias de seguros seguem as regras comuns a todos os ativos e passivos do Grupo e são apresentados nos postos de mesma natureza do balanço e da demonstração de resultados consolidados.

1.d.1 Ativos

Os ativos financeiros e as imobilizações seguem os modos de contabilização já descritos, à exceção das partes de SCI, suportes de contratos em unidades de conta, que são valorizadas na data de liquidação pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, sendo as suas variações contabilizadas na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros representando as provisões técnicas aferentes aos contratos em unidades de conta são assim apresentados em “Ativos financeiros pelo justo valor por resultado” e avaliados na data de liquidação pelo valor de realização dos suportes de referência.

1.d.2 Passivos

Os compromissos para com subscritores e beneficiários dos contratos vêm referidos no posto “Provisões técnicas das companhias de seguros”, e reúnem os passivos dos contratos de seguros submetidos a um imprevisto aleatório de seguro significativo (mortalidade, invalidez...) e contratos financeiros incluindo uma cláusula discricionária de participação nos lucros, aos quais se aplica a norma IFRS 4. A cláusula de participação discricionária outorga aos subscritores de contratos de seguro de vida o direito de receberem, além da remuneração garantida, uma quota-parte dos resultados financeiros realizados.

Os passivos relativos aos outros contratos financeiros, que dependem da norma IAS 39, são contabilizados no posto «Débitos com a clientela».

Os passivos dos contratos em unidades de conta são avaliados por referência ao valor de mercado ou o seu equivalente dos ativos servindo de suporte a estes contratos na data de liquidação.

As provisões técnicas das filiais de seguro de vida são principalmente constituídas pelas provisões matemáticas que correspondem, geralmente, ao valor de reavaliação dos contratos.

As garantias propostas cobrem principalmente o risco de morte (seguro temporário, rendas vitalícias, reembolso de empréstimos contraídos ou garantias mínimas dos contratos em unidades de conta) assim como em seguro dos mutuários, a invalidez, a incapacidade de trabalho e a falta de emprego. O controlo destes riscos é obtido graças à utilização de tabelas de mortalidade adaptadas (tabelas certificadas pelos beneficiários dos rendimentos), à seleção médica mais ou menos puxada consoante as garantias outorgadas, ao bom conhecimento estatístico das populações seguradas assim como aos programas de resseguro.

Em seguro que não de vida, provisões para prémios não adquiridos (frações de prémios emitidos correspondendo aos exercícios futuros) e para sinistros a pagar são constituídas incluindo os encargos de gestão.

Na data de fecho, é realizado um teste de suficiência passiva: o nível das provisões técnicas é comparado com o valor médio, oriundo dos cálculos estocásticos, dos fluxos de tesouraria. O eventual ajustamento das provisões técnicas é verificado no resultado do período. A reserva de capitalização dotada nas contas sociais devido à venda de valores mobiliários amortizáveis, no intuito de diferir uma parte das mais-valias líquidas realizadas para manter o rendimento atuarial da carteira constituída em representação dos compromissos para com os segurados, é, no essencial, reclassificada em provisão para participação nos lucros diferida passiva nas contas consolidadas do Grupo, a parte registada nos capitais próprios dando lugar à constatação de um imposto diferido passivo.

Esta provisão compreende igualmente a provisão para participação diferida, resultante da aplicação da “contabilidade reflexo”: esta representa a quota-parte dos segurados, principalmente das filiais de seguro de vida em França, nas mais e menos-valias latentes sobre os ativos quando a remuneração dos contratos está ligada ao seu rendimento. Esta quota-parte é uma média oriunda de cálculos estocásticos sobre as mais e menos-valias latentes atribuídas aos assegurados no âmbito dos cenários estudados.

Em caso de existência de uma menos-valia latente líquida sobre os ativos entrando no campo de aplicação da «contabilidade reflexo», verifica-se uma participação diferida ativa para o montante cuja imputação sobre participações nos lucros futuros dos segurados é fortemente provável. A apreciação da recuperabilidade desta participação diferida ativa é efetuada de maneira prospetiva, tendo em conta participações nos lucros diferidos passivos contabilizadas, mais-valias sobre ativos financeiros não verificadas nas contas devido às opções escolhidas para a sua contabilização (ativos financeiros detidos até ao vencimento e investimentos imobiliários avaliados pelo custo) e a capacidade e a intenção da empresa de deter os investimentos em menos-valia latente. A participação nos lucros diferida ativa é contabilizada de maneira simétrica à dos ativos correspondentes e apresentada no ativo do balanço no posto «contas de regularização e ativos diversos».

1.d.3 Demonstração de resultados

Os proveitos e encargos contabilizados no âmbito dos contratos de seguro emitidos pelo Grupo são apresentados na demonstração de resultados sob as rubricas “Proveitos das outras atividades” e “Encargos das outras atividades».

Os outros proveitos e encargos são apresentados sob as rubricas relativas a estes. Assim, as variações da provisão para participação nos lucros são apresentadas nos mesmos agregados que os resultados sobre os ativos que as geram.

1.e IMOBILIZAÇÕES

As imobilizações inscritas no balanço do Grupo incluem as imobilizações corpóreas e incorpóreas de exploração assim como os imóveis de investimento.

As imobilizações de exploração são utilizadas para fins de produção de serviços, ou administrativas. Estas incluem os bens outros que imobiliários, cedidos em aluguer simples.

Os imóveis de investimento são bens imobiliários detidos para daí retirar rendas e valorizar o capital investido.

As imobilizações são registadas pelo seu custo de aquisição acrescido das despesas diretamente atribuíveis, e dos custos de empréstimo contraído incorridos quando a colocação em serviço das imobilizações é antecedida de um longo período de construção ou de adaptação.

Os softwares desenvolvidos internamente, quando preenchem os critérios de imobilização, são imobilizados pelo seu custo direto de desenvolvimento que inclui as despesas externas e os encargos com o pessoal diretamente afetáveis ao projeto.

Após contabilização inicial, as imobilizações são avaliadas pelo seu custo diminuído do acumulado das amortizações e das perdas eventuais de valor, à exceção das partes de SCI, suportes de contratos de seguros em unidades de conta, que são valorizadas em data de liquidação pelo seu valor de mercado ou o seu equivalente, as variações desta sendo contabilizadas na demonstração de resultados.

O montante amortizável de uma imobilização é determinado após dedução do seu valor residual. Apenas os bens concedidos em locação simples são reputados ter um valor residual, a duração de uso das imobilizações de exploração sendo geralmente igual à duração de vida económica esperada do bem.

As imobilizações são amortizadas segundo o modo linear sobre a duração de utilidade esperada do bem para a empresa. As dotações às amortizações são contabilizadas sob a rubrica “Dotações às amortizações e provisões para depreciação das imobilizações corpóreas e incorpóreas” da demonstração de resultados.

Quando uma imobilização é composta por vários elementos podendo ser alvo de substituição em intervalos regulares, com utilizações diferentes ou procurando vantagens económicas segundo um ritmo diferente, cada elemento é contabilizado separadamente e cada um dos componentes é amortizado de acordo com um plano de amortização que lhe é próprio. A abordagem por componentes foi escolhida para os imóveis de exploração e de investimento.

As durações de amortização escolhidas para os imóveis de escritórios são de 80 e 60 anos para a estrutura dos imóveis de prestígio e os outros imóveis respetivamente, 30 anos para as fachadas, 20 anos para as instalações gerais e técnicas e 10 anos para as remodelações.

Os softwares são amortizados, consoante a sua natureza, sobre durações não excedendo 8 anos para os desenvolvimentos de infraestruturas e 3 anos ou 5 anos para os desenvolvimentos essencialmente ligados à produção de serviços prestados à clientela.

Os custos de manutenção dos softwares são registados em encargos na demonstração de resultados quando estes são incorridos. Em compensação, as despesas que participam na melhoria das funcionalidades do software ou contribuem para alongar a sua duração de vida são inscritas em aumento do custo de aquisição ou de confeção inicial.

As imobilizações amortizáveis são alvo de um teste de depreciação quando na data de fecho, são identificados eventuais índices de perdas de valor. As imobilizações não amortizáveis são alvo de um teste de depreciação pelo menos uma vez por ano sob o modelo daquele efetuado para os sobrevalores afetados aos conjuntos homogéneos de áreas de intervenção.

Se existe um tal índice de depreciação, o novo valor cobrável do ativo é comparado com o valor líquido contabilístico da imobilização. Em caso de perda de valor, uma depreciação é verificada em demonstração de resultados. A depreciação é retomada em caso de modificação da estimativa do valor cobrável ou de desaparecimento dos índices de depreciação. As depreciações são contabilizadas sob a rubrica “Dotações às amortizações e provisões para depreciação das imobilizações corpóreas e incorpóreas” da demonstração de resultados.

As mais ou menos-valias de cedência das imobilizações de exploração são registadas na demonstração de resultados sob a rubrica “Proveitos líquidos sobre outros ativos imobilizados».

As mais ou menos-valias de cessão dos imóveis de investimento são registadas na demonstração de resultados sob a rubrica “Resultados das outras atividades” ou “Encargos das outras atividades».

1.f CONTRATOS DE LOCAÇÃO

As diferentes sociedades do Grupo podem ser o locatário ou o locador.

1.f.1 A empresa do Grupo é o locador

Os contratos de locação consentidos pelo Grupo são analisados em contratos de locação financeira (locação financeira e outros) ou em contratos de locação simples.

Contratos de locação financeira

Num contrato de locação financeira, o locador transfere para o locatário o essencial dos riscos e vantagens do ativo. Este analisa-se como um financiamento concedido ao locatário para a compra de um bem.

O valor atual dos pagamentos devidos no âmbito do contrato, acrescido se tal for o caso do valor residual, é registado como um débito. O rendimento líquido da operação para o proprietário ou o arrendatário corresponde ao montante de juros do empréstimo concedido e é registado na demonstração de resultados sob a rubrica “Juros e proveitos assimilados”. As rendas recebidas são repartidas sobre a duração do contrato de locação financeira imputando-as em amortização do capital e em juros para que o rendimento líquido represente uma taxa de rentabilidade constante sobre o ativo residual. A taxa de juro aplicada é a taxa de juro implícita do contrato.

As provisões verificadas nestes empréstimos concedidos e créditos, quer se trate de provisões individuais ou de provisões de carteira, seguem as mesmas regras que aquelas descritas para aos empréstimos concedidos e créditos.

Contratos de locação simples

Um contrato de locação simples, é um contrato pelo qual o essencial dos riscos e vantagens do ativo alugado não é transferido para o locatário.

O bem é contabilizado no ativo do proprietário em imobilizações e amortizado linearmente sobre o período de locação. A amortização do bem efetua-se fora do valor residual enquanto que as rendas são contabilizadas em resultado na sua totalidade de forma linear sobre a duração do contrato de locação. Estas rendas e estas dotações às amortizações são registadas na demonstração de resultados nas linhas «Proveitos das outras atividades» e «Encargos das outras atividades».

1.f.2 A empresa do Grupo é locatária

Os contratos de locação concluídos pelo Grupo são analisados em contratos de locação financeira (leasing e outros) ou em contratos de locação simples.

Contratos de locação financeira

Um contrato de locação financeira é considerado como um bem adquirido pelo locatário e financiado por um empréstimo contraído. O ativo alugado é contabilizado pelo seu valor de mercado no ativo do balanço do locatário ou, se este for inferior, pelo seu valor atualizado dos pagamentos mínimos a título do contrato de locação determinado à taxa de juro implícita do contrato. Em contrapartida, um débito financeiro de um montante igual ao valor de mercado da imobilização ou ao valor atualizado dos pagamentos mínimos é verificado no passivo do locatário. O bem é amortizado segundo o mesmo método que aquele aplicável às imobilizações detidas por conta própria, após ter deduzido do seu preço de aquisição a estimação do seu valor residual. O prazo de utilização retido é a duração de vida útil do ativo. O débito financeiro é contabilizado ao custo amortizado.

Contratos de locação simples

O bem não é contabilizado no ativo do locatário. Os pagamentos efetuados no âmbito dos contratos de locação simples são linearmente registados na demonstração de resultados durante o período de aluguer.

1.g ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E ATIVIDADES ABANDONADAS

Quando o Grupo decide vender ativos não correntes, e quando é altamente provável que esta venda venha a ocorrer nos dozes meses seguintes, estes ativos são apresentados separadamente no balanço no posto "Ativos não correntes destinados a serem cedidos". Os passivos eventualmente ligados a estes são apresentados separadamente no posto "Débitos ligados aos ativos não correntes destinados a serem cedidos».

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos não correntes e grupos de ativos e de passivos são avaliados pelo seu valor contabilístico mais baixo e pelo seu justo valor minorado dos custos de venda.

Os ativos visados deixam de ser amortizados. Em caso de perda de valor verificada num ativo ou um grupo de ativos e de passivos, é verificada uma depreciação em resultado. As perdas de valor contabilizadas neste âmbito são reversíveis.

Além disso, quando um grupo de ativos e de passivos destinado à venda constitui um conjunto homogéneo de áreas de intervenção, é qualificado de atividade abandonada. As atividades abandonadas incluem em simultâneo as atividades destinadas a serem cedidas, as atividades paradas, assim como as filiais adquiridas exclusivamente numa perspetiva de revenda.

O conjunto das perdas e lucros relativos a estas operações é apresentado separadamente na demonstração de resultados, na linha "Resultado líquido de imposto das atividades paradas ou em via de cessão", que inclui os resultados líquidos após imposto da atividade, o resultado líquido após imposto ligado à sua avaliação pelo valor de mercado minorado dos custos de venda, e o resultado líquido após imposto da cessão da atividade.

1.h VANTAGENS COM BENEFÍCIOS PARA O PESSOAL

As vantagens consentidas ao pessoal do Grupo são classificadas em quatro categorias:

- as vantagens a curto prazo, tais como os salários, os subsídios anuais, o interesse, a participação, os acréscimos;
- as vantagens a longo prazo, que incluem as licenças com vencimento e os prémios ligados à antiguidade, certas remunerações diferidas pagas em numerário;
- as indemnizações de fim de contrato de trabalho;
- as vantagens posteriores ao emprego, constituídas nomeadamente em França pelos complementos de reforma bancária, e os prémios de fim de carreira, e no estrangeiro por regimes de reforma, alguns apoiados por fundos de pensões.

Vantagens a curto prazo

A empresa contabiliza um encargo quando esta utilizou os serviços prestados pelos membros do pessoal em contrapartida das vantagens que lhes foram consentidas.

Vantagens a longo prazo

As vantagens a longo prazo designam as vantagens, diferentes das vantagens posteriores ao emprego e as indemnizações de fim de contrato de trabalho, que não são devidas integralmente nos doze meses a seguir ao fim do exercício durante o qual os membros do pessoal prestaram os serviços correspondentes. São nomeadamente visadas as remunerações diferidas de mais de doze meses pagas em numerário e não indexadas sobre a cotação da ação BNP Paribas, que são provisionadas nas contas do exercício ao qual correspondem.

O método de avaliação atuarial é similar ao que se aplica às vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas, mas as diferenças atuariais são imediatamente contabilizadas tal como o efeito ligado a eventuais modificações de regime.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

As indemnizações de fim de contrato de trabalho resultam da vantagem concedida aos membros do pessoal, aquando da rescisão pelo Grupo do contrato de trabalho antes da idade legal da reforma, ou da decisão de membros do pessoal de sair voluntariamente em troca de uma indemnização. As indemnizações de fim de contrato de trabalho exigíveis mais de doze meses após a data de fecho são alvo de uma atualização.

Vantagens posteriores ao emprego

Em conformidade com os princípios geralmente admitidos, o Grupo distingue os regimes de descontos definidos e os regimes de prestações definidas.

Os regimes qualificados de "regimes de descontos definidos" não são representativos de um compromisso para a empresa e não são alvo de qualquer provisão. O montante dos descontos incorridos durante o exercício é verificado em encargos.

Apenas os regimes qualificados de "regimes de prestações definidas" são representativos de um compromisso a cargo da empresa que dá lugar a avaliação e provisionamento.

A classificação numa ou noutra destas categorias apoia-se na substância económica do regime para determinar se o Grupo é impelido ou não, pelas cláusulas de uma convenção ou por uma obrigação implícita, de assegurar as prestações prometidas aos membros do pessoal.

As vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas são objeto de avaliações atuariais tendo em conta hipóteses demográficas e financeiras.

O montante provisionado do compromisso é determinado utilizando as hipóteses atuariais escolhidas pela empresa e aplicando o método das unidades de crédito projetadas. Este método de avaliação considera um certo número de parâmetros tais como hipóteses demográficas, de saídas antecipadas, de aumentos dos salários e taxa de atualização e de inflação. O valor dos ativos eventuais de cobertura é a seguir deduzido do montante do compromisso.

Quando o montante dos ativos de cobertura excede o valor do compromisso, é contabilizado um ativo se for representativo de uma vantagem económica futura para o Grupo tomando a forma de uma economia de descontos futuros ou de um reembolso esperado de uma parte dos montantes pagos ao regime.

A medida da obrigação resultante de um regime e do valor dos seus ativos de cobertura pode evoluir fortemente de um exercício para o outro em função de mudanças de hipóteses atuariais e provocar diferenças atuariais. O Grupo aplica a metodologia dita “do corredor” para contabilizar as diferenças atuariais sobre estes compromissos. Este método autoriza a só reconhecer, a partir do exercício seguinte e de forma repartida sobre a duração residual média da atividade dos membros do pessoal, a fração das diferenças atuariais que excede o mais elevado dos dois valores seguintes: 10% do valor atualizado da obrigação bruta ou 10% do valor de mercado dos ativos de cobertura do regime no fim do exercício anterior.

Na data da primeira aplicação, o Grupo optou pela exceção oferecida pela norma IFRS 1 permitindo provisionar por levantamento nos capitais próprios em 1 de janeiro de 2004 o conjunto das diferenças atuariais ainda não amortizadas nessa data.

As consequências das modificações de regimes relativos aos serviços passados são reconhecidas em resultado sobre a duração de aquisição completa dos direitos sobre os quais incidiram as ditas modificações.

O encargo anual contabilizado em encargos com o pessoal no âmbito dos regimes com prestações definidas é representativo dos direitos adquiridos durante o período por cada trabalhador correspondente ao custo dos serviços prestados, do custo financeiro ligado à atualização dos compromissos, do proveito esperado dos investimentos, da amortização das diferenças atuariais e dos custos dos serviços passados resultantes das eventuais modificações de regimes, assim como das consequências das reduções e das liquidações eventuais de regimes.

1.i PAGAMENTO À BASE DE AÇÕES

Os pagamentos à base de ações são constituídos pelos pagamentos fundados sobre ações emitidas pelo Grupo, quer sejam resolvidos pela entrega de ações ou por um pagamento em numerário cujo montante depende da evolução do valor das ações.

A norma IFRS 2 prescreve que se contabilize um encargo representativo destes pagamentos à base de ações outorgados após a 7 de novembro de 2002; o montante deste encargo correspondendo ao valor da remuneração à base de ações concedido ao trabalhador.

O BNP Paribas concede aos seus empregados planos de opções de subscrição, remunerações diferidas pagas em ações da empresa ou em

numerário indexadas sobre o valor da ação, e oferece-lhes a possibilidade de subscreverem ações da empresa emitidas para este efeito com um desconto ligado a um período de inaccessibilidade das ações subscritas.

Planos de atribuição de opções de subscrição de ações (stock options) e ações gratuitas

O encargo aferente aos planos atribuídos é repartido sobre o período de aquisição dos direitos, na medida em que a obtenção da vantagem está submetida a uma condição de presença.

Este encargo, inscrito nos encargos com o pessoal, cuja contrapartida aparece nos capitais próprios, é calculado com base no valor global do plano, determinado na data de atribuição pelo Conselho de administração.

Na ausência de mercado para estes instrumentos, são utilizados modelos financeiros de valorização tomando em consideração, se tal for o caso, as condições de desempenho relativo à ação BNP Paribas. O encargo total do plano é determinado multiplicando o valor unitário da opção ou da ação gratuita atribuída pelo número estimado de opções adquiridas no fim do período de aquisição dos direitos tendo em conta as condições de presença dos beneficiários.

Apenas as hipóteses relativas à saída dos beneficiários e às condições de desempenho que não estão ligadas ao valor do título BNP Paribas são alvo de uma nova estimativa durante o período de aquisição dos direitos e dão lugar a um reajustamento do encargo.

Remunerações variáveis diferidas pagas em numerário indexadas à cotação da ação

Estas remunerações são contabilizadas nos encargos dos exercícios durante os quais o assalariado presta os serviços correspondentes.

Quando o pagamento à base de ações das remunerações variáveis diferidas é explicitamente submetido a uma condição de aquisição ligada à presença, presume-se que os serviços foram recebidos no período de aquisição e o encargo de remuneração correspondente está inscrito, proporcionalmente ao tempo sobre este período, em encargos com o pessoal em contrapartida de um débito. O encargo é revisto para ter em conta a não realização das condições de presença ou de desempenho, e da variação do valor do título BNP Paribas.

Na ausência de condição de presença, o encargo é verificado, sem alargamento, por contrapartida de um débito que é depois novamente estimado a cada fecho em função das eventuais condições de desempenho e da variação de valor do título BNP Paribas, e isto até ao seu pagamento.

Oferta de subscrição ou de compra de ações proposta aos assalariados no quadro do Plano Poupança Empresa

As subscrições ou compras de ações propostas aos funcionários com um desconto em relação ao preço médio de mercado durante um determinado período no âmbito do Plano Poupança Empresa não incluem período de aquisição dos direitos mas são agravadas de uma interdição legal de ceder as ações durante um período de 5 anos o qual é considerado na valorização, em diminuição da vantagem concedida aos empregados. Esta vantagem é portanto medida como a diferença, na data de anúncio do plano aos assalariados, entre o valor de mercado da ação adquirida tendo em conta a condição de inaccessibilidade e o preço de aquisição pago pelo empregado, transitado para o número de ações efetivamente adquiridas.

O custo de inaccessibilidade durante 5 anos das ações adquiridas é equivalente ao de uma estratégia consistindo, por um lado, em vender a prazo os títulos subscritos durante o aumento de capital reservado aos funcionários e, por outro lado, em comprar a prazo no mercado um número equivalente de ações BNP Paribas financiando-as com um empréstimo reembolsado ao fim de 5 anos pelo produto da venda a prazo. A taxa do empréstimo contraído é a que seria consentida, a um ator do mercado solicitando um empréstimo pessoal ordinário não afetado reembolsável dentro de 5 anos e apresentando um perfil de risco médio. A valorização do preço de venda a prazo da ação é determinada com base em parâmetros de mercado.

1.j PROVISÕES DE PASSIVO

As provisões registadas no passivo do balanço do Grupo, diferentes daquelas relativas aos instrumentos financeiros, aos compromissos sociais e aos contratos de seguros, dizem respeito principalmente às provisões para reestruturação, litígios, multas, penalidades e riscos fiscais.

É constituída uma provisão quando é provável que haja necessidade de uma saída de recursos representativa para extinguir uma obrigação resultante de um evento passado e quando o montante da obrigação pode ser estimado de modo fiável. O montante desta obrigação é atualizado para determinar o montante da provisão, desde que esta atualização apresente um carácter significativo.

1.k IMPOSTO CORRENTE E DIFERIDO

O encargo de imposto sobre o lucro exigível é determinado com base nas regras e taxas em vigor em cada país de implantação das empresas do Grupo para o período ao qual se referem os resultados.

São contabilizados impostos diferidos quando existem diferenças temporais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos do balanço e os seus valores fiscais.

São reconhecidos passivos de impostos diferidos para todas as diferenças temporais tributáveis à exceção:

- das diferenças temporais tributáveis geradas pela contabilização inicial de um goodwill;
- das diferenças temporais tributáveis relativas aos investimentos nas empresas sob controlo exclusivo e controlo conjunto, na medida em que o Grupo é capaz de controlar a data à qual a diferença temporal se inverterá e que é provável que esta diferença temporal não se inverta num futuro previsível.

São verificados ativos de impostos diferidos para todas as diferenças temporais dedutíveis e as perdas fiscais transitáveis na medida em que é provável que a entidade visada disporá de lucros tributáveis futuros sobre os quais estas diferenças temporais e estas perdas fiscais poderão ser imputadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são avaliados segundo o método de transição variável sobre a taxa de imposto cuja aplicação é presumida sobre o período durante o qual o ativo será realizado ou o passivo pago, com base nas taxas de imposto e regulamentações fiscais que foram adotados ou o serão antes da data de fecho do período. Não são alvo de uma atualização.

Os impostos diferidos ativos ou passivos são compensados quando têm a sua origem no seio de um mesmo grupo fiscal, dependem da mesma autoridade fiscal, e quando existe um direito legal de compensação.

Os impostos exigíveis e diferidos são contabilizados como um produto ou um encargo de imposto na demonstração de resultados, à exceção daqueles referentes aos proveitos e perdas latentes sobre os ativos disponíveis para venda e às variações de valor dos instrumentos derivados designados em cobertura de resultados futuros, para os quais os impostos diferidos correspondentes são imputados sobre os capitais próprios.

Os créditos de imposto sobre rendimentos de créditos e de carteiras de títulos, quando estes são efetivamente utilizados como pagamento do imposto sobre as sociedades devido relativamente ao exercício, são contabilizados na mesma rubrica que os resultados aos quais estão ligados. O encargo de imposto correspondente é mantido na rubrica «Imposto sobre os lucros» da demonstração de resultados.

1.l QUADROS DOS FLUXOS DE TESOURARIA

O saldo das contas de tesouraria e assimilados é constituído pelos saldos líquidos das contas de caixa, bancos centrais, CCP assim como os saldos líquidos dos empréstimos concedidos e empréstimos contraídos à vista junto dos estabelecimentos de crédito.

As variações da tesouraria gerada pela atividade operacional registam os fluxos de tesouraria gerados pelas atividades do grupo, incluindo aqueles relativos aos imóveis de investimento, aos ativos financeiros detidos até ao vencimento e títulos de débitos negociáveis.

As variações da tesouraria ligadas às operações de investimento resultam dos fluxos de tesouraria ligados às aquisições e às cedências de filiais, empresas associadas ou em jointventure consolidadas assim como aqueles ligados às aquisições e às cedências de imobilizações, fora imóveis de investimento e imóveis dados em locação simples.

As variações da tesouraria ligadas às operações de financiamento compreendem os encaixes e desembolsos provenientes das operações com os acionistas e os fluxos ligados às dívidas subordinadas e obrigacionistas, e débitos representados por um título (exceto títulos de débitos negociáveis).

1.m UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige responsáveis das áreas de intervenção e das funções, bem como a formulação de hipóteses e a realização de estimativas que se traduzem na determinação dos proveitos e dos encargos na demonstração de resultados como na avaliação dos ativos e passivos do balanço e na confeção das notas anexas relativas a estes. Este exercício supõe que os gestores ajuízem e utilizem as informações disponíveis à data de elaboração das Demonstrações financeiras para proceder às estimativas necessárias. Os futuros resultados definitivos das operações para as quais os gestores recorreram a estimativas podem com evidência revelar-se diferentes destas nomeadamente em função de condições de mercado diferentes e terem um efeito significativo sobre as Demonstrações financeiras.

Assim é em particular o caso:

- das depreciações levadas a cabo para cobrir os riscos inerentes às atividades de intermediação bancária;
- do uso de modelos internos para a valorização das posições sobre instrumentos financeiros que não são cotados em mercados ativos;
- do cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros não cotados classificados em “Ativos disponíveis para venda” ou em “Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado” no ativo ou no passivo e, mais geralmente, do cálculo dos valores de mercado dos instrumentos financeiros para os quais esta informação deve ser colocada nas notas anexas das Demonstrações financeiras;
- do carácter ativo ou não de um mercado para utilizar uma técnica de valorização;
- das depreciações de ativos financeiros de rendimento variável classificados na categoria «disponíveis para venda» ;

- dos testes de depreciação efetuados sobre os ativos incorpóreos;
- da pertinência da qualificação de certas coberturas de resultado por instrumentos financeiros derivados e da medida da eficácia das estratégias de cobertura;
- da estimativa do valor residual dos ativos alvo de operações de locação financeira ou de locação simples e mais geralmente dos ativos amortizados dedução feita do seu valor residual estimado;
- da determinação das provisões destinadas a cobrir os riscos de perdas e encargos.

O mesmo sucede no respeitante às hipóteses escolhidas para apreciar a sensibilidade de cada tipo de risco de mercado, assim como a sensibilidade das valorizações aos parâmetros não observáveis.

Nota 2 NOTAS RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2012

2.a MARGEM DE JUROS

O grupo BNP Paribas apresenta, sob as rubricas “Juros e proveitos assimilados” e “Juros e encargos assimilados”, a remuneração determinada segundo o método da taxa de juro efetiva (juros, comissões e encargos) dos instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, assim como a remuneração dos instrumentos financeiros em valor de mercado que não correspondem à definição de um instrumento derivado. A variação de valor calculada sem juros corridos sobre estes instrumentos financeiros em

valor de mercado por resultado é contabilizada sob a rubrica “Proveitos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros pelo seu justo valor por resultado».

Os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura de valor de mercado são apresentados com os rendimentos dos elementos para a cobertura dos riscos para os quais estes contribuem. Da mesma forma, os proveitos e encargos de juros sobre os derivados de cobertura económica das operações designadas em valor de mercado por resultado são ligados às rubricas que registam os juros destas operações.

Em milhões de euros	Exercício 2012			Exercício 2011		
	Proveitos	Encargos	Líquido	Proveitos	Encargos	Líquido
Operações com a clientela	29 093	(9 375)	19 718	29 146	(8 740)	20 406
Contas e empréstimos concedidos/contraidos	27 622	(9 246)	18 376	27 424	(8 388)	19 036
Operações com acordo de recompra	21	(79)	(58)	61	(203)	(142)
Operações de locação financeira	1 450	(50)	1 400	1 661	(149)	1 512
Operações interbancárias	1 719	(2 562)	(843)	2 102	(2 621)	(519)
Contas e empréstimos concedidos/contraidos	1 645	(2 281)	(636)	1 905	(2 274)	(369)
Operações com acordo de recompra	74	(281)	(207)	197	(347)	(150)
Empréstimos emitidos pelo Grupo	-	(3 445)	(3 445)	-	(4 025)	(4 025)
Instrumentos de cobertura de resultados futuros	2 849	(2 477)	372	2 903	(2 535)	368
Instrumentos de cobertura das carteira cobertos em taxa	2 146	(3 577)	(1 431)	1 519	(2 712)	(1 193)
Carteira de instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado	2 293	(1 295)	998	4 518	(2 510)	2 008
Carteira de títulos de rendimento fixo	1 438	-	1 438	2 435	-	2 435
Empréstimos concedidos/contraidos	207	(360)	(153)	357	(528)	(171)
Operações com acordo de recompra	648	(814)	(166)	1 726	(1 776)	(50)
Títulos de dívida	-	(121)	(121)	-	(206)	(206)
Ativos disponíveis para venda	5 889	-	5 889	6 268	-	6 268
Ativos detidos até ao vencimento	487	-	487	668	-	668
TOTAL DOS PROVEITOS E ENCARGOS DE JUROS OU ASSIMILADOS	44 476	(22 731)	21 745	47 124	(23 143)	23 981

O total dos proveitos de juros sobre créditos que foi alvo de uma depreciação individual ascende a 610 milhões de euros para o exercício 2012 contra 554 milhões de euros para o exercício 2011.

2.b COMISSÕES

Os proveitos e encargos de comissões relativos aos instrumentos financeiros que não são avaliados pelo valor de mercado por resultado ascenderam respetivamente a 3 258 milhões e 601 milhões de euros

para o exercício 2012, contra um proveito de 3 583 milhões de euros e um encargo 596 milhões de euros para o exercício 2011.

Os proveitos líquidos de comissões aferentes às atividades de fidúcia e assimiladas que motivam o Grupo a deter ou a aplicar ativos em nome da clientela, de fidúcias, de instituições de pensões e de previdência ou outras instituições ascenderam a 2 298 milhões de euros para o exercício 2012, contra 2 454 milhões de euros para o exercício 2011.

2.c PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO

Os proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado cobrem os elementos de resultado

aférentes aos instrumentos financeiros geridos no seio de uma carteira de transações e aos instrumentos financeiros que o Grupo designou como avaliáveis em valor de mercado por resultado, incluindo os dividendos, e à exceção dos rendimentos e encargos de juros apresentados na "margem de juros" (nota 2.a).

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Carteira de transação	5 505	952
Instrumento de débito	2 066	(297)
Instrumento de capital	3 132	455
Outros instrumentos financeiros derivados	307	806
Operações com acordo de recompra	-	(12)
Instrumentos avaliados em valor de mercado sobre opção	(2 818)	2 891
Dos quais efeito de reavaliação dos débitos imputável ao risco emissor do Grupo BNPP (nota 5.a)	(1 617)	1 190
Incidência da contabilidade de cobertura	16	(117)
Instrumentos financeiros de cobertura de valor	258	(1 989)
Componentes cobertas dos instrumentos financeiros que foram alvo de uma cobertura de valor	(242)	1 872
Reavaliação das posições de câmbio	609	7
TOTAL	3 312	3 733

Os proveitos líquidos das carteiras de transação incluem, por um valor negligenciável relativamente aos exercícios 2012 e 2011, a ineficácia ligada às coberturas de resultados futuros.

2.d PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO AVALIADOS EM VALOR DE MERCADO

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Empréstimos concedidos e créditos, títulos de rendimento fixo ⁽¹⁾	839	(408)
Mais ou menos-valias líquidas de cessão	839	(408)
Ações e outros títulos de rendimento variável	785	688
Proveitos de dividendos	515	453
Encargos de depreciação	(465)	(731)
Mais valias líquidas de cessão	735	966
TOTAL	1 624	280

(1) Os proveitos de juro relativos aos instrumentos financeiros de rendimento fixo estão incluídos na "margem de juros" (nota 2.a) e o encargo de depreciação ligado à eventual insolvabilidade dos emissores é apresentado no ponto "custo do risco" (nota 2.f).

Os resultados latentes, anteriormente inscritos na rubrica «variações de ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios» e inscritos em resultado representam um proveito líquido após efeito da provisão para participação nos excedentes do seguro de 445 milhões de euros durante o exercício 2012, contra um proveito líquido de 742 milhões de euros durante o exercício 2011.

A aplicação dos critérios de depreciação automáticos e de análise qualitativa levou a um encargo de primeira depreciação dos títulos de rendimento variável repartido da seguinte forma:

- 45 milhões de euros ligados à redução de valor superior a 50 % relativamente ao valor de aquisição (44 milhões de euros em 2011);

- 8 milhões de euros ligados à observação de uma menos-valia latente sobre dois anos consecutivos (23 milhões de euros em 2011);
- 11 milhões de euros ligados à observação de uma menos-valia latente de pelo menos 30 % em média por ano (não utilizado em 2011);
- 54 milhões de euros ligados a uma análise qualitativa complementar (73 milhões de euros em 2011).

2.e PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES

Em milhões de euros	Exercício 2012			Exercício 2011		
	Produtos	Encargos	Líquido	Produtos	Encargos	Líquidos
Proveitos líquidos da atividade de seguros	24 715	(21 460)	3 255	18 204	(14 559)	3 645
Proveitos líquidos das propriedades de investimento	375	(178)	197	1 301	(500)	801
Proveitos líquidos das imobilizações em locação simples	5 871	(4 844)	1 027	5 627	(4 567)	1 060
Proveitos líquidos da atividade de promoção imobiliária	1 214	(1 006)	208	216	(41)	175
Outros proveitos líquidos	1 545	(1 373)	172	1 488	(1 198)	290
TOTAL LÍQUIDO DAS PROVEITOS E ENCARGOS DAS OUTRAS ATIVIDADES	33 720	(28 861)	4 859	26 836	(20 865)	5 971

A diminuição dos proveitos líquidos das propriedades de investimento resulta da perda de controlo do grupo Klépierre no fim do primeiro trimestre de 2012 (nota 8.d).

➤ PROVEITOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE SEGUROS

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Prémios adquiridos brutos	19 813	16 288
Encargos das prestações dos contratos	(15 267)	(12 484)
Variações das provisões técnicas	(4 246)	1 572
Variações no valor dos ativos de suportes de contratos em unidades de conta	3 361	(1 597)
Encargos ou proveitos líquidos das cessões em resseguro	(519)	(361)
Outros proveitos e encargos	113	227
TOTAL DOS PROVEITOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE SEGUROS	3 255	3 645

A rubrica « Encargos das prestações dos contratos » inclui o encargo ligado às recompras, vencimentos e sinistros nos contratos de seguro. A rubrica « Variação das provisões técnicas » inclui as variações de valor dos contratos financeiros, nomeadamente dos contratos em unidades de conta. Os juros pagos no âmbito destes contratos são contabilizados em encargos de juros.

2.f CUSTO DO RISCO

O custo do risco reúne o encargo das depreciações constituídas no âmbito do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do Grupo, assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de falha verificada por parte de contrapartes de instrumentos negociados à vista.

Custo do risco do período

➤ CUSTO DO RISCO DO PERÍODO

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Dotações líquidas nas depreciações	(4 173)	(6 751)
Das quais dívida soberana grega ⁽¹⁾	(62)	(3 241)
Recuperações sobre créditos amortizados	714	514
Créditos irrecuperáveis não cobertos por depreciações	(482)	(560)
TOTAL DU CÔÛT DU RISQUE DE LA PÉRIODE	(3 941)	(6 797)

(1) O encargo relativo ao provisionamento da dívida soberana grega constituída em 2011 resultava da retoma no resultado da variação de valor dos títulos registados em capitais próprios à data da sua reclassificação em empréstimos concedidos e créditos (cf. Nota 4), ou seja 1 296 milhões de euros, e de complementos de provisões constituídos em 75 % do seu valor nominal.

➤ **CUSTO DO RISCO DO PERÍODO POR NATUREZA DE ATIVOS**

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	6	47
Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela	(3 769)	(6 085)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(13)	(569)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	(22)
Instrumentos financeiros das atividades de mercado	(118)	(132)
Outros ativos	(8)	4
Compromissos por assinatura e diversos	(39)	(40)
TOTAL DO CUSTO DO RISCO DO PERÍODO	(3 941)	(6 797)

Depreciações constituídas no âmbito do risco de crédito

➤ **VARIAÇÃO DURANTE O PERÍODO DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS**

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS NO INÍCIO DO PERÍODO	30 675	29 783
Dotações líquidas às depreciações	4 173	6 005
nomeadamente dívida soberana grega	62	2 395
Utilização de depreciações	(6 007)	(3 935)
Variação das paridades monetárias e diversos	(424)	(1 178)
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS NO FIM DO PERÍODO	28 417	30 675

➤ **DEPRECIÇÕES CONSTITUÍDAS POR NATUREZA DE ATIVOS**

Em milhões de euros em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Depreciação dos ativos		
Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 5.f)	537	707
Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela (nota 5.g)	26 525	27 958
Instrumentos financeiros das atividades de mercado	276	598
Ativos financeiros disponíveis para venda (nota 5.c)	69	162
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	223
Outros ativos	34	36
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES NO ÂMBITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	27 441	29 684
das quais provisões específicas	23 100	24 818
Das quais provisões coletivas	4 341	4 866
Provisões inscritas no passivo		
Provisões para compromissos por assinatura		
sobre estabelecimentos de crédito	45	23
sobre a clientela	451	478
Outros elementos tendo sido alvo de depreciações	480	490
TOTAL DAS PROVISÕES INSCRITAS NO PASSIVO (nota 5.q)	976	991
das quais provisões específicas	807	858
das quais provisões coletivas	169	133
TOTAL DAS DEPRECIÇÕES E PROVISÕES CONSTITUÍDAS	28 417	30 675

2.g IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Racionalização da carga fiscal em relação à taxa sobre as sociedades em França ⁽¹⁾	Exercício 2012		Exercício 2011	
	em milhões de euros	taxa impostos	em milhões de euros	taxa impostos
Carga de impostos teórica sobre o resultado líquido antes dos impostos ⁽²⁾	(3 745)	36,1 %	(3 493)	36,1 %
Efeito do diferencial de taxa de tributação das entidades estrangeiras	216	- 2,1 %	187	- 1,9 %
Efeito da taxa reduzida sobre os dividendos e as cessões dos títulos	337	- 3,3 %	169	- 1,7 %
Efeito dos impostos ligado à ativação das perdas transitáveis e das diferenças temporais anteriores	163	- 1,6 %	244	- 2,5 %
Efeito dos impostos ligado à utilização de déficits anteriores não ativados	9	- 0,1 %	29	- 0,3 %
Outros efeitos	(39)	0,5 %	107	- 1,2 %
Carga de impostos sobre os lucros nomeadamente	(3 059)	29,5 %	(2 757)	28,5 %
Carga de impostos correntes do exercício	(2 696)		(2 070)	
Carga de impostos diferidos do exercício (nota 5.k)	(363)		(687)	

(1) Incluindo a contribuição social de solidariedade de 3,3 % e a contribuição excecional de 5 % relativas aos impostos sobre as sociedades à taxa 33,33 % ascendendo assim a 36,1 %.

(2) Novo tratamento das quotas-partes de resultado das empresas segundo o método de equivalência patrimonial e dos goodwill.

Nota 3 INFORMAÇÕES SETORIAIS

O Grupo está organizado em torno de três áreas de atividade operacionais:

■ **Retail Banking (RB)** : esta área reúne os conjuntos Domestic

Markets, Personal Finance e International Retail Banking. O conjunto Domestic Markets inclui os bancos de retalho em França (BDDF), Itália (BNL banca commerciale), Bélgica (BDDB) e no Luxemburgo (BDEL), e certas áreas de intervenção especializadas de banca de retalho (Personal Investors, Leasing Solutions, e Arval). O conjunto International Retail Banking reúne as atividades de banca de retalho do Grupo BNP Paribas fora da zona euro, incluindo Europa Mediterrâneo e BancWest nos Estados Unidos;

■ **Investment Solutions (IS)** : esta área junta o Wealth Management, Investment Partners que reúne o conjunto das especialidades da área de intervenção de Gestão de ativos, Securities Services especializado nos serviços de títulos oferecidos às sociedades de gestão, às instituições financeiras e às empresas, assim como as atividades de Seguros e de Serviços Imobiliários;

■ **Corporate and Investment Banking (CIB)** : esta área reúne as atividades de « Consultoria e mercados de capitais » (áreas de intervenção Ações e Derivados de ações, Fixed Income para as atividades de taxas e de câmbio, e Corporate Finance encarregado das operações de consultoria em fusões e aquisições e das atividades de mercado primário de ações) e Corporate Banking (Financiamentos e especializados, Financiamentos Estruturados, Corporate Deposit Line).

As Outras Atividades incluem essencialmente as atividades de

Principal Investments, a imobiliária Klépierre⁽¹⁾

Assim como

as funções centrais do Grupo.

Estas reúnem igualmente os elementos que não pertencem à atividade corrente que resultam da aplicação das regras próprias aos reagrupamentos de empresas. Com vista a preservar a pertinência económica dos elementos de resultado apresentados para cada uma das áreas de atividade operacionais, os efeitos de amortização dos ajustamentos de valor constatados na situação líquida das entidades adquiridas assim como os custos de reestruturação constatados no quadro da integração das entidades foram afetados ao segmento Outras Atividades.

As transações entre as diferentes áreas de intervenção são concluídas mediante as condições comerciais de mercado. As informações setoriais são apresentadas tendo em conta os preços de transferência negociados entre os diferentes setores em relação no seio do Grupo.

Os fundos próprios são concedidos por áreas de intervenção, em função dos riscos incorridos, com base num conjunto de convenções principalmente fundadas no consumo em fundos próprios resultante dos cálculos de ativos ponderados fixados pela regulamentação relativa à solvabilidade dos estabelecimentos de crédito e empresas de investimento. Os resultados por áreas de intervenção com fundos próprios normalizados são determinados afetando a cada uma das áreas de intervenção o proveito dos fundos próprios que lhe são concedidos.

(1) O grupo Klépierre estava consolidado por integração global até 14 de março de 2012. Após a cessão de uma parte da participação do Grupo BNP Paribas, é agora tratado segundo o método de equivalência patrimonial (cf. nota 8.d).

Para fornecer uma referência homogênea com a apresentação do exercício 2012, a repartição dos resultados do exercício 2011, por polo de atividade, foi novamente tratada a partir de três principais efeitos apresentados abaixo como se tivessem tido lugar a 1 de janeiro de 2011:

- no quadro das evoluções da organização do Grupo, foi criado o conjunto Domestic Markets, inclui nomeadamente a área de intervenção Personal Investors, anteriormente integrada no polo Investment Solutions;
- a afetação de capital nas diferentes áreas de intervenção é agora efetuada na base de 9 % dos ativos ponderados, contra 7% anteriormente;

- a contribuição para o fundo de garantia dos depósitos na Bélgica tinha inicialmente sido incluída em « Outras Atividades » enquanto se aguardavam os textos de definição da taxa sistemática belga que estavam a ser preparados. Esta entra em vigor em 2012 e vem substituir esta contribuição para o fundo de garantia dos depósitos. Para homogeneizar as comparações, esta última é alvo de uma reafecção ao BDDB (- 107 milhões de euros em 2011).

Os desvios correspondentes foram integrados em « Outras Atividades » de forma a não alterar os resultados do Grupo.

Informações por polo de atividade

➤ RESULTADOS POR POLO DE ATIVIDADE

Em milhões de euros	Exercício 2012						Exercício 2011					
	Resultado líquido bancário	Encargos gerais de exploração	Custo do risco	Resultado de exploração	Elementos fora exploração	Resultad Antes impostos	Resultado liq. bancário	Encargos gerais de exploração	Custo do risco	Resultado de exploração	Elementos fora exploração	Resultado antes imposto
Retail Banking												
Domestic Markets												
Banca de Retalho em França ⁽¹⁾	6 797	(4 384)	(315)	2 098	3	2 101	6 786	(4 462)	(315)	2 009	2	2 011
BNL banca commerciale ⁽¹⁾	3 230	(1 779)	(961)	490	1	491	3 163	(1 806)	(793)	564	-	564
Banca de Retalho na Bélgica ⁽¹⁾	3 183	(2 333)	(157)	693	18	711	3 092	(2 321)	(136)	635	12	647
Outras atividades de Mercados Domésticos	2 181	(1 263)	(140)	778	16	794	2 309	(1 351)	(158)	800	17	817
Personal Finance	4 982	(2 387)	(1 497)	1 098	182	1 280	5 142	(2 420)	(1 639)	1 083	160	1 243
International Retail Banking												
Europa Mediterrâneo	1 796	(1 319)	(290)	187	67	254	1 639	(1 277)	(268)	94	70	164
BancWest	2 403	(1 401)	(145)	857	2	859	2 230	(1 241)	(256)	733	1	734
Investment Solutions	6 204	(4 319)	54	1 939	159	2 098	5 922	(4 258)	(64)	1 600	(76)	1 524
Corporate and Investment Banking												
Consultoria e mercados de capitais	6 182	(4 574)	(61)	1 547	6	1 553	5 665	(4 377)	21	1 309	30	1 339
Corporate Banking	3 533	(1 698)	(432)	1 403	30	1 433	4 232	(1 749)	(96)	2 387	50	2 437
Outras Atividades	(1 419)	(1 093)	3	(2 509)	1 307	(1 202)	2 204	(854)	(3 093)	(1 743)	(86)	(1 829)
TOTAL GRUPO	39 072	(26 550)	(3 941)	8 581	1 791	10 372	42 384	(26 116)	(6 797)	9 471	180	9 651

(1) Banca de Retalho em França, BNL banca commerciale e Banca de Retalho na Bélgica e no Luxemburgo após reafecção ao Investment Solutions de um terço da atividade Wealth Management França, Itália, Bélgica e Luxemburgo.

➤ **BALANÇO POR POLO DE ATIVIDADE**

A repartição dos ativos e passivos por polo de atividade da maior ia das entidades do Grupo apoia-se no polo de ligação das entidades, à exceção das principais que são alvo de uma decomposição específica ou de uma repartição baseada nos ativos ponderados.

Em milhões de euros, au	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retail Banking				
Domestic Markets	393 342	369 716	385 868	362 389
Banca de Retalho em França	151 926	144 370	154 537	146 759
BNL banca commerciale	88 471	80 555	86 662	78 587
Banca de Retalho na Bélgica	103 207	99 411	95 879	92 384
Outras atividades de mercados domésticos	49 738	45 380	48 790	44 659
Personal Finance	85 721	78 732	91 561	84 440
International Retail Banking	93 575	81 760	92 097	80 867
Europa Mediterrâneo	33 488	29 619	32 276	28 702
BancWest	60 087	52 141	59 821	52 165
Investment Solutions	202 119	192 146	212 807	200 636
Corporate and Investment Banking	1 029 675	1 013 742	1 050 883	1 035 511
Outras Atividades	102 858	171 194	132 067	201 440
TOTAL GRUPO	1 907 290	1 907 290	1 965 283	1 965 283

A informação por polo de atividade relativa às sociedades tratadas segundo o método da equivalência patrimonial e aos goodwill do período é apresentada respetivamente nas notas 5.m Participações nas sociedades tratadas segundo o método de equivalência patrimonial e 5.o Goodwill.

Informações por setor geográfico

A análise geográfica dos ativos e dos resultados setoriais assenta no local de registo contabilístico das atividades e não reflete necessariamente a nacionalidade da contraparte ou a localização das atividades operacionais.

➤ **PRODUIT NET BANCAIRE PAR SECTEUR GÉOGRAPHIQUE**

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Mercados Domésticos	22 998	26 810
França	12 593	16 773
Bélgica	4 586	4 702
Itália	4 687	3 857
Luxemburgo	1 132	1 478
Outros países da Europa	7 305	7 130
África e bacia mediterrânica	1 659	1 469
Américas	5 043	4 977
Ásia e Pacífico	2 067	1 998
TOTAL GRUPO	39 072	42 384

► BALANÇO POR CONTRIBUIÇÃO PARA AS CONTAS CONSOLIDADAS, POR SETOR GEOGRÁFICO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Mercados domésticos	1 364 031	1 397 581
França	1 000 682	972 274
Bélgica	190 673	252 086
Itália	134 926	136 392
Luxemburgo	37 750	36 829
Outros países de Europa	217 397	244 747
África e bacia mediterrânica	31 758	31 573
Américas	201 805	201 184
Ásia e Pacífico	92 299	90 198
TOTAL GRUPO	1 907 290	1 965 283

Nota 4 EXPOSIÇÃO AO RISCO SOBERANO

A gestão da liquidez do Grupo permite a otimização da capacidade de refinanciamento disponível, necessário para fazer face a uma evolução não prevista das necessidades de liquidez. Esta assenta em particular sobre a detenção de títulos disponíveis elegíveis ao refinanciamento dos bancos centrais e compreende uma proporção importante de títulos de dívida emitidos pelos estados que apresentam uma notação de qualidade, representativa de um nível de risco fraco. No âmbito da política de endossamento do balanço e de gestão do risco de taxa de juro estrutural, o Grupo detém igualmente uma carteira de ativos que compreende títulos de créditos soberanos cujas características de taxa participam nas suas estratégias de cobertura. Por outro lado, o Grupo é detentor de mercado de títulos de dívida soberana em numerosos países, o que faz com que seja detentor de inventários temporários de transação na compra e na venda, em parte cobertos por derivados.

Estas diferentes carteiras são apresentadas no capítulo Pilar 3 do relatório de gestão.

Tratamento contabilístico dos títulos de dívida da Grécia, da Irlanda e de Portugal

Três países europeus, a Grécia, a Irlanda e Portugal, sofreram uma notável degradação das suas contas públicas no contexto da crise económica e financeira, que fez com que os mercados se desviassem progressivamente dos títulos de dívida pública destes países, impedindo-os de acederem aos recursos necessários ao financiamento dos seus défices públicos.

A política de solidariedade europeia definida neste contexto pelos países membros da zona euro impeliu-os, em concertação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a elaborar um dispositivo de apoio que se traduziu pela definição e a implementação de vários planos em prol da Grécia, depois da Irlanda e de Portugal.

1. Reclassificação dos títulos a 30 de junho de 2011

A ausência de liquidez observada nos mercados para os títulos de dívida pública da Grécia, da Irlanda e de Portugal, ao longo do primeiro semestre de 2011, reforçada, no caso da Grécia, pelo compromisso assumido pelos estabelecimentos bancários franceses, a pedido dos poderes públicos, de não ceder a sua posição, levou o BNP Paribas a considerar que a classificação contabilística destes títulos em ativo disponível para venda não podia ser mantida.

De acordo com o que permite o parágrafo 50E da norma IAS 39 em semelhantes circunstâncias excecionais, e tendo em conta a duração que o Banco estima necessário para que estes três países restaurem plenamente a sua situação financeira, o grupo BNP Paribas procedeu a uma reclassificação – com efeitos a 30 de junho de 2011 – dos títulos de dívida pública destes três países da categoria dos «Ativos disponíveis para venda» para a categoria «Empréstimos concedidos e Créditos».

Os títulos de dívida soberana grega cuja maturidade era anterior a 31 de dezembro de 2020, eram alvo de disposições a título do segundo plano de resgate a favor da Grécia, iniciado em junho de 2011 e finalizado a 21 de julho de 2011, que materializavam o compromisso de apoio dos bancos. Este

plano previa várias opções incluindo a troca voluntária, contra títulos ao par de maturidade a 30 anos garantidos ao principal por obrigações de cupão zero beneficiando de uma notação AAA e cujas condições financeiras deviam conduzir a constatar um desconto inicial de 21 %. O grupo BNP Paribas entendia subscrever esta opção de troca no âmbito do compromisso coletivo assumido pelo setor financeiro francês. Desde logo, os títulos inscritos no balanço do Grupo e destinados a esta troca foram valorizados constatando este nível de desconto de 21 % considerado como uma concessão que o mutuante consente devido às dificuldades com que o mutuário se depara. Este desconto foi objeto de uma depreciação em demonstração de resultados no primeiro semestre de 2011.

No que respeita aos títulos soberanos gregos que não são objeto da troca, assim como para os títulos soberanos irlandeses e portugueses, após tomada em consideração dos diferentes aspetos do plano de apoio europeu, certos investidores consideravam que não havia evidência objetiva de que a cobrança dos fluxos de tesouraria futuros associados a estes títulos estivesse comprometida, tanto mais que o Conselho europeu havia sublinhado o carácter único e não reprodutível da participação do sector privado numa operação deste tipo. Em consequência, o banco considerou que não havia necessidade de depreciar estes títulos.

2. Modalidades de avaliação dos títulos gregos a 31 de dezembro de 2011

A identificação durante o segundo semestre de 2011 das dificuldades da Grécia em respeitar os objetivos económicos sobre os quais estava fundado o plano de 21 de julho, em particular tratando-se da sustentabilidade da sua dívida, levou a um novo acordo de princípio no dia 26 de outubro fundado num abandono de crédito de 50 % da parte do setor privado. As modalidades de implementação deste acordo não tendo, a 31 de dezembro de 2011, sido objeto de um acordo definitivo de todas as instituições internacionais envolvidas, o banco determinou a perda de valor do conjunto dos títulos que detinha com base na última proposta do setor privado representado pelo Instituto Internacional de Finanças (IIF).

Com base (1) no abandono de crédito de 50 %, (2) no reembolso imediato de 15 % do crédito por títulos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FESF) a dois anos e à taxa de mercado, (3) no pagamento dos juros corridos por títulos FESF a 6 meses e à taxa de mercado, (4) num cupão de 3 % até 2020 e de 3,75 % além desse prazo sobre os títulos amortizáveis de 2023 a 2042 a receber no momento da troca dos antigos, e (5) numa taxa de atualização dos fluxos futuros de 12 %, o Banco estimou a 75 % o risco de perda sobre os títulos detidos, taxa quase idêntica à apreciação pelo mercado do desconto médio dos títulos em 31 de dezembro de 2011.

3. Modalidades de contabilização em 30 de junho de 2012 após a oferta de troca dos títulos gregos

A 21 de fevereiro de 2012 o acordo foi esclarecido e completado entre o Governo grego, os investidores privados e os representantes do Eurogrupo. Este acordo deve permitir à Grécia respeitar um rácio de endividamento de 120,5 % em 2020 contra 160 % em 2011 e alcançar as condições de estabilidade financeira procuradas pelo plano. A oferta concluída estipula assim o abandono pelos investidores privados de 53,5 % retém em consequência o abandono pelos investidores privados de 53,5 % do nominal dos títulos gregos na sua posse representando uma redução da dívida da Grécia de cerca de 107 bilhões de euros mediante uma participação de 30 bilhões de euros do setor público.

Assim, a 12 de março de 2012, a troca de títulos soberanos de direito grego foi realizado segundo as principais características seguintes:

- 53,5 % da maioria dos antigos títulos foi alvo de um abandono de crédito ;
- 31,5 % da maioria dos antigos títulos foi trocado contra 20 títulos emitidos pela Grécia com maturidades de 11 a 30 anos, dos quais o cupão é de 2 % de 2012 a 2015, e de 3 % de 2015 a 2020, de 3,6 % em 2021 e de 4,3 % até 2042. Estes títulos foram contabilizados na categoria dos « Ativos disponíveis para venda » ;
- 15 % da maioria dos antigos títulos foi alvo de um pagamento imediato sob a forma de títulos a curto prazo emitidos pelo FESF (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira), cujo reembolso é assegurado pela participação de 30 bilhões de euros do setor público. Estes títulos foram contabilizados na categoria dos « Ativos disponíveis para venda ».

Em complemento da troca:

- os juros corridos em 24 de fevereiro de 2012 sobre a dívida grega trocada foram pagos pela emissão de títulos a curto prazo do FESF, contabilizados em « Empréstimos concedidos e créditos » ;
- a cada novo título emitido pela Grécia está associado um título indexado sobre a evolução do produto interno bruto da Grécia excedendo as antecipações do plano. Este instrumento é contabilizado em derivado

A troca foi tratada como a extinção dos ativos anteriormente detidos e a contabilização dos títulos recebidos pelo seu valor de mercado.

O valor de mercado dos instrumentos recebidos em troca dos antigos títulos foi valorizado a 12 de março de 2012 a 23,3 % do nominal dos antigos títulos. Esta diferença com o valor líquido dos antigos títulos, assim como o ajustamento dos juros corridos sobre os antigos títulos, levou ao reconhecimento de uma perda do custo do risco de 55 milhões de euros para os títulos da carteira bancária. A perda em custo do risco reconhecida aquando da troca dos títulos da carteira das entidades de seguros fixa-se em 19 milhões de euros e deu lugar a uma retoma da provisão para participação aos excedentes diferidos para 12 milhões de euros.

4. Cessão da totalidade dos títulos gregos em dezembro de 2012 no quadro da recompra pela Grécia da sua própria dívida.

A 27 de novembro de 2012, os representantes do Eurogrupo e o FMI pediram ao Estado grego que implementasse uma operação de recompra de uma parte da sua dívida detida pelos investidores provados, com vista a reduzir o endividamento do país para 124 % do Produto Interno Bruto em 2020.

A operação que teve lugar de 3 a 11 de dezembro de 2012 permitiu a participação dos credores privados na oferta de recompra cujo preço médio atingiu 33,5 % do nominal. Assim, o BNP Paribas cedeu a totalidade dos títulos que tinha em carteira no momento da operação, gerando uma mais valia de 25 milhões de euros.

Exposição do Grupo BNP Paribas no âmbito do risco de crédito soberano sobre a Grécia, a Irlanda e Portugal

a) Carteira das atividades bancárias

Em milhões de euros	31 dezembro 2011	Troca 12.03.12	Cessões e reembolsos	31 dezembro 2012
Grécia				
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos				
Exposição ao risco e valor no balanço após depreciação	972	(972)		-
Ativos disponíveis para venda				
Exposição ao risco		316	(316)	-
Valor no balanço		316	(316)	-

Em milhões de euros	31 dezembro	Amortização títulos do custo	Cessões e	Varição do valor constatado diretamente nos capitais	Varição do valor dos cobertos	31 dezembro 2012
Irlanda						
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos e créditos						
Exposição ao risco	270	1	(68)			203
Desconto amortizado à taxa de juro efetiva ⁽¹⁾	(54)			23		(31)
Valor no balanço	216	1	(68)	23	-	172
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos e créditos						
Exposição ao risco	1 381	(1)	(737)			643
Desconto amortizado à taxa de juro efetiva ⁽¹⁾	(263)			138		(125)
Varição do valor dos títulos cobertos em taxa	41				7	48
Valor no balanço	1 159	(1)	(737)	138	7	566

(1) O desconto amortizado à taxa de juro efetiva é constituído pelas variações de valor constatadas diretamente em capitais próprios quando os títulos eram contabilizados em ativos disponíveis para venda. A amortização do desconto é constatada diretamente em capitais próprios, sem impacto sobre a conta de resultado.

➤ CALENDÁRIO DO VALOR NO BALANÇO

Em milhões de euros	Maturidade residual							Total 31 dezembro 2012
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	10 anos	15 anos	>15 anos	
Irlanda								
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos		3		16	153			172
Portugal								
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em Empréstimos concedidos e créditos	2	138	64	148	110		104	566

b) Carteira dos fundos gerais de seguros

Em milhões de euros	31 dezembro 2011	Troca 12.03.13	Cessões e reembolsos	31 dezembro 2012
Grécia				
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos e ativos financeiros detidos até à maturidade				
Exposição ao risco e valor no balanço após depreciação	288	(288)		-
Ativos disponíveis para venda				
Exposição ao risco		96	(96)	-
Valor no balanço		96	(96)	-

Em milhões de euros	31 dezembro 2011	Amortização do custo de aquisição	Cessões e reembolso	Varição de valor constatada diretamente nos capitais próprios (1)	31 dezembro 2012
Irlanda					
Empréstimos concedidos e créditos e ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos					
Exposição ao risco	761	(2)	(633)		126
Desconto amortizado à taxa de juro efetivo ⁽¹⁾	(179)			156	(23)
Valor no balanço	582	(2)	(633)	156	103
Ativos detidos até à maturidade					
Exposição ao risco e valor no balanço	325				325
Portugal					
Empréstimos concedidos e créditos e ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos					
Exposição ao risco	1 072	(4)	(451)		617
Desconto amortizado à taxa de juro efetiva ⁽¹⁾	(276)			109	(167)
Valor no balanço	796	(4)	(451)	109	450
Ativos detidos até à maturidade					
Exposição ao risco e valor no balanço	159	-			159

(1) O desconto amortizado à taxa de juro efetiva é constituído pelas variações de valor constatadas diretamente em capitais próprios quando os títulos eram contabilizados em ativos disponíveis para venda. A amortização do desconto é constatada diretamente em capitais próprios, sem efeito sobre a conta de resultado.

Em capitais próprios, o desconto de 31 de dezembro de 2012 dos títulos irlandeses e portugueses detidos pelos fundos gerais de seguros, de 23 e 167 milhões de euros respetivamente antes de impostos, é compensado por uma redução da provisão para participação nos excedentes diferida de 21 e 149 milhões de euros respetivamente antes de impostos.

O valor no balanço dos títulos irlandeses e portugueses representa menos de 2% do valor no balanço dos títulos com rendimento fixo detidos pelas entidades seguradoras.

➤ CALENDÁRIO DO VALOR NO BALANÇO

Em milhões de euros	Maturidade residual							Total 31 dezembro 2012
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	10 anos	15 anos	>15 anos	
Irlanda								
Empréstimos concedidos e créditos e ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos					50	53		103
Ativos financeiros detidos até à maturidade	9			181	135			325
Portugal								
Empréstimos concedidos e créditos e ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos				32	322	96		450
Ativos financeiros detidos até à maturidade		60	10		89			159

Cessões de títulos classificados em ativos financeiros detidos até à maturidade realizadas em 2011

Em 2011, o BNP Paribas cedeu 2,8 bilhões de euros em títulos soberanos emitidos pela Itália, classificados até à data de cessão em «Ativos financeiros detidos até à maturidade». O montante dos títulos cedidos representa cerca de 21 % dos títulos inscritos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2010 (cf. nota 5.j).

A cessão dos títulos italianos foi provocada pelo agravamento da situação económica do emissor, como manifestada pela deterioração da sua notação por diversas agências em setembro e outubro de 2011 e pela diminuição do valor de mercado dos seus títulos (cf. IAS 39-AG22a).

Por outro lado, um aumento do requisito de solvabilidade no quadro da implementação da diretiva europeia CRD 3 em 31 de dezembro de 2011 e da antecipação do novo rácio de solvabilidade Basileia III (projeto de

diretiva e de regulamento europeu CRD 4 e CRR cuja primeira versão foi publicada em julho de 2011) levou ao empreendimento de um plano importante de redução de ativos, nomeadamente sobre montantes significativos de ativos classificados em Empréstimos concedidos e créditos e em Ativos financeiros detidos até à maturidade (cf. IAS 39-AG22e).

Tendo em conta que a degradação da notação de certos emissores ameaçava traduzir-se num aumento dos ativos ponderados correspondente aos empréstimos concedidos, o banco teve que reduzir a sua exposição aos riscos que estavam mais expostos a esta evolução, qualquer que tenha sido a sua classificação contabilística.

O Grupo aplicou assim as disposições previstas pelo IAS 39 nos parágrafos AG 22 a) e e) para justificar que essas cessões não ponham em causa a sua intenção de manter, até à sua maturidade, os outros ativos classificados nesta categoria, nem a sua capacidade de os financiar. Os outros ativos detidos foram assim mantidos nesta categoria.

Nota 5 NOTAS RELATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

5.a ATIVOS, PASSIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO

Os ativos e passivos financeiros registados em valor de mercado ou de modelo por resultado são constituídos pelas operações negociadas com

fins de transação – inclusive os instrumentos financeiros derivados – e de certos ativos e passivos que o Grupo optou por valorizar sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado desde a data da sua aquisição ou da sua emissão.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Carteira de transação	Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção	Carteira de transação	Carteira avaliada em valor de mercado sobre opção
Carteira de títulos	143 465	62 701	157 624	57 024
Bilhetes do Tesouro e obrigações de Estado	69 140	340	96 196	484
Outros títulos com rendimento fixo	25 544	6 409	35 973	5 611
Ações e outros títulos com rendimento variável	48 781	55 952	25 455	50 929
Empréstimos concedidos e operações de acordo de recompra	146 899	99	153 799	49
Empréstimos concedidos	1 150	99	537	49
Operações de acordo de recompra	145 749	-	153 262	-
ACTIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO	290 364	62 800	311 423	57 073
Vendas a descoberto de títulos tomados de empréstimo	52 432	-	100 013	-
Empréstimos contraídos e operações de acordo de recompra	203 063	1 242	173 271	1 664
Empréstimos contraídos	4 017	1 242	1 895	1 664
Operações de acordo de recompra	199 046	-	171 376	-
Dívidas representadas por um título (nota 5.i)	-	40 799	-	37 987
Dívidas subordinadas (nota 5.i)	-	1 489	-	2 393
PASSIVOS FINANCEIROS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO	255 495	43 530	273 284	42 044

Instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Ativos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Os ativos financeiros valorizados sobre opção pelo valor de mercado ou de modelo por resultado incluem, em particular, os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros e numa menor escala dos ativos com derivados incorporados para os quais o princípio de extração destes derivados não foi escolhido.

Os ativos financeiros representativos dos contratos em unidades de conta das atividades de seguros compreendem títulos emitidos por entidades consolidadas do Grupo, que não são eliminados em consolidação com vista a manter a representação dos ativos investidos no âmbito desses contratos no mesmo montante que o das provisões técnicas constituídas no âmbito dos passivos devidos aos assegurados. Os títulos de rendimento fixo (certificados e EMTN) não eliminados ascendem a 741 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 940 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e os títulos de rendimento variável (sobretudo ações emitidas pelo BNP Paribas SA) a 28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 14,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. A sua eliminação não teria impacto significativo sobre as contas do período.

Passivos financeiros avaliados em valor de mercado sobre opção

Os passivos financeiros valorizados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado registam principalmente as emissões originadas e estruturadas por conta da clientela cujos riscos e cobertura são geridos num mesmo conjunto. Estas emissões contêm derivados incorporados significativos cujas variações de valor são neutralizadas pelas dos instrumentos derivados que as cobrem economicamente.

O valor de reembolso dos passivos avaliados sobre opção em valor de mercado ou de modelo por resultado ascende 44 956 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 49 748 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

O valor de mercado ou de modelo tem em consideração a variação imputável ao risco emissor do grupo BNP Paribas. Para o essencial dos ativos visados, este é constatado mediante o cálculo do valor de substituição de cada instrumento, obtido pela atualização dos fluxos de tesouraria do instrumento, utilizando uma taxa correspondente à de um débito similar que seria emitido pelo grupo BNP Paribas na data de fecho.

Assim, o valor contabilístico dos passivos avaliados em valor de mercado ou de modelo é diminuído de 30 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 1 647 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, ou seja uma variação de -1 617 milhões de euros constatada em proveitos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado (nota 2.c). Esta diminuição de valor constitui uma mais-valia latente que só se realizaria na hipótese da recompra no mercado destes instrumentos financeiros emitidos pelo Banco. Não sendo o caso, o proveito correspondente a esta mais-valia latente será recuperado na duração residual dos débitos até ao seu vencimento segundo um ritmo dependente da evolução do risco emissor do banco.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados da carteira de transação dependem maioritariamente de operações iniciadas pelas atividades de negócio de instrumentos financeiros. Podem ser contraídos no quadro de atividades de conservador de mercado ou de arbitragem. O

BNP Paribas é um negociante ativo de instrumentos financeiros derivados, quer sob forma de transações incidindo sobre instrumentos “elementares” (tais como os “credit default swaps”), quer estruturando perfis de risco complexo adaptados às necessidades da sua clientela. Em todos os casos, a posição líquida é enquadrada por limites.

Outros instrumentos financeiros derivados da carteira de transação dependem de operações negociadas para fins de cobertura de instrumentos de ativo ou de passivo que o Grupo não documentou como tal ou que a regulamentação contabilística não permite qualificar de cobertura. Trata-se em particular de operações sobre instrumentos financeiros derivados de crédito concluídas no essencial para proteção das carteiras de empréstimos concedidos do Grupo.

O valor de mercado positivo ou negativo dos instrumentos financeiros derivados classificados em carteira de transação representa o valor de substituição destes instrumentos. Este valor pode flutuar fortemente em função da evolução dos parâmetros de mercado (tais como as taxas de juro ou de câmbio).

Em milhões de euros,	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo
Instrumentos derivados da taxa do câmbio	21 532	24 697	28 097	26 890
Instrumentos derivados da taxa de juro	333 066	324 079	332 945	330 421
Instrumentos derivados sobre ações	29 682	29 467	38 140	36 377
Instrumentos derivados de crédito	22 782	22 523	46 460	46 358
Outros instrumentos derivados	3 573	3 832	6 325	7 421
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	410 635	404 598	451 967	447 467

O quadro seguinte apresenta os montantes nominais dos instrumentos financeiros derivados em carteira de transação. O montante nominal dos instrumentos financeiros derivados apenas constitui uma indicação

de volume da atividade do Grupo nos mercados de instrumentos financeiros e não reflete os riscos de mercado ligados a estes instrumentos.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Instrumentos derivados da taxa do câmbio	2 243 150	2 249 390
Instrumentos derivados da taxa de juro	41 127 475	40 272 463
Instrumentos derivados sobre ações	1 865 666	1 818 445
Instrumentos derivados de crédito	2 105 501	2 321 275
Outros instrumentos derivados	144 834	156 291
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	47 486 626	46 817 864

As operações sobre instrumentos financeiros derivados realizadas em mercados organizados (incluindo câmaras de compensação) representam 62 % das operações incidindo sobre instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro 2012 (48 % em 31 de dezembro de 2011).

5.b INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS PARA FINS DE COBERTURA

O quadro seguinte apresenta os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo
Cobertura de valor	10 571	15 574	6 920	12 902
Instrumentos derivados de taxas de câmbio	-	24	4	8
Instrumentos derivados de taxas de juro	10 570	15 550	6 810	12 879
Outros instrumentos derivados	1	-	106	15
Cobertura de resultados futuros	3 674	1 685	2 743	1 416
Instrumentos derivados de taxas de câmbio	271	287	312	245
Instrumentos derivados de taxas de juro	3 389	1 298	2 408	825
Outros instrumentos derivados	14	100	23	346
Cobertura dos investimentos líquidos em divisas	22	27	37	13
Instrumentos derivados de taxas de câmbio	22	27	37	13
DERIVADOS UTILZADOS EM COBERTURA	14 267	17 286	9 700	14 331

O montante total dos nocionais dos instrumentos derivados utilizados em cobertura estabelece-se em 809 636 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 799 608 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

5.c ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados em valor de mercado, ou de modelo para os títulos não cotados.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
	Líquido	dos quais depreciações	dos quais variações de valor contabilizadas diretamente em capitais próprios	Net	dos quais depreciações	dos quais variações de valor contabilizadas diretamente em capitais próprios
Títulos com rendimento fixo	175 413	(69)	6 414	174 989	(162)	(5 120)
Bilhetes do Tesouro e obrigações de Estado	93 801	(4)	1 886	96 194	(2)	(4 240)
Outros títulos com rendimento fixo	81 612	(65)	4 528	78 795	(160)	(880)
Ações e outros títulos com rendimento variável	17 093	(4 265)	2 868	17 479	(5 067)	1 621
Títulos cotados	5 861	(1 821)	1 357	6 092	(2 052)	619
Títulos não cotados	11 232	(2 444)	1 511	11 387	(3 015)	1 002
TOTAL DOS ATIVOS DISPONÍVEIS P/VENDA, LIQUIDO DE DEPRECIÇÃO	192 506	(4 334)	9 282	192 468	(5 229)	(3 499)

O valor bruto dos títulos com rendimento fixo depreciados ascende a 118 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (contra 234 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

As variações de valor contabilizadas diretamente em capitais próprios decompõem-se como segue:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
	Títulos com rendimento fixo	Ações e outros títulos com rendimento variável	Total	Titres à revenu fixe	Ações e outros títulos com rendimento variável	Total
Em milhões de euros, em						
Reavaliação dos títulos não cobertos contabilizados em « Ativos financeiros disponíveis para venda »	6 414	2 868	9 282	(5 120)	1 621	(3 499)
Impostos diferidos ligados a esta reavaliação	(2 162)	(556)	(2 718)	1 959	(228)	1 731
Provisão para participação nos excedentes diferida líquida de impostos diferidos das entidades de seguros	(3 854)	(558)	(4 412)	(307)	(21)	(328)
Quota-parte de reavaliação sobre títulos disponíveis para venda detidos por entidades sob o método de equivalência, líquida de impostos diferidos e de provisão para participação nos excedentes diferidos Se for o caso	504	94	598	58	96	154
Reavaliação sobre títulos disponíveis para venda reclassificados em empréstimos concedidos e créditos ainda por amortizar	(172)		(172)	(395)		(395)
Outras variações	(33)	25	(8)	(38)	23	(15)
Variações de valor de ativos contabilizados diretamente em capitais próprios sob a rubrica « Ativos disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados »	697	1 873	2 570	(3 843)	1 491	(2 352)
Parte do Grupo	340	1 809	2 149	(3 644)	1 448	(2 196)
Parte dos minoritários	357	64	421	(199)	43	(156)

5.d MEDIÇÃO DO VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são repartidos em três níveis, por ordem decrescente de observabilidade dos valores e dos parâmetros utilizados para a sua valorização:

- nível 1 – Instrumentos financeiros com preços de mercado cotados: Este nível reúne os instrumentos financeiros objeto de cotações sobre um mercado ativo, diretamente utilizáveis.

Este compreende nomeadamente as ações e as obrigações líquidas, as vendas a descoberto sobre estes mesmos instrumentos, os instrumentos derivados tratados nos mercados organizados (futuros, opções...), as partes de fundos cujo valor patrimonial líquido é calculado numa base diária.

- nível 2 – Instrumentos financeiros cuja avaliação recorre a técnicas de valorização com parâmetros observáveis:

Este nível reúne os instrumentos financeiros para a valorização dos quais devem ser procuradas referências de preços sobre instrumentos similares cotados num mercado ativo, ou instrumentos idênticos ou similares cotados num mercado não ativo mas para os quais podem ser observadas transações regulares, ou ainda instrumentos cuja avaliação recorra à utilização de técnicas de valorização assentes em parâmetros observáveis.

Este nível inclui nomeadamente as ações e obrigações de fraca liquidez, as vendas a descoberto sobre estes mesmos instrumentos, as operações com acordo de recompra de maturidade curta que não são valorizadas com base numa cotação diretamente observada no mercado, as partes de Sociedades Civis Imobiliárias suporte dos contratos em unidades de conta cujos ativos subjacentes são alvo de

inspeções periódicas fundadas em dados de mercado observáveis, as partes de fundos para as quais a liquidez é assegurada de forma regular, os instrumentos derivados tratados em mercados à vista cujas técnicas de valorização assentam em parâmetros observáveis assim como os débitos estruturados emitidos, cuja valorização só recorre a parâmetros observáveis.

- nível 3 – Instrumentos financeiros cuja avaliação recorre a técnicas de valorização com parâmetros não observáveis:

Este nível reúne os instrumentos financeiros cuja avaliação recorre à utilização de técnicas de valorização baseadas, em todo ou em parte, em parâmetros inobserváveis; um parâmetro inobservável sendo definido como um parâmetro cujo valor resulta de hipóteses ou de correlações que não assentam nem em preços de transações observáveis no mesmo instrumento na data de valorização, nem em dados de mercado observáveis disponíveis nessa data.

Um instrumento é classificado em nível 3 se uma parte significativa da sua valorização assenta em parâmetros não observáveis.

Este nível inclui nomeadamente as ações não cotadas, as obrigações avaliadas com base em modelos de valorização utilizando pelo menos um parâmetro não observável significativo ou com base em indicações de preços induzidas de um mercado não ativo (tais como as partes de CDO, CLO, ABS), as operações com acordo de recompra de maturidade longa ou estruturadas, as partes de fundos em liquidação ou cuja cotação está suspensa, os derivados complexos incidindo sobre subjacentes múltiplos (instrumentos híbridos, CDO sintéticos...) assim como os débitos estruturados utilizados como suporte para esses derivados.

Repartição por método de valorização dos instrumentos financeiros contabilizados em valor de mercado apresentada em conformidade com as prescrições da norma IFRS 7

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
	nível 1	nível 2	nível 3	Total	nível 1	nível 2	nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS								
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação (nota 5.a)	87 977	599 383	13 639	700 999	102 953	638 973	21 464	763 390
Dos quais ativos financeiros em valor de mercado por resultado	84 454	199 428	6 482	290 364	100 821	202 100	8 502	311 423
dos quais instrumentos derivados	3 523	399 955	7 157	410 635	2 132	436 873	12 962	451 967
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção (nota 5.a)	47 783	10 968	4 049	62 800	41 982	13 496	1 595	57 073
Instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 5.b)		14 267		14 267	-	9 700	-	9 700
Ativos financeiros disponíveis para venda (nota 5.c)	125 010	57 549	9 947	192 506	132 676	49 921	9 871	192 468
PASSIVOS FINANCEIROS								
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação (nota 5.a)	31 531	611 274	17 288	660 093	79 822	614 641	26 288	720 751
Dos quais passivos financeiros em valor de mercado por resultado	29 530	217 108	8 857	255 495	77 414	183 355	12 516	273 285
dos quais instrumentos derivados	2 001	394 166	8 431	404 598	2 408	431 286	13 772	447 466
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção (nota 5.a)	3 203	31 773	8 554	43 530	3 168	31 260	7 616	42 044
Instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 5.b)		17 286		17 286	-	14 331	-	14 331

Quadro de variação dos instrumentos financeiros de nível 3

Para os instrumentos financeiros de nível 3, tiveram lugar os seguintes movimentos entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2012 :

Em milhões de euros	Ativos financeiros				Passivos financeiros		
	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção	Ativos financeiros disponíveis Para venda	Total	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado para fins de transação	Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado sobre opção	Total
SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	22 881	1 703	8 154	32 738	(25 408)	(8 737)	(34 145)
Compras	2 652	33	1 328	4 013	-	-	-
Emissões	-	-	-	-	(9 464)	(3 127)	(12 591)
Vendas	(274)	-	(1 427)	(1 701)	-	-	-
Pagamentos ⁽¹⁾	(5 327)	(151)	(961)	(6 439)	8 923	3 150	12 073
Transferências dentro do nível 3	3 157	23	9 005	12 185	(2 817)	(338)	(3 155)
Transferências fora do nível 3	(2 598)	-	(267)	(2 865)	2 778	1 455	4 233
Reclassificações ⁽²⁾	-	-	(6 312)	(6 312)	-	-	-
Ganhos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado para as operações vencidas ou interrompidas durante o exercício	(3 568)	29	(396)	(3 935)	849	31	880
Ganhos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado para os instrumentos ativos em fim de período	4 120	(42)	95	4 173	(687)	(50)	(737)
Variações de Ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios							
— Elementos relativos às variações de paridades monetárias	421	-	53	474	(462)	-	(462)
— Variação de Ativos e passivos contabilizados em capitais próprios	-	-	599	599	-	-	-
SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	21 464	1 595	9 871	32 930	(26 288)	(7 616)	(33 904)
Compras	1 783	1 326	1 222	4 331	-	-	-
Emissões	-	-	-	-	(8 279)	(3 565)	(11 844)
Ventes	(1 952)	(1 193)	(1 725)	(4 870)	-	-	-
Pagamentos ⁽¹⁾	(2 546)	(94)	(177)	(2 817)	12 649	1 811	14 460
Transferências dentro do nível 3	1 098	2 959	940	4 997	(122)	(36)	(158)
Transferências fora do nível 3	(593)	(588)	(669)	(1 850)	708	447	1 155
Ganhos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado para as operações vencidas ou interrompidas durante o exercício	(7 391)	44	(75)	(7 422)	5 694	(28)	5 666
Ganhos (ou perdas) contabilizados em conta de resultado para os instrumentos ativos em fim de período	1 598	-	41	1 639	(1 257)	(433)	(824)
Variações de Ativos e passivos contabilizados diretamente em capitais próprios							
— Elementos relativos às variações de paridades monetárias	178	-	5	183	(393)	-	(393)
— Variação de Ativos e passivos contabilizados em capitais próprios	-	-	514	514	-	-	-
SITUAÇÃO AU 31 DÉCEMBRE 2012	13 639	4 049	9 947	27 635	(17 288)	(8 554)	(25 842)

(1) Inclui, para os Ativos, amortização de capital, os pagamentos dos juros e os fluxos de pagamentos e encaixes em derivados quando a sua valorização é positiva e, para os passivos, as amortizações de empréstimos contraídos, os juros pagos sobre empréstimos contraídos e os fluxos de pagamentos e de encaixes sobre derivados quando a sua valorização é negativa.

(2) Trata-se dos instrumentos financeiros inicialmente contabilizados em valor de mercado e reclassificados em empréstimos concedidos e créditos.

Os instrumentos financeiros de nível 3 são suscetíveis de ser cobertos por outros instrumentos de nível 1 e/ou de nível 2 cujos ganhos e perdas não constam deste quadro. Assim, os montantes de ganhos e perdas que constam deste quadro não são representativos dos resultados ligados à gestão do risco líquido do conjunto destes instrumentos. Nomeadamente, as perdas e ganhos sobre os ativos e passivos financeiros em valor de modelo por resultado da carteira de transação, 5 792 milhões de euros e 4 437 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 respetivamente (contra 552 milhões de euros e 162 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), correspondem sobretudo a variações de valor sobre posições de CDO classificadas no nível 3, cobertas por posições de CDS classificadas no nível 2.

Vulnerabilidade dos valores de modelo às mudanças de hipóteses razoavelmente possíveis dos instrumentos financeiros de nível 3

Determinação dos ajustamentos de valor

Os instrumentos da carteira de transação classificados no nível 3 são na sua maioria constituídos por títulos pouco líquidos, de derivados cujo subjacente é pouco líquido assim como de outros instrumentos com derivados complexos. A valorização destes últimos quer geralmente a utilização de modelos de valorização provenientes das técnicas de cobertura dinâmica dos riscos, e pode necessitar da utilização de parâmetros não observáveis.

O conjunto destes instrumentos comporta incertezas de valorização, as quais dão lugar a ajustamentos de valor, refletindo o prémio de risco que um ator de mercado incorporaria no momento do estabelecimento do preço. Estes ajustamentos de valorização permitem ter nomeadamente em conta:

- riscos que não contemplados pelo modelo (ajustamento para risco de modelo) ;

- a incerteza inerente à estimativa dos parâmetros de valorização (ajustamento por incerteza de parâmetros) ;
- riscos de liquidez associados a o instrumento ou ao parâmetro visado;
- prémios de risco específicos destinados a compensar alguns sobrecustos induzidos pela estratégia de gestão dinâmica associada ao modelo em certas condições de mercado;
- risco de contraparte.

Aquando do estabelecimento dos ajustamentos de valor, cada um dos fatores de risco é considerado individualmente e nenhum efeito de diversificação entre riscos, parâmetros ou modelos de natureza diferente é tido em conta. Inversamente, para um determinado fator de risco, é escolhida uma abordagem de carteira, com uma compensação entre instrumentos quando estes são geridos em conjunto.

O conjunto destes ajustamentos são componentes do valor de modelo dos instrumentos e das carteiras.

Avaliação da vulnerabilidade dos valores

Para medir a vulnerabilidade do valor de modelo dos instrumentos de nível 3 (exceto posições sobre títulos) a uma mudança de hipóteses, foram considerados os dois cenários seguintes: um cenário favorável em que todas as valorizações se fariam sem ajustamento de valor, e um cenário desfavorável em que todas as valorizações se fariam com um ajustamento de valor duas vezes mais elevado. Assim calculada, a vulnerabilidade é uma medida do diferencial entre os valores que obteriam dos atores de mercado cuja percepção do risco de valorização e aversão a este são diferentes.

Por medida de simplificação, a vulnerabilidade do valor de mercado das posições sobre títulos, quer pertençam a carteiras de transação de ativos disponíveis para venda ou sejam designadas ao seu justo valor de modelo por resultado sobre opção, é baseada numa variação de 1 % do valor escolhido.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Efeito potencial em conta de resultado	Efeito potencial em capitais próprios	Efeito potencial em conta de resultado	Efeito potencial em capitais próprios
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação e em valor de mercado por resultado sobre opção ⁽¹⁾	+/- 857		+/- 1 300	
Ativos financeiros disponíveis para venda		+/- 105		+/- 104

(1) Os instrumentos financeiros pelo seu justo valor por resultado, quer façam parte da carteira de transação ou tenham sido classificados em valor de mercado por resultado sobre opção, são apresentados na mesma rubrica porque a vulnerabilidade é calculada sobre as posições líquidas de carteiras de instrumentos qualquer que seja a sua classificação contabilística.

V

Margem diferida sobre os instrumentos financeiros valorizados com técnicas desenvolvidas pela empresa e baseadas em parâmetros em parte não observáveis nos mercados ativos

A margem não registada em resultado no dia da transação («Day One Profit») cobre o único perímetro das atividades de mercado elegíveis ao nível 3.

duração antecipada de inobservabilidade dos parâmetros. O montante que ainda não foi amortizado está inscrito no balanço, na rubrica «Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado detidos para fins de transação», em dedução do justo valor das operações complexas visadas.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
MARGEM DIFERIDA NO INÍCIO DO PERÍODO	655	920
Margem diferida sobre as transações do exercício	279	286
Margem contabilizada no resultado durante o exercício	(331)	(551)
MARGEM DIFERIDA EM FIM DE PERÍODO	603	655

5.e RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS INICIALMENTE CONTABILIZADOS EM FINS DE TRANSAÇÃO OU EM ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As emendas às normas IAS 39 e IFRS 7 adotadas pela União Europeia a 15 de outubro de 2008 permitem reclassificar os instrumentos inicialmente detidos para fins de transação ou disponíveis para venda no seio de carteiras de crédito à clientela ou de títulos disponíveis para venda.

➤ **DADOS RELATIVOS AOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS NA DATA DA RECLASSIFICAÇÃO**

Em milhões de euros	Data de reclassificação	Valor no balanço		Fluxo de tesouraria esperados e julgados recuperáveis ⁽¹⁾		Taxa média de juro efetiva	
		Ativos reclassificados em empréstimos concedidos e créditos	Ativos reclassificados em ativos disponíveis para venda	Ativos reclassificados em empréstimos concedidos e créditos	Ativos reclassificados em ativos disponíveis para venda	Ativos reclassificados em empréstimos concedidos e créditos	Ativos reclassificados em ativos disponíveis para venda
Títulos soberanos, provenientes da carteira de ativos disponíveis para venda							
		6 312		14 826			
dos quais títulos soberanos gregos	30 junho 2011	3 186		9 401		9,3 %	
dos quais títulos soberanos portugueses	30 junho 2011	1 885		3 166		8,8 %	
dos quais títulos soberanos irlandeses	30 junho 2011	1 241		2 259		6,7 %	
Operações estruturadas e outros títulos com rendimentos fixos							
		10 995	767	12 728	790		
provenientes da carteira de transações							
	1 outubro 2008	7 077	767	7 904	790	7,6 %	6,7%
	30 junho 2009	2 760		3 345		8,4%	
provenientes da carteira de ativos disponíveis para venda							
	30 junho 2009	1 158		1 479		8,4 %	

(1) Os fluxos de tesouraria esperados cobrem a amortização do capital e o pagamento do conjunto dos juros não atualizados até à data de vencimento dos instrumentos.

Avaliação a 31 de dezembro de 2012 dos ativos reclassificados

Os quadros abaixo apresentam os elementos relacionados com os ativos reclassificados:

➤ NO BALANÇO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Valor no balanço	Valor de mercado ou de modelo	Valor no balanço	Valor de mercado ou de modelo
Títulos soberanos reclassificados em empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela	1 259	1 443	3 939	3 600
dos quais títulos soberanos gregos	-	-	1 201	1 133
dos quais títulos soberanos portugueses	1 001	1 117	1 939	1 631
dos quais títulos soberanos irlandeses	258	326	799	836
Operações estruturadas e outros títulos c/ rendimentos fixos reclassificados	3 581	3 538	4 664	4 511
em empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela	3 581	3 538	4 647	4 494
em ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	17	17

➤ NO RESULTADO E NA VARIAÇÃO DIRETA DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Em milhões de euros	Exercício 2012				Exercício 2011	
	Realizado	Pro forma no período ⁽¹⁾	Realizado		Pro forma no período ⁽¹⁾	
			Antes reclassificação	Após reclassificação		Total
Em resultado	(85)	(22)	(409)	(2 415)	(2 630)	(2 838)
Em proveito líquido bancário	(16)	16	116	211	509	361
dos quais títulos soberanos gregos	15	1587	178	265	265	dos quais títulos soberanos portugueses
dos quais títulos soberanos portugueses	(112)	(112)		19 56	75	75
dos quais títulos soberanos irlandeses	(15)	(15)		10 (23)	(13)	(13)
dos quais operações estruturadas e outros títulos com rendimentos fixos	96	128			182	34
Em custo do risco	(69)	(38)	(525)	(2 626)	(3 139)	(3 199)
dos quais títulos soberanos gregos	(40)	(38)	(525)	(2 626)	(3 151)	(3 199)
dos quais operações estruturadas e outros títulos com rendimentos fixos	(29)	0			12	-
Em variação direta de capitais próprios (antes dos impostos)	217	420	504	850	1 379	1 180
dos quais títulos soberanos gregos	0	0	681	778	1 459	1 459
dos quais títulos soberanos portugueses	153	336	(176)	32	(144)	(336)
dos quais títulos soberanos irlandeses	48	54	(1)	40	39	48
dos quais operações estruturadas e outros títulos com rendimentos fixos	16	30			25	9
TOTAL DOS ELEMENTOS DE RESULTADO E DE VARIAÇÃO DIRETA DE CAPITAIS PRÓPRIOS DOS ELEMENTOS RECLASSIFICADOS	132	398	95	(1 565)	(1 251)	(1 658)

(1) Os dados « pro forma » descrevem o que teria sido a contribuição para o resultado do exercício se os instrumentos visados não tivessem sido reclassificados e o que teria representado a sua variação de valor no seio dos capitais próprios nas mesmas condições.

Os títulos emitidos por Portugal e pela Irlanda detidos pelo Grupo e reclassificados em Empréstimos concedidos e Créditos foram avaliados pelo valor de mercado de acordo com a notas 5.e e 8.h. Os títulos desses emissores incluídos na carteira de negócio também foram avaliados pelo valor de mercado, a qual foi considerada de nível 2, em conformidade com as características ligadas à definição deste nível de avaliação (cf. nota 5.d).

5.f OPERAÇÕES INTERBANCÁRIAS, DÍVIDAS E CRÉDITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITOS**➤ EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO**

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Contas à ordem	8 665	12 099
Empréstimos concedidos	28 250	35 130
Operações de acordo de recompra	4 028	2 847
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS RELATIVOS AOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO ANTES DE DEPRECIÇÃO	40 943	50 076
dos quais ativos duvidosos	995	976
Depreciação dos empréstimos e créditos emitidos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 2f)	(537)	(707)
provisões específicas	(508)	(696)
provisões coletivas	(29)	(11)
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO LÍQUIDOS DE DEPRECIÇÃO	40 406	49 369

➤ DÍVIDAS PARA COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Contas à ordem	9 840	18 308
Empréstimos contraídos	93 862	119 324
Operações de acordo de recompra	8 033	11 522
TOTAL DAS DÍVIDAS PARA COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO	111 735	149 154

5.g EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, CRÉDITOS E DÍVIDAS SOBRE A CLIENTELA**➤ EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA**

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Contas-títulos a receber	43 434	38 448
Empréstimos concedidos à clientela	583 469	624 229
Operações de acordo de recompra	2 177	1 421
Operações de locação financeira	27 965	29 694
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA ANTES DE DEPRECIÇÃO	657 045	693 792
dos quais ativos duvidosos	42 453	43 696
Depreciação dos empréstimos e créditos emitidos sobre a clientela (nota 2f)	(26 525)	(27 958)
provisões específicas	(22 213)	(23 103)
provisões coletivas	(4 312)	(4 855)
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE A CLIENTELA LÍQUIDOS DE DEPRECIÇÃO	630 520	665 834

➤ PORMENOR DAS OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Investimento bruto	31 576	32 614
A receber num prazo inferior 1 ano	8 635	8 856
A receber num prazo superior a 1 ano e inferior a 5 anos	15 753	16 127
A receber num prazo superior a 5 anos	7 188	7 631
Produtos financeiros não adquiridos	(3 611)	(2 920)
Investimento líquido antes de depreciação	27 965	29 694
A receber num prazo inferior 1 ano	7 757	8 165
A receber num prazo superior a 1 ano e inferior a 5 anos	13 935	14 636
A receber num prazo superior a 5 anos	6 273	6 893
Depreciações	(969)	(1 062)
Investimento líquido após depreciação	26 996	28 632

➤ DÍVIDAS AOS CLIENTES

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Contas-títulos a receber	259 770	254 530
Contas a prazo e assimilados	212 059	214 056
Contas poupança com taxa administrada	60 380	54 538
Operações com acordo de recompra	7 304	23 160
TOTAL DAS DÍVIDAS AOS CLIENTES	539 513	546 284

5.h ATIVOS COM OU SEM DEPRECIAÇÃO APRESENTANDO DÍVIDAS E GARANTIAS RECEBIDAS NO ÂMBITO DESSES ATIVOS

O quadro apresenta o valor líquido contabilístico de créditos com dívidas não depreciados (por antiguidade de dívida), dos ativos duvidosos depreciados, assim como as garantias recebidas para cobrir esses ativos. As provisões de carteira eventualmente constituídas não foram consideradas neste quadro.

O montante declarado relativamente às garantias recebidas é o valor da garantia limitado ao montante dos ativos cobertos.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012								
	Maturidade dos ativos em dívida não depreciados					Ativos duvidosos (ativos depreciados e compromissos provisionados)	Total dos ativos	Garantias recebidas no âmbito dos ativos não depreciados em dívida	Garantias recebidas no âmbito dos ativos duvidosos
	Total	<90 dias	>90 dias <180 dias	>180 dias <1 ano	>1 ano				
Ativos financeiros disponíveis para venda (exceto títulos c/ rendimento variável)	-	-	-	-	-	49	49	-	-
Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito	125	105	20	-	-	487	612	49	318
Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela	16 438	15 709	605	45	79	20 240	36 678	9 734	11 429
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos duvidosos e em dívida líquidos de depreciação	16 563	15 814	625	45	79	20 776	37 339	9 783	11 747
Compromissos de financiamentos dados						739	739		72
Compromissos de garantia financeira dados						720	720		376
Total dos compromissos duvidosos extrapatrimoniais líquidos das provisões						1 459	1 459	-	448
TOTAL	16 563	15 814	625	45	79	22 235	38 798	9 783	12 195

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2011								
	Maturidade dos ativos em dívida não depreciados					Ativos duvidosos (ativos depreciados e compromissos provisionados)	Total dos ativos	Garantias recebidas no âmbito dos ativos não depreciados e em dívida	Garantias recebidas no âmbito dos ativos duvidosos
	Total	<90 dias	>90 dias <180 dias	>180 dias <1 ano	>1 ano				
Ativos financeiros disponíveis para venda (exceto título c/rendimento variável)	-	-	-	-	-	72	72	-	2
Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito	501	466	14	5	16	335	836	244	90
Empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela	17 408	16 578	688	114	28	20 533	37 941	10 989	9 691
Ativos financeiros detidos até à maturidade						63	63		
Total dos ativos duvidosos e em dívida líquidos de depreciação	17 909	17 044	702	119	44	21 003	38 912	11 233	9 783
Compromissos de financiamentos dados						559	559		106
Compromissos de garantia financeira dados						1 156	1 156		571
Total dos compromissos duvidosos extrapatrimoniais líquidos das provisões						1 715	1 715	-	677
TOTAL	17 909	17 044	702	119	44	22 718	40 627	11 233	10 460

5.i DÍVIDAS REPRESENTADAS POR UM TÍTULO E DÍVIDAS SUBORDINADAS

A presente nota reúne as dívidas representadas por um título e as dívidas subordinadas contabilizadas em custo amortizado e em valor de mercado por resultado sobre opção.

➤ DÍVIDAS CONTABILIZADAS EM VALOR DE MERCADO POR RESULTADO (NOTA 5.a)

Emissor/Data de emissão	Montante Em divisas na origem	Data de opção de reembolso		Majoração	Grau de subor- dinação ⁽¹⁾	Condições suspensivas de pagamento dos cupões ⁽³⁾	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	
		ou de							
Dívidas representadas por um título						1	40 799	37 987	
Dívidas subordinadas							1 489	2 393	
Dívidas subordinadas amortizáveis						2	781	1 283	
Dívidas subordinadas perpétuas							708	1 110	
Fortis Banque SA dez-07	EUR	3 000	déc.-14	Euribor 3 meses + 200 bp	-	5	A	592	1 025
Outros							116	85	

(1) O grau de subordinação caracteriza a prioridade de amortização relativamente às outras dívidas.

(2) Após acordo da autoridade de supervisão bancária e por iniciativa do emissor, as dívidas subordinadas reembolsáveis podem ser objeto de uma cláusula de reembolso antecipado por recompra em Bolsa, oferta pública de compra ou de troca, ou à vista quando se trata de emissões privadas. Os empréstimos contraídos que foram alvo de uma aplicação internacional, emitida pelo BNP Paribas SA ou pelas filiais estrangeiras do Grupo, podem ser alvo de um reembolso antecipado do principal e de um pagamento antes do vencimento dos juros pagáveis in fine, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixada na nota de emissão (call option), ou na hipótese das modificações às regras fiscais em vigor imporem ao emissor no seio do grupo a obrigação de compensar os portadores das consequências destas modificações. Este reembolso pode intervir mediante um aviso prévio, de 15 a 60 dias consoante os casos, e em qualquer hipótese sob reserva do acordo das autoridades de supervisão bancária.

(3) Condições suspensivas de pagamento dos cupões.

A O pagamento dos cupões é interrompido em caso de insuficiência de fundos próprios do emissor ou de insolvabilidade dos garantes ou quando o dividendo declarado sobre as ações Ageas é inferior a um certo limite.

As dívidas subordinadas perpétuas contabilizadas em valor de mercado por resultado são principalmente constituídas pela emissão pelo Fortis Banque SA em dezembro de 2007 de Convertible And Subordinated Hybrid Equity-linked Securities (CASHES).

Os CASHES têm uma duração indeterminada mas podem ser trocados em ações Fortis SA/NV (agora Ageas) ao preço unitário de 23,94 euros numa base discricionária pelo detentor. Contudo, a partir de 19 de dezembro de 2014, os CASHES serão automaticamente trocados em ações Fortis SA/NV se o seu preço for igual ou superior a 35,91 euros durante vinte sessões de bolsa consecutivas. O principal destes títulos nunca será reembolsado em numerário. O único recurso de que dispõem os titulares dos CASHES é limitado às 125 313 283 ações Fortis SA/NV que o Fortis Banque adquiriu na data de emissão dos CASHES e garantiu a favor dos seus titulares.

O Fortis SA/NV e o Fortis Banque concluíram um contrato de *Relative Performance Note* (RPN) cujo valor varia contratualmente de tal maneira que neutralize o impacto sobre o Fortis Banque das diferenças relativas de variação de valor dos CASHES e das variações de valor das ações Fortis SA/NV.

Em 25 de janeiro de 2012, o Ageas e o Fortis Banque concluíram um acordo sobre o pagamento parcial do contrato de RPN e sobre a recompra total pelo Fortis Banque dos títulos subordinados perpétuos emitidos em 2001 por um valor nominal de 1 000 milhões de euros (contabilizados em débitos ao custo amortizado), e detidos pela Ageas por 953 milhões de euros. O pagamento do contrato do RPN e a recompra dos títulos subordinados perpétuos emitidos em 2001, dependiam ambos do alcance pelo BNP Paribas de uma taxa de sucesso mínima de 50 % da oferta de compra sobre os CASHES.

O BNP Paribas lançou uma oferta pública de compra em numerário sobre os CASHES. Num segundo momento, converteu os CASHES adquiridos em ações Ageas subjacentes; e recebeu uma indemnização da, o mecanismo RPN tendo deixado de existir em proporção dos CASHES convertidos.

A oferta encerrou a 30 de janeiro com uma taxa de sucesso de 63 % por um preço de 47,5 %.

Após esta operação, o ativo líquido do RPN representa em 31 de dezembro de 2012 uma dívida subordinada de 241 milhões de euros admitida em fundos próprios prudenciais Tier 1.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas anexas às Demonstrações financeiras

Maturidade das dívidas a longo prazo representadas por um título e dívidas subordinadas reembolsáveis, contabilizadas em valor de mercado por resultado sobre opção cuja maturidade na data de emissão é superior a um ano:

Data de maturidade ou de opção de reembolso	2014	2015	2016	2017	2018 - 2022	Depois de 2022	Total 31 dezembro 2012	
Dívidas a médio e longo prazo representadas por um título	7 226	7 521	7 004	5 403	4 331	5 174	4 140	40 799
Dívidas subordinadas reembolsáveis	20	81	246	17	239	137	41	781
TOTAL	7 246	7 602	7 250	5 420	4 570	5 311	4 181	41 580

Data de maturidade ou de opção de reembolso em milhões de euros	2012	2013	2014	2015	2016	2017 - 2021	Depois de 2021	Total 31 dezembro 2011
Dívidas a médio e longo prazo representadas por um título	8 258	4 809	7 004	5 054	5 155	4 983	2 724	37 987
Dívidas subordinadas reembolsáveis	520	46	85	468	22	92	50	1 283
TOTAL	8 778	4 855	7 089	5 522	5 177	5 075	2 774	39 270

➤ DÍVIDAS CONTABILIZADAS AO CUSTO AMORTIZADO

Emissor/Data de emissão Em milhões de euros	Montante em divisas na origem Divisa	Data de opção de reembolso ou de majoração de juro (em milhões)	Majoração de juro Taxa	Majoração de juro	Condições suspensivas de pagamento do cupões ⁽³⁾ Grau de subordinação ⁽¹⁾	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011		
Dívidas representadas por um título						173 198	157 786		
Dívidas representadas por um título cuja maturidade é inferior a um ano à data da emissão						1	83 591	71 213	
Títulos de crédito negociáveis							83 591	71 213	
Dívidas representadas por um título cuja maturidade é superior a um ano à data da emissão						1	89 607	86 573	
Títulos de crédito negociáveis							72 294	63 758	
Empréstimos obrigacionistas							17 313	22 815	
Dívidas subordinadas						15 223	19 683		
Dívidas subordinadas reembolsáveis						(2)	12 607	16 165	
Títulos subordinados perpétuos						(2)	1 461	2 396	
BNP SA out 1985	EUR	305	-	TMO - 0,25 %	-	3	B	254	254
BNP SA set 1986	USD	500	-	Libor 6 meses + 0,075 %	-	3	C	207	211
Fortis Banque SA set 2001	EUR	1 000	sept.-11	6,50 %	Euribor 3 meses + 237 bp	5	D	-	1 000
Fortis Banque SA out 2004	EUR	1 000	oct.-14	4,625 %	Euribor 3 meses + 170 bp	5	E	879	814
Outros	-	-	-	-	-	-	-	121	117
Empréstimos subordinados perpétuos							926	893	
Fortis Banque NV/SA fev. 2008	USD	750	-	8,28 %	-	5	-	563	548
Fortis Banque NV/SA jun. 2008	EUR	375	-	8,03 %	-	5	E	363	345
Títulos de participação ⁽⁴⁾							222	224	
BNP SA jul 1984							215	220	
Outros							7	4	
Despesas e comissões, dívidas relacionadas							7	5	

(1) (2) cf. emissões relativas às « Dívidas contabilizadas em valor de mercado por resultado ».

(3) Condições suspensivas de pagamento dos cupões

- B O pagamento dos juros é obrigatório, salvo se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral dos acionistas constatar não haver lucro distribuível, nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tomam-se integralmente pagáveis desde a retoma de uma distribuição de dividendo.
- C O pagamento dos juros é obrigatório, salvo se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral dos acionistas validar a decisão de não se proceder à distribuição de um dividendo, nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tomam-se integralmente pagáveis desde a retoma de uma distribuição de dividendo. O banco tem a faculdade de retomar o pagamento o pagamento dos juros em atraso, mesmo na ausência de distribuição de um dividendo.
- D Os juros não são pagáveis se os cupões forem superiores à diferença entre a demonstração líquida e a soma do capital e das reservas não distribuíveis do emissor.
- E Os cupões são pagos sob a forma de outros títulos se os fundos próprios Tier 1 forem inferiores a 5 % dos ativos ponderados do emissor.

(4) Os títulos participativos emitidos pelo BNP SA podem ser alvo de recompras nas condições previstas pela lei de 3 de janeiro de 1983. Neste âmbito, durante o ano de 2012, procedeu-se à recompra de 32 000 títulos que foram objeto de uma anulação. O número de títulos em circulação é de 1 434 092.

Durante o quarto trimestre de 2011, foi realizada uma oferta pública de troca incidindo sobre dívidas subordinadas reembolsáveis e legíveis em fundos próprios complementares (Tier 2) contra novas dívidas sénior BNP Paribas. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do

montante de dívidas subordinadas reembolsáveis de 1 433 milhões de euros, e pelo reconhecimento de um ganho de 41 milhões de euros em margem de juros.

a médio e longo prazo representadas por um título e das dívidas subordinadas reembolsáveis contabilizadas ao custo amortizado cujo maturidade na data da emissão é superior a um ano:

Data de maturidade ou de opção de reembolso								Depois de	Total
Em milhões de euros	2013	2014	2015	2016	2017	2018 - 2022	2022	31 dezembro 2012	
Dívidas a medio e longo prazo representadas por um título	16 914	16 657	14 896	7 359	10 845	18 351	4 585	89 607	
Dívidas subordinadas reembolsáveis	1 630	1 138	1 196	1 526	4 344	2 535	238	12 607	
TOTAL	18 544	17 795	16 092	8 885	15 189	20 886	4 823	102 214	

Data de maturidade ou de opção de reembolso								Depois	Total
Em milhões de euros	2012	2013	2014	2015	2016	2017 - 2021	2021	31 dezembro 2011	
Dívidas a medio e longo prazo representadas por um título	16 630	12 994	10 085	12 994	13 569	14 954	5 347	86 573	
Dívidas subordinadas reembolsáveis	2 818	1 485	1 125	813	1 902	6 809	1 213	16 165	
TOTAL	19 448	14 479	11 210	13 807	15 471	21 763	6 560	102 738	

5.j ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

En millions d'euros, au	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Líquido	dos quais depreciações	Líquido	dos quais depreciações
Bilhetes do Tesouro e obrigações de Estado	10 127		10 394	(223)
Outros títulos c/ rendimento fixo	157		182	
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À SUA MATURIDADE	10 284	-	10 576	(223)

Em 31 de dezembro de 2011, os títulos depreciados eram títulos soberanos gregos das entidades seguradoras representando um valor bruto de 286 milhões de euros. Esses títulos foram extintos a 12 de março de 2012 devido à oferta de troca descrita na nota 4.

As cessões de títulos soberanos classificados em ativos financeiros detidos até à maturidade verificada durante o exercício 2011 vêm descritas na nota 4.

5.k IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em milhões de euros, au	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Impostos correntes	790	2 227
Impostos diferidos	7 871	9 343
Ativos de impostos correntes e diferidos	8 661	11 570
Impostos correntes	901	1 893
Impostos diferidos	2 145	1 596
Passivos de impostos correntes e diferidos	3 046	3 489

➤ VARIAÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS DURANTE O PERÍODO

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
IMPOSTOS DIFFÉRÉS NETS EN DÉBUT DE PÉRIODE	7 747	7 601
Carga fiscal diferida (nota 2.g)	(363)	(687)
Variações dos Impostos diferidos ligadas à reavaliação e à retoma no resultado dos elementos de reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, incluindo os ativos classificados em empréstimos concedidos e créditos	(2 054)	848
Variações dos Impostos diferidos ligadas à reavaliação e à retoma no resultado dos elementos de reavaliação dos instrumentos derivados de cobertura	(195)	(428)
Varição das paridades monetárias e diversos	591	413
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS EM FIM DE PERÍODO	5 726	7 747

➤ REPARTIÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS POR NATUREZA

Em milhões de euros, au	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Ativos financeiros disponíveis p/venda e empréstimos concedidos, incluindo os reclassificados em empréstimos concedidos e créditos	(365)	1 708
Reserva latente de locação financeira	(688)	(725)
Provisões por compromissos sociais	915	844
Provisões para risco de crédito	2 811	3 607
Outros elementos	(103)	(535)
Défices fiscais adiáveis	3 156	2 848
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	5 726	7 747
Impostos diferidos ativos	7 871	9 343
Impostos diferidos passivos	(2 145)	(1 596)

Os impostos diferidos ativos não reconhecidos ascendem a 1 905 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 2 404 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Para determinar o nível dos défices fiscais adiáveis ativados, o Grupo procede, todos os

anos, a um estudo específico para cada entidade visada, tendo em conta o regime fiscal aplicável – e nomeadamente as eventuais regras de validade – assim como os encargos em conformidade com o plano de desenvolvimento da sua atividade.

Entidades cujos impostos diferidos ativos contabilizados em défices fiscais adiáveis são superiores a 100 milhões de euros :

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	Duração legal de adiamento	Período previsto de cobrabilidade
Fortis Banque SA	2 451	ilimitada	9 anos
BNP Paribas succursale de Londres	115	ilimitada	3 anos
UkrSibbank	105	ilimitada	10 anos
Outros	485		
TOTAL ATIVOS DE IMPOSTOS DIFERIDOS EM DÉFICES FISCAIS ADIÁVEIS	3 156		

5.1 CONTAS DE REGULARIZAÇÃO, ATIVOS E PASSIVOS DIVERSOS

Em milhões de euros em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Depósitos de garantia paga e cauções constituídos	52 602	44 832
Contas de pagamento relativas às operações sobre títulos	13 005	18 972
Contas de receitas	453	792
Parte das resseguradoras nas provisões técnicas	2 827	2 524
Proveitos a receber e encargos previamente contabilizados	4 982	2 996
Outros devedores e ativos diversos	25 490	23 424
TOTAL DAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E ATIVOS DIVERSOS	99 359	93 540
Depósitos de garantia recebidos	42 235	40 733
Contas de pagamento relativas às operações sobre títulos	12 760	16 577
Contas de receitas	1 288	1 084
Proveitos a receber e encargos previamente constatados	6 338	4 708
Outros credores e passivos diversos	24 070	17 908
TOTAL DAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO E PASSIVOS DIVERSOS	86 691	81 010

A variação da parte das resseguradoras cujas provisões técnicas são analisadas da seguinte forma:

Em milhões de euros em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
PARTE NAS PROVISÕES TÉCNICAS NO INÍCIO DO PERÍODO	2 524	2 495
Aumento das provisões técnicas a cargo das resseguradoras	3 470	1 463
Encaixes das prestações a cargo das resseguradoras	(3 166)	(1 412)
Efeitos das variações de câmbio e de perímetro	(1)	(22)
PARTE NAS PROVISÕES TÉCNICAS EM FIM DE PERÍODO	2 827	2 524

5.m PARTICIPAÇÕES NAS SOCIEDADES EM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

São listadas individualmente abaixo as sociedades em equivalência patrimonial cuja quota-parte de valor no balanço do Grupo é superior a 100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Em milhões de euros em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Retail Banking	1 341	1 269
nomeadamente Banque de Nankin	463	362
nomeadamente Carrefour Banque	265	248
nomeadamente Servicios Financieros Carrefour EFC SA	136	112
nomeadamente Carrefour Promotora de Vendas e Participações	-	140
Investment Solutions	2 296	1 665
nomeadamente AG Insurance	1 455	957
nomeadamente BNP Paribas Cardif Emekliilik Anonim Sirketi	121	137
Corporate and Investments Banking	817	489
nomeadamente Verner Investissements	341	354
nomeadamente BNP Paribas Securities (Japan) Ltd	270	-
Outras Atividades	2 586	1 051
nomeadamente Klépierre	1 096	-
nomeadamente Erbe	1 027	967
nomeadamente SCI Scoo	275	-
nomeadamente SCI Portes de Claye	118	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOCIEDADES EM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	7 040	4 474

Os dados financeiros publicados pelas principais sociedades em equivalência patrimonial são as seguintes:

Em milhões de euros	Normas de publicação	Total Balanço	Proveito líquido bancário – Volume de negócios	Resultado líquido, parte do Grupo
AG Insurance ⁽²⁾	Normas locais	58 147	6 113	(384)
Banque de Nankin ⁽²⁾	Normas locais	34 502	830	357
BNP Paribas Cardif Emeklilik Anonim Sirketi ⁽²⁾	Normas IFRS	361	(5)	(10)
BNP Paribas Securities (Japan) Ltd. ⁽²⁾	Normas locais	309	79	519
Carrefour Banque ⁽²⁾	Normas locais	4 674	365	63
Erbe ⁽²⁾	Normas locais	2 372	-	41
Klépierre ⁽²⁾	Normas locais	7 561	267	240
SCI Scoo ⁽²⁾	Normas locais	409	33	33
SCI Portes de Claye ⁽¹⁾	Normas locais	267	-	4
Servicios Financieros Carrefour EFC SA ⁽²⁾	Normas locais	1 282	203	59
Verner Investissements ⁽¹⁾	Normas IFRS	6 353	347	39

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2012.

(2) Dados em 31 de dezembro de 2011.

5.n IMOBILIZAÇÕES DE INVESTIMENTO E DE EXPLORAÇÃO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
	Valor bruto contábilístico			Valor bruto contábilístico		
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	1 199	(272)	927	13 621	(2 177)	11 444
Terrenos e construções	6 997	(1 460)	5 537	6 857	(1 339)	5 518
Equipamento, Mobiliário, Instalações	6 519	(4 200)	2 319	6 614	(4 092)	2 522
Bens mobiliários dados p/ aluguer	12 762	(4 157)	8 605	12 964	(4 256)	8 708
Outras imobilizações	1 780	(922)	858	2 334	(804)	1 530
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	28 058	(10 739)	17 319	28 769	(10 491)	18 278
Softwares informáticos adquiridos	2 543	(1 978)	565	2 410	(1 814)	596
Softwares informáticos produzidos pela empresa	2 890	(1 992)	898	2 705	(1 920)	785
Outras imobilizações incorpóreas	1 602	(480)	1 122	1 542	(451)	1 091
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	7 035	(4 450)	2 585	6 657	(4 185)	2 472

A diminuição do valor líquido contábilístico das propriedades de investimento e das outras imobilizações corpóreas resulta da perda de controlo do grupo Klépierre no fim do primeiro trimestre de 2012 (nota 8.d).

Propriedades de investimento

Os terrenos e imóveis dados para aluguer simples, assim como os terrenos e imóveis representativos dos ativos investidos no âmbito da atividade de

seguro de vida estão reunidos na rubrica « Propriedades de investimento ».

O valor de mercado estimado das propriedades de investimento contabilizadas ao custo amortizado fixa-se em 1 087 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 16 900 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Locação simples

As operações realizadas sobre as imobilizações dadas para locação simples são, nalguns casos, objeto de contratos que preveem os pagamentos futuros mínimos seguintes:

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Pagamentos futuros mínimos a receber no âmbito dos contratos não rescindíveis	5 352	8 248
Pagamentos a receber num prazo inferior a 1 ano	2 404	3 203
Pagamentos a receber num prazo superior a 1 ano e inferior a 5 anos	2 839	4 624
Pagamentos a receber num prazo superior a 5 anos	109	421

Os pagamentos futuros mínimos a receber no âmbito dos contratos não rescindíveis correspondem aos pagamentos que o locatário deve efetuar durante o contrato de locação.

A diminuição dos pagamentos futuros mínimos a receber resulta da perda de controlo do grupo Klépierre, no fim do primeiro trimestre de 2012 (nota 8.d).

Imobilizações incorpóreas

As outras imobilizações incorpóreas incluem os direitos de locação, os fundos de comércio bem como as marcas adquiridas pelo Grupo.

Amortizações e provisões

O valor líquido das dotações e retomas de amortização efetuadas durante o exercício de 2012 fixa -se em 1 546 milhões de euros, contra 1 491 milhões de euros no âmbito do exercício 2011.

O valor das retomas líquidas de depreciação sobre imobilizações corpóreas e incorpóreas inscrito no resultado ascende 3 milhões de euros para o exercício 2012, contra uma dotação líquida de 17 milhões de euros para o exercício 2011.

5.o Goodwill

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO NO INÍCIO DO PERÍODO	11 406	11 324
Aquisições	2	341
Cessões	(240)	(157)
Depreciações contabilizadas durante o período	(493)	(173)
Reservas de conversão cambial	(89)	53
Outros movimentos	5	18
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO NO FIM DO PERÍODO	10 591	11 406
Valor bruto contabilístico	11 750	12 082
Cumulação das depreciações registadas no fim do período	(1 159)	(676)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas anexas às demonstrações financeiras

Os goodwill são repartidos por polos da seguinte forma:

Em milhões de euros	Valor líquido contabilístico		Depreciações contabilizadas Durante o exercício		Aquisições do exercício	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	Exercício 2012	Exercício 2011	Exercício 2012	Exercício 2011
Goodwill positivos						
Retail Banking	8 361	8 962	(486)	(172)	-	216
Arval	316	310				
BancWest	3 782	3 852				
Banca de retalho em França e na Bélgica	59	77				9
Banca de retalho em Itália	1 400	1 698	(298)			
Europa Mediterrâneo	295	287				199
Leasing Solutions	147	232	(80)			7
Personal Finance	1 950	2 093	(108)	(172)		1
Personal Investors	412	413				
Investment Solutions	1 584	1 544	-	-	2	125
Seguros	259	258				120
Investment Partners	251	248				
Real Estate	351	348			2	5
Securities Services	372	365				
Wealth Management	351	325				
Corporate and Investment Banking	643	657	(7)			
Outras Atividades	3	243		(1)		
TOTAL DOS GOODWILL POSITIVOS	10 591	11 406	(493)	(173)	2	341
Goodwill negativo			3	67		
VARIAÇÃO DOS GOODWILL INSCRITA NO RESULTADO			(490)	(106)		

Os testes de valorização dos goodwill assentam em três métodos de valorização distintos, um baseado na observação de transações de entidades com atividades comparáveis, o segundo consiste em procurar os parâmetros de mercado induzidos pelas cotações de entidades com atividades comparáveis, e o terceiro resulta da rentabilidade futura esperada (« discounted cash flow method » - DCF).

Quando um dos dois métodos baseados na comparação sugere a necessidade de uma depreciação, é utilizado o método DCF para validar a sua adequação e, se for o caso, determinar o valor da depreciação.

O método DCF assenta num determinado número de hipóteses relativas às projeções de fluxos de rendimentos, de despesas e custo do risco fundadas em planos a médio prazo (3 anos), sobre um período de crescimento sustentável (10 anos), representando a duração do ciclo económico ao qual a indústria bancária é sensível, e ao infinito, com base na taxa de crescimento sustentáveis até dez anos e reduzidas à inflação, para além desse período, para cada área de intervenção visada.

Os parâmetros mais importantes sensíveis às hipóteses são o coeficiente de exploração, a taxa de crescimento sustentável e o custo do capital. Este último é determinado com base numa taxa sem risco, num prémio de risco de mercado observado, ponderado por um fator de risco determinado em relação a comparações próprias a cada conjunto homogéneo de

áreas de intervenção. As taxas de crescimento sustentáveis escolhidas provêm de fontes de mercado externas e, se necessário, revistas em baixa em função das antecipações da gestão. O coeficiente de exploração é fixado em função das estruturas próprias a cada conjunto homogéneo de áreas de intervenção.

O quadro seguinte representa a sensibilidade da valorização das unidades geradoras de tesouraria com uma variação padronizada do valor dos parâmetros utilizados no método DCF. O custo do capital, o coeficiente de exploração e a taxa de crescimento sustentável até 10 anos são específicos a cada atividade, a taxa de crescimento para além de 10 anos está fixada em 2 % para todas as atividades, conservador relativamente à taxa de inflação observada na maioria dos países onde o Grupo exerce as suas atividades.

Por fim, o nível de fundos próprios atribuídos é determinado para cada conjunto homogéneo de áreas de intervenção em função das exigências de « Core Tier One » requeridas pela regulamentação da entidade jurídica à qual o conjunto homogéneo se encontra ligado, com um mínimo de 7 %.

Em 2012, devido ao aumento esperado de 7 % a 8 % da exigência em fundos próprios « Core Tier One » do Banco de Itália, o Grupo depreciou em cerca de 298 milhões de euros a sobrevalorização ligada ao conjunto homogéneo BNL bc.

➤ **VULNERABILIDADE DA VALORIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS GOODWILL A UMA VARIAÇÃO DE 10 PONTOS DE BASE DO CUSTO DO CAPITAL E DE 1 % DO COEFICIENTE DE EXPLORAÇÃO E DA TAXA DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**

Em milhões de euros	BNL bc	BancWest	Personal Finance (exceto UGT específico)
Custo do capital	10,2 %	8,3 %	10,5 %
Variação desfavorável de + 10 pontos base	(98)	(152)	(114)
Variação favorável de - 10 pontos base	100	157	116
Coefficiente de exploração	53,3 %	61,6 %	46,0 %
Variação desfavorável de + 1 %	(226)	(276)	(339)
Variação favorável de - 1 %	226	276	339
Taxa de crescimento sustentável	5,0 % ⁽¹⁾	5,0 %	5,0 %
Variação desfavorável de - 1 %	(232) ⁽¹⁾	(254)	(779)
Variação favorável de + 1 %	240 ⁽¹⁾	267	820

(1) A partir de 2018.

Para as Unidades Geradoras de Tesouraria BancWest e Personal Finance (exceto UGT específico) acima mencionadas, não se justificaria depreciar os goodwill mesmo recorrendo, para o teste de depreciação, às três variações mais desfavoráveis do quadro.

5.p PROVISÕES TÉCNICA DAS COMPANHIAS DE SEGUROS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Passivos relativos aos contratos de seguro	131 070	122 494
Provisões técnicas brutas		
Contratos de seguro em unidades de conta	42 241	39 550
Outros contratos de seguro	88 829	82 944
Passivos relativos aos contratos financeiros com participação discricionária	10 424	10 564
Participação diferida passiva nos lucros	6 498	-
TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS DAS COMPANHIAS DE SEGURO	147 992	133 058
Participação diferida ativa nos benefícios ⁽¹⁾	-	(1 247)
Passivos relativos aos contratos financeiros em unidades de conta ⁽²⁾	1 298	1 340
Passivos relativos aos contratos financeiros em fundo geral	25	45
TOTAL DOS PASSIVOS LÍQUIDOS RELATIVOS AOS CONTRATOS EMITIDOS PELAS COMPANHIAS DE SEGUROS	149 315	133 196

(1) A participação diferida ativa nos benefícios é apresentada na rubrica « Outros devedores e ativos diversos ».

(2) Os passivos relativos aos contratos financeiros em unidades de conta são apresentados na rubrica « Dívidas para com a clientela » (nota 5.g).

A provisão para participação diferida nos lucros resulta da aplicação da « contabilidade reflexo » : representa a quota-parte dos segurados das filiais de seguro de vida em França e em Itália, nas mais e menos valias latentes e as depreciações constatadas sobre os ativos quando a remuneração dos contratos está ligada ao seu rendimento. É determinada a partir de cálculos estocásticos que modelam as mais e menos valias latentes atribuíveis aos segurados em função dos cenários económicos, assim como de hipóteses de taxas aplicadas e de recolha. Daí resulta, nomeadamente para a França, uma taxa de 90 % em 2012 como em 2011.

A aplicação destes modelos leva a constatar uma provisão para participação diferida inscrita no passivo do balanço em 2012, num momento em que as condições de mercado do segundo semestre de 2011 tinham motivado a inscrição de uma participação diferida no ativo representativo da parte dos segurados nas menos valias latentes e as depreciações constatadas na carteira de ativos financeiros, em resultado ou diretamente em capitais próprios em função da categoria contabilística a que pertencem.

A variação dos passivos relativos aos contratos emitidos pela companhias de seguros é analisada da seguinte forma:

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
PASSIVOS RELATIVOS AOS CONTRATOS NO INÍCIO DO PERÍODO	133 196	116 409
Dotação para as provisões técnicas dos contratos de seguro e recolha realizada ao nível dos contratos financeiros ligados à atividade de seguros de vida	30 801	11 895
Prestações pagas	(18 177)	(12 407)
Cessões de carteira de contratos	-	(92)
Efeito das variações de perímetro	(6)	18 984
Efeitos das variações de câmbio	140	4
Efeitos das variações de valor dos ativos de contratos em unidades de conta	3 361	(1 597)
PASSIVOS RELATIVOS AOS CONTRATOS EM FIM DE PERÍODO	149 315	133 196

A parte reassegurada dos passivos relativos aos contratos emitidos pelas companhias de seguros é apresentada na nota 5.l.

5.q PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

Provisões para riscos e encargos por natureza

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Provisões para compromissos sociais	5 985	6 019
das quais vantagens posteriores ao emprego (nota 7.b)	4 334	4 398
das quais ajuda médica posterior ao emprego (nota 7.b)	123	116
das quais provisão no âmbito de outras vantagens a longo prazo (nota 7.c)	1 058	972
das quais provisões no âmbito do plano de saída voluntária, pré-reforma, e planos de adaptações de efetivos (nota 7.d)	470	533
Provisões no âmbito das contas e planos de poupança-habitação	142	233
Provisões no âmbito de compromissos por assinatura (nota 2.f)	976	991
Provisões para litígios	1 683	1 448
Outras provisões para riscos e encargos	2 176	1 789
TOTAL DAS PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	10 962	10 480

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS NO INÍCIO DO PERÍODO	10 480	10 311
Dotações líquidas às provisões	1 141	376
Utilização das provisões	(1 102)	(1 260)
Variação das paridades monetárias e diversos	443	1 053
TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS NO FIM DO PERÍODO	10 962	10 480

Provisões para riscos em produtos de poupança com taxa administrada

➤ ATIVOS E PROVISÕES

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Ativos coletados no âmbito das contas e planos poupança-habitação	14 946	14 699
dos quais no âmbito dos planos poupança-habitação	12 076	11 846
com uma antiguidade superior a 10 anos	5 374	5 897
com uma antiguidade compreendida entre 4 anos e 10 anos	4 491	3 290
com uma antiguidade inferior a 4 anos	2 211	2 659
Créditos ativos atribuídos no âmbito de contas e planos de poupança-habitação	379	438
dos quais no âmbito dos planos de poupança-habitação	76	96
Provisões e assimilados constituídos no âmbito das contas e planos de poupança-habitação	152	243
dos quais desconto constituído no âmbito das contas e planos de poupança-habitação	10	10
dos quais provisões constituídas no âmbito das contas e plano de poupança-habitação	142	233
dos quais provisões constituídas no âmbito dos planos com antiguidade superior a 10 anos	65	65
dos quais provisões constituídas no âmbito dos planos com antiguidade compreendida entre 4 anos e 10 anos	28	91
dos quais provisões constituídas no âmbito dos planos com antiguidade inferior a 4 anos	31	68
dos quais provisões constituídas no âmbito das contas de poupança-habitação	18	9

➤ VARIAÇÃO DAS PROVISÕES

Em milhões de euros	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Provisões e assimilados constituídos no âmbito dos planos de poupança-habitação	Provisões e assimilados constituídos no âmbito das contas de poupança-habitação	Provisões e assimilados constituídos no âmbito dos planos de poupança-habitação	Provisões e assimilados constituídos no âmbito das contas poupança-habitação
TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS NO INÍCIO DO PERÍODO	224	19	203	23
Dotações para provisões		9	21	-
Retomas de provisões	(100)		-	(4)
TOTAL DAS PROVISÕES CONSTITUÍDAS NO FIM DO PERÍODO	124	28	224	19

A retoma constatada no âmbito do exercício 2012 resulta essencialmente da revisão do modelo de cálculo das provisões e, em particular, das modalidades de avaliação das taxas de referência adaptadas para se ter em consideração as atuais condições de fixação de preços da liquidez nos produtos oferecidos à clientela particular (cf. nota 1.c.2).

5.r TRANSFERÊNCIAS DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros que o Grupo transferiu mas que não são desreconhecidos são essencialmente constituídos por títulos cedidos temporariamente no quadro de uma operação de acordo de recompra ou de um empréstimo concedido, assim como por créditos que foram alvo de operações de titularização. Os passivos associados aos títulos com acordo de recompra são as dívidas contabilizadas sob a designação « Operações de acordo de recompra ». Os passivos associados aos créditos titularizados são constituídos pelas partes de titularização subscritas por terceiros.

Operações de acordo de recompra e de empréstimos concedidos de títulos :

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012	Valor contabilístico dos ativos transferidos	Valor contabilístico dos passivos associados
Empréstimos concedidos de títulos		
Títulos em valor de mercado por resultado	3 270	
Operações de acordo de recompra		
Títulos em valor de mercado por resultado	52 604	51 915
Títulos classificados em empréstimos concedidos e créditos	957	888
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 422	9 423
Total	66 253	62 226

Operações de titularização que foram alvo de um refinanciamento parcial junto de investidores externos, cujo recurso é limitado aos ativos transferidos:

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012	Valor contabilístico dos ativos transferidos	Valor contabilístico dos passivos associados	Justo valor dos ativos transferidos	Justo valor dos passivos associados	Posição líquida
Titularizações					
Títulos em valor de mercado por resultado	231	217	231	217	14
Empréstimos concedidos e créditos	11 447	8 997	11 487	8 915	2 572
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	283	305	262	283	(21)
Total	11 961	9 519	11 980	9 415	2 565

O banco não realizou nenhuma operação significativa de transferência que levasse ao desreconhecimento parcial ou integral de ativos financeiros e à conservação de uma implicação contínua nestes ativos.

Nota 6 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

6.a COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO DADOS OU RECEBIDOS

Valor contratual dos compromissos de financiamento dados ou recebidos pelo Grupo :

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Compromissos de financiamentos dados		
aos estabelecimentos de crédito	48 628	27 291
aos clientes	215 656	226 007
Abertura de créditos confirmados	176 355	199 706
Outro compromissos em favor dos clientes	39 301	26 301
TOTAL DOS COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTOS DADOS	264 284	253 298
Compromissos de financiamentos recebidos		
dos estabelecimentos de crédito	119 722	119 719
dos clientes	6 036	6 781
TOTAL DOS COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTOS RECEBIDOS	125 758	126 500

6.b COMPROMISSOS DE GARANTIA DADOS POR ASSINATURA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Compromissos de garantia dados		
pelos estabelecimentos de crédito	11 829	14 920
pelos clientes	79 860	91 176
Cauções imobiliárias	1 054	1 783
Cauções administrativas e fiscais e outras cauções	44 283	50 975
Outras garantias dos clientes	34 523	38 418
TOTAL DOS COMPROMISSOS DE GARANTIA DADOS	91 689	106 096

6.c OUTROS COMPROMISSOS DE GARANTIA

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS EM GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos privados) depositados junto dos Bancos Centrais podendo ser mobilizados a qualquer momento em garantia de eventuais operações de refinanciamento após desconto	99 499	91 231
Mobilizados em garantia junto dos bancos centrais	42 201	48 582
Disponíveis para operações de refinanciamento	57 298	42 649
Títulos dados para acordo de recompra	238 734	239 813
Outros ativos financeiros dados em garantia de operações juntos dos estabelecimentos de crédito, dos clientes financeiros, ou dos subscritores de obrigações colateralizadas emitidas pelo Grupo ⁽¹⁾	149 237	119 703

(1) Incluem nomeadamente financiamentos da *Société de Financement de l'Économie Française* e da *Caisse de Refinancement de l'Habitat*.

A parte dos instrumentos financeiros dados pelo Grupo em garantia e que o beneficiário está autorizado a vender ou a dar novamente em garantia ascende a 328 024 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (contra 336 757 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECEBIDOS EM GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Instrumentos financeiros recebidos em garantia (exceto operações de acordos de recompra)	71 671	68 705
nomeadamente instrumentos que o Grupo está habilitado a vender ou a dar novamente em garantia	32 140	30 509
Títulos recebidos com acordo de recompra	174 474	195 530

Os instrumentos financeiros recebidos em garantia ou com acordo de recompra que o Grupo a efetivamente vendeu ou voltou a dar em garantia ascendem a 156 718 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (contra 144 791 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Note 7 REMUNERAÇÃO E VANTAGENS CONCEDIDOS AO PESSOAL

7.a DESPESAS DE PESSOAL

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Salários e vencimentos fixos e variáveis, bônus e participação	11 209	10 844
Indemnizações de saída para a reforma, encargos relacionados com a reforma e outros encargos sociais	3 563	3 724
Impostos, taxas e pagamentos assimilados sobre as remunerações	483	435
TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL	15 255	15 003

7.b VANTAGENS POSTERIORES AO EMPREGO

A norma IAS 19 distingue duas categorias de dispositivos, cada um tratado de forma diferentes segundo o risco suportado pela empresa. Quando o compromisso da empresa consiste em pagar um valor definido (expresso em percentagem do salário anual do beneficiário por exemplo) a um organismo externo que assegura o pagamento das prestações em função dos ativos disponíveis para cada participante no regime, é designado regime de cotizações definidas. Por outro lado, quando o compromisso consiste, para a empresa, em gerar os ativos financeiros financiados pela recolha de cotizações junto dos funcionários e em assumir ela própria o encargo das prestações – ou a garantir o valor final submetido a riscos futuros – é designado regime de prestações definidas. O mesmo ocorre se a empresa entrega sob mandato a gestão da recolha das cotizações e do pagamento das prestações a um organismo externo, mas mantém o risco ligado à gestão dos ativos e à evolução futura das prestações.

Regimes de reforma e outras vantagens ligadas à reforma

O Grupo BNP Paribas implementou, há vários anos, uma política voluntariosa de transformação dos regimes de prestações definidas em regimes de cotizações definidas.

Assim, em França, o Grupo BNP Paribas contribui para diferentes organismos nacionais e interprofissionais de reforma de base e complementar. O BNP Paribas SA e certas filiais implementaram, através de acordo de empresa, uma reforma por capitalização. Desta forma, no momento da sua partida para a reforma, os assalariados beneficiarão de uma renda adicional às pensões pagas pelos regimes nacionais.

Por outro lado, no estrangeiro, tendo em conta que os planos com prestações definidas foram fechados, na maioria dos países, a novos colaboradores, estes têm acesso a planos de pensão com cotizações definidas.

Os valores pagos no âmbito dos regimes posteriores ao emprego com cotizações definidas franceses e estrangeiros ascendem a 531 milhões para o exercício 2012 contra 511 milhões de euros para o exercício 2011.

Regimes de reforma com prestações definidas das entidades do Grupo

Em França, o BNP Paribas paga um complemento de pensão bancária no âmbito dos direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1993 para os reformados e os assalariados com atividade nessa data. Estes compromissos residuais são cobertos por uma provisão constituída nas contas do Grupo, ou são externalizados junto de uma companhia de seguros. Os regimes de reforma com prestações definidas de que beneficiavam os quadros superiores do Grupo BNP, de Paribas e da Compagnie Bancaire, foram encerrados e transformados em regimes de tipo aditivo. Os valores atribuídos aos beneficiários, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua saída para a reforma, foram definitivamente determinados aquando do fecho dos regimes anteriores. Esses regimes de reforma foram externalizados junto de companhias de seguros, no balanço das quais o valor de mercado dos ativos investidos em representação desses regimes é repartido em 83,7 % de obrigações, 6,8 % de ações e 9,5 % de imobiliário.

Na Bélgica, o BNP Paribas Fortis financia um plano com prestações definidas para os seus funcionários e quadros médios, que iniciaram o seu serviço antes da data de harmonização dos regimes de reforma do banco a 1 de Janeiro de 2002, com base no último salário e no número de anos de serviço. Estes compromissos são parcialmente pré-financiados junto da companhia de seguros AG Insurance na qual o grupo BNP Paribas possui uma participação em parte Grupo de 18,73 %. Para os quadros superiores do BNP Paribas Fortis, um regime de reforma oferecendo um capital, em função dos anos de serviço e do salário final, é parcialmente pré-financiado junto das companhias de seguros AXA Belgium e AG Insurance.

Na Bélgica e na Suíça, a lei obriga o empregador a suportar uma garantia de rendimento mínimo sobre os regimes com descontos definidos. Tendo em conta a esta obrigação, estes planos entram no âmbito dos regimes com prestações definidas.

Nalguns países subsistem planos de reforma com prestações definidas, geralmente fechados aos recém-chegados, que assentam, ou na aquisição de uma pensão definida em função do último salário e do número de anos de serviço (Reino Unido), ou na aquisição anual de um capital constitutivo de pensão expressa em percentagem do salário anual e remunerado a uma taxa predefinida (Estados Unidos). Certos regimes são planos de reforma complementares ligados às pensões legais (Noruega). A gestão de certos regimes é assegurada por uma companhia de seguros (Países Baixos), uma fundação (Suíça) ou por organismos de gestão independentes (Reino Unido).

Na Turquia, o regime de reforma substitui-se ao sistema de pensões nacional e é avaliado segundo as modalidades de transferência para o Estado turco.

Este regime é inteiramente coberto por ativos financeiros detidos por uma fundação externa ao Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, cinco países, a Bélgica, o Reino Unido, os Estados Unidos, a Suíça e a Turquia, representam 91% do total dos regimes de reforma com prestações definidas fora de França. O valor de mercado dos ativos destes regimes reparte-se a 59 % em obrigações, 17 % em ações e 24 % noutros instrumentos financeiros (11 % dos quais em contratos de seguros).

Indemnizações de saída ou de fim de carreira

O pessoal das diferentes empresas do Grupo beneficia de diversas prestações contratuais tais como as indemnizações de saída ou de fim de carreira. Em França, a cobertura destas indemnizações é objeto de um contrato externalizado junto de uma companhia de seguros exterior ao Grupo. No estrangeiro, os compromissos brutos no âmbito dessas vantagens estão concentrados em Itália (80 %) onde uma alteração à lei transformou o regime italiano das indemnizações de fim de carreira (TFR) em regime com descontos definidos a contar de 1 de janeiro de 2007. Os direitos adquiridos até 31 de dezembro de 2006 permanecem com prestações definidas.

Régimes de ajuda médica posterior ao emprego

Em França, o BNP Paribas já não tem compromisso no âmbito dos regimes de cobertura médica para com os seus reformados. No estrangeiro, existem vários regimes de cobertura médica para os reformados, os principais encontram-se nos Estados Unidos e na Bélgica.

Compromissos relativos aos regimes de prestações definidas

► ACTIVOS E PASSIVOS CONTABILIZADOS NO BALANÇO

Em milhões de euros, em	Vantagens posteriores ao emprego		Apoio médico posterior ao emprego	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Valor atualizado das obrigações	8 662	8 351	147	121
Valor atualizado bruto dos obrigações para tudo ou parte financiadas por ativos	7 761	7 517	-	-
Valor atualizado das obrigações não financiadas	901	834	147	121
Valor de mercado dos ativos de regime	(4 148)	(3 798)	-	-
Valor de mercado dos ativos distintos ⁽¹⁾	(2 639)	(2 463)	-	-
Custos ainda não contabilizados em conformidade com as disposições da norma IAS 19	(546)	(407)	(24)	(5)
(Custo) dos serviços passados	(153)	(164)	-	1
(Perdas) ou ganhos líquidos atuariais	(393)	(243)	(24)	(6)
Limitação de ativo	209	91	-	-
OBRIGAÇÃO LÍQUIDA PARA OS REGIMES DE PRESTAÇÕES DEFINIDAS	1 538	1 774	123	116
Ativo contabilizado no balanço para os regimes de prestações definidas	(2 796)	(2 624)	-	-
dos quais ativos líquidos dos regimes de prestações definidas	(157)	(161)	-	-
dos quais valor de mercado dos ativos distintos	(2 639)	(2 463)	-	-
Obrigação contabilizada no balanço para os regimes com prestações definidas	4 334	4 398	123	116

(1) Os ativos distintos são principalmente colocados no balanço das filiais de seguros do Grupo - nomeadamente AG Insurance no âmbito do plano de prestações definidas do BNP Paribas Fortis - em cobertura dos compromissos de outras entidades do Grupo que foram transferidos para estas para cobrir as vantagens posteriores ao emprego de certas categorias de salários.

➤ **VARIAÇÃO DO VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES**

Em milhões de euros	Vantagens posteriores ao emprego		Anoio médico posterior ao emprego	
	Exercício 2012	Exercício 2011	Exercício 2012	Exercício 2011
VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO	8 351	8 052	121	114
Custo dos serviços prestados durante o Exercício	311	300	3	3
Encargos com a atualização dos compromissos	310	320	5	5
Custo das modificações de regime do período	(2)	(8)	2	1
Efeitos das reduções ou liquidações de regime	(73)	(97)	-	(1)
Perdas ou (ganhos) atuariais do período	284	210	22	3
Cotizações dos membros dos regimes	30	30	-	-
Prestações pagas aos beneficiários diretamente pagos pelo empregador	(130)	(145)	(4)	(5)
Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas	(380)	(297)	-	-
Efeito das variações de câmbio	31	23	(1)	2
Efeito das variações de perímetro	(71)	(37)	-	-
Outras variações	1		(1)	(1)
VALOR ATUALIZADO DAS OBRIGAÇÕES NO FIM DO PERÍODO	8 662	8 351	147	121

➤ **VARIAÇÃO DO VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DE REGIME**

Em milhões de euros	Vantagens posteriores ao emprego	
	Exercício 2012	Exercício 2011
VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DE REGIME NO INÍCIO DO PERÍODO	3 798	3 889
Rendimento esperado dos ativos de regime	179	188
Efeitos das liquidações de regime	(19)	(55)
(Perdas) ganhos atuariais do período	112	(49)
Cotizações dos membros dos regimes	21	21
Cotizações pagas pelo BNP Paribas aos ativos de regimes	292	127
Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas	(211)	(138)
Efeito das variações de câmbio	32	(31)
Efeito das variações de perímetro	(53)	(155)
Outras variações	(3)	1
VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DE REGIME NO FIM DO PERÍODO	4 148	3 798

Os regimes de cobertura médica não são objeto de pré-financiamento.

➤ VARIACÃO DO VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DISTINTOS

Em milhões de euros	Vantagens posteriores ao emprego	
	Exercício 2012	Exercício 2011
VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DISTINTOS NO INÍCIO DO PERÍODO	2 463	2 366
Rendimento esperado dos ativos distintos	97	92
Efeitos das liquidações de regime	-	-
Ganhos atuariais do período	124	1
Cotizações dos membros dos regimes	10	9
Cotizações pagas pelo BNP Paribas aos ativos distintos	146	111
Prestações pagas aos beneficiários de prestações financiadas	(169)	(159)
Efeito das variações de câmbio	-	3
Efeito das variações de perímetro	(32)	41
Outras variações	-	(1)
VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS DISTINTOS NO FIM DO PERÍODO	2 639	2 463

Os regimes de cobertura médica não são alvo de pré-financiamento.

➤ COMPONENTES DO ENCARGO RELATIVO AOS PLANOS DE PRESTAÇÕES DEFINIDAS

Em milhões de euros	Vantagens posteriores ao emprego		Apoio médico posterior ao emprego	
	Exercício 2012	Exercício 2011	Exercício 2012	Exercício 2011
CÔSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS DURANTE O EXERCÍCIO	311	300	3	3
Encargo c/ a atualização dos compromissos	310	320	5	5
Rendimento esperado dos ativos de regime	(179)	(188)	-	-
Rendimento esperado dos ativos distintos	(97)	(92)	-	-
Amortização dos ganhos ou perdas atuariais	(86)	62	3	-
Amortização dos serviços passados	9	5	1	-
Efeitos das reduções ou liquidações de regime	(65)	(39)	-	(1)
Efeitos das limitações de ativo	135	(32)	-	-
Outras variações	1	(2)	-	-
TOTAL PORTÉ DANS LES « FRAIS DE PERSONNEL »	339	334	12	7

Modalidades de avaliação dos compromissos

Os regimes de prestações definidas são alvo de avaliações atuariais independentes de acordo com a metodologia das unidades de crédito projetadas a fim de determinar o encargo correspondente aos direitos adquiridos pelos assalariados e às prestações que faltam pagar aos pré-reformados e reformados. As hipóteses demográficas e financeiras utilizadas para fazer uma estimativa do valor atualizado das obrigações e dos ativos de cobertura desses regimes têm em consideração as condições económicas próprias a cada país ou empresa do Grupo.

Os compromissos existentes no âmbito dos regimes de ajuda médica posterior ao emprego são avaliados utilizando as tabelas de mortalidade específicas a cada país e as hipóteses de evolução dos custos médicos. Essas hipóteses, baseadas em observações históricas, têm em consideração as evoluções futuras estimadas do custo dos serviços médicos resultando tanto do custo das prestações médicas como da inflação.

Principais hipóteses atuariais utilizadas para o cálculo dos compromissos das vantagens posteriores ao emprego (exceto apoio médico posterior ao emprego)

Para cada zona monetária, o Grupo atualiza os seus compromissos com base nas obrigações privadas de primeira categoria cuja maturidade corresponde à duração dos compromissos avaliados. Até 31 de dezembro de 2011, o Grupo utilizava, para a zona Euro as taxas das obrigações de Estado, tais como refletidas no índice iBoxx Eurozone. A evolução em 2012 das taxas dadas por este índice que são agora mais elevadas que as taxas das obrigações

privadas AA, levou o Grupo a adotar a referência geralmente utilizada as obrigações privadas notadas AA, como refletida no índice iBoxx Euro. O efeito desta mudança de referência foi um aumento de 238 milhões de euros dos compromissos, sem impacto sobre as contas a 31 de dezembro de 2012, tendo em conta o mecanismo de contabilização diferida dos ganhos e perdas atuariais a seguir apresentado.

As taxas assim determinadas são as seguintes:

Em percentagem	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
	França	Zona Euro fora de França	Reino Unido	Estados- Unidos	França	Zona Euro fora de França	Reino Unido	Estados Unidos
Taxa de atualização	1,42 %-2,69 %	2,03 %-2,69 %	4,00 %	3,90 %	3,14 %-4,64 %	3,30 %-4,70 %	3,50 %	4,50 %
Taxa de aumento futuro dos salários ⁽¹⁾	2,60 %-3,60 %	2,00 %-3,90 %	2,00 %-4,25 %	4,00 %	3,00 %-4,50 %	2,00 %-4,65 %	2,00 %-4,50 %	4,00 %

(1) Incluindo aumento dos preços (inflação).

Rendimento dos ativos de regime e ativos distintos durante o período

As taxas de rendimento esperadas dos ativos de cobertura dos regimes são determinadas ponderando o rendimento antecipado em cada uma das categorias de ativos pelo seu peso respetivo no justo valor dos ativos.

Em percentagem	Exercício 2012				Exercício 2011			
	França	zona Euro fora de França	Reino Unido	Estados- Unidos	França	zona Euro fora de França	Reino Unido	Estados Unidos
Rendimento esperado dos ativos de regime e ativos distintos ⁽¹⁾	3,55 %	2,27 %-3,92 %	3,40 %-6,10 %	3,00 %-6,00 %	3,90 %	3,25 %-4,70 %	3,00 %-6,20 %	4,50 %-6,00 %
Rendimento efetivo dos ativos de regime e ativos distintos ⁽¹⁾	3,70 %	2,00 %-19,00 %	4,78 %-10,00 %	8,00 %-14,00 %	3,68 %	1,00 %-6,40 %	2,80 %-7,40 %	1,00 %-5,00 %

(1) Intervalo de preços representativo da existência de vários planos no seio de um mesmo país ou de uma mesma zona geográfica ou monetária.

Ganhos ou perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais constataam os aumentos ou as diminuições do valor atual de uma obrigação no âmbito de prestações definidas ou do justo valor dos ativos do regime correspondente. Os ganhos ou perdas atuariais resultantes da variação de valor atual de uma obrigação de um regime com prestações definidas proveem, por um lado, dos ajustamentos ligados à experiência (diferenças entre as hipóteses atuariais anteriores e a realidade observada) e, por outro lado, dos efeitos de mudanças de hipóteses atuariais.

O BNP Paribas aplica o método do «corredor» autorizado pela norma IAS 19, que prescreve de diferir a contabilização dos ganhos ou perdas atuariais quando estas não excedem o limite de 10% do valor mais elevado entre o compromisso e os ativos de cobertura. O cálculo do «corredor» é efetuado separadamente para cada plano com prestações definidas. Quando esse limite é transposto, a fração das diferenças atuariais excedendo esse limite é constatada em resultado por alargamento da duração residual do plano.

O quadro abaixo detalha os ganhos e perdas atuariais:

Em milhões de euros, em	Vantagens posteriores ao emprego	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
PERDAS ATUARIAIS LÍQUIDAS DIFERIDAS	(393)	(243)
PERDAS LÍQUIDAS ATUARIAIS GERAIS DURANTE O EXERCÍCIO	(48)	(258)
das quais ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos de regime e ativos distintos	236	(51)
das quais perdas atuariais de hipóteses sobre o valor atualizado das obrigações	(393)	(275)
das quais atuariais ditas de experiência sobre o valor atualizado das obrigações	109	68

7.c OUTRAS VANTAGENS A LONGO PRAZO

O BNP Paribas consente aos seus assalariados diversas vantagens a longo prazo, principalmente prémios de antiguidade, a faculdade de poupar dias de férias, e algumas proteções em caso de incapacidade de trabalho.

Por outro lado, no quadro da política de remuneração variável implementada no seio do Grupo, são estabelecidos planos anuais de remuneração diferida em benefício de certos

colaboradores, cuja contribuição para as performances do Grupo é significativa, ou por aplicação de disposições regulamentares particulares. Esses planos preveem o pagamento diferido no tempo da remuneração variável e submetem, se tal for o caso, esse pagamento a condições de performance das atividades, polos e do Grupo.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Provisões líquidas no âmbito das outras vantagens a longo prazo	956	864
Ativo contabilizado no balanço no âmbito das outras vantagens a longo prazo	(102)	(108)
Obrigação contabilizada no balanço no âmbito das outras vantagens a longo prazo	1 058	972

7.d INDEMNIZAÇÕES DE FIM DE CONTRATO DE TRABALHO

O BNP Paribas implementou um certo número de planos de saídas antecipadas com base no voluntariado de assalariados respondendo a certos critérios de elegibilidade. Os encargos

ligados aos planos de saída voluntária e ao plano de adaptação dos efetivos são objeto de provisões no âmbito do pessoal em atividade elegíveis desde que o plano visado tenha sido alvo de um acordo ou de uma proposta de acordo paritária.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Provisões no âmbito dos planos de saída voluntária, pré-reforma, e plano de adaptação dos efetivos	470	533

7.e PAGAMENTOS À BASE DE AÇÕES

Planos de fidelização, de remuneração e de gratificação em ações

O BNP Paribas implementou, em benefício de alguns dos seus colaboradores diferentes produtos de remuneração à base de ações:

- no Plano Global de Gratificação em Ações integrando:
 - planos de ações de desempenho,
 - planos de opções de subscrição ou de compra de ações;
- planos de remuneração a longo prazo pagos em numerário, indexados à cotação da ação BNP Paribas, principalmente para os colaboradores cujas atividades são suscetíveis de ter uma incidência sobre o perfil de risco do Grupo.

Plano Global de Gratificação em Ações

Até 2005, o BNP Paribas e o BNL atribuíram diversos planos de opções de subscrição a certos colaboradores do Grupo, no âmbito das autorizações sucessivas concedidas pelas Assembleias-gerais.

A partir de 2006, o BNP Paribas implementou um Plano Global de Gratificação em Ações, consistindo na atribuição a certos colaboradores do Grupo de opções de subscrição de ações e atribuição de ações de desempenho.

Este Plano Global de Gratificação em Ações tem por objetivo associar diferentes categorias de quadros ao desenvolvimento da valorização do Grupo, favorecendo assim a convergência dos seus interesses com os dos acionistas. Este pessoal é representativo dos talentos do Grupo e da sucessão do seu enquadramento: quadros dirigentes, quadros ocupando um cargo chave, responsáveis operacionais ou peritos, quadros com potencial, jovens quadros identificados devido aos seus desempenhos e às suas perspectivas de evolução profissional, e contribuidores-chave para os resultados do Grupo.

O preço de exercício dos planos de opções de subscrição, determinado no momento de cada emissão não inclui desconto. A duração de vida das opções foi reduzida para 8 anos a contar do plano atribuído em 2005.

No que concerne os planos de ações de desempenho, até 2008, o período de aquisição era de 2 ou 4 anos segundo os casos. As ações de desempenho atribuídas desde 2009 são adquiridas a título definitivo, sob condição de presença depois de um período de aquisição de 3 ou 4 anos segundo o caso, e o período de conservação das ações de desempenho é de dois anos para os colaboradores franceses.

Desde 2010, a fração da atribuição condicional de cada beneficiário foi fixada em 100 % da atribuição total para os membros da Comissão executiva e para os quadros dirigentes do grupo BNP Paribas, e 20 % para os outros beneficiários.

Relativamente às ações de desempenho atribuídas até 2011, a condição de desempenho a que está sujeita uma fração dessas ações refere-se ao resultado por ação do Grupo.

Em 2012, só foram atribuídas as ações de desempenho. A condição de desempenho escolhida foi alterada e é agora semelhante à escolhida no passado para os planos de stock-options.

Assim, esta condição é apreciada em função do desempenho relativo do título BNP Paribas em relação ao índice Dow Jones Euro Stoxx Bank.

No quadro dos planos de opções implementados entre 2003 e 2011, a condição de desempenho não foi integralmente realizada em 6 das 27 medidas de desempenho realizadas e as modalidades de ajustamento previstas foram implementadas. Relativamente aos planos de ações de desempenho atribuídos desde 2009, a condição de desempenho não foi atingida 1 vez em 7 medidas levando à perda da fração condicional correspondente.

Todos os planos não expirados resultarão numa eventual subscrição ou entrega de ações BNP Paribas.

Remuneração variável diferida paga em numerário indexado à cotação da ação

No quadro da política de remuneração variável implementada no seio do Grupo, planos anuais de remuneração diferida estabelecidos em benefício de certos colaboradores, cuja contribuição para os desempenhos do Grupo seja significativa, ou por aplicação de disposições regulamentares particulares, preveem uma remuneração variável sobre um período plurianual e pagável em numerário indexado à cotação da ação, o pagamento sendo reportado em vários anos.

Remuneração variável a contar do exercício 2009 para os colaboradores submetidos a disposições regulamentares particulares

Desde a publicação da portaria do Ministério da Economia e das Finanças de 13 de dezembro de 2010, os planos de remuneração variável aplicam-se aos colaboradores do Grupo que exercíveis de ter uma incidência significativa no perfil de risco da empresa. Este perímetro de aplicação era mais restrito em 2009 uma vez que de destinava principalmente a profissionais de mercado.

Estes planos preveem o pagamento diferido no tempo da remuneração variável e submetem, se tal for o caso, este pagamento às condições de desempenho das áreas de intervenção, dos polos e do Grupo.

As quantias pagas sê-lo-ão nomeadamente em numerário indexado à evolução, à subida ou à descida, da ação BNP Paribas. Além disso, em conformidade com a portaria de 13 de dezembro de 2010, uma parte das remunerações variáveis atribuída durante o ano no âmbito do desempenho do exercício anterior é igualmente indexada à ação BNP Paribas e paga aos beneficiários durante o ano de atribuição.

Remuneração variável diferida para os outros colaboradores do Grupo

Os planos anuais de remuneração diferida aplicáveis aos colaboradores cuja contribuição para os desempenhos do Grupo é significativa são, todo ou em parte, pagos em numerário indexado à evolução, à subida ou à descida, da ação BNP Paribas.

➤ ENCARGO REPRESENTADO PELOS PAGAMENTOS À BASE DE AÇÕES

Encargo em milhões de euros	Exercício 2012			Exercício 2011
	Planos de opções de subscrição e de compra de ações	Plano de atribuição de ações gratuitas	Planos de remuneração variável diferida	Encargo total
Planos de remuneração diferida anteriores			160	160
Planos de remuneração diferida do exercício			294	294
Plano global de gratificação em ações	27	45		72
TOTAL	27	45	454	526
				71

Princípios de avaliação dos planos de opções de subscrição de ações e de ações de desempenho

Em conformidade com as prescrições da norma IFRS 2, o BNP Paribas avalia as opções de subscrição de ações e as ações de desempenho atribuídas e contabiliza um encargo, determinado na data de atribuição do plano, calculado respetivamente a partir do valor de mercado das opções e das ações. Estas são portanto avaliadas pelo seu valor inicial que não poderá ser modificado a seguir em função da evolução ulterior da cotação da Bolsa do título BNP Paribas. Apenas as hipóteses relativas à população de beneficiários (perdas de direito) e às condições de desempenho interno podem ser alvo de uma revisão durante o período de aquisição dos direitos e dar lugar a um reajustamento do encargo. A valorização dos planos do Grupo é efetuada por uma empresa especializada independente.

Valorização das opções de subscrição de ações

Os modelos escolhidos para a valorização das opções de subscrição de ações são os algoritmos de tipo árvore (binomial ou trinomial) para poder ter em conta a possibilidade de exercer de forma não ótima as opções a partir da data de disponibilidade. Para a valorização das características de certas atribuições secundárias ligadas ao desempenho relativo do BNP Paribas em relação a um índice setorial, foi igualmente escolhido o método dito de Monte-Carlo.

A volatilidade implícita escolhida para a valorização dos planos foi estimada a partir de um painel de cotações efetuadas por diferentes salas de mercado. O nível de volatilidade escolhido tem em conta a evolução das volatilidades históricas medidas sobre o índice de referência e o título BNP Paribas cobrindo um período de observação de 10 anos.

As opções de subscrição de ações atribuídas em 2011 foram valorizadas entre 11,03 e 12,13 euros dependendo do facto de estarem ou não submetidas a uma condição de desempenho e de acordo com as diferentes tranches de atribuição secundária.

Não foi atribuída qualquer opção de subscrição de ações em 2012.

	Exercício 2011
	Plano atribuído em 04/03/2011
Cotação da ação BNP Paribas na data de atribuição (em euros)	54,49
Preço de exercício da opção (em euros)	56,45
Volatilidade implícita da ação BNP Paribas	28,5 %
Maturidade	8 anos
Dividendo e s p e r a d o da ação BNP Paribas ⁽¹⁾	4,1 %
Taxa de juro sem risco	3,5 %
Taxa de perda dos direitos	1,3 %

(1) A taxa de dividendo acima indicada é uma média da série de dividendos anuais estimados.

Valorização das ações de desempenho

O valor unitário das ações de desempenho escolhido é o valor no fim do período de conservação acrescido dos dividendos posteriores à data de aquisição, atualizado à data de atribuição.

As ações de desempenho atribuídas em 2012, em função do facto de serem submetidas ou não a uma condição de desempenho, foram valorizadas entre

28,47 e 33,45 euros para as atribuições aos colaboradores que exercem

a sua atividade em França e entre 27,46 e 32,36 euros para as atribuições aos colaboradores que exercem a sua atividade fora de França. As ações de desempenho atribuídas em 2011 foram valorizadas em 47,84 euros para as atribuições aos colaboradores que exercem a sua atividade em França e 45,95 euros para as atribuições aos colaboradores que exercem a sua atividade fora de França.

	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Plano atribuído a 6 de março de 2012		Plano atribuído a 4 de março de 2011	
	adquirido a 9 de março de 2012	adquirido a 7 de março de 2012	adquirido a 4 de março de 2011	adquirido a 4 de março de 2011
Cotação da ação BNP Paribas na data de atribuição (em euros)	37,195	37,195	54,49	54,49
Data de disponibilidade	09/03/2012	07/03/2012	04/03/2011	04/03/2011
Dividendo esperado da ação BNP Paribas ⁽¹⁾	3,23 %	3,23 %	4,10 %	4,10 %
Taxa de juro sem risco	1,53 %	1,33 %	2,99 %	2,81 %
Taxa de perda dos direitos	2,00 %	2,00 %	2,00 %	2,00 %

(1) A taxa de dividendo acima indicada é uma média da série de dividendos anuais estimados.

Histórico dos planos atribuídos no quadro do Plano Global de Gratificação em Ações

As características e condições gerais ligadas ao conjunto das atribuições no âmbito dos planos existentes em 31 de dezembro de 2012 encontram-se descritas no quadro seguinte:

➤ PLANOS DE OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Características do plano							Opções ativas no fim do período	
Empresa emissora do plano	Data de atribuição	Número de beneficiários	Número de opções atribuídas	Data de saída de exercício das opções	Data de expiração das opções	Preço de exercício ajustado (em euros) ⁽¹⁾	Número de opções ⁽¹⁾	Duração residual em anos até à maturidade das opções
BNL ⁽³⁾	20/10/2000	161	504 926	20/10/2003	20/10/2013	100,997	435 166	0,8
BNL ⁽³⁾	26/10/2001	223	573 250	26/10/2004	26/10/2014	61,888	4 856	1,8
BNP Paribas SA ⁽²⁾	21/03/2003	1 302	6 693 000	21/03/2007	20/03/2013	35,87	2 077 347	0,2
BNP Paribas SA ⁽²⁾	24/03/2004	1 458	1 779 850	24/03/2008	21/03/2014	48,15	1 252 760	1,2
BNP Paribas SA ⁽²⁾	25/03/2005	2 380	4 332 550	25/03/2009	22/03/2013	53,28	3 932 248	0,2
BNP Paribas SA ⁽²⁾	05/04/2006	2 583	3 894 770	06/04/2010	04/04/2014	73,40	3 483 945	1,3
BNP Paribas SA ⁽²⁾	08/03/2007	2 023	3 630 165	08/03/2011	06/03/2015	80,66	3 315 460	2,2
BNP Paribas SA ⁽²⁾	06/04/2007	219	405 680	06/04/2011	03/04/2015	76,57	371 008	2,3
BNP Paribas SA ⁽²⁾	18/04/2008	2 402	3 985 590	18/04/2012	15/04/2016	64,47	3 732 876	3,3
BNP Paribas SA ⁽²⁾	06/04/2009	1 397	2 376 600	08/04/2013	05/04/2017	35,11	2 282 515	4,3
BNP Paribas SA ⁽²⁾	05/03/2010	1 820	2 423 700	05/03/2014	02/03/2018	51,20	2 323 340	5,2
BNP Paribas SA ⁽²⁾	04/03/2011	1 915	2 296 820	04/03/2015	04/03/2019	56,45	2 246 700	6,2
TOTAL DAS OPÇÕES ATIVAS NO FIM DO PERÍODO							25 458 221	

(1) Os números de opções e os preços de exercício foram ajustados, quando necessário, para ter em conta a divisão do nominal da ação BNP Paribas por dois ocorrida a 20 de fevereiro de 2002, e dos destacamentos de um Direito Preferencial de Subscrição ocorridos a 7 de março de 2006 e a 30 de setembro de 2009, em conformidade com a regulamentação em vigor.

(2) As modalidades de exercício de uma fração das opções atribuídas aos assalariados são subordinadas à realização de uma condição de desempenho relativa do título BNP Paribas, em relação ao índice setorial Dow Jones Euro Stoxx Bank, durante o período de indisponibilidade. Na sequência desta condição de desempenho relativo, o preço de exercício ajustado foi fixado em:

- 37,67 euros para 274 161 opções do plano de 21 de Março de 2003 ativas em fim de período
- 50,55 euros para 3 080 opções do plano de 24 de Março de 2004 ativas em fim de período
- 55,99 euros para 169 863 opções do plano de 25 Março de 2005 ativas em fim de período
- 77,06 euros para 155 263 opções do plano de 5 Abril de 2006 ativas em fim de período

(3) No seguimento da fusão ocorrida a 1 de Outubro de 2007 entre o BNL e o BNP Paribas, os planos de opções atribuídos pelo BNL entre 1999 e 2001 dão aos beneficiários desde a data da fusão, o direito de subscrever um determinado número de ações BNP Paribas, em conformidade com a relação de troca (1 ação BNP Paribas por 27 ações BNL), a um preço de exercício ajustado pela mesma relação de troca.

➤ PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES DE DESEMPENHO

Características do plano							Número de ações ainda não adquiridas ativas no fim do período ⁽²⁾
Empresa emissora do plano	Data atribuição						
BNP Paribas SA ⁽¹⁾	2007-2008						401
BNP Paribas SA ⁽¹⁾	06/04/2009	2 247	359 930	10/04/2012	10/04/201		2 221
BNP Paribas SA	06/04/2009	1 686	278 325	08/04/2013	08/04/201		263 494
BNP Paribas SA	05/03/2010	2 536	510 445	05/03/2013	05/03/201		493 495
BNP Paribas SA	05/03/2010	2 661	487 570	05/03/2014	05/03/201		465 760
BNP Paribas SA	04/03/2011	2 574	541 415	04/03/2014	04/03/201		531 005
BNP Paribas SA	04/03/2011	2 743	499 035	04/03/2015	04/03/201		489 900
BNP Paribas SA	06/03/2012	2 610	1 072 480	09/03/2015	09/03/201		1 057 295
BNP Paribas SA	06/03/2012	2 755	849 455	07/03/2016	07/03/201		823 490
TOTAL DAS AÇÕES ATIVAS NO FIM DO PERÍODO							4 127 061

(1) A data de aquisição definitiva de certas ações foi diferida por ausência de beneficiários na data inicialmente prevista.

(2) O número de ações foi ajustado para ter em consideração o destacamento de um Direito Preferencial de Subscrição ocorrido a 30 de setembro de 2009.

Movimentos ocorridos nos planos de opções de subscrição e de atribuição de ações de desempenho durante os dois últimos exercícios

➤ PLANOS DE OPÇÕES DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado (em euros)	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado (em euros)
OPÇÕES ATIVAS A 1 DE JANEIRO	27 509 625	58,67	28 752 600	58,05
Opções atribuídas durante o período	-	-	2 296 820	56,45
Opções exercidas durante o período	(581 181)	36,07	(2 770 177)	46,17
Opções que se tornaram caducas durante o período	(1 470 223)		(769 618)	
OPÇÕES ATIVAS A 31 DE DEZEMBRO	25 458 221	59,24	27 509 625	58,67
OPÇÕES EXERCÍVEIS A 31 DE DEZEMBRO	18 605 666	63,55	16 722 292	61,99

A cotação de Bolsa média do período de levantamento de opções em 2012 ascende a 41,99 euros (contra 54,84 euros em 2011).

➤ PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES DE DESEMPENHO

	Exercício 2012	Exercício 2011
	Número de ações	Número de ações
AÇÕES ATIVAS A 1 DE JANEIRO	2 633 568	1 637 867
Ações atribuídas durante o período	1 921 935	1 040 450,00
Ações adquiridas de forma definitiva durante o período	(351 808)	(2 392,00)
Ações que se tornaram caducas durante o período	(76 634)	(42 357,00)
AÇÕES ATIVAS A 31 DE DEZEMBRO	4 127 061	2 633 568

➤ SUBSCRIÇÃO OU COMPRA DE AÇÕES PELO PESSOAL NO QUADRO DO PLANO DE POUPANÇA EMPRESA

	Exercício 2012	Exercício 2011
Data do anúncio do plano	3 maio 2012	11 maio 2011
Cotação da ação BNP Paribas na data de anúncio do plano (em euros)	30,15	54,23
Número de ações emitidas	4 289 709	6 315 653
Preço de subscrição (em euros)	25,00	42,40
Taxa de juro sem risco a 5 anos	1,67 %	2,76 %
Taxa de empréstimo contraído 5 anos in fine	7,52 %	7,63 %
Justo valor da inaccessibilidade	29,00 %	25,14 %

Tanto em 2012 como em 2011, o desconto consentido aquando da subscrição de ações pelo pessoal no quadro do Plano de Poupança Empresa é inferior à valorização de inaccessibilidade durante cinco anos e não deu portanto lugar à constatação de um encargo nas contas do Grupo.

Entre os funcionários do Grupo BNP Paribas a quem foi dada a possibilidade de subscrever a esta oferta, 27 % decidiram realizar este investimento, tendo portanto 73 % renunciado a dar continuidade a esta proposta em 2012.

Nota 8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.a EVOLUÇÃO DO CAPITAL E RESULTADO POR AÇÃO

Resoluções da Assembleia Geral dos acionistas utilizáveis durante o exercício 2012

As seguintes delegações com validade em 2012, foram concedidas pela Assembleia-geral dos acionistas ao Conselho de administração para proceder a aumentos ou reduções de capital:

Resoluções da Assembleia geral dos acionistas	Utilização feita durante o exercício 2012
<p>Assembleia-Geral Mista de 12 de maio de 2010 (19ª resolução)</p> <p>Autorização dada ao Conselho de administração para realizar operações reservadas aos aderentes do Plano Poupança Empresa de Grupo BNP Paribas BNP Paribas podendo tomar a forma de aumentos de capital e/ou de cessões de títulos reservados.</p> <p><i>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social de um valor nominal máximo de 46 milhões de euros, pela emissão de ações (com supressão do direito preferencial de subscrição) reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa do Grupo BNP Paribas ou por cessão de ações.</i></p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e foi privada de efeito pela 20ª resolução da Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012.</p>	<p>Emissão de 4 289 709 ações novas com um nominal de 2 euros constatada a 29 de junho de 2012</p>
<p>Assembleia-Geral Mista de 11 de maio de 2010 (5ª resolução)</p> <p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações pela sociedade até à detenção de um máximo de 10 % do número de ações que compõem o capital social. As referidas aquisições de ações, por um preço máximo de 75 euros por ação, destinar-se-iam a cumprir vários objetivos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de recompra de ações, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no quadro da participação aos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado ou de planos de poupança empresa, - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia geral mista de 11 de maio de 2011, - cobrir qualquer forma de distribuição de ações em benefício dos assalariados e dos mandatários sociais do BNP Paribas e das sociedades exclusivamente controladas pelo BNP Paribas na aceção do artigo L233-16 do Código Comercial, - para fins de conservação e de entrega posterior para troca como pagamento no quadro de operações de crescimento externo, de fusão, de cisão ou de contribuição, - no quadro de um contrato de liquidez em conformidade com a Carta de deontologia reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros, - para fins de gestão patrimonial e financeira. <p>Esta autorização foi dada para um período de 18 meses e foi privada de efeito pela 5ª resolução da Assembleia geral mista de 23 de maio de 2012.</p>	<p>No quadro do contrato de liquidez, de 1 de janeiro a 23 de maio de 2012 foram compradas 586 934 ações com um nominal de 2 euros e foram vendidas 577 489 ações com um nominal de 2 euros</p>
<p>Assembleia-Geral Mista de 11 de maio de 2010 (15ª resolução)</p> <p>Autorização para proceder a atribuições de ações de desempenho em benefício de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo.</p> <p>As ações atribuídas poderão existir ou ser emitidas e representarão no máximo 1,5 % do capital social do BNP Paribas, à data da decisão da sua atribuição, ou seja menos de 0,5 % por ano. Esta autorização foi dada por um período de 38 meses.</p>	<p>Atribuição de 1 921 935 ações de desempenho aquando do Conselho de administração de 6 de março de 2012</p>

Resoluções da Assembleia geral mista dos acionistas		Utilização feita durante o exercício 2012
Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011 (16ª resolução)	<p>Autorização para consentir opções de subscrição ou de compra de ações em benefício de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo.</p> <p>Esta autorização refere-se a um número de títulos representando no máximo 3 % do capital social do BNP Paribas, na data da decisão da sua atribuição, ou seja menos de 1 % por ano. Este plafond é global e comum às 15ª e 16ª resoluções da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011. Esta autorização foi dada por um período de 38 meses.</p>	Não foi feito uso desta resolução
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (3ª resolução)	<p>Decisão da Assembleia geral de propor aos acionistas um dividendo pagável em numerário ou em novas ações.</p> <p>O pagamento do dividendo em novas ações teve por consequência o aumento do capital de 83 358 352 euros, ou seja 41 679 176 ações. Esta operação resultou num prémio de emissão de 941 115 794,08 euros.</p>	Emissão de 41 679 176 novas ações com um nominal de 2 euros a 26 de junho de 2012
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (5ª resolução)	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações pela sociedade até à detenção de um máximo de 10 % do número de ações que compõem o capital social.</p> <p>As referidas aquisições de ações, por um preço máximo de 60 euros por ação (75 euros anteriormente), <i>seriam destinadas a cumprir vários objetivos, nomeadamente :</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa, - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (21ª resolução), - cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados do BNP Paribas e das sociedades controladas exclusivamente pelo BNP Paribas na aceção do artigo L233-16 do Código comercial,; - para conservá-las e entrega-las posteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de operações de crescimento externo, de fusão, de cissão ou de contribuição, - no quadro de um contrato de liquidez em conformidade com a Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros. <p>Esta autorização foi dada por um prazo de 18 meses e substitui aquela que foi dada pela 5ª resolução da Assembleia geral mista de 11 de maio de 2011.</p>	No quadro do contrato de liquidez, de 24 de maio a 31 de dezembro de 2012, foram compradas 1 156 315 ações com um nominal de 2 euros e foram vendidas 1 245 515 ações com um nominal de 2 euros.
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (13ª resolução)	<p>Emissão, com manutenção do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito.</p> <p>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 1 bilhão de euros (ou seja 500 milhões de ações). O valor nominal dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 bilhões de euros. Esta autorização foi dada para um período de 26 meses e substitui aquela acordada pela 12ª resolução da Assembleia geral mista de 12 de maio de 2010.</p>	Não foi feito uso desta resolução

Resoluções da Assembleia Geral dos acionistas		Utilização feita durante o exercício 2012
Assembleia Geral Mista de 23 de maio 2012 (14ª resolução)	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição e faculdade de atribuição de um prazo de prioridade, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito.</p> <p>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja 175 milhões de ações). O valor nominal dos títulos de crédito dando acesso ao capital da Empresa, suscetíveis de ser emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 7 bilhões de euros. Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui aquela concedida pela 13ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	Não foi feito uso desta resolução
Assembleia Geral Mista de 23 de maio 2012 (15ª resolução)	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital, destinadas a remunerar os títulos angariados no âmbito de ofertas públicas de troca.</p> <p>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja 175 milhões de ações). Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui aquela concedida pela 13ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	Não foi feito uso desta resolução
Assembleia Geral Mista de 23 de maio 2012 (16ª resolução)	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital, destinadas a remunerar os títulos no limite de 10 % do capital.</p> <p>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 % do capital social do BNP Paribas na data da decisão do Conselho de administração.</p> <p>Esta delegação foi dada por um período de 26 meses e substitui aquela concedida pela 15ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	Não foi feito uso desta resolução
Assembleia Geral Mista de 23 de maio 2012 (17ª resolução)	<p>Limitação global das autorizações de emissão com supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p>É tomada a decisão de limitar o valor global das autorizações de emissões com supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado em 350 milhões de euros o montante nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 14ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral e, por outro lado, em 7 bilhões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos no quadro das autorizações conferidas pelas 14ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral.</p>	Sem objeto
Assembleia Geral Mista de 23 de maio 2012 (18ª resolução)	<p>Aumento de capital por incorporação de reservas ou de lucros de prémios de emissão ou de contribuição.</p> <p>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social dentro do limite de um valor nominal máximo de 1 bilhão de euros pela incorporação, sucessiva ou simultânea, no capital, de tudo ou parte das reservas, lucros ou prémios de emissão, de fusão, ou de contribuição, a realizar por criação e atribuição gratuita de ações ou por elevação do valor nominal das ações ou pela aplicação conjunta destes dois processos. Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui-se àquela concedida pela 17ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	Não foi feito uso desta resolução

Resoluções da Assembleia Geral dos acionistas	Utilização feita durante o exercício 2012	
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (19ª resolução)	<p>Limitação global das autorizações de emissão com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição. É tomada a decisão de limitar o valor global das autorizações de emissões com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, em 1 bilhão de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 13ª a 16ª resoluções da presente Assembleia geral e, por outro lado, em 10 bilhões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de ser emitidos em virtude das autorizações conferidas pelas 13ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral.</p>	Sem objeto
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (20ª resolução)	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para realizar operações reservadas aos aderentes do Plano Poupança Empresa do Grupo BNP Paribas podendo tomar a forma de aumentos de capital e/o cessões de títulos reservadas.</p> <p>É dada autorização para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social num valor nominal máximo de 46 milhões de euros, através da emissão de ações (com supressão do direito preferencial de subscrição) reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa do Grupo BNP Paribas ou através da cessão de ações.</p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui aquela concedida pela 19ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	Não foi feito uso desta resolução
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (21ª resolução)	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para reduzir o capital por anulação de ações.</p> <p>É dada autorização para anular, numa ou várias vezes, pela via da redução do capital social, toda ou parte das ações que o BNP Paribas detém e que poderia deter, no limite de 10 % do número total de ações que compõem o capital social existente na data da operação, por um período de 24 meses.</p> <p>Delegação de todos os poderes para realizar esta redução de capital, e imputar a diferença entre o valor de compra dos títulos anulados aos prêmios e reservas disponíveis, incluindo à reserva legal até 10 % do capital anulado.</p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 18 meses e substitui aquela concedida pela 17ª resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011.</p>	Anulação de 12 034 091 ações com um nominal de 2 euros a 14 de dezembro de 2012

➤ OPERAÇÕES REALIZADAS SOBRE O CAPITAL

Operações sobre o capital	Em número	Valor unitário (em euros)	Em euros	Data de autorização pela Assembleia Geral	Data de decisão do Conselho de administração	Data de usufruto
Número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2010	1 198 660 156	2	2 397 320 312			
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	2 736 124	2	5 472 248	(1)	(1)	1 janeiro 2010
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	34 053	2	68 106	(1)	(1)	1 janeiro 2011
Aumento de capital reservado aos aderentes do Plano Poupança Empresa	6 315 653	2	12 631 306	12 maio 2010	11 maio 2011	1 janeiro 2011
Número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2011	1 207 745 986	2	2 415 491 972			
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	12 694	2	25 388	(1)	(1)	1 janeiro 2011
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	568 487	2	1 136 974	(1)	(1)	1 janeiro 2012
Aumento de capital resultante do pagamento do dividendo em ações	41 679 176	2	83 358 352	23 maio 2012	23 maio 2012	1 janeiro 2012
Aumento de capital reservado aos aderentes do Plano Poupança Empresa	4 289 709	2	8 579 418	12 maio 2010	3 maio 2012	1 janeiro 2012
Redução de capital por anulação de ações	(12 034 091)	2	(24 068 182)	23 maio 2012	14 dezembro 2012	-
Número de ações emitidas em 31 de	1 242 261 961	2	2 484 523 922			

(1) Diversas resoluções tomadas pela Assembleia geral dos acionistas e decisões do Conselho de administração autorizando a atribuição das opções de subscrição de ações levantadas durante o período

➤ AÇÕES EMITIDAS PELO BNP PARIBAS DETIDAS PELO GRUPO

	Operações por conta própria		Operações de transação ⁽¹⁾			Total
	Em número	Valor contabilístico (em milhões de euros)	Em número	Valor contabilístico (em milhões de euros)	Em número	Valor contabilístico (em milhões de euros)
Ações detidas em 31 de dezembro de 2010	2 914 178	162	(4 499 794)	(214)	(1 585 616)	(52)
Aquisições efetuadas	17 294 952	614			17 294 952	614
Cessões efetuadas	(2 530 370)	(127)			(2 530 370)	(127)
Ações entregues ao pessoal	(13 464)	(1)			(13 464)	(1)
Outros movimentos	(1 700 548)	(89)	(1 580 236)	30	(3 280 784)	(59)
Ações detidas em 31 de dezembro de 2011	15 964 748	559	(6 080 030)	(184)	9 884 718	375
Aquisições efetuadas	1 743 249	58			1 743 249	58
Cessões efetuadas	(1 823 004)	(59)			(1 823 004)	(59)
Ações entregues ao pessoal	(352 306)	(15)			(352 306)	(15)
Redução de capital	(12 034 091)	(378)			(12 034 091)	(378)
Outros movimentos	(920)		4 714 581	126	4 713 661	126
Ações detidas em 31 de dezembro de 2012	3 497 676	165	(1 365 449)	(58)	2 132 227	107

(1) Vendas a descoberto realizadas no âmbito de uma atividade de negociação e de arbitragem sobre índices bolsistas.

A 31 de dezembro de 2012, o grupo BNP Paribas encontrava-se na posição de comprador líquido de 2 132 227 ações BNP Paribas representando 107 milhões de euros que foram consideradas na diminuição dos capitais próprios.

Durante o exercício 2011 o BNP Paribas SA recomprou no mercado, fora contrato de liquidez, 12 034 091 ações, a uma cotação média de 31,39 euros com vista a anulá-las. Estas foram anuladas em conformidade com a decisão do Conselho de administração de 14 de dezembro de 2012.

No âmbito do contrato de liquidez do título BNP Paribas no mercado italiano, de acordo à Carta deontológica reconhecida pela AMF, concluído com a Exane BNP Paribas, foram compradas 1 743 249 ações durante o exercício 2012 ao preço médio de 33,36 euros e foram vendidas 1 823 004 ações ao preço médio de 33,70 euros. Em 31 de dezembro de 2012, o BNP Paribas detém 149 832 títulos representando 6,3 milhões de euros, no âmbito deste contrato.

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, foram entregues 351 808 ações BNP Paribas, na sequência da atribuição definitiva de ações gratuitas aos seus beneficiários.

Preferred shares e Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada (TSSDI) elegíveis para os fundos próprios prudenciais de categoria Tier 1

Preferred shares emitidas pelas filiais estrangeiras do Grupo

Em janeiro de 2003, o Grupo efetuou uma emissão de 700 milhões de euros de preferred shares de direito americano sem direito de voto. Esta emissão não diluidora sobre as ações ordinárias do BNP Paribas foi efetuada por intermédio da filial BNP Paribas Capital Trust VI controlada de forma exclusiva pelo Grupo. As ações, que têm a forma de títulos perpétuos não cumulativos, oferecem aos seus

subscritores um rendimento com taxa fixa durante dez anos. Os títulos poderão ser reembolsados por iniciativa do emissor no fim de um período de dez anos, depois em cada data aniversário do cupão. Em caso de não reembolso em 2013, será trimestralmente pago um cupão indexado ao Euribor. Os dividendos sobre as preferred shares podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum cupão sobre os títulos assimilados às preferred shares (Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada) durante o ano anterior. Os dividendos não pagos não são transitados. Os dividendos não pagos não transitam.

Durante os exercícios 2011 e 2012, duas emissões perpétuas de mesma natureza que aquela anteriormente descrita de um valor 500 milhões de euros e de 660 milhões de euros respetivamente foram objeto de um reembolso.

O subgrupo Laser-Cofinoga, consolidado por integração proporcional, procedeu em 2003 e 2004 a três emissões de ações de preferred shares, sem vencimento e sem direito de voto, por intermédio de estruturas dedicadas de direito inglês controladas de forma exclusiva por este subgrupo. As ações dão direito durante 10 anos a um dividendo prioritário não cumulativo, com taxa fixa para aquela emitida em 2003 ou indexada para aquelas emitidas em 2004. No fim desse período de 10 anos, as ações poderão ser reembolsadas ao par por iniciativa do emissor em cada fim de trimestre aniversário do cupão, a remuneração da emissão realizada em 2003 passando então a ser indexada ao Euribor.

Em outubro de 2012, a emissão de 2003 foi comprada por 45 milhões de euros, gerando um ganho bruto de capitais próprios de 4 milhões de euros.

➤ **PREFERRED SHARES EMITIDAS PELAS FILIAIS ESTRANGEIRAS DO GRUPO**

Emissor	Data de emissão	Divisa	Valor (em milhões de euros)	Taxa e duração antes da primeira data de call	Taxa após a primeira data de call
BNPP Capital Trust VI	janeiro 2003	EUR	700	5,868 % 10 anos	Euribor 3 meses + 2,48 %
Cofinoga Funding I LP	março 2003	EUR	55 ⁽¹⁾	6,82 % 10 anos	Euribor 3 meses + 3,75 %
Cofinoga Funding II LP	janeiro e maio 2004	EUR	80 ⁽¹⁾	TEC 10 ⁽²⁾ + 1,35% 10 anos	TEC 10 ⁽²⁾ + 1,35 %
TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			752⁽³⁾		

(1) *Antes da aplicação da percentagem de integração proporcional.*

(2) *TEC 10 é o índice quotidiano dos rendimentos dos empréstimos de Estado contraídos a longo prazo que correspondem à taxa de rendimento atuarial de uma obrigação do Tesouro fictícia cuja duração seria de dez anos.*

(3) *Resultado líquido dos títulos autoretidos por entidades do Grupo e após aplicação da percentagem de integração de Cofinoga.*

Os capitais subscritos por via destas emissões assim como a remuneração paga aos portadores dos títulos correspondentes são apresentados na rubrica «Interesses minoritários» no balanço.

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo BNP Paribas detinha 15 milhões de euros de preferred shares (55 milhões em 31 de dezembro de 2011) que foram consideradas como diminuição dos interesses minoritários.

Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada assimilados emitidos pelo BNP Paribas SA

O BNP Paribas emitiu Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada que oferecem aos subscritores uma remuneração com taxa fixa ou variável e podem ser reembolsados no termo de um período fixo e, a seguir, em cada data aniversário do cupão. Em caso de não-reembolso após este período, será pago um cupão indexado ao Euribor ou ao Libor para algumas destas emissões.

Durante o quarto trimestre 2011, foram realizadas as seguintes operações sobre esses títulos:

■ uma oferta pública de troca incidindo sobre a emissão de junho de 2005 de 1,3 bilhões de dólares contra uma nova dívida obrigacionista não subordinada BNP Paribas com juro à taxa Libor USD 3 meses + 2,75 %. Esta operação resultou numa diminuição de capital de 280 milhões de dólares US gerando um ganho bruto em capitais próprios de 59 milhões de euros.

■ uma oferta pública de compra sobre as emissões de abril de 2006 de 750 milhões de euros, de julho de 2006 de 325 milhões de Libras Esterlinas e de abril de 2007 de 750 milhões de euros. Esta operação traduziu-se numa diminuição do ativo destes débitos para respetivamente 201 milhões de euros, 162 milhões de libras esterlinas e 112 milhões de euros, gerando um ganho bruto em capitais próprios de 135 milhões de euros.

O Fortis Banque France, sociedade absorvida pelo BNP Paribas SA a 12 de maio de 2010, tinha emitido títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada, em dezembro de 2007, por um valor de 60 milhões de euros. Esta emissão oferecia aos subscritores uma remuneração com taxa variável. Esses títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada foram antecipadamente reembolsados a 23 de maio de 2011.

As características dessas diferentes emissões encontram-se resumidas no quadro seguinte:

➤ **TÍTULOS SUPER SUBORDINADOS DE DURAÇÃO INDETERMINADA**

Data de emissão	Dívida	Valor (em milhões de)	Periodicidade de vencimento do cupão	Taxa e duração antes da primeira data de opção de compra	Taxa após a primeira data de opção de compra
Junho 2005	USD	1 070	semestral	5,186 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 1,680
Outubro 2005	EUR	1 000	anual	4,875 % 6 anos	4,875 %
Outubro 2005	USD	400	anual	6,25 % 6 anos	6,250 %
Abril 2006	EUR	549	anual	4,73 % 10 anos	Euribor 3 meses + 1,690
Abril 2006	GBP	450	anual	5,945 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,130
Julho 2006	EUR	150	anual	5,45 % 20 anos	Euribor 3 meses + 1,920
Julho 2006	GBP	163	anual	5,945 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,810
Abril 2007	EUR	638	anual	5,019 % 10 anos	Euribor 3 meses + 1,720
Junho 2007	USD	600	trimestral	6,5 % 5 anos	6,50 %
Junho 2007	USD	1 100	semestral	7,195 % 30 anos	USD Libor 3 meses + 1,290
Outubro 2007	GBP	200	anual	7,436 % 10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,850
Junho 2008	EUR	500	anual	7,781 % 10 anos	Euribor 3 meses + 3,750
Setembro 2008	EUR	650	anual	8,667 % 5 anos	Euribor 3 meses + 4,050
Setembro 2008	EUR	100	anual	7,57 % 10 anos	Euribor 3 meses + 3,925
Dezembro 2009	EUR	2	trimestral	Euribor 3 meses + 3,750 % 10 anos	Euribor 3 meses + 4,750
Dezembro 2009	EUR	17	anual	7,028 % 10 anos	Euribor 3 meses + 4,750
Dezembro 2009	USD	70	trimestral	USD Libor 3 meses + 3,750 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 4,750
Dezembro 2009	USD	0,5	anual	7,384 % 10 anos	USD Libor 3 meses + 4,750
TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012					
EM CONTRAVALOR EURO HISTÓRICO		7 241⁽¹⁾			

(1) Líquido dos títulos autotetidos por entidades do Grupo.

Os juros normalmente devidos sobre os Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum dividendo sobre os títulos assimilados aos Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada durante o ano anterior. Os cupões não pagos não transitarão

Devido à presença de uma cláusula de absorção de perdas, as modalidades contratuais dos Títulos Super Subordinados de Duração

Indeterminada preveem que, em caso de insuficiência de fundos próprios prudenciais – não integralmente compensada por um aumento de capital ou qualquer outra medida equivalente –, o valor nominal dos títulos emitidos possa ser reduzido para servir de nova base de cálculo dos cupões, enquanto a insuficiência não é corrigida e o valor nominal de origem dos títulos reconstituído. Em caso de liquidação do BNP Paribas, e não obstante qualquer eventual redução do valor nominal de origem dos títulos emitidos, os portadores produzirão os seus créditos pelo seu valor nominal de origem.

Os capitais recolhidos resultantes destas emissões são retomados na rubrica “Reservas consolidadas” no seio dos capitais próprios. As emissões realizadas em divisas são mantidas no valor histórico como resultado da sua conversão em euros na data de emissão em conformidade com as prescrições da norma IAS 21. A remuneração relativa a estes instrumentos financeiros de capital é tratada como um dividendo.

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo BNP Paribas detinha 37 milhões de euros de Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada que foram considerados como diminuição dos capitais próprios.

Resultado por ação ordinária

O resultado de base por ação ordinária corresponde ao resultado atribuível aos portadores de ações ordinárias dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação

durante o período atribuível aos portadores de ações ordinárias é determinado por dedução do resultado atribuível aos portadores de ações preferenciais.

O resultado diluído por ação corresponde ao resultado atribuível aos portadores de ações ordinárias, dividido pelo número médio ponderado de ações ordinárias ajustado pelo impacto máximo da conversão dos instrumentos diluidores em ações ordinárias. São consideradas as opções de subscrições de ações na moeda assim como as ações gratuitas atribuídas no Plano Global de Gratificação em Ações no cálculo do resultado diluído por ação ordinária. A conversão destes instrumentos não tem qualquer efeito sobre o resultado líquido servindo para o cálculo do resultado diluído por ação ordinária.

	Exercício 2012	Exercício 2011
Resultado líquido para o cálculo do resultado de base e do resultado diluído por ação (em milhões de euros)	6 271	5 768
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício	1 214 528 487	1 197 356 577
Efeito das ações ordinárias potencialmente diluidoras	2 083 716	2 061 675
Plano de opção de subscrição de ações ⁽²⁾	-	706 705
Plano de ações de desempenho ⁽²⁾	2 054 507	1 324 406
Plano de compra de ações	29 209	30 565
Número médio ponderado de ações ordinárias para o cálculo do resultado diluído por ação	1 216 612 203	1 199 418 253
Resultado de base por ação ordinária (em euros)	5,16	4,82
Resultado diluído por ação ordinária (em euros)	5,15	4,81

(1) O resultado líquido para o cálculo de base e do resultado diluído por ação ordinária corresponde ao resultado líquido de participação do Grupo, ajustado da remuneração dos Títulos Super Subordinados de Duração Indeterminada assimilados a ações de preferência emitidas pelo BNP Paribas SA, contabilisticamente tratada como um dividendo.

(2) Cf. nota 7.e para a descrição dos planos de opções de subscrição de ações.

O dividendo por ação pago em 2012 no âmbito do resultado do exercício 2011 ascendeu a 1,20 euro contra 2,10 euros pagos em 2011 no âmbito do resultado do exercício 2010.

8.b PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Denominação	País	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
		Método	% controle	% juro Ref.	Método	% controle	% juro Ref.
Sociedade consolidante							
BNPParibasSA	França						
Retail Banking							
Domestic Markets							
Banca de Retalho em França							
Banque de Bretagne	França						S4
Banque de Wallis-et-Futuna	França	IG (1)	51,0%	51,0%	IG (1)	51,0%	51,0%
BNPParibas DéveloppementSA	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%
BNPParibas Factor	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%
BNPParibas Factor Portugal	Portugal	IG	100%	100%	IG	100%	100%
BNPParibas Guadeloupe	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%
BNPParibas Guyane	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%
BNPParibas Martinique	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%
BNPParibas Nouvelle-Calédonie	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%
BNPParibas Réunion	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%
Fortis Commercial FinanceSAS	França				S4 IG	100%	100%
Fortis Mediacom Finance	França						S4
Banca de Retalho na Bélgica							
Alpha Card SCRL (groupe)	Bélgica	ME	50,0%	37,5%	ME	50,0%	37,5%
(ex-Fortis Commercial Finance Ltd.)	Reino Unido	ME*	100%	74,9%	ME*	100%	74,9%
BNPParibas Fortis Factor	Bélgica				S4 IG	100%	74,9%
BNPParibas Factor GmbH (ex-Fortis Commercial Finance GmbH)	Alemanha	ME*	100%	74,9%	ME*	100%	74,9%
BNPParibas Fortis Factor NV							
BNPParibas Fortis FundingSA	Luxemburgo	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%
(ex-Banque de La PosteSA)	Bélgica	IP	50,0%	37,5%	IP	50,0%	37,5%
Demetris NV	Bélgica	ME*	100%	74,9%	ME*	100%	74,9%
Europay Belgium	Bélgica				S3 ME	39,9%	29,9%
Fortis BanqueSA (BNPParibas Fortis)	Bélgica	IG	74,9%	74,9%	IG	74,9%	74,9%
Fortis Commercial Finance							
Banca de Retalho no Luxemburgo							
Alsabail	França						S2
BGL BNPParibas	Luxemburgo	IG	66,0%	53,4%	IG	66,0%	53,4%
BGL BNPParibas FactorSA	Luxemburgo	IG	100%	53,4%	E1		
CoffyluxSA	Luxemburgo	IG	100%	53,4%	IG	100%	53,4%
Société Alsacienne de développement et d'expansion	França	IG	100%	53,4%	IG	100%	53,4%

Movimentos de perímetro

Entradas (E) de perímetro

- E1 Transposição de um dos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b)
- E2 Criação de entidade
- E3 Aquisição ou tomada de controle

Saídas (S) de perímetro

- S1 Cessação de atividade (nomeadamente dissolução, liquidação)
- S2 Cessão fora do Grupo, perda de controle ou perda de influência notável
- S3 Entidades desconsolidadas por ser terem tornado inferiores aos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b)
- S4 Fusão absorção, Transmissão Universal do Património

Variações (V) de taxas

- V1 Aquisição complementar
- V2 Cessão parcial
- V3 Diluição
- V4 Aumento de lucro por ação

Dénomination	Pays	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
		Méthode	% contrôle	% intérêt Réf.	Méthode	% contrôle	% intérêt Réf.
Banca de retalho em Itália (BNL banca commerciale)							
Artigiancassa SPA	Itália	IG	73,9%	73,9%	IG	73,9%	73,9%
Banca Nazionale del Lavoro SPA	Itália	IG	100%	100%	IG	100%	100%
BNL Finance SPA	Itália	IG	100%	100%	IG	100%	100%
BNL Positivity SRL	Itália	IG	51,0%	51,0%	IG	51,0%	51,0%
BNPParibas Personal Finance SPA	Itália				S4 IG	100%	100%
International Factors Italia SPA - Iitalia	Itália	IG	99,6%	99,6%	IG	99,6%	99,6%
Estruturas Ad Hoc							
EMF IT-2008-1 SRL	Itália	IG	-	-	IG	-	-
UCB Service SRL	Itália						S4
Vela ABS	Itália	IG (2)	-	-	IG (2)	-	-
Vela Home SRL	Itália	IG	-	-	IG	-	-
Vela Mortgages SRL	Itália	IG	-	-	IG	-	-
Vela OBG SRL	Itália	IG	-	-	E1	-	-
Vela Public Sector SRL	Itália	IG	-	-	IG	-	-
Arval							
Arval Austria GmbH	Áustria	ME*	100%	100%	D1 IG	100%	100%
Arval BelgiumSA	Bélgica	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Benelux BV	Países Baixos	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Brasil Limitada	Brasil	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Business Services Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval BV	Países Baixos	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval CZ SRO (ex-Arval PHH Service Lease CZ)	República Checa	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Deutschland GmbH	Alemanha	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval ECLAS	França	ME*	100%	100%	D1 IG	100%	100%
Arval Hellas Car RentalSA	Grecia	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%
Arval India Private Ltd.	Índia	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%
Arval Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval LuxemburgoSA	Luxemburgo	ME*	100%	100%	D1 IG	100%	100%
Arval Magyarorszag KFT	Hungria	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%
Arval MarocSA	Marrocos	ME*	100%	89,0%	D1 IG	100%	89,0%
Arval NV	Bélgica				S3 IG	100%	100%
Arval PHH Holdings Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval PHH Holdings UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval OOO	Rússia	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Schweiz AG	Suíça	ME*	100%	100%	D1 IG	100%	100%
Arval Service GmbH	Alemanha	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Service Lease	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Service Lease Aluger Operacional Automoveis	Portugal				IG	100%	100%
Arval Service Lease Italia SpA	Itália	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Service Lease Polska sp.z.o.o.	Polónia	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Service Lease Romania SRL	Roménia	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%
Arval Service LeaseSA	Espanha	IG	100%	100%	IG	100%	100%
Arval Slovakia	Eslováquia	ME*	100%	100%	D1 IG	100%	100%

ME* Entidades controladas alvo de uma consolidação simplificada segundo método de equivalência patrimonial devido ao seu carácter pouco significativo (cf. nota 1.b)

Diversos

- D1 Mudança de método de consolidação não ligado a uma variação de taxa
- D2 111 Sociedades de Construção de Venda nomeadamente 103 em IG e 8 em IP
- D3 O grupo Klépierre estava consolidado por integração global nas contas do Grupo BNP Paribas até 14 de março de 2012, e depois, na sequência da cessão de uma parte da participação do Grupo, está agora consolidado segundo o método de equivalência patrimonial (cf. nota 8.d.).

Perímetro de consolidação prudencial

- (1) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo, em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira
- (2) Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- (3) Entidades segundo método de equivalência patrimonial no perímetro de consolidação prudencial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas anexas às Demonstrações financeiras

Denominação	País	Método	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011			
			% controle	% juro	Ref.	% controle	% juro	Ref.	
Anval Trading	França	ME*	100%	100%	D1	IG	100%	100%	
Anval UK Group Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Anval UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Autovale	França	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%		
BNPParibas Fleet Holdings Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Cofiparc SNC	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Dexia Location Longue Durée	França	ME*	51,0%	51,0%	ME*	51,0%	51,0%		
Gestion et Location Holding	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Greenrail Insurance Company Ltd.	Irlanda	IG (3)	100%	100%	IG (3)	100%	100%		
PHH Financial services Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
PHH Investment Services Ltd.	Reino Unido						S1		
PHH Treasury Services Ltd.	Reino Unido						S1		
TEB Anval Arac Filo Kiralama AS	Turquia	IG	75,0%	68,7%	IG	75,0%	68,7%		
Leasing Solutions									
Ace Equipment Leasing	Bélgica	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Ace Leasing	Bélgica	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Ace Leasing BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Agrilease BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Albury Asset Rentals Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
All In One Vermietungsgesellschaft für Telekommunikationsanlagen mbH.	Alemanha	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
All In One Vermietung GmbH	Áustria	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
Allstar Business Solutions Ltd.	Reino Unido							S2	
Aprolis Finance	França	IG	51,0%	39,1%	V2	IG	51,0%	43,1%	
Arius	França	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Artegy Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Artegy	França	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Barloworld Heffruck BV	Países Baixos	ME	50,0%	38,4%	V2	ME	50,0%	42,2%	
BNPParibas Finansal Kiralama AS	Turquia	IG	100%	75,8%	V2	IG	100%	83,2%	V3
BNPParibas Lease Group BPLG	França	IG (1)	100%	76,7%	V2	IG (1)	100%	84,5%	
BNPParibas Lease Group (Rentals) Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Lease Group BV	Países Baixos							S4	
BNPParibas Lease Group IFNSA	Roumanie	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	E1
BNPParibas Lease Group KFT	Hungria	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
BNPParibas Lease Group Leasing Solutions SPA	Itália	IG	100%	93,9%	V2	IG	100%	95,9%	
BNPParibas Lease Group Lizing RT	Hungria	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
BNPParibas Lease Group LuxembourgSA	Luxemburgo	IG	100%	53,4%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Lease Group Netherlands BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Lease Group Polska SP z.o.o.	Polónia	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
BNPParibas Lease Group PLC	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Lease GroupSA Belgium	Bélgica	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Leasing Solutions	Luxemburgo	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Leasing Solutions Immobilier Suisse (ex-Fortis Lease Immobilier Suisse)	Suiça	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
BNPParibas Leasing Solutions Ltd. (ex-HFGL Ltd.)	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Leasing Solutions NV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
BNPParibas Leasing Solutions SuisseSA	Suíça	ME*	100%	76,7%	V2&D1	IG	100%	84,5%	
Claas Financial Services	França	IG (1)	60,1%	46,1%	V2	IG (1)	60,1%	50,8%	
Claas Financial Services Inc.	Estados Unidos	IG	100%	46,1%	V2	IG	100%	50,8%	
Claas Financial Services Ltd.	Reino Unido	IG	51,0%	39,1%	V2	IG	51,0%	43,1%	
CNH Capital Europe	França	IG (1)	50,1%	38,4%	V2	IG (1)	50,1%	42,3%	
CNH Capital Europe BV	Países Baixos	IG	100%	38,4%	V2	IG	100%	42,3%	
CNH Capital Europe GmbH	Áustria	IG	100%	38,4%	V2	IG	100%	42,3%	
CNH Capital Europe Ltd.	Reino Unido	IG	100%	38,4%	V2	IG	100%	42,3%	
Commercial Vehicle Finance Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Dialcard Fleet Services Ltd.	Reino Unido							S1	
Diamond Finance UK Ltd.	Reino Unido							S1	
Equipment Lease BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	

Denominação	País	Método	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011			
			% controle	% juro	Ref.	% controle	% juro	Ref.	
ES-Finance	Bélgica	IG	100%	74,9%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Energy Leasing XI BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Energy Leasing X2 BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Energy Leasing X3 BV	Países Baixos							S2	
Fortis Energy Leasing XIV BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Lease Belgium	Bélgica	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Lease (França)	França	IG (1)	100%	76,7%	V2	IG (1)	100%	84,5%	
Fortis Lease Car & Truck	Bélgica	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Lease Czech	República Tcheca							S2	
Fortis Lease Deutschland GmbH	Alemanha	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
Fortis Lease Group Services	Bélgica				V2&S3	IG	100%	84,5%	
Fortis Lease Hungaria Equipment Financing Financial Leasing Company	Hungria				S3	ME*	100%	84,5%	
Fortis Lease Hungaria Vehicle Financing Financial Leasing Company	Hungria				S3	ME*	100%	84,5%	
Fortis Lease IberiaSA	Espanha	ME*	100%	76,3%	V2	ME*	100%	82,4%	D1
Fortis Lease Operativ Lizing Zartkoruen Mukodo Reszvenytarsasag	Hungria	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	
Fortis Lease Polska Sp.z.o.o.	Polónia	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%	V2	
Fortis Lease Portugal	Portugal	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
Fortis Lease Romania IFNSA	Roumanía	ME*	100%	76,7%	V2	ME*	100%	84,5%	D1
Fortis Lease SPA	Itália							S4	
Fortis Lease UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Lease UK (1) Ltd.	Reino Unido				S3	ME*	100%	84,5%	D1
Fortis Lease UK Retail Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Fortis Vastgoedlease BV	Países Baixos	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Hans Van Driel Rental BV (ex-AFL Lease BV)	Países Baixos				S2	IG	100%	84,5%	
HFGL Ltd. (ex-BNPParibas Leasing Solutions Ltd.)	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Humbercycle Commercial Investments Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Humbercycle Commercial Investments N°1 Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Humbercycle Commercial Investments N°4 Ltd.	Reino Unido							S1	
Humbercycle Finance Ltd.	Reino Unido				S1	IG	100%	84,5%	
Humbercycle Industrial Finance Ltd.	Reino Unido				S1	IG	100%	84,5%	
JCB Finance	França	IG (1)	100%	38,4%	V2	IG (1)	100%	42,3%	
JCB Finance Holdings Ltd.	Reino Unido	IG	50,1%	38,4%	V2	IG	50,1%	42,3%	
Locatrice Italiana SPA	Itália	ME*	100%	93,9%	V2	ME*	100%	95,9%	D1
Manitou Finance Ltd.	Reino Unido	IG	51,0%	39,1%	V2	IG	51,0%	43,1%	
MFF	França	IG (1)	51,0%	39,1%	V2	IG (1)	51,0%	43,1%	
NatioCréditball	França	IG (1)	100%	100%	V1	IG (1)	100%	84,5%	
NatioCréditdimurs	França	IG (1)	100%	100%	V1	IG (1)	100%	84,5%	
NatioEnergie	França	IG (1)	100%	100%	V1	IG (1)	100%	84,5%	
Paricom2	França				S3	IG	100%	100%	
Same Deutz Fahr Finance Ltd.	Reino Unido	IG	100%	76,7%	V2	IG	100%	84,5%	
Same Deutz-Fahr Finance	França	IG (1)	100%	76,7%	V2	IG (1)	100%	84,5%	
SREI Equipment Finance Private Ltd.	Índia	IP	50,0%	38,4%	V2	IP	50,0%	42,2%	
TEB Finansal Kiralama AS	Turquia							S4	
UFB Asset Finance Ltd.	Reino Unido				S1	IG	100%	84,5%	
Structures Ad Hoc									
Vela Lease SRL	Itália	IG	-	-	IG	-	-	-	
Personal Investors									
B/Capital	França	IG (1)	100%	99,9%	IG (1)	100%	99,9%		
Cortal Consors	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%		
Geojit BNPParibas Financial Services Ltd. - Groupe	Índia	IP	33,6%	33,6%	IP	33,6%	33,6%		
Geojit Technologies Private Ltd.	Índia	IG	56,8%	56,8%	IG	56,8%	56,8%		
Portzamparc Geston	França	IG	100%	51,0%	IG	100%	51,0%		
Portzamparc société de Bourse	França	IG (1)	51,0%	51,0%	IG (1)	51,0%	51,0%		
BNPParibas Personal Finance									
Alpha CréditSA	Bélgica	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%		
Ava Banque Financement	França	ME	35,0%	35,0%	ME	35,0%	35,0%		
Banco BGNSA	Brasil	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Banco BNPParibas Personal FinanceSA	Portugal	IG	100%	100%	IG	100%	100%		

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% Juro	Ref.	Método	% controle	% Juro	Ref.
Banco Cetelem ArgentinaSA	Argentina	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Banco CetelemSA	Espanha	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Banco de Servicios FinancierosSA	Argentina	ME	39,9%	39,9%	ME	39,9%	39,9%	E1	
BGN Mercantil E Servicos Limitada	Brasil	ME*	100%	100%	E1				
Biefte 5 SPA	Itália	IG	100%	100%	IG	100%	100%	V1	
BNPParibas Personal Finance	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Personal Finance EAD	Bulgária	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Personal Finance BV	Países Baixos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Personal FinanceSA de CV	México	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Vostok LLC	Rússia	ME	30,0%	30,0%	V2	IG	100%	100%	
Cafineo	França	IG (1)	51,0%	50,8%	IG (1)	51,0%	50,8%		
Carrefour Banque	França	ME	39,2%	39,2%	ME	39,2%	39,2%		
Carrefour Promotora de Vendas e	Brasil				S2 ME	40,0%	40,0%		
Cetelem Argélia	Argélia	ME*	100%	100%	D1	IG	100%	100%	
Cetelem America Ltda	Brasil	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Cetelem Benelux BV	Países Baixos				S1	IG	100%	100%	
Cetelem Brasilia	Brasil	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Cetelem CR AS	República Tcheca	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Cetelem IFN	Roménia	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Cetelem Latin America Holding Participações Ltda	Brasil	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Cetelem Slovensko AS	Eslováquia	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Cetelem Târnabia	Târnabia							S2	
CMV Médiforce	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%	Coifa	
Bail	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%		
Cofiplan	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%		
Commerz Finanz	Alemanha	IG	50,1%	50,1%	IG	50,1%	50,1%		
Cosimo	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	E1	
Credirama SPA	Itália	ME*	51,0%	51,0%	ME*	51,0%	51,0%	V1&D1	
Credisson Holding Ltd.	Chipre				S1	IG	100%	100%	
Crédit Moderne Antilles Guyane	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%		
Crédit Moderne Océan Indien	França	IG (1)	97,8%	97,8%	IG (1)	97,8%	97,8%		
Direct Services	Bulgária	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Domofinance	França	IG (1)	55,0%	55,0%	IG (1)	55,0%	55,0%		
Efico	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Efico IberiaSA	Espanha	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Efico Portugal	Portugal	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%		
Eurocredito EFCSA	Espanha	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Facet	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%		
Fidem	França	IG (1)	51,0%	51,0%	IG (1)	51,0%	51,0%		
Fimestic ExpansionSA	Espanha	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Finalia	Bélgica	IG	100%	74,9%	V1	IG	51,0%	38,2%	
Findomestic Banca SPA	Itália	IG	100%	100%	IG	100%	100%	V1	
Findomestic Banka AD	Sérvia	IG	100%	100%	IG	100%	100%	V1	
LaSer - Cofinoga (Groupe)	França	IP	50,0%	50,0%	IP	50,0%	50,0%		
Level 20	França	IG	100%	100%	E1				
Loisirs Finance	França	IG (1)	51,0%	51,0%	IG (1)	51,0%	51,0%		
Magyar Cetelem Bank Zrt.	Hungria	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Natixis Financement	França				S2	ME	33,0%	33,0%	
Nissan Finance Belgium NV	Bélgica	IG	100%	75,4%	V2	IG	100%	77,3%	
Norskten Finance	França	IG (1)	51,0%	51,0%	IG (1)	51,0%	51,0%		
PrestacomerSA de CV	México	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Projeo	França	IG (1)	51,0%	51,0%	IG (1)	51,0%	51,0%		
Servicos Financieros Carrefour EFC	Espanha	ME	37,3%	39,9%	ME	37,3%	39,9%		

Movimentos de perímetro

Entradas (E) de perímetro

- E1 Transposição de um dos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b)
- E2 Criação de entidade
- E3 Aquisição ou tomada de controle

Saídas (S) de perímetro

- S1 Cessação de atividade (nomeadamente dissolução, liquidação)
- S2 Cessão fora do Grupo, perda de controle ou perda de influência notável
- S3 Entidades desconsolidadas por ser terem tornado inferiores aos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b)
- S4 Fusão absorção, Transmissão Universal do Património

Variações (V) de taxas

- V1 Aquisição complementar
- V2 Cessão parcial
- V3 Diluição
- V4 Aumento de lucro por ação

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% Juro	Ref.	Método	% controle	% Juro	Ref.
Submarino Finance Promotora de Credito Limitada	Brasil				S2	IP	50,0%	50,0%	
Sundaram Home Finance Ltd.	Índia	ME*	49,9%	49,9%	ME*	49,9%	49,9%	D1	
TEB Tüketici Finansman AS	Turquia	IG	92,8%	91,0%	IG	92,8%	91,0%	V1	
UCB Ingatlanhitel RT	Hungria	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
UCB Suisse	Suíça	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Union de Creditos Inmobiliarios - UCI (Groupe)	Espanha	IP	50,0%	50,0%	IP	50,0%	50,0%		
Von Essen GmbH& Co. KG Bankgesellschaft	Alemanha	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%		
Structures Ad Hoc									
Autonomia 2012 -1 et 2	França	IG	-	-	E2				
Domos 2011 - A et B	França	IG	-	-	IG	-	-	E2	
FCC Retail ABS Finance - Noria 2008	França				S1	IG	-	-	
FCC Retail ABS Finance - Noria 2009	França	IG	-	-	IG	-	-		
FCC Domos 2008	França	IG	-	-	IG	-	-		
FCC Master Domos	França				S1	IG	-	-	
FCC Master Domos 5	França							S1	
FCC UCI 5-18	Espanha	IP	-	-	IP	-	-		
FCC UCI-19	Espanha							S1	
Fundo de Investimento EM Direitos Creditorios BGN Life	Brasil	IG	-	-	IG	-	-		
Fundo de Investimento EM Direitos Creditorios BGN Premium	Brasil				S1	IG	-	-	
Phedina Hypotheken 2010 BV	Países Baixos	IG	-	-	IG	-	-		
Phedina Hypotheken 2011-I BV	Países Baixos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
Viola Finanza SRL	Itália	IG	-	-	IG	-	-		
International Retail Banking									
Banque de détail aux Estados Unidos									
1897 Services Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
521 South Seventh Street LLC	Estados Unidos				S1	IG	69,2%	69,2%	
BancWest Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BancWest Investment Services, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Bank of the West Business Park Association LLC	Estados Unidos	IG	38,0%	38,0%	IG	38,0%	38,0%		
Bank of the West	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Bishop Street Capital Management Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BW Insurance Agency, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BW Leasing, Inc.	Estados Unidos				S1	IG	100%	100%	
Center Club, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
CFB Community Development Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Clasas Financial Services LLC	Estados Unidos	IG	75,9%	62,5%	V2	IG	75,9%	63,6%	
Commercial Federal Affordable Housing, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Commercial Federal Community Development Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Commercial Federal Insurance Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Commercial Federal Investment Service Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Commercial Federal Realty Investors Corporation	Estados Unidos				IG	100%	100%		
Commercial Federal Service Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Community Service, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Equity Lending Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Essex Credit Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
FHB Guam Trust Co.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%	E2	
FHL Lease Holding Company Inc.	Estados Unidos				S1	IG	100%	100%	
FHL SPC One, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
First Bancorp	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
First Hawaiian Bank	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
First National Bancorporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
First Santa Clara Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Liberty Leasing Company	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		

ME* Entidades controladas alvo de uma consolidação simplificada segundo método de equivalência patrimonial devido ao seu caráter pouco significativo (cf. nota 1.b)

Diversos

- D1 Mudança de método de consolidação não ligado a uma variação de taxa
- D2 111 Sociedades de Construção de Venda nomeadamente 103 em IG e 8 em IP
- D3 O grupo Klépierre estava consolidado por integração global nas contas do Grupo BNP Paribas até 14 de março de 2012, e depois, na sequência da cessão de uma parte da participação do Grupo, está agora consolidado segundo o método de equivalência patrimonial (cf. nota 8.d).

Perímetro de consolidação prudencial

- (1) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo, em conformidade com as disposições do artigo 4.1 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulação Bancária e Financeira
- (2) Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- (3) Entidades segundo método de equivalência patrimonial no perímetro de consolidação prudencial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas anexas às Demonstrações financeiras

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% juro	Ref. Mé	todo	% controle	% juro	Ref.
Mountain Falls Acquisition Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Real Estate Delivery 2 Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
The Bankers Club, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Ursus Real Estate Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Structures Ad Hoc									
Commercial Federal Capital Trust 2	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	
Commercial Federal Capital Trust 3	Estados Unidos								S1
C-One Leasing LLC	Estados Unidos								S2
Equipment Lot Bombardier 1997A-FH	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
Equipment Lot FH	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
Equipment Lot Siemens 1997A-FH	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
Equipment Lot Siemens 1998A-FH	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
First Hawaiian Capital 1	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	
FIS Acquisitions LLC	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	
Glendale Corporate Center Acquisition LLC	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	
LACMTA Rail Statutory Trust (FH1)	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
Laveen Village Center Acquisition LLC	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	
Lexington Blue LLC	Estados Unidos	ME*	-	-		ME*	-	-	E1
MNCRC Equipment Lot	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
NYCTA Equipment Lot	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
Riverwalk Village Three Holdings LLC	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	Santa
Rita Townhomes Acquisition LLC	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	
Southwest Airlines 1993 Trust N363SW	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
ST 2001 FH-1	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
SWB 98-1	Estados Unidos				S1	IG	-	-	E1
SWB 99-1	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
VTA 1998-FH	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
1997-LRV-FH	Estados Unidos	IG	-	-		IG	-	-	E1
1999-FH-1 (SNCF)	Estados Unidos				S1	IG	-	-	E1
1999-FH-2 (SNCF)	Estados Unidos				S1	IG	-	-	E1
Europe Méditerranée									
Banque de Nankin	China	ME	14,7%	14,7%	V1	ME	12,7%	12,7%	
Banque du Sahara LSC	Libia								S2
Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Burkina Faso	Burkina Faso	IG	51,0%	51,0%		IG	51,0%	51,0%	
Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Côte d'Ivoire	Costa do Marfim	IG	59,8%	59,8%		IG	59,8%	59,8%	
Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Gabon	Gabão	ME	46,7%	46,7%		ME	46,7%	46,7%	
Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Guiné	Guiné	ME	30,8%	30,8%		ME	30,8%	30,8%	
Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Mali	Mali	IG	85,0%	85,0%		IG	85,0%	85,0%	
Banque Internationale du Commerce et de l'Industrie Sénégal	Senegal	IG	54,1%	54,1%		IG	54,1%	54,1%	
Banque Malgache de l'Océan Indien	Madagascar								S2
Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie	Marrocos	IG	67,0%	67,0%		IG	66,7%	66,7%	
Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Assurance	Marrocos	ME*	100%	67,0%		ME*	100%	66,7%	E1
Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Crédit Conso	Marrocos								S4
Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Crédit Conso (ex-Cetelem Maroc)	Marrocos	IG	99,9%	66,9%		IG	99,9%	66,7%	V3
Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Gestion	Marrocos	ME*	100%	67,0%		ME*	100%	66,7%	
Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Leasing	Marrocos	IG	72,0%	48,3%		IG	72,0%	48,1%	
Banque Marocaine du Commerce et de l'Industrie Offshore	Marrocos	IG	100%	67,0%		IG	100%	66,7%	
BNP Intercontinental - BNPI	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%	
BNPParibas Bank PolskaSA	Polónia	IG	99,9%	74,9%		IG	99,9%	74,8%	
BNPParibas BDDI Participations	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas El Djazair	Argélia	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Fortis Yatirimlar Holding AS	Turquia	IG	100%	74,9%		IG	100%	74,9%	
BNPParibasSAE	Egito	IG	95,2%	95,2%		IG	95,2%	95,2%	
BNPParibas Yatirimlar Holding Anonim Sirketi	Turquia	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E2
DominetSA	Polónia	IG	100%	74,9%		IG	100%	74,9%	Fortis
Bank Anonim Sirketi	Turquia								S4
Fortis Bank Malta Ltd.	Malta	ME*	100%	74,9%		ME*	100%	74,9%	D1
Fortis Faktoring AS	Turquia	ME*	100%	74,9%		ME*	100%	74,9%	E3
Fortis Holding Malta BV	Países Baixos	IG	100%	74,9%		IG	100%	74,9%	
Fortis Holding Malta Ltd.	Malta	IG	100%	74,9%		IG	100%	74,9%	
Fortis Portfoy Yonetimi AS	Turquia								S4
Fortis Yatirim Menkul Degerler AS	Turquia								S4
IC Ava Insurance	Ucrânia	ME*	49,8%	49,8%		ME*	49,7%	49,7%	
IC Ava Ucrânia	Ucrânia				S4	ME*	50,0%	50,0%	
Orient Commercial Bank	Vietname	ME	20,0%	20,0%		ME	20,0%	20,0%	V1
TEB Holding AS (Groupe)	Turquia	IP	50,0%	37,5%		IP	50,0%	37,5%	
Ukrainian Leasing Company	Ucrânia	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	D1

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% juro	Ref. Mé	todo	% controle	% juro	Ref.
UkrSibbank	Ucrânia	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Union Bancaire pour le Commerce et l'Industrie	Tunisie	IG	50,0%	50,0%		IG	50,0%	50,0%	
Structures Ad Hoc									
K-Kollect LLC	Ucrânia	IG	-	-		IG	-	-	E2
Investment Solutions									
BNPParibas SuizaSA	Suíça	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Assurance									
AG Insurance-Gruppe	Bélgica	ME	25,0%	18,7%		ME	25,0%	18,7%	
Antin Epargne Pension	França								S4
BNPParibas Assurance TCB Life Insurance Company Ltd.	Taiwan	ME	49,0%	49,0%		ME	49,0%	49,0%	
BNPParibas Carifif	França	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
BNPParibas Carifif BV (ex-BNPParibas Assurance BV)	Países Baixos	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
BNPParibas Carifif Emekliik Anonim Sirketi	Turquia	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	D1
BNPParibas Carifif Levensverzekeringen NV	Países Baixos	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
BNPParibas Carifif Pojistovna AS (ex-Pojistovna Carifif Pro Vita AS)	República Checa	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
BNPParibas Carifif PSC Ltd. (ex-Pinnacle Underwriting Limited)	Reino Unido	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	E1
BNPParibas Carifif Seguros GeneralesSA (ex-Compania de Seguros Generales CarififSA)	Chile	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
BNPParibas Carifif Seguros de VidaSA (ex-Compania de Seguros de Vida CarififSA)	Chile	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
BNPParibas Carifif Vita Compagnia di Assicurazione E Riassicurazione SPA (ex-BNL Vita SPA)	Italia	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	V1
Carifif Assicurazioni SPA	Italia	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Assurances Risques Divers	França	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Assurance-Vie	França	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Biztosito Magyarorszag Zrt	Hungria	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Carifif Colombia Seguros Generales	Colômbia	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Carifif del Peru Sa Compania de Seguros	Peru	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Carifif do Brasil Vida e PrevidênciaSA	Brasil	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif do Brasil Seguros e Garantias	Brasil	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Forsakring AB	Suécia	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Carifif Hayat Sigorta Anonim Sirketi	Turquia	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	D1
Carifif Holdings Inc.	Estados Unidos				S3	IG (3)	100%	100%	
Carifif Insurance Company	Rússia	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Carifif I-Services	França	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	D1
Carifif Leven	Bélgica	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Life Insurance Company	Estados Unidos								S2
Carifif Life Insurance Co. Ltd.	Coreia do Sul	IG (3)	85,0%	85,0%		IG (3)	85,0%	85,0%	
Carifif Lux Vie	Luxemburgo	IG (3)	66,7%	51,1%		IG (3)	66,7%	51,1%	V3
Carifif Mexico Seguros de VidaSA de CV	México	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Carifif Mexico Seguros GeneralesSA de CV	México	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Carifif Nordic AB	Suécia	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Pinnacle Insurance Holdings PLC	Reino Unido	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Pinnacle Insurance Management Services PLC	Reino Unido	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Polska Towarzystwo Ubezpieczen na ZycieSA	Polónia	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif Schadeverzekeringen NV	Países Baixos	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Carifif SegurosSA	Argentina	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
CB (UK) Ltd. (Fonds C)	Reino Unido	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Damell Ltd.	Irlanda	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
F&B Insurance HoldingsSA (Groupe)	Bélgica	ME	50,0%	50,0%		ME	50,0%	50,0%	
Financial Telemarketing Services Ltd.	Reino Unido	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Fortis Luxembourg - VieSA	Luxemburgo								S4
GIE BNPParibas Carifif Luizaseg	França	IG (3)	100%	99,0%		IG (3)	100%	99,0%	
Natio Assurance	Brasil	ME*	50,0%	50,0%		ME*	50,0%	50,0%	D1
NCVP Participacoes SocietariasSA	França	ME*	50,0%	50,0%		ME*	50,0%	50,0%	D1
Pinnacle Insurance PLC	Brasil	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Pinnacle Insurance PLC	Reino Unido	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
Poczylion Arka Powszechna Towarzystwo EmerytalneSA	Polónia	ME	33,3%	33,3%		ME	33,3%	33,3%	
Pojistovna Carifif Slovakia AS	Eslováquia	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Portes de Claye SCI	França	ME	45,0%	57,2%					E3
Ruell Caudron SCI	França					S3	IG (3)	100%	100%
Scoo SCI	França	ME	46,4%	58,3%					E1
State Bank of India Life Insurance Company Ltd.	India	ME	26,0%	26,0%		ME	26,0%	26,0%	
Structures Ad Hoc									
Odyssée SCI	França	IG (3)	-	-		IG (3)	-	-	

Denominação	País	Método	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
			% controle	% juro	Ref.	Método	% controle	% juro
Bank Insinger de Beaufort NV	Países Baixos	IG	63,0%	63,0%		IG	63,0%	63,0%
Bank Insinger de Beaufort Safe Custody NV	Países Baixos				S3	IG	100%	63,02%
BNPParibas EspanaSA	Espanha	IG	99,6%	99,6%		IG	99,6%	99,6%
BNPParibas Wealth Management	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%
BNPParibas Wealth Management Mônaco	Mônaco	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%
Conseil Investissement	França	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%
Fortis Wealth Management Hong Kong Ltd.	Hong Kong							S2
Fundamentum Asset Management (FAM)	Luxemburgo				S3	IG	100%	53,4%
Insinger de Beaufort Asset Management AG	Suíça				S3	IG	100%	31,5%
Insinger de Beaufort Asset Management NV	Países Baixos				S3	IG	100%	63,0%
Insinger de Beaufort Associates BV	Países Baixos				S3	IG	100%	63,0%
Insinger de Beaufort Consulting BV	Países Baixos				S3	IG	100%	63,0%
Klein Haneveld Consulting BV	Países Baixos				S3	IG	100%	63,0%
Sodaf Holding AG	Suíça				S3	IG	50,0%	31,5%
Williams De Broe Private Investment Management Ltd. (ex-BNPParibas)	Reino Unido							S2
Investment Partners								
Alfred Berg Administration A/S	Dinamarca	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Alfred Berg Asset Management AB	Suécia	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Alfred Berg Asset Management Services AB	Suécia				S4	IG	100%	90,5%
Alfred Berg Fonder AB	Suécia	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Alfred Berg Fondsmaeglerselskab A/S	Dinamarca	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Alfred Berg Forvaltning AS	Noruega	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Alfred Berg Funds	Finlândia	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Alfred Berg Kapitalforvaltning AB	Suécia	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Alfred Berg Kapitalforvaltning AS	Noruega	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Finland AB	Finlândia	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Artin Infrastructure Partners	França				S2	ME	40,0%	36,2%
Amhem Investment Management Pty Ltd.	Austrália	ME	40,0%	36,2%		ME	40,0%	36,2%
Banco Estado Administradora General de Fondos	Chile	ME*	50,0%	45,3%		ME*	50,0%	45,3%
BNPParibas Asset Management SAS	França	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Asset Management Brasil Ltda	Brasil	IG	100%	97,6%		IG	100%	97,6%
BNPParibas Asset Management Inc.	Estados Unidos							S4
BNPParibas Asset Management Inc. (ex-Fortis Investment Management USA Inc.)	Estados Unidos	IG	100%	100%		IG	100%	100%
BNPParibas Asset Management India Private Ltd.	Índia	ME*	100%	90,5%		ME*	100%	90,5%
BNPParibas Asset Management UruguaySA	Uruguai				S3	ME*	100%	90,5%
BNPParibas Bergère (ex-Fortis Investment Finance)	França							S3
BNPParibas Clean Energy Partners GP Ltd.	Reino Unido	ME*	100%	90,5%		ME*	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners	França	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners Asia Ltd.	Hong Kong	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners (Australia) Ltd.	Austrália	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners (Australia) Holdings Pty Ltd.	Austrália	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners BE Holding	Bélgica	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners Belgium	Bélgica	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%

Movimentos de perímetro

Entradas (E) de perímetro

- E1 Transposição de um dos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b)
- E2 Criação de entidade
- E3 Aquisição ou tomada de controle

Saídas (S) de perímetro

- S1 Cessação de atividade (nomeadamente dissolução, liquidação)
- S2 Cessão fora do Grupo, perda de controle ou perda de influência notável
- S3 Entidades desconsolidadas por ser terem tomado inferiores aos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b)
- S4 Fusão absorção, Transmissão Universal do Património

Variações (V) de taxas

- V1 Aquisição complementar
- V2 Cessão parcial
- V3 Diluição
- V4 Aumento de lucro por ação

Denominação	País	Método	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
			% controle	% juro	Ref.	Método	% controle	% juro
Funds (Nederland) NV	Países Baixos	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners Japan Ltd.	Japão	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners LatamSA	México							
BNPParibas Investment Partners Luxemburgo	Luxemburgo	IG	99,7%	90,2%		IG	99,7%	90,2%
BNPParibas Investment Partners Netherlands NV	Países Baixos	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners Holding NV	Países Baixos	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners Singapore Ltd.	Singapura	ME*	100%	90,5%		ME*	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners Societa di Gestione del Risparmio SPA	Itália	IG	100%	98,4%		IG	100%	98,4%
BNPParibas Investment Partners UK Holdings Ltd.	Reino Unido				S3	IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
BNPParibas Investment Partners USA								
BNPParibas Private Equity	França	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%
CamGestion	França	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fauchier General Partner Ltd.	Guernsey	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fauchier Partners Asset Management Ltd.	Guernsey	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fauchier Partners Corporation	Estados Unidos	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fauchier Partners International Ltd.	Bermudas	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fauchier Partners Ltd.	Reino Unido	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fauchier Partners LLP	Reino Unido	IG	87,2%	79,0%		V4	IG	83,4%
Fauchier Partners Management Company Ltd.	Reino Unido	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fauchier PartnersSAS	França	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Fimapiere	França							S3
Fischer Francis Trees & Watts Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%		IG	100%	100%
Francis Trees & Watts Ltd.	Reino Unido							S1
Fischer Francis Trees & Watts Singapore Ltd.	Singapura				S4	ME*	100%	90,5%
Fischer Francis Trees & Watts UK	Reino Unido							S1
Fischer Francis Trees & Watts UK Ltd.	Reino Unido	ME*	100%	90,5%		D1	IG	100%
Chanel	Luxemburgo	ME*	50,0%	45,2%		ME*	50,0%	45,2%
FundQuest	França	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
FundQuest Inc.	Estados Unidos							S2
FundQuest UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	90,5%		IG	100%	90,5%
Haitong - Fortis Private Equity Fund Management Co. Ltd.	China	ME	33,0%	29,9%		ME	33,0%	29,9%
HFT Investment Management Co Ltd. - Groupe	China	ME	49,0%	44,4%		ME	49,0%	44,4%
Impax Asset Management Group PLC	Reino Unido				S3	ME	27,9%	25,2%
Industrifinans Forskningsparken Eiendom AS	Noruega							S1
KIT Fortis Investment Management Overlay Asset Management	Kazaquistão							S1
PT BNPParibas Investment Partners	Indonésia	IG	99,0%	89,6%		IG	99,0%	89,6%
Shinan BNPParibas Asset Management Co Ltd.								
THEAM	França	IG	100%	90,6%		IG	100%	90,6%
TKB BNPParibas Investment Partners Holding BV	Países Baixos	ME	50%	45,3%		ME	50%	45,3%
Securities Services								
BNPParibas Fin AMS	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%
BNPParibas Dealing Services Asia Ltd. (ex-BNPParibas Fin AMS Asia Ltd.)	Hong Kong							S3
BNPParibas Financial Services LLC	Estados Unidos	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%
BNPParibas Fund Services Australasia Pty Ltd.	Austrália	IG	100%	100%		IG	100%	100%
BNPParibas Fund Services Dublin Ltd.	Irlanda	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%

ME* Entidades controladas alvo de uma consolidação simplificada segundo método de equivalência patrimonial devido ao seu caráter pouco significativo (cf. nota 1.b)

Diversos

- D1 Mudança de método de consolidação não ligado a uma variação de taxa
- D2 !!! Sociedades de Construção de Venda nomeadamente 103 em IG e 8 em IP
- D3 O grupo Klépierre estava consolidado por integração global nas contas do Grupo BNP Paribas até 14 de março de 2012, e depois, na sequência da cessão de uma parte da participação do Grupo, está agora consolidado segundo o método de equivalência patrimonial (cf. nota 8.d.).

Perímetro de consolidação prudencial

- (1) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo, em conformidade com as disposições do artigo 41 do regulamento 2000.03 do Comité de Regulação Bancária e Financeira
- (2) Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- (3) Entidades segundo método de equivalência patrimonial no perímetro de consolidação prudencial.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas anexas às Demonstrações financeiras

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% juro	Ref.	Método	% controle	% juro	Ref.
BNPParibas Fund Services França	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Fund Services Securities Pty	Austrália	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E1
BNPParibas Securities Services - BP2S	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%	
BNPParibas Securities Services (Holdings) Ltd.	Jersey	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Sundaram GSO Private Ltd.	Índia	ME*	51,0%	51,0%	E1				
BNPParibas Trust Company (Guernsey) Ltd.	Guernsey	ME*	100%	100%		ME*	100%	100%	
Services Immobiliers									
Asset Partenaires	França	IG	100%	96,8%		IG	100%	96,8%	
Atisreal Netherlands BV	Países Baixos	IG	100%	100%	E1				
Auguste Thourard Expertise	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Promotion Immobilier d'Entreprise	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Ile-de-França	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Méditerranée	França				S4	IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Rhône Alpes	França				S4	IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Sud Ouest	França				S4	IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Promotion Var	França								S4
BNPParibas Immobilier Résidentiel Résidences Services	França				S4	IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Résidences Services BSA	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Résidences Services Sofiane	França				S4	IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Service Clients	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel Transaction & Conseil	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Immobilier Résidentiel V2i	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Advisory BelgiumSA	Bélgica	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Advisory Italy SPA	Itália	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNP PB Real Estate Advisory & Property Management Czech Republic SRO	República Checa	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E3
BNP PB Real Estate Advisory & Property Management Hungary Ltd.	Hungria	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E3
BNP PB Real Estate Advisory & Property Management Ireland Ltd.	Irlanda	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Advisory & Property Management LLC	Emirados Árabes Unidos	IG	49,0%	49,0%		IG	49,0%	49,0%	
BNPParibas Real Estate Advisory & Property Management LuxembourgSA	Luxemburgo	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Advisory & Property Management Poland s.p.z.o.o.	Polónia	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E3
BNPParibas Real Estate Advisory & Property Management UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Advisory SpainSA	Espanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Consult França	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Consult GmbH	Alemanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Facilities Management Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Financial Partner	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate GmbH	Alemanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Holding BeneluxSA	Bélgica	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Holding GmbH	Alemanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Hotels França	França	IG	100%	96,1%		IG	96,4%	96,0%	
BNPParibas Real Estate & Infrastructure Advisory Service Private Ltd.	Índia	IG	71,1%	71,1%		IG	71,1%	71,1%	V1
BNPParibas Real Estate Investment Management	França	IG	96,8%	96,8%		IG	96,8%	96,8%	
BNPParibas Real Estate Investment Management Belgium	Bélgica	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Investment Management Italy	Itália	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Investment Management Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Investment Management LuxembourgSA	Luxemburgo	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Investment Management SpainSA	Espanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E2
BNPParibas Real Estate Investment Management UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% juro	Ref.	Método	% controle	% juro	Ref.
BNPParibas Real Estate Investment Services	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Italy SRL (ex-BNPParibas Real Estate Services Holding Italy)	Itália	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Jersey Ltd.	Jersey	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Project Solutions GmbH	Alemanha								S4
BNPParibas Real Estate Property Development Italy SPA	Itália	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Property Development UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E2
BNPParibas Real Estate Property Management Belgium BNP Paribas Real Estate Property Management FrançaSAS	Bélgica	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Property Management GmbH	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Property Management International	França								S4
BNPParibas Real Estate Property Management Italy Srl	Itália	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Property Management SpainSA	Espanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Transaction França	França	IG	96,4%	96,1%		IG	96,4%	96,0%	
BNPParibas Real Estate Valuation França	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation F G Ingénierie et Promotion Immobilière	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation European Direct Property ManagementSA	Luxemburgo	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation Immobilière des Bergues	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation Meunier Hispania	Espanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation Newport ManagementsAS	França								S4
BNPParibas Real Estate Valuation Partner's & Services	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation Pyrotec GB ISA	Luxemburgo	IG	100%	100%	E1				
BNPParibas Real Estate Valuation PyrotecSARL	Luxemburgo	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation SC BNPParibas Real Estate Advisory SA	Romenia	IG	100%	100%		IG	100%	100%	V1
BNPParibas Real Estate Valuation Sesame ConseilSAS	França	IG	95,3%	95,3%		IG	95,3%	95,3%	
BNPParibas Real Estate Valuation Siège Issy	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	E2
BNPParibas Real Estate Valuation Tasaciones HipotecariasSA	Espanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Real Estate Valuation Weatheralls Consultancy Services Ltd.	Reino Unido				S1	IG	100%	100%	
Structures Ad Hoc									
BNPParibas Real Estate Valuation Sociétés de Construction de Vente	França	IGIP D2	-	-	E1				
BNPParibas Real Estate Valuation Svilupio Residenziale Italia SRL	Itália	IG	-	-	E1				
BNPParibas Real Estate Valuation Via Crespi 26 SRL	Itália	IG	-	-		IG	-	-	
Corporate and Investment Banking									
França									
BNPParibas Arbitrage	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%	
BNPParibas Arbitrage França	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%	
BNPParibas Esomet	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	Laffitte
BNPParibas Participation 22	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	Paribas
BNPParibas Dérivés Garantis SNC	França								S4
BNPParibas Pariférie	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%	
BNPParibas Paritase	França	IG (1)	100%	100%		IG (1)	100%	100%	
BNPParibas Taiboutout Participation3 SNC	França	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
Europe									
BNPParibas Alpha Murcia Holding BV	Países Baixos	ME*	100%	74,9%	E2				
BNPParibas Arbitrage Issuance BV	Países Baixos	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Bank NV	Países Baixos	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Capital Investments Ltd.	Reino Unido								S3
BNPParibas CMG Ltd.	Reino Unido								S3
BNPParibas Commodity Futures Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Cyprus Ltd.	Chipre								S3
BNPParibas E&B Ltd.	Reino Unido								S3
BNPParibas Emission-und Handel GmbH	Alemanha	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Ireland	Irlanda	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Islamic Issuance BV	Países Baixos	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Net Ltd.	Reino Unido	ME*	100%	100%	E1				S3
BNPParibas UK Holdings Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas UK Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Varsity Reinsurance Ltd.	Irlanda	IG (3)	100%	100%		IG (3)	100%	100%	
BNPParibas ZAO	Rússia	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas PUK Holding Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%		IG	100%	100%	
BNPParibas Camomile Investments UK Ltd.	Reino Unido				S3	IG	100%	100%	Capstar
BNPParibas Partners Ltd.	Reino Unido								S3
BNPParibas FB Energy Trading SARL	Luxemburgo								S3
BNPParibas Fidex Holdings Ltd.	Reino Unido				S3	IG	100%	100%	
BNPParibas Fortis International Finance (Dublin)	Irlanda								S3
BNPParibas Fortis International Finance LuxembourgSARL	Luxemburgo								S1

Denominação	País	Método	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011			S3
			% controle	% juro	Ref.	% controle	% juro	Ref.	
Fortis Proprietary Investment Ireland Ltd.	Irlanda								S3
GI Finance	Irlanda								S3
GreenStars BNPParibas	Luxemburgo	ME*	100%	100%	E1				
Harewood Holdings Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Landspire Ltd.	Reino Unido	IG	100%	100%	IG	100%	100%	Money	
Alpha	França								S1
Money Beta	França								S1
Paribas Trust LuxemburgoSA	Luxemburgo	IG	100%	53,4%	IG	100%	53,4%		
SC Nueva Condo Murcia SL	Espanha	ME*	100%	74,9%	E2				
Utexam Logistics Ltd.	Irlanda	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Utexam Solutions Ltd.	Irlanda	IG	100%	100%	E1				
Verner Investissements (Groupe)	França	ME	40,0%	50,0%	ME	40,0%	50,0%		
Américas									
ACG Capital Partners II LLC	Estados Unidos				S1	IP	50,0%	50,0%	E1
Banexi Holding Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Canadá	Canadá	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Capital Corporation Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Capital Services Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Capstar Partners Inc.	Estados Unidos				S4	IG	100%	100%	
BNPParibas Colombia Corporation FinancieraSA	Colômbia	ME*	100%	100%	E1				
BNPParibas Energy Trading Canadá									
BNPParibas Energy Trading GP	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Energy Trading Holdings, Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Energy Trading LLC	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas FS LLC	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Leasing Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Mortgage Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Prime Brokerage Inc.									
BNPParibas Prime Brokerage	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas RCC Inc.									
BNPParibas Securities Corporation	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
Camomile Canopia Trading (UK) Ltd.	Ilhas Caimão								S2
Camomile Ulster Investments (UK) Ltd.	Ilhas Caimão				S3	IG	100%	100%	
Capstar Partners LLC	Estados Unidos				S4	ME*	100%	100%	D1
Cronos Holding Company Ltd. (Groupe)									
FB Holdings Canadá Corp	Bermudas	ME	30,0%	22,5%	ME	30,0%	22,5%		S3
FB Transportation Capital LLC	Estados Unidos	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%		
Fortis Funding LLC	Estados Unidos	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%		
Fortis Proprietary Capital Inc.	Estados Unidos								S1
- FABC									
FSI Holdings Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%	Paribas	
North America Inc.	Estados Unidos	IG	100%	100%	IG	100%	100%	Paribas	
Participations Limitee	Canadá								S1
Petits Champs Participações e ServiçosSA	Brasil	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
RFH Ltd.	Bermudas	ME*	100%	74,7%	ME*	100%	74,7%		
SDI Media Central Holdings Corp.	Estados Unidos	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%	E1	
TAP Ltd.	Bermudas				S2	ME*	65,0%	48,5%	E2 & V2
TCG Fund I LP	Ilhas Caimão	IG	99,7%	74,7%	IG	99,7%	74,7%		
Textainer Marine Containers Ltd.	Bermudas								S2
Asie - Océanie									
ACG Capital Partners Pte. Ltd.	Singapura	IP	50,0%	50,0%	IP	50,0%	50,0%	E1	
BNP Pacific (Australia) Ltd.	Austrália	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas (China) Ltd.	China	IG	100%	100%	IG	100%	100%		

Movimentos de perímetro

Entradas (E) de perímetro

- E1 Transposição de um dos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b)
- E2 Criação de entidade
- E3 Aquisição ou tomada de controle

Saídas (S) de perímetro

- S1 Cessação de atividade (nomeadamente dissolução, liquidação)
- S2 Cessão fora do Grupo, perda de controle ou perda de influência notável
- S3 Entidades desconsolidadas por ser terem tornado inferiores aos limiares definidos pelo Grupo (cf. nota 1.b) S4 Fusão absorção, Transmissão Universal do Patrimônio

Variações (V) de taxas

- V1 Aquisição complementar
- V2 Cessão parcial
- V3 Diluição
- V4 Aumento de lucro por ação

Denominação	País	Método	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011			S3
			% controle	% juro	Ref.	% controle	% juro	Ref.	
BNPParibas Arbitrage (Hong Kong) Ltd.	Hong Kong	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Capital (Asia Pacific) Ltd.	Hong Kong	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Capital (Singapore) Ltd.	Singapura								S3
BNPParibas Finance (Hong Kong) Ltd.	Hong Kong	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Futures (Hong Kong) Ltd.	Hong Kong								S3
BNPParibas India Holding Private Ltd.	Índia	IG	100%	100%	E1				
BNPParibas India Solutions Private Ltd.	Índia	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Japan Ltd.	Japão	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Malaysia Berhad	Malásia	IG	100%	100%	E1				
BNPParibas Principal Investments Japan Ltd.	Japão	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Securities (Asia) Ltd.	Hong Kong	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Securities India Private Ltd.	Índia	IG	100%	95,2%	V1	IG	100%	66,8%	
BNPParibas Securities (Japan) Ltd.	Hong Kong	ME*	100%	100%	D1	IG	100%	100%	
BNPParibas Securities Japan Ltd.	Japão	IG	100%	100%	IG	100%	100%		E2
BNPParibas Securities (Taiwan) Co Ltd.	Taiwan	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Securities Korea Company Ltd.	Coreia do Sul	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BNPParibas Securities (Singapore) Pte Ltd.	Singapura	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
BPP Holdings Pte Ltd.	Singapura	IG	100%	100%	IG	100%	100%	Paribas	
Asia Equity Ltd.	Hong Kong								S3
PT Bank BNPParibas Indonesia	Indonésia	IG	100%	100%	IG	100%	100%		
PT BNPParibas Securities Indonesia	Indonésia	IG	99,0%	99,0%	IG	99,0%	99,0%		
Médio-Oriente									
BNPP Investment Company KSA	Arábia Saudita	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%	E1	
Estruturas Ad Hoc									
54 Lombard Street Investments Ltd.	Reino Unido	IG	-	-	IG	-	-		
Alamo Funding II Inc.	Estados Unidos	IG	-	-	E1				
Alandes BV	Países Baixos	IG	-	-	IG (2)	-	-		
Alectra Finance PLC	Irlanda	IG	-	-	IG	-	-		
Antin Participation 8	França	IG	-	-	IG	-	-	E2	
APAC NZ Holdings Ltd.	Nova Zelândia				S3	IG	-	-	
Aquarius Capital Investments Ltd.	Irlanda	IG	-	-	IG	-	-		
ARV International Ltd.	Ilhas Caimão				S3	IG	-	-	
Astir BV	Países Baixos	IG	-	-	IG	-	-		
Atargatis	França	IG	-	-	IG	-	-		
Aura Capital InvestmentSA	Luxemburgo				S1	IG	-	-	
Austin Finance	França	IG	-	-	IG	-	-		
Black Kite Investment Ltd.	Irlanda				S1	IG	-	-	
BNPParibas Complex Fundo de Investimento Multimercado	Brasil					IG	-	-	
BNPParibas EQD Brazil Fund Invest Multimercado	Brasil	IG	-	-	IG	-	-		
BNPParibas Finance Inc.	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-		
BNPParibas Proprietario Fundo de Investimento Multimercado	Brasil					IG	-	-	
BNPParibas VPG Adonis LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Brooklyn LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Brooklyn Cre, LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-		
BNPParibas VPG BMC Select LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG CB Lender LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG CT Holdings LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	

ME* Entidades controladas alvo de uma consolidação simplificada segundo método de equivalência patrimonial devido ao seu caráter pouco significativo (cf. nota 1.b)

Diversos

- D1 Mudança de método de consolidação não ligado a uma variação de taxa
- D2 111 Sociedades de Construção de Venda nomeadamente 103 em IG e 8 em IP
- D3 O grupo Klépierre estava consolidado por integração global nas contas do Grupo BNP Paribas até 14 de março de 2012, e depois, na sequência da cessão de uma parte da participação do Grupo, está agora consolidado segundo o método de equivalência patrimonial (cf. nota 8.d).

Perímetro de consolidação prudencial

- (1) Filiais francesas cuja supervisão prudencial individual dos rácios de gestão é assegurada no âmbito dos rácios de gestão consolidados do Grupo, em conformidade com as disposições do artigo 41 do regulamento 2000.03 do Comité da Regulamentação Bancária e Financeira
- (2) Entidades excluídas do perímetro de consolidação prudencial.
- (3) Entidades segundo método de equivalência patrimonial no perímetro de consolidação prudencial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas anexas às Demonstrações financeiras

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% juro	Ref.	Método	% controle	% juro	Ref.
BNPParibas VPG Freedom Communications LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Lake Butler LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Legacy Cabinets LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Mark IV LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Master LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Medianews Group LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG MGM LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Modern Luxury Media LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Northstar LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG PCMC LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Reader's Digest Association LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG RHI Holdings LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG SBX Holdings LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG SDI Media LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Sengroup LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
BNPParibas VPG Titan Outdoor LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
Boug BV	Países Baixos	IG	-	-	IG	-	-	E2	
CrossenSARL	Luxemburgo	IG	-	-	E1	-	-	-	
Compagnie Investissement Italiens SNC	França	IG	-	-	IG	-	-	-	
Compagnie Investissement Opéra SNC	France	IG	-	-	IG	-	-	-	
Delphinus Titri 2010SA	Luxemburgo	-	-	S1	IG	-	-	-	
Epsom Funding Ltd.	Ilhas Caimão	-	-	S2	IG	-	-	-	
Euraussie FinanceSARL	Luxemburgo	-	-	S3	IG	-	-	-	
Fidex Ltd.	Reino Unido	-	-	S3	IG	-	-	-	
Financière des ItaliensSAS	França	IG	-	-	IG	-	-	-	
- Financière Paris Haussmann	França	IG	-	-	IG	-	-	-	
- Financière Taitbout	França	IG	-	-	IG	-	-	-	
Grenache et Cie SNC	Luxemburgo	IG	-	-	IG	-	-	-	
Harewood Financing Limited	Reino Unido	IG	-	E3	-	-	-	-	
Harewood Investments N°2 &4 Ltd.	Reino Unido	-	-	-	-	-	-	S3	
Harewood Investments N°5 Ltd.	Ilhas Caimão	IG	-	-	IG	-	-	-	
Harewood Investments N°7 Ltd.	Ilhas Caimão	IG	-	-	IG	-	-	-	
Harewood Investment N°8 Ltd.	Ilhas Caimão	IG	-	-	IG	-	-	E2	
Illiad Investments PLC	Irlanda	-	-	S3	IG	-	-	-	
Leveraged Finance Europe Capital V BV	Pays-Bas	IG	-	-	IG	-	-	-	
Liquidity Ltd.	Ilhas Caimão	-	-	S3	IG	-	-	-	
Marc Finance Ltd.	Ilhas Caimão	IG	-	-	IG	-	-	-	
Méditerranéa	França	IG	-	-	IG	-	-	-	
Omega Capital Investments PLC	Irlanda	IG	-	-	IG	-	-	-	
Omega Capital Europe PLC	Irlanda	IG	-	-	IG	-	-	-	
Omega Capital Funding Ltd.	Irlanda	IG	-	-	IG	-	-	-	
Optichamps	França	IG	-	-	IG	-	-	-	
Participations Opéra	França	IG	-	-	IG	-	-	-	
Reconfiguration BV	Países Baixos	-	-	S3	IG (2)	-	-	-	
Renaissance Fund III	Japão	ME*	-	-	ME*	-	-	D1	
Renaissance Fund IV	Japão	-	-	-	-	-	-	S1	
Ribera del Loira Arbitrage	Espanha	IG	-	-	IG	-	-	-	
Royale Neuve I SARL	Luxemburgo	IG	-	-	IG	-	-	-	
Royale Neuve II SARL	Luxemburgo	IG	-	-	IG	-	-	-	
Royale Neuve V SARL	Luxemburgo	-	-	S3	IG	-	-	-	
Royale Neuve VI SARL	Luxemburgo	-	-	S3	IG	-	-	-	
Royale Neuve VII SARL	Luxemburgo	IG	-	-	IG	-	-	E1	
Royale Neuve FinanceSARL	Luxemburgo	-	-	S3	IG	-	-	-	
Royale Neuve Investments SARL	Luxemburgo	-	-	S1	IG	-	-	-	
Scaldis Capital (Ireland) Ltd.	Irlanda	IG	-	-	IG (2)	-	-	-	

Denominação	País	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
		Método	% controle	% juro	Ref.	Método	% controle	% juro	Ref.
Scaldis Capital Ltd.	Jersey	IG	-	-	IG (2)	-	-	-	
Scaldis Capital LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG (2)	-	-	-	
Small (ex-Fortis Bank Reinsurance SA)	Luxemburgo	IG	-	-	IG (3)	-	-	V1	
Strados FCP FIS	Luxemburgo	-	-	S3	IG	-	-	-	
Sunny Funding Ltd.	Ilhas Caimão	-	-	S3	IG	-	-	-	
Tender Option Bond Municipal program	Estados Unidos	ME*	-	-	D1	IG	-	-	
Thunderbird Investments PLC	Irlanda	-	-	S3	IG	-	-	-	
Outras Atividades									
Private Equity (BNP Paribas Capital)									
Cobema	Bélgica	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
Compagnie Financière Ottomane SA	Luxemburgo	IG	96,9%	96,9%	IG	96,9%	96,9%	-	
Erbe	Bélgica	ME	42,5%	42,5%	ME	42,5%	42,5%	V2	
Fortis Private Equity Belgium NV	Bélgica	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%	-	
Fortis Private Equity Expansion Belgium NV	Bélgica	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%	-	
Fortis Private Equity França Fund	França	IG	99,9%	75,0%	IG	99,9%	75,0%	-	
Fortis Private Equity Venture BelgiumSA	Bélgica	IG	100%	74,9%	IG	100%	74,9%	-	
Gepeco	Bélgica	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
Sociedades Imobiliárias de Exploração									
Antin Participation 5	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
EjurusSA	Espanha	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%	D1	
Foncière de la Compagnie BancaireSAS	França	-	-	S4	IG	100%	100%	-	
NoriaSAS	França	-	-	-	-	-	-	S4	
Société Immobilière Marché Saint-Honoré	França	IG	99,9%	99,9%	IG	100%	100%	-	
Société d'Études Immobilières de Constructions - Setic	França	-	-	S4	IG	100%	100%	-	
Société Marloise Participations	França	IG	100%	100%	E1	-	-	-	
Sociedades de carteira e outras filiais									
BNL International InvestmentSA	Luxemburgo	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
BNPParibas Home Loan SFH	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
BNPParibas International BV	Países Baixos	-	-	-	-	-	-	S4	
BNPParibas Méditerranée Innovation& Technologies	Marrocos	IG	100%	96,7%	IG	100%	96,7%	-	
BNPParibas Partners for Innovation (Groupe)	França	ME	50,0%	50,0%	ME	50,0%	50,0%	-	
BNPParibas Public Sector SCF	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%	-	
BNPParibas SB Re	Luxemburgo	IG (3)	100%	100%	IG (3)	100%	100%	-	
Compagnie d'Investissements de Paris - CIP	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
Financière BNPParibas	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
Financière du Marché Saint-Honoré	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
GIE Groupement Auxiliaire de Moyens	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	Le	
Sphinx Assurances LuxemburgoSA	Luxemburgo	ME*	100%	100%	ME*	100%	100%	-	
Loft Beck Ltd.	Irlanda	-	-	-	-	-	-	S3	
Margaret Inc.	Estados Unidos	-	-	-	-	-	-	S3	
Omnium de Gestion et de Developpement Immobilier - OGD	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
Plagefin - Placement, Gestion, Finance HoldingSA	Luxemburgo	IG	100%	53,4%	IG	100%	53,4%	-	
Sagjo	Bélgica	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
Société Auxiliaire de Construction Immobilière - SACI	France	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
Société Orbitsienne de Participations	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
UCB Bail 2	França	IG	100%	100%	IG	100%	100%	-	
UCB Entreprises	França	IG (1)	100%	100%	IG (1)	100%	100%	-	
UCB Locabail immobilier 2	França	-	-	S3	ME*	100%	100%	-	
Structures Ad Hoc									
BNPParibas Capital Trust LLC 6	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	-	
BNPParibas Capital Preferred LLC 6	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	-	
BNPParibas US Medium Term Notes Program LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	-	
BNPParibas US Structured Medium Term Notes LLC	Estados Unidos	IG	-	-	IG	-	-	-	
Klépierre									
KlépierreSA (Groupe)	França	ME	22,4%	22,3%	D3	IG	57,5%	52,0%	

8.c VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO GRUPO E DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS DAS FILIAIS

➤ OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO INTERNA QUE ALTERARAM A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Participação do Grupo	Participação dos minoritários	Participação do Grupo	Participação dos minoritários
Cessão de ativos de sucursais Fortis Banque SA às sucursais BNP Paribas SA situadas no mesmo território	(7)	7	(37)	37
Cessão total do Fortis Capital Corporation e das suas filiais no Banexi Holding Corporation			(30)	30
Cessão interna do BNP Paribas Leasing Solutions do BNP Paribas SA ao BGL BNP Paribas	18	(18)		
Outros	(3)		(13)	13
TOTAL	8	(11)	(80)	80

➤ OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR OU DE CESSÃO PARCIAL QUE ALTERARAM A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS NO CAPITAL E NAS RESERVAS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Participação do Grupo	Participação dos minoritários	Participação do Grupo	Participação dos minoritários
Fauchier			(24)	(4)
O BNP Paribas Investment Partners adquiriu em 2010 e em 2011, 12,5 % de participação aos acionistas minoritários colocando assim a sua taxa de detenção nos 100 %				
Findomestic			(291)	(337)
O BNP Paribas Personal Finance adquiriu 25 % de participação aos acionistas minoritários colocando assim a sua taxa de detenção em 100 %				
Reestruturação na Turquia			23	(129)
O BNP Paribas reestruturou as suas atividades na Turquia e procedeu à recompra de 6 % de participação aos acionistas minoritários do TEB Bank colocando assim a sua taxa de detenção em 56,99 % (cf. nota 8.d)				
Outros		(4)		(7)
TOTAL	-	(4)	(292)	(477)

No âmbito da aquisição de certas entidades, o Grupo autorizou a acionistas minoritários opções de venda da sua participação a um determinado preço.

O valor total destes compromissos contabilizados na diminuição dos capitais próprios, ascende a 133 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 157 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Galeries Lafayette anunciou a 19 de setembro de 2012 a sua intenção de exercer a sua opção de venda da sua participação na LaSer em benefício do BNP Paribas Personal Finance, nos termos da convenção de acionistas concluída com o seu co-acionista. O BNP Paribas tomou nota desta decisão. À data de hoje, nem o preço, nem o vencimento estão determinados.

8.d REAGRUPAMENTO DE EMPRESAS E PERDA DE CONTROLO

Reagrupamento de empresas e perda de controlo realizados em 2012

Klépierre

A 14 de março de 2012, o BNP Paribas e o Simon Property Group concluíram um acordo relativo à cessão pelo BNP Paribas de um bloco de títulos representando 28,7 % do capital de Klépierre. A cessão permitiu ao Grupo realizar uma mais valia de 1 516 milhões de euros, dos quais 631 milhões de euros de resultado ligado à participação mantida aos quais acrescem 227 milhões de euros de reavaliações de operações internas,

estando o conjunto contabilizado em ganhos líquidos sobre outros ativos imobilizados. Na sequência desta operação, o BNP Paribas é detentor de uma participação de 22,7 % do capital de Klépierre reavaliada em 1 134 milhões de euros em 14 de março com base numa cotação de Bolsa do dia da transação de 26,93 euros.

A consolidação segundo o método de equivalência patrimonial de Klépierre levou o Grupo a constatar no resultado um goodwill negativo de 29 milhões de euros.

A perda de controlo do Klépierre tem por consequência, nomeadamente uma redução sensível na parte relativa às propriedades de investimento constante do balanço do Grupo BNP Paribas. Esta operação traduz-se globalmente por uma diminuição de 10,4 bilhões de euros do balanço do Grupoe.

Reagrupamento de empresas realizado em 2011

Empresa adquirida	Polo	País	Percentagem adquirida	Em milhões de euros			Números chave na data de aquisição			
				Preço de aquisição	Diferença de aquisição	Impacto sobre a tesouraria	Ativo		Passivo	
Fortis Commercial Finance Holding NV										
	RB	Países-Baixos	100 %	100	9	(11)	Empréstimos concedidos e créditos sobre os clientes	1 458	Dívidas aos estabelecimentos de crédito	867
									Dívidas aos clientes	463
Fortis Luxembourg Vie										
		IS Luxemburgo	16,66 %	114	(1)		175 Ativos financeiros no justo valor por resultado	7 280	Provisões técnicas das companhias de seguro	7 750
BNL Vita										
		IS Itália	51 %	325	120	(144)	Ativos financeiros no justo valor por resultado	3 555	Provisões técnicas das companhias de seguro	11 545
							Ativos financeiros disponíveis p/ venda	6 979		

Fortis Commercial Finance

A 10 de junho de 2011, o BNP Paribas Fortis e o ABN AMRO concluíram um acordo sobre a aquisição, pelo BNP Paribas Fortis, da rede internacional do Fortis Commercial Finance, à exceção das atividades neerlandesas.

Esta parte da rede do Fortis Commercial Finance, um dos líderes do factoring ativo em 12 países europeus e asiáticos, está ligada ao BNP Paribas Factoring para servir os clientes institucionais do BNP Paribas na Europa e na Ásia.

A rede de factoring do Grupo enriquece com 6 novos territórios: Reino Unido, Alemanha, Polónia, Dinamarca, Grande Ducado do Luxemburgo e Hong Kong. Graças a esta aquisição o Grupo torna-se um dos líderes do factoring na Europa. O Fortis Commercial Finance está consolidado por integração global desde 4 de outubro de 2011, e a sua contribuição para o resultado anual do Grupo em 2011 não é significativa.

BNL Vita

A 22 de dezembro de 2009, a Cardif Assicurazioni, filial italiana do BNP Paribas Cardif, concluiu um acordo com a seguradora Unipol para comprar a sua parte de 51 % na sua co-empresa de bancasseguros BNL Vita. O Grupo detém desde 29 de setembro de 2011 a totalidade do capital do BNL Vita. A aplicação das normas contabilísticas sobre os reagrupamentos de empresas leva a constatar um goodwill, aquando da tomada de controlo do BNL Vita, determinada sobre a participação total do Grupo nesta filial.

Fundado em 1987, o BNL Vita é o 6º ator do mercado da bancasseguros em Itália e distribui os seus produtos de seguros de vida através da rede de agências do BNL, o banco italiano do Grupo. O BNL Vita está consolidado por integração global desde 30 de setembro de 2011, e a sua contribuição para o resultado anual do Grupo em 2011 não é significativa.

A entidade adota a denominação BNP Paribas Cardif Vita Compagnia di Assicurazione e Riassicurazione.

Cardif Lux International/Fortis Luxembourg Vie SA

A Ageas e o BGL BNP Paribas por outro lado, assinaram um acordo de fusão a 7 de junho de 2011 incidindo sobre o Fortis Luxembourg Vie e o Cardif Lux International. A Ageas e o BGL BNP Paribas eram respetivamente acionistas a 50 % cada um no Fortis Luxembourg Vie (consolidado por equivalência patrimonial a nível de 50 % no grupo BNP Paribas). O BNP Paribas Cardif era acionista a 100 % do Cardif Lux International (consolidado por integração global no grupo BNP Paribas). No termo da transação, o grupo BNP Paribas controla o novo conjunto a 66,66 %. Este é consolidado por integração global a 31 de dezembro de 2011.

A entidade fusionada passou a ter a designação comercial de Cardif Lux Vie e torna-se um ator importante da distribuição de produtos de seguros de vida e de previdência sobre no mercado luxemburguês.

Teb Bank

o grupo Colakoglu (coacionista do TEB desde 2005) e o BNP Paribas Fortis. A fusão das duas entidades foi votada pelas Assembleias-Gerais dos dois bancos a 25 de janeiro de 2011 e realizada a 14 de fevereiro. Os princípios de governança do TEB foram alargados à nova entidade que é consolidada por integração proporcional. O grupo Colakoglu dispõe de uma opção que lhe permite ceder a sua participação no TEB Holding, holding de controlo do TEB, ao grupo BNP Paribas pelo valor de mercado a partir de 15 de fevereiro de 2012. Esta opção inclui um preço mínimo sobre a participação histórica do grupo Colakoglu atingindo 1 633 milhões de libras turcas a partir de 1 de abril de 2014.

O grupo BNP Paribas adquiriu igualmente em de junho de 2011, no âmbito de uma oferta pública de compra, 6 % dos títulos cotados do novo conjunto TEB.

8.e REMUNERAÇÕES E VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO OS MANDATÁRIOS SOCIAIS

Política de remuneração e de atribuição das vantagens sociais aos mandatários sociais

Remuneração dos dirigentes mandatários sociais

A remuneração dos dirigentes mandatários sociais é determinada consoante as modalidades propostas pelo Comité das remunerações ao Conselho de administração.

A remuneração inclui uma parte fixa e uma parte variável, cujos níveis são determinados em função de referências de mercado estabelecidas com base em inquéritos de remuneração por gabinetes especializados.

Remunerações fixas

A remuneração anual fixa do Sr. Baudouin Prot, Presidente ascende a 850 000 euros.

A remuneração anual do Sr. Jean-Laurent Bonnafé na qualidade de Diretor Geral passou de 1 050 000 euros para 1 250 000 euros a partir de 1 de julho de 2012.

As remunerações anuais dos Srs. Georges Chodron de Courcel, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau, Diretores Gerais delegados, ascendem a 600 000 euros, 580 000 euros e 450 000 euros, respetivamente.

Remunerações variáveis

A parte variável da remuneração dos dirigentes mandatários sociais é determinada a partir de uma remuneração alvo igual a 100% para o Sr. Baudouin Prot, 150% para os Srs. Jean-Laurent Bonnafé, Georges Chodron de Courcel e Philippe Bordenave e 120% para o Sr. François Villeroy de Galhau da sua remuneração fixa. Esta evolui em função de critérios representativos dos resultados do Grupo, do desempenho de gestão dos mandatários sociais e da apreciação pelo Conselho de administração da política de risco e de liquidez do BNP Paribas. A parte variável destina-se a refletir a contribuição efetiva dos dirigentes mandatários sociais para o sucesso do BNP Paribas, no que diz respeito ao Presidente, nomeadamente no âmbito das missões que cumpre em virtude das disposições do regulamento interno do Conselho de administração que não diz respeito exclusivamente à organização e ao funcionamento do Conselho e, tratando-se do Diretor Geral e dos Diretores Gerais delegados, no âmbito das suas funções de dirigentes de um grupo internacional de serviços financeiros.

Crítérios ligados ao desempenho do Grupo

Os critérios ligados ao desempenho do Grupo incidem sobre 75% da remuneração variável alvo e permitem calcular a parte correspondente da remuneração de forma proporcional à evolução de indicadores calculados.

- Srs. Baudouin Prot, Jean-Laurent Bonnafé e Philippe Bordenave
 - evolução do lucro líquido por ação (37,5 % da remuneração variável alvo),
 - realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (37,5 % da remuneração variável alvo).
- Srs. Georges Chodron de Courcel e François Villeroy de Galhau
 - evolução do lucro líquido por ação (18,75 % da remuneração variável alvo),
 - realização do orçamento de resultado bruto de exploração do Grupo (18,5 % da remuneração variável alvo),
 - evolução do resultado líquido, antes dos impostos, das atividades sob responsabilidade (18,5 % da remuneração variável alvo),
 - realização dos orçamentos de resultado bruto de exploração das atividades sob responsabilidade (18,75 % da remuneração variável alvo).

Crítérios pessoais

Os critérios pessoais dizem respeito à capacidade de gestão avaliada pelo Conselho de administração tendo em consideração as capacidades de antecipação, de decisão e de animação:

- *antecipar*: definir uma visão, preparar o futuro, favorecer o espírito de inovação, assegurar a sucessão e a internacionalização dos quadros dirigentes;
- *decidir*: determinar, com os responsáveis visados, e implementar as medidas necessárias ao desenvolvimento do Grupo, à sua eficácia interna e à adequação da sua política de risco, de controlo interno e de gestão do capital;
- *animar*: reconhecer os comportamentos de respeito pelos valores do Grupo (o compromisso, a ambição, a criatividade, a reatividade). Suscitar a iniciativa e a cooperação interna. Promover uma cultura da mudança e do desempenho.

A parte de remuneração variável ligada aos critérios pessoais está limitada a 25% da remuneração variável alvo.

Critérios ligados à política de risco e de liquidez

Os critérios ligados à política de risco e de liquidez só se aplicam ao Diretor Geral e aos Diretores Gerais delegados. A parte de remuneração variável correspondente a estes critérios é condicionada à realização de vários objetivos mensuráveis e previamente definidos; esta só pode ser atribuída se:

- remuneração variável ligada aos indicadores calculados representativos da despesa do Grupo for pelo menos igual à parte correspondente da remuneração alvo;
- a classificação do CDS do BNP Paribas estiver no primeiro terço mais baixo da amostragem dos 21 bancos comparáveis habitualmente publicada.

Em 2012, o Conselho de administração certificou-se que o montante da remuneração variável, assim como a soma dos elementos que a compõem, são coerentes com a evolução dos resultados do Grupo e que, seja em que circunstância for, o montante da remuneração variável não excede 180% da remuneração fixa. Disso deu conta à Assembleia geral dos acionistas.

O Conselho de administração decidiu que as remunerações variáveis atribuídas em 2012, a título de 2011, aos dirigentes mandatários sociais seriam diferidas sobre três anos numa proporção de 60 % do seu montante com um limiar de 300 000 euros a serem pagos em 2013. A parte diferida está submetida a uma condição de rentabilidade dos fundos próprios e indexada por metade à evolução da cotação da ação; a parte não diferida é ela própria por metade adiada de seis meses e indexada à evolução da cotação da ação.

Remuneração a longo prazo dos mandatários sociais em caso de subida da cotação da ação

Os mandatários sociais do BNP Paribas não receberam nem opções de subscrição de ações, nem ações de desempenho em 2012.

Com vista a associar os dirigentes do Grupo ao progresso da empresa a longo prazo, o Conselho de administração instituiu um dispositivo de remuneração integralmente condicional e fundado sobre a valorização da ação sobre um período de cinco anos, em condições que, por um lado não deixam qualquer possibilidade de escolha da data de exercício, por outro lado limitam as possibilidades de ganho.

Não será paga nenhuma remuneração no âmbito deste dispositivo se, 5 anos após a data de atribuição, a cotação da ação tiver progredido de menos de 5 %. Mesmo que a ação tenha progredido mais de 5 %, a existência de uma remuneração seria submetida à realização, todos os anos, de uma condição de desempenho relativa da cotação da ação BNP Paribas. De acordo com esta condição, a fração correspondente da atribuição poderia ser, ano após ano, mantida, reduzida ou perdida. A quantia paga in fine sê-lo-ia em função da subida da ação constatada sobre cinco anos; esta evoluiria de maneira menos do que proporcional a esta subida e dentro do limite de um plafond que seria aplicado caso a ação tivesse fortemente progredido.

No que concerne à atribuição em 2012, no âmbito desta remuneração a longo prazo condicional, o valor contabilístico na data da atribuição (3 de maio de 2012) fixa-se em 228 565 euros para o Sr. Baudouin Prot, 311 323 euros para o Sr. Jean-Laurent Bonnafé, 205 132 euros para o Sr. Georges Chodron de Courcel, 193 561 euros para o Sr. Philippe Bordenave e 108 421 euros para o Sr. François Villeroy de Galhau.

Vantagens posteriores ao emprego

Indemnizações ou vantagens devidas ou suscetíveis de serem devidas em caso de cessação ou mudança de funções

O Senhor Jean-Laurent Bonnafé, ingressou no BNP Paribas em 1993, foi nomeado Diretor Geral a 1 de dezembro de 2011, aceitou renunciar (com efeitos a partir de 1 de julho de 2012) ao seu contrato de trabalho, em conformidade com as recomendações do Código de governo de empresa AFEP-MEDEF.

Esta decisão faz com que perca, à exceção dos dispositivos comuns de seguro por morte ou invalidez e de cobertura das despesas de saúde, as vantagens das disposições da convenção coletiva e dos acordos de empresa de que teria beneficiado enquanto assalariado e quadro dirigente há cerca de vinte anos (nomeadamente os direitos ligados ao contrato de trabalho em caso de rutura do mesmo).

Em contrapartida, uma convenção regulamentada, que será submetida ao voto dos acionistas por ocasião da Assembleia geral estatuinte sobre as contas do exercício 2012, foi autorizada pelo Conselho de administração de 14 de dezembro de 2012. Esta prevê as seguintes disposições, em caso de cessação das funções de Diretor geral do Senhor Jean-Laurent Bonnafé:

1. Não será devida nenhuma indemnização de saída ao Senhor Jean-Laurent Bonnafé :

- em caso de falta grave ou negligência;
- em caso de não satisfação das condições de desempenho enunciadas no ponto 2 ;
- ou no que caso em que decida por voluntariamente fim às suas funções de Diretor geral;

2. Se a cessação das funções do Senhor Jean-Laurent Bonnafé intervier fora dos casos referidos no ponto 1, ser-lhe-ia paga uma indemnização condicional calculada da seguinte forma :

(a) se, em pelo menos dois dos três anos anteriores à cessação das suas funções de Diretor geral, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé cumpriu pelo menos 80 % dos objetivos quantitativos fixados pelo Conselho de administração para determinação da sua remuneração variável, a referência para o cálculo da sua indemnização seria igual a dois anos da sua última remuneração fixa e variável-alvo anterior à cessação de atividade. ;

(b) caso a taxa de sucesso referida em (2a) não tenha sido atingida mas a empresa tenha obtido um resultado líquido parte do Grupo positiva durante dois dos três anos anteriores à cessação da sua atividade, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé receberia uma indemnização igual a dois anos da sua remuneração devida no âmbito do anos de 2011.

3. Em caso de cessação das funções durante o ano anterior à data a partir da qual o Senhor Jean-Laurent Bonnafé teria a possibilidade de fazer valer os seus direitos à reforma, a indemnização paga:

- será limitada à metade da determinada acima,
- e será submetida às mesmas condições.

Os Srs.. Baudouin Prot, Georges Chodron de Courcel, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau não beneficiam de nenhuma compensação contratual no âmbito da cessação do seu mandato.

Indemnizações de fim de carreira

No âmbito de uma convenção autorizada pelo Conselho de administração pela qual foi posto fim ao contrato de trabalho do Sr. Baudouin Prot, o BNP Paribas comprometeu-se a pagar-lhe, quando este deixar o Grupo por motivos de reforma, uma compensação de um valor de 150 000 euros correspondente ao prémio de fim de

carreira que ele teria recebido por aplicação de um acordo relativo à Caixa de previdência do pessoal da Banque Nationale de Paris.

O Sr. Jean-Laurent Bonnafé não receberá nenhum prêmio de fim de carreira aquando da sua saída para a reforma, para além da indemnização de cessação das funções acima mencionada.

Os Srs. Georges Chodron de Courcel, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau, Diretores gerais delegados beneficiam das disposições aplicáveis aos colaboradores do BNP Paribas SA em matéria de indemnização de fim de carreira em função da sua situação contratual inicial.

Regimes de reforma complementares⁽¹⁾

Os regimes de reforma com prestações definidas, dos quais beneficiavam os quadros superiores do Grupo oriundos do BNP, do Paribas e da Compagnie Bancaire, foram todos transformados em regimes de tipo aditivo. Os valores atribuídos aos beneficiários foram congelados aquando do fecho dos regimes anteriores.

Foi aplicada uma regra análoga aos Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel, atualmente respetivamente Presidente do Conselho de administração e Diretor Geral delegado. Os Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel dependem, por esse motivo, de um regime coletivo e condicional de reforma complementar em conformidade com as disposições do artigo L. 137.11 do Código da Segurança Social. No âmbito deste regime, as pensões seriam calculadas, sob reserva da sua presença no Grupo no momento da sua saída para a reforma, com base nas remunerações fixas e variáveis recebidas em 1999 e 2000, sem possibilidade de aquisição ulterior de direitos.

Os valores da reforma, incluem as pensões servidas pelo regime geral da Segurança Social e os regimes complementares da ARRCO e da AGIRC, assim como, se tal for o caso, os complementos bancários resultantes do acordo profissional entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1994 e as pensões adquiridas com o apoio da empresa junto dos regimes complementares de capitalização representariam no máximo 50% das remunerações assim determinadas.

Estes montantes seriam revalorizados de 1 de Janeiro de 2002 até à data da liquidação efetiva das pensões, com base na taxa média anual de evolução das pensões pagas pela Segurança Social, a ARRCO e a

AGIRC. O aumento dos direitos potenciais, correspondente ao ano de 2012, seria limitado aos efeitos desta revalorização. No momento desta liquidação, as pensões aditivas seriam iguais ao diferencial verificado entre estes montantes assim revalorizados e as prestações de reforma servidas pelo regime geral e os regimes complementares ou suplementares citados anteriormente. Estas pensões aditivas, então definitivamente calculadas, seriam indexadas à taxa de crescimento do valor de serviço do ponto AGIRC.

Estes compromissos tinham sido objeto de provisões pela Banque Nationale de Paris. Estas foram ajustadas por ocasião do fecho dos regimes de reforma anteriores acima mencionado e os compromissos foram transferidos para uma companhia de seguros exterior ao Grupo.

A vantagem constituída pelos regimes de reforma sempre foi tida em conta pelo Conselho de administração na determinação das remunerações globais dos mandatários sociais. O Conselho de administração constatou em 2009 que este regime era conforme às disposições do Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF.

O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados beneficiam do dispositivo de reforma com descontos definidos (art. 83º do Código Geral dos Impostos) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O valor dos descontos pagos a este título pela empresa foi, em 2012, de 400 euros por beneficiário.

Regime de previdência

O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados beneficiam dos dispositivos de previdência flexível oferecidos aos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas SA em matéria de seguro por morte e invalidez, assim como do regime comum de cobertura das despesas de saúde.

Beneficiam, por outro lado, do dispositivo da Garantia de Vida Profissional Acidentes (seguro por morte e invalidez) em vigor em benefício do conjunto dos funcionários do BNP Paribas SA, assim como do dispositivo complementar implementado em benefício dos membros da Comissão Executiva do Grupo, oferecendo um capital complementar de 1,10 milhão de euros em caso de morte ou de invalidez permanente total ligadas à atividade profissional.

Dirigentes Mandatários sociais Em 31 dezembro 2012	Contrato de trabalho		Regime de reforma suplementar		Indemnizações ou vantagens devidas ou suscetíveis de ser devidas devido à cessação ou da mudança de funções		Indemnização relativa a uma cláusula de não concorrência	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Sr. Baudouin PROT		✓	✓			✓	
Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ		✓ ⁽¹⁾	✓ ⁽²⁾		✓ ⁽³⁾			✓
Sr. Georges CHODRON de COURCEL	✓		✓			✓		✓
Sr. Philippe BORDENAVE	✓		✓ ⁽²⁾			✓		✓
Sr. François VILLEROY de GALHAU	✓		✓ ⁽²⁾			✓		✓

(1) Renúncia ao contrato de trabalho com efeito a 1 de julho de 2012.

(2) Jean-Laurent Bonnafé, Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau beneficiam exclusivamente do regime de reforma artigo 83º do Código Geral dos Impostos implementado para todos os assalariados e os mandatários sociais do BNP Paribas SA.

(3) Cf. acima, Indemnizações ou vantagens devidas ou suscetíveis de serem devidas por causa da cessação ou da mudança de funções.

(1) Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF (ponto 20-2-5).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Notas anexas às Demonstrações financeiras

O quadro abaixo apresenta a remuneração bruta devida no âmbito do exercício 2012 assim como as senhas de presença e vantagens em espécie para 2012.

Remuneração devida referente a 2012 Em euros	Remunerações		Senhas de presença ⁽³⁾	Vantagens em espécie ⁽⁵⁾	Total Remuneração ⁽⁶⁾	
	Fixa ⁽¹⁾	Variável Paga em 2013				Diferida
Baudouin PROT						
Presidente do Conselho de administração (lembrete 2011)	850 000 (941 667)	330 000 (471 970) ⁽²⁾	495 000 (707 956)	93 010 (91 796)	3 701 (3 926)	1 716 404 (2 166 394)
Jean-Laurent BONNAFÉ						
Diretor Geral (lembrete 2011)	1 150 000 (820 833)	672 000 (463 106) ⁽²⁾	1 008 000 (694 659)	143 540 (97 087)	3 108 (3 197)	2 870 811 (2 020 548)
Georges CHODRON de COURCEL						
Diretor Geral delegado (lembrete 2011)	600 000 (600 000)	356 000 (305 143) ⁽²⁾	534 000 (457 714)	98 558 (106 133)	4 141 (4 141)	1 494 141 (1 366)
998) Philippe BORDENAVE						
Diretor Geral delegado (lembrete 2011 - Período de 01/12/2011 a 31/12/2011)	580 000 (48 333)	344 000 (25 842) ⁽²⁾	516 000 (38 763)	7 500 (4)	2 879 (13)	1 442 879 (112 951)
François VILLEROY de GALHAU						
Diretor Geral delegado (lembrete 2011 - Período de 01/12/2011 a 31/12/2011)	450 000 (37 500)	300 000 (33 321) ⁽²⁾	230 000 (22 214)	86 042 (4)	3 114 (260)	983 114 (93 295)
Remuneração total devida aos mandatários sociais para 2012 (lembrete 2011)						8 507 349 (5 760 186)

(1) Salário efetivamente pago em 2012.

(2) Estes valores correspondem à remuneração variável respetivamente devida no âmbito de 2011 e paga em 2012.

(3) O Sr. Baudouin Prot não recebe senha de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA e da sociedade Erbé. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito deste último mandat é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Jean-Laurent Bonnafé não recebe senha de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas SA, BNP Paribas Fortis, BNL, BNP Paribas Personal Finance e da sociedade Erbé. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito destes quatro últimos mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Georges Chodron de Courcel não recebe senha de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas Suíça, da sociedade Erbé e do BNP Paribas Fortis. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito destes mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. Philippe Bordenave não recebe senha de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BNP Paribas Personal Finance. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito deste mandato é deduzido da remuneração variável paga.

O Sr. François VilleroY de Galhau não recebe senha de presença no âmbito dos mandatos que exerce nas sociedades do Grupo, com exceção dos seus mandatos de administrador do BGL, BNL, BNP Paribas Fortis, BNP Paribas Leasing Solutions e Cortal Consors. O valor das senhas de presença recebidas no âmbito destes mandatos é deduzido da remuneração variável paga.

(4) O Srs. Philippe Bordenave e M. François VilleroY de Galhau não receberam senhas de presença entre 1 de dezembro de 2011, data do início do seu mandato de mandatários sociais, e 31 de dezembro de 2011.

(5) O Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados dispõem de uma viatura de funções e de um telemóvel.

(6) Remuneração total após dedução das senhas de presença imputadas na remuneração variável.

O quadro abaixo apresenta a remuneração bruta paga em 2012, assim como as senhas de presença e as vantagens em espécie do mesmo exercício.

Remuneração paga em 2012 Em euros	Remunerações		Senhas de presença	Vantagens em espécie	Total Remuneração
	Fixa	Variável ⁽¹⁾			
Baudouin PROT					
Presidente do Conselho de administração (lembrete 2011)	850 000 (941 667)	819 495 (799 042)	93 010 (91 796)	3 701 (3 926)	1 766 206 (1 836 430)
Jean-Laurent BONNAFÉ					
Diretor Geral (lembrete 2011)	1 150 000 (820 833)	640 935 (513 619)	143 540 (97 087)	3 108 (3 197)	1 937 583 (1 434 736)
Georges CHODRON de COURCEL					
Diretor Geral delegado (lembrete 2011)	600 000 (600 000)	457 166 (435 540)	98 558 (106 133)	4 141 (4 141)	1 159 865 (1 145 814)
Philippe BORDENAVE					
Diretor Geral delegado (lembrete 2011 - Período de 01/12/2011 a 31/12/2011)	580 000 (48 333)	406 366 (690) ⁽²⁾	7 500 -	2 879 (13)	996 745 (49 036)
François VILLEROY de GALHAU					
Diretor Geral delegado (lembrete 2011 - Período de 01/12/2011 a 31/12/2011)	450 000 (37 500)	216 815 (690) ⁽²⁾	86 042 -	3 114 (260)	755 971 (38 450)
Remuneração total paga aos mandatários sociais em 2012 (lembrete 2011)					6 616 370 (4 504 466)

- (1) Os montantes indicados incluem, além da remuneração variável propriamente dita, os elementos de remuneração de natureza excepcional assim como as deduções correspondentes à recuperação das senhas de presença.
 A remuneração variável do Sr. Baudouin Prot referente a 2011 paga em 2012, foi reduzida de um montante de 50 920 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2011.
 A remuneração variável do Sr. Jean-Laurent Bonnafé referente a 2011 paga em 2012, foi reduzida de um montante de 58 334 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2011.
 A remuneração variável do Sr. Georges Chodron de Courcel referente a 2011 paga em 2012, foi reduzida de um montante de 106 133 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2011.
 A remuneração variável do Sr. Philippe Bordenave referente a 2011 paga em 2012, foi reduzida de um montante de 6 879 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2011.
 A remuneração variável do Sr. François Villeroy de Galhau referente a 2011 paga em 2012, foi reduzida de um montante de 53 413 euros correspondente à recuperação das fichas de presença recebidas em 2011.

- (2) Prémio recebido em dezembro de 2011 atribuído no âmbito de um acordo de empresa a todos os funcionários do BNP Paribas SA presentes a tempo inteiro durante todo o ano de 2010.

A taxa de encargos e contribuições sociais média sobre estas remunerações em 2012 é de 30,5 % (32,3 % em 2011).

➤ **VANTAGENS SOCIAIS BENEFICIANDO OS MANDATÁRIOS SOCIAIS**

Vantagens sociais em benefício dos mandatários sociais	Exercício 2012	Exercício 2011
Vantagens posteriores ao emprego		
Indemnizações de fim de carreira		
Valor atualizado dos compromissos (exceto encargos sociais)	620 247 €	746 318 €
Regime coletivo e condicional de reforma suplementar com prestações definidas		
Valor atualizado total no fim dos compromissos	19,01 M€	18,5 M€
Regime de reforma com cotizações definidos		
Cotizações pagas pela empresa durante o ano	2 000 €	1 588 €
Previdência/Cobertura Saúde		
Prémios pagos pela empresa durante o ano	23 429 €	74 263 €

➤ **SENHAS DE PRESENÇA PAGAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Em euros	Senhas de presença pagas em 2012	Senhas de presença pagas em 2011
Sr. AUGUSTE Patrick ⁽¹⁾		26 861
Sr. BÉBÉAR Claude ⁽²⁾	31 306	48 009
Sra. BERGER Suzanne ⁽³⁾		23 358
Sr. BONNAFÉ Jean-Laurent	37 703	38 753
Sr. DE CHALENDAR Pierre-André ⁽⁴⁾	16 461	
Sr. GIANNO Jean-Marie ⁽⁵⁾	10 054	47 034
Sr. GRAPPOTTE François ⁽³⁾		45 317
Sr. KESSLER Denis	71 294	74 466
Sra. KUNOVA Meglena	46 203	36 629
Sr. LEPETIT Jean-François	76 177	65 524
Sra. MISSON Nicole	45 489	17 624
Sr. MOUCHARD Thierry ⁽⁶⁾	26 515	
Sra. PARISOT Laurence	39 615	41 726
Sr. PÉBEREAU Michel	44 859	40 876
Sra. PLOIX Hélène	53 672	45 972
Sr. PROT Baudouin	37 703	40 876
Sr. SCHWEITZER Louis	67 896	60 239
Sr. TILMANT Michel	55 547	56 590
Sr. VAN BROEKHOVEN Emiel	55 547	55 528
Sra. WEBER-REY Daniela	46 522	55 528
Sra. WICKER-MIURIN Fields	52 432	20 597
TOTAL	814 995	841 507

(1) Mandato terminado a 30 junho 2011.

(2) Mandato terminado a 23 maio 2012.

(3) Mandato terminado a 11 maio 2011.

(4) Mandato iniciado a 23 maio 2012.

(5) Mandato terminado a 15 fevereiro 2012.

(6) Mandato iniciado a 16 fevereiro 2012.

Planos de opções de subscrição de ações

No quadro das autorizações dadas pela Assembleia-geral, o BNP Paribas implementa um programa de atribuição de opções de subscrição de ações cujas características, aprovadas pelo Conselho de administração, são descritas na nota anexa às remunerações e vantagens concedidas ao pessoal (pagamento à base de ações).

Apesar das disposições deste programa se aplicarem aos mandatários sociais, o Conselho de administração não desejou utilizá-las em 2012.

➤ **OPÇÕES CONCEDIDAS E EXERCIDAS EM 2012**

Opções de subscrição de ações concedidas aos mandatários sociais e opções exercidas por estes últimos	Número de opções	Preço de exercício (em euros)	Data de atribuição	Data de vencimento do plano	Valorização da atribuição individual		Atribuição individual em percentagem do número de ações que compõem o capital
					em euros	em % da carga contabilística	
Opções concedidas em 2012	NC	-	-	-	-	-	-
Opções exercidas em 2012	NC	-	-	-	-	-	-
Opções concedidas em 2011	NC	-	-	-	-	-	-
Opções exercidas em 2011							
Baudouin PROT	94 818	47,37	15/05/2001	14/05/2011			
Georges CHODRON de COURCEL	4 675	35,87	21/03/2003	20/03/2013			

➤ **QUADRO DE SÍNTESES DAS REMUNERAÇÕES E DAS OPÇÕES ATRIBUÍDAS A CADA DIRIGENTE MANDATÁRIO SOCIAL NESTA QUALIDADE**

Em euros	2012	2011
Baudouin PROT		
Presidente do Conselho de administração		
Remunerações referentes ao exercício	1 716 404	2 166 394
Remuneração a longo prazo - Valor líquido contabilístico na data de atribuição	228 565	492 506
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	NC	NC
TOTAL	1 944 969	2 658 900
Jean-Laurent BONNAFÉ		
Diretor Geral		
Remunerações referentes ao exercício	2 870 811	2 020 548
Remuneração a longo prazo - Valor líquido contabilístico na data de atribuição	311 323	399 744
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	NC	NC
TOTAL	3 182 134	2 420 292
Georges CHODRON de COURCEL		
Diretor Geral delegado		
Remunerações referentes ao exercício	1 494 141	1 366 998
Remuneração a longo prazo - Valor líquido contabilístico na data de atribuição	205 132	323 780
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	NC	NC
TOTAL	1 699 273	1 690 778
Philippe BORDENAVE		
Diretor Geral delegado		
Remunerações referentes ao exercício	1 442 879	112 951 ⁽¹⁾
Remuneração a longo prazo - Valor líquido contabilístico na data de atribuição	193 561	NC
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	NC	NC
TOTAL	1 636 440	112 951 ⁽¹⁾
François VILLEROY de GALHAU		
Diretor Geral delegado		
Remuneração referente ao exercício	983 114	93 295 ⁽¹⁾
Remuneração a longo prazo - Valor líquido contabilístico na data de atribuição	108 421	NC
Valorização das opções atribuídas durante o exercício	NC	NC
TOTAL	1 091 535	93 295 ⁽¹⁾

(1) Remuneração auferida entre 1 de dezembro de 2011 (data do início do mandato) e 31 de dezembro de 2011.

Este quadro apresenta o número de opções detidas pelos mandatários sociais em 31 de dezembro de 2012.

Sociedade emissora do plano	BNPParibas	BNPParibas	BNPParibas	BNPParibas	BNPParibas	BNPParibas	BNPParibas	BNPParibas	BNPParibas
Data de atribuição do plano	21/03/2003	24/03/2004	25/03/2005	05/04/2006	08/03/2007	18/04/2008	08/04/2009	05/03/2010	04/03/2011
Baudouin PROT	201 688	-	155 125	184 537	174 300	174 299	-	-	-
Jean-Laurent BONNAFÉ	-	-	41 368	51 261	61 518	61 517	-	-	-
Georges CHODRON de COURCEL	-	-	62 052	92 269	92 277	102 529	-	-	-
Philippe BORDENAVE	38 484	-	41 368	36 908	36 911	41 012	41 014	24 900	18 660
François VILLEROY de GALHAU	-	7 750	15 514	15 379	15 380	15 380	41 014	24 900	18 660
NÚMERO DE OPÇÕES NO FIM DE 2012 POR PLANO⁽¹⁾	240 172	7 750	315 427	380 354	380 386	394 737	82 028	49 800	37 320

(1) O aumento de capital com manutenção do direito preferencial de subscrição realizado em Outubro de 2009 conduziu, em conformidade com a regulamentação em vigor e para ter em conta o destacamento de um Direito Preferencial de Subscrição (DPS), ao ajustamento do número e dos preços de exercícios das opções.

Ações de desempenho

No quadro do Plano Global de Gratificação em Ações implementado para benefício das categorias de assalariados descritos na nota anexa 7.e acima, os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau receberam ações de desempenho integralmente condicionais.

Sociedade emissora do plano	BNPParibas		BNPParibas	
Data de atribuição do plano	05/03/2010		04/03/2011	
Data de aquisição	05/03/2013		04/03/2014	
Data de disponibilidade	06/03/2015		04/03/2016	
Condições de desempenho	sim		sim	
	Número de ações ⁽¹⁾	valorização ⁽²⁾	número de ações	valorização ⁽²⁾
Philippe BORDENAVE	2 070	103 500	4 665	223 174
François VILLEROY de GALHAU	2 070	103 500	4 665	223 174
TOTAL	4 140	207 000	9 330	446 347

(1) O número de ações foi ajustado para ter em consideração a perda de um terço da atribuição inicial por não ter atingido a condição de desempenho relativa a esta fração.

(2) Valorização na data de atribuição das ações de acordo com o método descrito na nota 7.e.

Nenhum mandatário social tem ações de desempenho disponíveis a 31 de dezembro de 2012.

Remuneração a longo prazo dos mandatários sociais do BNP Paribas em caso de subida da cotação da ação

Este quadro apresenta o justo valor na data de atribuição dos planos e em 31 de dezembro de 2012 da remuneração a longo prazo dos mandatários sociais:

Sociedade emissora do plano	BNPParibas		BNPParibas	
Data de atribuição do plano	12/04/2011		03/05/2012	
Data de vencimento do plano	12/04/2016		03/05/2017	
Em euros	Na data de atribuição do plano	Em 31/12/2012	Na data de atribuição do plano	Em 31/12/2012
Baudouin PROT	492 506	410 310	228 565	346 375
Jean-Laurent BONNAFÉ	399 744	333 030	311 323	471 789
Georges CHODRON de COURCEL	323 780	269 743	205 132	310 864
Philippe BORDENAVE	-	-	193 561	293 328
François VILLEROY de GALHAU	-	-	108 421	164 305
TOTAL	1 216 031	1 013 083	1 047 002	1 586 662

Detenção de ações e conservação de ações resultante do exercício de opções

O Conselho de administração confirmou que o Presidente do Conselho de administração, o Diretor Geral e os Diretores Gerais delegados tinham o dever de conservar até à cessação das suas funções uma quantidade de ações provenientes do exercício de opções. Esta obrigação de conservação é fixada a 50 % da mais valia líquida de aquisição realizada sobre as opções atribuídas a partir de 1 de setembro de 2008, data em que foi nomeado mandatário social. Esta obrigação de conservação aplica-se aos Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau para as opções que lhes seriam atribuídas a partir de 1 de dezembro de 2011. Esta será considerada como cumprida desde que os limiares definidos abaixo no âmbito da detenção de ações sejam atingidos por meio de ações provenientes do exercício de opções. O Conselho de administração decidiu que os Srs. Baudouin Prot e Georges Chodron de Courcel continuam obrigados a deter durante o tempo das suas funções, a quantidade mínima de títulos que o Conselho de administração havia anteriormente fixado em 80 000 ações para o Sr. Baudouin Prot e 30 000 ações para o Sr. Georges Chodron de Courcel. Decidiu igualmente que a quantidade mínima de títulos que o Sr. Jean-Laurent Bonnafé será obrigado a deter durante o tempo das suas funções passará de 30 000 ações para 80 000 ações, ou seja um número de ações idêntico ao que havia sido fixado para o Sr. Baudouin Prot nas suas funções de Diretor Geral. O cumprimento desta obrigação, sob forma de detenção direta de ações ou de participações de fundos do Plano Poupança Empresa integralmente investidas em ações BNP Paribas, deverá ser realizado pelo Sr. Jean-Laurent Bonnafé, o mais tardar, a 1 de dezembro de 2014, ou seja três anos após a sua nomeação na qualidade de Diretor Geral.

Tendo em conta a sua remuneração respetiva, o Conselho de administração definiu a quantidade mínima de títulos que os Srs. Philippe Bordenave e François Villeroy de Galhau deverão deter durante o tempo das suas

funções sob forma de ações ou de participações em fundos do Plano Poupança Empresa integralmente investidas em ações BNP Paribas. Foi fixada esta quantidade mínima em 30 000 títulos para o Sr. Philippe Bordenave e em 20 000 títulos para o Sr. François Villeroy de Galhau. O cumprimento desta obrigação deverá ocorrer, o mais tardar, a 1 de dezembro de 2016.

Remuneração e vantagens sociais beneficiando os administradores assalariados eleitos

O conjunto das remunerações pagas em 2012 aos administradores assalariados eleitos pelo pessoal ascendeu, proporcionalmente à sua presença, a 114 370 euros (155 426 euros em 2011), excluindo as senhas de presença ligadas ao seu mandato. As senhas de presença pagas em 2012 aos administradores assalariados eleitos pelo pessoal ascenderam no total a 82 058 euros (93 346 euros em 2011). Foram pagas diretamente às suas organizações sindicais.

Os administradores assalariados eleitos pelo pessoal beneficiam dos dispositivos oferecidos a todos os colaboradores do BNP Paribas SA em matéria de seguro por morte e invalidez e de Garantia de Vida Profissional Acidentes, assim como de uma cobertura para reembolso das despesas de saúde. O montante total dos prémios pagos pelo BNP Paribas a estes regimes em 2012, por conta destes administradores assalariados eleitos, foi de 1 833 euros (1 746 euros em 2011).

Os administradores assalariados eleitos beneficiam do dispositivo de reforma com descontos definidos (art. 83º) estabelecido em benefício de todos os colaboradores do BNP Paribas SA. O montante total dos descontos pagos pelo BNP Paribas para este regime em 2012 por conta destes mandatários sociais foi de 738 euros (717 euros em 2011). Estes beneficiam igualmente dos complementos bancários resultantes do acordo profissional entrado em vigor a 1 de janeiro de 1994.

Empréstimos, adiantamentos e garantias concedidos aos mandatários sociais

Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos empréstimos em curso concedidos direta ou indiretamente aos mandatários sociais ascende a 2 700 091 euros (3 416 297 euros em 31 de dezembro de 2011), este corresponde à soma dos empréstimos concedidos aos mandatários sociais do BNP Paribas, assim como aos seus cônjuges. Estes empréstimos constitutivos de operações correntes foram consentidos em condições normais.

8.f RELAÇÕES COM AS OUTRAS PARTES LIGADAS

As outras partes relacionadas com o grupo BNP Paribas são as empresas consolidadas, incluindo as empresas, assim como as entidades que asseguram a gestão das vantagens posteriores ao emprego beneficiando o pessoal (à exceção dos regimes multiempregadores e intersectoriais).

As transações operadas entre o BNP Paribas e as partes relacionadas com este são realizadas de acordo com as condições de mercado prevalecendo no momento da realização destas transações.

Relações entre as empresas consolidadas do Grupo

A lista das empresas consolidadas do grupo BNP Paribas é apresentada na nota 8.b «Perímetro de consolidação». As transações realizadas e os ativos existentes em final de período entre as empresas do Grupo consolidadas por integração global sendo totalmente eliminados em consolidação. Os quadros seguintes apresentam a parte não eliminada das operações recíprocas relativas a entidades consolidadas por integração proporcional sobre as quais o Grupo exerce um controlo conjunto. Apresentam igualmente as operações realizadas com entidades consolidadas segundo o método de equivalência patrimonial.

➤ ATIVOS DAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM AS PARTES

RELACIONADAS	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Empresas consolidadas por integração proporcional	Empresas consolidada segundo o método de equivalência patrimonial	Empresas consolidadas por integração proporcional	Empresas consolidadas segundo o método de equivalência patrim.
Em milhões de euros, em				
ACTIVO				
Empréstimos concedidos, adiantamentos e títulos				
Contas títulos	53	130	29	40
Empréstimos concedidos	3 969	1 827	4 058	3 082
Títulos	319	16	312	17
Operações de locação financeira	-	-	6	-
Títulos detidos em carteira que não de negócio	459	2	479	2
Ativos diversos	6	128	11	110
TOTAL	4 806	2 103	4 895	3 251
PASSIVO				
Depósitos				
Contas títulos	25	726	94	664
Outros empréstimos concedidos	121	1 861	88	1 627
Dívidas representadas por um título	66	-	67	32
Passivos diversos	8	40	11	14
TOTAL	220	2 627	260	2 337
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA				
Compromissos de financiamento dados	100	2 523	20	581
Compromissos de garantia dados	189	102	153	73
TOTAL	289	2 625	173	654

Além disso, o Grupo efetuou igualmente com as partes relacionadas, operações de negócio em condições de mercado sobre instrumentos financeiros derivados

(swaps, opções, contratos a prazo...) e sobre instrumentos financeiros adquiridos ou subscritos e emitidos por estas (ações, títulos obrigacionistas...).

➤ **ELEMENTOS DE RESULTADO RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES REALIZADAS COM AS PARTES RELACIONADAS**

Em milhões de euros	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Empresas consolidadas por integração proporcional	Empresas consolidadas por equivalência patrim.	Empresas consolidadas por integração proporcional	Empresas consolidadas por equivalência patrimonial
Juros e produtos assimilados	134	146	145	93
Juros e encargos assimilados	(4)	(28)	(4)	(45)
Comissões (produtos)	18	351	18	314
Comissões (encargos)	(57)	(15)	(60)	(28)
Prestações de serviços prestados	1	34	1	72
Prestações de serviços recebidos	-	(63)	-	(96)
Arrendamentos recebidos	2	6	2	7
TOTAL	94	431	102	317

Entidades assegurando a gestão das vantagens posteriores ao emprego consentidas ao pessoal

As principais vantagens posteriores ao emprego são constituídas pelas indemnizações de fim de carreira e pelos planos de reformas complementares com prestações definidas ou com descontos definidos.

Na Bélgica, o Fortis Banque SA financia certos regimes de pensões junto da companhia de seguros AG Insurance na qual o grupo BNP Paribas tem uma participação de 18,7 %.

Para as outras entidades estrangeiras, a gestão dos planos de vantagens posteriores ao emprego é no essencial realizada por organismos de gestão ou companhias de seguros independentes

e pontualmente por empresas do Grupo, em particular o BNP Paribas Asset Management, BNP Paribas Cardif, Bank of the West e First Hawaiian Bank. Na Suíça, uma fundação dedicada gere os planos de reforma que beneficiam o pessoal do BNP Paribas Suíça.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos ativos dos planos geridos por empresas controladas pelo Grupo ou sobre as quais este exerce uma influência notável ascende a 3 420 milhões de euros (3 164 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). O valor das prestações recebidas (nomeadamente das despesas de gestão e de conservação de ativos) por empresas do Grupo no âmbito do exercício 2012 ascende a 4,0 milhões de euros (4,1 milhões de euros no âmbito do exercício 2011).

8.g CRONOGRAMA POR MATURIDADE

O quadro seguinte apresenta os saldos no balanço dos ativos e dos passivos financeiros por data de vencimento contratual. O vencimento dos ativos financeiros avaliados em valor de mercado por resultado que procedem da carteira de transação é considerado «não determinado» na medida em que esses instrumentos financeiros se destinam a ser cedidos ou

reembolsados antes da sua data de maturidade contratual. Os ativos financeiros de rendimento variável disponíveis para venda, os instrumentos de derivados de cobertura, as diferenças de reavaliação das carteiras cobertas em taxas e as dívidas subordinadas perpétuas são igualmente considerados com vencimento «não determinado». As provisões técnicas das companhias de seguros, essencialmente consideradas como depósitos à vista, não são apresentadas neste quadro.

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2012	Não determinado	JJ, e à vista	De JJ (excluído) a 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e Bancos centrais		103 190						103 190
Ativos financeiros em valor de mercado por resultado	763 799							763 799
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	14 267							14 267
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 093		6 447	10 578	18 513	56 530	83 345	192 506
Empréstimos concedidos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	26	10 414	7 387	3 013	3 848	6 413	9 305	40 406
Empréstimos concedidos e créditos sobre os clientes		49 195	47 927	58 766	74 957	190 107	209 568	630 520
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	5 836							5 836
Ativos financeiros detidos até à maturidade			-	264	436	5 019	4 565	10 284
ATIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	801 021	162 799	61 761	72 621	97 754	258 069	306 783	1 760 808
Bancos centrais		1 532						1 532
Passivo								703 623
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	17 286							17 286
Dívidas aos estabelecimentos de crédito		15 324	20 525	18 603	5 669	48 928	2 686	111 735
Dívidas aos clientes		329 327	106 448	32 939	26 079	29 456	15 264	539 513
Dívidas representadas por um título			19 618	33 295	47 581	49 769	22 935	173 198
Dívidas subordinadas	2 605		32	452	1 156	8 204	2 774	15 223
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	2 067							2 067
PASSIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	683 953	346 183	146 976	86 874	85 841	161 199	53 151	1 564 177

Em milhões de euros, em 31 de dezembro de 2011	Não determinado	JJ, e à vista	De JJ (excluído) a 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e Bancos centrais		58 382						58 382
Ativos financeiros em valor de mercado por resultado	820 463							820 463
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	9 700							9 700
Ativos financeiros disponíveis para venda	17 479		5 581	13 589	17 681	50 398	87 740	192 468
Empréstimos e créditos sobre estabelecimentos de crédito	-	16 117	11 244	8 304	3 182	7 966	2 556	49 369
Empréstimos concedidos e créditos sobre os clientes	-	55 011	57 993	56 878	72 762	198 788	224 402	665 834
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	4 060							4 060
Ativos financeiros detidos até à maturidade			-	299	212	4 188	5 877	10 576
ATIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	851 702	129 510	74 818	79 070	93 837	261 340	320 575	1 810 852
Bancos centrais		1 231						1 231
Ativos financeiros em valor de mercado por resultado	723 492		513	2 167	6 131	22 644	7 848	762 795
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	14 331							14 331
Dívidas aos estabelecimentos de crédito		21 234	49 429	21 475	6 159	42 282	8 575	149 154
Dívidas aos clientes		319 719	126 907	31 467	27 547	27 030	13 614	546 284
Dívidas representadas por um título			28 020	31 856	27 896	49 713	20 301	157 786
Dívidas subordinadas	3 507		23	445	2 360	5 325	8 023	19 683
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	356							356
PASSIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	741 686	342 184	204 892	87 410	70 093	146 994	58 361	1 651 620

Os compromissos de financiamento e de garantia dados que ascendem respetivamente a 264 284 milhões de euros e 91 689 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (253 298 milhões de euros e 106 096 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) têm no essencial uma data de saque à vista.

8.h VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Os elementos de informação mencionados nesta nota devem ser utilizados e interpretados com a maior precaução pelos motivos seguintes:

- estes valores de mercado representam uma estimativa do valor instantâneo dos instrumentos visados em 31 de dezembro de 2012. Estes são chamados a flutuar de um dia para o outro devido a variações de vários parâmetros, entre os quais as taxas de juro e a qualidade dos créditos das contrapartes. Em particular, estes podem ser significativamente diferentes dos montantes efetivamente recebidos ou pagos no vencimento dos instrumentos. Na maioria dos casos, este valor de mercado reavaliado não se destina a ser imediatamente realizado, e não na prática poderia sê-lo. Este não representa portanto o valor efetivo dos instrumentos numa perspetiva de continuidade da atividade do BNP Paribas;

- a maioria destes valores de mercado instantâneos não são pertinentes, portanto não são tomados em consideração, para as necessidades de gestão das atividades de banca comercial que utilizam os instrumentos financeiros correspondentes;
- a reavaliação dos instrumentos financeiros contabilizados pelo custo histórico supõe frequentemente que se utilizem modelos de valorização, convenções e hipóteses que podem variar de uma instituição para a outra. Por conseguinte, a comparação dos valores de mercado apresentados, para os instrumentos financeiros contabilizados pelo custo histórico, por diferentes instituições financeiras, não é necessariamente pertinente;
- por fim, os valores de mercado apresentados a seguir não incluem valores de mercado dos instrumentos não financeiros tais como as imobilizações e os sobrevalores, mas também os outros ativos incorpóreos tais como o valor ligado às carteiras de depósitos à ordem ou à clientela relacionados com o Grupo nas suas diferentes atividades. Estes valores de mercado não poderiam portanto ser considerados como o valor contributivo dos instrumentos visados para o valor do grupo BNP Paribas.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Valor no balanço ⁽¹⁾	Valor de mercado estimado	Valor no balanço ⁽¹⁾	Valor de mercado estimado
ATIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos concedidos e créditos sobre os estabelecimentos de crédito	40 406	41 128	49 369	49 316
Empréstimos concedidos e créditos sobre os clientes	630 520	655 097	665 834	683 398
Ativos financeiros detidos até à maturidade	10 284	10 412	10 576	11 135
PASSIVOS FINANCEIROS				
Dívidas aos estabelecimentos de crédito	111 735	112 599	149 154	149 879
Dívidas aos clientes	539 513	540 982	546 284	547 992
Dívidas representadas por um título	173 198	176 466	157 786	154 419
Dívidas subordinadas	15 223	14 862	19 683	16 243

(1) O valor no balanço não inclui a reavaliação das carteiras de instrumentos financeiros objeto de uma relação de cobertura de valor, inscrito em 31 de dezembro de 2012 no ponto «Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas» do ativo por 5 836 milhões de euros e no passivo por 2 067 milhões de euros (respetivamente 4 060 milhões de euros e 356 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

O valor de mercado de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o ativo poderia ser trocado, ou um passivo extinto, entre partes bem informadas, concordantes, e agindo em condições de concorrência normais.

As técnicas de valorização utilizadas e as hipóteses escolhidas asseguram uma medição homogénea do valor de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos no seio do grupo BNP Paribas: quando os preços cotados num mercado ativo estão disponíveis, estes são escolhidos pela determinação do valor de mercado. Caso contrário, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de valorização, tais como a atualização dos fluxos futuros estimados para os empréstimos concedidos, os débitos e os ativos financeiros detidos até ao vencimento, ou tais como modelos de valorização específicos para os outros instrumentos financeiros, tal como descritos na nota 1 relativa aos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo. O valor de mercado escolhido para os empréstimos concedidos, os débitos e os ativos detidos até ao vencimento cuja maturidade inicial é inferior a um ano (incluindo exigíveis à vista), ou cujas condições se referem a uma taxa variável, assim como a maioria dos produtos de poupança regulamentada, é o valor contabilizado.

8.i EVENTUAL PASSIVO: PROCESSOS JUDICIAIS E DE ARBITRAGEM

No âmbito de discussões com o US Department of Justice e o New York County District Attorney's Office, o Banco iniciou uma análise interna retrospectiva de certos pagamentos em dólares US implicando Estados ou pessoas coletivas ou singulares que poderiam ser submetidas às sanções económicas decretadas pelas leis americanas, a fim de verificar se o Banco se conformou às referidas leis nas suas atividades. A análise debruça-se sobre um volume significativo de operações

embora não sejam proibidas pela regulamentação dos países das entidades do Grupo que as iniciara, são suscetíveis de serem consideradas como não permitidas face às regras fixadas pelas autoridades americanas, nomeadamente as do Office of Foreign Assets Control. Quando o Banco tiver terminado esta análise, apresentá-la-á às autoridades americanas fazendo valer os seus argumentos. Com base nas operações hoje identificadas, não é possível ao banco fazer uma estimativa que não tenha uma grande margem de incerteza do montante, nem mesmo da ordem de grandeza das eventuais consequências em termos de multa ou de penalidade desta análise da situação financeira do Grupo. Também não é possível prever o fim deste processo. De notar que as análises semelhantes foram iniciadas noutras instituições e resultaram frequentemente em acordos transacionais incluindo nomeadamente o pagamento de multas ou de penalidades significativas em função das circunstâncias próprias a cada situação.

Vários bancos argelinos e internacionais, entre os quais o BNP Paribas El Djazaïr, filial do BNP Paribas SA, são alvo de processo judiciais por erros de tratamento administrativo de dossiês de comércio internacional. Alvo de sete processos por infração à regulamentação dos câmbios perante as jurisdições argelinas, o BNP Paribas El Djazaïr foi condenado em primeira instância a um total de multas de cerca de 200 milhões de euros, para depois obter na *cour d'appel* (tribunal de segunda instância) três absolvições, uma das quais relativa à multa mais significativa de 150 milhões de euros, enquanto outras duas decisões ocorridas em 2008, e uma em 2009, confirmaram as condenações de 52 milhões de euros da primeira instância. O conjunto destes acórdãos foi objeto de recursos em cassação que segundo o direito argelino são suspensivos. O BNP Paribas El Djazaïr continua a defender-se vigorosamente perante as jurisdições argelinas para ver a sua boa fé reconhecida face à administração que não sofreu qualquer prejuízo.

A 27 de Junho de 2008, a República do Iraque tentou uma ação em justiça em Nova Iorque contra cerca de 90 sociedades internacionais que participaram no programa «petróleo contra alimentos», incluindo o BNP Paribas na sua qualidade de detentor da conta «petróleo contra alimentos» por conta das Nações Unidas. A queixa alega, nomeadamente, que os defensores se teriam entendido para corromper o programa «petróleo contra alimentos», privando o povo iraquiano de mais de 10 bilhões de dólares em alimentos, medicamentos e outros bens humanitários. A queixa pretende igualmente que o BNP Paribas teria agido em violação das suas supostas obrigações fiduciárias e contratuais decorrendo do acordo de serviços bancários entre o BNP Paribas e a Organização das Nações Unidas. A queixa foi apresentada no âmbito da lei americana RICO (Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act) que prevê a triplicação das indemnizações por perdas e danos se tais indemnizações por perdas e danos vierem a ser acordadas. Os defensores, incluindo o BNP Paribas, depositaram um pedido de inadmissibilidade do conjunto da queixa sobre diversos fundamentos jurídicos. As partes defenderam os seus argumentos por ocasião de uma audiência que teve lugar em outubro de 2012. A 6 de fevereiro de 2013, o juiz federal americano julgou improcedente a reclamação da República do Iraque com prejuízo (ou seja, sem possibilidade de reapresentar a ação). A República do Iraque recorreu da decisão a 15 de fevereiro de 2013 perante o "Tribunal federal de segundo circuito".

O liquidatário da sociedade Bernard L. Madoff Investment Securities LLC (a seguir «BLMIS») tentou um certo número de recursos contra o Banco e algumas das suas filiais, junto do tribunal das falências americano (United States Bankruptcy Court Southern District of New York). Estes recursos,

conhecidos sob o nome de pedidos de «clawback», aparentam-se aos diversos recursos introduzidos pelo liquidatário do BLMIS contra numerosas instituições, e visa a cobrança de fundos pretensamente transferidos às entidades do grupo BNP Paribas pelo BLMIS ou indiretamente por intermédio de fundos ligados ao BLMIS e nos quais entidades do grupo BNP Paribas deteriam participações. O liquidatário do BLMIS pretende que em virtude do direito federal americano dos processos coletivos e do direito do Estado de Nova Iorque, os pagamentos efetuados a favor das entidades do grupo BNP Paribas sejam nulos e cobráveis. No total, estes recursos visam a cobrança de uma quantia de aproximadamente 1,2 bilhão de dólares americanos. O BNP Paribas dispõe de argumentos muito sólidos a opor a estes recursos, e defende-se vigorosamente nestas instâncias.

Estão em curso outros litígios e inquéritos relativos à reestruturação do grupo Fortis agora Ageas, do qual o Fortis Banque já não faz parte atualmente, e a acontecimentos ocorridos antes que o BNP Paribas Fortis fizesse parte do Grupo BNP Paribas. Entre esses litígios, encontram-se as ações intentadas nos Países Baixos e na Bélgica por grupos de acionistas contra nomeadamente o Ageas e o BNP Paribas Fortis, no âmbito do aumento de capital do Fortis (agora Ageas) realizado em outubro de 2007 para a aquisição do ABN Amro Bank N.V. O Banco defende-se vigorosamente nestes processos.

Não existe outro processo governamental, judiciário ou de arbitragem, do qual a Sociedade tenha conhecimento, suscetível de ter ou de ter tido, durante os últimos doze meses, efeitos significativos sobre a situação financeira ou a rentabilidade da sociedade e do Grupo.

8.j HONORÁRIOS DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

No âmbito do exercício 2012 Valor s/IVA, em milhares de euros	Deloitte		PricewaterhouseCoopers		Mazars		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Auditoria								
Revisores Oficiais de Contas, certificação, análise das contas individuais e consolidadas, nomeadamente								
Emissor	3 242	20 %	3 359	19 %	1 539	16 %	8 140	19 %
Filiais consolidadas	8 801	55 %	9 391	54 %	7 393	79 %	25 585	60 %
Outras diligências e prestações diretamente relacionadas com a missão do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente								
Emissor	1	0 %	564	3 %	93	1 %	658	2 %
Filiais consolidadas	1 472	9 %	2 920	17 %	227	2 %	4 619	11 %
Total auditoria	13 516	84 %	16 234	93 %	9 252	99 %	39 002	91 %
Outras prestações fornecidas pelas redes às filiais consolidadas por integração global e proporcional								
Jurídicas, fiscais, sociais	97	1 %	77	0 %	-	0 %	174	0 %
Outras	2 518	16 %	1 183	7 %	77	1 %	3 778	9 %
Total outras prestações	2 615	16 %	1 260	7 %	77	1 %	3 952	9 %
TOTAL HONORÁRIOS	16 131	100 %	17 494	100 %	9 329	100 %	42 954	100 %

No âmbito do exercício 2011 Valor s/IVA, em milhares de euros	Deloitte		PricewaterhouseCoopers		Mazars		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Auditoria								
Revisores Oficiais de Contas, certificação, análise das contas individuais e consolidadas, nomeadamente								
Emissor	3 639	19 %	4 505	25 %	1 230	12 %	9 374	18 %
Filiais consolidadas	10 775	55 %	9 625	53 %	8 927	84 %	29 327	61 %
Outras diligências e prestações diretamente relacionadas com a missão do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente								
Emissor	348	2 %	986	5 %	121	1 %	1 455	4 %
Filiais consolidadas	535	3 %	1 815	10 %	332	3 %	2 682	6 %
Total auditoria	15 297	79 %	16 931	93 %	10 610	100 %	42 838	89 %
Outras prestações fornecidas pelas redes às filiais consolidadas por integração global e proporcional								
Jurídicas, fiscais, sociais	20	0 %	54	1 %	2	0 %	76	0 %
Outras	4 047	21 %	1 133	6 %	47	0 %	5 227	11 %
Total outras prestações	4 067	21 %	1 187	7 %	49	0 %	5 303	11 %
TOTAL HONORÁRIOS	19 364	100 %	18 118	100 %	10 659	100 %	48 141	100 %

O montante total dos honorários de auditoria pagos aos Revisores oficiais de contas não pertencendo à rede de uma daquelas que certificam as contas consolidadas e individuais do BNP Paribas SA, mencionadas no quadro acima, ascende a 1 613 milhares de euros no âmbito do exercício 2012 (1 468 milhares de euros em 2011).

A diminuição dos honorários de auditoria em 2012 deve-se a uma revisão dos orçamentos dos Revisores Oficiais de Contas no quadro da renovação do seu mandato para o período 2012-2017, assim com a efeitos de perímetro, nomeadamente para o essencial Klépierre, a entidade que agora está consolidada segundo o método de equivalência patrimonial.

As outras diligências de prestações ligadas à missão do Revisor Oficial de contas incluem principalmente diligências no âmbito de operações financeiras, dos trabalhos de análise da conformidade do dispositivo da entidade face a disposições regulamentares e de trabalho de análise da qualidade do controlo interno relativamente a normas internacionais (ex: « ISAE 3402 ») no âmbito de prestações aos clientes, em particular para as áreas de intervenção Títulos e Getsão de Ativos.

4.7 Relatório dos Revisores oficiais de contas consolidadas

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício fechado a 31 de dezembro de 2012

Aos Acionistas
BNP Paribas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Na sequência da missão que nos foi atribuída pela vossa Assembleia-geral, vimos apresentar-vos o nosso relatório relativo ao exercício fechado em 31 de dezembro de 2012 sobre:

- o controlo das contas consolidadas do BNP Paribas, tais como juntas ao presente relatório;
- a justificação das nossas apreciações;
- a verificação específica prevista na lei.

As contas consolidadas foram fechadas pelo vosso Conselho de administração. Cabe-nos, com base na nossa auditoria, apresentar uma opinião sobre estas contas.

I - Opinião sobre as contas consolidadas

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com as normas profissionais aplicáveis em França; estas normas requerem a implementação de diligências que permitam obter a razoável certeza de que as contas consolidadas não comportam anomalias significativas. Uma auditoria consiste em verificar, por via de sondagens, ou através de outros métodos de seleção, os elementos que justificam os valores e as informações contidos nas contas consolidadas. Consiste igualmente em apreciar os princípios contabilísticos seguidos, as estimações significativas escolhidas e a apresentação de conjunto das contas. Estimamos que os elementos que recolhemos são suficientes e apropriados para fundar a nossa opinião.

Certificamos que as contas consolidadas do exercício são, de acordo com o referencial IFRS tal como adotado na União europeia, regulares e sinceras e fornecem uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como, do resultado do conjunto constituído pelas pessoas e entidades compreendidas na consolidação.

II - Justificação das apreciações

Por aplicação das disposições do artigo L 823-9 do Código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, vimos dar-vos conhecimento dos seguintes elementos:

Provisionamento dos riscos de crédito e de contraparte

A vossa sociedade contabiliza depreciações para cobrir os riscos de crédito e de contraparte inerentes às suas atividades (notas 1.c.5, 2.f, 4, 5.f e 5.g do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo ao recenseamento das exposições, acompanhamento dos riscos de crédito e de contraparte, às metodologias de depreciação e à cobertura das perdas de valor por depreciações individuais e de carteira.

Valorização dos instrumentos financeiros

A vossa sociedade utiliza modelos internos e metodologias para a valorização dos instrumentos financeiros que não são tratados nos mercados ativos, assim como para a constituição de certas provisões e a apreciação da pertinência da qualificação em operações de cobertura. Examinámos o dispositivo de controlo relativo à determinação do carácter inativo de um mercado, à verificação dos modelos e à determinação dos parâmetros utilizados.

Depreciações relativas aos ativos disponíveis para venda

A vossa sociedade contabiliza depreciações sobre ativos disponíveis para venda quando existe uma indicação objetiva de descida prolongada ou significativa do valor destes ativos (notas 1.c.5, 2.d e 5.c do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo à identificação de índices de perda de valor, a valorização das linhas mais significativas, assim como as estimações que conduziram, quando necessário, à cobertura das perdas de valor por depreciações.

Depreciações relativas aos goodwill

A vossa sociedade procedeu a testes de depreciação de valor das diferenças de aquisição, que conduziram, se necessário, à constatação de depreciações no âmbito deste exercício (notas 1.b.4 e 5.o do anexo). Examinámos as modalidades de realização destes testes, as principais hipóteses e parâmetros utilizados, assim como as estimativas que conduziram, se necessário, à cobertura das perdas do valor por depreciações.

Impostos diferidos ativos

A vossa sociedade contabilizou impostos diferidos ativos nomeadamente no âmbito dos défices fiscais transitáveis (notas 1.k, 2.g e 5.k do anexo). Examinámos as principais estimativas e hipóteses que levaram ao reconhecimento destes impostos diferidos.

Provisionamento dos compromissos sociais

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir os compromissos sociais (notas 1.h e 7.b do anexo). Examinámos a metodologia de avaliação desses compromissos assim como as principais hipóteses e parâmetros utilizados.

As apreciações que elaborámos inserem-se no âmbito da nossa abordagem de auditoria das contas consolidadas tomadas no seu conjunto e contribuem portanto para a formação da nossa opinião expressa na primeira parte deste relatório.

s

III - Verificação específica

Procedemos igualmente, em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França, à verificação específica prevista na lei das informações fornecidas no relatório sobre a gestão do Grupo. Não temos qualquer observação a formular quanto à sua sinceridade e à sua concordância com as contas consolidadas.

Feito em Neuilly-sur-Seine e em Courbevoie, a 8 de março de 2013

Os Revisores Oficiais de Conta

Deloitte & Associés

Damien Leurent

PricewaterhouseCoopers Audit

Etienne Boris

Mazars

Hervé Hélias

5

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

5.1	Principais riscos do ano 2012	219
	Riscos resultantes da atividade do Grupo	219
	Principais riscos do ano 2012	220
	Fatores de risco	222
5.2	Gestão do capital e adequação dos fundos próprios	227
	Âmbito de aplicação	227
	Fundos próprios	230
	Exigências em fundos próprios e ativos ponderados	232
	Adequação dos fundos próprios e antecipação das necessidades de capital	234
	Gestão do capital	235
5.3	Gestão de riscos	237
	Organização da gestão de riscos	237
	Cultura do risco	239
	Perfil de risco	240
	Tipologia dos riscos	240
	Testes de resistência	244
5.4	Risco de crédito	245
	Exposições ao risco de crédito	245
	Política de gestão do risco de crédito	247
	Diversificação da exposição ao risco de crédito	251
	Ativos ponderados	253
	Risco de crédito: abordagem IRBA	254
	Risco de crédito: abordagem standard	262
	Exposições em incumprimento, provisões e custo do risco	264
	Técnicas de mitigação do risco de crédito	267
5.5	Titularização na carteira bancária	269
	Métodos contabilísticos	270
	Dispositivo de gestão de riscos no âmbito da titularização	270
	Atividade do BNP Paribas no âmbito da titularização	271
	Exposições titularizadas	273
	Posições de titularização	276
	Ativos ponderados	278

5.6	Risco de contraparte	282
	Valor exposto ao risco	282
	Valor exposto ao risco por tipo de abordagem	284
	Ativos ponderados	285
	Nocional de instrumentos financeiros derivados	285
5.7	Risco de mercado	286
	Risco de mercado relativo às transações sobre instrumentos financeiros	286
	Risco de mercado relativo às atividades bancárias	294
5.8	Risco soberano	300
5.9	Risco de liquidez e de refinanciamento	303
	A política de gestão do risco de liquidez	303
	Os dispositivos de monitorização e de supervisão do risco de liquidez	304
	Apresentação e evolução dos indicadores em 2012	304
5.10	Risco operacional	309
	Política de cobertura e de redução dos riscos	309
	Abordagens escolhidas e respetivos perímetros	313
	Exposição do Grupo BNP Paribas ao risco operacional	314
	Exigências em fundos próprios	315
	Redução do risco através das técnicas de seguros	315
5.11	Risco de não conformidade e de reputação	316
5.12	Riscos de seguros	316
	Dispositivo de gestão de riscos do BNP Paribas Cardif	316
	Riscos de mercado e de crédito	317
	Riscos de subscrição	320
	Anexos:	322
	Anexo 1: Exposições de acordo com as recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira	322
	Financiamento por titularização por conta própria	322
	Carteira de créditos sensíveis	323
	Exposições aos ABS e CDO imobiliários	324
	Exposições às seguradoras monoline	325
	Exposições aos países com programa de ajuda	325
	Anexo 2: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»	326
	BNP Paribas Fortis	327
	BNL	328
	BancWest	329
	Personal Finance	330
	BGL BNP Paribas	331

O terceiro pilar do Acordo de Basileia relativo à disciplina de mercado consiste em melhorar as prescrições mínimas de fundos próprios (Pilar 1) e o processo de supervisão prudencial (Pilar 2) com um conjunto de dados que vêm completar a comunicação financeira. O objetivo desta comunicação é permitir aos atores de mercado a análise de elementos informativos essenciais relacionados com o âmbito de aplicação, os fundos próprios, as exposições aos diferentes tipos de risco, os procedimentos de avaliação dos riscos e, por conseguinte, a adequação dos fundos próprios da instituição ao seu perfil de risco.

Este capítulo apresenta a informação relativa aos riscos do Grupo BNP Paribas, respondendo nomeadamente:

- às exigências do capítulo IX da Portaria de 20 de fevereiro de 2007⁽¹⁾ relativo às exigências de fundos próprios aplicáveis às instituições de crédito e às empresas de investimento que se aplicam (cf. artigo 1º) numa base consolidada ao BNP Paribas;
- às exigências das normas contabilísticas relativas à natureza e à extensão dos riscos. As informações apresentadas no Pilar 3 não são submetidas a uma auditoria externa, não sendo por isso alvo

de verificação pelos Revisores oficiais de contas do Grupo. Contudo, algumas informações exigidas pelas normas contabilísticas IFRS 7, IFRS 4 e IAS 1 estão incluídas neste capítulo e abrangidas pela opinião dos Revisores oficiais de contas sobre as Demonstrações financeiras consolidadas. Estas informações estão identificadas com a menção «[Auditado]» e devem ser lidas como parte integrante das notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas;

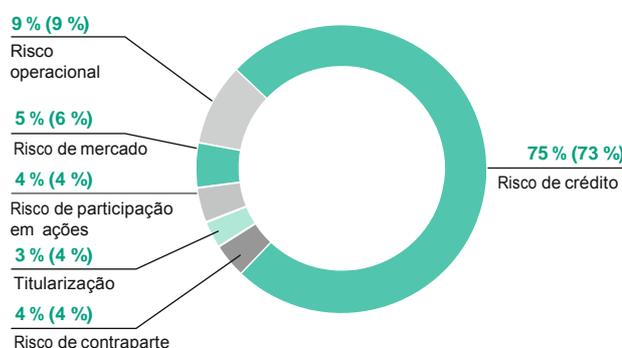
- à vontade de satisfazer as necessidades dos investidores e dos analistas, expressas no âmbito de uma iniciativa do Conselho de Estabilidade Financeira com vista à melhoria da informação financeira publicada pelas instituições financeiras internacionais (Enhanced Disclosure Task Force). O BNP Paribas implementou o conjunto de recomendações previstas a partir de 2012, prosseguindo essa implementação ao longo dos próximos anos, de acordo com a pertinência de cada caso e com a evolução dos trabalhos. Neste âmbito, as exposições vulneráveis, que estavam até agora incluídas no ponto 3.3 «Atividade e elementos contabilísticos», são retomadas no anexo do presente capítulo.

5.1 Principais riscos do ano 2012

RISCOS RESULTANTES DA ATIVIDADE DO GRUPO

ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE RISCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

➤ GRÁFICO N.º 1: ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE RISCO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012^(*)



Valor total: 552 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (614 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011)

(*) As percentagens entre parêntesis correspondem à distribuição em 31 de dezembro de 2011.

(1) Portaria do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria em 20 de fevereiro de 2007, alterada pelas Portarias de 19 de outubro de 2007, de 11 de setembro de 2008, de 29 de outubro de 2009, de 25 de agosto de 2010, de 13 de dezembro de 2010 e de 23 de novembro de 2011.

➤ **QUADRO N° 1: ATIVOS PONDERADOS(*) POR TIPO DE RISCO E POR ÁREA DE INTERVENÇÃO**

31 de dezembro de 2012									
Em milhões de euros	Retail Banking			Corporate & Investment Banking		Investment Solutions	Outras atividades	Total	
	Domestic Markets	Personal Finance	International Retail Banking	Consultadoria e Mercados de Capitais	Corporate Banking				
Risco de crédito	196 279	43 647	72 492	8 631	75 855	11 084	3 163	411 151	Detalhe no ponto 5.4
Titularização	1 113	57	212	12 141	126	1 047	4 380	19 076	Detalhe no ponto 5.5
Risco de contraparte	3 878	13	468	15 750	54	346	24	20 533	Detalhe no ponto 5.6
Risco de participação em ações	2 306	205	163	469	1 698	2 032	17 504	24 377	Detalhe no ponto 5.7
Risco de mercado	208	97	298	21 633	1 696	461	1 155	25 548	Detalhe no ponto 5.7
Risco operacional	13 105	4 829	5 814	16 414	3 692	6 015	1 285	51 154	Detalhe no ponto 5.10
TOTAL	216 889	48 848	79 447	75 038	83 121	20 985	27 511	551 839	Detalhe no ponto 5.2

(*) A tipologia dos riscos utilizada acima está descrita no capítulo 5.3.

A maioria dos riscos do Grupo advém do risco de crédito, ficando o risco de mercado das carteiras de negócio, após a introdução da diretiva CRD 3, limitado a 5 % dos ativos ponderados do Grupo.

Além disso, a distribuição dos ativos ponderados por polo de atividade mostra o caráter diversificado das atividades do Grupo, com cerca de 63 % dedicados ao Retail Banking (dos quais 39 % no mercado doméstico) e 29 % ao Financiamento e Investimento.

PRINCIPAIS RISCOS DO ANO 2012

Os principais riscos atuais do Grupo, tal como são avaliados e acompanhados na política do Perfil de Risco do Grupo, assim como os principais princípios diretores e os limites que lhes estão associados em 2012, estão descritos mais abaixo. Os pontos 5.4 a 5.12 descrevem em pormenor os diferentes elementos destes riscos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Em 2011, a crise da dívida soberana da Zona euro, assim como o ambiente geral da economia influenciaram a disponibilidade de liquidez e o custo de financiamento dos bancos europeus. Neste contexto, o Grupo tinha iniciado um plano de adaptação com o objetivo de reduzir a sua necessidade de financiamento, nomeadamente em dólares.

Em 2012, as condições de acesso à liquidez melhoraram significativamente, nomeadamente para os bancos europeus que beneficiaram das medidas tomadas pelo BCE para tornar o Euro e o sistema bancário europeu mais sustentável.

A conclusão do plano de adaptação das áreas de intervenção em setembro, uma produção anual significativa de recursos de mercado a médio e longo prazo e um aumento dos ativos disponíveis elegíveis nos bancos centrais melhoraram consideravelmente a situação de liquidez do Grupo. Ao longo do ano, o Grupo aumentou bastante os depósitos junto dos bancos centrais, uma consequência do plano de adaptação. O excedente de liquidez foi afetado a este tipo de investimento enquanto não existe um esclarecimento relativo ao tratamento dos diferentes tipos de ativos nos futuros rácios de liquidez legais.

O aumento dos recursos de mercado a médio e longo prazo do Grupo foi conjugado com uma maior diversificação das fontes de financiamento, recorrendo a outras redes de distribuição, outras estruturas, outras divisas e monitorizando o equilíbrio entre financiamentos seguros e não seguros.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

O risco de concentração de crédito é essencialmente avaliado através dos seguintes indicadores:

- a. Grandes riscos que resultam de concentrações individuais
 - Em 2012, nenhuma concentração de risco em empresas ou instituições financeiras ultrapassou os limites do perfil de risco definidos para estes tipos de contrapartes. O BNP Paribas também se situa muito aquém dos limites de concentração fixados pela Diretiva Europeia relativa aos Grandes Riscos.
 - Os principais riscos soberanos da carteira bancária do Grupo, apresentados no ponto 5.8, e sobretudo ligados à carteira do departamento ALM no âmbito da sua gestão de liquidez e do risco estrutural da taxa de juro, tiveram uma descida significativa de -15 mil milhões de euros, principalmente nos títulos da Zona euro (-14 mil milhões de euros).
- b. Concentrações sectoriais
 - Os riscos sectoriais são avaliados em termos de exposição bruta e de ativos ponderados. O Grupo mantém-se diversificado, não havendo nenhum setor que represente mais de 11% da exposição de crédito às empresas e mais de 5% da exposição de crédito total em 2012 (cf. quadro 12, ponto 5.4). Os setores mais vulneráveis são submetidos a uma verificação regular por parte de Comitês dedicados a esses setores.
- c. Concentrações em termos de risco-país
 - A exposição do Grupo centra-se essencialmente nos mercados domésticos, assim como nos Estados Unidos (cf. quadro 11, ponto 5.4).
 - Para além do processo de envelope-país implementado para garantir uma boa diversificação geográfica dos seus ativos, em 2012, o Grupo esteve particularmente atento aos países periféricos europeus⁽¹⁾ e aos riscos geopolíticos que apresentam alguns países. Por conseguinte, esses países foram alvo de uma análise mais frequente a fim de acompanhar de perto a evolução da sua situação política e económica e de gerir a exposição do Grupo, antecipando os riscos de degradação.

RISCOS DE MERCADO E DE CONTRAPARTE

Os riscos de mercado e de contraparte são analisados, avaliando a vulnerabilidade da carteira em relação aos parâmetros do mercado. Esta análise de vulnerabilidade é efetuada a vários níveis de agregação das posições e os resultados são comparados com os limites.

Durante o ano 2012, o Grupo geriu as suas atividades de mercado de forma a manter a exposição ao risco de mercado e ao risco

de contraparte em níveis inferiores aos de finais de 2011. O VaR do risco de mercado manteve-se em níveis historicamente baixos (na ordem dos 40 milhões de euros, cf. ponto 5.7).

As potenciais perdas geradas pelos 8 cenários globais de risco macroeconómico, efetuados mensalmente para os testes de stress de mercado, também se mantiveram em níveis baixos devido à redução do risco estrutural e às estratégias defensivas implementadas desde 2011.

RISCO OPERACIONAL

Devido à quantidade e à complexidade de dados gerados pelo Banco, as falhas de procedimento, que resultam geralmente de erros de execução ou de tratamento de operações, e a fraude externa representam os dois principais acontecimentos geradores de perdas operacionais do Banco. Neste contexto, o ano 2012 não foi diferente dos anos anteriores (cf. ponto 5.10).

RISCO DE SEGUROS

O BNP Paribas Cardif está sobretudo exposto aos riscos de subscrição, de crédito e de mercado. Acompanha de perto a sua exposição e a rentabilidade destes riscos, assim como a adequação dos fundos próprios que, em 2012 e tal como nos anos anteriores, ficou acima do limite legal.

RISCOS DE REPUTAÇÃO E DE IMAGEM

Os riscos de reputação e de imagem que, por natureza, são difíceis de quantificar, continuam a ser uma preocupação constante do Banco, que procura minimizá-los tanto quanto possível através de uma gestão e de procedimentos de controlo adequados, promovendo ativamente princípios de gestão baseados na consciência do risco.

TESTES DE RESISTÊNCIA

O BNP Paribas efetua regularmente testes de resistência (testes de stress) em várias áreas de risco (crédito, mercado, liquidez, país, etc.). Utiliza-os como ferramenta de gestão de riscos para avaliar a vulnerabilidade do Grupo a cenários desfavoráveis. Os resultados mostram que o Grupo tem fundos próprios suficientes para resistir a cenários de stress desfavoráveis e para se adaptar às normas legais em vigor nesta matéria.

(1) Ver anexo 1.

FATORES DE RISCO

RISCOS PRÓPRIOS DO BNP PARIBAS E RISCOS LIGADOS AO SETOR BANCÁRIO

Condições macroeconômicas e de mercado difíceis poderiam ter um efeito negativo importante nas condições em que evoluem as instituições financeiras, e consequentemente na situação financeira, nos resultados e no custo do risco do Banco.

As áreas de intervenção do Banco, instituição financeira de dimensão mundial, são muito sensíveis à evolução dos mercados financeiros e ao ambiente económico na Europa, nos Estados Unidos e no resto do mundo. O Banco foi confrontado e poderia ser confrontado com novas degradações significativas das condições de mercado e do ambiente económico, que poderiam resultar nomeadamente de crises afetando a dívida soberana, os mercados de capitais, o crédito ou a liquidez, de recessões regionais ou globais, de importantes oscilações de preços das matérias-primas, das taxas de câmbio, das taxas de juro, da inflação ou da deflação, de reestruturações ou de incumprimentos, de degradação da notação das dívidas das empresas ou dos Estados, ou ainda de acontecimentos geopolíticos (catástrofes naturais, atos terroristas ou conflitos armados). Estas perturbações, que podem surgir de repente e cujos efeitos podem não estar totalmente cobertos, poderiam afetar de forma pontual ou duradoura as condições nas quais evoluem as instituições financeiras e ter um efeito negativo na situação financeira, nos resultados e no custo do risco do Banco.

Os mercados europeus enfrentaram nos últimos anos perturbações importantes ligadas às incertezas da capacidade de alguns países da Zona euro em refinar a sua dívida e da vontade e capacidade dos Estados da União Europeia e dos organismos supranacionais em dar uma ajuda financeira aos Estados soberanos em questão. Estas perturbações contribuíram para a contração dos mercados de crédito, para o aumento da volatilidade da taxa de câmbio do euro contra outras divisas importantes. Mas também afetaram os índices dos mercados de ações e criaram incertezas em relação às perspectivas económicas de alguns Estados da União Europeia, assim como em relação à qualidade dos empréstimos bancários concedidos aos mutuários soberanos desses Estados.

O Banco tem e pode, no futuro, ser levado a ter bastantes carteiras de títulos de dívida emitidos por alguns dos Estados mais afetados pela crise destes últimos anos, tendo concedido créditos, e podendo no futuro conceder créditos, de montantes significativos, a mutuários desses Estados. Além disso, o Banco financia-se no mercado interbancário, ficando indiretamente exposto aos riscos associados à dívida soberana detida por outras instituições financeiras. De uma forma geral, a crise da dívida soberana afetou indiretamente, e pode continuar a afetar potencialmente de maneira crescente, os mercados financeiros, a economia europeia e mundial e, de uma maneira mais geral, o ambiente no qual evolui o Banco.

Se as condições económicas na Europa ou noutros países do mundo se deteriorassem, nomeadamente na sequência de um agravamento da crise da dívida soberana (tal como um incumprimento de uma dívida soberana), o Banco poderia ser obrigado a ter provisões suplementares sobre esses

títulos de dívidas soberanas ou sobre as perdas na sequência de cessões desses títulos. As perturbações políticas e financeiras no seguimento de um tal agravamento poderiam afetar desfavoravelmente a solvência dos clientes e das contrapartes financeiras do Banco, os parâmetros de mercado como as taxas de juro, as taxas de câmbio e os índices bolsistas, assim como a liquidez do Banco e a sua capacidade em financiar-se em condições aceitáveis.

Como resposta à crise financeira mundial, foram tomadas medidas legislativas e legais que poderiam afetar consideravelmente o Banco, assim como o ambiente financeiro e económico em que opera.

Recentemente, entraram em vigor ou foram propostas medidas legislativas ou legais com vista a introduzir um certo número de mudanças, algumas das quais permanentes, no ambiente financeiro mundial. Estas novas medidas têm como objetivo evitar que a recente crise financeira se repita, mas também implicam uma mudança significativa do ambiente no qual o Banco e outras instituições financeiras evoluem.

Entre as novas medidas que foram ou poderiam ser adotadas constam: o aumento dos rácios prudenciais de solvabilidade e de liquidez, a taxação das operações financeiras, a limitação e a tributação temporária ou permanente das remunerações de alguns assalariados acima de determinados níveis, restrições ou proibições em relação a algumas atividades dos bancos comerciais (em particular as operações por conta própria e eventualmente as atividades de banca de investimento de uma forma mais geral), a proibição ou restrições relativamente a certos tipos de produtos financeiros ou de atividades, o reforço das exigências de controlo interno e de transparência em relação a certas atividades, o reforço das exigências em termos de regras de boas práticas, uma regulação mais rigorosa de certos tipos de produtos financeiros, nomeadamente a obrigação de declarar operações com produtos derivados e de compensar de forma central os produtos derivados de OTC e/ou limitar os riscos inerentes, assim como o reforço dos poderes das autoridades legais e a criação de novas autoridades.

Algumas medidas que já foram adotadas, ou estão em fase de adoção, e que se aplicarão ao Banco, tais como o dispositivo prudencial Basileia 3 e a Diretiva sobre os requisitos dos fundos próprios «CRD 4», as exigências em termos de rácios prudenciais anunciadas pela Autoridade Bancária Europeia e a designação do Banco como uma instituição financeira de importância sistémica pelo Comité de Estabilidade Financeira terão como efeito o aumento das exigências em matéria de rácios de solvabilidade e de liquidez aplicáveis ao Banco e poderiam levar à restrição da sua capacidade em conceder empréstimos ou em possuir ativos, nomeadamente de maturidade longa. O Banco implementou um plano de adaptação para cumprir estas exigências, em particular a redução de balanço e o reforço do seu capital legal. Porém, a fim de cumprir novas regulamentações deste tipo que poderiam ser adotadas no futuro, o Banco poderia ser levado a tomar medidas suplementares que poderiam pesar na sua rentabilidade e ter um efeito negativo na sua situação financeira e nos seus resultados.

Novas medidas, tais como o projeto de lei bancária francês ou, a nível europeu, as propostas oriundas do Relatório Liikanen (se forem adotadas), poderiam impor que o Banco restringisse algumas das suas atividades numa filial obrigada a cumprir o conjunto das exigências prudenciais e a financiar-se de forma autónoma. O projeto de regulação dos bancos estrangeiros da Reserva Federal dos Estados Unidos poderia também impor ao Banco a criação de uma nova holding intermediária, reunindo as atividades das filiais do Banco nos Estados Unidos, que deveria cumprir os rácios de capital e de liquidez de forma autónoma. Além disso, o projeto de lei bancária francês, o projeto europeu de mecanismo único de supervisão, assim como o projeto europeu relativo à recuperação e à resolução de incumprimentos de instituições financeiras, darão poderes suplementares aos reguladores (incluindo a Autoridade de Controlo Prudencial, o Conselho de Estabilidade financeira, o Fundo de Garantia de Depósitos, assim como provavelmente o Banco Central Europeu) em matéria de prevenção e/ou de resolução das dificuldades financeiras dos bancos, tal como a imposição de mudanças estruturais, a emissão de novos títulos, a anulação de alguns títulos de capital ou de dívida subordinada ou a conversão de dívida subordinada em capital, e de uma maneira geral, assegurando-se que as perdas são suportadas pelos acionistas e credores dos bancos. A adoção destas medidas poderia diminuir a capacidade do Banco em atribuir e afetar os seus recursos de capital e de financiamento, limitar a sua capacidade de diversificação dos riscos e aumentar o custo do financiamento, o que poderia conduzir a um efeito negativo sobre as operações, a situação financeira e os resultados do Banco.

Entre as novas medidas suscetíveis de serem adotadas, algumas estão em fase de proposta ou em fase de discussão. Uma vez adotadas, se for caso disso, estas medidas deverão de qualquer forma ser adaptadas ao quadro legislativo e/ou legal de cada Estado. Assim sendo, é impossível prever com precisão que medidas serão adotadas, qual será o seu conteúdo exato e que impacto terão no Banco. Além dos efeitos supracitados, algumas medidas poderiam, em função da natureza e da extensão das disposições que serão finalmente adotadas, afetar a capacidade do Banco em exercer determinadas atividades, impor restrições ao exercício de certas atividades, afetar a sua capacidade em atrair ou reter talentos (mais particularmente nas suas atividades de banca de investimento e de financiamento) e afetar, de uma maneira mais geral, a sua competitividade e a sua rentabilidade, o que poderia ter um efeito negativo nas suas atividades, na sua situação financeira e nos seus resultados.

O acesso ao financiamento do Banco e as condições deste financiamento poderiam ser afetados de maneira significativa em caso de agravamento da crise da dívida soberana, de deterioração das condições económicas, de degradação da notação ou de outros fatores.

A crise da dívida soberana que afeta os Estados da União Europeia, assim como o ambiente macroeconómico global, conduziram a uma restrição do acesso ao financiamento dos bancos europeus e a uma degradação das condições deste financiamento devido a vários fatores, nomeadamente o aumento significativo do risco de crédito recebido dos bancos, associado em particular à sua exposição à dívida soberana, a degradação da notação que afeta alguns Estados e instituições financeiras e a especulação nos mercados da dívida. Muitos bancos europeus, incluindo o Banco,

tiveram que enfrentar, pontualmente, um acesso mais difícil a os mercados obrigacionistas e ao mercado interbancário, assim como um aumento generalizado do seu custo de financiamento. Consequentemente, o recurso às facilidades e linhas de liquidez do Banco Central Europeu por parte das instituições financeiras aumentou de maneira significativa. Se as condições negativas do mercado da dívida se agravassem na sequência de uma propagação da crise à esfera económica no seu conjunto, ou por razões ligadas ao setor financeiro em geral ou ao Banco em particular, o efeito sobre o setor financeiro europeu em geral e sobre o Banco em particular, poderia ser significativamente desfavorável.

O custo de financiamento do Banco também pode ser afetado pela notação da sua dívida a longo prazo, que foi reduzida por duas das principais agências de notação em 2012. Novas degradações da notação do Banco por essas agências de notação poderiam aumentar o custo de financiamento do Banco.

Qualquer aumento substancial das provisões ou qualquer compromisso insuficientemente provisionado pode pesar nos resultados e na situação financeira do Banco.

No âmbito das suas atividades de concessão de empréstimo, o Banco constitui regularmente provisões para créditos duvidosos, que são contabilizadas na demonstração de resultados na rubrica custo do risco. O nível global das provisões é estabelecido em função do histórico das perdas, do volume e do tipo de empréstimos concedidos, das normas setoriais, das prestações em atraso, das condições económicas e de outros fatores que refletem a taxa de recuperação de certos empréstimos. O Banco esforça-se por constituir provisões adaptadas. No entanto, no futuro, este poderia ser conduzido a aumentar de maneira significativa as provisões para créditos duvidosos em resposta a uma degradação das condições económicas ou a outros fatores. O aumento significativo das provisões para créditos duvidosos, a alteração substancial do risco de perdas, tal como estimado, inerente à carteira de empréstimos não duvidosos ou ainda perdas superiores aos montantes especificamente provisionados, poderiam pesar nos resultados do Banco e na sua situação financeira.

As flutuações do mercado e a volatilidade expõem o Banco ao risco de perdas substanciais no âmbito das suas atividades de trading e de investimento.

Para fins de trading ou de investimento, o Banco toma posições nos mercados de dívida, de divisas, de matérias-primas e de ações, assim como em ações não cotadas, em ativos imobiliários e noutros tipos de ativos. A volatilidade, isto é, a amplitude das variações de preço num determinado período e mercado, independentemente do nível desse mercado, poderia ter uma incidência negativa sobre estas posições. Nada garante que esta extrema volatilidade e estas perturbações dos mercados ocorridas na pior fase da recente crise financeira não se repitam no futuro, e que o Banco não sofrerá consequentemente perdas importantes no âmbito das suas atividades nos mercados de capitais. No caso de a volatilidade ser insuficiente ou excessiva em relação às antecipações do Banco, poderia igualmente gerar perdas em vários outros produtos utilizados pelo Banco, tais como os swaps, os contratos a prazo, as opções e os produtos estruturados.

Se o Banco detivesse ativos, ou posições líquidas compradoras, num destes mercados, qualquer recuo do mesmo poderia ocasionar perdas ligadas à depreciação destas posições. Em contrapartida, se o Banco tivesse vendido ativos a descoberto ou detivesse posições líquidas vendedoras num destes mercados, qualquer retoma do mesmo poderia expor o Banco a perdas potencialmente ilimitadas na medida em que este deveria cobrir as suas posições a descoberto num mercado em alta. De forma ocasional, o Banco poderia implementar uma estratégia de trading, constituindo uma posição compradora num ativo e uma posição vendedora noutro ativo, na esperança de tirar proveito da variação do valor relativo destes ativos. Contudo, se estes valores relativos não evoluíssem de acordo com as antecipações do Banco, ou de forma a que este não estivesse coberto, esta estratégia poderia expor o Banco a perdas. Dado que estas perdas seriam substanciais, poderiam agravar os resultados e a situação financeira do Banco.

Os rendimentos obtidos das atividades de corretagem e das atividades que geram comissões são potencialmente vulneráveis a uma descida dos mercados.

As condições económicas e financeiras afetam o número e a dimensão de operações de mercado de capitais nas quais o banco intervém como f i a d o r ou conselheiro financeiro ou a título de outros serviços de financiamento e de investimento. Os rendimentos do banco de financiamento e de investimento, baseados nomeadamente nos encargos de transação que remuneram esses serviços, estão diretamente ligados ao número e à dimensão das operações no âmbito das quais o Banco intervém, e podem portanto ser afetados de maneira significativa na sequência de tendências económicas ou financeiras desfavoráveis para os seus clientes e para as atividades de financiamento e de investimento. Além disso, sendo as comissões de gestão que o Banco cobra aos seus clientes geralmente calculadas em função do valor ou do desempenho das carteiras, qualquer descida dos mercados que tivesse como consequência a diminuição do valor dessas carteiras ou o aumento do montante dos resgates, reduziria os rendimentos inerentes às atividades de gestão de ativos, de derivados de ações e de Banca Privada. Independentemente da evolução do mercado, qualquer sub-desempenho dos organismos de investimento coletivo do Banco pode ter como consequência um aumento dos resgates e uma diminuição das subscrições e, como corolário, uma contração dos rendimentos inerentes à atividade de gestão.

Aquando dos recentes recuos dos mercados financeiros (e sobretudo durante o período 2008-2009), o Banco foi confrontado com este tipo de situação, tendo como consequência uma diminuição dos rendimentos nos setores de atividade visados. O Banco poderia ser confrontado com situações similares em futuros recuos ou crises dos mercados financeiros que podem surgir repentinamente e de maneira recorrente.

Uma descida prolongada dos mercados pode reduzir a liquidez e tornar mais difícil a cessão de ativos. Tal situação poderia gerar perdas significativas.

Em algumas das áreas de intervenção do Banco, uma descida prolongada do preço dos ativos poderia afetar o nível de atividade ou reduzir a liquidez no mercado visado. Esta situação exporia o Banco a perdas significativas se este não estivesse em condições de saldar rapidamente as suas posições eventualmente perdedoras. Isto é sobretudo válido para os ativos que são intrinsecamente pouco líquidos. Alguns ativos que não são negociados numa Bolsa de Valores ou num mercado regulamentado, tal como alguns produtos derivados negociados entre instituições financeiras, são geralmente valorizados com o apoio de modelos, mais do que com base em cotações de mercado. Tendo em conta a dificuldade em acompanhar a evolução do preço destes ativos, o banco poderia sofrer perdas que não tinha previsto.

Qualquer variação significativa das taxas de juro pode afetar os rendimentos ou a rentabilidade do Banco.

O montante dos rendimentos líquidos de juros recebidos pelo Banco durante um determinado período influi de maneira significativa nos rendimentos e na rentabilidade deste período. As taxas de juro são afetadas por inúmeros fatores sobre os quais o Banco não tem qualquer influência. A evolução das taxas de juro do mercado pode afetar de forma diferente as taxas de juro aplicadas aos ativos remunerados e as taxas de juro pagas sobre a dívida. Qualquer evolução negativa da curva das taxas de juro pode diminuir os rendimentos líquidos de juros das atividades de empréstimos. Além disso, o aumento das taxas de juro nos financiamentos a curto prazo do Banco e o incumprimento dos vencimentos pode pesar na sua rentabilidade.

A solidez financeira e o comportamento das outras instituições financeiras e atores do mercado poderiam ter um efeito negativo sobre o Banco.

A capacidade do Banco em realizar operações de financiamento ou de investimento ou em efetuar transações incidindo sobre produtos derivados poderia ser afetada pela solidez financeira das outras instituições financeiras e atores do mercado. As instituições financeiras estão estreitamente interligadas, nomeadamente devido às suas atividades de trading, de compensação, de contraparte e de financiamento. O incumprimento de um ator do setor, ou até simples rumores ou interrogações relacionados com uma ou várias instituições financeiras ou com o setor financeiro de maneira mais geral, conduziriam a uma contração generalizada da liquidez no mercado e poderiam, no futuro, implicar perdas ou incumprimentos suplementares. O Banco está exposto a inúmeras contrapartes financeiras, tais como prestadores de serviços de investimento, bancos comerciais ou de investimento, fundos comuns de investimento, fundos especulativos (*hedge funds*), assim como outros clientes institucionais, com os quais efetua habitualmente transações. Um grande número destas transações expõe o Banco a um risco de insolvabilidade se um conjunto de contrapartes ou de clientes do Banco viesse a faltar aos seus compromissos. Este risco seria exacerbado se os ativos detidos em garantia pelo Banco não pudessem ser cedidos ou se o seu preço não permitisse cobrir a totalidade da exposição do Banco devido a empréstimos concedidos ou produtos derivados em falta.

Além disso, as fraudes ou desvio de fundos levadas a cabo pelos atores do setor financeiro podem ter um efeito muito negativo nas instituições financeiras, nomeadamente devido às interligações entre as instituições que operam nos mercados financeiros. A fraude cometida por Bernard Madoff, que conduziu a um certo número de instituições financeiras, entre as quais o Banco, a anunciar perdas ou exposições significativas, é disso um exemplo. Perdas suplementares potencialmente significativas poderiam verificar-se no âmbito de contenciosos diversos, de ações interpostas no âmbito da liquidação do Bernard Madoff Investment Services (BMIS), sendo que várias estão em curso contra o Banco, ou de outras ações potenciais ligadas aos investimentos realizados direta ou indiretamente por contrapartes ou clientes no BMIS ou a outras entidades controladas por Bernard Madoff, ou à receção de produtos de investimentos do BMIS. As perdas que podem resultar dos riscos supracitados poderiam afetar fortemente os resultados do Banco.

Qualquer prejuízo causado à sua reputação do Banco poderia prejudicar a sua competitividade.

Tendo em conta o caráter altamente competitivo do setor dos serviços financeiros, a reputação de solidez financeira e de integridade do Banco é fundamental para captar e fidelizar os seus clientes. A utilização de meios inadequados para promover e comercializar os seus produtos e serviços poderia manchar a reputação do Banco. Da mesma forma, à medida que as carteiras de clientes e de atividades aumentam, o facto dos procedimentos e controlos exaustivos implementados para prevenir os conflitos de interesse poderem revelar-se ineficazes, ou serem vistos como tal, poderia prejudicar a reputação do Banco. Também poderiam prejudicar a sua reputação qualquer comportamento inadequado de um empregado, qualquer fraude ou desvio de fundos efetuado por atores do setor financeiro aos quais o Banco está exposto, qualquer diminuição, novo tratamento ou correção dos resultados financeiros, ou qualquer ação jurídica ou regulamentar com desfecho potencialmente desfavorável. Qualquer prejuízo causado à reputação do Banco poderia conduzir a uma perda de atividade, podendo repercutir-se nos seus resultados e na sua situação financeira.

Qualquer interrupção ou falha dos sistemas informáticos do Banco pode representar uma diminuição de rendimentos e implicar perdas.

Como a maior parte dos seus concorrentes, o Banco depende muito dos seus sistemas de comunicação e de informação. Qualquer avaria, interrupção ou falha nos sistemas poderia conduzir a erros ou interrupções a nível dos sistemas de gestão de clientes, de contabilidade geral, de depósitos, de serviços e/ou de tratamento de empréstimos. O Banco não pode garantir que tais avarias ou interrupções não se produzirão ou, se estas se produzirem, que serão resolvidas de maneira adequada. Qualquer avaria ou interrupção desta natureza é suscetível de se repercutir nos resultados e na situação financeira do Banco. Um número crescente de empresas foi recentemente alvo de intrusões ou de tentativas de intrusão dos seus sistemas de segurança informática, por vezes no âmbito de ataques complexos e orientados das redes informáticas. As técnicas utilizadas para piratear, interromper, deteriorar a qualidade ou sabotar sistemas informáticos estão em constante evolução, e é muitas vezes impossível identifica-las antes do ataque ser lançado. O Banco poderá portanto não conseguir preparar-se contra essas técnicas ou implementar rapidamente um sistema de contramedidas adequado e eficaz. Qualquer avaria ou interrupção dos serviços informáticos do Banco, associada a esse tipo de intrusões ou a outros fatores, pode ter um efeito negativo na reputação, nos resultados e na situação financeira do Banco.

Acontecimentos externos imprevistos podem provocar uma interrupção das atividades do Banco e conduzir a perdas substanciais assim como a custos suplementares.

Acontecimentos imprevistos, tais como perturbações políticas e sociais, uma catástrofe natural grave, atentados, ou qualquer outra situação de emergência, poderiam provocar uma interrupção repentina das atividades do Banco e acarretar perdas substanciais na medida em que não estariam cobertos por uma apólice de seguros. Estas perdas podem afetar bens materiais, ativos financeiros, posições de mercado ou colaboradores chave. Este tipo de acontecimentos poderia igualmente gerar custos suplementares (associados nomeadamente à deslocação do pessoal visado) e aumentar os encargos do Banco (em particular os prémios de seguros).

O Banco está sujeito a normas importantes que variam nos países e regiões onde exerce as suas atividades.

O Banco está exposto ao risco de não conformidade, ou seja à incapacidade de respeitar integralmente a legislação, os regulamentos, os códigos de boas práticas, as normas profissionais ou as recomendações aplicáveis ao setor financeiro. A adoção, por diversos países, de várias exigências legais ou regulamentares, por vezes diferentes, exacerba esse risco. Além do prejuízo causado à sua reputação e o possível desencadeamento de ações cíveis, o não cumprimento destes textos exporia o Banco a multas, cujo valor pode ser elevado, a advertências das autoridades, a suspensões de atividade, ou até mesmo, em casos extremos, à anulação da autorização das autoridades. Este risco é ainda reforçado pelo constante aumento do nível de controlo pelas autoridades competentes. É o caso das operações de branqueamento, de financiamento do terrorismo ou das operações com os Estados sujeitos a sanções económicas. Por exemplo, as autoridades responsáveis pela supervisão e outras entidades governamentais americanas reforçaram ao longo dos últimos anos as sanções económicas administradas pelo Office of Foreign Assets Control of the U.S. Department of Treasury («OFAC»), assim como as exigências legais e regulamentares que daí resultam (ver «Nota 8 — Passivo eventual: Processos judiciais e de arbitragem» nas Demonstrações financeiras do Banco para informações suplementares sobre este tema).

De uma forma mais geral, o Banco está exposto a mudanças legislativas ou legais no conjunto dos países onde exerce as suas atividades, no que concerne, nomeadamente:

- às políticas monetárias, de liquidez e de taxa de juro e outras políticas dos bancos centrais e das autoridades legais;
- à evolução geral das políticas governamentais ou legais suscetíveis de influenciar consideravelmente as decisões dos investidores, em particular nos mercados onde o Grupo opera;
- à evolução geral das exigências legais aplicáveis ao setor financeiro, nomeadamente das regras prudenciais em matéria de adequação dos fundos próprios e de liquidez;
- à evolução geral da regulamentação aplicável aos valores mobiliários, incluindo as regras relativas à informação financeira e aos abusos de mercado;
- à evolução da legislação fiscal ou das modalidades da sua aplicação;
- à evolução das normas contabilísticas;
- à evolução das regras e procedimentos de controlo interno, e
- à expropriação, à nacionalização, à apreensão de ativos e à evolução da legislação relativa ao direito de propriedade dos estrangeiros.

Estas mudanças, cuja dimensão e alcance são largamente imprevisíveis, poderiam ter consequências significativas para o Banco e ter um efeito negativo nas suas atividades, na sua situação financeira e nos seus resultados.

O Banco investiu recursos consideráveis para elaborar políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e pretende prosseguir os seus esforços nesta matéria. No entanto, as técnicas e estratégias utilizadas não permitem garantir uma diminuição efetiva do risco em todos os ambientes económicos e de mercado. Estas técnicas e estratégias poderiam igualmente revelar-se ineficazes face a certos riscos, nomeadamente os que o Banco não tiver previamente identificado ou antecipado. O Banco poderia ter dificuldades em avaliar a solvabilidade dos seus clientes ou o valor dos seus ativos se, devido a perturbações nos mercados como as que prevaleceram durante os últimos anos, os modelos e as abordagens utilizados já não permitissem antecipar os comportamentos, as avaliações, as hipóteses e as estimativas futuras. Alguns dos indicadores e ferramentas qualitativos que o Banco utiliza para gerir o risco apoiam-se em observações do comportamento do mercado no passado. Para quantificar a sua exposição ao risco, o Banco procede a uma análise, geralmente estatística, destas observações. Os procedimentos utilizados pelo Banco para avaliar as perdas associadas à sua exposição ao risco de crédito ou o valor de alguns ativos baseiam-se em análises complexas e subjetivas que assentam nomeadamente em previsões relacionadas com as condições económicas e o impacto destas condições na capacidade de reembolso dos mutuários e o valor dos ativos. Em período de perturbação dos mercados, estas análises poderiam levar a estimativas imprecisas e, por conseguinte, pôr em causa a fiabilidade destes procedimentos de avaliação. As ferramentas e indicadores utilizados poderiam fornecer conclusões erradas quanto à futura exposição ao risco, nomeadamente devido a fatores que o Banco não teria antecipado ou avaliado corretamente nos seus modelos estatísticos, ou à ocorrência de um acontecimento considerado como extremamente improvável pelas ferramentas e os indicadores. Isto diminuiria a capacidade do Banco em gerir os seus riscos. Assim sendo, as perdas sofridas poderiam ser claramente superiores à média histórica. Por outro lado, os modelos quantitativos do Banco não integram o conjunto dos riscos. Alguns riscos são de facto alvo de uma análise mais qualitativa que poderia revelar-se insuficiente e expor assim o Banco a perdas significativas e imprevistas.

As estratégias de cobertura implementadas pelo Banco não afastam na íntegra o risco de perda.

O Banco poderia sofrer perdas se um dos instrumentos ou uma das estratégias de cobertura utilizados para cobrir os diferentes tipos de risco aos quais está exposto se revelasse ineficaz. Muitas destas estratégias assentam na observação do comportamento dos mercados no passado e na análise das correlações históricas. A título de exemplo, se o Banco detiver uma posição longa sobre um ativo, este poderá cobrir o risco ao assumir uma posição curta sobre outro ativo cujo comportamento permite geralmente neutralizar qualquer evolução da posição longa. Esta cobertura poderá contudo ser apenas parcial, pois estas estratégias poderão não cobrir todos os riscos futuros ou não permitir uma diminuição efetiva do risco em todas as configurações do mercado. Qualquer evolução inesperada do mercado pode igualmente diminuir a eficácia destas estratégias de cobertura. Além disso, a forma como os ganhos e as perdas resultantes de coberturas ineficazes são contabilizados pode aumentar a volatilidade dos resultados publicados pelo Banco.

O Banco poderia enfrentar dificuldades com a integração das empresas adquiridas e poderia não ter os lucros esperados das suas aquisições.

A integração operacional de atividades adquiridas é um processo longo e complexo. Uma integração de sucesso e a obtenção de sinergias exigem nomeadamente uma coordenação satisfatória dos esforços de *business development* e de *marketing*, a manutenção do pessoal de direção principal, políticas de contratação e

de formação eficazes, bem como a adaptação dos sistemas de informação e dos sistemas informáticos. Qualquer dificuldade encontrada durante o processo de agrupamento das atividades pode gerar um aumento dos custos de integração assim como poupanças ou lucros mais fracos do que os previstos. Consequentemente, não pode haver garantia quanto à extensão das sinergias nem quanto à sua data de realização. Além disso, o processo de integração das atividades operacionais existentes do Banco com as atividades operacionais adquiridas poderia perturbar as atividades de um ou vários dos seus ramos e desviar a atenção da Direção para outros aspetos das atividades operacionais do Banco, o que poderia ter um impacto negativo nas atividades e resultados do Banco. Por outro lado, em certos casos, litígios relativos às operações de crescimento externo podem ter um impacto negativo nos processos de integração ou ter outras consequências adversas, nomeadamente a nível financeiro.

Apesar do Banco proceder geralmente a uma análise aprofundada das empresas que prevê adquirir, nem sempre é possível fazer uma verificação exaustiva das mesmas. O Banco pode assim ver aumentada a sua exposição aos ativos de má qualidade e incorrer num custo do risco mais elevado na sequência das suas operações de crescimento externo, nomeadamente nos casos em que este não pôde levar a cabo uma análise aprofundada antes da aquisição.

Uma intensificação da concorrência, em particular em França, primeiro mercado do Banco, poderia repercutir-se no seu resultado líquido e na sua rentabilidade.

Os principais polos de atividade do Banco enfrentam uma forte concorrência, quer em França, quer noutras partes do mundo onde está solidamente implantado, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos. A concorrência no setor bancário poderia intensificar-se devido ao movimento de concentração dos serviços financeiros, que aumentou durante a recente crise financeira. Se o Banco não conseguisse preservar a sua competitividade em França ou nos outros grandes mercados, propondo um leque de produtos e de serviços atrativo e rentável, poderia perder quota de mercado em algumas áreas de intervenção importantes, ou sofrer perdas em todas ou algumas das suas atividades. Por outro lado, qualquer abrandamento das economias dos seus mercados principais poderia aumentar a pressão concorrencial, tendo, como consequência, uma intensificação da pressão sobre os preços e uma contração do volume de atividade do Banco e dos seus concorrentes. Também poderiam entrar no mercado novos concorrentes mais competitivos, sujeitos a uma regulamentação distinta ou mais flexível, ou a outras exigências em matéria de rácios prudenciais. Estes recém-chegados estariam assim em condições de propor produtos e serviços mais competitivos. É igualmente possível que uma maior presença no mercado mundial de instituições financeiras nacionalizadas, ou de instituições financeiras beneficiando de garantias estatais ou de vantagens similares, resultantes da recente crise financeira ou da aplicação de mais exigências às instituições financeiras de dimensão significativa ou sistémicas (nomeadamente em termos de capital legal e de restrições de atividade), crie distorções de concorrência prejudiciais para os interesses das instituições maiores do sector privado, e nomeadamente do Banco.

5.2 Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O âmbito de aplicação do perímetro prudencial, tal como é definido na Portaria de 20 de fevereiro de 2007 relativa às exigências dos fundos próprios, é diferente do âmbito do perímetro de consolidação contabilístico cuja composição depende da aplicação das normas IFRS.

PERÍMETRO PRUDENCIAL

Em conformidade com a regulamentação bancária francesa⁽¹⁾, o Grupo BNP Paribas definiu um perímetro prudencial para o exercício da supervisão sobre a base consolidada dos rácios de gestão.

Este perímetro prudencial está descrito na nota 8.b anexa às Demonstrações financeiras. É sobretudo de salientar que:

- as companhias de seguros são equiparadas e estão sujeitas a uma dedução dos fundos próprios prudenciais Tier 1 em conformidade com o regulamento CRBF 90-02 alterado pela Portaria de 20 de fevereiro de 2007;

- as operações de cessão de ativos ou de riscos são analisadas em função da natureza da transferência dos riscos que daí resulta; assim, os meios de titularização são excluídos do perímetro prudencial, na medida em que a respetiva operação de titularização é considerada eficaz, ou seja, permitindo uma transferência de riscos significativa.

Os princípios de consolidação contabilística e o perímetro de consolidação inerente a cada um dos métodos de consolidação contabilística utilizados estão descritos respetivamente nas notas 1.b e 8.b anexas às Demonstrações financeiras consolidadas.

(1) Regulamento CRBF 2000-03 de 6 de setembro de 2000.

PASSAGEM DO BALANÇO CONTABILÍSTICO PARA O BALANÇO PRUDENCIAL

➤ QUADRO Nº 2: PASSAGEM DO BALANÇO CONTABILÍSTICO PARA O BALANÇO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhões de euros	Perímetro contabilístico	Reprocessamentos seguros	Outros reprocessamentos	Perímetro prudencial
ATIVO				
Caixa, bancos centrais	103 190	(2)	0	103 188
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado				
Carteira de títulos de transação	143 465	10	0	143 475
Empréstimos concedidos e operações com acordo de recompra	146 899	2 271	0	149 170
Carteira avaliada em valor de mercado por opção	62 800	(60 925)	0	1 875
Instrumentos financeiros derivados	410 635	(54)	0	410 581
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	14 267	(22)	0	14 245
Ativos financeiros disponíveis para venda	192 506	(79 524)	0	112 982
dos quais títulos em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10%				
Empréstimos concedidos e créditos relativos a instituições de crédito	40 406	(1 106)	0	39 300
dos quais empréstimos relativos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %				
	497			497
Empréstimos concedidos e créditos de clientes	630 520	(188)	26	630 358
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	5 836	0	0	5 836
Ativos financeiros detidos até à maturidade	10 284	(9 861)	0	423
Ativos de impostos correntes e diferidos	8 661	(114)	0	8 547
Contas de regularização e ativos diversos	99 359	(6 636)	0	92 723
Participação diferida nos lucros	0	0	0	0
Participações em empresas com método de equivalência patrimonial				
	7 040	4 683	0	11 723
das quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras				
	1 642	0		1 642
das quais goodwill				
	342	185	0	527
Propriedades de investimento	927	(182)	0	745
Imobilizações corpóreas	17 319	(401)	0	16 918
Imobilizações incorpóreas	2 585	(191)	0	2 394
das quais imobilizações incorpóreas sem direito a locação				
	2 508	(190)	0	2 318
Goodwill	10 591	(185)	0	10 406
TOTAL ATIVO	1 907 290	(152 427)	26	1 754 889

Em milhões de euros	Perímetro contábilístico	Reprocessamentos seguros	Outros reprocessamentos	Perímetro prudencial
DÍVIDAS				
Bancos centrais	1 532	0	0	1 532
Instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado				
Carteira de títulos de transação	52 432	10	0	52 442
Empréstimos contraídos e operações com acordo de recompra	203 063	0	0	203 063
Carteira avaliada em valor de mercado por opção	43 530	1 784	198	45 512
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios tier 1	241			241
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios tier 2	888			888
Instrumentos financeiros derivados	404 598	135	0	404 733
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	17 286	(27)	0	17 259
Dívidas a instituições de crédito	111 735	(3 692)	0	108 043
Dívidas a clientes	539 513	(2 740)	24	536 797
Dívidas representadas por um título	173 198	2 934	(196)	175 936
Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxa	2 067	0	0	2 067
Passivos de impostos correntes e diferidos	3 046	(127)	0	2 919
Contas de regularização e passivos diversos	86 691	(2 560)	0	84 131
Provisões técnicas das companhias de seguros	147 992	(147 992)	0	0
Provisões para riscos e encargos	10 962	(205)	0	10 757
Dívidas subordinadas	15 223	136	0	15 359
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios tier 1	1 881			1 881
das quais dívidas admissíveis a fundos próprios tier 2	12 229			12 229
TOTAL DÍVIDAS	1 812 868	(152 344)	26	1 660 550
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	94 422	(83)	0	94 339
TOTAL PASSIVO	1 907 290	(152 427)	26	1 754 889

O Grupo tem participações superiores a 10 % do capital em instituições de crédito e instituições financeiras. A lista que se segue apresenta as principais participações em 31 de dezembro de 2012.

➤ QUADRO N° 3: PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A 10 % DO CAPITAL EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em milhões de euros	31 de dezembro de 2012
CRÉDITO HABITAÇÃO	227
INSTITUTO PER IL CREDITO SPORTIVO	84
SICOVAM HOLDING	49
BNP PARIBAS FINANCE P.L.C.	40
BNP PARIBAS UK TREASURY LIMITED	38
Outras participações não consolidadas em instituições de crédito ou financeiras detidas a mais de 10 %	563
Títulos não consolidados em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	1 001
dos quais dedução dos fundos próprios de base (50 %) ⁽¹⁾	501

(1) Quadro n°4: Fundos próprios prudenciais.

Devido à natureza das instituições de crédito e financeiras das entidades visadas, estas participações tiveram uma dedução dos fundos próprios prudenciais em 31 de dezembro de 2012.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

FILIAIS «SIGNIFICATIVAS»

No anexo 2 do presente capítulo são apresentadas informações agregadas sobre o montante das exigências dos fundos próprios dos subgrupos e das filiais significativas do BNP Paribas que constituem o Grupo.

Tendo em conta o limite fixado (ativos ponderados superiores ao limite de 3 % dos ativos ponderados do Grupo), os subgrupos seguintes são considerados como «significativos» em 31 de dezembro de 2012:

- BNP Paribas Fortis;
- Banca Nazionale del Lavoro (BNL);
- BancWest;
- BNP Paribas Personal Finance;
- BGL BNP Paribas.

Os montantes de ativos ponderados publicados correspondem ao perímetro subconsolidado destes cinco subgrupos. As informações relativas aos perímetros visados estão descritas na nota 8.b anexa às Demonstrações financeiras sob as rubricas respetivas: Banco de retalho na Bélgica, Banco de retalho em Itália (BNL banca commerciale), Banco de retalho nos Estados Unidos, BNP Paribas Personal Finance e Banco de retalho no Luxemburgo. Existem para estes quatro subgrupos diferenças entre o perímetro de consolidação e o perímetro prudencial que estão apresentadas no ponto 5.1.

SUPERVISÃO EM BASE INDIVIDUAL DO SUPERVISOR FRANCÊS

Tendo como base os princípios expressos pela Autoridade de controlo prudencial e as comunicações entre o BNP Paribas e o seu supervisor, as entidades BNP Paribas Personal Finance e BNP Paribas Home Loan SFH serão submetidas a uma supervisão em base individual pela Secretaria Geral da Autoridade de controlo prudencial.

FUNDOS PRÓPRIOS [Auditado]⁽¹⁾

O Grupo BNP Paribas tem que cumprir a regulamentação prudencial francesa que transpõe para o direito francês as diretivas europeias «Adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito» e «Conglomerados financeiros».

Além disso, em vários países onde o Grupo opera, também tem que cumprir rácios específicos segundo modalidades controladas pelas autoridades de supervisão competentes. Trata-se nomeadamente de rácios de solvabilidade ou de rácios que incidem sobre a divisão dos riscos, a liquidez ou os equilíbrios do balanço (transformação).

Desde 1 de janeiro de 2008, a Portaria de 20 de fevereiro de 2007 do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria, que instaura os métodos de cálculo do rácio de solvabilidade, define este último como a relação entre os fundos próprios prudenciais globais e a soma:

- do montante das exposições ponderadas em termos de risco de crédito calculado utilizando a abordagem standard ou a abordagem avançada das notações internas de acordo com a respetiva entidade ou atividade do Grupo;
- das exigências dos fundos próprios em termos de supervisão prudencial dos riscos de mercado e do risco operacional, multiplicadas por um fator igual a 12,5. A exigência dos fundos próprios relativa ao risco operacional é calculada segundo a abordagem de base, a abordagem standard ou as abordagens de medida avançada, de acordo com a respetiva entidade do Grupo.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS

Os fundos próprios prudenciais são determinados de acordo com o regulamento n.º 90-02 do Comité de regulamentação bancária de 23 de fevereiro de 1990. Estão divididos em três categorias (os fundos próprios de base, os fundos próprios complementares e os fundos próprios “sobrecomplementares”) das quais são efetuadas um certo número de deduções:

- os fundos próprios de base são determinados a partir do capital próprio contabilístico do Grupo (exceto ganhos e perdas não realizados ou diferidos) ajustado com elementos designados de «filtros prudenciais». Estes ajustamentos consistem essencialmente na antecipação de uma distribuição de dividendos, na dedução dos goodwill e outros ativos incorpóreos, nos reprocessamentos relativos à diferença entre o perímetro prudencial de consolidação e o perímetro contabilístico, nomeadamente tratando-se de companhias de seguros, e na aplicação de limites para a elegibilidade de alguns títulos como os Títulos super-subordinados com duração indeterminada;
- os fundos próprios complementares são compostos por certas dívidas subordinadas e por diferenças positivas de avaliação do risco de crédito e de contrapartida entre o método contabilístico assente no provisionamento das perdas incorridas e as perdas esperadas dos montantes em dívida de crédito processados segundo a abordagem baseada nas notações internas;
- é aplicada uma redução às dívidas subordinadas de maturidade inferior a 5 anos. As dívidas subordinadas datadas estão limitadas ao montante de 50 % dos fundos próprios de base. Os fundos próprios complementares estão globalmente limitados a 100 % do montante dos fundos próprios de base;
- os fundos próprios “sobrecomplementares” são compostos por dívidas subordinadas de maturidade mais curta e só podem cobrir, dentro de determinados limites, posições de risco de mercado;
- para determinar os fundos próprios prudenciais, são deduzidos, para metade dos fundos próprios de base e para metade dos fundos próprios complementares, os valores representativos dos títulos de instituições de crédito e de instituições financeiras com método de equivalência patrimonial, os elementos constitutivos de fundos próprios prudenciais em instituições de crédito e instituições financeiras em que a participação do Grupo é superior a 10 %, bem como a parte das perdas esperadas dos montantes em dívida de crédito processados segundo a abordagem avançada de notações internas não coberta por provisões e outros ajustamentos de valor.

(1) No relatório de gestão, as informações identificadas com a menção «Auditado» são informações que fazem parte das notas anexas às Demonstrações financeiras consolidadas relativas às informações exigidas pelo IFRS 7, IFRS 4 e IAS 1, e estão abrangidas pela opinião dos Revisores oficiais de contas sobre as Demonstrações financeiras consolidadas.

➤ **QUADRO N° 4: FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS**

Em milhões de euros	31 dezembro de 2012	31 dezembro de 2011
Capital próprio contabilístico ⁽¹⁾	94 422	85 626
Dívidas subordinadas elegíveis para a constituição dos fundos próprios ⁽²⁾	2 122	3 435
Deduções prudenciais	(21 333)	(18 068)
Goodwill	(10 933)	(11 783)
Imobilizações incorpóreas	(2 318)	(2 146)
Deduções de 50 % dos elementos não elegíveis	(1 574)	(1 653)
dos quais títulos não consolidados em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(501)	(672)
dos quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras com método de equivalência patrimonial	(821)	(756)
dos quais empréstimos concedidos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(248)	(222)
Diferença positiva de equivalência patrimonial das entidades de seguros	(1 633)	(629)
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados contabilizadas diretamente no capital próprio	(980)	2 616
Variações de valor dos instrumentos derivados de cobertura contabilizadas diretamente no capital próprio	(1 665)	(1 099)
Reavaliação da própria dívida	17	(950)
Projeto de distribuição ⁽³⁾	(1 858)	(1 430)
Participações minoritárias não elegíveis	(384)	(733)
Outros	(5)	(261)
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1)	75 211	70 993
Dívidas subordinadas elegíveis para a constituição dos fundos próprios	10 555	13 874
Deduções de 50 % dos elementos não elegíveis	(1 574)	(1 653)
dos quais títulos não consolidados em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(501)	(672)
dos quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras com método de equivalência patrimonial	(821)	(756)
dos quais empréstimos concedidos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(248)	(222)
Diferença positiva entre as provisões e as perdas esperadas	205	548
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER 2)	9 186	12 769
FUNDOS PRÓPRIOS "SOBRECOMPLEMENTARES" (TIER 3)	1 460	2 200
FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS	85 857	85 962

(1) Quadro de passagem do capital próprio (Demonstrações financeiras 4.5).

(2) Notas anexas às Demonstrações financeiras 5.a e 5.i.

(3) Projeto de dividendo submetido à Assembleia Geral de Acionistas.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Gestão do capital e adequação dos fundos próprios

➤ QUADRO N° 5.a: EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS ELEGÍVEIS PARA A CONSTITUIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Em milhões de euros	31/12/2011	Emissões	Reembolsos	Dedução prudencial	Outros	31/12/2012
Dívidas admissíveis a Tier 1	3 435	0	(1 409)	0	96	2 122
Dívidas admissíveis a Tier 2 ⁽¹⁾	13 874	112	(2 610)	(993)	172	10 555
Dívidas admissíveis a Tier 3	2 200			(740)		1 460
TOTAL DÍVIDAS ADMISSÍVEIS	19 509	112	(4 019)	(1 733)	268	14 137

(1) As dívidas admissíveis a Tier 2 antes da aplicação da dedução prudencial ascendem a 13 117 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

➤ QUADRO N° 5.b: EVOLUÇÃO DAS DEDUÇÕES PRUDENCIAIS

Em milhões de euros	31/12/2011	Variação	31/12/2012
Goodwill	(11 783)	850	(10 933)
dos quais goodwill de entidades consolidadas por integração global e proporcional ⁽¹⁾	(11 192)	786	(10 406)
dos quais goodwill de entidades com método de equivalência patrimonial	(591)	64	(527)
Imobilizações incorpóreas	(2 146)	(172)	(2 318)
Deduções de 50 % dos elementos não elegíveis	(1 653)	79	(1 574)
dos quais títulos não consolidados em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(672)	171	(501)
dos quais participações em instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(756)	(65)	(821)
dos quais empréstimos concedidos a instituições de crédito ou instituições financeiras detidas a mais de 10 %	(222)	(26)	(248)
Diferença positiva de equivalência patrimonial das entidades de seguros ⁽²⁾	(629)	(1 004)	(1 633)
TOTAL ELEMENTOS ATIVOS COM DEDUÇÃO PRUDENCIAL	(16 211)	(247)	(16 458)
Variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados contabilizadas diretamente no capital próprio ⁽³⁾	2 616	(3 596)	(980)
Variações de valor dos instrumentos derivados de cobertura contabilizadas diretamente no capital próprio ⁽⁴⁾	(1 099)	(566)	(1 665)
Reavaliação da própria dívida ⁽⁵⁾	(950)	967	17
Projeto de distribuição	(1 430)	(428)	(1 858)
Participações minoritárias não elegíveis	(733)	349	(384)
Outros	(261)	256	(5)
TOTAL OUTRAS DEDUÇÕES PRUDENCIAIS	(1 857)	(3 018)	(4 875)
TOTAL DEDUÇÕES PRUDENCIAIS	(18 068)	(3 265)	(21 333)

(1) A fraca dedução dos goodwill explica-se sobretudo através dos efeitos das imparidades do goodwill do BNL e da perda de controlo do grupo Klepierre na sequência da cessão parcial (Nota 5.o. anexa às Demonstrações financeiras).

(2) O efeito das variações dos ativos e passivos contabilizadas diretamente no capital próprio, o resultado do exercício e a distribuição relativa ao exercício de 2011 explicam em grande parte o aumento do reprocessamento das diferenças positivas do método de equivalência patrimonial das entidades de seguros.

(3) A evolução do filtro prudencial relativo às variações de valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e créditos reclassificados contabilizadas diretamente no capital próprio resulta essencialmente de títulos de rendimento fixo.

(4) As variações de valor dos derivados estabelecidos no âmbito de relações de cobertura são filtradas de modo prudencial.

(5) A variação de valor da própria dívida imputável ao risco de emissão do Grupo BNP Paribas é integralmente filtrada de modo prudencial.

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS

A exigência em fundos próprios do Grupo é calculada segundo a regulamentação e instruções que transpõem em França as diretivas europeias relativas à «Adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito», mais conhecidas pela designação CRD 3 (Portaria de 20 de fevereiro de 2007 alterada⁽¹⁾). Este ano, existe uma categoria à parte e um capítulo dedicado à titularização.

(1) Ver nota 1.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos ativos ponderados relativo ao Pilar 1 para o Grupo BNP Paribas ascende a 552 mil milhões de euros, contra 614 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, e divide-se em tipo de risco, tipo de abordagem e categoria de exposição segundo Basileia, da seguinte forma:

► **QUADRO Nº 6: EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS RELATIVOS AO PILAR 1**

Em milhões de euros	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		Variação	
	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios
Risco de crédito	411 151	32 892	446 674	35 734	(35 523)	(2 842)
Risco de crédito - Abordagem IRBA	172 409	13 793	192 852	15 428	(20 443)	(1 635)
Administrações centrais e bancos centrais	3 244	260	4 310	345	(1 066)	(85)
Empresas	121 986	9 759	136 889	10 951	(14 903)	(1 192)
Instituições	10 326	826	13 391	1 071	(3 065)	(245)
Cientes de retalho	36 749	2 940	38 127	3 050	(1 378)	(110)
Empréstimos imobiliários concedidos	10 772	862	10 311	825	461	37
Exposições renováveis	5 851	468	6 530	522	(679)	(54)
Outras exposições	20 126	1 610	21 286	1 703	(1 160)	(93)
Outros ativos de risco	104	8	134	11	(30)	(3)
Risco de crédito - Abordagem standard	238 742	19 099	253 822	20 306	(15 080)	(1 207)
Administrações centrais e bancos centrais	3 742	299	3 458	277	284	22
Empresas	112 909	9 033	117 083	9 367	(4 174)	(334)
Instituições	8 508	681	7 282	582	1 226	99
Cientes de retalho	80 589	6 447	82 922	6 634	(2 333)	(187)
Empréstimos imobiliários concedidos	26 276	2 102	26 818	2 145	(542)	(43)
Exposições renováveis	3 137	251	4 295	344	(1 158)	(93)
Outras exposições	51 176	4 094	51 810	4 145	(634)	(51)
Outros ativos de risco	32 994	2 639	43 077	3 446	(10 083)	(807)
Posições de titularização da carteira bancária	19 076	1 526	24 376	1 950	(5 300)	(424)
Posições de titularização - Abordagem IRBA	17 153	1 372	22 665	1 813	(5 512)	(441)
Posições de titularização - Abordagem standard	1 923	154	1 712	137	211	17
Risco de contraparte	20 533	1 643	23 624	1 890	(3 091)	(247)
Risco de contraparte - IRBA	18 633	1 491	20 863	1 669	(2 230)	(178)
Administrações centrais e bancos centrais	222	18	180	14	42	4
Empresas	15 117	1 209	16 344	1 308	(1 227)	(99)
Instituições	3 294	264	4 339	347	(1 045)	(83)
Risco de contraparte - Abordagem standard	1 900	152	2 761	221	(861)	(69)
Administrações centrais e bancos centrais	27	2	1	0	26	2
Empresas	1 610	129	2 426	194	(816)	(65)
Instituições	254	20	320	26	(66)	(6)
Cientes de retalho	9	1	14	1	(5)	0
Outras exposições	9	1	14	1	(5)	0
Risco de participação em ações	24 377	1 950	25 775	2 062	(1 398)	(112)
Método dos modelos internos	21 496	1 720	23 461	1 877	(1 965)	(157)
ações cotadas	7 734	619	8 670	694	(395)	(32)
outras exposições de ações	7 321	586	8 576	686	(1 796)	(143)
capital de risco em carteiras diversificadas	6 441	515	6 215	497	226	18
Método da ponderação simples	1 733	138	1 248	100	485	38
ações cotadas	21	2	14	1	7	1
outras exposições de ações	468	37	125	10	343	27
capital de risco em carteiras diversificadas	1 244	99	1 109	89	135	10
Abordagem standard	1 148	92	1 066	85	82	7
Risco de mercado	25 548	2 044	38 501	3 080	(12 953)	(1 036)
Modelo interno	22 633	1 811	35 338	2 827	(12 705)	(1 016)
VaR	5 440	435	8 230	659	(2 790)	(224)
Stress VaR	11 179	894	16 605	1 328	(5 426)	(434)
Medida relativa ao risco adicional de incumprimento e de migração	3 421	274	6 440	515	(3 019)	(241)
Medida global de riscos relativa à carteira de correlação	2 593	208	4 063	325	(1 470)	(117)
Abordagem standard	2 652	212	2 386	191	266	21
Posições de titularização da carteira de negócios	263	21	777	62	(514)	(41)
Risco operacional	51 154	4 092	54 617	4 369	(3 463)	(277)
Abordagem modelo interno AMA	35 586	2 847	38 628	3 090	(3 042)	(243)
Abordagem standard	9 518	761	9 470	758	48	3
Abordagem de base	6 050	484	6 519	521	(471)	(37)
TOTAL	551 839	44 147	613 567	49 085	(61 728)	(4 938)

Os comentários relativos às variações observadas no ano 2012 encontram-se nas partes respetivas.

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E ANTECIPAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS ÀS EXIGÊNCIAS EM VIGOR

De acordo com a regulamentação europeia transposta para o direito francês através do regulamento n.º 91-05, o Grupo é obrigado a respeitar continuamente um rácio de fundos próprios de base pelo menos igual a 4 % e um rácio de solvabilidade pelo menos igual a 8 %. Devido ao seu estatuto de

Financial Holding Company nos Estados Unidos, deve também respeitar um rácio de fundos próprios de base de 6 % e um rácio de solvabilidade de 10 %.

Os rácios do Grupo BNP Paribas são acompanhados e geridos de forma centralizada e consolidada. Cada entidade, quando é fiscalizada em base individual, em França ou no estrangeiro, é também responsável pelo cumprimento dos constrangimentos inerentes.

➤ QUADRO N.º 7: RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Em milhões de euros	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER 1)	75 211	70 993
Fundos próprios complementares (Tier 2)	9 186	12 769
Fundos próprios "sobrecomplementares" (Tier 3)	1 460	2 200
FUNDOS PRÓPRIOS PRUDENCIAIS	85 857	85 962
Risco de crédito	411 151	446 674
Titularização	19 076	24 376
Risco de contraparte	20 533	23 624
Risco de participação em ações	24 377	25 775
Risco de mercado	25 548	38 501
Risco operacional	51 154	54 617
ATIVOS PONDERADOS(*)	551 839	613 567
RÁCIO TIER 1	13,6 %	11,6 %
RÁCIO GLOBAL	15,6 %	14,0 %

(*) Até 31 de dezembro de 2011, o dispositivo de transição previsto pelo regulador fixava um limite para os ativos ponderados Basileia 2,5 igual a 80 % dos ativos ponderados Basileia 1. Esse limite não teve impacto em 31 de dezembro de 2011. Em 2012 este dispositivo regulamentar não foi renovado.

O Grupo BNP Paribas está igualmente sujeito a uma supervisão complementar enquanto conglomerado financeiro, em conformidade com uma diretiva europeia transposta para o direito francês através da Portaria de 19 de setembro de 2005. Neste contexto, um conglomerado financeiro é obrigado a respeitar uma exigência complementar ligada às atividades de seguros em matéria de adequação dos fundos próprios consolidados. Assim, a necessidade de margem das entidades com uma atividade de seguros (dita margem de solvabilidade) é acrescentada à exigência de solvabilidade bancária e a soma é comparada com o total dos fundos próprios do conglomerado financeiro para determinar um excedente, ou uma insuficiência, de fundos próprios.

Em 31 de dezembro de 2012, o excedente em fundos próprios do conglomerado é estimado em 37,9 mil milhões de euros (contra 32,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

ANTECIPAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL

Perante o agravamento da crise da dívida soberana durante o verão de 2011 e de acordo com as regras de Basileia 3, tal como foram transpostas para os projetos de diretiva e de regulamento CRD 4/CRR publicados pela Comissão Europeia a 20 de julho de 2011, o Grupo BNP Paribas fixou o objetivo de 9 % para o rácio de solvabilidade common equity Tier 1 sem dispositivo transitório (fully loaded) a partir de 1 de janeiro de 2013. Na hipótese fully loaded, a regulamentação CRD 4/CRR entraria em vigor sem passar por um período de introdução progressivo. Este rácio de solvabilidade alvo é calculado da seguinte forma: um rácio de fundos próprios de base pelo menos igual a 4,5 %, um instrumento de caráter conservador de 2,5 % e uma margem suplementar para o Grupo de 2 %.

Em finais de dezembro de 2012, o rácio common equity Tier 1 CRD 4 pro forma sem dispositivo transitório ascende a 9,9 %, contra 11,8 % na CRD 3, ficando acima do objetivo fixado em setembro de 2011. Este rácio foi alcançado devido ao efeito conjugado da conclusão do plano de redução dos ativos anunciado no outono de 2011, de uma forte geração orgânica de capital, assim como de uma melhoria das condições de mercado relativamente aos Ativos disponíveis para venda durante o ano de 2012, graças à resolução da crise da dívida soberana europeia em meados desse ano.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESOLUÇÃO

O BNP Paribas entregou, no início de agosto de 2012, à Autoridade de Controlo Prudencial uma segunda versão atualizada do seu Plano de Recuperação e Resolução (PRR). Este plano, relativo ao Grupo, descreve as opções de recuperação disponíveis em caso de crise grave e reúne as informações necessárias para as autoridades gerirem uma possível resolução.

Este PRR atualizado, estabelecido de acordo com as recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira, antecipando-se às futuras regras que serão aplicadas ao Grupo, foi submetido à análise do Comité de controlo interno, de riscos e de conformidade do Conselho de Administração, que

aprovou as suas orientações na sua sessão de 27 de julho de 2012. O Presidente deste Comité apresentou estes trabalhos no Conselho de Administração de 1 de agosto de 2012.

O plano atualizado inclui uma atualização dos números, considera as evoluções da organização e as atividades do Grupo, tendo sido aprofundado e completado relativamente à versão de 2011, mas toma também em consideração as observações das autoridades que fazem parte do Colégio de Resolução.

Este Colégio de Resolução, composto, sob a égide da Autoridade de Controlo Prudencial, pelas respetivas autoridades da Bélgica, dos Estados Unidos e de Itália, reuniu-se quatro vezes durante o ano de 2012.

GESTÃO DO CAPITAL

OBJETIVOS

A política de gestão do capital do BNP Paribas visa garantir continuamente a solvabilidade do Grupo e dos seus componentes, cumprir as exigências prudenciais a nível consolidado e local, responder às expectativas dos clientes e dos investidores nos títulos da dívida, otimizando o rendimento para os acionistas, que contribuem doravante com o capital necessário.

Para atingir estes objetivos, os princípios (antecipação, prudência, reatividade e discernimento) inerentes à implementação da política são aplicados em simultâneo a nível consolidado e local.

GESTÃO DO CAPITAL DO GRUPO

A antecipação das necessidades de capital tornou-se, nestes últimos anos, um elemento chave do processo de planeamento estratégico do Banco, tanto mais que um dos objetivos estratégicos do Grupo é antecipar a harmonização com a futura regulamentação Basileia 3.

Estes objetivos relativos ao capital baseiam-se na opinião técnica da Direção Geral do Banco, que inclui nomeadamente as exigências dos fiscais em relação a essa antecipação, a avaliação das expectativas do mercado em termos de capitalização, uma notação externa escolhida de elevada qualidade para o Grupo e objetivos de rentabilidade do capital próprio.

Os objetivos relativos ao capital consolidado são diretamente controlados ao nível do Grupo, no âmbito da política de governação descrita abaixo, que se baseia nos fluxos de informação das entidades locais para o Grupo. Pode assim definir-se o nível de capital desejável, bem como os meios para o conseguir, sendo a viabilidade sempre avaliada segundo uma abordagem prudente.

A gestão do capital a nível consolidado assenta em dois processos principais e estreitamente ligados:

- uma análise trimestral pormenorizada do consumo de capital por polo/área de intervenção e dos fundos próprios, assim como uma atualização trimestral da antecipação das necessidades de capital para todo o ano;

- o processo orçamental anual, que desempenha um papel fulcral no processo de planeamento estratégico e inclui uma componente de antecipação das necessidades de capital.

O desenvolvimento, a aprovação e a atualização do processo de planeamento dos fundos próprios dependem, no âmbito da governação, de dois Comités:

- Comité ativos ponderados: criado em 2007, é presidido pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor de Riscos, com a colaboração dos Diretores Financeiros dos polos operacionais. O Comité reúne-se uma vez por trimestre para analisar os ativos ponderados e as tendências do rácio de solvabilidade para os trimestres seguintes;
- Comité capital: criado em 2009, tem como Presidente o Diretor Geral e reúne-se todos os trimestres para analisar os seguintes pontos:
 - supervisão dos ativos ponderados e do rácio de solvabilidade e antecipações da evolução nessa matéria para um período de 12 a 18 meses,
 - identificação dos ajustamentos necessários e otimização (baseando-se, por exemplo, em modelos económicos, em processos e tecnologias) com avaliação dos impactos inerentes,
 - definição das diretivas relativas à utilização do capital a curto e médio prazo e apresentação de propostas ao Comité Executivo,
- acompanhamento da implementação das recomendações da Autoridade de Controlo Prudencial que tenham um impacto nos ativos ponderados do Grupo e na sua solvabilidade.

Além disso, as necessidades de capital estão incluídas nas políticas de risco:

- os ativos ponderados são incluídos nos processos de decisão e na determinação da política de risco;
- os limites dos ativos ponderados são determinados para a gestão do risco-país, bem como para a política de concentração individual;
- no caso do risco de mercado, os envelopes de risco expressos em Valor de Risco traduzem-se diretamente em indicadores de capital.

GESTÃO DO CAPITAL DAS ENTIDADES LOCAIS

O Grupo tem que atribuir o capital disponível às suas diferentes entidades. A fim de garantir uma boa circulação dos fundos, o processo de atribuição do capital do Grupo está centralizado na sede, respondendo sobretudo a dois princípios: a conformidade com a regulamentação local e a análise das necessidades locais da entidade, bem como das perspectivas de crescimento. Este processo tem sempre como objetivo reduzir ao mínimo a dispersão do capital.

Em relação ao primeiro princípio, os diretores financeiros são diariamente responsáveis pela gestão, mas também pela informação sobre as exigências de solvabilidade das suas filiais. Quando há uma necessidade de capital, esta é analisada caso a caso pela Direção Financeira, tendo em conta a situação presente da filial e a sua estratégia futura. Além disso, o Grupo fiscaliza todos os anos o processo de retorno em termos de resultados. No que diz respeito às distribuições de dividendos, a política do Grupo prevê que a totalidade do lucro distribuível, incluindo o resultado distribuível acumulado e retido de cada entidade, seja distribuído, sendo as exceções analisadas caso a caso. Esta política garante a centralização do capital no Grupo e contribui igualmente para diminuir o risco de câmbio.

Os Diretores Gerais locais têm a responsabilidade de garantir a perenidade financeira da filial e a sua competitividade em termos de capital, se for caso disso. Porém, qualquer medida relacionada com o capital, pedida por uma filial, é submetida à apreciação e à autorização da sede.

Quanto às sucursais, o Grupo analisa todos os anos a dotação de capital. O objetivo também é o de manter um nível adequado de fundos próprios, dado que o rácio de solvabilidade das sucursais não deve exceder o da empresa-mãe, salvo exigências fiscais ou regulamentares que devam ser submetidas à apreciação dos respetivos serviços.

Em relação ao segundo princípio, as necessidades de cada entidade são analisadas por equipas especializadas, à luz da estratégia do Grupo no país visado, das perspectivas de crescimento da empresa e do ambiente macroeconómico.

PROCESSO PILAR 2

O segundo pilar do acordo de Basileia, tal como transposto na CRD, prevê que a Autoridade de Controlo Prudencial, supervisor «principal» do BNP Paribas, determine se as disposições, estratégias, procedimentos e mecanismos implementados pelo Grupo por um lado, e os fundos próprios que este detém por outro lado, garantem uma gestão e uma cobertura adequadas dos seus riscos. Além disso, o Pilar 2 prevê que a ACP possa exigir, em caso de não cumprimento das exigências da CRD, que o Grupo decida rapidamente quais as ações ou medidas necessárias face à situação apresentada. Para tornar estas disposições efetivas, o artigo L-13-16 do Código Monetário e Financeiro permite à ACP exigir a detenção de fundos próprios de um valor superior ao valor mínimo previsto pela regulamentação.

A política do Pilar 2 estrutura assim o diálogo entre o Grupo e o seu supervisor quanto à adequação do seu nível de capital ao seu perfil de risco, mediante dois exercícios complementares definidos por

instruções do CEBS publicadas em 2006: o ICAAP e o SREP (Supervisory Review Process).

O exercício de avaliação da adequação do capital aos riscos (ICAAP ou Internal Capital Adequacy Assessment Process) no Grupo BNP Paribas articula-se em torno de dois temas principais: a avaliação dos riscos e o planeamento das necessidades de capital.

A avaliação dos riscos é uma avaliação exaustiva das políticas de gestão e das regras de controlo interno aplicáveis aos riscos do Pilar 1, definidos pela regulamentação de Basileia, assim como aos riscos do Pilar 2, tal como estão definidos na nomenclatura dos riscos adotada pelo Grupo.

O planeamento das necessidades de capital baseia-se nos dados financeiros realizados e estimados mais recentes no momento do exercício. Estes são utilizados para projetar as futuras necessidades de capital, incluindo nomeadamente o objetivo de uma notação de elevada qualidade destinada a preservar as suas capacidades de criação, os objetivos de desenvolvimento comercial do Grupo, assim como as futuras alterações da regulamentação. Na prática, o planeamento das necessidades de capital consiste em comparar os objetivos definidos pelo Grupo em termos de solvabilidade com as projeções das futuras necessidades de capital, e depois em testar a resistência dessas projeções num ambiente macroeconómico degradado.

De acordo com a atual regulamentação, os riscos do Pilar 1 são cobertos pelo capital regulamentar e calculados segundo as metodologias definidas nos textos. Os riscos do Pilar 2 beneficiam de abordagens qualitativas, de quadros de acompanhamento específicos e, se necessário, de avaliações quantitativas. A avaliação dos riscos do Pilar 2 demonstra que esses riscos não precisam de capital suplementar, nomeadamente devido aos efeitos de diversificação que não são totalmente tidos em conta no Pilar 1. A monitorização da solvabilidade do Grupo faz-se portanto sistematicamente na base das exigências regulamentares.

O SREP ou Supervisory Review Process conduzido pela ACP: este processo consiste numa análise da situação intrínseca do Grupo em relação aos critérios definidos pela CRD (estratégia e qualidade da organização geral da instituição e do seu governo da empresa, natureza, volume e complexidade das atividades exercidas, nível de exposição aos principais tipos de risco – crédito, concentração, mercado, operacional, liquidez, taxa de juro –, qualidade da organização do dispositivo de controlo interno, resultados e rentabilidade das atividades correntes, nível, estrutura e perenidade dos fundos próprios), tendo como base dados quantitativos e qualitativos. Os contactos regulares mantidos ao longo de todo o ano entre o Grupo e o seu supervisor através de visitas ao local, de entrevistas de supervisão de proximidade, de apresentações trimestrais da atividade e de resultados por parte da Direção Geral ao Secretariado-geral da ACP ou a apresentação regular de projeções de rácios de solvabilidade a curto e médio prazo permitem à ACP criar uma opinião sobre a pertinência da estratégia definida e implementada pelo Grupo, o controlo dos seus riscos, o carácter adequado da sua organização e da sua governação. No fim desta análise, a ACP atribui ao Grupo uma nota numa escala até 5, e impõe um rácio mínimo de fundos próprios de base (Tier 1) a cumprir ao abrigo do Pilar 2.

O conjunto dos contactos entre o Grupo e o seu supervisor, assim como o nível mínimo do rácio de solvabilidade prescrito são confidenciais.

5.3 Gestão de riscos [Auditado]

ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO RISCOS

PAPEL DA FUNÇÃO RISCOS

A gestão de riscos é inerente à atividade bancária e constitui um dos fundamentos do funcionamento do grupo BNP Paribas. A responsabilidade do seu controlo, da sua medição e, de forma mais geral, da sua supervisão é confiada a uma empresa específica, o Group Risk Management (GRM), independente dos Polos, Áreas de intervenção ou Territórios e está sob alçada direta da Direção Geral. A função Conformidade Grupo (CG) acompanha o risco operacional por delegação do GRM, e o risco de reputação no âmbito das suas missões de controlo permanente. As funções GRM e CG exercem um controlo permanente dos riscos, a maior parte do tempo *a priori*, sendo completamente diferente do da Auditoria Interna que intervém de forma periódica e *a posteriori*.

RESPONSABILIDADES GERAIS DA FUNÇÃO RISCOS

A primeira responsabilidade da gestão de riscos pertence aos Polos e Áreas de intervenção que os propõem. O GRM exerce permanentemente um controlo de segundo nível sobre os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e de seguros. No âmbito desta missão, compete-lhe garantir a solidez e a perenidade dos projetos de desenvolvimento e, no seu conjunto, a conformidade com o objetivo do perfil de risco fixado pela Direção Geral. Assim, as missões permanentes do GRM consistem nomeadamente em formular recomendações em matéria de políticas de riscos, em analisar a carteira de crédito com uma visão prospetiva, em aprovar os créditos às empresas e os limites das atividades de transação, em garantir a qualidade e a eficácia dos procedimentos de acompanhamento, em definir ou validar os métodos de medição dos riscos. Também é sua função verificar se foram avaliadas de forma adequada todas as consequências, em termos de riscos, inerentes ao lançamento de novas atividades ou produtos.

O CG intervém de forma idêntica no que diz respeito aos riscos operacionais e de reputação. Desempenha um papel muito particular de supervisão e de reporting da atividade de validação dos novos produtos, das novas atividades e das transações excecionais.

ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO RISCOS

Abordagem

Tanto no papel de consultor no desenvolvimento das atividades, na definição dos métodos, das políticas e dos procedimentos, como no processo de decisão ou no desenvolvimento do dispositivo de acompanhamento e de controlo, o GRM tem que dominar completamente as especificidades da atividade bancária, os constrangimentos dos mercados, a complexidade e a urgência das operações.

Estes objetivos implicam que o GRM coloque as suas equipas mais próximo das áreas de intervenção e dos países, preservando porém a sua independência ao colocá-los sob a autoridade direta e exclusiva do GRM e dando-lhes autonomia e capacidade de motivação. Reúne portanto, transversalmente, nos principais centros de atividade, colaboradores colocados fora da tutela hierárquica dos Polos, das Áreas de intervenção e dos Diretores de Territórios. Contudo, a fiscalização do GRM pode ser indireta e a função Riscos pode ser garantida no âmbito de uma relação conjunta entre os Polos e o GRM, quando a relação hierárquica não é desejável ao nível da eficácia - por exemplo, em certos casos em que a natureza dos riscos é diversificada ou muito específica - e que essa situação é aceitável em termos de nível de risco.

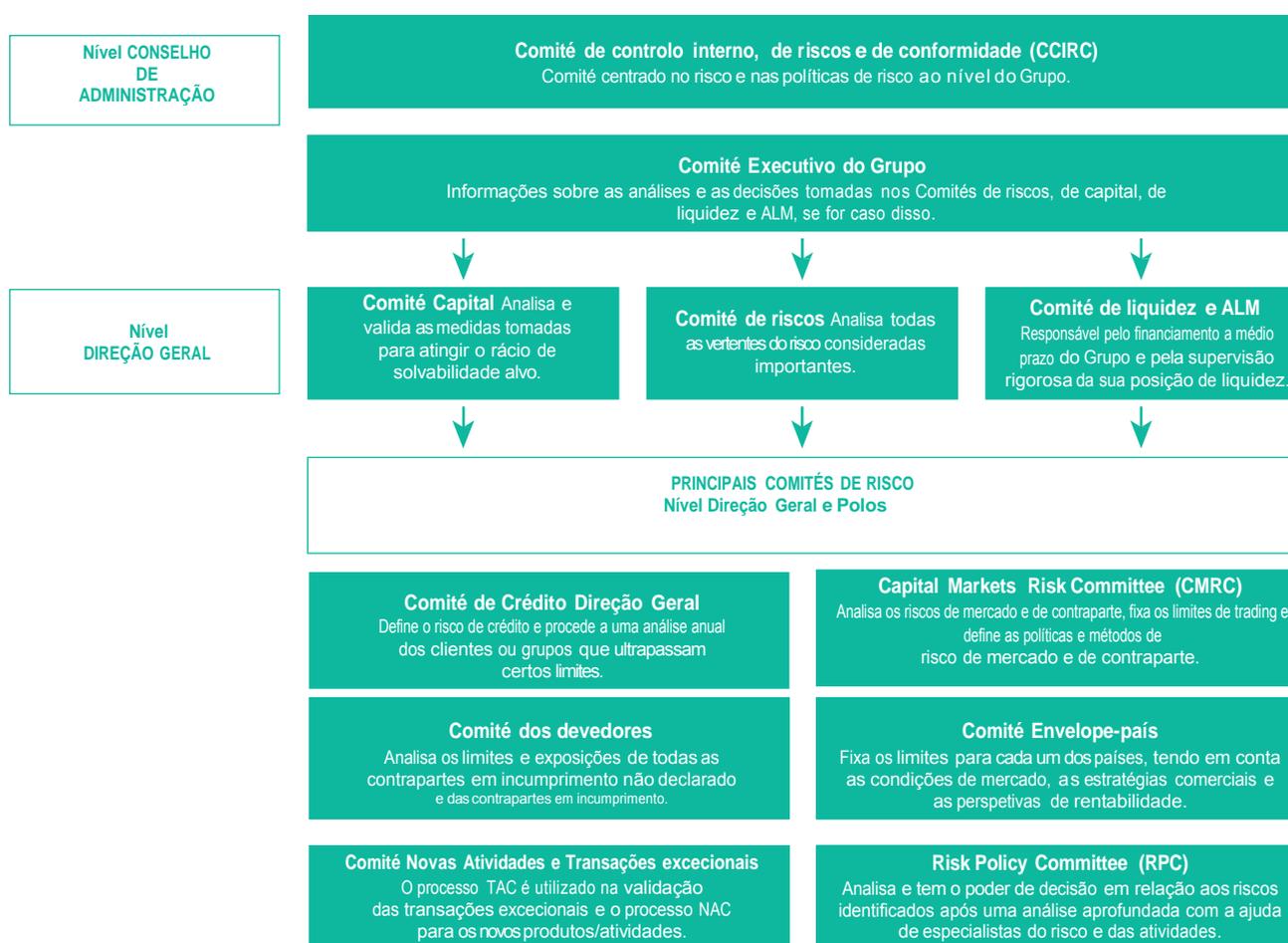
Papel do Diretor de Riscos

O Diretor de Riscos do Grupo responde perante o Diretor Geral e é membro do Comité Executivo do BNP Paribas. Exerce uma autoridade hierárquica sobre o conjunto dos colaboradores do GRM. Pode vetar as decisões associadas ao risco tomadas pelo Grupo, e não tem nenhuma relação hierárquica com os Responsáveis dos Polos, das Áreas de intervenção ou dos Países. Este posicionamento tem como objetivos:

- garantir a objetividade do controlo de riscos, não participando na lógica comercial;

- garantir que os dirigentes serão avisados em relação a uma eventual degradação dos riscos e que obterão rapidamente uma informação objetiva e completa da situação dos riscos;
- permitir uma divulgação e uma prática, harmonizada em todo o Banco, de padrões elevados de gestão de riscos;
- garantir a qualidade dos métodos e dos procedimentos através da intervenção de profissionais na área do risco, que devem avaliá-los e desenvolvê-los, tendo em conta as melhores práticas da concorrência internacional.

➤ GRÁFICO Nº 2: ORGANIZAÇÃO DOS COMITÉS DE RISCOS



CULTURA DO RISCO

CULTURA INERENTE AOS PRINCÍPIOS FUNDADORES DO GRUPO

O Grupo BNP Paribas caracteriza-se por uma forte cultura do risco.

A primeira responsabilidade do controlo de riscos pertence aos Polos, Áreas de intervenção e Funções que os assumem. Devem desenvolver o sentido de risco dos seus colaboradores e estar permanentemente a par da evolução dos seus riscos e compreender a sua potencial evolução.

A Direção Geral optou por integrar esta cultura do risco em dois elementos fundadores da sua cultura:

■ A Carta de responsabilidade

Em 2012, a Direção Geral formalizou uma Carta de responsabilidade baseada em quatro compromissos importantes, e que assentam nos valores, nos princípios de gestão e no código de boas práticas do Grupo. Nesses quatro compromissos enunciados figura o de «Aceitar correr riscos controlando-os de forma rigorosa».

Financiar a economia, acompanhar projetos, ajudar os clientes a gerir a sua exposição aos câmbios ou às taxas de juro, é aceitar correr riscos. A mais-valia do BNP Paribas é precisamente saber gerir esses riscos.

O Grupo considera que é da sua responsabilidade, quer para com os clientes, quer para com o sistema financeiro no seu todo, controlar de forma rigorosa esses riscos. Os compromissos do Grupo são portanto decididos após um processo colegial e presencial, apoiando-se numa cultura do risco forte, partilhada em todos os níveis do banco. Isto aplica-se aos riscos de crédito associados aos empréstimos concedidos – aceites após análise aprofundada da situação dos mutuários e dos seus projetos – mas também aos riscos de mercado que resultam das transações com os clientes: estes são avaliados diariamente, submetidos a cenários de tensão e enquadrados num sistema de limites.

A diversificação do BNP Paribas, quer no plano geográfico, quer no plano das áreas de intervenção, permite equilibrar os riscos e as suas consequências quando estes se materializam. O Grupo é organizado e tem uma gestão que permite que eventuais dificuldades de uma das suas áreas de intervenção não ponha em perigo as outras áreas de atividade do banco.

■ Os Princípios de gestão

Nos quatro princípios chave da gestão consta o princípio «Correr riscos conscientemente», que realça a importância da cultura do risco.

Correr riscos conscientemente significa:

- agir assumindo plena responsabilidade,
- trabalhar de forma interdependente e em cooperação com os outras entidades, ao serviço do interesse geral do Grupo e dos seus clientes,

- estar permanentemente atento aos riscos que dependem do nosso perímetro de responsabilidades,
- dar aos colaboradores a autonomia e os meios para fazer o mesmo.

DIVULGAÇÃO DA CULTURA DO RISCO

A gestão rigorosa dos riscos faz parte dos princípios do BNP Paribas, que colocou sempre na primeira linha das suas prioridades uma cultura de controlo dos riscos.

O crescimento significativo do BNP Paribas ao longo dos últimos anos e o contexto da crise confirmaram a vontade do Grupo em reforçar a divulgação desta cultura. Assim, em maio de 2010, o BNP Paribas lançou a Risk Academy, uma iniciativa transversal ao Grupo, para reforçar a divulgação da sua cultura de gestão de risco.

A Risk Academy é uma estrutura aberta, que está à disposição do Grupo e associa as suas áreas de intervenção e as suas funções, e é patrocinada pelo Comité Executivo. Lançada para o conjunto dos colaboradores do Grupo, a Risk Academy inscreve-se numa iniciativa evolutiva e participativa, tendo como objetivos:

- monitorizar o reforço contínuo e a divulgação da cultura do risco do Grupo;
- promover a formação e o desenvolvimento profissional na área do risco;
- animar as comunidades de risco do Banco.

Neste contexto, a Risk Academy reuniu num único dispositivo os seguintes produtos e serviços:

- as Práticas Fundamentais de Risco, essência da Risk Academy, que enaltecem uma gestão de riscos salutar;
- um módulo de sensibilização para os riscos, em regime de e-learning, que propõe uma iniciação aos diferentes riscos geridos pelo Banco;
- um catálogo de formações para os colaboradores que participam em atividades ligadas ao risco;
- uma biblioteca on-line a fim de facilitar a partilha de conhecimentos sobre a gestão de riscos;
- apresentações efetuadas por especialistas na área do risco do BNP Paribas, organizadas nas principais empresas do Grupo.

Por fim, a cultura do risco também é divulgada no Grupo através do ajustamento das remunerações em função do desempenho e dos riscos (cf. capítulo VII, ponto intitulado «Uma política de remuneração competitiva e adaptada às regras internacionais»).

PERFIL DE RISCO

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

A política de Perfil de Risco tem como objetivo definir o perfil de risco do BNP Paribas pretendido a médio/longo prazo. É analisada pela Direção Geral e validada pelo Conselho de Administração.

Esta política reúne, num dispositivo único e coerente, o conjunto das ferramentas /processos de gestão de riscos, os princípios e linhas orientadoras utilizados pelo Grupo de forma geral para orientar a sua prática de risco, no âmbito dos limites definidos. Consequentemente, ajuda a promover uma maior coerência das práticas de risco no Grupo.

Esta política apresenta as grandes linhas do dispositivo a nível global do Grupo. O Perfil de Risco alvo basear-se-á nesta política, sendo depois articulado e desenvolvido de forma mais pormenorizada e específica por cada entidade.

PRINCÍPIOS

Os princípios do Perfil de Risco visam definir os tipos de riscos que o Grupo está disposto a aceitar no âmbito da sua atividade. Têm tendência a manter-se estáveis ao longo do tempo.

Estes princípios são os seguintes:

- rentabilidade ajustada do risco e da volatilidade dos resultados;
- adequação dos fundos próprios;
- financiamento e liquidez;
- concentração;
- atividades de seguros;
- riscos não quantificáveis.

Os princípios supracitados são complementados com orientações qualitativas provenientes de decisões tomadas no âmbito dos diferentes comités estratégicos de risco. Estas devem ser consideradas como parte integrante desta política.

- decisões de carteira;

- decisão ao nível das contrapartes;
- decisões sobre os novos produtos ou novas atividades;
- políticas transversais.

GOVERNAÇÃO

Seguindo a política de Perfil de Risco do Grupo, a Direção Geral indica grandes linhas orientadoras, de acordo com três dimensões chave – os Riscos, o Capital e a Liquidez –, através dos seguintes Comités ligados ao Comité Executivo do Grupo:

- oComité Riscos;
- oComité Capital e rácio de solvabilidade;
- oComité ALM;
- oComité Liquidez.

A divulgação e o desenvolvimento do Perfil de Risco alvo, ou seja, a tradução dos princípios e orientações do Perfil de Risco na atividade e na prática de risco do Banco, efetua-se através de dois processos complementares e interligados:

- o planeamento estratégico e o processo orçamental;
- o processo da prática de risco (por exemplo os fóruns de riscos estratégicos) que permite comunicar amplamente aos mandatários as orientações e decisões de riscos da Direção Geral.

SUPERVISÃO DOS INDICADORES DO PERFIL DE RISCO

A Direção Geral traduz a política de Perfil de Risco numa série de indicadores e limites para comparar, de forma quantificada, o Perfil de Risco real do Grupo com o Perfil de Risco alvo («Indicadores do Perfil de Risco»). Estes indicadores são acompanhados trimestralmente no painel de controlo dos riscos.

TIPOLOGIA DOS RISCOS

A tipologia dos riscos escolhida pelo BNP Paribas evolui ao ritmo dos trabalhos metodológicos e das exigências regulamentares.

Os tipos de riscos explicados abaixo são geridos pelo BNP Paribas. Contudo, pelo seu carácter específico, dois deles não conduzem à identificação de uma necessidade de capital específico, na medida em que estes se manifestam através de uma variação da cotação em Bolsa, suportada diretamente pelos acionistas, e para a qual o capital do BNP Paribas não constitui uma proteção.

Assim, o risco de reputação reveste um carácter contingente aos outros riscos e, para os efeitos que não os de rumor de mercado conduzindo a uma variação da cotação, é considerado na estimativa

das perdas incorridas a título dos outros tipos de riscos.

Da mesma forma, o risco estratégico, que resulta das escolhas estratégicas que o Banco torna públicas através da sua comunicação financeira, e que pode traduzir-se numa variação da cotação em Bolsa, depende dos dispositivos de governação ao mais alto nível, e compete ao acionista.

As modalidades de aplicação das definições regulamentares, segundo a doutrina desenvolvida pelos acordos de Basileia (International Convergence of Capital Measurement and Capital Standard), são apresentadas nos pontos 5.4 a 5.7 e 5.10 deste capítulo.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito define-se como a probabilidade de um mutuário ou uma contraparte não cumprirem as suas obrigações de acordo com as condições acordadas. A avaliação desta probabilidade de incumprimento e da taxa de recuperação do empréstimo concedido ou do crédito, em caso de incumprimento, é um elemento essencial da avaliação da qualidade do crédito.

RISCO DE CONTRAPARTE

O risco de contraparte é a manifestação do risco de crédito em operações de mercado, investimentos e/ou pagamentos. Estas operações incluem os contratos bilaterais, ou seja em OTC (over-the-counter), que podem expor o Banco ao risco de incumprimento da sua contraparte. O valor deste risco (exposição na continuação do documento) varia ao longo do tempo com a evolução dos parâmetros de mercado, afetando o potencial valor futuro das transações visadas.

TITULARIZAÇÃO

A titularização é uma operação/montagem através da qual o risco de crédito associado a uma exposição ou a um conjunto de exposições é subdividido em parcelas, apresentando as seguintes características:

- uma transferência significativa do risco
- os pagamentos efetuados no âmbito da operação ou da montagem dependem do desempenho da exposição ou do conjunto de exposições de origem;
- a subordinação das parcelas determina a distribuição das perdas durante a transferência de risco.

Consequentemente, qualquer compromisso (incluindo os derivados e as linhas de liquidez) efetuado ao abrigo de uma operação de titularização deve ser tratado como uma exposição de titularização.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de perda de valor provocado pela evolução desfavorável dos preços ou dos parâmetros de mercado, quer estes últimos sejam diretamente observáveis quer não.

Os parâmetros de mercado observáveis são, sem que esta lista seja exaustiva, as taxas de câmbio, as cotações dos valores mobiliários e das matérias-primas negociáveis (quer o preço seja diretamente cotado ou obtido por referência a um ativo similar), o preço de derivados num mercado organizado, o preço de outros ativos comerciais, assim como todos os parâmetros que podem ser induzidos de cotações de mercado como as taxas de juro, as margens de crédito, as volatilidades ou as correlações implícitas ou outros parâmetros semelhantes.

Os parâmetros não observáveis são, entre outros, aqueles que se baseiam nas hipóteses de trabalho, tal como os parâmetros de modelo, ou na análise estatística ou económica não corroborada por informações de mercado.

A ausência de liquidez é um fator importante de risco de mercado. Em caso de restrição ou de desaparecimento da liquidez, um instrumento

ou um ativo comercial pode não ser negociável ou não estar no seu valor estimado, por exemplo devido a uma redução do número de transações, de constrangimentos jurídicos ou ainda de um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura de certos ativos.

O risco de mercado relativo às atividades bancárias recupera, por um lado, o risco de perda nas participações em ações, e por outro lado, o risco de taxa e de câmbio relativos às atividades de intermediação bancária. Apenas o risco de participação em ações e o risco de câmbio permitem um cálculo de ativos ponderados no Pilar 1. O risco de taxa já depende do Pilar 2.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos imperfeitos ou inadaptados ou de acontecimentos externos, quer sejam de natureza deliberada, accidental ou natural. A sua gestão assenta na análise do encadeamento causa – acontecimento – efeito.

Os processos internos são aqueles que implicam o pessoal e os sistemas informáticos. As inundações, os incêndios, os tremores de terra, os ataques terroristas, etc., são exemplos de acontecimentos externos. Os acontecimentos de crédito ou de mercado, como os incumprimentos ou as mudanças de valor, não entram no campo de análise do risco operacional.

O risco operacional cobre os riscos de recursos humanos, os riscos jurídicos, os riscos fiscais, os riscos associados aos sistemas de informação, os riscos de produção e os riscos inerentes à informação financeira publicada, assim como as eventuais consequências pecuniárias do risco de não conformidade e do risco de reputação.

RISCO DE NÃO CONFORMIDADE E DE REPUTAÇÃO

O risco de não conformidade é definido na regulamentação francesa como o risco de sanção legal, administrativa ou disciplinar, acompanhado de perdas financeiras significativas, que resultam do não cumprimento de disposições próprias às atividades bancárias e financeiras, quer sejam de natureza legislativa ou regulamentar, quer se trate de normas profissionais e deontológicas, ou de instruções do órgão executivo com vista a aplicar orientações do órgão deliberante.

Por definição, este risco é um subconjunto do risco operacional. Contudo, certas consequências associadas ao risco de não conformidade podem representar mais do que uma pura perda de valor económico e podem prejudicar a reputação da instituição. É por essa razão que o Banco trata o risco de não conformidade enquanto tal.

O risco de reputação é o risco de violação da confiança que depositam na empresa os seus clientes, as suas contrapartes, os seus fornecedores, os seus colaboradores, os seus acionistas, os seus supervisores ou qualquer terceiro cuja confiança, seja a que título for, é uma condição necessária à prossecução normal da atividade.

O risco de reputação é essencialmente um risco contingente a todos os outros riscos incorridos pelo Banco.

Esclarecimentos relativos às definições dos riscos

Apesar da muita literatura sobre a classificação dos riscos e o aparecimento de definições geralmente reconhecidas, nomeadamente por via da regulamentação, não existe uma classificação exaustiva dos riscos aos quais um banco está exposto. A compreensão da natureza exata dos riscos e da forma como se combinam entre si está a evoluir. A interação entre os riscos ainda não foi quantificada, mas é apreendida no âmbito dos cenários de crise globais. Os comentários que se seguem visam transmitir a reflexão do Grupo nesta matéria.

■ Risco de mercado e risco de crédito e de contraparte

Nas carteiras de transação obrigacionista, os instrumentos de crédito são valorizados com base nas taxas obrigacionistas e nas margens de crédito, as quais são consideradas como parâmetros de mercado, tal como as taxas de juro ou as taxas de câmbio. O risco sobre o crédito do emissor do instrumento é assim uma vertente do risco de mercado, chamada risco emissor.

O risco emissor é uma noção diferente do risco de contraparte. Assim, no caso de uma operação com derivados de crédito, o risco emissor corresponde ao risco sobre o crédito do ativo subjacente enquanto o risco de contraparte representa o risco de crédito sobre o terceiro com o qual o derivado de crédito foi tratado. O risco de contraparte é um risco de crédito, o risco emissor é um risco de mercado.

■ Risco operacional, risco de crédito e risco de mercado

O risco operacional exterioriza-se durante um processo de tratamento imperfeito ou inadaptado. Os processos podem ser de qualquer natureza: concessão de crédito, prática de riscos de mercado, implementação de operações, supervisão dos riscos, etc.

Em contrapartida, as decisões humanas tomadas segundo as regras não podem estar, por princípio, na origem de um risco operacional, mesmo que impliquem um erro de apreciação.

O risco residual, definido pela regulamentação do controlo interno como sendo o que tem uma eficácia menor à esperada das técnicas de redução do risco de crédito, é considerado como inerente a uma falha operacional e portanto ao risco operacional.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O risco de concentração e o seu corolário, os efeitos de diversificação, estão integrados em cada risco, nomeadamente no que diz respeito ao risco de crédito, ao risco de mercado e ao risco operacional através dos parâmetros de correlação utilizados pelos modelos que tratam desses riscos.

O risco de concentração é analisado no Grupo consolidado e no conglomerado financeiro que representa.

RISCO DE GESTÃO ATIVO-PASSIVO

O risco de gestão ativo-passivo é o risco de perda de valor associado às diferenças de taxa, de vencimentos e de natureza entre os ativos e os passivos. Nas atividades bancárias, este risco analisa-se fora da carteira de negociação e cobre principalmente o que se designa de risco global de taxa. Nas atividades de seguros, este risco inclui igualmente o risco de diferença associado à evolução do valor das ações e de outros ativos do fundo geral, tal como os ativos imobiliários.

RISCO DE PONTO MORTO

O risco de ponto morto corresponde ao risco de perdas operacionais que resultam de uma mudança de ambiente económico levando a uma diminuição das receitas, associada a uma flexibilidade insuficiente dos custos.

RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico é o risco de que escolhas estratégicas do Banco possam traduzir-se numa descida da cotação das suas ações.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE REFINANCIAMENTO

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco do Banco não poder honrar as suas obrigações a um preço aceitável numa determinada praça e divisa.

RISCO DE SUBSCRIÇÃO DE SEGUROS

O risco de subscrição de seguros é o risco de perda que resulta de uma evolução negativa da sinistralidade dos diferentes compromissos de seguros. Consoante a atividade de seguros (seguro de vida, previdência ou pensões), este risco pode ser estatístico, macroeconómico, comportamental, ligado à saúde pública ou à ocorrência de catástrofes. Não é a componente principal dos riscos associados ao seguro de vida, onde os riscos financeiros predominam.

SÍNTESE DOS RISCOS

➤ QUADRO N° 8: RISCOS ACOMPANHADOS PELO GRUPO BNP PARIBAS

Risco passível de afetar a solvabilidade do Grupo	Risco passível de afetar o valor do Grupo (cotação em Bolsa)	Pilar1		ICAAP ⁽⁵⁾ (Pilar 2)		Risco adicional definido pelo BNP Paribas
		Risco coberto	Método de avaliação e de gestão ⁽⁴⁾	Risco coberto	Método de avaliação e de gestão ⁽⁴⁾	
Risco de crédito		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de contraparte		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Titularização		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de mercado		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de participação em ações		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco operacional		✓	Basileia 2.5	✓	Basileia 2.5	
Risco de concentração ⁽¹⁾				✓	Modelo interno	
Risco de gestão ativo-passivo ⁽²⁾				✓	Modelo interno	
Risco de ponto morto				✓	Modelo interno	
	Risco estratégico			✓	Procedimentos	
Risco de liquidez e de refinanciamento				✓	Regras quantitativas, qualitativas e testes de stress	
	Risco de reputação			✓	Procedimentos	
Risco das atividades de seguros ⁽³⁾ , incluindo o risco de subscrição					Modelo interno	✓

(1) O risco de concentração é gerido em conformidade com o risco de crédito do BNP Paribas.

(2) O risco de gestão ativo-passivo é principalmente o que é designado pelos reguladores de risco global de taxa de juro.

(3) Os riscos das atividades de seguros estão fora do perímetro das atividades bancárias; as atividades de seguros implicam riscos de mercado, riscos operacionais e de subscrição.

(4) A diretiva CRD 3, transposta para o direito francês através da Portaria de 20 de fevereiro de 2007 alterada, implementa a regulamentação Basileia 2.5 relativa à titularização e ao risco de mercado. As alterações introduzidas pela CRD 3 estão descritas mais abaixo nos capítulos correspondentes. Os métodos de avaliação permanecem inalterados para outros tipos de riscos, relativamente à CRD.

(5) Internal Capital Adequacy Assessment Process.

TESTES DE RESISTÊNCIA

ARQUITETURA GLOBAL

Para dispor de um acompanhamento e de uma gestão dinâmica dos riscos, o Grupo desenvolveu um dispositivo de testes de resistência completo (abaixo designados de «testes de stress»), tendo em consideração os princípios orientadores da Autoridade Bancária Europeia (ABE) relativos aos testes de resistência publicados em 2010, como descrito mais abaixo.

Dispositivo de stress testing

O dispositivo de testes de stress faz parte do dispositivo de gestão de riscos, segundo uma tripla perspetiva de gestão provisional do risco, de planeamento dos fundos próprios e de exigências regulamentares, nomeadamente no âmbito dos processos ICAAP do Grupo e das suas principais entidades:

- gestão provisional e acompanhamento dos riscos: os resultados dos testes de stress efetuados segundo uma abordagem descendente dita «top down» contribuem para a avaliação do perfil de risco do Banco e são regularmente submetidos à Direção Geral do Grupo, incluindo o Comité de controlo interno, de riscos e de conformidade do Conselho de Administração através do painel de controlo trimestral dos riscos do Grupo. Além disso, e se necessário, são efetuados testes de stress ad hoc nos Comités de política de riscos ou nos Comités estratégicos de país, a fim de identificar e de avaliar as zonas de vulnerabilidade das carteiras do Grupo;
- elaboração dos orçamentos e planeamento das necessidades de capital: todos os anos são efetuados testes de stress no âmbito da elaboração do orçamento, e integrados no ICAAP. São analisados ao nível dos polos e das áreas de intervenção do Banco antes de serem consolidados ao nível do Grupo, para dar uma perspetiva concisa do impacto no capital e nos resultados do banco, seguindo assim uma abordagem dita «bottom up»;
- exigências ou pedidos regulamentares: principalmente os pedidos ad hoc da ABE, do FMI, ou de qualquer outro supervisor⁽¹⁾.

Este dispositivo tem uma governação estabelecida, com responsabilidades claras, partilhadas entre as entidades operacionais, com vista a promover a inserção operacional e a pertinência, e os departamentos Grupo Finanças, Riscos e ALM, que garantem a sua coerência global.

As metodologias dos testes de stress (análises de sensibilidade ou baseadas em cenários macroeconómicos) são definidas consoante as grandes famílias de riscos, e são objeto de uma análise independente do GRM.

Os testes de stress podem ser efetuados ao nível do Grupo, de uma determinada área de intervenção ou de uma subcarteira, num ou vários tipos de riscos e num número de variáveis mais ou menos significativo em função do objetivo pretendido. Se necessário, os resultados dos modelos quantitativos podem ser ajustados com a ajuda de opiniões de especialistas.

Os cenários escolhidos, os resultados dos testes de stress e as propostas de eventuais ações de correção (redução das exposições com um subsegmento, alteração da política de financiamento, de liquidez...) são revistos pela Direção de Riscos e/ou pela Direção Geral.

Desde a sua criação que o dispositivo de stress testing do Grupo evolui constantemente, com vista a integrar os últimos desenvolvimentos nesta área, quer em termos de metodologias, quer em termos de inserção operacional acrescida nos processos de gestão do Grupo. Os testes de stress orçamentais apresentados a seguir são disso um exemplo.

Stress testing orçamental: uma abordagem comum Riscos, Finanças e ALM

O objetivo dos testes de stress no processo orçamental é o de avaliar o impacto de um cenário macroeconómico negativo no Grupo e nas suas atividades. Estes testes de stress são efetuados em paralelo com o processo orçamental anual, que é estabelecido com base no cenário económico principal.

O impacto do cenário negativo é avaliado através:

- da demonstração de resultados (PNB, custo do risco...);
- dos ativos ponderados;
- dos fundos próprios;
- das necessidades de liquidez e de financiamento.

O resultado final esperado dos testes de resistência é um rácio de solvabilidade limite ao nível do Grupo, assim como a identificação das medidas de adaptação necessárias, que poderiam ser decididas pelos polos ou de forma centralizada ao nível do Grupo.

A elaboração e a gestão destes testes de stress requerem várias equipas: os polos/Conjuntos Operacionais – atividades operacionais, em colaboração com o departamento Grupo Finanças dedicado ao capital, com o departamento que gere a liquidez (ALM) e com o departamento de riscos (GRM).

(1) <http://www.acp.banque-france.fr/uploads/media/201301-stress-tests-systeme-bancaire-et-organismes-assurance-en-france.pdf>

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12341.pdf>

Definição dos cenários dos testes de resistência

Para serem mais operacionais, coerentes e basearem-se em cenários preparados de forma mais metódica, as análises utilizam um número reduzido de cenários mundiais considerados como pertinentes (um cenário principal e um ou dois cenários alternativos).

O ponto de partida da análise é um cenário económico mundial principal que descreve o futuro estado da economia num horizonte até dois anos a partir do ano em curso. Em 2012, o cenário mundial era composto por vários cenários regionais coerentes entre si, incidindo nos Estados Unidos, França, Itália e Bélgica. Cada cenário regional é composto por variáveis económicas ou financeiras⁽¹⁾, a que se juntam o preço do petróleo e a paridade do euro em relação ao dólar, comuns nos cenários regionais. As projeções são realizadas trimestralmente. A Direção dos Estudos Económicos do Grupo, em colaboração com o ALM e os especialistas em ações e matérias-primas, elabora este cenário principal que servirá de base para a elaboração do(s) cenário(s) de stress por parte do GRM.

É importante referir que estas variáveis económicas e financeiras também são utilizadas para criar o cenário orçamental do Grupo (cujo

horizonte é apenas de um ano). Este conjunto de variáveis é portanto essencial para garantir a convergência de dois processos importantes do Grupo, o da gestão dos seus riscos e o da sua gestão financeira.

Os cenários orçamentais são validados pela Direção Geral.

Os cenários são depois utilizados para calcular as perdas esperadas (ou o impacto em termos de mais-valias ou menos-valias no caso dos riscos de mercado) durante o ano para todas as carteiras do Grupo:

- para as carteiras expostas ao risco de crédito ou de contraparte e para a carteira de ações da carteira bancária, este cálculo mede o impacto do cenário no custo do risco em caso de incumprimento ou de movimentos desfavoráveis das cotações das ações;
- para as carteiras das operações de mercado, as variações de valor e o seu impacto no resultado líquido são calculadas simulando um choque pontual, coerente com o cenário de conjunto.

Os cálculos supracitados e as metodologias conexas para os testes de stress relativos aos riscos de crédito e de mercado são coordenados de forma centralizada ao nível do Grupo pelas equipas do GRM. Também ajudam na sua conceção e implementação várias equipas de especialistas ao nível do Grupo e dos territórios.

5.4 Risco de crédito

EXPOSIÇÕES AO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

O quadro que se segue apresenta o conjunto dos ativos financeiros do Grupo BNP Paribas, incluindo os títulos de rendimento fixo, expostos ao risco de crédito. Esta exposição não considera garantias, cauções

obtidas pelo Grupo no âmbito da sua atividade de crédito, nem proteção ao crédito. A exposição ao risco de crédito assenta no valor contabilístico antes da reavaliação dos ativos financeiros registados no balanço.

(1) As variáveis económicas e financeiras são: o PIB e os seus componentes (consumo dos agregados familiares, investimento,...), os índices de preços, as taxas de desemprego, as taxas de juro a 3 meses, os rendimentos das obrigações do Estado a 10 anos.

➤ **QUADRO Nº 9: EXPOSIÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO(*) POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASEILEIA E POR TIPO DE ABORDAGEM**

Em milhões de euros	31 dezembro de 2012				31 dezembro de 2011				Variação	
	IRBA	Abordagem Standard	Total	Exposição média 2012	IRBA	Abordagem standard	Total	Exposição média 2011	Total	Exposição média
Administrações centrais e bancos centrais	177 612	18 825	196 437	186 526	155 605	21 011	176 616	185 298	19 821	1 228
Empresas	360 242	154 986	515 228	540 804	406 617	159 762	566 379	583 601	(51 151)	(42 797)
Instituições(**)	61 814	26 765	88 579	98 092	80 575	27 031	107 606	117 463	(19 027)	(19 371)
Clientes de retalho	195 891	166 865	362 756	367 990	199 570	173 654	373 224	373 769	(10 469)	(5 779)
Outros ativos de risco(***)	333	120 467	120 800	119 408	134	117 882	118 016	103 735	2 784	15 673
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES	795 892	487 908	1 283 800	1 312 820	842 501	499 340	1 341 841	1 363 866	(58 041)	(51 046)

(*) A titularização está tratada num capítulo específico no ponto 5.5.

(**) A categoria de exposição «Instituições» corresponde às instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo as que são reconhecidas em países terceiros. Além disso, esta categoria reúne algumas exposições relativas a administrações regionais e locais, a entidades do setor público e a bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como administrações centrais.

(***) Os Outros ativos de risco cobrem as imobilizações, as contas de regularização e os valores residuais.

No balanço prudencial em 31 de dezembro de 2012 (ponto 5.2, quadro 3), a exposição ao risco de crédito diz respeito aos montantes líquidos de imparidades das contas de depósitos junto dos bancos centrais (103 mil milhões de euros), aos empréstimos concedidos a clientes (630 mil milhões de euros), às instituições de crédito (39 mil milhões de euros), aos ativos disponíveis para venda (113 mil milhões de euros), aos ativos financeiros detidos até à maturidade (0,4 mil milhões de euros), à carteira avaliada em valor de mercado por opção (2 mil milhões de euros), aos elementos de reavaliação das carteiras cobertas em taxa (6 mil milhões de euros), às imobilizações corpóreas e de investimento (18 mil milhões de euros), às contas de regularização e ativos diversos (93 mil milhões de euros) e aos ativos de impostos correntes e diferidos (9 mil milhões de euros), assim como a compromissos de financiamento e de garantia dados, com exceção dos acordos de recompra (305 mil milhões de euros).

Estes montantes do balanço prudencial são líquidos de imparidades. O reprocessamento das imparidades de ativos (+31 mil milhões de euros, dos quais 3 mil milhões relativos aos «Ativos disponíveis para venda» com rendimento variável), assim como montantes que pertencem a um risco diferente do risco de crédito (titularização, contraparte e mercado), reavaliações e outros elementos dos fundos próprios reprocessados (-65 mil milhões de euros) resultam num valor de exposição ao risco de crédito de 1 284 mil milhões de euros.

A restante exposição deste capítulo relativa às exposições ao risco de crédito não considera os Outros ativos de risco (imobilizações, contas de regularização e valor residual).

EVOLUÇÕES DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO AO LONGO DO ANO 2012

As exposições brutas ao risco de crédito do Grupo recuaram -58 mil milhões de euros entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012 (-61 mil milhões de euros com exceção dos Outros ativos de risco). Esta descida centrada nas exposições das empresas e das instituições é a consequência do plano de adaptação levado a cabo pelo Grupo desde setembro de 2011 e durante os primeiros nove meses do ano de 2012, para se preparar para as novas exigências regulamentares de Basileia 3, quer em termos de liquidez, quer em termos de solvabilidade.

A descida das exposições brutas das empresas de -51 mil milhões de euros deve-se principalmente ao plano de adaptação levado a cabo pelas áreas de intervenção do Corporate Banking do CIB (-45 mil milhões de euros no total deste polo). A descida das exposições dos clientes de retalho (-10 mil milhões de euros) deve-se principalmente à área de intervenção Personal Finance (-9 mil milhões de euros). Simultaneamente, as exposições das administrações centrais aumentam em 20 mil milhões de euros devido ao aumento dos depósitos no banco central compensado pela descida dos títulos da dívida soberana.

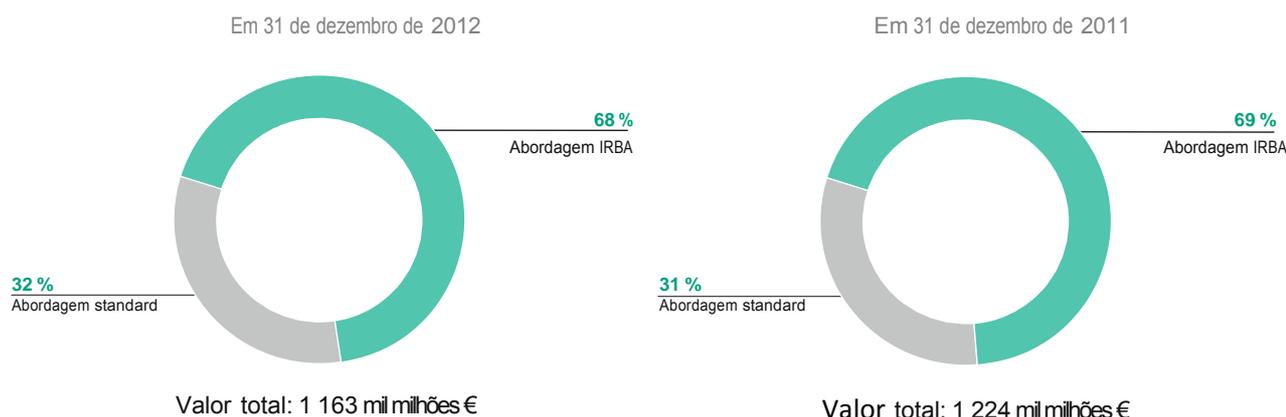
ABORDAGENS ESCOLHIDAS PARA O CÁLCULO DOS ATIVOS PONDERADOS

O BNP Paribas optou pelas formas mais avançadas do acordo Basileia 2. Em conformidade com a diretiva europeia e a sua transposição para o direito francês, em 2007, o Grupo foi autorizado pela Autoridade de Controlo Prudencial a utilizar os seus métodos internos para calcular as suas exigências mínimas de capital a partir de 1 de janeiro de 2008. A utilização destes métodos está sujeita a certas condições de progresso e de desenvolvimento, que o Grupo se comprometeu a respeitar. Antes da sua aquisição, o Grupo Fortis beneficiava de um acordo com o seu supervisor, o Banco Nacional da Bélgica, para utilizar a abordagem avançada na avaliação da sua necessidade de capital regulamentar. As políticas e dispositivos de notação dos subgrupos BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas, por um lado, e BNP Paribas, por outro lado, têm tendência a convergir no âmbito de uma metodologia uniforme escolhida pelo Grupo. Os trabalhos levados a cabo neste contexto mostraram nomeadamente a compatibilidade dos conceitos desenvolvidos em cada um dos dois conjuntos, e permitiram harmonizar as notações das principais contrapartes.

Porém, a convergência dos modelos ainda não está concluída. Vários pedidos de homologação de metodologias comuns foram submetidas à Autoridade de Controlo Prudencial. Para os perímetros ainda sem convergência, foi implementada em 31 de dezembro de 2012 uma abordagem baseada nos métodos homologados pelos supervisores francês, belga ou luxemburguês.

Em relação ao risco de crédito (com exceção das contas de regularização e imobilizações), a parte dos ativos ponderados com abordagem IRBA é de 68 % em 31 de dezembro de 2012, contra 69 % em 31 de dezembro de 2011. Este perímetro significativo inclui nomeadamente o polo Corporate and Investment Banking (CIB), a Banca de retalho em França (BDDF), uma parte da atividade do BNP Paribas Personal Finance (Cetelem), o BNP Paribas Securities Services (BP2S), assim como as entidades dos subgrupos BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas. A passagem da instituição BNL para o perímetro IRBA está atualmente em fase de homologação pelo Banco de Itália. O perímetro IRBA deixa contudo temporariamente de fora instituições como BancWest. Outras instituições mais pequenas só se juntarão aos métodos avançados do Grupo a médio prazo, como por exemplo as filiais dos países emergentes.

➤ GRÁFICO Nº 3: EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO POR TIPO DE ABORDAGEM^(*)



(*) Com exceção das contas de regularização e imobilizações, bem como da titularização.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

APOLÍTICA GERAL DE CRÉDITO E OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO E DE PROVISIONAMENTO

A atividade de crédito do Banco inscreve-se no âmbito da política geral do crédito aprovada pelo Comitê de riscos, instância presidida pelo Diretor Geral do Banco. Entre os princípios orientadores enunciados constam as exigências do Grupo em matéria de deontologia, de atribuição de responsabilidades, de existência e de cumprimento dos procedimentos e de rigor na análise do risco. Esta política geral é definida em políticas específicas adaptadas à natureza das atividades ou das contrapartes.

OS PROCEDIMENTOS DE DECISÃO - CORPORATE

O dispositivo de decisão em matéria de crédito assenta num conjunto de delegações que implica recolher o parecer conforme de um representante do GRM designado por nomeação. O acordo é sempre dado por escrito, mediante um processo de recolha de assinaturas ou mediante uma reunião formal de um Comitê de crédito. As delegações definem-se em valor de risco por grupos de negócios, variando consoante as categorias das notações internas e as especificidades das áreas de intervenção. Alguns tipos de crédito – empréstimos concedidos aos bancos, riscos soberanos ou riscos relativos a setores particulares da economia – implicam o cumprimento de procedimentos de enquadramento ou de consulta de peritos setoriais ou de especialistas nomeados. Na banca de retalho são aplicados procedimentos simplificados que resultam em ferramentas estatísticas de apoio à decisão.

As propostas de crédito devem respeitar os princípios da política geral de crédito e, se for caso disso, as políticas específicas aplicáveis, assim como, em todos os casos, as leis e regulamentos em vigor. Consequentemente, o BNP Paribas submete os seus compromissos a uma análise rigorosa dos planos de desenvolvimento conhecidos do mutuário, à compreensão de todos os aspetos estruturais das operações e à sua capacidade em assegurar o seu acompanhamento.

Presidido por um dos Diretores Gerais ou pelo Diretor do GRM, o Comité de crédito da Direção Geral é a última instância de decisão do Grupo em matéria de prática de riscos de crédito e de contraparte.

OS PROCEDIMENTOS DE DECISÃO-RETALHO

No caso das exposições do banco de retalho, o dispositivo de decisão em matéria de crédito assenta num conjunto de delegações, em que os Responsáveis Riscos Regionais decidem em conjunto com o Diretor de Rede (ou o seu mandatário) os compromissos relativos aos clientes Empresa, ultrapassando os poderes dos Diretores dos Centros de Negócios, assim como os compromissos Retalho mais importantes, ultrapassando os poderes dos Diretores de Grupo. Dispõem de um direito de oposição suspensivo, passível de recurso junto do nível de poder superior.

Dado que se trata de um controlo *ex post* das operações, uma equipa do GRM garante:

- o controlo *a posteriori* das operações, segundo uma perspetiva BDDF, e do cumprimento dos procedimentos;
- a monitorização do risco de crédito da Direção da Rede.

OS PROCEDIMENTOS DE SUPERVISÃO E DE GESTÃO DE CARTEIRA

Supervisão dos ativos

O dispositivo de supervisão dos ativos assenta em equipas de controlo cuja função é garantir permanentemente a conformidade com as decisões, a fiabilidade dos dados de reporting e a qualidade do acompanhamento dos riscos. A listagem diária das situações de crédito irregulares e a utilização de diversas técnicas de alerta facilitam a identificação prévia das degradações de situação. Os diferentes níveis de supervisão, geralmente induzidos pela organização das delegações de poderes, exercem-se, sob o controlo do GRM, até ao Comité dos devedores da Direção Geral. Este Comité analisa regularmente, acima de um certo limiar, os processos para os quais decide, sob proposta das áreas de intervenção e com a autorização do GRM, o valor das imparidades a constituir ou a recuperar. Além disso, um Comité trimestral analisa os processos sob supervisão ou sem rendimento.

Acompanhamento e gestão coletiva das carteiras

A seleção e a avaliação correta dos riscos praticados individualmente é complementada com um dispositivo de reporting a um nível mais coletivo da carteira, de acordo com os eixos polos / áreas de intervenção ou transversais de geografia, setores, atividades/ produtos.

A política de gestão coletiva das carteiras de riscos do banco, incluindo políticas de concentração por devedor, por setor e por país, assenta neste dispositivo de reporting, e os Comités de riscos do Grupo avaliam os resultados desses reportings e análises.

- 1) Para gerir as concentrações de riscos por país, são definidos envelopes de risco por país, ao nível da delegação adequada para o país em questão. O Grupo, que de acordo com a sua missão está presente na maioria das zonas economicamente ativas, pretende assim evitar as concentrações de riscos excessivas em países cujas infraestruturas políticas e económicas são tidas como fracas ou cuja situação económica está vulnerável.
- 2) A diversificação da carteira por contraparte está sujeita a um acompanhamento regular, nomeadamente no âmbito das políticas de concentração individual do Grupo. O controlo dos grandes riscos garante igualmente que o valor total dos riscos verificados de cada beneficiário⁽¹⁾ não ultrapassa 25 % dos fundos próprios líquidos consolidados do Grupo. O BNP Paribas mantém-se muito aquém dos limites de concentração da Diretiva Europeia relativa aos Grandes Riscos.
- 3) A distribuição dos riscos, por setor económico, está sujeita ao mesmo cuidado e a um acompanhamento regular. É complementada com uma análise prospetiva que permite uma gestão dinâmica da exposição do Banco. Esta análise baseia-se no conhecimento aprofundado de especialistas independentes do setor, que emitem uma opinião sobre a evolução dos setores que analisam, e identificam os fatores que explicam os riscos verificados pelos seus principais constituintes. Esta intervenção é adaptada consoante os setores, em função do seu peso nos compromissos do Grupo, da tecnicidade necessária para a sua perceção, da sua ciclicidade, do seu grau de globalização ou ainda da existência de uma problemática específica de risco.

Complementarmente, os testes de stress constituem ferramentas de análise que permitem identificar as zonas de vulnerabilidade das carteiras do Grupo e analisar as eventuais concentrações.

Por fim, o BNP Paribas utiliza eventualmente instrumentos de transferência do risco de crédito, como as operações de titularização e os derivados de crédito, para cobrir os riscos corridos individualmente, diminuir a concentração da carteira ou as perdas máximas associadas a cenários de crise.

ÂMBITO E NATUREZA DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E DE MEDIÇÃO DOS RISCOS

O conjunto dos processos e sistemas de informação utilizados pelo setor de medição do risco de crédito foi submetido à verificação da Autoridade de Controlo Prudencial.

Relativamente às atividades do BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas, um projeto autónomo, levado a cabo de finais de 2010 ao outono de 2012, foi possível considerar entidades dos subperímetros visados nos sistemas do Grupo para calcular os riscos de crédito.

(1) São considerados Grandes Riscos, no sentido da regulamentação, os beneficiários cujos riscos ultrapassam 10 % dos fundos próprios, com um limiar de comunicação exigido pela ACP de 300 milhões de euros de exposição.

O DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO

O Grupo BNP Paribas utiliza as notações internas como abordagem avançada do risco de crédito para as categorias de exposição «Clientes de retalho», «Administrações centrais e bancos centrais», «Instituições», «Empresas» e «Ações» para o cálculo das exigências dos fundos próprios regulamentares nos perímetros de Corporate and Investment Banking, Banco de retalho em França, uma parte do BNP Paribas Personal Finance, BNP Paribas Fortis, BGL e BNP Paribas Securities Services (BP2S). Nos outros perímetros, o cálculo do capital regulamentar é efetuado segundo o método «standard», e assenta nas notações externas das contrapartes. Cada contraparte tem uma notação interna segundo os métodos comuns ao Grupo, independentemente do método de cálculo do capital regulamentar.

O Banco definiu um sistema de notação completo, em linha com as exigências dos supervisores bancários, para a adequação dos fundos próprios. A sua conformidade e a adequação da sua aplicação são avaliados e verificados pelo controlo periódico do Banco. A sua conformidade legal foi certificada pela Autoridade de Controlo Prudencial em dezembro de 2007. No que diz respeito aos créditos às empresas, este considera três parâmetros fundamentais: a probabilidade de incumprimento da contraparte, que se exprime mediante uma notação, a taxa de recuperação global (ou a perda em caso de incumprimento), que está associada à estrutura das transações, e o fator de conversão (Credit Conversion Factor, ou CCF) que estima a parte em risco das contas extrapatrimoniais.

A escala de notações da contraparte tem doze níveis: dez níveis para os clientes solventes que cobrem todos os níveis de qualidade de crédito de «excelente» a «muito preocupante»; dois níveis para os considerados incumpridores, de acordo com a definição do supervisor bancário.

No perímetro «Empresas», a confirmação ou a alteração dos parâmetros de notação e de TRG aplicável a cada uma das transações acontece, pelo menos, uma vez por ano, no âmbito do processo de aprovação ou de revisão anual dos créditos. Esta assenta, antes de mais, no conhecimento técnico dos intervenientes, comerciais, e, em última instância, nos representantes do GRM (a decisão deste prevalecendo em caso de desacordo com a área de intervenção). Pode também apoiar-se em ferramentas adaptadas, seja em termos de análise ou de resultados, variando a escolha das técnicas e o seu caráter automático na decisão consoante a natureza dos riscos considerados. No perímetro retalho, a aplicação dos métodos de notação para determinar os parâmetros de crédito é feita de forma automática.

► QUADRO Nº 10: CORRESPONDÊNCIA INDICATIVA DAS NOTAÇÕES INTERNAS DA CONTRAPARTE COM A ESCALA TIPO DAS AGÊNCIAS DE RATING

	Notação interna	Rating de crédito emissor longo prazo
	BNP Paribas	S&P/Fitch
Investment Grade	1+	AAA
	1	AA+
	1-	AA
	2+	AA-
	2	A+/A
	2-	A-
	3+/3/3-	BBB+
	4+/4/4-	BBB
Non Investment Grade	5+/5/5-	BBB-
	6+	BB+
	6/6-	BB
	7+/7	BB-
	7-	B+
	8+/8/8-	B
	9+/9/9-	B-
	10+	CCC
Incumprimento	10	CC
	10-	C
	11	D
	12	D

O Grupo criou uma correspondência indicativa entre, por um lado, as notações internas do Banco e, por outro lado, as notações de emissor a longo prazo, atribuídas pelas principais agências de notação. O BNP Paribas tem uma clientela muito mais ampla do que apenas as contrapartes com notação pelas agências de rating. Na banca de retalho, a correspondência não faz sentido. Na altura da atribuição ou da revisão das notações internas, é utilizada para identificar eventuais divergências de apreciação, quanto à probabilidade de incumprimento de um terceiro, entre uma ou várias agências de notação e o Banco. Contudo, a intenção da notação interna não é de reproduzir nem sequer de se aproximar das notações atribuídas pelas agências externas. Existem na carteira diferenças significativas de rating, seja para cima ou para baixo. Algumas contrapartes com notação 6 ou 7 no BNP Paribas poderão ser consideradas como «Investment Grade» pelas agências de rating.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de crédito

Diversos métodos, entre os quais alguns puramente quantitativos, são implementados para verificar a coerência e a solidez do dispositivo. Uma abordagem adaptada, assentando na definição de categorias homogêneas de risco e dando uma grande importância às análises estatísticas, é aplicada aos créditos a particulares e às microempresas. O GRM é globalmente responsável pela qualidade do conjunto do dispositivo, quer definindo-o ele próprio, quer validando-o, quer controlando o seu desempenho. Foi implementada uma organização para que, na maioria dos casos, as equipas responsáveis pelo controlo do desempenho do dispositivo sejam diferentes das que criam os modelos. Para este efeito, foi criado um departamento específico no BNP Paribas.

Em caso de incumprimento, a perda é determinada ou por aplicação de métodos estatísticos para as carteiras cuja granularidade é a mais fina, ou por um perito com base em valores indicativos, segundo um processo semelhante ao que determina a notação da contraparte nas carteiras «corporate⁽¹⁾». Em caso de incumprimento, a perda reflete a perda que sofreria o Banco em caso de incumprimento da contraparte em período de abrandamento económico, em conformidade com as disposições da regulamentação.

Esta é avaliada, para cada operação, a partir da taxa de recuperação de uma transação «senior unsecured», e dos efeitos das técnicas de redução dos riscos de crédito (garantias e cauções reais). As recuperações das garantias e cauções são estimadas anualmente com base em valorizações conservadoras e deduções que consideram a realização das ditas cauções em período de stress.

O Banco adaptou os seus próprios fatores de conversão quando a regulamentação o permitia (ou seja, excluindo as operações de risco elevado para o qual o fator de conversão é de 100 % e quando um histórico suficientemente exaustivo estava disponível a fim de ser explorado estatisticamente), quer através da exploração do histórico interno de incumprimento, quer através de outras técnicas quando o histórico não era suficiente. Os fatores de conversão destinam-se a medir a quota-parte das contas extrapatrimoniais do Banco que estariam em risco em caso de incumprimento de cada um dos mutuários. Ao contrário da notação e da taxa de recuperação global, este parâmetro é afetado automaticamente em função da natureza da transação e não é decidido pelos Comitês de crédito.

Anualmente, cada um dos três parâmetros de risco de crédito é submetido a testes de verificação *a posteriori* (backtesting) e, para a probabilidade de incumprimento, à comparabilidade externa (aferição), que visam controlar o desempenho do dispositivo em cada um dos segmentos de atividade do Banco. O backtesting consiste em comparar os parâmetros estimados e a sua realização. Durante uma aferição, os parâmetros estimados internamente são comparados com as estimativas de organismos externos.

No perímetro IRBA corporate, desde 2002 que se conservam as notações, incluindo as notações de incumprimento 11 ou 12, de todas as contrapartes que suportam um risco de crédito. Da mesma forma, as recuperações conseguidas, num determinado momento do período, em processos considerados em incumprimento, são arquivadas. Com base nestes elementos, são levados a cabo testes de validade com efeito retroativo (backtestings) em cada um dos parâmetros de risco, quer globalmente, quer no perímetro de cada um dos métodos de notação. Estes exercícios têm como objetivo medir o desempenho global e unitário dos métodos de notação, e mais particularmente verificar o poder diferenciador do dispositivo (as contrapartes com pior notação têm mais incumprimentos do que as contrapartes com melhor

notação) e o caráter de previsão e de prudência dos parâmetros. Assim, as recuperações conseguidas são comparadas com as recuperações previstas e as taxas de incumprimento constatadas são comparadas com as taxas de incumprimento previstas para cada uma das notações. Também é verificado o caráter «através do ciclo» ou «downturn» dos ratings e das taxas de recuperação global (TRG), respetivamente.

Estes exercícios permitiram ao BNP Paribas constatar que, no perímetro IRBA «Corporate», as taxas de incumprimento observadas foram significativamente inferiores às taxas de incumprimento previstas no conjunto do ciclo (taxa de incumprimento anual observada de 1,03% entre 2001 e 2011, para uma taxa de incumprimento prevista de 1,82%). A análise das taxas de incumprimento durante períodos de crise demonstra que as taxas de incumprimento anuais são sempre inferiores às taxas de incumprimento previstas.

Também são realizadas medidas de desempenho em subperímetros de categorias de ativos homogêneos. Quando se identifica uma degradação do poder de previsão de tal ou tal modelo, este é reajustado ou desenvolvido de novo, se for caso disso. Estas evoluções são submetidas à aprovação do regulador, nos termos da regulamentação aplicável.

Durante a aferição, num perímetro que não o dos clientes de retalho, as notações internas são comparadas com as notações de várias agências de notação externa, com base na correspondência indicativa entre notações internas e notações externas. Para as empresas clientes do Grupo que beneficiam de uma notação externa (entre 10 % e 15 % desta população), a análise comparativa dos dados na qual assenta a notação interna evidencia uma abordagem conservadora do dispositivo escolhido.

No que diz respeito à taxa de recuperação global, o exercício de backtesting incide essencialmente sobre a análise das recuperações das operações em incumprimento. Quando os processos são encerrados, cada um dos fluxos de recuperação é atualizado na data de entrada em incumprimento e acrescentado ao valor da exposição. Quando os processos não são encerrados, o valor das provisões é utilizado como aproximação das recuperações futuras. A taxa de recuperação assim medida é comparada com a taxa de recuperação prevista um ano antes da ocorrência do incumprimento. Neste parâmetro, por analogia com o que é praticado para a notação, são efetuadas análises globais em função das políticas de notação e das zonas geográficas. As diferenças, linha à linha e em média, são analisadas tendo em conta o caráter bimodal deste parâmetro. Os resultados destas análises provam que estas estimativas são pertinentes em período de vazio conjuntural e que, em média, são conservadoras. A comparação deste parâmetro com dados externos é sobretudo efetuada com a ajuda de iniciativas que permitem reunir os dados, iniciativas nas quais o Grupo participa.

O conjunto destes trabalhos é apresentado anualmente ao Diretor de Riscos, assim como aos órgãos destes estudos. As trocas que se seguem contribuem para definir as prioridades em termos de desenvolvimento de metodologias e de ferramentas. Os backtestings também são submetidos a uma certificação interna, feita por uma equipa independente, e comunicados à ACP.

As estimativas internas dos parâmetros de risco são utilizadas na gestão quotidiana do Banco, em conformidade com as preconizações da regulamentação. Assim, além do cálculo das exigências em fundos próprios, estas são utilizadas, por exemplo, na definição das delegações, na concessão dos créditos ou na sua renovação, nas medidas de rentabilidade, na determinação das provisões de carteira e nos relatórios internos e externos.

(1) Segundo a política Grupo, o dispositivo de notação «Corporate» aplica-se às instituições, às empresas, aos financiamentos e especializados e aos Estados soberanos.

DIVERSIFICAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO [Auditado]

A exposição bruta do Grupo ao risco de crédito ascende a 1 163 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 1 224 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Esta carteira, analisada a seguir em termos de diversificação, cobre o conjunto das exposições ao risco de crédito apresentado no quadro «Exposições relativas ao risco de crédito por categoria de exposição segundo Basileia», excetuando outros ativos de risco⁽¹⁾. A titularização em carteira bancária é tratada num capítulo específico (ponto 5.5).

Os elementos que constituem esta carteira não apresentam uma concentração excessiva por contraparte, tendo em conta a dimensão do Grupo, e são muito diversificados, tanto no plano setorial como geográfico, tal como se pode verificar nos quadros que se seguem.

DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

O risco «país» define-se como a soma dos riscos atribuídos aos devedores que operam no país considerado. Este distingue-se do risco soberano que é o do poder público e dos seus desmembramentos; traduz a exposição do Banco a um ambiente económico e político homogéneo que faz parte da avaliação da qualidade da contraparte.

A distribuição geográfica abaixo assenta no país onde a contraparte exerce a sua atividade principal, sem ter em conta o país da sua eventual casa-mãe. Assim sendo, a exposição de uma filial ou de uma sucursal no Reino Unido de uma empresa francesa é registada no Reino Unido.

► QUADRO N.º 11: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA DE RISCO DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 TENDO COMO BASE O PAÍS ONDE A CONTRAPARTE EXERCE A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL

Em milhões de euros	31 de dezembro de 2012					
	Administrações centrais e bancos centrais	Empresas	Instituições	Clientes de retalho	Total	%
Mercados domésticos	103 721	233 692	40 498	277 040	654 951	56 %
França	58 376	116 244	20 248	159 182	354 050	30 %
Bélgica	28 128	42 978	8 069	60 722	139 897	12 %
Luxemburgo	4 429	8 970	940	5 541	19 880	2 %
Itália	12 788	65 500	11 241	51 595	141 124	12 %
Outros países da Europa	26 931	110 834	17 648	45 688	201 101	17 %
África e bacia mediterrânica	7 931	38 006	5 964	13 054	64 955	6 %
Américas	37 972	91 907	16 282	26 534	172 695	15 %
Ásia e Pacífico	19 882	40 789	8 187	440	69 298	6 %
TOTAL	196 437	515 228	88 579	362 756	1 163 000	100 %

(1) O perímetro coberto diz respeito aos empréstimos concedidos a clientes e a instituições de crédito, às contas devedoras das instituições de crédito e dos bancos centrais, às contas credoras do Grupo em outras instituições de crédito e bancos centrais, aos compromissos de financiamento (excetuando operações com acordo de recompra) e de garantia financeira, assim como aos títulos de rendimento fixo incluídos na carteira de intermediação bancária.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de crédito

Em milhões de euros	31 dezembro					
	Administrações centrais e bancos centrais	Empresas	Instituições	Clientes de retalho	Total	%
Mercados domésticos	87 107	248 988	47 374	284 412	667 881	55 %
França	38 190	118 093	26 972	166 135	349 390	29 %
Bélgica	33 270	51 939	10 979	60 295	156 483	12 %
Luxemburgo	2 018	10 420	1 909	5 523	19 870	2 %
Itália	13 629	68 536	7 514	52 459	142 138	12 %
Outros países da Europa	27 264	127 488	19 580	48 157	222 489	18 %
África e bacia mediterrânica	7 853	41 679	7 331	12 115	68 978	5 %
Américas	40 080	103 487	22 969	28 178	194 714	16 %
Ásia e Pacífico	14 312	44 737	10 352	362	69 763	6 %
TOTAL	176 616	566 379	107 606	373 224	1 223 825	100 %

A distribuição geográfica da carteira é equilibrada e permanece globalmente estável. A implantação do Grupo é maioritariamente europeia, com 73 % do total das exposições (estável em relação a 31 de dezembro de 2011). Na Europa, a exposição foi reforçada em França.

DIVERSIFICAÇÃO SETORIAL

➤ QUADRO N° 12: DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE RISCO DE CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE DA CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO EMPRESAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhões de euros	31 dezembro de 2012		31 dezembro de 2011	
	Exposição	%	Exposição	%
Agroalimentar	25 325	5 %	23 707	4 %
Seguros	8 810	2 %	10 374	2 %
Química exceto farmacêutica	10 329	2 %	11 271	2 %
Construção-Obras Públ.	27 771	5 %	30 973	6 %
Distribuição	23 159	5 %	22 628	4 %
Energias exceto eletricidade	28 920	6 %	36 345	6 %
Equipamentos exceto informática-eletrónica	27 532	5 %	29 452	5 %
Finanças	37 716	7 %	40 819	7 %
Imobiliário	47 982	9 %	51 274	9 %
Informática & Materiais eletrónicos	11 504	2 %	11 930	2 %
Minerais & materiais	27 112	5 %	29 849	5 %
Comércio & Comércio grossista	53 806	11 %	62 008	11 %
Saúde & Farmacêutica	9 191	2 %	8 725	2 %
Serviços às empresas	52 784	10 %	57 045	10 %
Serviços de comunicações	11 949	2 %	15 599	3 %
Transportes & Logística	35 484	7 %	41 909	7 %
Utilidades (Eletricidade, Gás, Água, etc.)	30 705	6 %	34 303	6 %
Outros	45 150	9 %	48 169	9 %
TOTAL	515 228	100,0 %	566 379	100 %

ATIVOS PONDERADOS

➤ QUADRO N° 13: ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE CRÉDITO

Em milhões de euros	Ativos ponderados		
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	Variação
Risco de crédito - Abordagem IRBA	172 409	192 852	(20 443)
Administrações centrais e bancos centrais	3 244	4 310	(1 066)
Empresas	121 986	136 889	(14 903)
Instituições	10 326	13 391	(3 065)
Clientes de retalho	36 749	38 127	(1 378)
Empréstimos imobiliários	10 772	10 311	461
Exposições renováveis	5 851	6 530	(679)
Outras exposições	20 126	21 286	(1 160)
Outros ativos de risco	104	134	(30)
Risco de crédito - Abordagem standard	238 742	253 822	(15 080)
Administrações centrais e bancos centrais	3 742	3 458	284
Empresas	112 909	117 083	(4 174)
Instituições	8 508	7 282	1 226
Clientes de retalho	80 589	82 922	(2 333)
Empréstimos imobiliários	26 276	26 818	(542)
Exposições renováveis	3 137	4 295	(1 158)
Outras exposições	51 176	51 810	(634)
Outros ativos de risco	32 994	43 077	(10 083)
RISCO DE CRÉDITO	411 151	446 674	(35 523)

A variação dos ativos ponderados entre dois exercícios pode ser analisada de acordo com os seguintes efeitos:

- efeito câmbio: influência da variação da taxa de câmbio;
- efeito volume: influência da variação das exposições ao risco de crédito (EAD);
- efeito parâmetros: influência da variação dos parâmetros de risco;
- efeito método: impacto da mudança do método de cálculo do capital entre dois exercícios (nomeadamente passagem para a abordagem avançada ou mudança de método a pedido do supervisor);
- efeito perímetro: impacto da mudança do perímetro de consolidação.

➤ QUADRO N° 14: VARIAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE CRÉDITO POR EFEITO

Em milhões de euros	Ativos ponderados Risco de crédito
31 DE DEZEMBRO DE 2011	446 674
Efeito câmbio	(1 479)
Efeito volume	(15 822)
Efeito parâmetros	(336)
Efeito perímetro	(12 154)
Efeito método	(4 183)
Outros efeitos	(1 549)
Total variações	(35 523)
31 DE DEZEMBRO DE 2012	411 151

Os ativos ponderados do risco de crédito diminuíram em -36 mil milhões de euros, essencialmente devido à política de redução dos ativos adotada pelo Grupo, a fim de se preparar para a nova regulamentação CRD 4. O efeito volume de -16 mil milhões de euros está centrado nas áreas de intervenção do Corporate Banking do polo CIB, em grande parte devido à implementação do plano de adaptação durante os primeiros nove meses do ano 2012 (-3 mil milhões de euros de cessões de ativos e -7 mil milhões de redução de crédito

na originação). A cessão de Klépierre gerou o essencial do efeito perimetro, sendo a participação residual calculada em risco de participação em ações. O efeito método corresponde sobretudo a mudanças de tipo de abordagem (passagem para a abordagem IRBA), nomeadamente na sequência da fusão jurídica da Banque de Bretagne com o BNP Paribas SA.

RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM IRBA

A política de notação elaborada pelo Grupo cobre o conjunto do Banco. O dispositivo IRBA, validado em dezembro de 2007, estende-se às carteiras do «Corporate Investment Banking» (CIB), da Banca de Retalho em França (BDDF), do BNP Paribas Securities Services (BP2S), a uma parte da atividade do BNP Paribas Personal Finance, assim como às entidades dos subgrupos BNP Paribas Fortis e BGL BNP Paribas.

DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO INTERNA «CORPORATE» [Auditado]

O perímetro IRBA visado pelo dispositivo de notação «Corporate», ou seja aplicável segundo a política do Grupo aos bancos, às empresas, aos financiamentos especializados e aos Estados soberanos, está coberto por um procedimento de notação homogéneo segundo o qual o GRM é o responsável final pela notação atribuída às contrapartes e pela taxa de recuperação global (TRG) afeta às transações. O fator de conversão (CCF) das operações extrapatrimoniais é atribuído em função das características da contraparte e da transação.

O processo genérico de afetação das notações a cada um dos segmentos do dispositivo «Corporate» é definido da seguinte forma:

- em relação às empresas e aos financiamentos especializados, as análises são efetuadas pela área de intervenção que propõe uma notação e uma TRG no Comité de crédito, em conformidade com as metodologias de notação e com base nas ferramentas desenvolvidas pelo GRM. A notação e a TRG são validadas ou modificadas no Comité de crédito pelo representante do GRM. Estes Comités decidem da concessão ou da renovação dos compromissos e, se necessário, reveem pelo menos anualmente a notação de contraparte;
- em relação ao perímetro dos Bancos, a análise é efetuada por analistas da função Riscos. As notações de contraparte e as TRG são determinadas em Comités de revisão, organizados por zona geográfica, que asseguram a comparabilidade entre instituições similares;
- em relação ao perímetro dos Estados soberanos, as notações são determinadas nos Comités países que juntam membros da Direção Geral, dos Riscos e das Atividades várias vezes por ano. As notações são propostas pela Direção dos Estudos Económicos;
- em relação ao perímetro das médias empresas, é apurado um resultado por analistas de risco na área de intervenção, sob a supervisão final do GRM;

- em cada uma destas subcarteiras, a determinação dos parâmetros de risco segue uma metodologia certificada e validada pelas equipas do GRM que assenta preferencialmente na análise dos dados históricos do Banco. Esta metodologia é tanto quanto possível suportada por ferramentas colocadas em rede, a fim de garantir uma aplicação homogénea das mesmas. O parecer técnico permanece contudo insubstituível, fazendo cada uma das notações e cada uma das TRG apelo ao julgamento humano que pode afastar-se, sob reserva de justificação, da aplicação rigorosa dos modelos.

O modo de determinação dos parâmetros de risco responde a princípios comuns, em particular o dos «quatro olhos», que preconiza que pelo menos duas pessoas diferentes, sendo pelo menos uma delas independente dos objetivos comerciais, se pronunciem sobre cada notação de contraparte e cada TRG de transação.

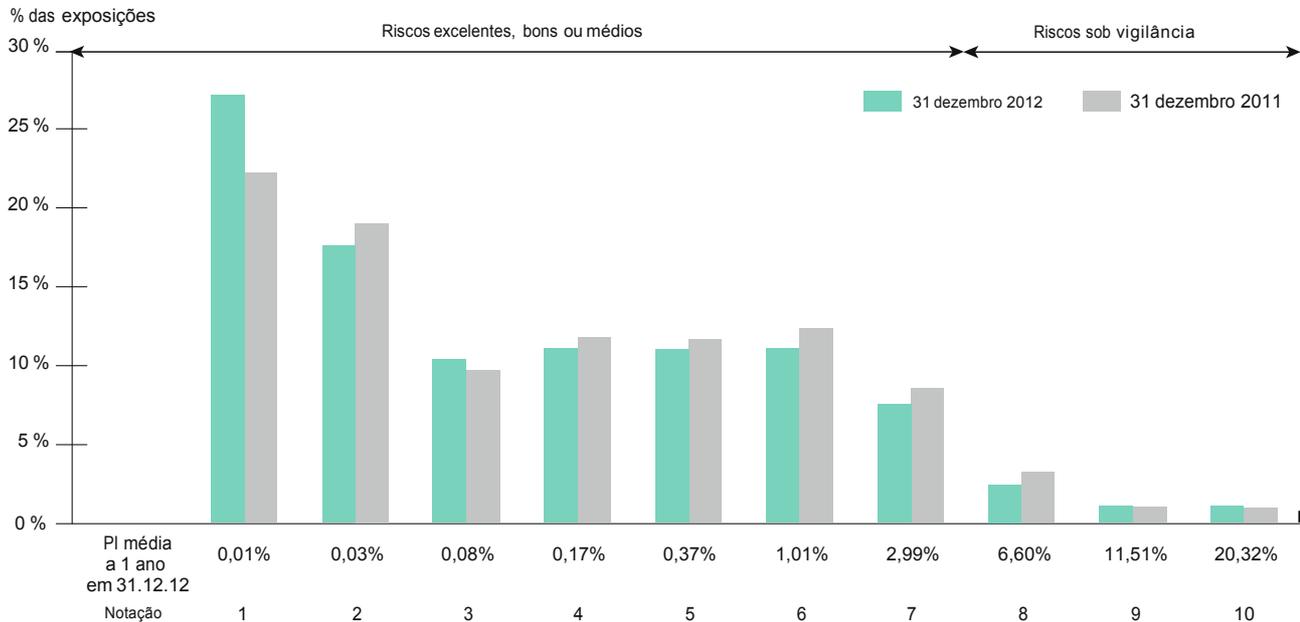
No Grupo, a definição do incumprimento é uniformemente aplicada a cada categoria de ativo. Para as contrapartes locais (PME, autarquias locais), as especificidades eventuais da regulamentação de cada uma das zonas geográficas conduzem a adaptações à margem desta definição, principalmente no que diz respeito à duração das dívidas ou do limite de materialidade.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição por notação dos ativos solventes relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de tipo «Corporate» (categorias de exposições: empresas, administrações centrais e bancos centrais, instituições) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Esta exposição representa 587 mil milhões de euros do montante ilíquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2012, contra 627 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Esta carteira apresenta muitos compromissos com mutuários cujos riscos são considerados de boa ou até de excelente qualidade, devido ao peso das relações do Banco com as grandes empresas multinacionais e instituições financeiras. Uma parte significativa dos compromissos com mutuários de menor qualidade está associada a estruturas de financiamentos que permitem uma taxa de recuperação elevada em caso de incumprimento da contraparte (financiamentos à exportação que beneficiam de garantias por parte das agências internacionais de seguro-crédito e financiamentos de projetos, estruturados ou transacionais).

➤ **GRÁFICO N° 4: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR NOTAÇÃO DE CONTRAPARTE NO PERÍMETRO «CORPORATE»^(*) SEGUNDO A ABORDAGEM IRBA**



(*) O perímetro «Corporate» apresentado no gráfico acima inclui as categorias de exposição: administrações centrais e bancos centrais, instituições, empresas.

A distribuição por notação das exposições «Corporate» no perímetro IRBA está globalmente estável, à exceção da parte das exposições com notação 1 e 2, aumento associado ao forte aumento dos montantes dos depósitos no banco central, na sequência da política global de liquidez.

CARTEIRA «CORPORATE» POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO INTERNA

Os quadros abaixo apresentam a distribuição por notação dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de tipo «Corporate» (categorias de exposições: empresas, administrações centrais e bancos centrais, instituições) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada. A exposição total representa 600 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, dos quais 587 mil milhões de euros de ativos solventes e 13 mil milhões de ativos duvidosos, contra 643 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, dos quais 627 mil milhões de ativos solventes e 15 mil milhões de ativos duvidosos,

e diz principalmente respeito aos polos CIB e aos conjuntos operacionais Banco de retalho em França (BDDF), Banco de retalho na Bélgica (BDDB) e Banco de retalho e das empresas no Luxemburgo (BDEL), assim como à área de intervenção BNP Paribas Securities Services (BP2S) do polo Investment Solutions.

Esta informação é complementada com as taxas médias verificadas dos principais fatores de risco de Basileia:

- média ponderada da probabilidade de incumprimento pelo valor exposto ao risco: PI média⁽¹⁾;
- média ponderada dos fatores de conversão do extrapatrimonial: CCF médio⁽²⁾;
- média ponderada das perdas em caso de incumprimento pelo valor exposto ao risco: LGD médio⁽³⁾.

assim como pela taxa de ponderação média: RW médio⁽³⁾ definido como a relação entre os ativos ponderados e o valor exposto ao risco (EAD).

A coluna «Perda esperada» apresenta a perda esperada a um ano.

(1) PI média: «Probabilidade de Incumprimento» – média ponderada das probabilidades de incumprimento pelo valor exposto ao risco.

(2) CCF médio: «Credit Conversion Factor» – relação do valor exposto ao risco com o valor das operações extrapatrimoniais.

(3) LGD médio: «Loss Given Default» – média ponderada das perdas em caso de incumprimento pelo valor exposto ao risco.

(4) RW médio: «Risk Weight» – taxa de ponderação média.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de crédito

➤ QUADRO N° 15: CLASSIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO INTERNA NO PERÍMETRO «CORPORATE» SEGUNDO A ABORDAGEM IRBA

		31 dezembro 2012									
Em milhões de euros	Notação interna	PI média	Exposição total	Valor patrimonial	Valor extrapatrimonial	CCF médio do extrapatrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	Ativos ponderados
Administrações centrais e bancos centrais											
	1	0,01 %	141 432	140 884	548	75 %	141 285	1 %	0 %	0	270
	2	0,02 %	26 275	26 083	192	64 %	26 206	1 %	0 %	0	98
	3	0,08 %	2 666	2 595	71	56 %	2 635	14 %	11 %	0	296
	4	0,21 %	2 678	1 306	1 372	55 %	2 061	7 %	7 %	0	154
	5	0,47 %	1 773	1 698	75	55 %	1 739	27 %	48 %	3	842
	6	1,17 %	743	628	115	56 %	690	15 %	39 %	1	268
	7	3,48 %	897	742	155	62 %	838	11 %	36 %	3	298
	8	6,31 %	720	517	203	58 %	634	9 %	35 %	4	225
	9	12,91 %	240	164	76	53 %	204	59 %	282 %	16	576
	10	16,80 %	163	125	38	67 %	150	26 %	145 %	7	217
	11	100,00 %	23	23	0		23		2 %	26	0
	12	100,00 %	2	2	0		2		0 %	1	0
SOMA		0,11 %	177 612	174 767	2 845	60 %	176 467	2 %	2 %	61	3 244
Instituições											
	1	0,03 %	5 759	4 310	1 449	93 %	5 656	25 %	9 %	0	523
	2	0,03 %	30 969	22 861	8 108	72 %	28 701	15 %	5 %	1	1 367
	3	0,08 %	8 439	6 982	1 457	75 %	8 067	26 %	15 %	2	1 231
	4	0,14 %	5 497	4 033	1 464	49 %	4 745	23 %	21 %	2	979
	5	0,39 %	5 729	3 774	1 955	54 %	4 823	25 %	31 %	4	1 513
	6	1,05 %	1 982	1 460	522	52 %	1 730	40 %	76 %	7	1 315
	7	2,76 %	839	619	220	44 %	715	41 %	108 %	8	769
	8	7,20 %	853	591	262	34 %	679	36 %	124 %	15	840
	9	11,46 %	339	156	183	28 %	208	38 %	171 %	9	354
	10	19,75 %	530	129	401	50 %	330	39 %	205 %	26	678
	11	100,00 %	709	626	83	91 %	701		107 %	283	754
	12	100,00 %	169	169	0		169		2 %	71	3
SOMA		1,93 %	61 814	45 710	16 104	67 %	56 524	21 %	18 %	428	10 326
Empresas											
	1	0,03 %	11 651	5 397	6 254	56 %	8 903	20 %	6 %	1	518
	2	0,04 %	45 511	9 104	36 407	60 %	30 882	35 %	13 %	4	3 992
	3	0,08 %	49 519	15 642	33 877	58 %	35 145	36 %	22 %	10	7 789
	4	0,17 %	56 592	23 682	32 910	58 %	42 910	32 %	29 %	23	12 432
	5	0,36 %	56 978	31 443	25 535	56 %	45 705	29 %	39 %	47	17 713
	6	1,01 %	62 108	38 843	23 265	56 %	51 753	25 %	53 %	129	27 655
	7	2,98 %	42 390	28 184	14 206	53 %	35 681	25 %	73 %	265	26 202
	8	6,58 %	12 575	8 958	3 617	56 %	10 978	24 %	89 %	171	9 820
	9	11,46 %	5 580	4 350	1 230	58 %	5 066	26 %	125 %	154	6 321
	10	20,47 %	5 271	4 343	928	56 %	4 805	29 %	156 %	270	7 484
	11	100,00 %	8 816	7 799	1 017	64 %	8 499		23 %	3 417	1 950
	12	100,00 %	3 251	3 077	174	94 %	3 240		3 %	2 543	110
SOMA		5,60 %	360 242	180 822	179 420	57 %	283 567	29 %	43 %	7 034	121 986
TOTAL		3,32 %	599 668	401 299	198 369	58 %	516 558	19 %	26 %	7 523	135 556

31 dezembro 2011											
Em milhões de euros	Notação interna	PI média	Exposição total	Valor patrimonial	Valor extrapatrimonial	CCF médio do extrapatrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	Ativos ponderados
Administrações centrais e bancos centrais											
	1	0,01%	115 188	109 596	5 592	75%	112 751	2%	0%	0	279
	2	0,02%	26 255	25 537	718	69%	25 914	3%	1%	0	275
	3	0,09%	1 034	1 066	28	53%	1 024	19%	16%	0	160
	4	0,20%	4 318	2 720	1 598	55%	3 601	9%	8%	1	291
	5	0,40%	1 744	1 686	58	70%	1 825	36%	59%	3	1 068
	6	0,76%	1 017	744	273	56%	899	14%	28%	1	249
	7	2,85%	1 441	973	468	57%	1 241	5%	14%	2	177
	8	6,01%	668	428	240	63%	579	15%	56%	6	325
	9	12,96%	309	231	78	55%	272	40%	195%	14	529
	10	18,22%	12	7	5	50%	8	76%	427%	1	35
	11	100,0%	3 619	3 619	0		3 618		25%	1 946	922
SOMA		2,48 %	155 605	146 547	9 058	69%	151 732	3%	3%	1 974	4 310
Instituições											
	1	0,03%	12 546	9 648	2 898	84%	12 112	17%	6%	1	706
	2	0,05%	38 766	28 259	10 507	75%	36 191	17%	6%	2	2 115
	3	0,12%	10 033	5 828	4 205	71%	8 736	26%	15%	2	1 278
	4	0,16%	5 202	3 324	1 878	59%	4 402	34%	26%	2	1 155
	5	0,36%	4 600	3 181	1 419	59%	3 994	33%	39%	5	1 572
	6	1,13%	3 727	2 595	1 132	58%	3 256	32%	64%	12	2 070
	7	2,58%	1 870	1 455	415	54%	1 689	26%	74%	13	1 253
	8	6,65%	1 419	999	420	51%	1 221	25%	92%	21	1 119
	9	12,23%	848	399	449	51%	632	43%	210%	33	1 328
	10	18,92%	688	89	599	62%	467	32%	167%	28	778
	11	100,0%	566	483	83	96%	565		3%	171	16
	12	100,0%	310	310	0		312		0%	289	1
SOMA		1,71 %	80 575	56 570	24 005	71%	73 577	21%	18%	579	13 391
Empresas											
	1	0,03%	11 083	4 627	6 456	60%	8 525	19%	6	0	531
	2	0,03%	53 904	13 245	40 659	60%	36 967	34%	13	5	4 660
	3	0,08%	49 455	16 007	33 448	59%	35 052	37%	23	10	7 931
	4	0,18%	63 907	26 893	37 014	58%	47 744	32%	29	27	13 871
	5	0,36%	66 587	33 994	32 593	59%	51 162	31%	42	57	21 423
	6	1,11%	72 534	42 264	30 270	61%	57 971	25%	54	165	31 209
	7	2,93%	50 028	31 077	18 951	61%	41 118	25%	73	300	30 042
	8	6,46%	18 111	13 125	4 986	59%	15 668	22%	84	227	13 219
	9	11,72%	4 981	3 620	1 361	57%	4 332	26%	122	129	5 276
	10	19,37%	5 103	3 936	1 167	74%	4 608	28%	153	250	7 034
	11	100,0%	8 052	6 852	1 200	72%	7 863		21	2 826	1 649
	12	100,0%	2 872	2 717	155	86%	2 856		2	2 489	44
SOMA		4,87 %	407 617	198 357	208 260	60%	313 866	29%	44%	6 485	136 889
TOTAL		3,77 %	642 797	401 474	241 323	61%	539 175	21%	29%	9 038	154 590

Nas administrações centrais, o Grupo está essencialmente exposto a contrapartes de muito boa qualidade, na sua maioria países desenvolvidos, beneficiando por conseguinte de excelentes notações internas e de uma perda média muito fraca em caso de incumprimento.

A maioria dos compromissos relacionados com as empresas incide sobre clientes de boa ou muito boa qualidade, refletindo o peso significativo dos grandes grupos multinacionais na clientela do Grupo. Os outros compromissos correspondem em grande parte a operações estruturadas ou garantidas por ativos de boa qualidade, facto corroborado pelos níveis médios das perdas em caso de incumprimento.

DISPOSITIVO DE NOTAÇÃO INTERNA ESPECÍFICO PARA OS CLIENTES DE RETALHO [Auditado]

A Banca de Retalho é exercida no BNP Paribas através da sua rede de agências em França, ou através de algumas das suas filiais, nomeadamente em Itália, na Bélgica e no Luxemburgo, ou então no universo do BNP Paribas Personal Finance.

Para o conjunto destas atividades, a Política Geral de Notação Retail (PGNR) define o âmbito permitindo aos polos e à Direção de Riscos medir, hierarquizar e acompanhar de maneira homogénea a evolução dos riscos de crédito incorridos pelo Grupo. Esta política aplica-se às transações caracterizadas por uma forte granularidade, uma fraca volumetria unitária e um tratamento estandardizado do risco de crédito. A política geral representa o quadro de conjunto no qual se desenvolvem os resultados, indicando nomeadamente:

- os princípios gerais do dispositivo de notação interna, realçando a importância da qualidade deste dispositivo e da sua adaptação às evoluções;
- os princípios próprios à definição das Categorias Homogéneas de Risco (CHR);

- os princípios relativos aos modelos, nomeadamente a necessidade de desenvolver modelos diferenciadores e interpretáveis, de se apoiar na modelização ou observação *a posteriori* dos indicadores de risco para definir parâmetros para os compromissos. Os indicadores de risco devem ser quantificados com base num histórico de pelo menos cinco anos e numa amostragem significativa e representativa. Por fim, os modelos devem ser documentados de forma precisa.

O essencial das contrapartes da carteira «Banca de Retalho» do BDDF é objeto de uma quantificação de comportamento que serve para determinar a probabilidade de incumprimento, e para cada transação, a taxa de recuperação (GRR) e o valor exposto ao risco (EAD). Estes parâmetros são calculados mensalmente com base nas informações mais recentes e divididos em diferentes resultados de concessão, colocados à disposição da função comercial. Esta não intervém na determinação dos parâmetros de risco. Estes métodos são aplicados de forma homogénea ao conjunto dos clientes de retalho.

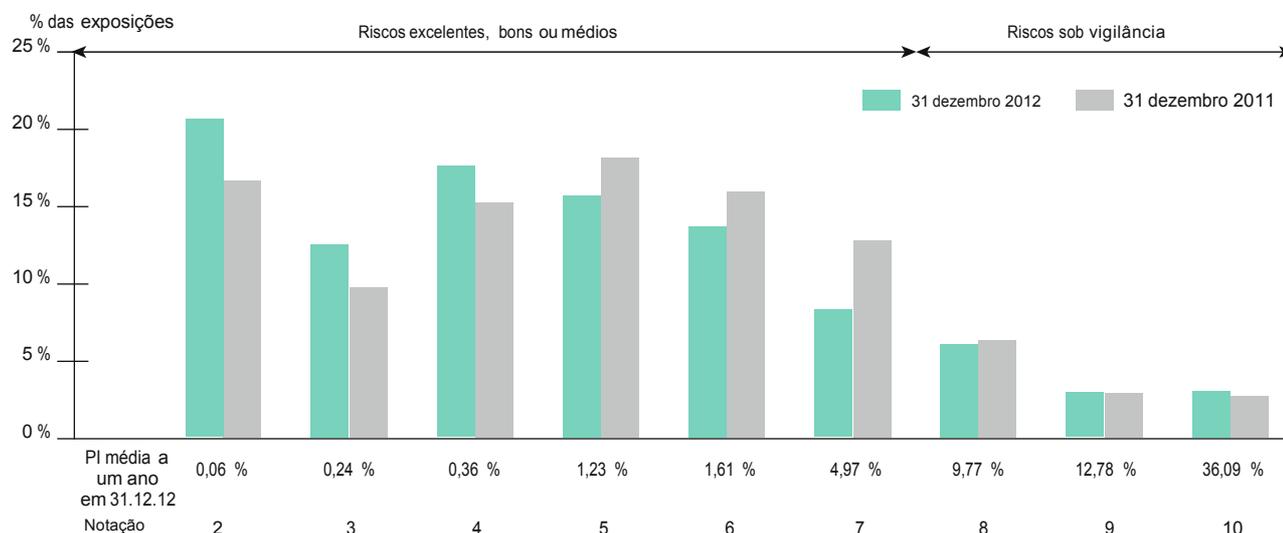
No perímetro do BNP Paribas Personal Finance, elegível para os métodos IRBA, os parâmetros de risco são determinados pela função Riscos, com base em estatísticas, em função das características dos clientes e do histórico da relação.

As metodologias de elaboração e de acompanhamento dos resultados permitem afetar os clientes individuais a categorias homogéneas em termos de risco de incumprimento. O mesmo sucede com os outros parâmetros: «Valor exposto ao risco ou EAD» e «Perda em caso de incumprimento ou LGD».

O gráfico abaixo apresenta a distribuição por notação dos ativos solventes relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes dos clientes de retalho para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Esta exposição representa 188 mil milhões de euros do montante líquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2012, um valor ligeiramente inferior ao de 31 de dezembro de 2011 (192 mil milhões de euros).

➤ **GRÁFICO N° 5: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR NOTAÇÃO DE CONTRAPARTE NO PERÍMETRO CLIENTES DE RETALHO SEGUNDO A ABORDAGEM IRBA**



A evolução das probabilidades de incumprimento na carteira retail é afetada em 2012 pela implementação de uma metodologia diferente de integração de ajustamentos regulamentares pedidos pelo supervisor. Deve salientar-se que essas resoluções não têm um impacto nos ativos ponderados da carteira.

CARTEIRA DE CLIENTES DE RETALHO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO INTERNA

O quadro que se segue apresenta a distribuição por notação dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de clientes de retalho para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem

de notação interna avançada. A exposição total representa 196 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 200 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, e diz principalmente respeito aos conjuntos operacionais Banco de retalho em França (BDDF), Banco de retalho na Bélgica (BDDB) e Banco de retalho e das empresas no Luxemburgo (BDEL), assim como às filiais de crédito a particulares na Europa ocidental do BNP Paribas Personal Finance.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de crédito

➤ QUADRO N° 16: CLASSIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO INTERNA NO PERÍMETRO CLIENTES DE RETALHO SEGUNDO A ABORDAGEM IRBA

milhões de euros	Notação Interna	Exposição totale	Valor patrimonial	Valor extrapatrimonial	CCF médio do extrapatrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	31 dezembro 2011 Ativos ponderados
Empréstimos imobiliários	2	29 562	28 699	863	91%	29 490	11%	2%	2	445
	3	17 620	17 219	401	96%	17 606	11%	4%	3	661
	4	20 014	19 501	513	101%	20 019	11%	6%	7	1 223
	5	14 372	13 883	489	100%	14 375	9%	15%	21	2 177
	6	8 160	7 850	310	99%	8 158	10%	19%	16	1 512
	7	4 334	4 239	95	101%	4 336	9%	33%	31	1 434
	8	2 481	2 443	48	107%	2 484	10%	42%	42	1 047
	9	1 671	1 637	34	100%	1 671	12%	61%	27	1 022
	10	1 296	1 279	17	100%	1 296	10%	47%	59	605
	11	955	950	5	99%	955		68%	50	646
	12	593	593	0		594		0%	17	0
	SOMA		101 058	98 283	2 775	97%	100 984	11%	11%	275
Exposições renováveis	2	506	81	425	86%	2 046	52%	1%	0	29
	3	1 208	104	1 104	78%	962	49%	3%	0	26
	4	2 892	128	2 764	71%	2 086	44%	4%	1	82
	5	3 963	83	3 880	57%	2 286	50%	10%	5	225
	6	4 254	1 538	2 716	47%	2 828	44%	20%	15	580
	7	2 109	814	1 295	45%	1 403	49%	44%	21	622
	8	2 665	1 869	796	60%	2 346	45%	71%	74	1 671
	9	801	667	134	107%	709	51%	110%	43	783
	10	1 085	963	122	86%	1 068	44%	127%	140	1 361
	11	1 035	1 006	29	37%	1 119		42%	772	472
	12	493	493	0		494		0%	203	0
	SOMA		21 011	7 746	13 265	72%	17 347	47%	34%	1 274
Outras exposições	2	8 576	7 307	1 269	93%	8 486	27%	4%	2	351
	3	4 603	3 866	737	89%	4 524	25%	7%	3	336
	4	10 048	8 725	1 323	96%	9 998	32%	14%	9	1 410
	5	11 045	9 639	1 406	98%	11 025	28%	21%	23	2 314
	6	13 211	12 017	1 194	106%	13 290	29%	31%	51	4 153
	7	9 057	8 311	746	107%	9 115	27%	40%	90	3 661
	8	6 181	5 837	344	125%	6 268	26%	42%	110	2 661
	9	2 980	2 853	127	99%	3 019	32%	61%	119	1 850
	10	3 233	3 179	54	91%	3 275	23%	56%	261	1 824
	11	2 881	2 847	34	63%	2 920		54%	1 611	1 566
	12	2 007	2 002	5	99%	2 075		0%	781	0
	SOMA		73 822	66 583	7 239	102%	73 995	28%	27%	3 060
TOTAL		195 891	172 611	23 279	84%	192 326	20%	19%	4 609	36 749

31 dezembro 2011										
milhões de euros	Notação Interna	Exposição total	Valor patrimonial	Valor extrapatrimonial	CCF médio do extrapatrimonial	Valor exposto ao risco	LGD médio	RW médio	Perda esperada	Ativos ponderados
Empréstimos imobiliários	2	21 961	21 178	783	90%	21 643	12%	1%	1	274
	3	13 263	12 842	421	96%	13 259	12%	3%	1	334
	4	16 946	16 431	515	97%	16 832	12%	5%	4	835
	5	15 791	15 058	733	99%	15 592	11%	11%	11	1 782
	6	13 001	12 711	290	96%	13 704	10%	21%	17	2 876
	7	5 431	5 363	68	97%	5 536	10%	30%	18	1 684
	8	1 837	1 781	56	98%	1 779	13%	50%	19	882
	9	1 238	1 219	19	99%	1 234	13%	68%	20	843
	10	892	881	11	100%	900	13%	67%	44	601
	11	161	159	2	100%	161		124%	16	200
	12	1 102	1 099	3	100%	1 096		0%	258	0
	SOMA		91 623	88 722	2 901	95%	91 736	12%	11%	409
Exposições renováveis	2	1 611	103	1 508	47%	2 249	54%	1%	0	34
	3	1 338	99	1 238	35%	828	50%	3%	0	23
	4	2 124	150	1 974	40%	1 382	47%	5%	1	71
	5	6 012	116	5 896	41%	2 695	52%	11%	6	294
	6	3 710	549	3 161	36%	1 995	48%	20%	10	396
	7	4 838	1 831	3 008	42%	3 159	42%	39%	42	1 232
	8	2 671	1 588	1 083	47%	2 130	44%	63%	56	1 352
	9	1 141	849	292	33%	974	49%	103%	54	1 008
	10	1 480	965	514	22%	1 086	49%	141%	174	1 527
	11	1 003	962	42	8%	1 166		51%	673	593
	12	469	469	0		469		0%	302	0
	SOMA		26 397	7 681	18 716	40%	18 135	48%	36%	1 318
Outras exposições	1	5	5	0		5	21%	10%	0	1
	2	8 301	6 924	1 377	91%	8 370	28%	3%	1	291
	3	4 035	2 923	1 112	91%	3 455	30%	7%	1	232
	4	10 057	8 542	1 515	90%	9 893	31%	13%	6	1 293
	5	12 914	10 657	2 257	97%	12 583	28%	22%	15	2 823
	6	13 831	12 364	1 467	87%	13 887	24%	27%	34	3 786
	7	14 134	12 996	1 138	93%	14 141	23%	35%	90	4 923
	8	7 613	7 136	477	89%	7 486	21%	37%	95	2 743
	9	3 087	2 935	152	89%	3 119	31%	60%	116	1 870
	10	2 796	2 717	79	98%	2 757	26%	63%	248	1 750
	11	2 772	2 737	35	100%	2 955		53%	1 569	1 574
	12	2 005	1 995	10	100%	2 063		0%	1 231	0
SOMA		81 550	71 931	9 619	92%	80 714	26%	26%	3 406	21 286
TOTAL		199 570	168 334	31 236	61%	190 586	21%	20%	5 133	38 127

Os empréstimos imobiliários encontram-se essencialmente nas carteiras do Banco de retalho em França (BDDF), do Banco de retalho na Bélgica, Banco de retalho no Luxemburgo e do Personal Finance. A política de distribuição baseia-se num dispositivo enquadrado. O fraco nível médio de perdas, em caso de incumprimento, materializa o efeito das garantias implementadas no momento da concessão do crédito.

As «exposições renováveis» e «outras exposições» dizem, em grande parte, respeito às atividades das filiais de crédito a particulares, cujos clientes estão mais dispersos em termos de qualidade e cujo nível de garantias é mais limitado.

O Grupo considera que a publicação de uma comparação, para o perímetro segundo o método IRBA, entre as perdas esperadas no horizonte de um ano (Expected Loss) e o custo do risco de crédito realizado, em conformidade com o pedido da regulamentação (art. 384-4 i), não é pertinente pelas seguintes razões:

- os parâmetros de risco utilizados para o cálculo das perdas esperadas no horizonte de um ano, de acordo com os princípios de Basileia e tal como publicado nos quadros anteriores, constituem estimativas estatísticas relativamente à duração do ciclo;
- em contrapartida, as perdas realizadas reportam-se por natureza ao ano findo, portanto a um ponto específico do ciclo.

RISCO DE CRÉDITO: ABORDAGEM STANDARD

Para os ativos tratados segundo o método standard, o BNP Paribas utiliza as notações externas das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch ratings. A aproximação dessas notações aos escalões de qualidade de crédito previstos pela regulamentação está em conformidade com as recomendações da Autoridade de Controlo Prudencial.

Quando uma exposição da carteira bancária não dispõe de uma notação externa de crédito que lhe seja diretamente aplicável, os referenciais clientes do Banco permitem, em certos casos, utilizar na ponderação a avaliação externa «senior unsecured» do emissor, se esta estiver disponível.

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos tratados segundo o método standard representam 32 % do valor total das exposições brutas do Grupo BNP Paribas, contra 30 % em 31 de dezembro de 2011. As principais entidades tratadas segundo a abordagem standard em 31 de dezembro de 2012 são o BNL, o BancWest, o BNP Paribas Personal Finance (crédito ao consumo excetuando a Europa ocidental e crédito imobiliário no seu conjunto), o BNP Paribas Leasing Solutions (BPLS), o TEB e as outras filiais dos países emergentes, as entidades da Banca Privada, assim como a Banque de la Poste na Bélgica.

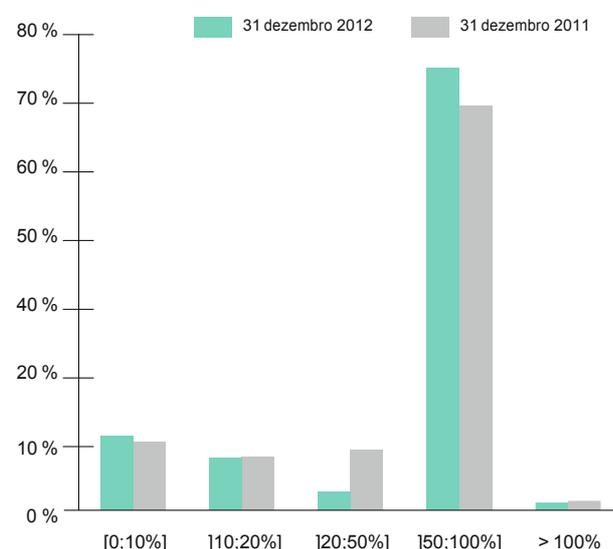
CARTEIRA «CORPORATE» [Auditado]

O gráfico ao lado apresenta a distribuição por notação dos ativos solventes relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de tipo «Corporate» (categorias de exposições: empresas, administrações centrais e bancos centrais, instituições) para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard.

Esta exposição representa 188 mil milhões de euros do montante ilíquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2012, contra 197 mil milhões de euros em 31 de dezembro 2011.

➤ GRÁFICO N° 6: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES «CORPORATE(*)» DO RISCO DE CRÉDITO POR TAXA DE PONDERAÇÃO EFETIVA NO PERÍMETRO TRATADO SEGUNDO A ABORDAGEM STANDARD

% das exposições



(*) O perímetro «Corporate» apresentado no gráfico acima inclui as categorias de exposições administrações centrais e bancos centrais, instituições e empresas.

CARTEIRA DE CLIENTES DE RETALHO [Auditado]

A exposição total dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de clientes de retalho para todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard, representa 167 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 174 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

CARTEIRA TOTAL

O quadro abaixo apresenta a distribuição por escalão de qualidade de crédito dos ativos relativos à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard. Esta exposição representa 367 mil milhões de euros do montante ilíquido do risco de crédito em 31 de dezembro de 2012, contra 381 mil milhões de euros em dezembro de 2011.

► QUADRO Nº 17: CLASSIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DO RISCO DE CRÉDITO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO E NOTAÇÃO EXTERNA NO PERÍMETRO STANDARD

Em milhões de euros	Rating externo ^(*)	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
		Exposição bruta (**)	Valor exposto ao risco (EAD)	Exposição ponderada (RWA)	Exposição bruta (**)	Valor exposto ao risco (EAD)	Exposição ponderada (RWA)
Administrações centrais e bancos centrais	AAA a AA-	11 227	11 216	13	12 533	12 503	58
	A+ a A-	746	746	38	2 707	2 675	66
	BBB+ a BBB-	1 823	1 753	508	933	919	451
	BB+ a BB-	2 628	2 626	1 133	2 591	2 587	835
	B+ a B-	898	888	888	1 221	1 206	1 206
	Sem notação externa	1 503	1 486	1 162	1 026	1 014	842
SOMA		18 825	18 715	3 742	21 011	20 904	3 458
Instituições	AAA a AA-	13 723	12 960	1 590	16 821	15 890	2 292
	A+ a A-	240	211	100	6 504	6 037	2 566
	BBB+ a BBB-	9 424	7 279	4 956	537	463	438
	BB+ a BB-	975	801	801	811	621	621
	B+ a B-	269	245	176	361	314	315
	CCC+ a D	6	5	8	7	6	8
	Sem notação externa	2 128	1 996	877	1 990	1 822	1 042
SOMA		26 765	23 497	8 508	27 031	25 153	7 282
Empresas	AAA a AA-	80	79	16	200	184	37
	A+ a A-	1 875	1 295	648	3 217	2 669	1 332
	BBB+ a BBB-	2 498	1 736	1 709	791	632	628
	BB+ a BB-	337	213	212	427	321	314
	B+ a B-	308	252	378	113	76	114
	CCC+ a D	17	14	20	1	1	1
	Sem notação externa	149 871	113 043	109 926	155 013	118 789	114 657
SOMA		154 986	116 632	112 909	159 762	122 672	117 083
Cientes de retalho	Sem notação externa	166 865	142 534	80 589	173 654	147 635	82 922
SOMA		166 865	142 534	80 589	173 654	147 635	82 922
TOTAL		367 440	301 378	205 748	381 458	316 364	210 745

(*) Segundo a Standard and Poor's.

(**) Patrimonial e extrapatrimonial.

A evolução da notação externa de alguns países da Zona Euro, nomeadamente a Itália, implicou na categoria de exposição Instituições uma diminuição dos ativos nas duas melhores categorias, a favor da terceira categoria.

As entidades do Grupo que calculam as suas necessidades de capital segundo o método standard têm uma atividade orientada essencialmente para os particulares ou para as pequenas e médias empresas, ou então situam-se em regiões do mundo onde a atividade das agências de notação está pouco desenvolvida (Turquia, Ucrânia, Médio Oriente, etc.). Isto explica o facto de grande parte das empresas não ter notação externa na abordagem standard.

EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO, PROVISÕES E CUSTO DO RISCO

➤ QUADRO N° 18: ATIVOS COM OU SEM DEPRECIACÃO APRESENTANDO DÍVIDAS E GARANTIAS RECEBIDAS NO ÂMBITO DESSES ATIVOS

(Ver Demonstrações financeiras – nota 5.h – notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2012.)

➤ QUADRO N° 19: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				
	Exposição bruta	Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total	Ajustamentos de valor
Mercados domésticos	654 951	18 036	11 592	29 628	14 450
França	354 050	3 485	7 175	10 660	5 496
Bélgica	139 897	128	3 449	3 577	1 410
Luxemburgo	19 880	26	705	731	300
Itália	141 124	14 397	263	14 660	7 244
Outros países europeus	201 101	3 318	4 768	8 086	4 812
Reino Unido	42 706	118	1 110	1 228	694
Países Baixos	30 673	92	45	137	69
Outros países da Europa Ocidental	98 068	1 524	2 851	4 375	2 462
Europa de Leste	29 654	1 584	762	2 346	1 587
África e bacia mediterrânica	64 955	1 322	1 879	3 201	1 872
Turquia	24 570	261	2	263	171
Bacia mediterrânica	18 210	530	183	713	480
Países do Golfo-África	22 175	531	1 694	2 225	1 221
Américas	172 695	663	2 200	2 863	1 162
América do Norte	156 193	482	1 926	2 408	843
América Latina	16 502	181	274	455	319
Ásia e Pacífico	69 298	110	495	605	242
Japão e Austrália	22 415	2	257	259	141
Países emergentes da Ásia	46 883	108	238	346	101
TOTAL	1 163 000	23 449	20 934	44 383	22 538

(*) Valor que corresponde às exposições brutas (patrimonial e extrapatrimonial) antes de consideradas as garantias.

31 dezembro 2011					
Em milhões de euros	Exposição bruta	Exposições em incumprimento ^(*)			Ajustamentos de valor
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total	
Mercados domésticos	667 881	16 196	10 480	26 676	13 514
França	349 390	3 888	6 387	10 275	5 650
Bélgica	156 483	121	3 457	3 578	1 410
Luxemburgo	19 870	29	490	519	286
Itália	142 138	12 158	146	12 304	6 168
Outros países europeus	222 489	3 322	8 864	12 186	7 111
Reino Unido	40 075	78	1 352	1 430	805
Países Baixos	35 519	89	129	218	106
Outros países da Europa Ocidental	114 150	1 471	6 727	8 198	4 613
Europa de Leste	32 745	1 684	656	2 340	1 587
África e bacia mediterrânica	68 978	1 388	1 437	2 825	1 474
Turquia	21 084	282	2	284	195
Bacia mediterrânica	18 830	617	217	834	515
Países do Golfo-África	29 064	489	1 218	1 707	764
Américas	194 714	1 209	1 878	3 087	1 172
América do Norte	172 137	1 007	1 526	2 533	789
América Latina	22 577	202	352	554	383
Ásia e Pacífico	69 763	93	272	365	141
Japão e Austrália	19 327	2	72	74	40
Países emergentes da Ásia	50 436	91	200	291	101
TOTAL	1 223 825	22 208	22 931	45 139	23 412

(*) Valor correspondente às exposições brutas (patrimonial e extrapatrimonial) antes de consideradas as garantias.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de crédito

➤ QUADRO Nº 20: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO, DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR E DO CUSTO DO RISCO POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASILEIA

O custo do risco apresentado abaixo é relativo ao risco de crédito e não inclui portanto as depreciações verificadas no âmbito do risco de contraparte dos instrumentos financeiros de mercado (Ver Demonstrações financeiras - nota 2.f - Custo do risco). Os elementos relativos à titularização são este ano apresentados no ponto 5.5.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012						
	Exposição bruta	Exposições em incumprimento ^(*)			Ajustamentos de valor	Provisões de carteira	Custo do risco
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total			
Administrações centrais e bancos centrais	196 437	27	24	51	63		
Empresas	515 228	11 621	12 068	23 689	11 963		
Instituições	88 579	367	878	1 245	618		
Clientes de retalho	362 756	11 434	7 964	19 398	9 894		
TOTAL	1 163 000	23 449	20 934	44 383	22 538	4 336 (3 895)	

Em milhões de euros	31 dezembro 2011						
	Exposição bruta	Exposições em incumprimento ^(*)			Ajustamentos de valor	Provisões de carteira	Custo do risco
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total			
Administrações centrais e bancos centrais	176 616	79	3 619	3 698	1 972		
Empresas	566 379	10 398	10 923	21 321	10 537		
Instituições	107 606	470	876	1 346	708		
Clientes de retalho	373 224	11 261	7 513	18 774	10 195		
TOTAL	1 223 825	22 208	22 931	45 139	23 412	4 660 (6 767)	

(*) Valor correspondente às exposições brutas (patrimonial e extrapatrimonial) antes de consideradas as garantias.

➤ QUADRO Nº 21: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES SEM DEPRECIÇÃO APRESENTANDO DÍVIDAS POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASILEIA E POR TIPO DE ABORDAGEM

Em milhões de euros	31 dezembro 2012					
	Maturidade dos ativos sem depreciação apresentando dívidas ^(*)					Total
	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 1 ano	> 1 ano		
Administrações centrais e bancos centrais	31	0	0	2	33	
Empresas	5 783	59	19	46	5 907	
Instituições	380	0	0	0	380	
Clientes de retalho	4 779	159	5	6	4 949	
TOTAL PERÍMETRO STANDARD	10 973	218	24	54	11 269	
Administrações centrais e bancos centrais	135	5	0	2	142	
Empresas	1 538	343	20	20	1 921	
Instituições	59	20	0	0	79	
Clientes de retalho	3 109	39	1	3	3 152	
TOTAL PERÍMETRO IRBA	4 841	407	21	25	5 294	
TOTAL PERÍMETRO PRUDENCIAL	15 814	625	45	79	16 563	

(*) Com base no perímetro prudencial contabilístico, valor correspondente às exposições brutas (patrimonial) antes de consideradas as garantias.

Em milhões de euros	31 dezembro 2011				
	Maturidade dos ativos sem depreciação apresentando dívidas (*)				
	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 1 ano	> 1 ano	Total
Administrações centrais e bancos centrais	53	14	2	3	72
Empresas	5 665	307	20	6	5 998
Instituições	253	0			253
Cientes de retalho	6 400	182	2	4	6 588
TOTAL PERÍMETRO STANDARD	12 371	503	24	13	12 911
Administrações centrais e bancos centrais	208	163	3	13	387
Empresas	1 552	0	87	17	1 656
Instituições	133	0			133
Cientes de retalho	2 780	36	5	1	2 822
TOTAL PERÍMETRO IRBA	4 673	199	95	31	4 998
TOTAL PERÍMETRO PRUDENCIAL	17 044	702	119	44	17 909

(*) Com base no perímetro prudencial contabilístico, valor correspondente às exposições brutas (patrimonial) antes de consideradas as garantias.

TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

As técnicas de mitigação do risco de crédito são integradas em conformidade com a regulamentação de Basileia 2. O seu efeito é sobretudo avaliado em condições de abrandamento económico. Estas técnicas dividem-se em duas grandes categorias:

As garantias pessoais, por um lado, e as garantias reais, por outro lado.

■ Uma garantia pessoal corresponde ao compromisso assumido por um terceiro de se substituir ao primeiro devedor, em caso de incumprimento deste último. Por extensão, os seguros de crédito e os derivados de crédito (compra de proteção) fazem parte desta categoria.

■ As garantias reais constituídas a favor do Banco garantem a execução dos ativos financeiros de um devedor na data acordada.

Para o perímetro tratado segundo a abordagem IRBA, as garantias pessoais e reais são consideradas, sob reserva da sua elegibilidade, por uma diminuição do parâmetro de «Perda em caso de incumprimento» (LGD) aplicável às transações visadas para as operações da carteira de intermediação bancária.

Para o perímetro tratado segundo a abordagem standard, as garantias pessoais são consideradas, sob reserva da sua elegibilidade, por uma ponderação bonificada correspondente à do fiador, sobre a parte garantida da exposição que considera as assimetrias de divisa e de maturidade. As garantias reais, por sua vez, são abatidas à exposição após consideração, se for caso disso, das assimetrias de divisa e de maturidade.

Os fiadores são objeto de uma análise de risco idêntica à dos primeiros devedores, sendo-lhes atribuídos parâmetros de risco de acordo com metodologias e processos semelhantes.

A avaliação do efeito dos instrumentos de mitigação do risco de crédito segue uma metodologia validada e comum ao conjunto do Grupo para cada atividade. No polo CIB, esses efeitos consideram a possível correlação do fiador e do mutuário (em caso de pertença ao mesmo setor industrial por exemplo). São validados pelos Comitês de créditos em cada processo, no ato da aprovação inicial e depois aquando das revisões anuais.

As garantias reais dividem-se em duas categorias: as garantias financeiras, por um lado, e as outras garantias reais, por outro lado.

■ As garantias de natureza financeira correspondem ao numerário (incluindo o ouro), às ações (cotadas ou não cotadas) e às obrigações.

■ As outras garantias reais são diversificadas e podem tomar a forma de hipotecas imobiliárias ou marítimas, de garantias de stock, de cessão de contratos ou de qualquer outro direito sobre um ativo da contraparte.

Para poderem ser tomadas em consideração, as garantias devem preencher as seguintes condições:

■ o seu valor não deve estar fortemente correlacionado com o risco do devedor (as ações do mutuário não são elegíveis);

■ a garantia deve estar documentada;

■ o Banco deve poder avaliar o valor do ativo dado como garantia em condições de abrandamento económico;

■ o Banco deve ter obtido um conforto razoável sobre a possível apropriação e consequente realização do respetivo ativo.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de crédito

Para o polo CIB, cada garantia é avaliada segundo técnicas próprias e o efeito em cada processo é avaliado individualmente.

No âmbito do seu mandato de otimização da gestão do risco de crédito do polo Corporate Investment Banking, a Portfolio Management (PM) efetua operações de cobertura mediante derivados de crédito, nomeadamente de «credit default swaps» (CDS).

Estas aquisições de CDS realizam-se no âmbito de uma gestão ativa, tendo como principal objetivo a cobertura dos riscos de migração, de concentração e a gestão das exposições mais significativas. Os ativos subjacentes em questão são empréstimos concedidos a grandes empresas, emitidos pelas áreas de intervenção CIB Corporate Banking, e pontualmente pelas do polo Retail Banking.

Consideradas como garantias pessoais e tratadas segundo uma abordagem IRBA, as coberturas mediante CDS implicam, sob reserva de elegibilidade, uma diminuição da «Perda em caso de incumprimento» (correspondendo a um aumento da «Taxa de recuperação global») estimada para o ativo subjacente, e consequentemente uma diminuição do seu consumo em termos de ativos médios ponderados.

Para a atividade da Banca de Retalho, a presença ou não de tal ou tal tipo de garantia real pode, em função da taxa de cobertura, levar a afetar a exposição a uma categoria de LGD específica, com base num tratamento estatístico.

As garantias são concedidas pela casa-mãe da contraparte ou por outras entidades, como por exemplo instituições financeiras. As coberturas mediante derivados de crédito, o recurso a seguradores de crédito públicos para o financiamento de exportações ou a seguradores de crédito privados constituem outros exemplos de garantias.

Uma garantia só pode ser elegível para melhorar os parâmetros de risco de uma transação se o fiador tiver melhor notação do que a contraparte visada, sendo o fiador submetido às mesmas exigências de análise prévia que o primeiro devedor.

Em conformidade com a política geral de notação, as garantias pessoais e reais são consideradas pelo seu valor económico e só excepcionalmente são aceites como fonte principal de reembolso. No caso de financiamento de matérias-primas por exemplo, a capacidade de reembolso do mutuário deve ser avaliada com base nos seus fluxos operacionais.

O valor económico dos ativos entregues como garantia é avaliado de forma objetiva e verificável: valor de mercado, valor segundo avaliação de perito, valor contabilístico. Este representa o valor dos ativos aquando da avaliação e não aquando do incumprimento, que se avalia numa segunda fase.

Por fim, os procedimentos do Grupo preveem uma revalorização das garantias reais no perímetro CIB pelo menos uma vez por ano.

➤ QUADRO Nº 22: ABORDAGEM IRBA PARA A CARTEIRA CORPORATE

O quadro abaixo apresenta a distribuição para a carteira «Corporate», por categoria de exposição segundo Basileia, da mitigação de risco produzida pelas garantias relativas à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem de notação interna avançada.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011 ^(*)			
	Valor exposição total	Valor da mitigação de risco			Valor exposição total	Valor da mitigação de risco		
		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias
Administrações centrais e bancos centrais	177 612	4 695	240	4 935	155 605	5 427	393	5 820
Empresas	360 242	60 875	55 744	116 619	406 617	73 904	68 470	142 374
Instituições	61 814	4 021	899	4 920	80 575	6 161	3 102	9 263
TOTAL	599 668	69 591	56 883	126 474	642 797	85 492	71 965	157 457

(*) Valores ajustados ao Pilar 3 publicado em 31 de dezembro de 2011.

➤ QUADRO N° 23: ABORDAGEM STANDARD PARA A CARTEIRA CORPORATE

O quadro abaixo apresenta a distribuição para a carteira «Corporate», por categoria de exposição segundo Basileia, da mitigação de risco produzida pelas garantias relativas à carteira dos créditos e compromissos sobre as contrapartes de todas as atividades do Grupo, utilizando a abordagem standard.

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
	Valor Exposição total	Valor da mitigação de risco			Valor Exposição total	Valor da mitigação de risco		
		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias		Garantias pessoais e derivados de crédito	Garantias reais	Total das garantias
Administrações centrais e bancos centrais	18 825	0	7	7	21 011	401	7	409
Empresas	154 986	821	5 673	6 494	159 762	1 653	6 528	8 181
Instituições	26 765	4 933	8	4 942	27 031	4 816	8	4 824
TOTAL	200 575	5 754	5 688	11 442	207 804	6 870	6 543	13 413

5.5 Titularização na carteira bancária

O grupo BNP Paribas está envolvido em operações de titularização enquanto originador, intermediário ou investidor segundo a tipologia de Basileia 2.5.

As operações de titularização, mencionadas a seguir, correspondem às operações definidas na CRD (Capital Requirement Directive) e descritas no capítulo V da Portaria de 20 de fevereiro de 2007. Trata-se das operações através das quais o risco de crédito inerente a um conjunto de exposições é dividido em tranches. As operações apresentam as seguintes características:

- conduzem a uma transferência significativa de risco;
- os pagamentos efetuados no âmbito da operação dependem dos desempenhos das exposições de origem;
- a subordinação das tranches, tal como definida pela operação, determina a distribuição das perdas durante o período da transferência de risco.

Ao abrigo da CRD, as exposições titularizadas no âmbito de operações de titularização por conta própria que respeitem os critérios de elegibilidade de Basileia, e nomeadamente o da transferência significativa de risco, estão excluídas do cálculo do capital. Apenas as partes mantidas pela instituição e os ativos eventualmente atribuídos à estrutura após titularização são objeto de um cálculo de necessidade de capital, de acordo com o método baseado nas notações externas.

As exposições titularizadas no âmbito de operações de titularização por conta própria que não respeitem os critérios de elegibilidade de Basileia permanecem, por sua vez, na sua carteira prudencial de origem. A sua necessidade de capital é calculada como se não estivessem titularizadas e é apresentada na parte dedicada ao risco de crédito.

Consequentemente, o perímetro dos programas de titularização escolhidos diz respeito aos programas originadores considerados eficazes em Basileia 2.5, aos quais acrescem os programas enquanto intermediário, nos quais o Grupo manteve posições, assim como os programas emitidos por terceiros nos quais o Grupo investiu.

MÉTODOS CONTABILÍSTICOS [Auditado]

(Ver Demonstrações financeiras – nota 1 – Resumo dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo).

A receita da cessão das posições de titularização é contabilizada de acordo com as regras da categoria de origem das posições vendidas. Assim, para as posições classificadas em empréstimos concedidos e créditos e em ativos disponíveis para venda, a receita de cessão vai creditar o custo do risco no montante devido do encargo líquido anteriormente constatado. O eventual remanescente é contabilizado como ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda e outros ativos financeiros não avaliados no valor de mercado. Para as posições classificadas em valor de mercado por resultado, as receitas de cessão são registadas em ganhos líquidos sobre instrumentos financeiros avaliados no valor de mercado por resultado.

- 1) As posições de titularizações classificadas na categoria «Empréstimos concedidos e créditos» são avaliadas segundo o método do custo amortizado, tal como descrito na nota 1.c.1 anexa às Demonstrações financeiras: a taxa de juro efetiva (TIE) utilizada para reconhecer as receitas dos juros é avaliada a partir de um modelo de fluxos de caixa esperados.

Para os ativos que foram transferidos de outra categoria contabilística (ver nota anexa 1.c.6), as revisões em alta dos fluxos considerados recuperáveis são contabilizadas como ajustamento da taxa de juro efetiva a partir da data de mudança da estimativa. As revisões em baixa traduzem-se por um ajustamento do valor

contabilístico. O mesmo acontece com todas as revisões de fluxos considerados recuperáveis de ativos não transferidos de outra categoria contabilística. As imparidades são registadas nesses ativos segundo os princípios expostos na nota anexa 1.c.5 relativa a empréstimos concedidos e créditos.

- 2) As posições de titularização classificadas contabilmente em Ativos disponíveis para venda são avaliadas pelo seu valor de mercado (cf. nota anexa 1.c.3 e 1.c.10) e as variações desta, excetuando proveitos acumulados, são apresentadas numa rubrica específica do capital próprio. Aquando da cessão destes títulos, estes ganhos ou perdas não realizados, anteriormente contabilizados em capital próprio, são registados na demonstração de resultados. O mesmo sucede em caso de imparidade. O valor de mercado é determinado segundo os princípios expostos na nota anexa 1.c.10.

Os ativos à espera de titularização são registados na categoria contabilística «Empréstimos concedidos e créditos» e na carteira prudencial bancária, quando se trata de exposições provenientes do balanço do Banco, para as quais o Banco será originador, segundo o sentido de Basileia 2, da futura titularização.

Em contrapartida, os ativos à espera de titularização são registados na categoria contabilística «Valor de mercado por resultado» e na carteira prudencial bancária, quando se trata de exposições adquiridas na perspetiva de uma titularização e para a qual o Banco será intermediário, no sentido regulamentar.

DISPOSITIVO DE GESTÃO DE RISCOS NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO [Auditado]

A supervisão dos ativos titularizados diz respeito aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez sobre os ativos subjacentes, e ao risco de contraparte sobre as contrapartes de cobertura das proteções não financiadas.

PROCEDIMENTO RELATIVO AO RISCO DE CRÉDITO SOBRE OS ATIVOS TITULARIZADOS

Os ativos de titularização fora da carteira de negociação são submetidos à aprovação dos Comitês de crédito – titularização (*Securitisation Credit Committees*). Para as novas operações, pode ser efetuada uma pré-seleção antes da reunião do Comité, para identificar os temas que convém submeter a uma análise mais exaustiva. Todas as aprovações são submetidas a uma revisão anual. As exposições são vigiadas diariamente para garantir que não ultrapassam os limites fixados pelos Comitês de crédito – titularizações visadas.

O desempenho dos ativos subjacentes é estreitamente vigiado por região e por tipo de colateral, e as posições de titularização podem ser acrescentadas à lista dos ativos a vigiar ou duvidosos se a qualidade de crédito do seu colateral se degradar. Estas posições são então

submetidas ao procedimento da lista dos ativos de titularização sob vigilância ou duvidosos, que prevê uma análise pelo menos semestral destes ativos, além das reuniões ordinárias dos Comitês de crédito – titularização. Esta análise dos ativos é feita trimestralmente quando o BNP Paribas é o investidor. Se no âmbito de cenários prováveis parecer plausível um défice do ativo em relação ao passivo, então são constituídas provisões.

As retitulações emitidas pelo BNP Paribas são em primeiro lugar submetidas a Comitês específicos de aprovação de transações. Os ativos resultantes dessas operações são depois vigiados segundo os processos de titularização supramencionados.

REPORTING

As posições são estreitamente vigiadas por tipo de ativo, nível de prioridade e em termos de migração das notações. A diferença entre o valor contabilístico líquido após provisões e o justo valor (Nível 2) é igualmente supervisionado, sendo objeto de um reporting trimestral.

RISCOS DE MERCADO NA CARTEIRA BANCÁRIA

Para as exposições ABS com taxa fixa, foi implementada uma macrocobertura composta por swaps de taxa fixa/variável para cobrir o risco de taxa. Esta é contabilizada em conformidade com as regras da contabilidade de cobertura.

RISCO DE LIQUIDEZ

Os ativos titularizados detidos são financiados a prazo a nível interno pelo departamento ALM, com base na sua duração de vida média ponderada.

RISCO DE CONTRAPARTE

Os derivados sobre as posições ABS não financiadas são contabilizados como derivados em relação à contraparte que fornece a cobertura. O risco de contraparte é supervisionado no âmbito ordinário da gestão do risco de contraparte sobre derivados.

ATIVIDADE DO BNP PARIBAS NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO [Auditado]

A parte respetiva do Grupo no seu papel de originador, intermediário e investidor traduz-se da seguinte forma:

➤ QUADRO Nº 24: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS E DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO MANTIDAS OU ADQUIRIDAS POR TIPO DE PAPEL

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas ^(*)	Posições de titularizações mantidas ou adquiridas (EAD) ^(**)	Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas ^(*)	Posições de titularizações mantidas ou adquiridas (EAD) ^(**)
Papel do BNP Paribas				
Originador	11 669	2 227	13 332	3 086
Intermediário	384	12 731	251	16 544
Investidor	0	17 651	0	25 535
TOTAL	12 053	32 609	13 583	45 165

(*) As exposições titularizadas originadas pelo Grupo correspondem às exposições subjacentes apresentadas no balanço do Grupo e que foram objeto de uma operação de titularização.

(**) As posições de titularização correspondem às tranches mantidas das operações de titularização originadas ou intermediadas pelo Grupo, às tranches adquiridas pelo Grupo nas operações de titularização intermediadas por terceiros, e aos compromissos.

As posições de titularização mantidas ou adquiridas pelo Grupo diminuíram em -12,6 mil milhões de euros durante o ano 2012, essencialmente devido à realização antecipada de opções de reembolso detidas pelos

emissores (-5,5 mil milhões de euros), a amortizações de carteiras (-2,5 mil milhões de euros), ou do encerramento de posições (-5,8 mil milhões de euros).

ATIVIDADE NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA (ORIGINADOR SEGUNDO BASELEIA 2.5)

As posições de titularizações originadas e mantidas pelo BNP Paribas ascendem a 2,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, das quais 1,5 mil milhões em participações mantidas em titularizações de desconsolidação e 0,7 mil milhões numa SPV específica, a Royal Park Investment.

No âmbito da gestão corrente da sua liquidez, o Banco pode titularizar créditos concedidos aos clientes das redes bancárias (créditos imobiliários, créditos ao consumo) ou empréstimos concedidos a empresas, tornando-os assim mais fáceis de mobilizar. Apenas seis operações (que representam um valor de exposições titularizadas pelo Grupo de 3,2 mil milhões de euros) permitem uma desconsolidação prudencial segundo Basileia 2.5, devido a uma transferência significativa de risco, sendo retomadas no quadro acima. As posições de titularizações mantidas em relação a essas operações ascendem a 1,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um valor estável face ao de 31 de dezembro de 2011.

Além disso, aquando da aquisição de entidades do grupo Fortis pelo BNP Paribas, a parte da carteira de ativos estruturados do grupo Fortis que implicava mais riscos foi cedida a uma SPV específica, a Royal Park Investment. As exposições titularizadas desta SPV ascendem a 8,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (contra 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). A participação do Grupo nessa SPV ascende a 0,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, dos quais 0,2 mil milhões de euros de tranche equity e 0,5 mil milhões de euros de financiamento correspondente à tranche sénior (tendo a tranche super sénior de financiamento no valor de 0,6 mil milhões de euros sido amortizada durante o ano 2012).

Além disso, em 2012, foram realizadas pelo BNP Paribas Personal Finance duas operações de titularização e o total dos ativos de clientes titularizados ascende, em 2012, a 1,1 mil milhões de euros, com 0,9 mil milhões de euros de títulos emitidos nos mercados. Estas duas operações não têm um efeito negativo no cálculo do capital regulamentar, uma vez que a sua implementação não leva a nenhuma transferência significativa de risco. As duas exposições visadas são portanto retomadas na parte dedicada ao risco de crédito (cf. ponto 5.4).

No total, o stock de participações relativas a créditos titularizados por conta própria ascende a 60,4 mil milhões de euros para 35 operações, dos quais 18,8 mil milhões de euros para o BNP Paribas Personal Finance, 0,2 mil milhões de euros para a Leasing Solutions, 5,9 mil milhões de euros para o BNL, 34,5 mil milhões de euros para o BNP Paribas Fortis e mil milhões de euros para o Banco de retalho em França. Sendo estas titularizações ineficazes do ponto de vista da regulamentação de Basileia, os ativos titularizados são contabilizados nos créditos de clientes.

ATIVIDADE NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO ENQUANTO INTERMEDIÁRIO POR CONTA DOS CLIENTES

As operações de titularização do CIB Fixed Income realizadas pelo Grupo BNP Paribas e efetuadas por conta dos seus clientes são acompanhadas de linhas de liquidez e, se necessário, da concessão de garantias a entidades específicas. Estas não são consolidadas quando o Grupo não as controla. Os compromissos e as posições mantidas ou adquiridas pelo BNP Paribas nas titularizações em que o Grupo foi intermediário ascendem a 12,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, dos quais 384 milhões correspondem a exposições originadas, estando distribuídos segundo a descrição abaixo.

Operações refinanciadas a curto prazo

Em 31 de dezembro de 2012, três fundos não consolidados “multicedentes” (Starbird, J Bird e Matchpoint) são geridos pelo Grupo por conta dos clientes. Estas entidades refinanciam-se no mercado local dos títulos comerciais a curto prazo. As linhas de liquidez concedidas aos três fundos acima ascendem a 7,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 9,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Além disso, o BNP Paribas Fortis também concede linhas de liquidez ao programa “multicedente” Scaldis que ascendem a 3,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 4,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Operações refinanciadas a médio e a longo prazo

Na Europa e na América do Norte, a plataforma de estruturação do BNP Paribas permaneceu ativa e continuou a propor aos clientes soluções de financiamento, com base em produtos adaptados aos atuais constrangimentos em termos de risco e de liquidez. Também são atribuídas linhas de liquidez «técnicas», que servem para cobrir os impasses de vencimentos, a fundos não consolidados, em que o Grupo é intermediário recebendo os ativos titularizados dos clientes. O conjunto destas facilidades, assim como algumas posições residuais mantidas, ascende no total a 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, valor estável relativamente a 31 de dezembro de 2011.

Durante o exercício de 2012, o BNP Paribas prosseguiu, na área de intervenção Structured Finance, a sua atividade de gestão de CLO (Collateralized Loan Obligation) por conta de terceiros. As posições mantidas ascendem a 24 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, mantendo-se estáveis em relação a 2011.

ATIVIDADE NO ÂMBITO DA TITULARIZAÇÃO ENQUANTO INVESTIDOR

A atividade de titularização do BNP Paribas enquanto investidor (no sentido da regulamentação), foi amplamente reduzida de 25,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para 17,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, sobretudo devido ao exercício de opções de compra na carteira do BNP Paribas Fortis. Esta atividade é essencialmente exercida no CIB, no Investment Solutions e no BancWest. Também inclui as posições integradas na entidade BNP Paribas Fortis.

O CIB Fixed Income prosseguiu igualmente uma atividade de titularização enquanto investidor que consiste em acompanhar e gerir uma carteira de ABS (Asset Backed Securities), que representa 2,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 2,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Esta atividade cobre igualmente a gestão de linhas de liquidez concedidas, no âmbito de um sindicato de bancos, a programas ABCP (Asset Backed Commercial Paper), geridos por alguns grandes grupos industriais internacionais, clientes do BNP Paribas, representando 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 0,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Além disso, posições da Negative Basis Trade (NBT), por um valor exposto ao risco de 4,5 mil milhões de euros, estão igualmente integradas na Fixed Income, contra 5,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

O CIB Resource & Portfolio Management (RPM) prosseguiu uma atividade de titularização enquanto investidor em 2012. A exposição da carteira gerida pelo RPM tornou-se muito fraca devido ao fim de vários programas (0,04 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 2012, o polo Investment Solutions diminuiu a sua exposição global de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 para mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, essencialmente devido à amortização da carteira.

Os elementos tradicionais das políticas de refinanciamento e de investimento dos fundos próprios do BancWest residem em investimentos em posições de titularização exclusivamente realizados sobre títulos cotados. Em 31 de dezembro de 2012, as posições de titularização do BancWest representam 0,4 mil milhões de euros contra 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

A carteira de créditos estruturados do BNP Paribas Fortis, que não foi reafetada a uma área de intervenção e que está integrada no «Corporate Center» ascende a 4,7 mil milhões de euros, contra 6,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Já não é objeto de garantia por parte do Estado belga relativamente à tranche de segunda perda.

Além disso, os investimentos do BNP Paribas Fortis em RMBS neerlandeses ascendem a 3,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 8,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, depois do exercício de opções de compra em 2012.

EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS

► QUADRO N.º 25: EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS ORIGINADAS PELO BNP PARIBAS POR TIPO DE TITULARIZAÇÃO

Em milhões de euros	Tipo de titularização	Tipo de abordagem	Exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas	
			31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
	Clássica	IRBA	8 644	9 978
		Standard	2 389	2 548
	SUBTOTAL		11 033	12 526
	Sintética	IRBA	1 020	1 057
	TOTAL		12 053	13 583

➤ **QUADRO N.º 26: EXPOSIÇÕES TITULARIZADAS PELO BNP PARIBAS POR TIPO DE TITULARIZAÇÃO E CATEGORIA DE ATIVO SUBJACENTE^(*)**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				
	Originador		Intermediário ^(**)		Total
	Clássica	Sintética	Clássica	Sintética	
Bens imóveis residenciais	10 467		8 393	96	18 956
Bens imóveis comerciais			744		744
Créditos sobre cartões de crédito			1 125		1 125
Locação financeira			3 311		3 311
Empréstimos concedidos a empresas ou a pequenas ou médias empresas (tratadas como empresas)		1 020	4 912	4	5 936
Créditos ao consumo			370		370
Créditos comerciais			2 681		2 681
Outros ativos	182		1 269		1 451
TOTAL	10 649	1 020	22 805	100	34 574

Em milhões de euros	31 dezembro 2011				
	Originador		Intermediário ^(***)		Total ^(*)
	Clássica	Sintética	Clássica	Sintética	
Bens imóveis residenciais	11 509		12 516	15	24 040
Bens imóveis comerciais			867		687
Créditos sobre cartões de crédito			630		630
Locação financeira			2 469		2 469
Empréstimos concedidos a empresas ou a pequenas ou médias empresas (tratadas como empresas)	570	1 057	7 214	12	8 853
Créditos ao consumo			2 449		2 449
Créditos comerciais			2 866		2 866
Outros ativos	196		711		907
TOTAL	12 275	1 057	29 722	27	43 081

(*) Esta distribuição baseia-se no ativo subjacente dominante das exposições titularizadas.

(**) Dos quais 4,7 mil milhões de euros relativos ao programa “multicedente” Scaldis subconsolidado no perímetro BNP Paribas Fortis.

(***) Nas exposições titularizadas em que o Grupo é intermediário, 384 milhões de euros correspondem a exposições originadas (provenientes do balanço do BNP Paribas) e m 31 de dezembro de 2012 (contra 251 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

As exposições titularizadas provenientes do balanço do BNP Paribas têm como principal ativo subjacente bens imóveis residenciais.

Em 31 de dezembro de 2012, apenas seis operações permitem uma titularização de desconsolidação prudencial segundo Basileia 2.5:

- quatro operações sobre ativos imobiliários residenciais (Vela Home 2, Vela Home 3, Vela Home 4 e Vela ABS) realizadas pelo BNL num total de exposições titularizadas de 2 mil milhões de euros;
- uma operação sobre ativos imobiliários residenciais realizada pela UCI, uma filial do BNP Paribas Personal Finance, num total de exposições titularizadas de 0,2 mil milhões de euros;
- uma operação sobre uma carteira de empréstimos concedidos às PME, com uma garantia do Banco Europeu de Investimento, realizada pelo BDDF num total de exposições titularizadas de mil milhões de euros.

Além disso, as exposições titularizadas integradas na estrutura específica Royal Park Investment (RPI), ou seja 8,3 mil milhões de euros, têm igualmente, na sua grande maioria, como principal ativo subjacente bens imóveis residenciais.

Na mesma data, nenhuma operação de titularização sobre créditos ao consumo permite uma desconsolidação prudencial segundo Basileia 2.5. Aliás, o Grupo não implementou qualquer titularização por conta própria de exposições renováveis que incluam uma cláusula de amortização antecipada.

Dois terços dos ativos de exposições titularizadas pelo Grupo são-no por conta de terceiros, nomeadamente nos programas "multicedentes".

➤ QUADRO N.º 27: ATIVOS À ESPERA DE TITULARIZAÇÃO

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Exposições BNP Paribas a titularizar	Exposições à espera de titularização	Exposições BNP Paribas a titularizar	Exposições à espera de titularização
Bens imóveis residenciais	0	0	1 800	0
Créditos ao consumo	600	0	5 900	0
Empréstimos concedidos a empresas	800	0	0	0
TOTAL	1 400	0	7 700	0

POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

► QUADRO N° 28: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO MANTIDAS OU ADQUIRIDAS POR CATEGORIA DE ATIVO SUBJACENTE

Em milhões de euros		Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)					
Código Papel BNP Paribas	Categoria de ativo ^(*)	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
		Patrim.	Extrapatrim.	Total	Patrim.	Extrapatrim.	Total
Originador	Bens imóveis residenciais	1 126	47	1 173	1 828	65	1 893
	Empréstimos concedidos a empresas	1 052		1 052	1 182	9	1 191
	Outros ativos	2		2	2	-	2
TOTAL ORIGINADOR		2 180	47	2 227	3 012	74	3 086
Intermediário	Bens imóveis residenciais	1 010	354	1 364	985	457	1 442
	Créditos ao consumo	143	462	605	266	3 075	3 341
	Créditos sobre cartões de crédito	600	518	1 118	630	-	630
	Empréstimos concedidos a empresas	2 538	842	3 380	2 924	1 605	4 529
	Créditos comerciais		3 326	3 326	8	4 036	4 044
	Bens imóveis comerciais	52	494	546	180	494	674
	Locação financeira	813	773	1 586	864	729	1 593
	Outros ativos	163	643	806	114	177	291
TOTAL INTERMEDIÁRIO		5 319	7 412	12 731	5 971	10 573	16 544
Investidor	Bens imóveis residenciais	6 645	399	7 044	12 005	373	12 378
	Créditos ao consumo	2 752	304	3 056	3 204	707	3 910
	Créditos sobre cartões de crédito	4		4	14	-	14
	Empréstimos concedidos a empresas	4 696		4 696	5 846	-	5 846
	Bens imóveis comerciais	2 484	43	2 527	3 014	43	3 057
	Locação financeira	144		144	53	-	53
	Outros ativos	180		180	277	-	277
TOTAL INVESTIDOR		16 905	746	17 651	24 412	1 123	25 535
TOTAL		24 404	8 205	32 609	33 396	11 769	45 165

(*) Corresponde à categoria de ativo dominante relativa ao ativo da estrutura de titularização na qual a posição é detida. Nos casos em que o ativo subjacente é uma posição de titularização ou de retitularização, a regulamentação CRD 3 determina que se deve registrar o ativo subjacente final do programa considerado.

➤ **QUADRO N° 29: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO POR PAÍS DO ATIVO SUBJACENTE, INCLUINDO POSIÇÕES EM INCUMPRIMENTO E PROVISÕES**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012						
	EAD	EAD em incumprimento			Ajustamentos de valor	Provisões de carteira	Custo do risco
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total			
Mercados domésticos	5 272	75	744	819	460		
França	3 079		37	37	0		
Bélgica	705		678	678	385		
Itália	1 488	75	29	104	75		
Outros países europeus	13 544	26	213	239	73		
Américas	12 830	6	101	108	28		
Ásia e Pacífico	923				0		
Outro	40	0	6	6	6		
TOTAL	32 609	107	1 064	1 172	567	174	129

Em milhões de euros	31 dezembro 2011						
	EAD	EAD em incumprimento			Ajustamentos de valor	Provisões de carteira	Custo do risco
		Abordagem Standard	Abordagem IRBA	Total			
Mercados domésticos	5 848	84	751	835	451		
França	2 523				0		
Bélgica	1 570		719	719	385		
Itália	1 755	84	32	116	66		
Outros países europeus	21 199	200	392	592	140		
Américas	16 825	15	335	350	80		
Ásia e Pacífico	1 087				0		
Outro	206	0	0	0	0		
TOTAL	45 165	299	1 478	1 777	671	336	102

➤ **QUADRO N° 30: QUALIDADE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA BANCÁRIA**

Em milhões de euros	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	
	Tipo de tranche	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Tranche de grau hierárquico mais elevado	29 892	41 746
Tranche mezzanine	2 227	2 910
Tranche de primeira perda	490	509
TOTAL	32 609	45 165

As posições de titularização mantidas ou adquiridas são em 31 de dezembro de 2012 na proporção de 92 % das tranches sénior (sem alterações relativamente a 31 de dezembro de 2011), o que reflete a excelente qualidade da carteira. Esta traduz-se pelos níveis de ponderação aplicados, tal como apresentado nos quadros do parágrafo seguinte.

ATIVOS PONDERADOS

No âmbito da abordagem standard, o montante dos ativos ponderados é calculado aplicando ao valor exposto ao risco a taxa das ponderações associada à notação externa da posição de titularização, nos termos do artigo 222º da Portaria de 20 de fevereiro de 2007. Num número muito limitado de casos, pode ser aplicada uma ponderação por transparência. A taxa de ponderação de 1 250 % é atribuída às posições com uma notação inferior ou igual a B+ ou sem notação externa. As posições de titularização dos programas originados pelas filiais BNL e UCI, assim como os investimentos do BancWest e do polo Investment Solutions nos programas de titularização são tratadas segundo a abordagem standard.

Os ativos ponderados segundo a abordagem IRBA são calculados de acordo com um dos seguintes métodos:

- para as exposições com uma notação externa, a ponderação é obtida mediante a aplicação do método dito «baseado nas notações». Esta permite deduzir diretamente a ponderação aplicável à exposição em função da sua notação, graças a uma tabela de correspondência fornecida pelo supervisor;
- para as exposições sem uma notação externa, quando o BNP Paribas é originador ou intermediário, é o método da fórmula regulamentar (Supervisory Formula Approach – SFA) que é aplicado. Com base numa notação interna da qualidade de crédito da carteira de ativos subjacente, a ponderação aplicável à exposição é obtida mediante a utilização de uma fórmula matemática fornecida pelo supervisor, que também tem em consideração a estruturação da operação (em particular do nível de melhoria do risco de crédito do qual beneficia o BNP Paribas);
- para algumas linhas de liquidez nos programas ABCP da carteira do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas sem uma notação externa, aplica-se uma abordagem de avaliação interna. Esta beneficia da homologação do BNB;
- num número muito limitado de casos, é aplicada uma ponderação por transparência.

Em 31 de dezembro de 2012, a abordagem IRBA é utilizada para as posições detidas pelo polo CIB e pelo perímetro BNP Paribas Fortis.

Para as posições de titularização com notação, o BNP Paribas utiliza as notações externas das agências de notação Standard & Poor's, Moody's e Fitch. A correspondência destas notações com os escalões de qualidade de crédito previstos na regulamentação está em conformidade com as recomendações da Autoridade de Controlo Prudencial.

➤ QUADRO N.º 31: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO E ATIVOS PONDERADOS POR TIPO DE ABORDAGEM

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011		Variação	
	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	Ativos ponderados	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	Ativos ponderados	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)	Ativos ponderados
IRBA	30 131	17 153	42 985	22 665	(12 853)	(5 512)
Standard	2 478	1 923	2 180	1 711	298	212
TOTAL	32 609	19 076	45 165	24 376	(12 555)	(5 300)

O montante dos ativos ponderados que corresponde às posições de titularização mantidas ou adquiridas pelo Grupo ascende a 19,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, ou seja 3 % dos ativos ponderados do Grupo BNP Paribas, contra 24,3 mil milhões em 31 de dezembro de 2011 (4 % dos ativos ponderados do Grupo).

A diminuição dos ativos ponderados está associada a vendas, amortizações e opções de amortização exercidas pelos emissores (-9,4 mil milhões de euros) compensadas pela degradação dos ratings externos de algumas posições (+4,2 mil milhões de euros).

➤ **QUADRO N° 32: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO POR MÉTODO DE CÁLCULO E PONDERAÇÃO**➤ **Abordagem IRBA**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012			
	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados	
	Posições de titularização	Posições de retitularização(*)	Posições de titularização	Posições de retitularização(*)
Taxa de ponderação				
7 % - 10 %	12 804		992	
12 % - 18 %	778		115	
20 % - 35 %	1 056	1 380	294	382
40 % - 75 %	509	1 528	275	651
100 %	367	72	361	76
150 %		0		1
225 %		235		561
250 %	36		23	
350 %		255		947
425 %	55		92	
500 %		61		107
650 %	42	42	100	271
750 %				
850 %		334		2 771
Método baseado nas notações externas	15 647	3 907	2 252	5 767
1 250 %	287	506	2 468	3 643
IAA	719		114	
[0 - 7 %]	6 192	0	411	0
]7 % - 100 %]	1 975	77	514	21
]100 % - 350 %]	10	247	26	510
]350 % - 1 250 %]	86	478	635	792
Método da fórmula regulamentar	8 263	802	1 586	1 323
TOTAL	24 916	5 215	6 420	10 733

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Titularização na carteira bancária

Em milhões de euros		31 dezembro 2011		
Taxa de ponderação	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados	
	Posições de titularização	Posições de retitularização(*)	Posições de titularização	Posições de retitularização(*)
7 % - 10 %	18 684		1 371	
12 % - 18 %	864		79	
20 % - 35 %	2 857	336	526	60
40 % - 75 %	733	2 677	301	741
100 %	310	78	36	82
225 %		105		249
250 %	262		633	
350 %		257		817
425 %	77		133	
650 %	27	122	30	559
750 %		197		1 561
850 %		250		2 253
Método baseado nas notações externas	23 814	4 022	3 109	6 322
1 250 %	844	369	7 609	1 852
IAA	1 307		31	
[0 - 7 %]	7 606	0	532	0
]7 % - 100 %]	2 773	1 528	812	363
]100 % - 350 %]	14	153	27	358
]350 % - 1 250 %]	36	519	456	1 193
Método da fórmula regulamentar	10 429	2 200	1 827	1 914
TOTAL	36 394	6 591	12 576	10 088

(*) Segundo o sentido da CRD 3.

No conjunto das posições de titularização avaliadas com base nas notações externas (20 mil milhões de euros):

■ 65 % do EAD tem uma notação superior a A+ e portanto uma ponderação inferior a 10 % em 31 de dezembro de 2012, contra 67 % em 31 de dezembro de 2011;

■ a grande maioria (82 % do EAD) tem uma notação superior a BBB+ em 31 de dezembro de 2012 (82 % em 31 de dezembro de 2011).

➤ Abordagem Standard

Em milhões de euros		31 dezembro 2012			
Taxa de ponderação	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados		
	Posições de titularização	Posições de retitularização ^(*)	Posições de titularização	Posições de retitularização ^(*)	
20 %	820		164		
40 %		44		17	
50 %	770		354		
100 %	554	11	553	11	
225 %		38		87	
350 %	22		73		
Método baseado nas notações externas	2 166	93	1 144	115	
1 250 %	170		644		
Método da média ponderada	47		18		
Método por transparência	2		2		
TOTAL	2 385	93	1 808	115	

Em milhões de euros		31 dezembro 2011			
Taxa de ponderação	Valor exposto ao risco		Ativos ponderados		
	Posições de titularização	Posições de retitularização ^(*)	Posições de titularização	Posições de retitularização ^(*)	
20 %	1 421		284		
40 %		2		1	
50 %	215		107		
100 %	116	27	110	27	
225 %		92		45	
350 %	65		212		
Método baseado nas notações externas	1 817	121	713	73	
1 250 %	175		900		
Método da média ponderada	65		24		
Método por transparência	2		2		
TOTAL	2 059	121	1 639	73	

(*) Segundo o sentido da CRD 3.

As garantias relativas às posições de titularização ascendem a 4,44 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, dos quais principalmente a garantia dada pelo Estado belga com notação AA (S&P) à tranche sénior de RPI detida pelo BNP Paribas Fortis no valor de 4,33 mil milhões de euros.

Esta última constitui a única posição de retitularização da carteira que beneficia de uma garantia. É garantida pelo Estado belga, com notação AA (Standard & Poor's).

5.6 Risco de contraparte

VALOR EXPOSTO AO RISCO [Auditado]

O quadro abaixo apresenta a exposição ao risco de contraparte (medida mediante a exposição no momento do incumprimento) dos contratos sobre instrumentos financeiros derivados e operações de empréstimos concedidos/contratados de títulos após, se for caso disso, acordos de compensação por categoria de exposição segundo Basileia.

► QUADRO N° 33: VALOR EXPOSTO AO RISCO DE CONTRAPARTE POR CATEGORIA DE EXPOSIÇÃO SEGUNDO BASILEIA DOS INSTRUMENTOS DERIVADOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS/CONTRAÍDOS DE TÍTULOS

Em milhões de euros	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011				Variação	
	IRBA	Abordagem Standard	Total	EAD média 2012	IRBA	Abordagem Standard	Total	EAD média 2011	Total	Exposição média
Administrações centrais e bancos centrais	14 160	34	14 194	12 669	11 142	2	11 144	10 073	3 050	2 596
Empresas	49 531	1 808	51 339	49 574	45 324	2 484	47 808	46 288	3 531	3 286
Instituições(*)	25 078	605	25 683	31 324	35 803	1 163	36 966	37 750	(11 283)	(6 426)
Clientes de retalho	-	13	13	16	-	19	19	15	(6)	
TOTAL DAS EXPOSIÇÕES	88 769	2 460	91 229	93 583	92 269	3 668	95 937	94 126	(4 708)	(544)

(*) A categoria de exposição «Instituições» corresponde às instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo as de países terceiros que estão reconhecidas. Além disso, esta categoria reúne algumas exposições relativas a administrações regionais e locais, a entidades do setor público e a bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como administrações centrais.

Em relação ao risco de contraparte, as exposições segundo uma abordagem IRBA são de 97 % em 31 de dezembro de 2012, permanecendo praticamente inalteradas em relação a 31 de dezembro de 2011 (96 %).

As transações efetuadas no âmbito das atividades de mercado expõem o BNP Paribas ao risco de um potencial incumprimento das suas contrapartes. O BNP Paribas gere este risco de contraparte mediante a generalização de acordos contratuais genéricos (acordos de compensação e de colateralização) e mediante uma política de cobertura dinâmica, considerando a variação de valor deste risco na avaliação dos instrumentos financeiros negociados em OTC e procedendo a ajustamentos de crédito.

OS CONTRATOS DE COMPENSAÇÃO

A compensação é utilizada pelo Banco a fim de mitigar o risco de crédito associado às contrapartes no âmbito das operações sobre os produtos derivados. O principal modo de compensação aplicado pelo Banco é a compensação por liquidação que permite, em caso de incumprimento da contraparte, pôr fim a todas as operações ao seu

valor de mercado atual, depois fazer a soma de todos esses valores, positivos e negativos, para obter um único montante (líquido) a pagar à contraparte ou a receber desta. Este saldo («close-out netting») pode ser alvo de uma garantia («colateralização») concedida sob a forma de fiança em numerário, títulos ou depósitos.

O Banco recorre igualmente à compensação dos pagamentos para mitigar o risco de contraparte resultante do pagamento de quantias em divisas. Trata-se aqui da compensação de todos os pagamentos por contraparte. Esta compensação conduz a um montante único, em cada moeda, a pagar pelo banco ou pela contraparte.

As operações visadas são tratadas em conformidade com acordos, bipartidos ou multipartidos, respeitando os princípios gerais da legislação nacional ou internacional. As principais fórmulas de acordo bilateral utilizadas são as da Fédération Bancaire Française (FBF) e, a nível internacional, as da International Swaps and Derivatives Association («ISDA»).

MEDIÇÃO DA EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CONTRAPARTE

O valor exposto ao risco (EAD) para o risco de contraparte é medido com base num sistema interno de avaliação da exposição. Este valor é depois integrado no dispositivo de ponderação do risco de crédito. Esta medição apoia-se em simulações do tipo «Monte Carlo» que permitem analisar os movimentos prováveis do valor das exposições. Os processos estocásticos utilizados consideram determinados parâmetros, incluindo volatilidades e correlações, aferidos mediante dados de mercado históricos. As potenciais exposições futuras ao risco de contraparte são medidas com a ajuda de um modelo interno («ValRisk») que permite simular vários milhares de potenciais cenários de evolução dos mercados e reavaliar a carteira de transações de cada uma das contrapartes a vários níveis no futuro (de 1 dia a mais de 30 anos para as transações mais longas). As variações de valor são calculadas até à maturidade das transações.

Para a agregação das exposições, o sistema considera o quadro jurídico de cada transação e contraparte e portanto eventuais acordos de compensação e de valor de cobertura adicional.

As exposições ao risco de contraparte caracterizam-se pela sua forte variabilidade ao longo do tempo devido à evolução constante dos parâmetros de mercado que afetam o valor das transações subjacentes. É portanto essencial não se limitar ao acompanhamento dos valores atuais das transações e analisar as suas variações potenciais no futuro.

Para as exposições ao risco de contraparte que não se encaixam nos modelos, o valor exposto ao risco é calculado segundo o método de avaliação do preço de mercado (Net Present Value + Add On).

ENQUADRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO RISCO DE CONTRAPARTE

As potenciais exposições futuras calculadas mediante o ValRisk são diariamente comparadas com os limites concedidos a cada contraparte. Além disso, o ValRisk permite a simulação de novas transações e a medição do seu impacto na carteira da contraparte e representa, consequentemente, uma ferramenta essencial no processo de aprovação do risco. Os seguintes Comitês (por ordem crescente de autoridade) - Comité de Crédito Regional, Comité de Crédito Global, Comité de Crédito Direção Geral (CCDG), determinam os limites consoante o seu nível de delegação.

AJUSTAMENTOS DE CRÉDITO SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NEGOCIADOS EM OTC

A valorização dos instrumentos financeiros negociados em OTC pelo BNP Paribas no âmbito das suas atividades de mercado (Fixed Income, Global Equity & Commodity Derivatives) integra ajustamentos de crédito. Um ajustamento de crédito (ou CVA «Credit Value Adjustment») é um ajustamento de valorização da carteira de transações para ter em conta o risco de contraparte. Este reflete a possibilidade de perda pelo seu justo valor na exposição existente sobre uma contraparte devido ao valor potencial positivo do contrato, à probabilidade de incumprimento da contraparte, à migração da qualidade de crédito e à estimativa da taxa de recuperação.

GESTÃO DINÂMICA DO RISCO DE CONTRAPARTE

O nível do ajustamento de crédito efetuado muda em função das variações da exposição existente e das do nível de cotação do risco de crédito da respetiva contraparte, que podem resultar nomeadamente de variações do spread de Credit Default Swaps (CDS) utilizado no cálculo das probabilidades de incumprimento.

Para reduzir o risco associado à degradação da qualidade de crédito inerente a uma carteira de instrumentos financeiros, o BNP Paribas pode recorrer a uma estratégia de cobertura dinâmica, que consiste na compra de instrumentos de mercado, como por exemplo os instrumentos derivados de crédito.

As exposições ao risco de contraparte sobre instrumentos derivados abrangem o conjunto das exposições sobre derivados da carteira do BNP Paribas, com todos os ativos subjacentes e todos os polos. As exposições de Fixed Income representam a grande maioria destas exposições.

As exposições sobre operações de financiamentos de títulos e operações com liquidação longa dividem-se entre as operações de Fixed Income, principalmente sobre obrigações, as das áreas de intervenção de ações e consultoria, principalmente sobre ações (operações de empréstimo concedido-empréstimo contraído de títulos) e as do BNP Paribas Securities Services (BP2S), sobre ações e obrigações.

VALOR EXPOSTO AO RISCO POR TIPO DE ABORDAGEM

➤ QUADRO N° 34: VALOR EXPOSTO AO RISCO POR TIPO DE ABORDAGEM

Em milhões de euros	31 dezembro 2012						
	Modelo interno (EEPE) (*)			NPV(**) + Add-On			Total
	IRBA	Standard	Subtotal	IRBA	Standard	Subtotal	
Instrumentos derivados	69 597	29	69 626	0	2 355	2 355	71 981
Operação de financiamento de títulos e operações com liquidação longa	19 172	2	19 174	0	74	74	19 248
TOTAL	88 769	31	88 800	0	2 429	2 429	91 229

Em milhões de euros	31 dezembro 2011						
	Modelo interno (EEPE) (*)			NPV(**) + Add-On			Total
	IRBA	Standard	Subtotal	IRBA	Standard	Subtotal	
Instrumentos derivados	65 540	8	65 548	12 693	3 650	16 343	81 891
Operação de financiamento de títulos e operações com liquidação longa	11 415	4	11 419	2 621	6	2 627	14 046
TOTAL	76 955	12	76 967	15 314	3 656	18 970	95 937

(*) Effective Expected Positive Exposure.

(**) Net Present Value.

O valor exposto ao risco (EAD) de crédito associado às contrapartes é medido principalmente com base no método dos modelos internos e considera as garantias sobre derivados diretamente no cálculo da Effective Expected Positive Exposure (EEPE). O EAD abrangido pelos modelos representa 97 % do EAD total e abrange doravante o perímetro BNP Paribas Fortis, devido ao acordo conjunto entre os reguladores belga e francês no sentido de alargar o modelo Valrisk do BNP Paribas ao BNP Paribas Fortis.

No perímetro não abrangido pelos modelos internos (essencialmente confinado às filiais BNL, BancWest, TEB e BGL BNP Paribas), o valor exposto ao risco é calculado segundo o método de avaliação do preço de mercado (Net Present Value + Add-On). A descida do EAD ao longo de 2012 está sobretudo associada à diminuição do EAD do perímetro BNP Paribas Fortis devido à alteração de modelo que permite uma melhor medição da exposição em risco, considerando as garantias obtidas (integração do colateral no cálculo do EAD enquanto que anteriormente diminuía a LGD), parcialmente compensada pelo aumento do EAD do perímetro BNP Paribas associado às mudanças de valor legal dos parâmetros de cálculo.

Para as exposições das operações sobre derivados de crédito, o modelo interno inclui uma correlação entre os dados dos mercados e as probabilidades de incumprimento. A exposição é assim condicional ao incumprimento e integra o risco de correlação desfavorável. Para operações materiais, e caso a caso, um novo modelo específico da exposição integra o risco de correlação desfavorável em caso de incumprimento. Por outro lado, são realizados testes de stress específicos complementares para o acompanhamento das operações que possam apresentar um risco de correlação desfavorável.

As garantias sob forma de colateral utilizadas no método standard como redução do EAD ascendem a 837 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 313 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Os ativos ponderados relativos ao risco de contraparte são depois calculados multiplicando o valor exposto ao risco por uma taxa de ponderação que resulta do tipo de abordagem utilizada (abordagem standard ou abordagem IRBA).

Quando o EAD é padronizado e ponderado segundo uma abordagem IRBA, a LGD não é ajustada em função das garantias reais, na medida em que são diretamente consideradas no cálculo da «Effective Expected Positive Exposure».

ATIVOS PONDERADOS

➤ QUADRO N° 35: ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE CONTRAPARTE

Em milhões de euros	Ativos ponderados		
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	Variação
Risco de contraparte - IRBA	18 633	20 863	(2 230)
Administrações centrais e bancos centrais	222	180	42
Empresas	15 117	16 344	(1 227)
Instituições	3 294	4 339	(1 045)
Risco de contraparte - Abordagem standard	1 900	2 761	(861)
Administrações centrais e bancos centrais	27	1	26
Empresas	1 610	2 426	(816)
Instituições	254	320	(66)
Clientes de retalho	9	14	(5)
Outras exposições	9	14	(5)
RISCO DE CONTRAPARTE	20 533	23 624	(3 091)

A diminuição dos ativos ponderados relativos ao risco de contraparte deve-se essencialmente às descidas da EEPE, nomeadamente devido a uma descida dos spreads de crédito e da integração do perímetro do BNP Paribas Fortis no modelo interno Valrisk.

NOCIONAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Ver Demonstrações financeiras – Nota 5 – Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2011)

5.7 Risco de mercado

RISCO DE MERCADO RELATIVO ÀS TRANSAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

INTRODUÇÃO [Auditado]

O risco de mercado, tal como definido no ponto 5.3, exprime-se principalmente no âmbito das atividades de transações realizadas pelas áreas de intervenção Fixed Income e Global Equity & Commodity Derivatives do polo Corporate and Investment Banking e abrange diferentes naturezas de riscos, definidas da seguinte forma:

- o risco de taxa de juro traduz o risco do valor de um instrumento oscilar devido às variações de taxa de juro;
- o risco de câmbio traduz o risco do valor de um instrumento oscilar devido às variações das cotações das moedas estrangeiras;
- o risco «ação» resulta das variações do preço de mercado das ações. Resulta não só das variações de preços e da volatilidade das próprias ações, mas também das variações de preços dos índices sobre ações;
- o risco «matérias-primas» resulta das variações do preço de mercado das matérias-primas. Resulta não só das variações de preços e da volatilidade das próprias matérias-primas, mas também das variações de preços dos índices sobre matérias-primas;
- o risco de spread de crédito resulta da variação da qualidade de crédito de um emissor e traduz-se pelas variações do custo de compra da proteção sobre este emissor;
- os produtos opcionais acarretam intrinsecamente um risco de volatilidade e de correlação, cujos parâmetros podem ser deduzidos dos preços observáveis de opções tratadas num mercado ativo.

PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO [Auditado]

Governança

A organização do controlo dos riscos de mercado, bem como da valorização dos produtos financeiros, visa definir os dispositivos de acompanhamento destes riscos, garantindo em simultâneo a independência das funções de controlo em relação às áreas de intervenção.

Em termos de acompanhamento dos riscos de mercado, a missão do Risk-Investment and Markets (Risk-IM) no GRM é de definir, medir e analisar as vulnerabilidades e fatores de risco, assim como medir e controlar o Value-at-Risk (VaR), que é o indicador global de perda potencial. O Risk-IM garante que a atividade se mantém no âmbito dos limites aprovados pelos diferentes Comitês e tem a responsabilidade de aprovar as novas atividades e as transações importantes, de rever e aprovar os modelos de valorização das posições e, por fim, de rever mensalmente os parâmetros de mercado («MAP review»), em parceria com as equipas de valorização e de controlo dos riscos (V&RC).

O controlo dos riscos de mercado e da valorização está estruturado em torno de várias instâncias formais:

- o Capital Markets Risk Committee (CMRC) é o Comité principal a governar os riscos associados às atividades dos Mercados de Capitais

(Capital Markets). Tem como missão abordar de forma coerente as problemáticas de riscos de mercado e de riscos de contraparte. O CMRC acompanha a evolução das principais exposições e dos riscos de stress e determina os limites de negociação de alto nível. O Comité reúne-se em princípio uma vez por mês. É presidido pelo Diretor Geral do Grupo ou por um dos Diretores Gerais delegados do Banco;

- o Product and Financial Control Committee (PFC) é o Comité de arbitragem e de decisão dos assuntos relacionados com a valorização. Este Comité trimestral avalia as conclusões do CIB Financial Control sobre a eficácia dos controlos e os trabalhos de melhoria, bem como a fiabilidade do processo de valorização e de determinação dos resultados das operações de mercado. É presidido pelo Diretor Financeiro do Grupo e reúne os Diretores do Grupo Finance (FG)- Contabilidade, do CIB e do GRM;
- ao nível «área de intervenção», um Valuation Review Committee (VRC) reúne-se mensalmente para examinar e deliberar sobre os resultados das análises de parâmetros de mercado (MAP Reviews), assim como sobre a evolução das reservas. Em caso de desacordo, este Comité arbitra entre a área de intervenção e as funções de controlo. Este Comité é presidido pelo chef trader senior e inclui representantes do trading, do GRM, do Valuation and Risk Control Group e do Grupo Finance. Qualquer diferendo é arbitrado pelo PFC;
- o Valuation Methodology Committee (VMC) reúne-se duas a três vezes por ano, por área de intervenção, para garantir o acompanhamento das aprovações e da revisão dos modelos, verificar a implementação das recomendações pertinentes e apresentar as melhorias introduzidas à governação dos modelos.

Implementação do acompanhamento do risco e determinação dos limites

O acompanhamento diário das posições é realizado a partir da ferramenta integrada MRX (Market Risk eXplorer), aplicação que gere também o cálculo do VaR. Esta ferramenta permite o acompanhamento do VaR, mas também do detalhe das posições, assim como das vulnerabilidades aos parâmetros de mercado de acordo com diversos critérios em simultâneo (divisa, produto, contraparte, etc.). O MRX dispõe igualmente de uma infraestrutura para incluir os limites de trading, as reservas e o stress-testing.

O atual âmbito de definição e de gestão dos limites, validado pelo CMRC, estabelece-se em três níveis de delegação de importância decrescente: a delegação mais importante é a do CMRC, seguida da do Responsável da área de intervenção, seguida por fim da do Responsável de uma carteira de negócio. Podem ser concedidas mudanças de limites de forma temporária ou definitiva, e a sua autorização depende do nível de delegação do limite visado, de acordo com o procedimento em vigor. Foram implementados mecanismos de arbitragem hierárquica para garantir que o ponto de vista independente da função Riscos sobre o tema dos limites possa ser considerado.

Análise dos riscos chave e reporting à Direção Geral

O Risk-IM materializa as suas análises de risco através da elaboração de relatórios de síntese destinados à Direção Geral e ao Senior Management das linhas de área de intervenção (limites, acompanhamento do VaR, análise de riscos chave...). O reporting e a divulgação dos principais relatórios de síntese sobre o risco são assegurados por uma equipa específica (Global Risk Analysis and Reporting).

O reporting está articulado em torno das seguintes análises:

- relatórios semanais («Main Position reports») por atividade (derivados de ações, matérias-primas, créditos, derivativos de taxa de juro e de câmbio) destinados essencialmente aos responsáveis das linhas de área de intervenção. Estes relatórios propõem uma síntese do conjunto das posições, assim como pontos que devem ser alvo de uma atenção particular;
- relatórios mensais locais «bottom up» de stress testing para a Direção Geral, indicando as principais concentrações de risco em todo o mundo;
- relatórios complementares para o Comité principal de riscos de mercados, que incluem uma síntese dos acontecimentos de mercado e de risco, assim como um resumo do risco de contraparte global, a evolução do VaR/stressed VaR, resumos dos testes de stress e a evolução dos capitais, o backtesting do risco de contraparte e de mercado);
- painéis de controlo dos riscos geográficos e mundiais;
- relatórios sobre os ajustamentos de valorização da carteira de negócio (CVA), nomeadamente no que diz respeito à sua vulnerabilidade aos parâmetros de mercado e aos parâmetros do risco de contraparte.

CONTROLO DAS VALORIZAÇÕES

[Auditado]

Os instrumentos financeiros que fazem parte da carteira de negociação prudencial são avaliados e contabilizados em valor de mercado ou de modelo por resultado, nos termos das normas contabilísticas aplicáveis. Pode também ser esse o caso de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária.

O controlo da valorização das carteiras é assegurado no âmbito da Carta das responsabilidades de valorização, que definiu a repartição das responsabilidades e criou uma equipa de valorização e de controlo dos riscos (V&RC) dedicada à Valorização e ao Controlo do risco, que partilha o controlo dos parâmetros de mercado com o Risk-IM. Estas políticas e práticas de governação aplicam-se a todas as atividades de tesouraria.

Como complemento da Carta, existem diretivas específicas que descrevem em pormenor os controlos de valorização. Os principais processos, cujo conjunto constitui o dispositivo de governação dos controlos da valorização, estão descritos abaixo.

Controlo do registo contabilístico das transações

A responsabilidade deste controlo é do «Middle-Office» do polo Operações. Contudo, as operações mais complexas são analisadas pelo Risk-IM.

Market Parameter (MAP) Review – Análise independente dos preços

A análise dos preços é gerida conjuntamente pelas equipas de valorização e de controlo dos riscos (V&RC) e pelos departamentos Risk-IM que asseguram verificações diárias aos parâmetros mais importantes e uma verificação mensal formal ao conjunto dos dados utilizados. Os tipos de parâmetros verificados pelo V&RC são definidos de forma precisa, tratando-se principalmente de parâmetros diretamente comparáveis a dados externos (cotação dos títulos, parâmetros do mercado da baunilha), com ou sem recurso a prestadores especializados que forneçam preços de consenso. O departamento Risk-IM controla, por sua vez, os métodos de valorização e os parâmetros mais complexos que dependem em larga escala do modelo escolhido.

Os princípios gerais de análise dos parâmetros de mercado estão descritos na Carta das responsabilidades de valorização e nos procedimentos específicos como o «Global marking and independent price verification policy». As metodologias específicas estão descritas em documentos (MAP Books) estruturados por linha de produto, atualizado regularmente. As responsabilidades do Risk-IM e do V&RC são definidas para cada etapa, e as conclusões das análises dos parâmetros de mercado registadas nos documentos de resultados das análises MAP.

A análise dos parâmetros de mercado traduz-se por ajustamentos de valorização, comunicados ao «Middle-Office» para registo. Os resultados são comunicados à direção do Trading durante os «Valuation Review Committee», que podem ser objeto de arbitragens. O parecer das funções de controlo prevalece, e qualquer diferendo importante e persistente é apresentado ao PFC.

Homologação e revisão dos modelos

A governação dos controlos dos modelos e está descrita na Política de controlo das metodologias de valorização. As diretivas específicas para cada atividade estão detalhadas nos documentos que retomam as instruções de análise dos modelos para cada linha de produto.

Os analistas quantitativos do «Front Office» criam e propõem as metodologias utilizadas para a valorização dos produtos, o cálculo dos riscos, e as tomadas de decisões de trading. O departamento de Investigação e a equipa dos sistemas (IT) são então responsáveis pela aplicação desses modelos.

O controlo independente dos modelos de valorização é da responsabilidade do Risk-IM. Os principais processos são:

- a validação dos modelos, após a qual será tomada uma decisão formal de aprovação ou de rejeição do modelo, inclusive na sequência de qualquer modificação da metodologia de valorização designada «Evento do modelo de valorização». Em todo o caso, as decisões de aprovação são tomadas por um analista sénior Risk-IM. A análise exigida pela decisão de homologação pode ser pontual ou completa. Neste caso, os motivos e as condições da aprovação são detalhados num documento de homologação do modelo. Se a aprovação não for consensual, pode ser convocado um Comité de validação;
- a revisão dos modelos pode ser levada a cabo logo após a sua criação (ligada a uma homologação) ou durante o tempo de vida de um modelo (reavaliação). Esta consiste num inquérito sobre a pertinência do modelo utilizado para valorizar certos produtos num contexto de mercado específico;
- o controlo da utilização e da implementação de modelos consiste num controlo contínuo da parametrização e da configuração dos modelos, mas também da adequação dos produtos ao modelo utilizado.

Cálculo das reservas e outros ajustamentos de valorização

O Risk-IM define e calcula «reservas». Estas são ajustamentos contabilísticos do valor de mercado ou de modelo. As reservas podem ser consideradas, em função dos casos, como uma medida do encerramento de uma posição ou como um prémio para riscos que não podem ser diversificados ou cobertos.

As reservas cobrem principalmente:

- orisco de liquidez e os spreads de bid/offer;
- as incertezas associadas ao modelo ou aos parâmetros do mercado;
- a eliminação dos riscos para os quais nenhuma cobertura pode ser implementada (regularização do pay-off das opções digitais ou com barreira).

Foi definida uma política geral de ajustamento das valorizações. As metodologias relativas às reservas são documentadas pelo Risk-IM para cada linha de produto, e esta documentação é regularmente atualizada. A análise das variações das reservas é objeto de um relatório mensal ao VRC.

As metodologias relativas às reservas são melhoradas regularmente e qualquer mudança constitui um Evento do modelo de valorização. As melhorias fornecidas às reservas são geralmente fruto da análise ou do ajustamento de um modelo, em função das informações provenientes do mercado durante o processo de Análise dos parâmetros do mercado.

«Day-one-profit or loss»

Algumas transações complexas necessitam da utilização de parâmetros considerados como não observáveis. A norma contabilística IAS 39 determina que seja diferida a contabilização de um eventual resultado inicial (day one profit or loss) nas transações não observáveis, desde que o valor de modelo inicial tenha de ser ajustado ao preço da transação.

O Risk-IM colabora com o Grupo Finance, com os «Middle-Offices» e com as Áreas de intervenção no processo de identificação e de processamento desses elementos de resultado, a fim de determinar se um determinado parâmetro ou transação é observável ou não, nos termos das regras de observabilidade, aliás devidamente documentadas.

O impacto sobre a Demonstração de resultados do diferimento inicial do resultado é calculado pelo Middle-Office.

Estas mesmas regras de observabilidade são utilizadas para a elaboração das informações financeiras exigidas pela norma contabilística IFRS 7.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE MERCADO [Auditado]

O risco das atividades de mercado é analisado em primeiro lugar mediante uma medição sistemática das vulnerabilidades das carteiras em relação aos diferentes parâmetros de mercado. Estas medições de vulnerabilidade, efetuadas com diferentes níveis de agregação de posições, são depois comparadas aos limites fixados previamente.

VaR («Value at Risk»)

Este indicador é o resultado do modelo interno do BNP Paribas. Mede a variação diária possível do valor da carteira de negociação nas condições de mercado normais, para uma duração de um dia de Bolsa, com base nas evoluções verificadas durante os 260 dias anteriores e com um intervalo de confiança de 99 %. O modelo interno foi validado pelas autoridades de supervisão bancária e considera os fatores de risco habituais (taxas de juro, spreads de crédito, taxas de câmbio, valor dos títulos, preço das matérias-primas e volatilidades associadas), assim como a correlação entre estes fatores, que permitem a integração dos efeitos de diversificação. Além disso, o risco específico de crédito é tomado em consideração neste modelo.

Os algoritmos, metodologias e séries de indicadores são revistos e melhorados regularmente a fim de se adaptarem à complexidade crescente dos mercados e à sofisticação dos produtos tratados.

Na sequência da validação dos reguladores franceses e belgas, o perímetro do modelo interno do BNP Paribas abrange desde o segundo trimestre de 2011 a entidade Fortis Bank SA/NV. O modelo interno do cálculo do VaR também é utilizado pelo BNL.

Histórico do VaR (10 dias, 99 %) em 2012

Os Valores em Risco apresentados abaixo são estabelecidos com base no modelo interno, parametrizado de acordo com o método preconizado pelos supervisores bancários internacionais, para estimar os montantes expostos ao risco («Emenda ao acordo sobre os fundos próprios para a sua extensão aos riscos de mercado»). Estes incidem sobre períodos de 10 dias, com um intervalo de confiança de 99 %.

O Valor em Risco médio do exercício de 2012 no perímetro BNP Paribas ascende a 132 milhões de euros (com um mínimo de 81 milhões de euros e um máximo de 228 milhões de euros), após consideração do efeito das compensações entre diferentes naturezas de risco (- 163 milhões de euros). Este analisa-se da seguinte forma:

➤ **QUADRO N° 36: VALOR EM RISCO (10 DIAS - 99 %): ANÁLISE POR NATUREZA DE RISCO**

Em milhões de euros	Exercício 2012				Exercício 2011	
	Mínimo	Média	Máximo	31 dezembro 2012	Média	31 dezembro 2011
Risco de taxa	59	101	188	76	101	81
Risco de crédito	42	74	120	43	118	121
Risco de câmbio	21	44	95	34	33	44
Risco de preço associado às ações	26	61	164	55	51	58
Risco de preço associado às matérias-primas	10	15	26	16	19	13
Efeito das compensações	(77)	(163)	(365)	(128)	(178)	(148)
TOTAL DO VALOR EM RISCO	81	132	228	95	144	169

➤ **GRÁFICO N° 7: EVOLUÇÃO DO VAR (1 DIA, 99 %) EM MILHÕES DE EUROS EM 2012**

Em milhões de euros



O GRM avalia constantemente a pertinência do seu modelo interno de cálculo mediante diferentes técnicas, nomeadamente através de uma comparação regular, e durante um longo período, das perdas diárias constatadas nas atividades de mercado com o VaR (1 dia). A escolha de um intervalo de confiança de 99 % significa, do ponto de vista teórico, que perdas diárias superiores ao VaR são esperadas duas a três vezes por ano.

O método standard de backtesting do VaR faz uma comparação entre o VaR diário da carteira de negociação global e as variações diárias do valor da carteira. Em 2012, o teste demonstrou que não houve perdas superiores ao nível do VaR.

NOVAS EXIGÊNCIAS CRD 3

Desde 31 de dezembro de 2011 que a diretiva europeia CRD 3 (dita «Basileia 2.5») está em vigor, analisando a necessidade de capital aplicável às posições da carteira de negócio: medição do stressed VaR, medição relativa ao risco adicional de incumprimento e de migração (IRC), medição dos riscos relativa à carteira de correlação (CRM) e titularização da carteira de negociação.

Stressed VaR

Um stressed VaR (SVaR) ajustado a um período de um ano, incluindo um período de crise, permite manter um nível mínimo de VaR. Foi escolhido um período de 12 meses (31 de março de 2008 - 31 de março de 2009)

como período de referência para o ajustamento do stressed VaR. Esta escolha está sujeita a uma revisão anual. Para o cálculo dos requisitos de capital, este SVaR vem juntar-se ao VaR para corrigir a «memória curta» deste último.

➤ QUADRO N° 37: STRESSED VAR (10 DIAS - 99 %)

Em milhões de euros	Mínimo	Média	Exercício 2012		Média	31 dezembro 2011
			Máximo	31 dezembro 2012		
Stressed VaR	145	201	325	220	296	267

(*) A primeira data de aplicação da CRD 3 foi em 31 de dezembro de 2011.

Risco adicional de incumprimento e de migração (Incremental Risk Charge - IRC)

A abordagem IRC mede as perdas provocadas por um incumprimento e pela migração das notações no intervalo de confiança de 99,9 %, num horizonte de capital de um ano, supondo um nível de risco constante durante esse período. A abordagem, que permite ter em conta riscos adicionais de incumprimento e de migração, cobre todas as posições que exigem capital associado a um risco específico de taxa de juro, incluindo todos os empréstimos contraídos de Estado, com exceção das posições de titularização e dos derivados de crédito ao enésimo incumprimento.

O modelo é atualmente utilizado nos processos de gestão de riscos. Este modelo foi homologado pela Autoridade de Controlo Prudencial.

O cálculo do IRC baseia-se na hipótese de um nível de risco constante num horizonte de capital de um ano, o que implica que as posições de negócio ou dos conjuntos de posições possam ser reequilibradas num

horizonte de capital de um ano, de maneira a preservar o nível de risco inicial, medido pelo VaR ou pelo perfil de exposição por notação de crédito e por nível de concentração. Esta frequência de reequilíbrio denomina-se horizonte de liquidez.

O modelo é construído em torno de uma simulação baseada nas notações de cada devedor. O modelo não só identifica o risco de incumprimento dos devedores como o risco de migração das notações destes últimos. A dependência entre os devedores baseia-se num modelo multifatorial de rendimento dos ativos. As carteiras são objeto de uma valorização nos diferentes cenários simulados. O modelo utiliza um horizonte de liquidez constante de um ano. Foi validado internamente por um serviço independente. A análise incidiu sobre a coerência das metodologias propostas, o âmbito de aplicação dos fatores de risco e a coerência entre o ajustamento dos parâmetros do modelo e a sua utilização no âmbito de simulações, assim como sobre a produção e a definição do perímetro.

➤ QUADRO N° 38: EXIGÊNCIAS DE FUNDOS PRÓPRIOS ASSOCIADAS AO INCREMENTAL RISK CHARGE

Em milhões de euros	Mínimo	Média	Exercício 2012		4º trimestre 2011(*)	
			Máximo	31 dezembro 2012	Média	31 dezembro 2011
Incremental Risk Charge	148	258	561	274	515	381

(*) A primeira data de aplicação da CRD 3 foi em 31 de dezembro de 2011.

Medida global de Riscos relativa à carteira de correlação (Comprehensive Risk Measure - CRM)

A atividade de correlação relativa às empresas consiste em negociar e gerir o risco, principalmente de CDO de empresas, em menor escala de CDO² de empresas, e as suas coberturas graças a CDS de um emissor específico, os índices CDS e tranches de índice.

O quadro de valorização utiliza em simultâneo preços observáveis no mercado (CDS, índices e tranches de índice) e os preços estabelecidos com a ajuda de modelos para valorizar os CDO por medida, cujos preços são mais difíceis de observar que os dos produtos mencionados anteriormente.

Esta atividade faz parte do polo negócio de créditos estruturados do BNP Paribas Fixed Income.

O modelo utilizado é um modelo standard do mercado, validado internamente, e que valoriza os CDO por medida, com base nos spreads do mercado de CDS e nos níveis de correlação implícitos das tranches de índice de CDO observadas.

➤ QUADRO N° 39: EXIGÊNCIAS DE FUNDOS PRÓPRIOS ASSOCIADAS AO COMPREHENSIVE RISK MEASURE

Em milhões de euros	Exercício 2012				4º trimestre 2011 ^(*)	
	Mínimo	Média	Máximo	31 dezembro 2012	Média	31 dezembro 2011
Comprehensive Risk Measure	161	238	305	161	325	290

(*) A primeira data de aplicação da CRD 3 foi em 31 de dezembro de 2011.

Posições de titularização da carteira de negócio fora da carteira de correlação

Para as posições de titularização classificadas contabilisticamente na categoria «Valor de mercado por resultado», as variações de valor de mercado, com exceção dos juros corridos dos títulos de rendimento fixo, são registadas na rubrica «Ganhos ou perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor de mercado por resultado» da Demonstração de resultados.

As posições ABS da carteira de negócio são submetidas aos limites definidos pela política de risco da negociação de dívida (Debt Trading Risk Policy – DTRP).

A DTRP define um envelope global com limites de concentração. Os limites são vigiados diariamente e o Trading é informado se os limites forem ultrapassados.

Para as posições ABS que se encontram fora da carteira de correlação, aplica-se o método standard (como para a carteira bancária). As necessidades de capital correspondem por conseguinte à ponderação aplicada aos ativos ponderados, que é determinada pela notação externa do ativo. Os cálculos de necessidades de capital são determinados a partir da segunda pior notação das três agências de notação.

➤ QUADRO N° 40: POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGÓCIO FORA DA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO POR CATEGORIA DE ATIVOS E CAPITAIS

Em milhões de euros	Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)			
	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Posições curtas	Posições longas	Posições curtas	Posições longas
Bens imóveis residenciais	-	372	-	208
Crédito ao consumo	-	20	-	23
Créditos sobre cartões de crédito	-	-	-	13
Empréstimos concedidos a empresas ou a pequenas ou médias empresas (tratadas como empresas)	-	78	-	141
Bens imóveis comerciais	-	1	-	5
Locação financeira	-	36	-	28
Outros ativos	-	9	-	0
TOTAL PATRIMONIAL	-	516	-	417
Outros ativos	131	1	514	20
TOTAL EXTRAPATRIMONIAL	131	1	514	20
TOTAL	131	517	514	437

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de mercado

➤ QUADRO N° 41: QUALIDADE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGÓCIO FORA DA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO

Em milhões de euros		Posições de titularização mantidas ou adquiridas (EAD)			
Tipo de tranche	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011		
	Posições curtas	Posições longas	Posições curtas	Posições longas	
Tranche de grau hierárquico mais elevado	-	490	-	404	
Tranche mezzanine		21	393	13	
Tranche de primeira perda	131	6	121	21	
TOTAL	131	517	514	437	

Exigências em fundos próprios no âmbito do risco de mercado

O risco de mercado tratado segundo a abordagem standard corresponde ao risco de mercado de algumas entidades do Grupo não cobertas pelos modelos internos.

O risco de câmbio é determinado segundo a abordagem standard para a carteira bancária.

(Ver parte «Risco de mercado relativo às atividades bancárias» do ponto 5.7).

➤ QUADRO N° 42: EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIO NO ÂMBITO DO RISCO DE MERCADO

Tipo de abordagem	Categoria de risco	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	Variação
	VaR	435	659	(223)
	Stressed VaR	894	1 328	(434)
	IRC	274	515	(242)
	Carteira de correlação	208	325	(118)
TOTAL ABORDAGEM MODELO INTERNO		1 811	2 827	(1 016)
	Risco de posições sobre produtos de base	-	-	-
	Risco de taxa de juro	4	13	(8)
	Risco de posições sobre títulos de propriedade	1	-	1
	Risco de câmbio	207	178	29
TOTAL ABORDAGEM STANDARD		212	191	21
POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGÓCIO		21	62	(41)
TOTAL		2 044	3 080	(1 036)

A redução do risco de mercado em 2012 ascende a mil milhões de euros de exigências em fundos próprios (ou seja -13 mil milhões de euros de ativos ponderados). Esta redução corresponde essencialmente a uma política ativa de

redução dos riscos das áreas de intervenção do Corporate Investment Banking e a uma menor vulnerabilidade aos parâmetros de mercado.

➤ **QUADRO N° 43: DETALHE DAS POSIÇÕES DE TITULARIZAÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS DA CARTEIRA DE NEGÓCIO FORA DA CARTEIRA DE CORRELAÇÃO POR MÉTODO DE CÁLCULO, PONDERAÇÃO E TIPO DE TITULARIZAÇÃO**

Em milhões de euros		31 dezembro 2012							
Taxa de ponderação	Posições						Exigências em fundos próprios		
	Posições curtas			Posições longas			Posições curtas		
	Titularizações			Titularizações					
7 % - 10 %	-	-	-	420		420	-	3	3
12 % - 18 %	-	-	-	38		38	-	0	0
20 % - 35 %	-	-	-	9	18	27	-	1	1
40 % - 75 %	-	-	-	9	1	10	-	1	1
100 %	-	-	-	1	1	2	-	0	0
250 %	-	-	-	1		1	-	0	0
350 %	-	-	-		4	4	-	1	1
425 %	-	-	-	0		0	-	0	0
Método baseado nas notações externas	-	-	-	478	24	502	-	6	6
1 250 %	-	131	131	12	3	15	16	15	15
TOTAL	-	131	131	491	26	517	16	21	21

Em milhões de euros		31 dezembro 2011							
Taxa de ponderação	Posições						Exigências em fundos próprios		
	Posições curtas			Posições longas			Posições curtas	Posições longas	Total
	Titularizações	Retitularizações	Total	Titularizações	Retitularizações	Total			
7 % - 10 %	-	-	-	399	-	399	-	3	-
12 % - 18 %	-	-	-	12	-	12	-	-	-
20 % - 35 %	-	-	-		-		-	-	-
40 % - 75 %	-	-	-	4	-	4	-	-	-
425 %	-	-	-	2	-	2	-	1	-
Método baseado nas notações externas	-	-	-	417	-	417	-	3	-
1 250 %	-	514	514		20	21	62	21	62
TOTAL	-	514	514	417	20	437	62	24	62

STRESS TESTING

Dispositivo de stress testing do risco de mercado

São efetuados vários testes de stress para simular o impacto das condições de mercado extremas no valor das carteiras de negócio mundiais. Os testes de stress abrangem todas as atividades de mercado, simulando uma série de condições de mercado desfavoráveis.

A abordagem fundamental do atual dispositivo de stress testing da carteira de negociação combina os testes de stress «bottom up» e «top down»:

■ Os cenários macro ou «top down» incluem a avaliação de um conjunto de testes de resistência macroeconômicos globais. Esses cenários avaliam o impacto de desvios brutais do mercado nas posições de negociação do BNPP, na sequência de acontecimentos de crise

globais ou regionais. Podem basear-se em acontecimentos históricos ou em cenários hipotéticos prospectivos. Os cenários consideram acontecimentos como uma crise dos mercados emergentes, uma restrição do crédito ou uma queda da bolsa.

Os cenários de testes de stress macroeconômicos oficiais reúnem atualmente uma série de 8 testes de stress diferentes. Os resultados desses cenários são analisados em cada Capital Markets Risk Committee (CMRC).

- Cenário 1: subida inesperada das taxas pelos bancos centrais, fazendo aumentar as taxas de juro a curto prazo, com uma estagnação na curva das taxas.
- Cenário 2: queda da bolsa, acompanhada por uma fuga para os ativos de qualidade, conduzindo a uma descida das taxas e a uma inclinação da curva das taxas.

- Cenário 3: crise genérica dos mercados emergentes. Cenário criado para testar os riscos desses mercados à escala mundial.
- Cenário 4: crise do crédito conduzindo a uma aversão generalizada ao risco.
- Cenário 5: agravamento da crise atual do euro com um PIB fraco, a ameaça potencial de ver um país sair do euro e enfraquecimento considerável do euro.
- Cenário 6: cenário de choque petrolífero provocado pelas graves turbulências geopolíticas no Médio Oriente, com sérias consequências nos mercados da energia.
- Cenário 7: cenário de crise nos Estados Unidos, essencialmente baseado numa crise estrutural nos Estados Unidos, propagando-se aos seus parceiros económicos próximos.
- Cenário 8: cenário Risk-on: subida dos mercados de ações e dos mercados emergentes, fraca volatilidade realizada e diminuição da volatilidade implícita em todos os mercados (assinalando um regresso aos ativos de risco).
- Os cenários micro ou «bottom up»: em vez de considerarem o efeito na carteira mundial, estes cenários evidenciam os riscos de carteiras de negociação ou de regiões específicas, ou então concentrações de riscos específicos. Esta abordagem «bottom up» permite utilizar cenários de stress mais sofisticados e, por conseguinte, detetar zonas potenciais de perdas, que seriam difíceis de concretizar com cenários macroeconómicos mundiais (perturbações complexas dos mercados ou risco idiossincrático). Este processo facilita a classificação das zonas de risco em exposições menos importantes ou estruturais.

A análise dos cenários supramencionados permite construir o cenário oposto, utilizado para as carteiras de negociação. Estes cenários de stress mundiais oficiais são apresentados em cada reunião do Capital Markets

Risk Committee, como complemento do cenário oposto e de qualquer teste de stress bottom up que tenha tido resultados significativos.

Os resultados do conjunto dos testes de stress são revistos regularmente pela Direção Geral e colocados à disposição do Conselho de Administração. Em comparação com o exercício anterior, os resultados dos cenários macro evidenciam impactos mais fracos. Simulam choques direcionais que apenas constituem uma pequena parte de todos os cenários de testes de stress elaborados mais sofisticados. A apresentação destes resultados de testes de stress macro, analisada de forma isolada, deixa de ser importante e foi por isso retirada deste documento.

Os cenários consideram a liquidez do mercado, simulando a restrição de alguns ativos ou da liquidez de um produto à medida que o acontecimento que gera o stress se desenvolve. Para compreender este processo, pode ser simplificado considerando uma abordagem em que o horizonte temporal para o choque de stress pode variar entre os diferentes instrumentos/ativos (consequentemente, cenários mais complexos podem ter em conta certos fatores idiossincráticos). Além disso, pode por vezes ser necessário quantificar o impacto de um choque com hipóteses de recobertura integradas numa parte da exposição em situação de stress.

O Stress Testing é monitorizado pelo Capital Markets Stress Testing Steering Committee (STSC). O Comité reúne-se mensalmente e define a orientação do conjunto dos desenvolvimentos, da infraestrutura, da análise e do reporting dos cenários de stress efetuados pelos departamentos de risco internos. O STSC é responsável por todos os assuntos relacionados com os testes de stress internos respeitantes ao risco de mercado, mas também ao risco de contraparte, e decide a definição pormenorizada dos testes de stress CMRC oficiais.

Os testes de stress são o elemento central da análise de riscos de acontecimentos raros (tail risks). Completam a análise da evolução das vulnerabilidades das carteiras na sequência dos movimentos de mercado.

RISCO DE MERCADO RELATIVO ÀS ATIVIDADES BANCÁRIAS

O risco de mercado relativo às atividades bancárias cobre, por um lado, o risco de perda sobre as participações em ações, e por outro lado, o risco de taxa e de câmbio relativos às atividades de intermediações bancárias. Apenas o risco de participação em ações e o risco de câmbio dão lugar a um cálculo de ativos ponderados no âmbito do Pilar 1. O risco de taxa depende, por sua vez, do Pilar 2.

Os riscos de taxa e de câmbio relativos às atividades de intermediação bancária e aos investimentos são geridos pela área de intervenção ALM Tesouraria.

Ao nível do Grupo, o ALM Tesouraria está sob a supervisão direta de um Diretor Geral delegado. O ALM Tesouraria Grupo exerce uma autoridade funcional sobre as equipas ALM e Tesouraria de cada filial. As decisões de caráter estratégico são adotadas no âmbito de Comités (Asset and Liability Committee - ALCO) que supervisionam a ação do ALM Tesouraria. Estes Comités são definidos ao nível do Grupo, dos polos e das entidades operacionais.

As decisões de caráter estratégico são adotadas no âmbito de Comités (Asset and Liability Committee - ALCO) que fiscalizam a ação do ALM Tesouraria. Estes Comités são definidos ao nível do Grupo, dos polos e das entidades operacionais.

RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES

O quadro seguinte apresenta uma distribuição das exposições em função do objetivo prosseguido pelo Grupo no âmbito da gestão das suas participações em ações.

➤ **QUADRO N° 44: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES POR OBJETIVO DE GESTÃO**

Em milhões de euros	Exposição (*)	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Objetivo estratégico	2 891	2 068
Objetivo de valorização a médio prazo	5 249	4 798
Participações associadas à atividade de uma área de intervenção	6 075	5 849
TOTAL	14 215	12 715

(*) Valor de mercado ou de modelo (patrimonial + extrapatrimonial).

As exposições em 31 de dezembro de 2012 ascendem a 14,2 mil milhões de euros, contra 12,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. A parte extrapatrimonial ascende a 4,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra 3,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. As garantias de valor patrimonial líquido dadas aos acionistas de OPCVM ascendem a 3,3 mil milhões de euros.

Exposições

[Auditado]

Perímetro

As ações detidas pelo Grupo fora da carteira de negociação são constituídas por títulos «que conferem direitos residuais e subordinados sobre os ativos ou o rendimento do emissor ou que representam uma natureza económica similar». Trata-se:

- de ações cotadas e não cotadas e de participações em fundos de investimento;

- de opções implícitas das obrigações convertíveis, reembolsáveis ou convertíveis em ações;
- de opções sobre ações;
- de títulos super subordinados;
- de compromissos dados sobre fundos privados;
- de coberturas sobre títulos de participação;
- de títulos de empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Princípios contabilísticos e métodos de valorização

As técnicas contabilísticas e métodos de valorização são apresentados nas Demonstrações financeiras consolidadas na nota 1. – Resumo dos princípios contabilísticos aplicados pelo Grupo -1.c.9 Determinação do valor de mercado.

➤ **QUADRO N° 45: EXPOSIÇÕES(*) AO RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Método dos modelos internos	12 385	11 198
ações cotadas	3 813	3 111
outras exposições sobre ações	5 906	5 343
capital de risco em carteiras diversificadas	2 666	2 744
Método de ponderação simples	788	622
ações cotadas	7	5
outras exposições sobre ações	127	34
capital de risco em carteiras diversificadas	654	584
Abordagem standard	1 042	895
TOTAL	14 215	12 715

(*) Exposição medida em valor de mercado ou de modelo.

O aumento da exposição ao risco de participação em ações, apesar da cessão de ativos, explica-se essencialmente pela consolidação segundo o método de equivalência patrimonial de Klepierre a partir de março de 2012, associada a uma subida das mais-valias não realizadas.

Valor total dos ganhos e perdas

O valor total dos ganhos e perdas não realizados registados diretamente nos capitais próprios é apresentado nas Demonstrações financeiras consolidadas na nota 5.c. – Ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos ponderados**Padronização do risco relativo à participação em ações**

No perímetro histórico do BNP Paribas, o Grupo utiliza um modelo interno, baseado no que é utilizado para o cálculo do VaR diário da carteira de negociação. Contudo, é diferente deste na aplicação dos parâmetros de horizonte e de intervalos de confiança diversos, nos termos do artigo 59.1-c alínea ii da Portaria de 20 de fevereiro de 2007 do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria. Este modelo permite estimar neste perímetro o valor em risco do Grupo, com um nível de confiança de 99 % num horizonte de 3 meses.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de mercado

Os fatores de risco escolhidos para a medição do risco sobre a carteira de participação em ações dependem do nível de informação disponível ou utilizável em relação às cotações dos títulos da carteira:

- para os títulos cotados, cujos históricos de cotações são suficientemente longos, estes últimos são diretamente selecionados como fatores de risco;
- para os outros títulos cotados ou para os títulos «não cotados», cada linha está ligada a um fator de risco sistémico representativo do setor de atividade e da zona geográfica na qual opera o emissor do título. A análise é depois complementada com um risco específico próprio de cada linha;

- quando o título pertence a uma zona geográfica fora da Zona Euro, um fator de risco correspondente à taxa de câmbio vem completar os outros fatores de risco.

Este modelo foi validado pelas autoridades de fiscalização bancária francesas no âmbito da homologação para o cálculo das exigências de fundos próprios para o risco relativo às participações. A título temporário, e na expectativa de uma convergência dos métodos, a abordagem escolhida no perímetro histórico do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas é a homologada pela Banque Nationale de Belgique.

➤ QUADRO N° 46: ATIVOS PONDERADOS DO RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES

Em milhões de euros	Ativos ponderados		
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	Varição
Método dos modelos internos	21 496	23 461	(1 965)
ações cotadas	7 734	8 670	(395)
outras exposições sobre ações	7 321	8 576	(1 796)
Capital de risco em carteiras diversificadas	6 441	6 215	226
Método de ponderação simples	1 733	1 248	485
ações cotadas	21	14	7
outras exposições sobre ações	468	125	343
Capital de risco em carteiras diversificadas	1 244	1 109	135
Abordagem standard	1 148	1 066	82
RISCO DE PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES	24 377	25 775	(1 398)

A variação dos ativos ponderados durante o ano 2012 explica-se essencialmente pela cessão de participações cotadas, tendo a situação favorável dos mercados durante o segundo semestre permitido a reconstituição de mais-valias não realizadas. Tendo a cessão parcial de Klépierre levado a uma perda de controlo desta filial, o tratamento prudencial da participação residual consolidada segundo o método de equivalência patrimonial contribuiu amplamente para diminuir o efeito favorável das outras cessões.

RISCO DE CÂMBIO

Cálculo dos ativos ponderados

O risco de câmbio diz respeito ao conjunto das operações da carteira bancária.

As entidades do Grupo calculam a sua posição líquida em cada divisa, incluindo o euro. Esta posição líquida corresponde à soma dos elementos de ativo, menos os elementos de passivo, mais os elementos extrapatrimoniais (incluindo a posição líquida das operações de câmbio a prazo e o equivalente delta líquido das opções de câmbio), menos os ativos duradouros e estruturais (títulos de participação, imobilizações corpóreas e incorpóreas). Estas posições são convertidas em euros pela cotação de fecho. Estas são então somadas para obter a posição líquida global do Grupo em cada divisa.

A posição líquida numa divisa é classificada como posição longa quando os ativos excedem as dívidas e como posição curta quando as dívidas excedem os ativos. Para cada entidade do Grupo, a posição líquida em divisas é equilibrada na divisa mais importante (i.e. a divisa de reporting da entidade), para que a soma das posições longas seja equivalente à das posições curtas.

A exigência de fundos próprios no âmbito do risco de câmbio corresponde à soma dos seguintes elementos:

- as posições compensadas nas moedas dos Estados que participam no sistema monetário europeu são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 1,6 % do valor destas posições compensadas;
- os francos CFA e CFP são compensados com o euro sem exigência de fundos próprios;
- as posições em divisas apresentando uma correlação estreita são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 4 % do montante compensado;
- as outras posições, incluindo o saldo das posições não compensadas nas divisas supramencionadas, são submetidas a uma exigência de fundos próprios igual a 8 % do seu montante.

Risco de câmbio e cobertura do resultado realizado em divisas [Auditado]

A exposição ao risco de câmbio operacional do Grupo provém dos resultados líquidos realizados em divisas diferentes do euro. A política do Grupo é de cobrir sistematicamente a variabilidade do seu resultado líquido às cotações das moedas estrangeiras. Para tal, os resultados realizados localmente, numa divisa diferente da divisa funcional do local, são cobertos localmente. O resultado líquido em moeda estrangeira realizado pelas filiais e sucursais e as posições ligadas às depreciações de carteira são geridas de forma centralizada.

Risco de câmbio e cobertura de investimentos líquidos em divisas [Auditado]

A posição de câmbio do Grupo associada aos seus investimentos em divisas resulta, no essencial, das dotações das sucursais e dos títulos de participação em moedas estrangeiras financiados pela compra da divisa de investimento.

A política do Grupo consiste em cobrir as exposições patrimoniais sobre as divisas líquidas. Esta política é garantida pelo financiamento por empréstimo contraído na divisa de investimento das participações em divisas estrangeiras. Neste caso, os empréstimos contraídos são registados como instrumentos de cobertura do investimento.

RISCO DE TAXA [Auditado]

Organização da gestão do risco de taxa no Grupo

Os riscos de taxa relativos às atividades de intermediação bancária e aos investimentos são geridos pelo ALM Tesouraria.

As operações iniciadas por cada entidade do BNP Paribas são transferidas para o ALM Tesouraria, mediante contratos internos analíticos ou operações de empréstimos concedidos/contraídos. O ALM Tesouraria tem a seu cargo a gestão dos riscos de taxa associados a estas operações.

As principais decisões de gestão relativas às posições de taxa provenientes das atividades de intermediação bancária são tomadas durante os comités mensais ou trimestrais, por entidade, onde estão representadas a Direção da área de intervenção, o ALM Tesouraria, as equipas Finanças e Risco. A gestão do risco de taxa é portanto feita localmente por cada entidade.

Medição dos riscos de taxa

As posições de taxa são medidas sob a forma de disparidade de taxa, nas quais os riscos opcionais, associados em particular às opções comportamentais, são integrados com base no seu equivalente delta. A maturidade dos ativos é aqui determinada em função das características contratuais das operações e dos comportamentos históricos dos clientes. Assim, para os produtos da Banca de Retalho, as padronizações dos comportamentos apoiam-se em dados históricos e estudos econométricos. Estas incidem nomeadamente nas amortizações antecipadas, nas contas correntes credoras e devedoras e nas contas poupança. A maturidade dos fundos próprios depende de uma abordagem convencional.

Além disso, as posições opcionais são materializadas num indicador específico que permite representar os efeitos de convexidade, a fim de afinar as estratégias de cobertura. Este indicador opcional inclui opções comportamentais que se encontram nos produtos vendidos aos clientes.

Para as atividades da Banca de Retalho, o risco de taxa estrutural também é medido através de um indicador de sensibilidade dos rendimentos, com uma lógica de continuidade da atividade, integrando a evolução dinâmica do balanço. Com efeito, a existência de correlações parciais ou nulas entre as taxas de clientes e as taxas de mercado, bem como uma sensibilidade dos volumes às taxas de juros, geram uma sensibilidade estrutural dos rendimentos às variações de taxa.

A escolha dos indicadores e a padronização dos riscos é controlada por equipas específicas do Group Risk Management. As conclusões destes controlos são apresentadas regularmente em Comités *ad hoc* e uma vez por ano ao Conselho de Administração.

Estes indicadores são sistematicamente apresentados aos ALCO e servem assim de base às decisões de coberturas, em função da natureza dos riscos.

Limites de risco

Nas atividades de intermediação clientes, para as quais o risco de taxa estrutural tem que ser medido com base na sensibilidade dos rendimentos a uma variação das taxas nominais, das taxas reais e da inflação, a gestão do risco de taxa global das entidades da Banca de Retalho está enquadrada por um limite principal. Este limite é estabelecido em função do rendimento anual, o que permite enquadrar a incerteza relativa ao rendimento futuro associado às evoluções de taxa de juro. Além da maturidade escolhida para o limite de sensibilidade dos rendimentos, o enquadramento é completado por um limite sobre as disparidades de taxa, fixado em percentagem dos recursos clientes. Esta percentagem é uma função decrescente do horizonte de gestão. Este limite permite enquadrar o risco nos vencimentos a longo prazo.

Nas outras áreas de intervenção, o risco é enquadrado por limites técnicos sobre as disparidades de taxa.

Sensibilidade dos rendimentos ao risco geral de taxa

A sensibilidade dos rendimentos a uma variação das taxas de juro é um dos indicadores de referência do Grupo para as análises do risco de taxa global. Esta sensibilidade dos rendimentos é calculada em relação ao conjunto da carteira bancária, incluindo as atividades de intermediação clientes e os fundos próprios, com exceção das atividades de mercado, e em relação ao conjunto das divisas às quais o Grupo está exposto. Esta inclui hipóteses razoáveis de atividade num horizonte que corresponde ao do indicador.

O indicador é apresentado no quadro abaixo. Assim, num horizonte de um ano, a exposição ao risco de taxa associado à carteira de intermediação bancária é fraca: uma subida de 100 pontos de base das taxas de juro no conjunto da curva conduziria a uma subida de cerca de 0,9 % do resultado líquido bancário do Grupo, incluindo todas as divisas.

➤ **QUADRO N° 47: SENSIBILIDADE DOS RENDIMENTOS AO RISCO GERAL DE TAXA PARA UMA SUBIDA DE 100 PONTOS DE BASE DAS TAXAS DE JURO**

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		
	Euro	Outras divisas	Total
Sensibilidade dos rendimentos de 2012	354	10	364

Em milhões de euros	31 dezembro 2011		
	Euro	Outras divisas	Total
Sensibilidade dos rendimentos de 2011	224	119	343

Dado que as carteiras de instrumentos financeiros resultantes da atividade de intermediação bancária do Grupo não se destinam a ser cedidas, não são objeto de uma gestão com base no seu valor. Contudo, é calculada uma sensibilidade do valor destas carteiras para medir o risco de taxa global em todos os horizontes. A sensibilidade do valor para uma descida de 200 pontos de base das taxas de juro (com um floor de zero) é de 6,8 % dos fundos próprios prudenciais do Grupo, a comparar com o limite fixado em 20 % na regulamentação de Basileia.

COBERTURA DOS RISCOS DE TAXA E DE CÂMBIO [Auditado]

As relações de cobertura iniciadas pelo Grupo incidem essencialmente sobre a cobertura do risco de taxa de juro e do risco de câmbio realizada mediante instrumentos financeiros derivados (swaps, opções, operações de câmbio a prazo).

Em função do objetivo prosseguido, os instrumentos financeiros derivados utilizados são designados na cobertura de valor, na cobertura de resultados futuros ou ainda na cobertura de um investimento líquido em divisas. Cada relação de cobertura tem uma documentação formal desde o início, descrevendo a estratégia prosseguida, designando o instrumento coberto e o instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto, assim como a metodologia de avaliação da eficácia, quer a nível prospetivo, quer a nível retrospectivo.

Risco de taxa de juro global

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro global baseia-se na monitorização da sensibilidade dos rendimentos do Banco às variações de taxa de juro, o que permite tomar em consideração o conjunto dos riscos de taxa. Esta monitorização tem que considerar os diferentes riscos para determinar a melhor estratégia de cobertura, após consideração das compensações. Estas estratégias são definidas e implementadas por entidade e por divisa.

As coberturas sob forma de derivados firmes ou opcionais são sobretudo contabilizadas em cobertura de variações de valor dos elementos cobertos com taxa fixa (fair value hedge) ou em cobertura da variação dos encargos e proveitos ligados aos ativos e aos passivos com taxa variável (cash flow hedge). Podem também tomar a forma de títulos de Estado e são maioritariamente contabilizadas na categoria «Disponível para venda».

Após as medidas excecionais do BCE em dezembro de 2011 (LTRO e plano de resgate das dívidas soberanas), o ano 2012 ficou marcado por uma descida dos spreads de liquidez e de crédito. Contudo, as perspetivas económicas da Zona Euro permaneceram incertas, traduzindo-se numa descida das taxas, que atingiram níveis historicamente baixos. Na sequência da descida da taxa diretora do Banco Central em julho, a taxa Eonia estabeleceu-se a um nível inferior a 10 bp; as taxas longas foram baixando progressivamente ao longo do ano. Neste contexto, convém realçar que o nível da inflação europeia se manteve acima dos 2 %.

- Em França, o rácio de cobertura dos empréstimos concedidos pelos depósitos continuou a melhorar em 2012, e a estrutura por índice dos fluxos evoluiu progressivamente na sequência do abrandamento do crédito à habitação a taxa fixa e ao aumento do limite do *livret A* (caderneta), que é afetado por um risco associado à inflação.
- As redes belga e luxemburguesa têm um rácio de cobertura dos empréstimos concedidos pelos depósitos superior a 100 %. Em 2012, o principal desafio em termos de risco de taxa incidiu portanto sobre a cobertura das contas poupança, cujos ativos continuaram a aumentar.

Em geral, o contexto de descida prolongada das taxas pressiona as margens de intermediação das redes bancárias. Esta tendência é reforçada por fenómenos de taxa mínima sobre a poupança, associados a constrangimentos legais (*floor inflation* nos *livret A* em França) ou ao nível das taxas de mercado a curto prazo, muito próximo de 0 %. Neste contexto, o Grupo adaptou a sua política de cobertura a este ambiente, seja através de estratégias firmes (sob a forma de swap), seja através de coberturas opcionais. Também foi dada uma atenção muito particular à cobertura dos riscos de base, associada aos diferentes índices.

As coberturas sob forma de derivados firmes ou opcionais são sobretudo contabilizadas em cobertura de variações de valor dos elementos cobertos com taxa fixa (fair value hedge) ou em cobertura da variação dos encargos e proveitos ligados aos ativos e aos passivos com taxa variável (cash flow hedge). Podem também tomar a forma de títulos de Estado e são maioritariamente contabilizadas na categoria «Disponível para venda».

Risco de câmbio estrutural

As relações de cobertura do risco de câmbio iniciadas pelo ALM incidem sobre os investimentos líquidos em divisas e sobre os rendimentos futuros em divisas do Grupo. Cada relação de cobertura tem uma documentação formal desde o início, descrevendo a estratégia prosseguida, designando o instrumento coberto e o instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto, assim como a metodologia de avaliação da eficácia, quer a nível prospetivo, quer a nível retrospectivo.

Os investimentos nas filiais e sucursais financiados por empréstimos contraídos de divisas são objeto de uma cobertura documentada, para conservar a simetria no registo das variações de câmbio e reduzir assim a volatilidade dos resultados. Neste âmbito, os empréstimos contraídos são registados como instrumentos de cobertura de investimentos.

Uma relação de cobertura de tipo Fair Value Hedge foi implementada para cobrir o risco de câmbio relativo aos títulos das entidades não consolidadas.

Durante o exercício de 2012, não foi desclassificada nenhuma relação de cobertura de investimentos líquidos.

O Grupo cobre a variabilidade das componentes dos resultados do Grupo. Em particular, os fluxos de rendimentos futuros altamente prováveis (nomeadamente juros e comissões externas), em divisas diferentes do euro, gerados pelas principais atividades das filiais ou sucursais do Grupo, podem ser objeto de uma cobertura.

Cobertura de valor dos instrumentos financeiros apresentados no balanço (Fair Value Hedge)

Em matéria de risco de taxa, as coberturas de valor incidem ou sobre ativos ou passivos com taxa fixa identificados, ou sobre carteiras de ativos ou passivos com taxa fixa. Os instrumentos financeiros derivados contraídos permitem reduzir a exposição do valor desses instrumentos induzido pela evolução das taxas de juro.

As coberturas de ativos ou passivos identificados dizem essencialmente respeito aos títulos disponíveis para venda e às emissões de títulos de taxa de juro do Grupo.

As coberturas de carteiras de ativos ou passivos financeiros, constituídos por divisas, dizem respeito:

- por um lado, a créditos com taxa fixa: créditos imobiliários, créditos ao investimento, créditos ao consumo e créditos à exportação;
- por outro lado, a recursos clientes com taxa fixa (depósitos à ordem, recursos provenientes dos contratos de poupança habitação).

A designação do montante coberto efetua-se nos vencimentos dos ativos devidos dos elementos cobertos e designando um montante por tranche de maturidade considerada. Estes vencimentos são determinados tendo em conta as características contratuais das operações e dos comportamentos históricos dos clientes (hipóteses de amortização antecipada, taxas de incumprimento estimadas).

Os depósitos à ordem, que não têm juros contratuais, analisam-se como passivos financeiros com taxa fixa a médio prazo. O valor destes passivos é portanto sensível à evolução das taxas de juro. A lei de fluxo utilizada apoia-se em análises históricas, sem ter em conta prospectivamente os efeitos ligados ao potencial enriquecimento dos clientes ou à inflação.

Em cada relação de cobertura, a eficácia prospetiva é medida certificando-se que, para cada tranche de maturidade, o ativo dos elementos cobertos é superior ao ativo dos instrumentos financeiros derivados de cobertura designados.

A eficácia retrospectiva é medida certificando-se que a evolução mensal do ativo coberto em início de período não evidencia qualquer "sobrecobertura" *a posteriori*.

Cobertura dos resultados (Cash Flow Hedge)

Em termos de risco de taxa de juro, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobrir a variação dos encargos e proveitos associados aos ativos e aos passivos com taxa variável. As transações futuras altamente prováveis são igualmente cobertas. Os elementos cobertos são posicionados em cronogramas, por divisa e por índice de taxa. Depois de tomar em consideração as hipóteses de amortização antecipada e as taxas de incumprimento estimadas, o Grupo cobre, mediante instrumentos financeiros derivados, toda ou parte da exposição aos riscos induzida por esses instrumentos com taxa variável.

Em termos de risco de câmbio, o Grupo cobre a variabilidade das componentes dos resultados do Grupo. Em particular, os fluxos de rendimentos futuros (nomeadamente juros e comissões externas), gerados pelas atividades das principais filiais ou sucursais do Grupo, numa divisa diferente da sua moeda funcional, podem ser objeto de uma cobertura. Tal como acontece com a cobertura do risco de taxa, a documentação e a avaliação da eficácia destas relações de cobertura apoia-se em cronogramas previsionais.

O quadro seguinte apresenta, no perímetro das operações a médio e longo prazo do BNP Paribas SA, o montante dos fluxos de caixa, classificado por data previsional de vencimento, que são objeto de uma cobertura, o que representa o essencial das operações do Grupo.

➤ **QUADRO N° 48: FLUXO DE CAIXA OBJETO DE COBERTURA**

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012				31 dezembro 2011			
	Inferior a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Inferior a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxos de caixa cobertos	309	888	546	1 743	746	1 796	1 132	3 674

Durante o ano 2012, várias relações de cobertura de resultados futuros foram desclassificadas, com o argumento de que a ocorrência desse acontecimento futuro já não seria altamente provável ou de que a estrutura de algumas

coberturas não responderia aos critérios de elegibilidade (cf. Demonstrações financeiras consolidadas nota 2.c) para um impacto não significativo sobre os resultados.

5.8 Risco soberano [Auditado]

O risco soberano é o risco de incumprimento de um Estado sobre a sua dívida, ou seja uma interrupção temporária ou prolongada do serviço da dívida (juros e/ou principal).

A detenção de títulos de dívida emitidos por Estados soberanos está associada à gestão da liquidez do Grupo. Esta assenta na detenção de títulos disponíveis e legíveis para o refinanciamento dos Bancos Centrais e inclui uma parte importante de títulos de dívida emitidos pelos Estados que apresentam uma notação de qualidade, representativa de um nível de risco fraco. Além disso, no âmbito da política de integração do balanço e de gestão do risco de taxa de juro estrutural, o Grupo detém igualmente uma carteira de ativos que inclui títulos de créditos soberanos, cujas características de taxa fazem parte das suas estratégias de cobertura. Por outro lado, o Grupo é criador de mercado de títulos de dívida soberana em vários países, o que o leva a ter inventários temporários de negócio para compra e para venda, em parte cobertos por derivados.

O ativo de títulos emitidos por emissores soberanos da Zona Euro na carteira bancária do Grupo ascende a 44,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, antes de reavaliação e incluindo os juros corridos. Este valor pode ser comparado com os 58,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011 e com os 73,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, data do início da crise que afetou alguns dos emissores soberanos da Zona Euro.

A variação da carteira ocorrida durante o exercício de 2012, ou seja uma descida de 14,2 mil milhões de euros, provém da conversão de títulos ligada à reestruturação da dívida grega, de cessões efetuadas e de reembolsos recebidos (-17 mil milhões de euros, sendo essencialmente constituídos por títulos emitidos pela Itália, França, Bélgica, Alemanha e Países Baixos), parcialmente compensados por aquisições (4 mil milhões de euros, sendo essencialmente constituídos por títulos emitidos pela França, Bélgica e Itália).

Fora da Zona Euro, os ativos detidos na carteira bancária sobre emissores soberanos ascendem em 31 de dezembro de 2012 a 19,2 mil milhões de euros, contra 16 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Os inventários detidos pelo Grupo no âmbito das diferentes carteiras são apresentados no quadro abaixo:

➤ **QUADRO N° 49: VALOR BANCÁRIO E DE NEGÓCIO DAS EXPOSIÇÕES SOBERANAS DAS CARTEIRAS POR ZONA GEOGRÁFICA**

31 dezembro 2012	Carteira bancária ⁽¹⁾			Carteira de negócio		
	Soberano			Risco emissor soberano		Risco de contraparte soberana ⁽²⁾
	Títulos	Empr. concedidos	CDS	Títulos ⁽²⁾	Derivados ⁽³⁾	
Em milhões de euros						
Zona Euro						
Áustria	105	0	0	564	(672)	22
Bélgica	16 493	340	0	(80)	917	188
Chipre	5	0	0	0	(2)	0
Estónia	0	0	0	0	20	0
Finlândia	290	0	0	472	(225)	0
França	10 011	133	40	(4 539)	743	11
Alemanha	547	0	(50)	359	28	312
Itália	11 930	641	102	807	399	4 474
Luxemburgo	46	0	0	217	0	0
Malta	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	3 195	0	0	(217)	359	(2 350)
Eslováquia	30	0	0	(4)	(203)	0
Eslovénia	38	0	(4)	(2)	(148)	0
Espanha	459	0	0	285	(218)	8
Países com plano de apoio						
Grécia	0	5	0	9	0	189
Irlanda	212	0	0	(9)	(16)	0
Portugal	590	0	0	22	(3)	0
TOTAL ZONA EURO	43 950	1 120	88	(2 118)	977	2 854
Outros países do Espaço Económico Europeu						
Bulgária	2	0	0	6	(15)	0
República checa	165	0	0	58	(3)	0
Dinamarca	0	0	0	31	(35)	0
Hungria	66	50	(8)	192	6	0
Islândia	0	0	0	0	12	0
Letónia	0	0	0	17	6	0
Liechtenstein	0	0	0	0	0	0
Lituânia	21	0	4	4	26	7
Noruega	68	0	0	3	(1)	0
Polónia	889	0	0	(66)	0	0
Roménia	0	47	0	53	(27)	0
Suécia	0	0	0	18	15	32
Grã-Bretanha	1 646	0	0	(950)	(69)	0
TOTAL OUTROS EEE	2 857	97	(4)	(633)	(84)	39
TOTAL EEE 30	46 807	1 217	85	(2 751)	893	2 892
Estados Unidos	5 593	371	0	6 499	(4 105)	0
Japão	6 655	0	0	173	(220)	15
Outros	6 963	2 928	(4)	6 238	2 107	84
TOTAL MUNDO	66 017	4 515	80	10 159	(1 325)	2 992

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco soberano

31 dezembro 2011	Carteira bancária ⁽¹⁾			Carteira de negócio		
	Soberano			Risco emissor soberano		Risco de contraparte soberana ⁽²⁾
	Títulos	Empr. concedidos	CDS	Títulos ⁽²⁾	Derivados ⁽³⁾	
Em milhões de euros						
Zona Euro						
Áustria	539	0	0	44	(26)	0
Bélgica	17 383	1 826	0	(218)	(369)	12
Chipre	22	0	0	31	(18)	0
Estónia	0	0	0	0	20	0
Finlândia	293	0	0	240	(364)	2
França	13 981	161	101	(3 375)	2 898	216
Alemanha	2 550	0	0	(1 230)	(29)	273
Itália	12 656	552	92	1 063	111	3 242
Luxemburgo	31	147	0	0	0	0
Malta	0	0	0	0	0	0
Países Baixos	7 423	1 685	0	(919)	600	11
Eslováquia	29	0	0	2	(157)	0
Eslovénia	41	0	0	230	(188)	0
Espanha	457	349	0	58	(59)	6
Países com plano de apoio						
Grécia	1 041	5	0	78	13	167
Irlanda	274	0	0	(10)	37	19
Portugal	1 407	0	0	(15)	62	0
TOTAL ZONA EURO	58 127	4 726	193	(4 021)	2 531	3 948
Outros países do Espaço Económico Europeu						
Bulgária	0	0	0	0	0	0
República checa	164	0	0	1	(5)	0
Dinamarca	0	0	0	(65)	(40)	0
Hungria	201	0	0	161	(9)	0
Islândia	0	0	0	0	42	0
Letónia	0	0	0	0	16	0
Liechtenstein	0	0	0	0	0	0
Lituânia	36	0	7	1	8	0
Noruega	51	0	0	4	7	0
Polónia	1 650	0	0	33	79	0
Roménia	0	59	0	13	1	0
Suécia	0	0	0	(42)	(60)	0
Grã-Bretanha	679	0	0	(664)	(69)	10
TOTAL OUTROS EEE	2 781	59	7	(558)	(30)	10
TOTAL EEE 30	60 908	4 784	200	(4 579)	2 501	3 958
Estados Unidos	4 782	378	0	4 226	(3 893)	9
Japão	6 035	0	0	4 530	(733)	19
Outros	5 147	3 154	0	4 536	(677)	126
TOTAL MUNDO	76 872	8 316	200	8 713	(2 803)	4 112

- (1) Os ativos da carteira bancária são apresentados no valor contabilístico antes de provisão para eventual depreciação, em particular no caso da Grécia.
- (2) O risco emissor sobre os títulos soberanos da carteira de negociação, e o risco de contraparte sobre os instrumentos financeiros derivados celebrados com soberanos são medidos em valor de mercado, representando a perda máxima em caso de incumprimento (com a hipótese de uma taxa de recuperação zero).
- (3) O risco emissor líquido sobre os produtos derivados de crédito (CDS/TRS) e sobre as exposições sintéticas de Tesouraria (SWAPS) acordados com os agentes de mercado e relacionado a um mesmo ativo subjacente soberano corresponde à perda máxima sofrida em caso de incumprimento do soberano (com a hipótese de uma taxa de recuperação zero).

5.9 Risco de liquidez e de refinanciamento [Auditado]

O risco de liquidez e de refinanciamento define-se como o risco de não conseguir fazer face a fluxos de saída de caixa ou a necessidades colateralizadas, esperadas ou inesperadas, no presente ou no futuro, sem afetar nem as operações diárias, nem a situação financeira do Grupo. Este risco pode provir da ausência total ou parcial de liquidez de certos ativos ou do desaparecimento de certos recursos. Este pode estar associado à própria instituição (risco de reputação) ou a fatores externos (crise em alguns mercados).

O risco de liquidez e de refinanciamento do Grupo é acompanhado no âmbito de uma «política de liquidez» global validada pela Direção Geral. Esta assenta em princípios de gestão definidos para serem aplicados em situação corrente ou na hipótese de crises de liquidez. A situação de liquidez do Grupo é analisada a partir de normas internas, de indicadores de alerta e de rácios regulamentares.

A POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

OBJETIVOS DA POLÍTICA

Os objetivos da política de liquidez do Grupo consistem em garantir o financiamento equilibrado das atividades do BNP Paribas, em fazer com que o Grupo esteja sempre apto a honrar as suas obrigações para com os seus clientes, em zelar para que ele não se encontre por si só na origem de um acontecimento de caráter sistémico, em respeitar as normas impostas pelos supervisores bancários locais, em fazer face às crises de liquidez e em controlar o custo do seu refinanciamento.

AGENTES QUE INTERVÊM NA GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O Conselho de Administração é informado trimestralmente dos princípios da política de liquidez assim como da situação do Grupo, por intermédio do Comité de controlo interno, de risco e da conformidade (CCIRC).

O Comité Executivo do Grupo define a política geral de gestão do risco de liquidez, nomeadamente os princípios de medição dos riscos, o nível de risco aceite e as regras de faturação interna da liquidez. Delega o seu acompanhamento e implementação ao Comité ALM Grupo. São apresentados painéis de controlo de acompanhamento ao Comité Executivo do Grupo, com uma frequência adaptada ao contexto de mercado (mensal, semanal ou até mesmo diária).

O Comité ALM Grupo autoriza a implementação da política de liquidez proposta pelo ALM Tesouraria, definida de acordo com os princípios decretados pelo Comité Executivo. Segue regularmente os indicadores de risco de liquidez e é informado das simulações de crise (testes de stress) e da realização dos programas de financiamento.

Finalmente, o Comité é informado de qualquer situação de crise. Define a distribuição dos papéis na sua monitorização e valida os planos de emergência.

Após validação pelo Comité ALM Grupo, o ALM Tesouraria fica encarregue da implementação em todo o Grupo. Os Comités ALM Tesouraria das áreas de intervenção e entidades são o ponto de ligação, a nível local, da estratégia definida pelo Comité ALM Grupo.

O Group Risk Management (GRM) participa na definição dos princípios da política de liquidez. A título de controlo de segundo nível, este valida os modelos, os indicadores de riscos (incluindo os testes de stress de liquidez), os limites e os parâmetros de mercado utilizados. O GRM está presente no Comité ALM Grupo e nos Comités ALM Tesouraria locais.

CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ DO GRUPO

O ALM Tesouraria é responsável pela gestão da liquidez de todo o Grupo, seja qual for a maturidade considerada. É responsável pela implementação do refinanciamento e das emissões a menos de um ano (certificados de depósito, commercial paper...), pelos programas de emissão de dívida sénior e subordinada (MTN, obrigações, depósitos a médio ou longo prazo, obrigações seguras de banco...), pelas emissões de ações preferenciais e pela titularização dos créditos das áreas de intervenção da Banca de Retalho e do CIB Corporate Banking. O ALM Tesouraria assegura o financiamento interno dos polos, dos conjuntos operacionais e das áreas de intervenção do Grupo, assim como a substituição dos seus excedentes de tesouraria. É igualmente responsável pela constituição e gestão das reservas de liquidez, conjunto de ativos rapidamente negociáveis para fazer face a uma crise de liquidez.

OS DISPOSITIVOS DE MONITORIZAÇÃO E DE SUPERVISÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A monitorização interna da liquidez assenta numa gama completa de normas e de indicadores a vários níveis. A situação de liquidez é regularmente medida por divisa, por maturidades, ao nível do Grupo e das entidades.

O dispositivo de monitorização e de supervisão do risco de liquidez assenta nos seguintes elementos:

- o balanço cash do banco;

- os indicadores de acompanhamento das fontes de financiamento de mercado («wholesale funding»);

- a reserva de liquidez;

- a faturação interna da liquidez;

- os rácios regulamentares.

As principais técnicas de redução dos riscos de liquidez assentam na criação de uma reserva de liquidez, na diversificação das fontes de financiamento e no prolongamento das maturidades de financiamento.

APRESENTAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EM 2012

BALANÇO CASH DO BANCO

O balanço cash do banco é uma apresentação adaptada à análise de liquidez do balanço do Grupo.

Partindo do balanço contabilístico do Grupo, são efetuados os seguintes reprocessamentos principais:

- 1) uma passagem do balanço contabilístico consolidado do Grupo para o balanço prudencial do banco, utilizando o método da equivalência patrimonial nas entidades de seguros do Grupo e nas entidades de titularização eficaz (cf. quadro 3, ponto 5.2);
- 2) uma compensação das contas de instrumentos financeiros derivados (incluindo instrumentos financeiros de cobertura), dos acordos de recompra e de revenda de títulos e outros instrumentos financeiros em valor de mercado por resultado, e das contas de regularização é registada no ativo do balanço na rubrica inventário de negócio clientes;

- 3) uma compensação de algumas operações de compra com acordo de revenda (registadas em operações anteriores), principalmente registadas contra os títulos de dívida do balanço cash;

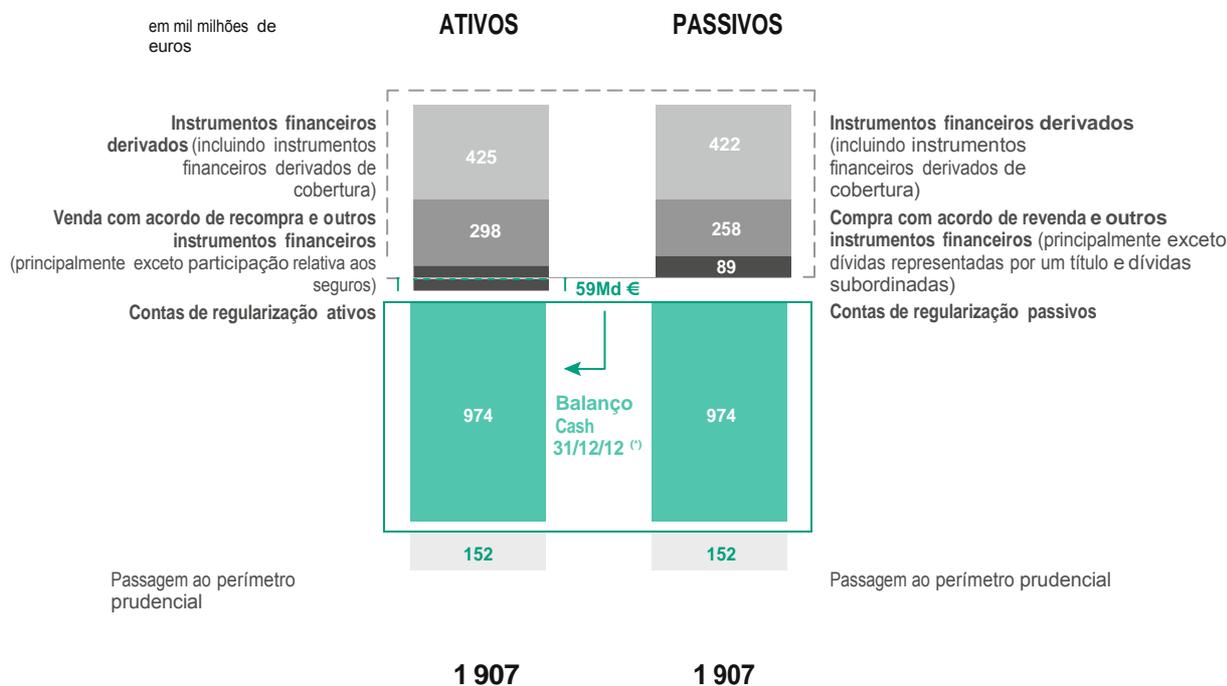
- 4) são efetuadas reafetações de algumas rubricas do balanço, das quais:

- a. a transferência, em depósitos clientes, da dívida representada por um título do Grupo aplicado junto dos clientes (ver quadro n.º 50);
- b. a afetação dos recursos provenientes da política monetária a recursos a curto prazo, mesmo que a sua duração possa ser superior a um ano, nomeadamente as operações de LTRO.

O balanço cash que daí resulta é apresentado a seguir.

O gráfico abaixo retoma, com data de 31 de dezembro de 2012, as bases contabilísticas reprocessadas para obter o balanço cash do Grupo.

➤ GRÁFICO N.º 8: PASSAGEM DO BALANÇO CONTABILÍSTICO AU BALANÇO CASH



(*) Exceto operações de compra com acordo de revenda (12 mil milhões de euros), principalmente registadas contra títulos de dívida no ativo do balanço cash.

O balanço cash assim obtido permite analisar o equilíbrio da estrutura do balanço identificando nomeadamente:

- as necessidades de financiamento da atividade de clientes (inventário de negócio clientes, créditos clientes e ativos tangíveis e intangíveis do Grupo);
- os recursos estáveis de financiamento do Grupo, especificando os fundos próprios e similares, os depósitos dos clientes e os recursos a médio e a longo prazo;
- o excedente que traduz o excesso de recursos estáveis do Grupo relativamente às necessidades de financiamento da atividade de clientes

que pode ser investido em ativos de curto prazo para contribuir para a reserva de liquidez do banco;

- os recursos a curto prazo investidos essencialmente em ativos de curto prazo para contribuir para a reserva de liquidez do banco.

O balanço cash é utilizado como instrumento de monitorização interna para as áreas de intervenção e para as entidades do Grupo.

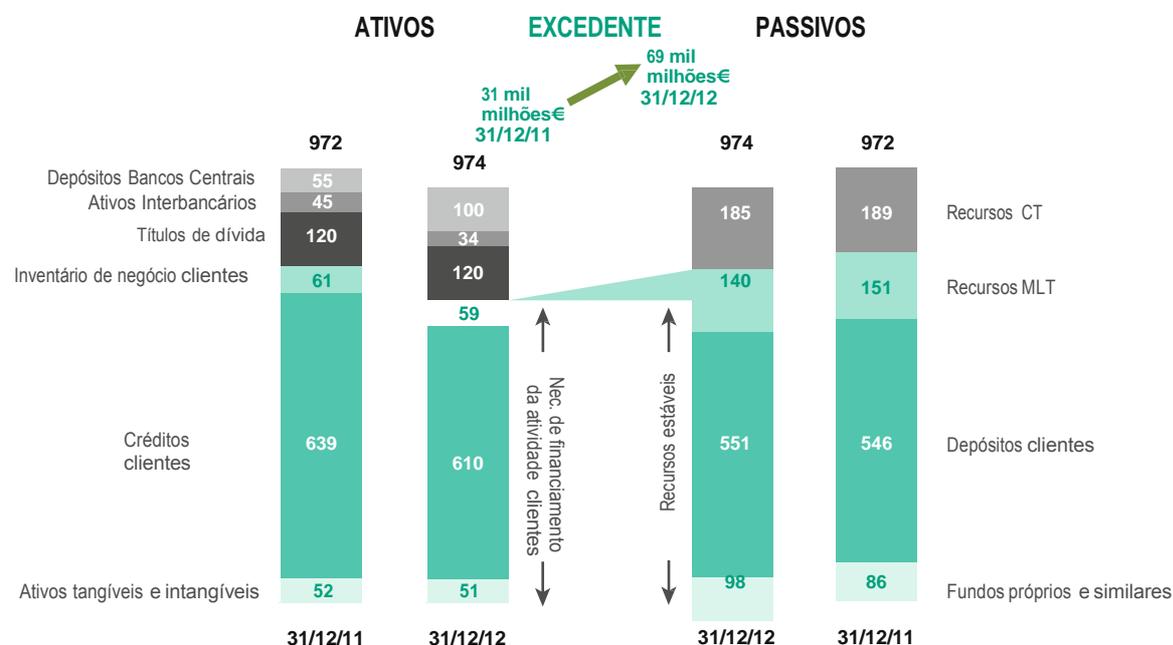
A monitorização da liquidez a médio e longo prazo baseia-se essencialmente na análise dos recursos a médio e longo prazo disponíveis para financiar os produtos com a mesma maturidade.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de liquidez e de refinanciamento

A evolução do balanço cash em 2012 está descrita abaixo:

➤ GRÁFICO N° 9: EVOLUÇÃO DO BALANÇO CASH



A evolução do balanço cash do Grupo ilustra a aplicação do seu plano de adaptação às novas exigências regulamentares.

As principais evoluções do ativo do balanço cash em 2012 são:

- a diminuição de 29 mil milhões de euros de ativos de créditos a clientes, que se explica sobretudo devido às ações levadas a cabo no âmbito do plano de adaptação à nova regulamentação, nomeadamente pelo polo CIB, mas também pelas outras entidades do Grupo;
- o aumento dos depósitos no banco central, refletindo assim os planos de adaptação levados a cabo pelas áreas de intervenção e uma estratégia de atribuição de ativos, enquanto se aguarda um esclarecimento sobre a elegibilidade dos diferentes tipos de ativos para os rácios de liquidez regulamentares. Uma parte dos ativos interbancários foi assim realocada em depósitos nos bancos centrais.

As principais evoluções do passivo do balanço cash em 2012 são:

- os recursos a médio e longo prazo que diminuem em 11 mil milhões de euros devido a descidas superiores à nova produção, em linha com a redução do balanço do Grupo;
- a evolução dos ativos dos depósitos dos clientes resultantes da receita das redes domésticas;
- o aumento dos fundos próprios e similares, que se explica devido à acumulação de capitais próprios e de reservas do Grupo, a um aumento das reservas de reavaliação e a um aumento das provisões para riscos e encargos.

OS INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DE MERCADO

Apresentação da evolução dos recursos a médio e longo prazo do balanço cash do Banco

As fontes de financiamento dependem das condições de mercado junto dos diferentes investidores de dívida (evolução dos spreads exigidos pelo mercado) e dividem-se por tipo de investidores, por zona geográfica e por divisa.

A diversificação das fontes de financiamento em termos de investidores efetua-se através da utilização de diferentes redes de distribuição, de diferentes estruturas e de diversos programas de financiamentos colateralizados ou não.

O prolongamento da maturidade dos recursos e a procura de recursos mais estáveis também ajudam a melhorar a estrutura de financiamento.

➤ **QUADRO N° 50: EVOLUÇÃO DOS RECURSOS A MÉDIO E LONGO PRAZO DO BALANÇO CASH**

Em mil milhões de euros	Stock em 31 dezembro 2011	Nova realização	Descidas	Resgates	Exercício de op.compra	Efeito câmbio e outros	Stock em 31 dezembro 2012
Dívidas MLT representadas por um título	141,7	33	(28,1)	(3,3)	(4,0)	0,1	139,4
Outros recursos	57,3	6,3	(14,2)	(2,8)	(1,4)	2,2	47,4
TOTAL RECURSOS MÉDIO LONGO PRAZO	199,0	39,3	(42,3)	(6,1)	(5,4)	2,3	186,8
Dívidas MLT distribuídas junto dos clientes	(47,6)						(46,8)
Recursos MLT do balanço cash	151,4						140,0

Em 2012, o valor dos recursos garantidos pelo Grupo nos mercados, cuja maturidade inicial é superior a um ano, ascendeu a 39,3 mil milhões de euros (47,4 mil milhões em 2011), com uma média de maturidade de cerca de 5,3 anos.

O stock de dívidas a médio e longo prazo representadas por um título é composto por títulos de dívidas contabilizadas em valor de mercado por resultado no valor de 41,6 mil milhões de euros (excluindo dívidas subordinadas perpétuas) e por títulos de dívidas contabilizadas no custo amortizado, cuja maturidade é superior a um ano aquando da emissão, no valor de 102,2 mil milhões

de euros (excluindo títulos subordinados perpétuos), tal como apresentado na nota 5.1 das Demonstrações financeiras. No balanço cash, estes valores são reprocessados, nomeadamente da dívida subscrita pelas entidades do Grupo que não pertencem ao perímetro prudencial do Banco.

Financiamentos a médio e longo prazo colateralizados

Os financiamentos a médio e longo prazo^(*) colateralizados são medidos distinguindo os ativos representativos de títulos e de créditos.

➤ **QUADRO N° 51: FINANCIAMENTOS A MÉDIO E LONGO PRAZO COLATERALIZADOS**

Em mil milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Colateral utilizado (**)	Financiamento garantido (***)	Colateral utilizado (**)	Financiamento garantido (***)
Créditos	53,6	42,1	66,7	49,6
Títulos	12,2	10,6	12,2	11,1
TOTAL	65,8	52,7	79,0	60,7

(*) Os financiamentos obtidos dos bancos centrais não são considerados financiamentos a médio e longo prazo nos indicadores internos, pelo que não são retomados neste quadro.

(**) Montantes líquidos de haircuts.

(***) Montantes líquidos de haircuts.

O valor dos financiamentos a médio e longo prazo colateralizados representa 28 % do total dos recursos a médio e longo prazo. O Banco gere de forma muito vigilante a sua percentagem de financiamento seguro, assim como a sobrecolateralização que lhe está associada.

RESERVA DE LIQUIDEZ

Para complementar os indicadores de acompanhamento apresentados anteriormente, existem simulações de crise de liquidez, que consideram os fatores gerais de mercado ou específicos ao Grupo, e que são regularmente realizados em maturidades curtas. A adequação da reserva de liquidez é regularmente avaliada pelo Grupo e pelas entidades, a fim de poder enfrentar uma evolução imprevista das necessidades de liquidez.

A reserva de liquidez é constituída por depósitos junto dos bancos centrais, por títulos e créditos disponíveis elegíveis para

refinanciamento dos bancos centrais, e por ativos disponíveis que possam ser utilizados com acordo de recompra ou vendidos rapidamente no mercado.

A monitorização da reserva de liquidez, constituída por depósitos nos bancos centrais e por ativos de curto prazo, permite ajustar a posição de tesouraria do Banco. A titularização dos créditos, que transforma ativos de longo prazo em títulos de curto prazo ou que podem ser mobilizados, é um dos meios para reforçar esta reserva de liquidez.

(Ver Atividade no âmbito da titularização por conta própria descrita no ponto 5.5).

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Risco de liquidez e de refinanciamento

O quadro abaixo descreve a evolução da reserva de liquidez.

➤ QUADRO N° 52: RESERVA DE LIQUIDEZ

Em mil milhões de euros	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Ativos elegíveis	189	203
Utilizações	68	98
política monetária	42	49
repouso	22	44
outras	4	5
Ativos elegíveis disponíveis	121	105
Depósitos em bancos centrais	100	55
dos quais reservas obrigatórias	9	12
RESERVA DE LIQUIDEZ GLOBAL	221	160

O aumento, em 2012, dos ativos elegíveis disponíveis, excetuando depósitos em bancos centrais, deve-se a uma racionalização da utilização dos ativos elegíveis. Além disso, o Banco aumentou significativamente os seus depósitos em bancos centrais ao longo do ano. Os excedentes de liquidez do Grupo foram atribuídos a este tipo de investimento enquanto se aguarda um esclarecimento sobre os ativos considerados de curto prazo nos rácios de liquidez regulamentares.

FATURAÇÃO INTERNA DA LIQUIDEZ

Todos os ativos e passivos do Grupo são objeto de uma fixação de preços interna da liquidez, cujos princípios são decididos no Comité ALM Grupo e visam tomar em consideração evoluções dos custos de liquidez de mercado e equilíbrios entre ativos e passivos.

OS RÁCIOS REGULAMENTARES DE LIQUIDEZ

O coeficiente de liquidez regulamentar a um mês é calculado mensalmente e abrange o perímetro BNP Paribas SA (Metrópole e sucursais).

A média do coeficiente de liquidez regulamentar a um mês do BNP Paribas SA (que reúne a Metrópole e as suas sucursais) é de 163 % para o ano de 2012, para um mínimo exigido de 100 %.

5.10 Risco operacional

POLÍTICA DE COBERTURA E DE REDUÇÃO DOS RISCOS [Auditado]

DISPOSITIVO DE GESTÃO

Quadro regulamentar

O risco operacional insere-se num quadro regulamentar formal:

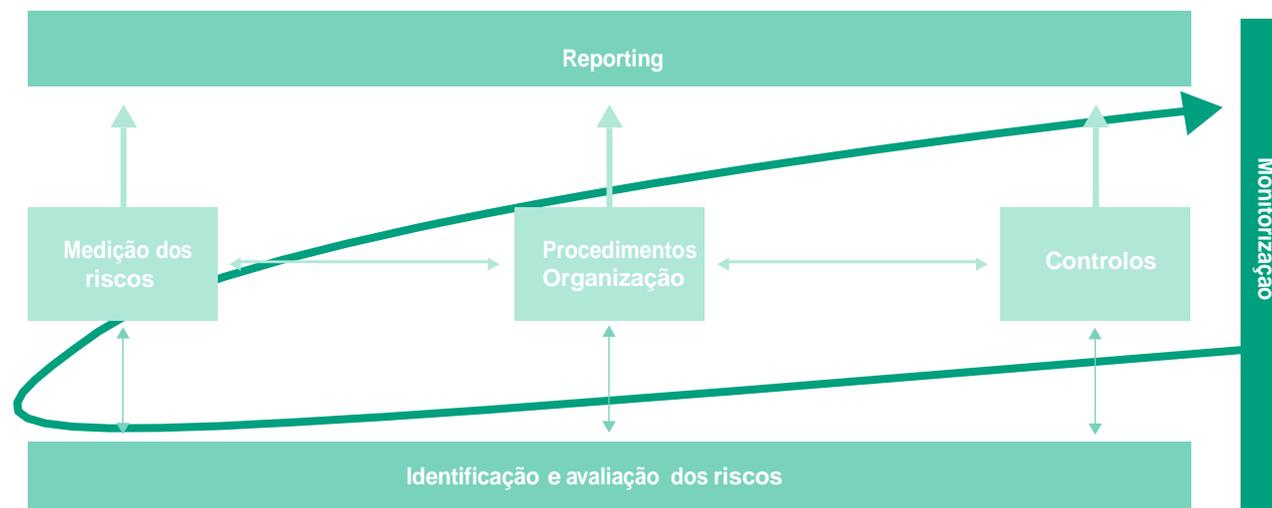
- a regulamentação proveniente do Comité de Basileia, que impõe a concessão de fundos próprios no âmbito do risco operacional;
- o regulamento CRBF 97-02 alterado, que prevê a implementação de uma área risco, cobrindo todos os tipos de risco, e um sistema de controlo interno que garanta a eficácia e a qualidade do funcionamento interno do Banco, a fiabilidade da informação interna e externa, a segurança das operações, e por fim a conformidade com as leis, os regulamentos e as políticas internas.

Objetivos e princípios

A fim de atingir este duplo objetivo de medição e de gestão, o BNP Paribas implementa um dispositivo de controlo operacional permanente, um processo iterativo que assenta em cinco elementos:

- a identificação e a avaliação dos riscos operacionais;
- a formalização, a implementação e o acompanhamento do dispositivo de redução dos riscos (procedimentos, verificações e todos os elementos de organização contribuindo para o controlo dos riscos: segregação das tarefas, gestão dos direitos de acesso, etc.);
- a realização das medições de risco e o cálculo do capital associado ao risco operacional;
- o reporting e a análise das informações de gestão relativas ao dispositivo de controlo operacional permanente;
- por fim, a gestão do dispositivo, através de uma governação que inclua o management e que resulte na determinação e no acompanhamento de planos de ação.

➤ GRÁFICO N° 10: PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL



Há essencialmente duas vertentes que devem ser realçadas. Estruturantes devido ao seu alcance, estas ilustram a complementaridade das abordagens do risco operacional e do controlo permanente do Grupo BNP Paribas:

- o cálculo do capital no perímetro BNP Paribas assenta numa abordagem híbrida, combinando um modelo interno para uma larga maioria de entidades, e, para as outras, as abordagens Standard ou Básica, consoante o seu nível de maturidade. O modelo interno AMA («Advanced Measurement Approach»)

assenta na padronização de distribuições de perdas, cujo ajustamento utiliza um duplo conjunto de dados: históricos de incidentes ocorridos desde 2002 no grupo BNP Paribas e nos grandes bancos internacionais, e cenários de incidentes potenciais, construídos a nível interno, nomeadamente para melhor identificar os riscos extremos aos quais o Banco está exposto. Este modelo foi homologado pela Autoridade de Controlo Prudencial em 2008. A sua aplicação foi progressivamente alargada ao Grupo e, em particular em 2012, a um grande número de entidades provenientes do perímetro ex Fortis;

- a generalização dos planos de controlos: o BNP Paribas desenvolveu uma iniciativa de formalização de «planos de controlos», visando um triplo objetivo: homogeneizar as práticas, racionalizar o dispositivo, standardizar os controlos. Esta prática deve facilitar a cobertura das empresas a nível internacional e acompanhar as evoluções de estrutura do Grupo. Apoiando-se nas cartografias de riscos que conduziram à identificação e à quantificação dos cenários de riscos potenciais, este implica todos os polos, os conjuntos operacionais retail, as áreas de intervenção e as funções do Grupo.

Agentes e governação

O Grupo BNP Paribas procura implementar um dispositivo de controlo permanente e de gestão do risco operacional organizado em torno de dois tipos de intervenientes:

- os responsáveis de entidades operacionais, primeiros agentes na gestão de riscos e na implementação dos dispositivos de controlo destes riscos;
- equipas especializadas, presentes a todos os níveis do Grupo (polos, conjuntos operacionais retail, funções, áreas de intervenção) e coordenadas centralmente por uma equipa dita «2OPC» (Oversight of Operational Permanent Control/Fiscalização do Controlo Operacional Permanente), ligada ao Grupo Conformidade e pertencente à área risco do Grupo. Estas equipas devem especificamente:
 - coordenar, no seu perímetro de responsabilidade, a definição e a distribuição do dispositivo de controlo permanente e de gestão do risco operacional, das suas normas e metodologias, dos reportings e das ferramentas associadas;
 - fornecer um segundo olhar, independente dos responsáveis operacionais, sobre os riscos operacionais e o funcionamento do dispositivo de risco operacional e de controlo permanente e emitir opiniões, se for caso disso.

Os efetivos responsáveis por esta atividade de supervisão representam cerca de 350 pessoas a tempo inteiro.

Os assuntos ligados ao controlo operacional permanente e à continuidade de atividade são apresentados regularmente ao Comité Executivo do Grupo, e periodicamente ao Comité de coordenação do controlo interno (instância que reúne os agentes do controlo interno, sob a presidência do Coordenador do controlo interno). Os polos, os conjuntos operacionais retail, as áreas de intervenção e as funções do Grupo adaptam no seu perímetro esta estrutura de governação que associa o enquadramento executivo. As outras entidades do Grupo, e em particular as filiais significativas, desenvolveram amplamente um tipo de organização semelhante.

Âmbito e natureza dos sistemas de comunicação e de medição dos riscos

Os Comités Executivos do Grupo, dos polos, dos conjuntos operacionais retail, das áreas de intervenção e das funções têm como missão monitorizar a gestão dos riscos operacionais e de não conformidade e dos controlos permanentes no seu perímetro de responsabilidade, no âmbito da infra-estrutura implementada ao nível do Grupo. Estes validam a qualidade e a coerência dos dados de gestão, analisam o seu perfil de risco em relação aos limites de tolerância que definiram e avaliam a qualidade

do seu dispositivo de controlo, de acordo com os seus objetivos e os riscos que correm. Acompanham igualmente a implementação das ações de redução dos riscos.

A medição dos riscos operacionais apoia-se num dispositivo de recolha dos incidentes confirmados ou potenciais, de acordo com um procedimento estruturado por processos e conjuntos organizacionais (atividade num país e uma entidade legal) e seguindo uma lógica «causa, acontecimento, efeito». Estas informações fornecem uma base para ações de correção e de prevenção dos riscos.

As informações mais importantes são levadas ao conhecimento dos diversos níveis da organização, até aos órgãos executivos e de deliberação, de acordo com um processo de subida de informação previamente definido.

AS COMPONENTES DO RISCO OPERACIONAL LIGADAS AO RISCO JURÍDICO, AO RISCO FISCAL E À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Risco jurídico

O BNP Paribas está submetido, em cada um dos países onde o Grupo opera, às regulamentações aplicáveis às empresas dos seus setores de atividade, nomeadamente a banca, os seguros e os serviços financeiros. O Grupo é nomeadamente obrigado ao respeito da integridade dos mercados e ao respeito da supremacia dos interesses dos clientes.

Há muito tempo que a função jurídica do BNP Paribas desenvolveu um dispositivo global de partilha de informação e de controlo interno cuja vocação é prevenir, detetar, medir e controlar os riscos de natureza jurídica. Recentemente, o dispositivo desenvolvido anteriormente foi amplamente revisto para se adaptar às evoluções do Grupo e promover a reatividade dos responsáveis jurídicos e das suas equipas, independentemente da sua área de intervenção e do seu território de ação. O novo dispositivo assenta em:

- instâncias de governação:
 - o Comité Executivo da função jurídica que define a estratégia global da função jurídica e zela para que esta seja respeitada;
 - o Global Legal Committee, que coordena e supervisiona a função jurídica em todas as componentes do Grupo nos seus países de implantação, e garante a coerência e a aplicação das políticas jurídicas do Grupo;
 - o Global Litigation Practice Group, que reúne juristas especializados de catorze países, com vista a reforçar a sua capacidade de antecipação e de interação nas áreas de contencioso, pré-contencioso e «regulatory»;
- Comités ad hoc, entre os quais:
 - os Comités de vigilância jurídica França e Europa, que asseguram uma vigilância dos projetos de lei, propõem uma análise, uma interpretação e a divulgação dos textos legislativos, regulamentares e das evoluções de jurisprudência francesas e europeias no Grupo;

- o Steering Center for European Law, instância franco-belga que representa todo o Grupo, com competências em matéria de direito europeu e direito da concorrência;
- o Comité de controlo permanente dos riscos jurídicos, que inclui a fiscalização dos riscos operacionais e das recomendações da auditoria interna;
- os Legal Practice Groups, por linha de área de intervenção, e grupos de trabalho temáticos, com vista a reforçar a cooperação entre juristas especializados e a propor políticas transversais de gestão dos riscos jurídicos;
- procedimentos e referenciais internos que enquadrem, por um lado, o controlo do risco jurídico, em estreita ligação com a Conformidade para todos os assuntos que são também da sua responsabilidade, e por outro lado, a intervenção dos juristas do Grupo e dos operacionais na área jurídica. Estes procedimentos estão reunidos, desde finais de 2004, numa base de dados acessível a todos os colaboradores do Grupo;
- um dispositivo de knowledge management ao serviço dos juristas e dos operacionais, e uma ampla oferta de formação para a comunidade jurídica do Grupo;
- ferramentas internas de reporting e de análise que os Assuntos Jurídicos Grupo (AJG) continuam a desenvolver e que contribuem para a identificação, avaliação e análise do risco operacional de natureza jurídica.

Num contexto económico difícil, marcado pela multiplicação das regulamentações que levam a um aumento das obrigações regulamentares e pela do contencioso, a função jurídica deve ter uma visão global e otimizar a sua capacidade de intervenção.

O ano 2012 permitiu aplicar e testar as novas modalidades de direção e de trabalho da função jurídica. Está a ser estudada uma alteração das suas modalidades de intervenção nas áreas de contencioso e de regulamentação, e uma reestruturação das relações com as funções jurídicas de algumas áreas de intervenção especializadas e territórios estrangeiros. Nesse sentido, a função jurídica quis especificar as suas áreas de intervenção e níveis de responsabilidade e criar novas zonas de cooperação com as áreas de intervenção do Grupo, tarefa que foi facilitada com a participação do Diretor Jurídico (ou de um dos seus representantes), na qualidade de membro permanente, no Comité de coordenação do controlo interno e no Comité de conformidade.

Ainda nesse sentido, a função jurídica, em colaboração com a função Compras, dotou o Grupo de uma política global, pragmática e mais desenvolvida de recurso aos prestadores de serviços jurídicos externos, combinando qualidade e controlo dos custos.

Risco fiscal

O BNP Paribas está submetido às regulamentações fiscais em vigor nos diferentes países onde o Grupo opera, e que se aplicam aos setores de atividade dos quais dependem as diferentes entidades do Grupo, como a banca, os seguros e os serviços financeiros.

Os Assuntos Fiscais Grupo (AFG) são uma função com competências a nível mundial, responsável pela coerência das soluções fiscais do Grupo e pelo acompanhamento do risco fiscal global, cuja responsabilidade partilha com a função Grupo Finanças (FG). Os AFG zelam para que os riscos tomados em matéria fiscal se situem a um nível aceitável para o Grupo, em consonância com os seus objetivos de reputação.

Para exercer a sua missão, a função AFG implementou:

- uma rede de correspondentes fiscais no conjunto dos países onde o Grupo está implantado, ao qual se juntam fiscalistas locais presentes em 16 países;
- um processo de subida de informação qualitativa que permita contribuir para o controlo do risco fiscal e avaliar o cumprimento da regulamentação fiscal local;
- um reporting regular à Direção Geral sobre o exercício das delegações concedidas e o cumprimento dos referenciais internos.

Esta função tem, em colaboração com o FG, a presidência do Comité de coordenação fiscal, alargado à função Conformidade e, em caso de necessidade, aos polos. Este Comité tem como missão analisar os elementos que dizem respeito às principais problemáticas fiscais do Grupo. Além disso, o FG tem a obrigação de recorrer ao conselho dos AFG para os aspetos fiscais do conjunto das operações tratadas.

Por fim, os AFG são dotados de procedimentos que abrangem o conjunto dos polos e que se destinam a garantir a identificação, o controlo e a vigilância do risco fiscal.

Segurança da informação

A informação, e mais particularmente os dados digitais, constituem uma das principais matérias-primas das atividades de um banco. A desmaterialização quase completa, a necessidade de rapidez das operações e a sua automatização cada vez mais exigente, a interligação entre o Banco e os seus clientes – através da internet para os particulares e através de múltiplas redes para as empresas e instituições – reforçam continuamente a necessidade de controlo do risco relativo à segurança da informação.

A evolução dos incidentes ocorridos na profissão bancária e a indústria dos cartões de crédito/pagamento, a sua monetização, assim com a sua divulgação junto do público nos diferentes países, implica que o Grupo reforce constantemente as suas ações de antecipação, de prevenção, de proteção, de deteção e de reação a fim de enfrentar as principais ameaças e acompanhar a regulamentação e a jurisprudência em matéria de dados pessoais e bancários.

A PSSI (Política de Segurança dos Sistemas de Informação) do BNP Paribas está definida num conjunto de documentos de referência adaptados às diversas necessidades do Grupo (tanto funcionais como técnicas). Nesta encontramos a política geral de segurança, diferentes políticas mais específicas relativas a certas temáticas da segurança dos sistemas de informação, a formulação de exigências estruturadas segundo os eixos da norma ISO 27001, guias práticos que acompanham as exigências de segurança, procedimentos operacionais e o conjunto dos documentos de sensibilização dos colaboradores e utilizadores dos sistemas de informação do Grupo.

Este quadro de referência é definido por área de intervenção, tendo em consideração os constrangimentos regulamentares, a exposição da área de intervenção ao risco de segurança e as ameaças específicas a que está sujeita. Assim, cada área de intervenção utiliza um procedimento de gestão dos riscos de segurança harmonizada no Grupo (a metodologia escolhida é a ISO 27005 complementada com a metodologia de análise de riscos francesa EBIOS), indicadores de avaliação dos riscos e o acompanhamento do plano de ação. Este procedimento é completado por planos de controlo da segurança dos sistemas de informação que abrangem o conjunto dos ativos chave do Grupo do ponto de vista da eficácia (desenvolvimento e qualidade) e mede o nível de maturidade das organizações. Este insere-se no controlo permanente e no controlo periódico presente em cada atividade bancária, em particular tratando-se da diretiva CRBF 97-02, alterada em 2004, em França e de outras regulamentações semelhantes noutros países.

Cada área de intervenção do grupo BNP Paribas possui fatores de risco associados à segurança da informação que lhe são específicos, enquanto outros são comuns a todos. A política de controlo do risco de segurança considera as dimensões próprias de cada área de intervenção, muitas vezes mais complexas devido às especificidades nacionais – culturais e legais – dos países onde estas atividades são exercidas.

A disponibilidade dos sistemas de informação é um elemento chave da continuidade das operações bancárias em caso de sinistro ou de crise. Mesmo sendo impossível garantir uma disponibilidade a 100 %, o grupo BNP Paribas mantém, melhora e verifica regularmente os seus dispositivos de emergência e de fiabilidade (robustez) das suas ferramentas informáticas, em conformidade com os seus valores de excelência operacional, o reforço da regulamentação e a consideração de riscos extremos (catástrofe natural ou não, crise na saúde, etc.) e em consonância com a política global de continuidade das operações.

Os aspetos de confidencialidade dos dados dos clientes e de integridade das transações entram nos mesmos dispositivos de procura de uma qualidade acrescida para enfrentar as ameaças enunciadas na introdução, mas também para proporcionar aos nossos clientes um serviço adequado às suas expectativas.

O BNP Paribas prossegue uma política de limitação do risco e de otimização de meios continuando:

- a atualização do quadro processual específico de cada área de intervenção, que enquadra as práticas diárias para ter em conta a evolução das atividades e das tendências;
- a sensibilização de todo o pessoal para os desafios da segurança da informação e a formação em procedimentos e atitudes de controlo do risco dos agentes chave ligados aos meios informáticos;
- o alargamento e o desenvolvimento dos controlos das entidades BNP Paribas e dos parceiros externos, e o reforço das ações de acompanhamento;
- o reforço da segurança para os desenvolvimentos informáticos, da medição dos esforços de reatividade em termos de segurança das produções informáticas e de luta contra a fuga de dados;
- a supervisão dos incidentes e uma vigilância tecnológica das vulnerabilidades e dos ataques informáticos.

O BNP Paribas inscreveu a política de segurança numa abordagem de melhoria contínua. Com efeito, além dos meios significativos implementados para proteger os seus ativos informáticos e o seu património de informação, o nível de segurança desenvolvido deve ser vigiado continuamente e controlado de forma permanente. Isto permite ajustar permanentemente os esforços de segurança às novas ameaças criadas pela cibercriminalidade. Neste contexto, a revisão do modelo de segurança permite ter em conta as evoluções tecnológicas que modificam fortemente as interações entre os utilizadores (clientes e colaboradores) e os seus sistemas de informação. Este assunto implica ações realizadas ao nível do Grupo, com vista à evolução das ferramentas que permitem a industrialização dos processos de segurança, a implementação de uma comunidade segurança e a continuação dos grandes projetos inscritos no plano de evolução da segurança dos sistemas de informação do Grupo.

ABORDAGENS ESCOLHIDAS E RESPETIVOS PERÍMETROS

Os princípios de gestão e de medição do risco operacional são definidos pela função Conformidade Grupo, por delegação do responsável legal da área Riscos. O dispositivo de risco operacional é implementado no Grupo BNP Paribas de forma proporcional aos riscos incorridos e numa preocupação de cobertura ampla.

O cálculo da exigência de fundos próprios é feito ao nível das entidades jurídicas do perímetro prudencial do Grupo BNP Paribas. O cálculo dos ativos ponderados é obtido multiplicando a exigência em fundos próprios por 12,5.

O Grupo escolheu uma abordagem híbrida combinando a Abordagem de Medição Avançada (AMA), a abordagem standard e a abordagem de base.

No Grupo, as entidades que desenvolveram a metodologia AMA são as entidades mais importantes de cada polo ou Conjunto Operacional Retail. As atividades do Banco de retalho em França e em Itália, do CIB e de Investment Solutions estão assim amplamente cobertas por esta abordagem. As atividades do BNP Paribas Fortis e do BGL BNP Paribas, assim como de outras filiais provenientes do antigo grupo Fortis, utilizam também, desde 2012, o dispositivo AMA do BNP Paribas.

MÉTODO AMA

O cálculo do requisito de capital em Abordagem de Medição Avançada (AMA) impõe a elaboração de um modelo interno de cálculo do capital relativo ao risco operacional, baseado em dados de perdas internas (potenciais ou históricas), em dados de perdas externas, na análise de diversos cenários e em fatores de ambiente e de controlo interno.

O modelo interno que responde aos requisitos AMA assenta nos seguintes princípios:

- o modelo desenvolvido apoia-se na distribuição de perda anual agregada, o que significa que é desenvolvida uma abordagem atuarial na qual as frequências e as gravidades das perdas para risco operacional são padronizadas de acordo com distribuições ajustadas aos dados disponíveis;

- os dados históricos e prospetivos são utilizados no cálculo do capital, com uma preponderância para os dados prospetivos, os únicos capazes de representar os riscos extremos;

- o modelo utilizado quer-se fiel aos dados que o alimentam, de modo que as áreas de intervenção se possam apropriar dos resultados produzidos. Assim, a maior parte das hipóteses está integrada nos próprios dados;

- os cálculos de capital são efetuados de forma prudente. Neste âmbito, é realizada uma revisão aprofundada dos dados utilizados a fim de os completar eventualmente com riscos que necessitem de uma representação no perfil de risco do Grupo.

O capital regulamentar no perímetro AMA corresponde ao VaR (Value at Risk), ou seja ao montante máximo de perda possível durante um ano, para um determinado nível de certeza (99,9 % no capital regulamentar). O cálculo é efetuado globalmente sobre o conjunto dos dados relativos ao perímetro AMA do Grupo, depois atribuído às entidades jurídicas que compõem este perímetro.

MÉTODOS FIXOS

O grupo BNP Paribas optou por implementar um cálculo de capital segundo uma abordagem fixa (standard ou de base) para as entidades do perímetro de consolidação que não são tratadas no modelo interno.

A abordagem de base: o cálculo do requisito de capital é definido como a média dos três últimos anos do Produto Líquido Bancário (indicador de exposição) multiplicado por um fator alfa único definido pelo supervisor (coeficiente de ponderação de 15 %).

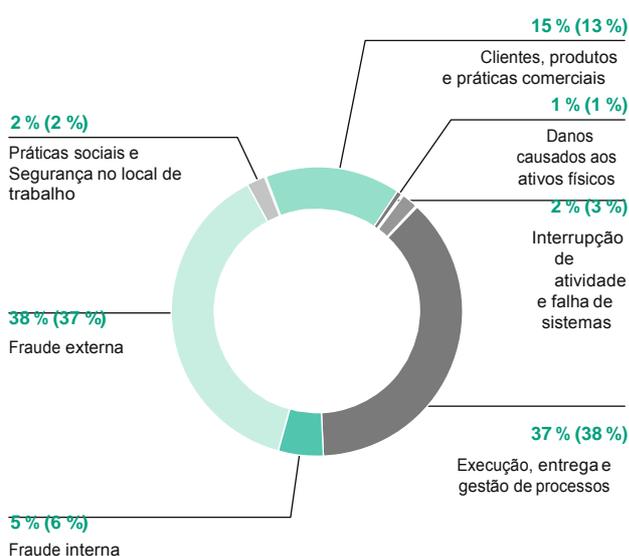
A abordagem standard: o cálculo do requisito de capital é definido como a média dos três últimos anos do Produto Líquido Bancário multiplicado por um fator beta correspondente (definido pelo supervisor), para cada linha de área de intervenção. Para realizar este cálculo, todas as linhas de áreas de intervenção do Grupo são classificadas nas oito categorias de atividade sem exceção nem sobreposição.

EXPOSIÇÃO DO GRUPO BNP PARIBAS AO RISCO OPERACIONAL

Os incidentes operacionais, tal como definidos pela regulamentação bancária, abrangem 7 categorias: (i) fraude interna, (ii) fraude externa, (iii) práticas sociais e segurança no local de trabalho (como por exemplo uma anomalia resultante da gestão de um recrutamento), (iv) clientes, produtos e práticas comerciais (defeito de um produto, venda

inapropriada...), (v) danos causados aos ativos físicos, (vi) interrupção de atividade e falha de sistemas, (vii) execução, entrega e gestão de processos (erro de registo, erro na documentação...).

➤ GRÁFICO N.º 11: PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO OPERACIONAL - DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE ACONTECIMENTO (MÉDIA 2008 A 2012)^(*)



(*) As percentagens entre parênteses correspondem à média das perdas por tipo de acontecimento 2008-2011.

As fraudes externas e as falhas nos processos, frequentemente provenientes de erros na execução ou no tratamento de operações, representam os dois principais tipos de incidentes de risco operacional. No que diz respeito à fraude externa, trata-se ou de fraudes bastante frequentes na banca de retalho, como as fraudas nos meios de pagamento ou no crédito, ou de acontecimentos mais raros mas de grande dimensão, que se encontram sobretudo nas atividades de Corporate and Investment Banking. O terceiro tipo de incidente mais importante financeiramente corresponde a acontecimentos ligados às práticas comerciais, cujo peso tende a estabilizar-se no tempo após uma fase de crescimento. A fraude interna representa aproximadamente 5% dos incidentes do Grupo.

Os outros tipos de incidentes representam montantes de incidentes mais limitados em peso relativo.

O grupo BNP Paribas tem o maior cuidado em analisar estes diferentes incidentes, de modo a melhorar regularmente o seu dispositivo de controlo já bem estruturado.

EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS

➤ QUADRO N° 53: EXIGÊNCIAS EM FUNDOS PRÓPRIOS NO ÂMBITO DO RISCO OPERACIONAL

Em milhões de euros	Exigências em fundos próprios		
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	Varição
Abordagem Modelo interno AMA	2 847	3 090	(243)
Abordagem Standard	761	758	3
Abordagem de Base	484	521	(37)
RISCO OPERACIONAL	4 092	4 369	(277)

A diminuição de -277 milhões de euros na exigência em fundos próprios (- 3,5 mil milhões de euros de ativos ponderados) no âmbito do risco operacional deve-se em parte a um efeito método, devido à convergência do perímetro das entidades Fortis para o modelo AMA

do Grupo (no primeiro trimestre de 2012), mas também a um efeito perímetro, devido à desconsolidação de algumas entidades jurídicas, sendo a mais importante Klépierre.

REDUÇÃO DO RISCO ATRAVÉS DAS TÉCNICAS DE SEGUROS

A cobertura dos riscos do Grupo BNP Paribas é realizada na dupla perspectiva de proteger o seu balanço e a sua demonstração de resultados. Esta assenta numa identificação e numa avaliação dos riscos, através da realização de cartografias de riscos, do registo das perdas operacionais sofridas pelo Grupo e das análises prospetivas.

A compra de apólices de seguro junto de agentes de primeiro plano permite corrigir os eventuais danos significativos resultantes de fraudes, de desvios e de roubos, de perdas operacionais ou de acusações pondo em causa a responsabilidade civil do Grupo ou dos colaboradores que tem a seu cargo. Alguns riscos são conservados, para que o Grupo BNP Paribas otimize os seus custos mantendo em simultâneo um controlo perfeito da sua exposição. Trata-se de riscos bem identificados, cujo impacto em termos de frequência e de custo é conhecido ou previsível.

Além disso, e no âmbito da cobertura dos seus riscos, o Grupo está atento à qualidade, à notação e portanto à solvabilidade dos seus

parceiros seguradores.

Por fim, convém salientar que as informações detalhadas sobre os riscos incorridos, assim como as visitas a empresas, permitem às seguradoras avaliar a qualidade da prevenção no BNP Paribas, bem como os meios de segurança implementados e regularmente adaptados às novas normas e regulamentações.

5.11 Risco de não conformidade e de reputação

[Auditado]

O controlo do risco de não conformidade está no cerne do dispositivo de controlo interno do grupo BNP Paribas: este tem como objetivo o cumprimento das leis, regulamentações, regras deontológicas e instruções, a proteção da reputação do Grupo, dos seus investidores e dos seus clientes, a ética nos comportamentos profissionais, a prevenção dos conflitos de interesses, a proteção do interesse dos clientes e da integridade dos mercados, a luta contra o branqueamento de capitais, a corrupção e o financiamento do terrorismo, assim como o cumprimento dos embargos financeiros.

Nos termos da regulamentação francesa, a função Conformidade é responsável pelo dispositivo, no perímetro do Grupo em geral, quaisquer que sejam as atividades em França e no estrangeiro. Estando sob a autoridade direta do Diretor Geral, esta beneficia de um acesso direto e independente ao Comité de controlo interno, de riscos e da conformidade do Conselho de Administração.

A função é composta por uma estrutura central em Paris, que assegura um papel de monitorização e de controlo, e por equipas descentralizadas nos diferentes polos de atividade, conjuntos operacionais retail, áreas de intervenção e funções do Grupo, que agem por delegação da função central. Este dispositivo é continuamente reforçado.

O dispositivo de controlo dos riscos de não conformidade e de reputação assenta num sistema de controlo permanente, estruturado em torno de quatro eixos:

- procedimentos gerais e específicos;
- a coordenação das ações levadas a cabo no Grupo, a fim de garantir a coerência de conjunto e a eficiência dos sistemas e ferramentas de supervisão;
- o desenvolvimento de ferramentas de prevenção e de deteção (ferramentas de luta contra o branqueamento, o terrorismo e a corrupção, de deteção dos abusos de mercado, etc.);
- ações de formação, quer à escala do Grupo, quer à escala dos polos de atividade e áreas de intervenção.

A preservação da sua reputação é uma preocupação constante do Grupo BNP Paribas. Esta exige uma adaptação constante da sua política de gestão de riscos, em função das evoluções do ambiente externo. Assim, o contexto internacional, a multiplicação das práticas ilícitas no mercado e o reforço das regulamentações em vários países levaram o Grupo a reforçar o seu dispositivo de controlo na área chave da luta contra o branqueamento, o terrorismo e a corrupção.

5.12 Riscos de seguros [Auditado]

DISPOSITIVO DE GESTÃO DE RISCOS DO BNP PARIBAS CARDIF

O BNP PARIBAS CARDIF está exposto aos seguintes riscos :

- o risco de mercado, risco de perdas de valor associado às variações dos mercados financeiros, resulta essencialmente das diferenças de integração entre os ativos e os passivos do seguro, que, na maioria dos casos, têm origem em durações respetivamente diferentes no ativo e no passivo, assim como na existência de uma taxa mínima garantida para os segurados;
- o risco de subscrição, risco de perdas de valor associado às variações das prestações, resulta de evoluções estatísticas, macroeconómicas ou comportamentais, bem como da ocorrência de fenómenos ditos catastróficos, isto é, com baixa probabilidade de ocorrência e forte intensidade financeira;
- o risco de crédito, risco de perdas de valor associado aos efeitos da alteração da qualidade de crédito dos credores, incide simultaneamente sobre os emissores dos instrumentos financeiros nos quais as diferentes entidades do BNP Paribas Cardif investem os prémios recebidos dos segurados,

e sobre os distribuidores e os resseguradores nos quais essas entidades têm créditos representativos do fluxo de seguro a receber;

- o risco operacional é o risco de perdas de valor associado a processos internos imperfeitos ou inadaptados ou a acontecimentos externos.

A gestão destes riscos está enquadrada pela definição de um perfil de risco específico do BNP Paribas Cardif e pelas suas preferências de risco:

- a definição de um perfil de risco específico do seguro é dada por dois indicadores. Por um lado, o desvio máximo aceite em 90 % dos casos do resultado líquido antes de impostos comparado com o orçamento e, por outro lado, o rácio de solvabilidade alvo no ambiente prudencial em vigor atualmente, nomeadamente a Diretiva 73/239/EC, dita Solvabilidade I, tal como transposta para o Código dos seguros;
- o rácio de Solvabilidade I é em 31 de dezembro de 2012 de 115 %, sem considerar as mais-valias não realizadas sobre os ativos e sobre as provisões

técnicas. Com as mais-valias não realizadas, é superior a 200 %. As preferências de risco do BNP Paribas Cardif resumem-se em três objetivos: (a) controlar o desenvolvimento do fundo geral no crescimento dos produtos de poupança para limitar o risco de mercado, (b) apoiar o desenvolvimento dos produtos de Proteção e (c) desenvolver-se no mercado dos produtos Danos, para aumentar a parte relativa de risco de subscrição e aumentar o efeito de diversificação.

Esta estratégia de risco é implementada e acompanhada através de uma organização adaptada às famílias de risco e apoiada por governações ad hoc. Os principais Comitês de decisão de prática de risco ou de acompanhamento dos riscos são os seguintes:

- o Comité de Riscos Seguros abrange o conjunto dos riscos e é responsável pela definição da política de riscos e da supervisão dos principais riscos. Além da estrutura específica para esse efeito, implementada desde 2009 («Valor»), também acompanha a evolução da transição do BNP Paribas Cardif para o futuro referencial Solvabilidade II;

- os diferentes Comitês onde se tomam as decisões sobre a prática de risco são o Comité de Subscrição para os riscos que estão fora das delegações das entidades locais e regionais, o Comité Nova Atividade para os novos riscos de subscrição e os riscos de subscrição antigos para o BNP Paribas Cardif, mas novos para uma determinada entidade e o Comité Nova Classe de Ativos para os investimentos em novos tipos de ativos;
- o Comité ALM Seguros abrange o risco de mercado e é responsável pela definição da atribuição estratégica dos ativos;
- o Comité de Acompanhamento dos Compromissos abrange os riscos de subscrição, bem como o risco de crédito sobre créditos provenientes de operações de seguros, sendo também responsável pela sua supervisão;
- o Comité de Risco Crédito Ativo abrange o risco de crédito dos emissores dos instrumentos financeiros, sendo também responsável pela sua supervisão;
- o Comité de Riscos Operacionais acompanha os incidentes declarados e potenciais.

RISCOS DE MERCADO E DE CRÉDITO

Os riscos de mercado e de crédito dizem principalmente respeito à atividade Poupança, cujas provisões técnicas representam mais de 95 % dos passivos das filiais de seguros do Grupo.

A gestão do risco de taxa do fundo geral das entidades de seguros e a política de diversificação dos ativos levam ao investimento em carteiras de ativos imobiliários, em ações e títulos de rendimento fixo, entre os quais títulos de Estado, nomeadamente emitidos por países da Zona Euro. A atribuição estratégica alvo de Cardif Société Vie, principal filial de seguros Poupança, assenta essencialmente em títulos de rendimento fixo (80 %). A parte de ações é significativa (10 %), bem como a do imobiliário (10 %).

Os riscos de mercado e de crédito são de quatro tipos:

RISCO DE TAXA

Os contratos de seguros de vida comercializados são remunerados na base de uma taxa contratual fixa ou na base de uma taxa variável com ou sem garantia de uma taxa mínima (TMG). Independentemente do tipo de contrato,   aconselhável gerir o risco de taxa e de valor dos ativos, que resultaria de um desempenho dos investimentos realizados em representa o dos pr mios recebidos inferior   obriga o de remunera o contratual. A taxa média garantida em 2012 está em baixa, situando-se em 1,41 %, quando comparada com a de 2011 (1,47 %). 97 % das provisões matemáticas do BNP Paribas Cardif têm compromissos de taxa mínima garantida com uma dura o inferior ou igual a 2 anos.

Em França, as eventuais futuras perdas financeiras, estimadas e m r elaq o   dura o de vida dos contratos, são alvo de uma provisão para imprevistos financeiros. Esta provisão   constituída quando o quociente do montante total dos juros técnicos e do mínimo garantido contratualmente

pelo montante médio das provisões técnicas constituídas passa a ser superior a 80 % da taxa de rendimento dos ativos da empresa. Não foi constituída nenhuma provisão para imprevistos financeiros e m 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 devido   fraca exposi o ao risco de taxa garantida, sendo a dura o dos compromissos curta e as taxas garantidas pouco elevadas.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez   gerido de forma centralizada pela gestão activo-passivo no BNP Paribas Cardif, em rela o com a Dire o da Gestão Ativo-Passivo e da Tesouraria do Grupo. Regularmente são efetuados estudos de integra o ativo-passivo para medir e controlar os riscos financeiros corridos. Estes baseiam-se numa proje o da demonstra o de resultados e do balanço   médio e/ou longo prazo em diferentes cenários económicos. A análise dos resultados assim obtidos permite efetuar medidas de ajustamento dos ativos (atribui o estratégica, diversifica o, produtos derivados...) para reduzir os riscos associados às varia es de taxa e de valor dos ativos.

RISCO DE CRÉDITO

A exposi o obrigacionista do BNP Paribas Cardif   equilibrada, repartida entre o risco soberano e o risco Corporate (respetivamente 55 % e 45 % da carteira de Cardif Assurance Vie). A sele o de emissores para as carteiras da Zona Euro tem como objetivo um rating médio superior a A+.

Os limites por emissor e por tipo de rating (Investment grade, High Yield) são acompanhados periodicamente. A análise da qualidade dos emissores   revista frequentemente. A exposi o ao risco soberano dos países periféricos da Zona Euro mant m-se limitada (< 8 %).

➤ QUADRO N° 54: EXPOSIÇÕES OBRIGACIONISTAS DO BNP PARIBAS CARDIF POR PAÍSES

31 dezembro 2012												
Em milhões de euros	Obrigações de Estado		Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público		Obrigações de instituições financeiras ou de companhias de seguros		Obrigações seguras		Outras obrigações emitidas por empresas		Total	
	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Contabilístico líquido	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Contabilístico líquido	Valor de mercado
Exposição por país												
França	8 979	10 805	1 843	2 109	11 959	12 463	4 345	4 889	4 016	4 548	31 141	34 813
Itália	4 406	4 708	90	89	1 291	1 255	383	412	565	613	6 734	7 078
Países Baixos	1 005	1 227	467	521	2 045	2 257	146	173	1 336	1 506	4 998	5 683
Espanha	1 063	1 045	0	0	248	231	1 161	1 073	330	354	2 803	2 703
Alemanha	1 138	1 377	86	94	284	306	273	279	149	170	1 930	2 226
Áustria	1 706	2 048	0	0	3	3	0	0	0	0	1 708	2 051
Bélgica	2 981	3 406	30	30	60	67	0	0	175	187	3 246	3 690
Reino Unido	0	0	0	0	2 272	2 511	579	676	85	91	2 935	3 278
Irlanda	429	443	0	0	532	491	233	242	331	367	1 525	1 543
Estados Unidos	0	0	0	0	1 485	1 616	51	57	547	616	2 083	2 289
Portugal	751	650	153	153	0	0	0	0	95	74	998	878
Outros	1 457	1 647	899	1 020	1 413	1 511	72	80	1 215	1 392	5 056	5 649
TOTAL	23 914	27 356	3 568	4 017	21 592	22 711	7 243	7 880	8 843	9 918	65 159	71 881

31 dezembro 2011												
Em milhões de euros	Obrigações de Estado		Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público		Obrigações de instituições financeiras ou de companhias de seguros		Obrigações seguras		Outras obrigações emitidas por empresas		Total	
	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado
Exposição por país												
França	10 707	11 781	1 952	2 043	9 452	8 713	4 475	4 531	3 834	4 038	30 421	31 106
Itália	3 521	3 114	0	0	1 415	1 133	167	153	288	284	5 391	4 683
Países Baixos	1 017	1 184	466	495	2 053	2 038	159	177	1 407	1 524	5 102	5 418
Espanha	1 545	1 499	0	0	302	270	1 271	1 047	356	343	3 474	3 158
Alemanha	1 482	1 790	118	130	230	238	274	286	139	151	2 243	2 595
Áustria	2 058	2 221	0	0	3	3	0	0	0	0	2 061	2 224
Bélgica	2 604	2 705	0	0	63	62	0	0	98	103	2 765	2 870
Reino Unido	0	0	0	0	2 219	2 120	578	590	71	77	2 868	2 786
Irlanda	1 063	856	0	0	555	433	234	214	304	321	2 155	1 825
Estados Unidos	0	0	0	0	1 686	1 560	51	51	577	633	2 314	2 244
Portugal	1 168	688	163	130	0	0	14	9	95	41	1 440	868
Outros	1 503	1 458	582	629	1 463	1 391	99	105	1 232	1 296	4 879	4 879
TOTAL	26 668	27 297	3 281	3 426	19 440	17 959	7 322	7 163	8 401	8 811	65 112	64 656

➤ **QUADRO N° 55: EXPOSIÇÕES OBRIGACIONISTAS DO BNP PARIBAS CARDIF POR NOTAÇÃO EXTERNA**

31 dezembro 2012												
Em milhões de euros	Obrigações de Estado		Obrigações de agências governamentais ou outras entidades do setor público		Obrigações de instituições financeiras ou de companhias de seguros		Obrigações seguras		Outras obrigações emitidas por empresas		Total	
	Exposição por notação externa	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.	Valor de mercado	Valor Cont. líq.
AAA	2 460	2 964	1 242	1 425	326	335	4 191	4 787	18	22	8 236	9 532
AA+	10 684	12 853	1 838	2 083	5	5	273	279	12	14	12 812	15 233
AA	0	0	30	30	0	0	903	981	941	1 112	1 874	2 123
AA-	3 074	3 520	7	6	1 736	1 917	51	52	409	480	5 278	5 976
A+	253	298	13	14	1 456	1 580	51	57	1 876	2 134	3 649	4 082
A	163	179	174	194	11 542	12 171	374	403	983	1 105	13 235	14 052
A-	539	613	0	0	1 559	1 710	375	382	1 319	1 507	3 792	4 212
BBB+	0	0	21	22	1 119	1 185	15	14	1 499	1 659	2 655	2 880
BBB	4 497	4 791	90	89	1 521	1 481	885	807	1 252	1 343	8 245	8 512
BBB-	1 063	1 045	85	85	1 677	1 653	126	118	215	235	3 166	3 135
BB+	429	443	0	0	197	209	0	0	127	132	753	784
BB	0	0	0	0	379	405	0	0	0	0	379	405
BB-	751	650	68	69	19	13	0	0	95	74	932	806
B+	0	0	0	0	7	6	0	0	0	0	7	6
CCC	0	0	0	0	32	23	0	0	0	0	32	23
NR	0	0	0	0	18	19	0	0	96	100	114	118
TOTAL	23 914	27 356	3 568	4 017	21 592	22 711	7 243	7 880	8 843	9 918	65 159	71 881

31 dezembro 2011												
Em milhões de euros	Obrigações de Estado		Obrigações de agências governamentais ou de outras entidades do setor público		Obrigações de instituições financeiras ou de companhias de seguros		Obrigações seguras		Outras Obrigações emitidas por empresas		Total	
	Exposição por notação externa	Valor Contabilístico líquido	Valor de mercado	Valor Contabilístico líquido	Valor de mercado	Valor Contabilístico líquido	Valor de mercado	Valor Contabilístico líquido	Valor de mercado	Valor Contabilístico líquido	Valor de mercado	Valor Contabilístico líquido
AAA	15 598	17 353	2 940	3 114	199	198	5 007	5 111	18	21	23 763	25 797
AA+	0	0	0	0	18	18	1 015	983	630	670	1 664	1 671
AA	0	0	0	0	1 107	1 116	77	65	636	692	1 820	1 873
AA-	2 702	2 819	7	5	1 111	1 007	419	386	557	617	4 797	4 835
A+	1 952	1 899	0	0	8 314	7 830	109	82	1 482	1 596	11 856	11 407
A	3 521	3 114	163	168	3 670	3 414	75	65	840	905	8 269	7 665
A-	414	390	8	8	2 042	1 847	383	296	2 143	2 255	4 990	4 797
BBB+	0	0	0	0	2 026	1 775	55	45	1 005	1 030	3 086	2 850
BBB	0	0	0	0	343	285	97	64	755	751	1 195	1 100
BBB-	0	0	95	69	356	295	85	65	153	140	690	570
BB+	1 063	856	68	61	186	127	0	0	35	37	1 352	1 081
BB	1 168	688	0	0	21	15	0	0	95	41	1 284	744
BB-	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	4	4
B-	0	0	0	0	32	14	0	0	0	0	32	14
CC	250	178	0	0	0	0	0	0	0	0	250	178
NR	0	0	0	0	10	14	0	0	52	57	62	71
TOTAL	26 668	27 297	3 281	3 426	19 440	17 959	7 322	7 163	8 401	8 811	65 112	64 656

RISCO DE VALOR DOS ATIVOS

A exposição ao risco de descida do valor dos ativos (taxa, crédito, ações, imobiliário) é reduzida para o Grupo BNP Paribas Cardif. Com efeito, o mecanismo associado aos contratos de seguros com participação

leva a repercutir na provisão para participação nos excedentes diferidos, constituída em prol dos segurados, o essencial das variações de valor dos ativos detidos no fundo geral.

As mais-valias ou menos-valias não realizadas de Cardif Assurance-Vie são as seguintes:

➤ QUADRO N° 56: MAIS-VALIAS OU MENOS-VALIAS NÃO REALIZADAS DE CARDIF ASSURANCE-VIE

Em milhões de euros		31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Obrigações	Obrigações de Estado	3 442	629
	Obrigações de agências governamentais ou de outras entidades do setor público	449	144
	Obrigações de instituições financeiras ou de companhias de seguros	1 119	(1 481)
	Obrigações seguras	637	(159)
	Outras obrigações emitidas por empresas	1 075	410
TOTAL OBRIGAÇÕES		6 722	(457)
TOTAL OUTROS ATIVOS	Ações	210	(805)
	Imobiliário	675	573
	Alternativos	12	27
	Outros	20	(36)
TOTAL OUTROS ATIVOS		916	(241)
TOTAL		7 638	(698)

RISCOS DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição diz respeito à atividade Poupança, essencialmente devido ao risco de resgate das apólices, assim como à atividade de Proteção, cujas provisões representam cerca de 5 % dos passivos das filiais de seguros do Grupo. O seu valor em risco a um ano a 99,5 % ascende a 1 325 milhões de euros, ou seja 28 % do valor em risco total do BNP Paribas Cardif.

Estes riscos são de três tipos:

POUPANÇA-RISCO DE RESGATE

Os contratos de poupança apresentam uma cláusula de resgate que permite ao subscritor pedir o reembolso, total ou parcial, da poupança acumulada. O segurador corre então o risco do volume de resgates ser superior à previsão escolhida nos modelos de gestão ativo-passivo, levando-o a constatar menos-valias nas cessões dos ativos necessários ao financiamento dos resgates excedentários.

O risco de resgate é porém reduzido. Com efeito:

- o comportamento dos subscritores tem um acompanhamento permanente para ajustar regularmente a duração dos ativos à dos passivos, o que reduz o risco de cessões maciças e instantâneas dos ativos. Os estudos incidem nomeadamente sobre os fluxos previsionais dos passivos e dos ativos para períodos que podem ir até 40 anos. Estes visam

determinar as diferenças de tesouraria previsionais e identificar as maturidades sobre ou subcobertas representando um risco de liquidez, para orientar a escolha das maturidades dos novos investimentos e das arbitragens a efetuar. Também são realizados estudos de liquidez a curto prazo (12 meses) que incluem cenários de aumento dos resgates para confirmar a capacidade da empresa em enfrentar situações de stress. No estudo de liquidez de 2012, 60 % dos ativos de Cardif Societé Vie são de curto prazo: essencialmente emissores com notação AAA a A;

- a revalorização garantida dos contratos é complementada com uma participação nos lucros, parcialmente discricionária, que dá aos contratos uma remuneração global em linha com as referências de mercado, limitando assim o risco de um aumento dos resgates. A provisão para participação nos excedentes é o mecanismo que, em França, permite mutualizar entre gerações de segurados a participação efetivamente paga. Trata-se de um elemento essencial da riqueza de Cardif Societé Vie;
- a proteção do rendimento dos ativos financeiros é assegurada através do recurso a instrumentos de cobertura financeira.

Em 2012, apesar da conjuntura desfavorável, a receita líquida do BNP Paribas Cardif nos fundos gerais é superior a 1 436 milhões de euros.

➤ **QUADRO N° 57: TAXA DE RESGATE MÉDIA OBSERVADA NOS FUNDOS GERAIS DO BNP PARIBAS CARDIF**

2012	Taxa de resgate anual
França	7,5 %
Itália	14,5 %
Luxemburgo	15,0 %

POUPANÇA – GARANTIA MÍNIMA DOS CONTRATOS EM UNIDADES DE CONTA

O valor dos passivos em unidades de conta é igual à soma dos valores de mercado dos ativos que suportam as unidades de conta. As obrigações do segurador inscritas no passivo estão portanto cobertas pela detenção no ativo dos instrumentos correspondentes. A coerência desta cobertura é alvo de controlos mensais.

Alguns contratos em unidades de conta preveem que o capital pago aos beneficiários em caso de morte do segurado não possa ser inferior à soma dos prémios investidos no contrato, independentemente da situação dos mercados financeiros no momento do falecimento. O risco caracteriza-se portanto por uma componente estatística (probabilidade de sinistro) e por uma componente financeira (valor de mercado das unidades de conta).

Regra geral, são fornecidos limites à aplicação desta garantia mínima. Assim, em França, a maior parte dos contratos comercializados prevê uma duração da garantia limitada a 1 ano, uma idade limite de 80 anos para beneficiar da garantia, e um limite individual da garantia de 765 000 euros por segurado.

A provisão constituída para a garantia mínima, revista trimestralmente, tem em consideração a ocorrência das mortes com base num cenário determinista e na variação dos mercados financeiros a partir de uma abordagem estocástica. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão ascende a 12 milhões de euros (contra 19 milhões em 31 de dezembro de 2011).

PROTEÇÃO

Estes riscos ligados à proteção proveem essencialmente da comercialização de contratos de seguros dos mutuários em todo o mundo, assim como de outras atividades de proteção (previdência individual, extensão de garantia, contratos de rendas vitalícias em França).

O seguro dos mutuários cobre os riscos de morte, de perda total e irreversível de autonomia, de incapacidade para o trabalho, de perda de emprego e de perdas financeiras sobre créditos permanentes, pessoais e imobiliários. Esta atividade baseia-se numa multitudine de contratos individuais de montantes de riscos e de prémios baixos, cuja rentabilidade depende da importância da base dos contratos e da mutualização efetiva dos riscos, assim como do controlo das despesas de gestão. A duração de cobertura destes contratos é geralmente igual à duração dos créditos subjacentes, sendo o prémio pago de uma vez aquando da emissão da apólice (prémio único) ou de forma regular durante a apólice (prémios regulares ou prémios periódicos).

As outras atividades incidem sobre coberturas associadas à pessoa (morte, morte acidental, internamento, doenças graves, despesas de cuidados de saúde) ou a bens (danos acidentais, falhas ou roubo de bens de consumo ou automóveis). A característica destes contratos é que os montantes seguros individualmente são geralmente baixos, e que o custo dos sinistros é essencialmente fixo.

Por fim, através dessas joint venture em França e em Itália, também são subscritas coberturas automóveis (danos materiais, responsabilidade civil) e MRH.

A governação implementada para prevenir e controlar os riscos atuariais em França e a nível internacional assenta em documentos de referência e ferramentas que definem os princípios, as regras, as metodologias e as boas práticas a seguir pelas equipas de atuários ao longo de todo o ciclo de vida dos contratos, assim como os trabalhos a realizar e os relatórios a fornecer. Esta esclarece igualmente as práticas proibidas ou aceites sob determinadas condições.

A subscrição dos riscos responde a regras de delegação precisas que fazem intervir vários níveis, simultaneamente locais e centrais, em função da avaliação da perda máxima aceitável, da estimativa da necessidade de capital Solvabilidade II e da rentabilidade estimada dos contratos em questão. A experiência adquirida com a gestão de carteiras diversificadas geograficamente permite atualizar regularmente as bases de dados utilizadas para a fixação dos riscos tendo em consideração vários parâmetros (tipo de crédito para seguro dos mutuários, garantia, população segura...). Cada tarifa é elaborada tendo em conta os objetivos de rentabilidade e de remuneração sobre fundos próprios fixados pela Direção Geral do BNP Paribas Cardif.

O acompanhamento trimestral destes riscos pelo Comité Executivo do BNP Paribas Cardif apoia-se no acompanhamento da sinistralidade dos contratos.

A sinistralidade dos contratos de rendas vitalícias baseia-se em tabelas de mortalidade regulamentares, corrigidas em alguns casos por dados específicos da carteira, sendo submetidas a uma certificação independente. Daí resulta um risco fraco.

Os riscos de subscrição de seguros são cobertos por diferentes provisões: provisões matemáticas em vida, uma provisão para prémios não adquiridos, geralmente calculada segundo pro rata temporis; uma provisão para sinistros conhecidos, determinada a partir do inventário dos sinistros declarados; uma provisão para sinistros desconhecidos, determinada quer a partir das cadências de pagamento verificadas, quer a partir do número de declarações esperado e do custo médio de um sinistro.

O nível de prudência escolhido para a avaliação global do conjunto das provisões de sinistros corresponde ao quantil de 90 %.

Anexos:

Anexo 1: Exposições de acordo com as recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira

FINANCIAMENTO POR TITULARIZAÇÃO POR CONTA PRÓPRIA

Titularização em 31 dezembro 2012 Em mil milhões de euros	Amount of securitised assets	Amount of notes	Securitised positions held	
			First losses	Others
Personal Finance	6,0	5,9	0,2	1,9
o/w Residential loans	4,6	4,6	0,2	1,6
o/w Consumer loans	1,1	1,1	0,0	0,2
o/w Lease receivables	0,3	0,2	0,0	0,1
BNL	2,2	2,1	0,1	0,2
o/w Residential loans	2,2	2,1	0,1	0,2
o/w Consumer loans	-	-	-	-
o/w Lease receivables	-	-	-	-
o/w Public sector	-	-	-	-
TOTAL	8,2	8,0	0,3	2,1

Entre as exposições titularizadas originadas pelo BNP Paribas (ver quadro 24) em 31 de dezembro de 2012, os ativos de crédito refinanciados por titularizações identificadas como potencialmente «sensíveis» ascendem a 8,2 mil milhões de euros, contra 8,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

As posições titularizadas detidas ascendem a 2,1 mil milhões de euros (excecutoando tranches de primeira perda).

Desde a passagem para as IFRS (2005), os SPV são consolidados no balanço do BNP Paribas na medida em que o Banco mantém a maioria dos riscos e dos rendimentos.

CARTEIRA DE CRÉDITOS SENSÍVEIS

➤ CRÉDITOS AOS PARTICULARES

Em 31 dezembro 2012		Gross outstanding				Allowances		Net exposure	
Em mil milhões de euros		Consumer	First Mortgage		Home Equity Loans	Total	Portfolio		Specific
			Full Doc	Alt A					
US		9,8	6,8	0,2	2,6	19,4	- 0,3	- 0,1	19,1
Super Prime	FICO ^(*) > 730	7,5	4,3	0,1	1,8	13,7			13,7
Prime	600<FICO ^(*) <730	2,3	2,1	0,1	0,8	5,3			5,3
Subprime	FICO ^(*) < 600	0,1	0,3	0,0	0,0	0,4			0,4
UK		0,9	0,4	-	-	1,3	- 0,0	- 0,1	1,2
Spain		3,9	5,8	-	-	9,7	- 0,2	- 1,1	8,4

(*) Na originação.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de créditos aos particulares, classificados de sensíveis, caracteriza-se por:

- a boa qualidade da carteira US, cuja exposição líquida, a 19,1 mil milhões de euros, está estável relativamente a 31 de dezembro de 2011. A carteira de crédito ao consumo manteve-se num bom nível de qualidade;

- uma exposição moderada ao Reino Unido (1,3 mil milhões de euros);
- uma exposição ao risco espanhol, bem segura mediante garantias hipotecárias sobre a carteira imobiliária, assim como uma parte significativa de créditos «auto» na carteira de créditos ao consumo.

➤ IMOBILIÁRIO COMERCIAL

Em 31 dezembro 2012		Gross exposure				Allowances		Net exposure	
Em mil milhões de euros		Home Builders	Non residential developers	Property companies	Others ⁽¹⁾	Total	Portfolio		Specific
US		0,4	0,4	0,2	4,8	5,7	(0,0)	(0,0)	5,7
BancWest		0,4	0,3	-	4,8	5,5	(0,0)	(0,0)	5,5
CIB		-	0,1	0,2	-	0,2	-	-	0,2
UK		0,1	0,3	0,9	0,5	1,7	(0,0)	(0,3)	1,4
Spain		-	0,0	0,2	0,7	0,9	(0,0)	(0,0)	0,8

(1) Excluding owner-occupied and real estate backed loans to corporates.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de crédito imobiliário comercial caracteriza-se por:

- uma exposição diversificada e granular aos Estados Unidos, estável relativamente a 31 de dezembro de 2011 (+0,1 mil milhões de euros), com uma exposição de 4,8 mil milhões de euros aos outros setores de imobiliário comercial (+0,2 mil milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2011), correspondendo a um financiamento seguro, muito granular e bem

diversificado, pequenas imobiliárias (principalmente de escritórios, comércios e imóveis residenciais);

- uma exposição ao Reino Unido centrada nas grandes imobiliárias e em baixa de 0,5 mil milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2011;
- uma exposição reduzida, e em baixa, ao risco imobiliário comercial espanhol, correspondendo nomeadamente a uma carteira de crédito imobiliário comercial de boa qualidade.

EXPOSIÇÕES AOS ABS E CDO IMOBILIÁRIOS

➤ CARTEIRA BANCÁRIA E CARTEIRA DE TRANSAÇÃO

Exposição líquida Em mil milhões de euros	31 dezembro 2011	31 dezembro 2012		
	Net exposure	Gross exposure ^(*)	Allowances	Net exposure
TOTAL RMBS	12,1	7,0	(0,1)	6,8
US	0,4	0,1	(0,0)	0,0
Subprime	0,0	0,0	(0,0)	0,0
Mid-prime	0,0	0,0	-	0,0
Alt-A	0,1	-	-	-
Prime (**)	0,2	0,0	(0,0)	0,0
UK	1,3	1,1	(0,0)	1,0
Conforming	0,2	0,1	-	0,1
Non conforming	1,1	0,9	(0,0)	0,9
Spain	1,1	0,9	(0,0)	0,9
The Netherlands	8,3	4,2	(0,0)	4,2
Other countries	1,0	0,7	(0,1)	0,7
TOTAL CMBS	2,5	1,9	(0,0)	1,8
US	1,1	0,9	(0,0)	0,9
Non US	1,4	1,0	(0,0)	0,9
TOTAL CDOs (cash and synthetic)	1,1	1,0	(0,0)	1,0
RMBS	0,6	0,7	(0,0)	0,6
US	0,1	0,1	-	0,1
Non US	0,5	0,5	(0,0)	0,5
CMBS	0,4	0,3	(0,0)	0,3
CDO of TRUPs	0,0	0,0	-	0,0
TOTAL	15,6	9,8	(0,2)	9,6
o/w Trading Book	0,2	-	-	0,3
TOTAL SUBPRIME, ALT-A, US CMBS AND RELATED CDOs	1,2	0,9	(0,0)	0,9

(*) Entry price + accrued interests – amortisation.

(**) Excluding Government Sponsored Entity backed securities.

A exposição aos ABS e CDO imobiliários inclui doravante a antiga carteira «IN» BNP Paribas Fortis, para a sua parte ABS imobiliário (1,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 2,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), devido à anulação antecipada da garantia do Estado belga em relação à tranche de segunda perda.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição líquida aos ABS e CDO imobiliários da carteira bancária está em baixa de 6,0 mil milhões de euros, situando-se em 9,6 mil milhões de euros, nomeadamente

devido a amortizações e vendas e à redução da carteira de RMBS holandeses, na sequência de resgates de obrigações na sua data de opção de compra. 59 % dos ativos da carteira bancária têm notação AA ou mais⁽¹⁾.

Os ativos são contabilizados no custo amortizado, sendo as provisões necessárias efetuadas em caso de depreciação duradoura.

(1) Tendo como base a notação mais baixa entre S&P, Moody's e Fitch.

EXPOSIÇÕES ÀS SEGURADORAS MONOLINE

Em mil milhões de euros	31.12.2011		31.12.2012	
	Notional	Gross counterparty exposure	Notional	Gross counterparty exposure
CDOs of US RMBS subprime	0,70	0,60	0,00	0,00
CDOs of european RMBS	0,26	0,04	0,24	0,02
CDOs of CMBS	0,71	0,22	0,67	0,19
CDOs of corporate bonds	6,40	0,16	4,40	0,04
CLOs	4,96	0,16	4,58	0,07
Non credit related	n.s	0,00	n.s	0,00
TOTAL GROSS COUNTERPARTY EXPOSURE	N.S	1,18	N.S	0,33

Em mil milhões de euros	31 dezembro 2011	31 dezembro 2012
Total gross counterparty exposure	1,18	0,33
Credit derivatives bought from banks or other collateralized third parties	(0,24)	(0,14)
Total unhedged gross counterparty exposure	0,93	0,19
Credit adjustments and allowances	(0,83)	(0,17)
NET COUNTERPARTY EXPOSURE	0,10	0,03

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição bruta ao risco de contraparte ascende a 0,33 mil milhões de euros (-0,85 mil milhões de euros relativamente a

31 de dezembro 2011). A exposição em relação aos CDO de US RMBS é nula devido a transferências no segundo semestre de 2012.

EXPOSIÇÕES AOS PAÍSES COM PROGRAMA DE AJUDA

a. Carteira das atividades bancárias

➤ EXPOSIÇÃO EM RELAÇÃO À GRÉCIA

Em mil milhões de euros	Total ^(a)	Dos quais títulos soberanos	Dos quais corporates	Dos quais Outros ^(b)
Exposição líquida de garantia e de provisão	1,0	0,0	0,7	0,4

(a) Exceto exposição em relação a empresas ligadas a interesses gregos (ex: shipping), que não dependem da situação económica do país (1,6 mil milhões €).

(b) Dos quais Personal Finance, Arval, Leasing Solutions, Wealth Management.

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Anexo 2: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

➤ EXPOSIÇÃO EM RELAÇÃO À IRLANDA

Em mil milhões de euros	Total ^(a)	Dos quais títulos soberanos	Dos quais corporates	Dos quais Outros ^(b)
Exposição líquida de garantia e de provisão	2,1	0,2	1,6	0,3

(a) Exceto exposição em relação a empresas ligadas a interesses irlandeses, que não dependem da situação económica do país (0,1 mil milhões €) e exceto exposição em relação a empresas de direito irlandês, que não dependem da situação económica do país.

(b) Dos quais Retail Banking, Wealth Management.

➤ EXPOSIÇÃO EM RELAÇÃO A PORTUGAL

Em mil milhões de euros	Total ^(a)	Dos quais títulos soberanos	Dos quais corporates	Dos quais Outros ^(b)
Exposição líquida de garantia e de provisão	5,7	0,6	2,2	2,8

(a) Exceto exposição em relação a empresas ligadas a interesses portugueses, que não dependem da situação económica do país (0,6 Md€).

(b) Dos quais Personal Finance, Arval, Leasing Solutions, Wealth Management.

b. Carteira de negócio

In millions of euros	Securities			Derivatives			Total net position au 31 December 2012
	Long Positions	Short positions	Net position	Long positions	Short positions	Net position	
Greece	30	(21)	9	0	0	0	9
Ireland	41	(51)	(9)	203	(219)	(16)	(25)
Portugal	145	(123)	22	178	(181)	(3)	18
TOTAL	215	(195)	21	381	(400)	(19)	1

Anexo 2: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

As exigências em fundos próprios das filiais significativas são apresentadas por tipo de risco, como contribuição para o Grupo.

BNP PARIBAS FORTIS

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios
Risco de crédito	91 306	7 305	95 541	7 643
Risco de crédito - Abordagem IRBA	46 758	3 741	50 015	4 001
Administrações centrais e bancos centrais	1 347	108	1 551	124
Empresas	31 223	2 498	31 980	2 558
Instituições	2 275	182	3 149	252
Clientes de retalho	11 809	945	13 201	1 056
Empréstimos imobiliários concedidos	6 424	514	6 151	492
Exposições renováveis	82	7	74	6
Outras exposições	5 303	424	6 976	558
Outros ativos de risco	104	8	134	11
Risco de crédito - Abordagem standard	44 548	3 564	45 526	3 642
Administrações centrais e bancos centrais	1 324	106	933	75
Empresas	19 065	1 525	21 374	1 710
Instituições	2 092	167	1 507	121
Clientes de retalho	15 381	1 231	14 947	1 196
Empréstimos imobiliários concedidos	1 921	154	804	64
Exposições renováveis	125	10	200	16
Outras exposições	13 335	1 067	13 943	1 115
Outros ativos de risco	6 686	535	6 765	541
Posições de titularização	4 157	333	8 633	691
Posições de titularização - Abordagem IRBA	3 838	307	8 610	689
Posições de titularização - Abordagem standard	319	26	23	2
Risco de contraparte	3 177	254	4 392	351
Risco de contraparte - Abordagem IRBA	2 753	220	3 440	275
Administrações centrais e bancos centrais	23	2	22	2
Empresas	2 393	191	2 045	163
Instituições	337	27	1 373	110
Risco de contraparte - Abordagem standard	424	34	952	76
Administrações centrais e bancos centrais	26	2	0	0
Empresas	239	19	837	67
Instituições	149	12	101	8
Clientes de retalho	10	1	14	1
Outras exposições	10	1	14	1
Risco de participação em ações	5 106	409	4 922	394
Método dos modelos internos	2 238	179	2 614	209
ações cotadas	0	0	3	0
exposições sobre ações	2 232	179	2 603	208
capital de risco em carteiras diversificadas	6	0	8	1
Método de ponderação simples	1 733	139	1 248	100
ações cotadas	21	2	14	1
outras exposições sobre ações	468	38	125	10
capital de risco em carteiras diversificadas	1 244	99	1 109	89
Abordagem standard	1 135	91	1 060	85
Risco de mercado	980	78	523	42
Abordagem standard	980	78	523	42
Risco operacional	10 866	869	12 065	965
Abordagem modelo interno AMA	7 040	563	8 969	717
Abordagem standard	920	74	371	30
Abordagem de base	2 906	232	2 725	218
TOTAL	115 592	9 248	126 076	10 086

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Anexo 2: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

BNL

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios
Risco de crédito	67 151	5 372	68 034	5 443
Risco de crédito - Abordagem IRBA	154	12	167	13
Administrações centrais e bancos centrais	0	0	13	1
Empresas	154	12	153	12
Risco de crédito - Abordagem standard	66 998	5 360	67 867	5 429
Administrações centrais e bancos centrais	57	5	54	4
Empresas	42 540	3 403	45 999	3 680
Instituições	4 424	354	2 573	206
Clientes de retalho	16 909	1 353	16 499	1 320
Empréstimos imobiliários concedidos	7 657	613	7 701	616
Exposições renováveis	0	0	314	25
Outras exposições	9 252	740	8 484	679
Outros ativos de risco	3 068	245	2 743	219
Posições de titularização	239	19	224	18
Posições de titularização - Abordagem standard	239	19	224	18
Risco de contraparte	845	68	841	67
Risco de contraparte - Abordagem standard	845	68	841	67
Empresas	788	63	726	58
Instituições	57	5	115	9
Risco de participação em ações	815	65	709	57
Método dos modelos internos	815	65	709	57
Ações cotadas	2	0	0	0
Exposições sobre ações	813	65	709	57
Risco de mercado	13	1	9	1
Abordagem standard	13	1	9	1
Risco operacional	3 205	256	3 203	256
Abordagem modelo interno AMA	2 860	229	2 880	230
Abordagem standard	275	22	255	20
Abordagem de base	70	6	68	5
TOTAL	72 268	5 781	73 020	5 842

BANCWEST

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios
Risco de crédito	41 925	3 354	40 724	3 258
Risco de crédito – Abordagem standard	41 925	3 354	40 724	3 258
Administrações centrais e bancos centrais	2	0	3	0
Empresas	26 280	2 102	24 734	1 979
Instituições	632	51	836	67
Clientes de retalho	12 559	1 005	12 591	1 007
Empréstimos imobiliários concedidos	5 269	422	5 664	453
Exposições renováveis	454	36	485	39
Outras exposições	6 835	547	6 441	515
Outros ativos de risco	2 453	196	2 561	205
Posições de titularização	212	17	290	23
Posições de titularização - Abordagem standard	212	17	290	23
Risco de contraparte	398	32	427	34
Risco de contraparte - Abordagem standard	398	32	427	34
Empresas	398	32	427	34
Risco de participação em ações	47	4	37	3
Método dos modelos internos	47	4	37	3
Ações cotadas	23	2	0	0
Exposições sobre ações	24	2	37	3
Risco de mercado	5	0	19	2
Abordagem standard	5	0	19	2
Risco operacional	3 273	262	3 114	249
Abordagem standard	3 273	262	3 114	249
TOTAL	45 862	3 669	44 610	3 569

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Anexo 2: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

PERSONAL FINANCE

Em milhões de euros	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios
Risco de crédito	39 435	3 155	40 974	3 278
Risco de crédito - Abordagem IRBA	9 839	787	9 290	743
Clientes de retalho	9 839	787	9 290	743
Empréstimos imobiliários concedidos	0	0	0	0
Exposições renováveis	4 738	379	4 887	391
Outras exposições	5 102	408	4 403	352
Risco de crédito - Abordagem standard	29 595	2 368	31 684	2 535
Administrações centrais e bancos centrais	46	4	72	6
Empresas	283	23	341	27
Instituições	382	31	728	58
Clientes de retalho	27 704	2 216	29 319	2 345
Empréstimos imobiliários concedidos	11 493	919	11 919	954
Exposições renováveis	1 350	108	2 023	162
Outras exposições	14 861	1 189	15 377	1 230
Outros ativos de risco	1 180	94	1 224	98
Posições de titularização	57	5	0	0
Posições de titularização - Abordagem standard	57	5	0	0
Risco de contraparte	13	1	16	1
Risco de contraparte - Abordagem standard	13	1	16	1
Instituições	13	1	16	1
Risco de participação em ações	193	15	162	13
Método dos modelos internos	193	15	162	13
Exposições sobre ações	193	15	162	13
Risco de mercado	176	14	32	3
Abordagem standard	176	14	32	3
Risco operacional	4 391	351	4 534	363
Abordagem modelo interno AMA	1 982	159	1 804	144
Abordagem standard	505	40	898	72
Abordagem de base	1 904	152	1 832	147
TOTAL	44 264	3 541	45 718	3 657

BGL BNP PARIBAS

Em milhões de euros	31 dezembro 2012	
	Ativos ponderados	Exigências em fundos próprios
Risco de crédito	24 066	1 925
Risco de crédito - IRBA	5 432	435
Administrações centrais e bancos centrais	440	35
Empresas	3 397	272
Instituições	222	18
Cientes de retalho	1 300	104
Empréstimos imobiliários concedidos	596	48
Exposições renováveis	0	0
Outras exposições	704	56
Outros ativos de risco	74	6
Risco de crédito - Abordagem standard	18 634	1 491
Administrações centrais e bancos centrais	6	1
Empresas	9 061	725
Instituições	357	29
Cientes de retalho	7 005	560
Empréstimos imobiliários concedidos	5	0
Outras exposições	7 000	560
Outros ativos de risco	2 205	176
Posições de titularização	100	8
Posições de titularização - Abordagem IRBA	38	3
Posições de titularização - Abordagem standard	62	5
Risco de contraparte	99	8
Risco de contraparte - IRBA		
Instituições	0	0
Risco de contraparte - Abordagem standard	99	8
Administrações centrais e bancos centrais	26	2
Empresas	2	0
Instituições	69	6
Cientes de retalho	2	0
Outras exposições	2	0
Risco de participação em ações	507	41
Método dos modelos internos	336	27
Exposições sobre ações	336	27
Método de ponderação simples	86	7
Ações cotadas	5	0
Outras exposições sobre ações	82	7
Abordagem standard	84	7

RISCOS E ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Anexo 2: Informações relativas às exigências em fundos próprios para as filiais «significativas»

Risco de mercado	86	7
Abordagem standard	86	7
Risco operacional	1 362	109
Abordagem modelo interno AMA	1 048	84
Abordagem standard	146	12
Abordagem de base	168	13
TOTAL	26 221	2 098

6

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

6.1	Situações financeiras do BNP Paribas SA	334
	Demonstração de resultados do exercício 2012	334
	Balanço em 31 de dezembro de 2012	335
	Notas anexas às Demonstrações financeiras das contas sociais	336
	Nota 1 Resumo dos princípios contabilísticos aplicados pelo BNP Paribas SA	336
	Nota 2 Eventos marcantes	342
	Nota 3 Notas relativas à demonstração de resultados do exercício 2012	343
	Nota 4 Notas relativas ao balanço em 31 de dezembro de 2012	346
	Nota 5 Compromissos de financiamento e de garantia	357
	Nota 6 Remunerações e vantagens concedidas ao pessoal	358
	Nota 7 Informações complementares	360
6.2	A afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2012 e a distribuição do dividendo	367
6.3	Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA	368
6.4	Principais filiais e participações do BNP Paribas SA	369
6.5	Informações relativas às aquisições de participações do BNP Paribas SA em 2012 incidindo sobre pelo menos 5 % do capital de empresas francesas	372
6.6	Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais	373

6.1 Demonstrações financeiras do BNP Paribas SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2012

Em milhões de euros	Notas	Exercício 2012	Exercício 2011
Juros e proveitos assimilados	3.a	18 173	23 427
Juros e encargos assimilados	3.a	(13 561)	(16 693)
Rendimentos dos títulos de rendimento variável	3.b	2 779	2 626
Comissões (proveitos)	3.c	4 720	5 534
Comissões (encargos)	3.c	(864)	(805)
Proveitos líquidos sobre operações das carteiras de negociação		2 472	152
Perdas líquidas sobre operações das carteiras de investimento e assimiladas		1 627	(953)
Outros proveitos de exploração bancária		251	246
Outros encargos de exploração bancária		(137)	(124)
RESULTADO LÍQUIDO BANCÁRIO		15 460	13 410
Encargos com o pessoal	6.a	(5 697)	(5 324)
Outras despesas administrativas		(3 281)	(3 466)
Dotação às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas		(529)	(499)
RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO		5 953	4 121
Custo do risco	3.d	(500)	(1 923)
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO		5 453	2 198
Proveitos líquidos sobre ativos imobilizados	3.e	1 581	969
Dotações líquidas às provisões regulamentadas		51	(1)
RESULTADO CORRENTE ANTES DE IMPOSTO		7 085	3 166
Imposto sobre os lucros	3.f	(1 273)	300
RESULTADO LÍQUIDO		5 812	3 466

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhões de euros em	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
ATIVO			
Caixa, bancos centrais e CCP		81 515	41 389
Títulos públicos e valores assimilados	4.c	93 283	116 528
Créditos sobre os estabelecimentos de crédito	4.a	270 480	311 868
Operações com a clientela	4.b	316 407	334 692
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	4.c	67 433	96 017
Ações e outros títulos de rendimento variável	4.c	1 867	2 541
Participações e outros títulos detidos a longo prazo	4.c	4 869	4 857
Participações nas empresas relacionadas	4.c	55 157	53 698
Locação financeira e aluguer com opção de compra		44	66
Imobilizações incorpóreas	4.i	6 282	6 225
Imobilizações corpóreas	4.i	2 142	2 204
Ações próprias	4.d	164	556
Outros ativos	4.g	200 881	247 788
Contas de regularização	4.h	86 789	84 779
TOTAL ACTIF TOTAL DO ATIVO		1 187 313	1 303 208
DÉBITOS			
Bancos centrais e CCP		594	944
Dívidas aos estabelecimentos de crédito	4.a	331 153	351 480
Operações com a clientela	4.b	284 801	283 328
Dívidas representadas por um título	4.f	145 278	144 480
Outros passivos	4.g	260 984	363 163
Contas de regularização		88 376	85 214
Provisões	4.j	3 633	3 945
Dívidas subordinadas	4.k	13 276	16 542
TOTAL DOS DÉBITOS		1 128 095	1 249 096
CAPITAIS PRÓPRIOS			
	7.b		
Capital subscrito		2 485	2 415
Prémio de emissão		22 924	22 225
Reservas		27 997	26 006
Resultado do exercício		5 812	3 466
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS		59 218	54 112
TOTAL PASSIVO		1 187 313	1 303 208

Extra Patrimoniais		31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Compromissos atribuídos			
Compromissos de financiamento	5.a	159 363	171 712
Compromissos de garantia	5.b	117 425	141 881
Compromissos sobre títulos		326	304
Compromissos recebidos			
Compromissos de financiamento	5.a	79 267	73 720
Compromissos de garantia	5.b	240 080	250 272
Compromissos sobre títulos		370	4

Notas anexas às Demonstrações financeiras das contas sociais

Nota 1 RESUMO DOS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS APLICADOS PELO BNP PARIBAS SA

As contas do BNP Paribas SA são estabelecidas em conformidade com os princípios contabilísticos gerais aplicáveis em França nos estabelecimentos de crédito.

CRÉDITOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E SOBRE A CLIENTELA

Os créditos sobre os estabelecimentos de crédito cobrem a totalidade dos créditos, incluindo os créditos subordinados, detidos a título de operações bancárias sobre estabelecimentos de crédito à exceção daqueles materializados por um título. Estes compreendem igualmente os valores recebidos com acordo de recompra, qualquer que seja o suporte da operação, e os créditos ligados a pensões entregues sobre títulos. Estes são distribuídos entre créditos à vista e créditos a prazo.

Os créditos sobre a clientela compreendem as linhas distribuídas aos agentes económicos, diferentes dos estabelecimentos de crédito, à exceção das que são materializadas por um título, os valores recebidos com acordo de recompra, qualquer que seja o suporte da operação, e os créditos ligados a pensões entregues sobre títulos. Estes são repartidos em créditos comerciais, contas devedoras da clientela e outros créditos.

Os créditos sobre estabelecimentos de crédito e sobre a clientela são inscritos no balanço pelo seu valor nominal aumentado dos juros corridos não vencidos.

Os empréstimos concedidos e os compromissos de crédito confirmados são repartidos entre os ativos reputados são, quer tenham ou não sido objeto de uma reestruturação e os capitais julgados duvidosos. O mesmo sucede com os riscos de crédito ligados aos instrumentos financeiros a prazo cujo valor atual é representativo de um ativo para a empresa.

O acompanhamento dos créditos apoia-se no sistema de notação dos riscos de crédito do BNP Paribas SA. Este último tem em conta dois parâmetros fundamentais: a probabilidade de incumprimento da contrapartida que se exprime por meio de uma nota e a taxa de recuperação global que está ligada à natureza das transações. A escala de nota de contrapartida compreende doze níveis: dez cobrindo os créditos são e dois relativos aos clientes duvidosos e duvidosos comprometidos.

São considerados como duvidosos os créditos para os quais o banco estima que existe um risco de ver os devedores na impossibilidade de honrar todos ou parte dos seus compromissos. Os créditos apresentando prestações em dívida há mais de três meses, mais de seis meses em matéria imobiliária, ou mais de seis meses em matéria de créditos às coletividades locais, assim como os créditos objeto de um procedimento contencioso são considerados como duvidosos. A classificação como duvidoso de um crédito provoca imediatamente a do conjunto dos capitais e dos compromissos relativos ao devedor nesta mesma categoria.

Estes créditos dão lugar à constituição de depreciações para créditos duvidosos, que correspondem à diferença entre o valor bruto do crédito e o valor atualizado pela taxa efetiva de origem do crédito (para os créditos com taxas variáveis) dos fluxos futuros estimados recuperáveis compreendendo os fluxos em

capital e em juros, assim como aqueles resultantes da realização das garantias. As garantias consideradas são constituídas por garantias hipotecárias e fianças, assim como derivados de crédito que o Banco adquiriu para proteger o risco de crédito associado às carteiras de créditos.

A reestruturação de um crédito por causa de dificuldades financeiras do mutuário dá lugar ao cálculo de um desconto representando a diferença, em valor atualizado, entre as novas condições de remuneração e as condições iniciais de remuneração do dito crédito. Os descontos são contabilizados em dedução do ativo e recuperados em resultado de forma atuarial durante o período de vida residual do crédito. Quando um crédito que foi objeto de uma primeira reestruturação apresenta de novo prestações em dívida, o crédito é imediatamente desclassificado em créditos duvidosos ou em créditos duvidosos comprometidos.

Quando o pagamento dos vencimentos iniciais de um crédito tomado duvidoso recuperou de maneira regular, este pode de novo ser classificado na categoria dos créditos são. Da mesma forma, os créditos duvidosos que foram objeto de uma reestruturação cujos termos são respeitados, e para os quais o risco de crédito já não é confirmado, são igualmente reclassificados em créditos são.

São considerados como duvidosos comprometidos, os créditos sobre contrapartidas cujas condições de solvabilidade são tais que após uma duração razoável de classificação como duvidosos, nenhuma reclassificação como são é previsível, os créditos para os quais a caducidade do prazo foi pronunciada, a maior parte dos créditos oriundos de reestruturações para os quais o devedor está de novo em incumprimento, assim como os créditos classificados como duvidosos há mais de um ano, sobre os quais uma falta de pagamento foi constatada, e que não são acompanhados de garantias de cobrança quase integral do crédito.

As depreciações para créditos duvidosos cobrindo riscos inscritos no ativo do balanço são afetadas à dedução dos ativos visados. As provisões mantidas no passivo do balanço são constituídas pelas provisões para compromissos por assinatura, as provisões para perdas calculadas relativas às tomadas de participação em programas imobiliários e as provisões para processos e outros prejuízos, assim como as provisões para riscos não especificamente identificados e para riscos sectoriais eventuais.

Na demonstração de resultados, as dotações e recuperações de provisões e de depreciações, as perdas sobre créditos irrecuperáveis, as recuperações sobre créditos amortizados e os descontos calculados sobre créditos reestruturados são reagrupados na rubrica «Custo do risco».

Os juros correspondentes à remuneração do valor contabilístico dos créditos depreciados, ou à recuperação do efeito de atualização, são contabilizados em «Produtos de juros», tal como as recuperações de desconto sobre créditos reestruturados.

CONTRATOS DE POUPANÇA E DE EMPRÉSTIMO REGULAMENTADOS

As contas poupança-habitação (CPH) e os planos de poupança-habitação (PPH) são produtos de poupança regulamentados pelos poderes públicos, destinados aos particulares. Estes associam uma fase de poupança e uma fase de crédito, indissociavelmente ligadas, a fase de crédito sendo contingente à fase de poupança.

Estes produtos incluem dois tipos de compromissos para o BNP Paribas SA que se comprometeu por um lado a remunerar a poupança, por um período indeterminado, a uma taxa de juro fixa no momento da abertura do contrato pelos poderes públicos para os PPH ou a uma taxa fixada de novo cada semestre em função de uma fórmula de indexação fixada pela lei para as CPH e, por outro lado, a emprestar ao cliente, se este o solicitar, por um montante em função dos direitos adquiridos durante a fase de poupança, a uma taxa fixada no momento da abertura do contrato para os PPH ou a uma taxa em função da fase de poupança para os contratos de CPH.

Os compromissos futuros do BNP Paribas SA relativos a cada geração

– os PPH com taxa idêntica à abertura formando uma geração, e as CPH formando, no seu conjunto, uma geração – são medidos por atualização dos resultados potenciais futuros associados aos ativos em risco da geração considerada.

Os ativos em risco são estimados com base numa análise dos históricos dos comportamentos da clientela, e correspondem aos capitais estatisticamente prováveis para os créditos e à diferença entre os capitais estatisticamente prováveis e os capitais mínimos esperados para a poupança, os capitais mínimos esperados sendo assimiláveis a depósitos a prazo certo.

Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase de poupança são estimados pela diferença entre a taxa de substituição e a taxa fixa de remuneração da poupança sobre o capital em risco de poupança do período considerado. Os resultados dos períodos futuros aferentes à fase de crédito são estimados pela diferença entre a taxa de refinanciamento e a taxa fixa de remuneração dos créditos sobre o capital em risco de crédito do período considerado.

As taxas de investimento da poupança e as taxas de refinanciamento dos créditos são deduzidos da curva de taxas de swap e das margens esperadas sobre instrumentos financeiros de natureza e de maturidades comparáveis. As margens são determinadas a partir daquelas observadas sobre os créditos à habitação com taxa fixa para a fase do crédito, e daquelas observadas sobre os produtos oferecidas à clientela privada para a fase de poupança.

Para traduzir a incerteza sobre as evoluções potenciais das taxas e as suas consequências sobre os comportamentos futuros modelizados dos clientes e sobre os capitais em risco, os compromissos são estimados por aplicação do método Monte-Carlo.

Quando a soma algébrica da medida dos compromissos futuros sobre a fase de poupança e sobre a fase de crédito de uma mesma geração de contratos traduz uma situação potencialmente desfavorável para o BNP Paribas SA, é constituída uma provisão, sem compensação entre as gerações, e registada sob a rubrica "Provisões" do balanço. As variações desta provisão são registadas na demonstração de resultados em "Proveitos e encargos de juros e assimilados".

TÍTULOS

O termo «Títulos» cobre os títulos do mercado interbancário, as obrigações do Tesouro e os outros títulos de créditos negociáveis, as obrigações e os outros valores mobiliários ditos de rendimento fixo - a saber de rendimento não aleatório - quer seja fundado em taxas fixas ou em taxas variáveis, as ações e os outros títulos de rendimento variável.

Segundo as disposições do regulamento CRC n° 2005-01 os títulos são classificados nas categorias seguintes: títulos de transação, títulos de investimento, títulos da atividade de carteira, títulos a vencimento,

outros títulos detidos a longo prazo, títulos de participação e participações nas empresas relacionadas. Em caso de risco de crédito confirmado, os títulos com rendimento fixo das carteiras de investimento e a vencimento são identificados como títulos duvidosos, segundo os mesmos critérios que aqueles aplicáveis aos créditos e compromissos duvidosos.

Quando títulos suportando um risco de contrapartida são classificados como duvidosos, a depreciação relativa a este risco, quando este pode ser isolado, é inscrito na rubrica «Custo do risco».

Títulos de transação

Os títulos que na origem são adquiridos ou vendidos com a intenção de os revender ou de os recomprar a curto prazo e aqueles detidos devido a uma atividade de conservador de mercado, são contabilizados na rubrica «Títulos de transação», e avaliados individualmente ao seu preço de mercado, se estes respondem às características seguintes:

- estes títulos são negociáveis num mercado ativo (qualquer mercado no qual os preços de mercado dos títulos visados são constantemente acessíveis aos terceiros junto de uma Bolsa de valores, ou junto de corretores, de negociadores ou de estabelecimentos passivos conservadores de mercado);
- os preços de mercado assim acessíveis devem ser representativos de transações reais intervindo regularmente no mercado em condições de concorrência normais.

São igualmente considerados como títulos de transação os títulos adquiridos ou vendidos no âmbito de uma gestão especializada (nomeadamente em sensibilidade) de carteira de transação compreendendo instrumentos financeiros a prazo, títulos, ou outros instrumentos financeiros apreendidos globalmente.

As variações de valor contribuem para a formação do resultado desta carteira. Os títulos registados entre os títulos de transação não podem ser reclassificados noutra categoria contabilística, e continuam a acompanhar as regras de apresentação e de valorização dos títulos de transação até à sua saída do balanço por cessão, reembolso integral ou passagem para perdas.

Em situações excecionais de mercado necessitando de uma mudança de estratégia, os títulos de transação podem ser reclassificados nas categorias «Títulos de investimento» ou «Títulos a vencimento» em função da nova estratégia de detenção adotada.

Da mesma forma, quando os títulos de transação de rendimento fixo já não são, posteriormente à sua aquisição, negociáveis num mercado ativo e se o estabelecimento tem a intenção e a capacidade de os deter num futuro previsível ou até ao seu vencimento, eles podem ser transferidos para as categorias «Títulos de investimento» ou «Títulos a vencimento».

As disposições de cada categoria visada são aplicáveis à data da transferência.

Se as características do mercado no qual os títulos de transação foram adquiridos evoluem de tal modo que este mercado não possa ser mais considerado como ativo, o valor de reavaliação dos títulos visados é determinado utilizando técnicas de valorização que considerem as novas características do mercado.

Títulos de investimento

São contabilizados em títulos de investimento os títulos que não estão inscritos em nenhuma das outras categorias existentes.

As obrigações e os outros títulos ditos de rendimento fixo são avaliados ao preço mais baixo de aquisição (fora juros corridos não vencidos) ou do valor provável de negociação. Este é geralmente determinado por referência à cotação da Bolsa. Os juros corridos são contabilizados em demonstração de resultados na rubrica «Juros e proveitos assimilados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo».

A diferença eventual entre o preço de aquisição e o preço de reembolso dos títulos de investimento de rendimento fixo adquiridos no mercado secundário é registada no resultado segundo o método atuarial, durante o período de vida residual dos títulos. No balanço, o valor contabilístico dos títulos é assim progressivamente ajustado ao valor de reembolso.

As ações são avaliadas ao preço mais baixo de aquisição ou ao valor provável de negociação. Este é geralmente determinado por referência à cotação de Bolsa para as ações cotadas e por referência à quota-parte de capitais próprios pertencente ao BNP Paribas SA, calculada a partir das informações disponíveis mais recentes para as ações não cotadas. Os dividendos encaixados são contabilizados na demonstração de resultados no momento do seu recebimento na rubrica «Rendimentos dos títulos de rendimento variável».

O preço de custo dos títulos de investimento cedidos é calculado segundo o método «FIFO». As mais-valias e menos-valias de cessão são registadas na rubrica «Proveitos líquidos sobre operações ligadas às carteiras de investimento e assimilados» da demonstração de resultados, assim como as depreciações de títulos dotadas ou recuperadas.

No caso de situações excecionais necessitando de uma mudança de estratégia ou quando os títulos já não são negociáveis num mercado ativo, os títulos classificados na categoria «Títulos de investimento» podem ser transferidos na categoria «Títulos a vencimento» e devem ser identificados no seio desta carteira. Estes títulos são então contabilizados segundo as disposições relativas à categoria «Títulos a vencimento».

Títulos da atividade de carteira

Dependem de uma atividade de carteira, os investimentos realizados de forma regular tendo por único objetivo, de daí retirar proveito em capital a médio prazo sem intenção de investir duradouramente no desenvolvimento do alvará da empresa emissora. É nomeadamente o caso dos títulos detidos no âmbito de uma atividade de capital risco.

Os títulos da atividade de carteira são contabilizados individualmente ao mais baixo do seu custo histórico ou do seu valor de uso. O valor de uso é determinado tendo em conta as perspetivas gerais de evolução do emissor e do horizonte de detenção. O valor de uso dos títulos cotados é determinado por referência à cotação sobre um período de um mês.

Títulos a vencimento

Os títulos de rendimento fixo acompanhados de um determinado prazo (nomeadamente as obrigações, os títulos do mercado interbancário, as obrigações do Tesouro e outros títulos de créditos negociáveis) são contabilizados em «Títulos a vencimento» quando existe a intenção e a capacidade de os conservar até ao seu vencimento.

As obrigações que entram nesta categoria são objeto de uma cobertura ou de uma operação de taxas de juro sobre a sua duração residual.

A diferença eventual entre o preço de aquisição e o preço de reembolso dos títulos a vencimento é registado no resultado segundo o método atuarial, sobre a duração residual dos títulos. No balanço, o valor contabilístico dos títulos é assim progressivamente ajustado ao valor de reembolso.

Os juros aferentes a estes títulos são contabilizados na demonstração de resultados na rubrica «Juros e proveitos assimilados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo».

Uma depreciação é constituída quando a degradação da qualidade da assinatura dos emissores é suscetível de comprometer o reembolso dos títulos no seu vencimento.

Em caso de cessão de títulos ou de transferências para outra categoria, por um montante significativo em relação ao montante total dos outros títulos a vencimento detidos, a classificação nesta categoria já não é autorizada pelo período em curso e durante os dois exercícios seguintes. Todos os títulos detidos e classificados em «Títulos a vencimento» são então reclassificados na categoria «Títulos de investimento».

Quando, nos casos de situações excecionais de mercado necessitando de uma mudança de estratégia, títulos de transação e de investimento foram transferidos para esta categoria, as cessões realizadas antes do vencimento destes títulos a vencimento, se estas estão ligadas ao facto que tornam a ser negociáveis num mercado ativo, não levam à aplicação da regra de reclassificação dos outros títulos detidos, descrita no parágrafo anterior.

Títulos de participação, outros títulos detidos a longo prazo e participações nas empresas relacionadas

Os títulos de participação são constituídos por participações para as quais o BNP Paribas SA dispõe de uma influência notável sobre os órgãos de administração das empresas emissoras e das participações apresentando um carácter estratégico para o desenvolvimento das atividades do BNP Paribas SA. Esta influência é presumida quando a percentagem de controlo do BNP Paribas SA é superior ou igual a 10 %.

Os «Outros títulos detidos a longo prazo» são ações e valores assimilados que o BNP Paribas SA entende deter duradouramente para daí retirar a mais ou menos longo prazo uma rentabilidade satisfatória, sem no entanto intervir na gestão das empresas cujos títulos são detidos, mas com intenção de favorecer o desenvolvimento de relações profissionais duradouras, criando uma ligação privilegiada com a empresa emissora.

As participações nas empresas relacionadas são constituídas por ações e outros títulos de rendimentos variáveis detidos nas empresas relacionadas para as quais o BNP Paribas SA dispõe de um controlo exclusivo, a saber aquelas suscetíveis de serem incluídas por integração global no Grupo.

Os títulos detidos nestas categorias são contabilizados individualmente ao mais baixo do seu valor de aquisição ou do seu valor de uso. O valor de uso é determinado por referência a um método de avaliação multicritérios fundado nos elementos disponíveis tais como a atualização dos fluxos futuros, a soma das partes, o ativo líquido reavaliado e os relatórios vulgarmente utilizados relativos a estes, para apreciar as perspetivas de rentabilidade e de realização de cada linha de título.

Para os títulos cotados, o valor de uso é considerado pelo menos igual ao custo quando a cotação em Bolsa no fecho não é inferior em mais de 20 % ao custo e que a cotação em Bolsa não é inferior ao custo desde os 12 últimos meses consecutivos. Além desse valor, se a avaliação multicritério faz aparecer que o valor contabilístico deve ser depreciado, o valor de uso é considerado igual à cotação em Bolsa. O mesmo sucede em todo o caso, se a cotação for inferior ao custo há 24 meses consecutivos ou se a cotação em Bolsa no fecho for inferior em 50 % ao custo ou ainda se a cotação média sobre 12 meses for inferior em mais de 30% ao custo. As linhas de títulos cotados representando um valor de aquisição inferior a dez milhões de euros podem ser avaliadas, por medida de simplificação, por referência à cotação em Bolsa média de fecho.

As mais ou menos-valias de cessão e os movimentos de dotações ou recuperações de depreciação são registados na rubrica «Proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados» da demonstração de resultados.

Os dividendos são registados logo que o seu pagamento tenha sido objeto de uma resolução da Assembleia-geral ou no momento do seu recebimento quando a decisão da Assembleia não é conhecida. São registados na rubrica «Rendimentos dos títulos de rendimento variável».

Ações próprias

As ações próprias detidas pelo BNP Paribas SA são classificadas e avaliadas segundo as modalidades seguintes:

- as ações detidas, adquiridas no âmbito de um contrato de liquidez assim como aquelas adquiridas no âmbito de operações de arbitragem sobre índices, são inscritas na categoria dos títulos de transação e avaliadas ao preço de mercado;
- as ações detidas na perspectiva de uma atribuição aos assalariados são inscritas na categoria dos títulos de investimento.

Em conformidade com o regulamento n°2008-17 do Comité da Regulamentação Contabilística publicado a 30 de dezembro de 2008, as ações próprias detidas no sentido de uma atribuição aos assalariados seguem as regras de avaliação do regulamento n°2008-15 relativo à contabilização dos planos de opção de compra ou de subscrição de ações e dos planos de atribuição de ações gratuitas aos assalariados, que preveem que estas não sejam depreciadas, devido à constituição no passivo de uma provisão determinada em função dos serviços prestados pelos beneficiários. A quota-parte das ações atribuídas aos assalariados das filiais do BNP Paribas SA é refaturada a estas no período de aquisição dos direitos;

- as ações detidas com vista à sua anulação ou cuja intenção de detenção não responde em particular a nenhum dos motivos anteriormente mencionados são inscritas em valores imobilizados. As ações destinadas a ser anuladas são mantidas ao seu custo de aquisição. As outras ações são avaliadas ao mais baixo do seu valor de aquisição ou do seu valor de uso.

IMOBILIZAÇÕES

Os imóveis e o material constam pelo custo de aquisição ou pelo custo reavaliado para aqueles que foram objeto de uma reavaliação, em conformidade com as leis de finanças de 1977 e 1978 em França. A diferença de reavaliação sobre bens não amortizáveis, realizada por ocasião destas reavaliações legais, foi incorporada no capital.

As imobilizações são registadas pelo seu custo de aquisição aumentado das despesas diretamente atribuíveis, e dos custos de empréstimo contraído incorrido quando a entrada em serviço das imobilizações é precedida de um período de construção ou de adaptação.

Os softwares desenvolvidos pelo Banco, quando estes preenchem os critérios de imobilização são imobilizados pelo seu custo direto de desenvolvimento que inclui as despesas externas e os encargos com o pessoal diretamente afetáveis ao projeto. Após contabilização inicial, as imobilizações são avaliadas pelo seu custo diminuído do acumulado das amortizações e das perdas eventuais de valor.

As imobilizações são amortizadas segundo o modo linear e sobre a duração de uso esperada do bem. As dotações às amortizações são contabilizadas na rubrica «Dotações às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas» da demonstração de resultados

A fração das amortizações praticadas que excede a amortização económica, principalmente calculada sobre o modo linear, é registada na rubrica «Provisões regulamentadas: amortizações derogatórias» no passivo do balanço. Nenhum efeito de imposto diferido é calculado sobre as amortizações derogatórias.

Quando uma imobilização é composta por vários elementos que podem ser objeto de substituição a intervalos regulares, tendo utilizações diferentes ou procurando vantagens económicas segundo um ritmo diferente, cada elemento é contabilizado separadamente e cada um dos componentes é amortizado segundo um plano de amortização que lhe é próprio. Esta abordagem por componentes foi escolhida para os imóveis de exploração.

As durações de amortização para os imóveis de escritórios são de 80 e 60 anos para a estrutura dos imóveis de prestígio e os outros imóveis respetivamente, 30 anos para as fachadas, 20 anos para as instalações gerais e técnicas e 10 anos para as decorações.

Os softwares são amortizados consoante a sua natureza, sobre períodos que não excedem 3 ou 5 anos para os desenvolvimentos essencialmente ligados à produção de serviços prestados à clientela e 8 anos para os desenvolvimentos de infraestrutura.

As imobilizações amortizáveis são além disso objeto de um teste de depreciação quando na data de fecho, eventuais índices de perda de valor são identificados. As imobilizações não amortizáveis são objeto de um teste de depreciação sistemático pelo menos uma vez por ano.

Se um índice de depreciação é identificado, o novo valor recuperável do ativo é comparado ao valor líquido contabilístico da imobilização. Em caso de perda de valor, uma depreciação é constatada na demonstração de resultados. A depreciação é recuperada em caso de modificação da estimação do valor recuperável ou de desaparecimento dos índices de depreciação. As depreciações são contabilizadas na rubrica «Dotações às amortizações e às depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas» da demonstração de resultados. As mais ou menos-valias de cessão das imobilizações de exploração são registadas na demonstração de resultados na rubrica «Proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados».

DÍVIDAS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E CONTAS CREDORAS DOS CLIENTES

As dívidas com estabelecimentos de crédito e a clientela são apresentadas em função da sua duração inicial ou da sua natureza: débitos à vista ou a prazo para os estabelecimentos de crédito; contas poupança com regime especial e outros depósitos para a clientela. São incluídas nestas diferentes rubricas, em função da natureza da contrapartida, as operações com acordo de recompra, materializadas por títulos ou valores. Os juros corridos sobre estes débitos são registados no balanço entre os débitos ligados

DÍVIDAS REPRESENTADAS POR UM TÍTULO

As dívidas representadas por um título são apresentadas em função da natureza do seu suporte: obrigações de caixa, títulos do mercado interbancário, títulos de créditos negociáveis, títulos obrigacionistas e assimilados, à exceção dos títulos subordinados classificados entre as dívidas subordinadas.

Os juros corridos não vencidos ligados a estes títulos são levados a uma conta de débitos ligados em contrapartida da demonstração de resultados.

Os prémios de emissão ou de reembolso dos empréstimos contraídos obrigacionistas são amortizados segundo o método atuarial sobre a duração de vida do empréstimo, as despesas aferentes à sua emissão sendo repartidas linearmente sobre essa mesma duração.

PROVISÕES PARA COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

As provisões para compromissos internacionais são constituídas em função da apreciação feita, por um lado sobre o risco de não transferência ligado à solvabilidade futura de cada um dos países compondo a base provisionável e, por outro lado, sobre o risco sistémico de crédito ao qual são expostos os devedores, na hipótese de uma degradação contínua e persistente da situação económica e geral dos países incluídos nesta base. As provisões constituídas ou libertas a título destes riscos são reagrupadas na demonstração de resultados consolidada na rubrica «Custo do risco».

PROVISÕES NÃO LIGADAS A OPERAÇÕES BANCÁRIAS

O BNP Paribas SA constitui provisões de modo a cobrir riscos e encargos nitidamente esclarecidos quanto ao seu objeto, e cujo montante ou vencimento não podem ser fixados de forma precisa. Em conformidade com os textos em vigor, a constituição de tais provisões não ligadas a operações bancárias é subordinada à existência de uma obrigação com um terceiro no fecho, à probabilidade de saída de recursos em benefício deste terceiro e à ausência de contrapartida equivalente esperada deste terceiro.

CUSTO DO RISCO

A rubrica «Custo do risco» compreende os encargos resultantes da manifestação de riscos de crédito e de contrapartida, litígios e fraudes inerentes à atividade bancária realizada com terceiros. As dotações líquidas às provisões não dependendo de tais riscos são classificadas nas rubricas da demonstração de resultados correspondente à sua natureza

INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO

Os compromissos sobre instrumentos financeiros a prazo são contratados em diferentes mercados para necessidades de cobertura específica ou global dos ativos e dos passivos ou para efeitos de transação.

Os compromissos relativos a estes instrumentos são registados em extra patrimoniais para o valor nominal dos contratos. O seu tratamento contabilístico depende da estratégia de gestão destes instrumentos.

Instrumentos financeiros derivados detidos para fins de cobertura

Os proveitos e encargos relativos aos instrumentos financeiros derivados a prazo utilizados a título de cobertura, afetados desde a origem a um elemento ou a um conjunto homogéneo de elementos identificados, são constatados nos resultados de maneira simétrica à integração dos proveitos e encargos nos elementos cobertos e sob a mesma rubrica contabilística.

Os encargos e proveitos relativos aos instrumentos financeiros a prazo tendo por objeto cobrir e gerir um risco global de taxa de juro são inscritos proporcionalmente ao tempo no resultado.

Instrumentos financeiros derivados detidos para fins de transação

Os instrumentos derivados detidos para efeitos de transação podem ser negociados em mercados organizados ou assimilados ou em mercados à vista.

Os instrumentos incluídos numa carteira de transação são avaliados por referência ao seu valor de mercado na data de fecho. Os proveitos ou perdas correspondentes são diretamente levados aos resultados do exercício, quer sejam latentes ou realizados. Estes são inscritos na demonstração de resultados, na rubrica «Proveitos líquidos sobre operações ligadas às carteiras de negociação».

A avaliação do valor de mercado é efetuada:

- ou por referência ao valor de cotação quando este está disponível;
- ou a partir de uma técnica de valorização fazendo apelo a métodos de cálculo matemáticos fundados em teorias financeiras reconhecidas, e parâmetros cujo valor é determinado, para alguns, a partir dos preços de transações observados em mercados ativos e para outros, a partir de estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Em todos os casos, correções de valor conservadoras são efetuadas de modo a ter em conta os riscos de modelo, de contrapartida ou de liquidez.

Alguns instrumentos complexos, geralmente realizados por medida e pouco líquidos e resultando da combinação sintética de instrumentos, são avaliados com modelos de avaliação utilizando parâmetros em parte não observáveis num mercado ativo.

A margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros complexos foi imediatamente contabilizada em resultado para as operações iniciadas até 31 de dezembro de 2004.

Para as operações iniciadas a partir de 1 de janeiro de 2005, a margem realizada durante a negociação destes instrumentos financeiros complexos é diferida e recuperada no resultado durante o período de inobservabilidade antecipada dos parâmetros de valorização. Quando os parâmetros não observáveis na origem passam-no a ser ou quando a valorização pode ser justificada por comparação com a de transações recentes e similares operadas num mercado ativo, a parte da margem ainda não reconhecida é então contabilizada no resultado.

Outras operações de transação sobre instrumentos financeiros derivados

Os resultados relativos aos contratos negociados à vista constituindo posições abertas isoladas são registados na demonstração de resultados no termo dos contratos ou proporcionalmente ao tempo, consoante a natureza do instrumento. As perdas latentes eventuais são objeto de uma provisão para riscos por conjuntos homogêneos de contratos.

IMPOSTOS SOBRE AS SOCIEDADES

O imposto sobre os lucros constitui um encargo do período ao qual se reportam os proveitos e encargos, qualquer que seja a data do seu pagamento efetivo. Quando o período durante o qual os proveitos e os encargos concorrem para o resultado contabilístico não coincide com aquele durante o qual os proveitos são impostos e os encargos deduzidos, o BNP Paribas SA contabiliza um imposto diferido, determinado segundo o método do resultado transitado variável tomando por base a totalidade das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e fiscais dos elementos do balanço e as taxas de tributação aplicáveis no futuro deste que tenham sido votadas. Os impostos diferidos ativos são objeto de um registo contabilístico tendo em conta a probabilidade de recuperação ligada a estes.

PARTICIPAÇÃO DOS ASSALARIADOS

Em conformidade com a regulamentação francesa, o BNP Paribas SA regista o montante da participação na demonstração de resultados do exercício a título do qual o direito dos assalariados nasceu. A dotação é inscrita na rubrica «Encargos com o pessoal».

VANTAGENS BENEFICIANDO AO PESSOAL

As vantagens consentidas ao pessoal do BNP Paribas são classificadas em quatro categorias:

- as indemnizações de fim de contrato de trabalho pagas nomeadamente no âmbito de planos de cessação antecipada de atividade
- as vantagens a curto prazo, tais como os salários, os subsídios anuais, o interesse, a participação, os acréscimos;
- as vantagens a longo prazo, que compreendem as licenças com vencimento (a conta poupança tempo) e os prémios ligados à antiguidade, certas remunerações diferidas pagas em numerário;
- as vantagens posteriores ao emprego, constituídas nomeadamente em França pelos complementos de reforma bancária pagos pelas Caixas de reforma do BNP Paribas SA, os prémios de fim de carreira, e no estrangeiro por regimes de reforma, alguns apoiados por fundos de pensões.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

As indemnizações de fim de contrato de trabalho resultam da vantagem concedida aos membros do pessoal durante a rescisão pelo BNP Paribas SA do contrato de trabalho antes da idade legal da reforma ou da decisão de membros do pessoal de sair voluntariamente, em troca de uma indemnização. As indemnizações de fim de contrato de trabalho exigíveis mais de doze meses após a data de fecho são alvo de uma atualização.

Vantagens a curto prazo

A empresa contabiliza um encargo quando esta utilizou os serviços prestados pelos membros do pessoal em contrapartida das vantagens que lhes foram consentidas.

Vantagens a longo prazo

As vantagens a longo prazo designam as vantagens, diferentes das vantagens posteriores ao emprego e as indemnizações de fim de contrato de trabalho, que não são devidas integralmente nos doze meses a seguir ao fim do exercício durante o qual os membros do pessoal prestaram os serviços correspondentes. O método de avaliação atuarial é similar ao que se aplica às vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas, mas as diferenças atuariais são contabilizadas imediatamente, tal como o efeito ligado a eventuais modificações de regime.

São nomeadamente visadas por esta categoria as remunerações pagas em numerário e diferidas em mais de doze meses, que são provisionadas nas contas dos exercícios durante os quais o assalariado presta os serviços correspondentes. Quando estas remunerações variáveis diferidas são submetidas a uma condição de aquisição ligada à presença, os serviços são presumidos recebidos no período de aquisição e o encargo de remuneração correspondente é inscrito, proporcionalmente ao tempo neste período, em encargos com o pessoal, em contrapartida de um passivo. O encargo é revisto para ter em conta a não realização das condições de presença ou de desempenho, e para as remunerações diferidas indexadas à cotação da ação BNP Paribas, a variação de valor do título

Na ausência de condição de presença, a remuneração variável diferida é provisionada imediatamente sem exposição nas contas do exercício ao qual diz respeito; o passivo é a seguir novamente estimado a cada fecho, em função das eventuais condições de desempenho e para as remunerações diferidas indexadas à cotação da ação BNP Paribas, da variação de valor do título, e isto, até ao seu pagamento.

Vantagens posteriores ao emprego

As vantagens posteriores ao emprego das quais beneficiam os assalariados do BNP Paribas SA em França e no estrangeiro resultam de regimes de descontos definidos e de regimes de prestações definidas.

Os regimes qualificados de “regimes de descontos definidos” como a *Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse* que paga uma pensão de reforma aos assalariados franceses do BNP Paribas SA, assim como os regimes de reforma nacionais complementares e interprofissionais, não são representativos de um compromisso para a empresa e não são alvo de qualquer provisão. O montante dos descontos chamados durante o exercício é verificado em

encargos.

Apenas os regimes qualificados de “regimes de prestações definidas”, ou seja nomeadamente os complementos de reforma pagos pelas Caixas de reforma do BNP Paribas SA e os prémios de fim de carreira, são representativos de um compromisso a cargo da empresa, que dá lugar à avaliação e provisionamento.

A classificação numa ou noutra destas categorias apoia-se na substância económica do regime para determinar se o BNP Paribas SA é impelido ou não, pelas cláusulas de uma convenção ou por uma obrigação implícita, de assegurar as prestações prometidas aos membros do pessoal.

As vantagens posteriores ao emprego com prestações definidas são alvo de avaliações atuariais tendo em conta hipóteses demográficas e financeiras. O montante provisionado do compromisso é determinado utilizando as hipóteses atuariais escolhidas pela Empresa e aplicando o método das unidades de crédito projetadas. Este método de avaliação considera um certo número de parâmetros tais como hipóteses demográficas, de saídas antecipadas, de aumentos dos salários e de taxa de atualização e de inflação. O valor de ativos eventuais de cobertura é de seguida deduzido do montante do compromisso.

A medida da obrigação resultante de um regime e do valor dos seus ativos de cobertura pode evoluir fortemente de um exercício para o outro em função de mudanças de hipóteses atuariais e provocar diferenças atuariais. O BNP Paribas SA aplica a metodologia dita “do corredor” para contabilizar as diferenças atuariais sobre estes compromissos. Este método autoriza a só reconhecer, a partir do exercício seguinte e de forma repartida sobre a duração residual média da atividade dos membros do pessoal, que a fração das diferenças atuariais que excede o mais elevado dos dois valores seguintes: 10% do valor atualizado da obrigação bruta ou 10% do valor de mercado dos ativos de cobertura do regime, no fim do exercício anterior.

As consequências das modificações de regimes relativos aos serviços passados são reconhecidas em resultado sobre a duração de aquisição completa dos direitos sobre os quais incidiram as ditas modificações.

O encargo anual contabilizado em encargos com o pessoal a título dos regimes com prestações definidas é representativo dos direitos adquiridos durante o período por cada trabalhador correspondente ao custo dos serviços prestados, do custo financeiro ligado à atualização dos compromissos, do proveito esperado dos investimentos, da amortização das diferenças atuariais e dos custos dos serviços passados resultantes das eventuais modificações de regimes, assim como das consequências das reduções e das liquidações eventuais de regimes.

REGISTO DOS PRODUTOS E DOS ENCARGOS

Os juros e comissões assimilados são contabilizados pelo seu

montante corrido, constatado proporcionalmente ao tempo. As comissões assimiladas aos juros compreendem nomeadamente certas comissões recebidas quando estas são incorporadas na remuneração dos empréstimos (participação, compromisso, despesas de processo). Os custos marginais de transação que o Banco suporta por ocasião da outorga ou da aquisição de um concurso são igualmente alvo de um alargamento sobre o período de duração efetiva do crédito.

As comissões não assimiladas a juros e correspondendo a prestações de serviço são registadas na data de realização da prestação ou de forma proporcional sobre a duração do serviço prestado, quando este é contínuo.

OPERAÇÕES EM DIVISAS

As posições de câmbio são, de um modo geral, avaliadas pelas cotações cambiais oficiais, de fim de período. Os lucros e as perdas de câmbio resultando das operações correntes concluídas em divisas são registados na demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio resultando da conversão dos ativos em divisas detidas de forma duradoura, compreendendo os outros títulos detidos a longo prazo, as dotações das sucursais e os títulos das filiais e participações estrangeiras, expressas em divisas e financiadas em euros, são inscritos em contas de diferenças de conversão ligadas às contas de balanço registando estes diferentes ativos.

As diferenças de câmbio resultando da conversão dos ativos em divisas detidos de forma duradoura, compreendendo os outros títulos detidos a longo prazo, as dotações das sucursais e os títulos das filiais e participações estrangeiras, expressos e financiados em divisas, são contabilizados de maneira simétrica às diferenças de câmbio dos financiamentos correspondentes.

CONVERSÃO DAS CONTAS EM DIVISAS ESTRANGEIRAS

Todos os elementos de ativo e de passivo, monetários ou não monetários, das sucursais estrangeiras expressos em divisas são convertidos à cotação do câmbio em vigor na data de fecho do exercício. A diferença resultando da conversão das dotações em capital das sucursais estrangeiras é registado nas contas de regularização.

Nota 2 EVENTOS MARCANTES

Durante o ano 2011, três países europeus, a Grécia, a Irlanda e Portugal, conheceram uma notável degradação das suas contas públicas no contexto da crise económica e financeira, que conduziu os mercados a desviarem-se progressivamente dos títulos de dívida pública desses países, não lhes permitindo mais levantar recursos necessários ao financiamento dos seus défices públicos.

A política de solidariedade europeia definida neste contexto pelos países membros da zona euro conduziu-os, em concertação com o Fundo Monetário Internacional, a elaborar um dispositivo de apoio que se traduziu pela definição e a implementação de vários planos a

favor da Grécia, depois da Irlanda e de Portugal.

A identificação durante o segundo semestre de 2011 das dificuldades da Grécia em respeitar os objetivos económicos sobre os quais estava fundado o plano de 21 de julho, em particular tratando-se da sustentabilidade da sua dívida, conduziu a um novo acordo de princípio a 26 de outubro sobre o fundamento deste plano. Os títulos gregos foram depreciados à altura de 75%, tendo sido a perda constatada durante o exercício 2011 em custo do risco, à 1281 milhões de euros, após reclassificação.

em Citeira de investimento a 31 de junho de 2011 (cf. nota 3.1). O valor de balanço dos títulos de juros representa 711 milhões de euros a 31 de dezembro de 2011 (cf. nota 3.1).

A 21 de fevereiro de 2012, o acerto foi realizado e o resultado entre o Governo e os investidores privados e os representantes da Euronext. A oferta concluída revê a alteração das investidas privadas de 53,5 % de nominal dos títulos de juros na sua base. Em troca, eles recebem o equivalente a 31,5 % do total dos títulos de juros. Os 21 novos títulos emitidos pela Grécia em troca de 11 a 31 anos e com vencimentos a 15 % do total dos títulos de juros. O curto prazo emitido pela Euronext de Estabilidade. Em 11 de junho de 2011, os títulos emitidos no dia 12 de março de 2012 foram classificados em carteira de alta qualidade. Com o resultado da troca, a nova emissão de títulos de juros, é associada a um título intencional na avaliação interna.

Incluindo a Grécia excelente as expectativas da semana. Este instrumento está centralizado em privado.

o valor de mercado dos instrumentos recebidos em troca dos títulos de juros foi valorizado com base de 12 de março de 2012 a 23,3 % de nominal dos títulos de juros. Esta diferença com o valor líquido dos títulos de juros, assim como o ajustamento dos juros adicionados aos títulos de juros levou ao reconhecimento de um resultado em custos de 11 de 25 milhões de euros.

A 27 de novembro de 2012, os representantes da Euronext e FMI retiraram a oferta para implementar uma operação de refinanciamento de uma parte da sua dívida pública dos investidores privados, com o objetivo de reduzir o custo de 11 de 12,4 % em 2012.

A operação foi realizada em 3 a 11 de dezembro de 2012. O resultado dos resultados privados para a oferta de refinanciamento, cujo preço médio atingiu 33,5 % de nominal. Nesse âmbito, o INFI lançou a operação de refinanciamento em carteira no momento da operação, gerando uma mais-valia de 25 milhões de euros.

Nota 3 NETAS ELATIVAS À EMENTAÇÃO DE RESULTADOS • EXECUÇÃO 2012

3.a MARGEM E JUROS

o INFI realizou a apresentação dos resultados "Juros e receitas de juros" e "Juros e encargos de juros" e remuneração de instrumentos financeiros de curto prazo. Os custos de juros, assim como a remuneração de instrumentos financeiros em vigor de juros, são apresentados à luz de um instrumento de juros.

A Viragem de valor calculada para os resultados de juros e receitas de juros em valor de mercado de juros resultante é calculada com base do resultado "receitas e resultados de juros" e "encargos de juros".

os resultados e encargos de juros são apresentados em valor de mercado de juros e elementos de juros e resultados de juros são apresentados em valor de mercado de juros.

Em milhões de euros	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Proveitos	Encargos	Proveitos	Encargos
Estabelecimentos de crédito	4557	(4771)	555	(515)
Centros de vista, empréstimos de curto prazo e centrais	4132	(4242)	521	(11)
Títulos recebidos (ativos) em transação	299	(529)	114	1174
Em transação suportes de curto prazo	126		124	
Clientes	8731	(3237)	757	(371)
Centros de vista, em transação de curto prazo e centros de vista	8585	(2965)	35	(311)
Títulos recebidos (ativos) em transação	137	(272)	31	(51)
Em transação suportes de curto prazo	9		2	
Operações financeiras	10	(5)	15	(11)
Resultados de transações de curto prazo	571	(4421)	11	(113)
Operações e outros títulos de rendimento fixo	4304		545	
Títulos de transação	520		1245	
Títulos de investimento	3655		371	
Títulos a vencer	129		114	
Instrumentos de macroeconómico		(1127)		(121)
PROVEITOS E ENCARGOS DE JUROS	18173	(13561)	23427	(1113)

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Demonstrações financeiras das contas sociais

3.b RENDIMENTOS DOS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Títulos de investimento e assimilados	36	41
Participações e outros títulos detidos a longo prazo	299	248
Participações nas empresas relacionadas	2 444	2 337
RENDIMENTOS DOS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL	2 779	2 626

3.c COMISSÕES

Em milhões de euros	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Proveitos	Encargos	Proveitos	Encargos
Operações bancárias e financeiras	2 176	(606)	2 905	(613)
Operações com a clientela	1 531	(100)	1 929	(121)
Outros	645	(506)	976	(492)
Prestações de serviços financeiros	2 544	(258)	2 629	(192)
PROVEITOS E ENCARGOS DE COMISSÕES	4 720	(864)	5 534	(805)

3.d CUSTO DO RISCO, PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS

O custo do risco cobre o encargo das depreciações constituídas a título do risco de crédito inerente à atividade de intermediação do BNP Paribas SA, assim como das depreciações eventualmente constituídas em caso de risco de incumprimento confirmado de contrapartidas de instrumentos financeiros derivados negociados à vista.

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Dotações ou recuperações líquidas às provisões do exercício	(414)	(1 864)
Clientela e estabelecimentos de crédito	(459)	(391)
Compromissos por assinatura	139	(95)
Títulos	(4)	(1 347)
dos quais dívida soberana grega ⁽¹⁾	(25)	(1 281)
Créditos arriscados e assimilados	(2)	25
Instrumentos financeiros das atividades de mercado	(88)	(56)
Créditos incobráveis não cobertos por provisões	(156)	(107)
Recuperação sobre créditos amortizados	70	48
CUSTO DO RISCO	(500)	(1 923)

(1) O encargo relativo ao provisionamento da dívida soberana grega contabilizada em 2011 resultava de complementos de provisões constituídos à altura de 75 %, registados após a data de reclassificação destes títulos no seio da carteira de títulos de investimento.

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Saldo a 1 de janeiro	10 877	9 217
Dotações ou recuperações líquidas às provisões do exercício	414	1 864
Amortização de créditos irrecuperáveis anteriormente provisionados	(2 962)	(1 324)
Variação das paridades monetárias e diversos	(65)	1 120
PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS	8 264	10 877

As provisões decompõem-se da seguinte forma:

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Provisões deduzidas do ativo	7 504	10 016
Relativas aos créditos sobre os estabelecimentos de crédito (nota 4.a)	299	469
Relativas aos créditos sobre a clientela (nota 4.b)	6 751	6 721
Relativas às operações de locação financeira	7	6
Relativas aos títulos	298	2 322
dos quais dívida soberana grega	-	1 849
Relativas aos instrumentos financeiros das atividades de mercado	149	498
Provisões inscritas no passivo (nota 4.j)	760	861
Relativas aos compromissos por assinatura	669	813
Relativas aos créditos arriscados e assimilados	91	48
PROVISÕES PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS OU RISCOS	8 264	10 877

3.e PROVEITOS OU PERDAS SOBRE ATIVOS IMOBILIZADOS

Em milhões de euros	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Proveitos	Encargos	Proveitos	Encargos
Participações e outros títulos detidos a longo prazo	1 249	(114)	314	(840)
Cessões	698	(33)	249	(72)
Provisões	551	(81)	65	(768)
Participações nas empresas relacionadas	762	(324)	1 993	(450)
Cessões	644	(36)	1 768	(89)
Provisões	118	(288)	225	(361)
Imobilizações de exploração	11	(3)	13	(61)
TOTAL	2 022	(441)	2 320	(1 351)
PROVEITOS LÍQUIDOS SOBRE ATIVOS IMOBILIZADOS	1 581		969	

3.f IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Impostos correntes do exercício	(453)	127
Impostos diferidos do exercício	(820)	173
IMPOSTO SOBRE OS LUCROS	(1 273)	300

Nota 4 NOTAS RELATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

4.a CRÉDITOS E DÉBITOS COM OS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Empréstimos concedidos e créditos	171 447	215 020
Contas à vista devedoras	6 605	15 595
Contas a prazo e empréstimos concedidos	159 060	192 945
Empréstimos concedidos subordinados	5 782	6 480
Títulos e valores recebidos com acordo de recompra	99 332	97 317
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO ANTES DA DEPRECIÇÃO	270 779	312 337
nomeadamente créditos ligados	843	1 223
Depreciações relativas aos créditos sobre estabelecimentos de crédito (nota 3.d)	(299)	(469)
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS SOBRE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO LÍQUIDOS DE DEPRECIÇÃO	270 480	311 868

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Depósitos e empréstimos contraídos	213 597	238 386
Contas à vista credoras	11 594	15 861
Contas a prazo e empréstimos contraídos	202 003	222 525
Títulos e valores concedidos com acordo de recompra	117 556	113 094
DÉBITOS COM ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO	331 153	351 480
nomeadamente débitos ligados	1 264	1 320

4.b OPERAÇÕES COM A CLIENTELA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Empréstimos concedidos e créditos	275 381	299 448
Créditos comerciais	2 312	1 952
Contas à vista devedoras	9 869	10 896
Créditos de tesouraria	54 745	63 600
Créditos à habitação	71 268	72 879
Créditos ao equipamento	49 838	52 452
Créditos à exportação	15 945	17 120
Outros créditos à clientela	68 551	77 847
Empréstimos subordinados concedidos	2 853	2 702
Títulos e valores recebidos com acordo de recompra	47 777	41 965
OPERAÇÕES COM A CLIENTELA ANTES DA DEPRECIÇÃO - ATIVO	323 158	341 413
<i>das quais créditos ligados</i>	639	748
<i>das quais créditos elegíveis ao refinanciamento da Banque de France</i>	202	169
<i>das quais créditos duvidosos</i>	4 798	4 188
<i>das quais créditos duvidosos comprometidos</i>	5 854	5 546
<i>das quais créditos sobre capitais reestruturados</i>	47	28
Depreciações relativas aos créditos sobre a clientela (nota 3.d)	(6 751)	(6 721)
OPERAÇÕES COM A CLIENTELA LÍQUIDAS DE DEPRECIÇÃO - ATIVO	316 407	334 692
		334 692
		365 772

O total dos empréstimos concedidos e créditos sobre a clientela, líquidos de depreciação, distribuído por contrapartida declina-se da seguinte forma:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
	Capitais sãos	Capitais duvidosos	Total	Capitais sãos	Capitais duvidosos	Total
Clientela financeira	31 253	860	32 113	9 328	674	10 002
Empresas	151 209	3 477	154 686	189 561	2 245	191 806
Empresários	9 513	214	9 727	16 087	656	16 743
Particulares	63 885	685	64 570	66 423	998	67 421
Outros não financeiros	7 452	82	7 534	6 742	13	6 755
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS LÍQUIDOS DE DEPRECIÇÃO	263 312	5 318	268 630	288 141	4 586	292 727

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Depósitos	236 745	230 966
Contas à vista credoras	74 515	71 685
Contas a prazo	105 924	107 882
Contas poupança com regime especial	56 306	51 399
<i>das quais contas poupança com regime especial à vista</i>	43 098	38 312
Títulos concedidos com acordo de recompra	48 056	52 362
OPERAÇÕES COM A CLIENTELA - PASSIVO	284 801	283 328
nomeadamente débitos ligados	863	947

4.c TÍTULOS DETIDOS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Valor líquido contabilístico	Valor de mercado	Valor líquido contabilístico	Valor de mercado
Transação	61 538	61 538	79 888	79 888
Investimento	31 396	31 620	35 525	36 131
dos quais provisões	(174)		(1 048)	
A vencimento	349	349	1 115	1 030
dos quais provisões			(1 849)	
TÍTULOS PÚBLICOS E VALORES ASSIMILADOS	93 283	93 507	116 528	117 049
dos quais créditos representativos de títulos emprestados	22 803		25 968	
dos quais diferenças de aquisição	1 254		1 205	
Transação	39 240	39 240	68 210	68 210
Investimento	25 468	26 111	24 108	24 906
dos quais provisões	(386)		(825)	
A vencimento	2 725	2 735	3 699	3 951
dos quais provisões	(57)		(113)	
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO	67 433	68 086	96 017	97 067
dos quais títulos não cotados	6 554	6 609	7 419	7 155
dos quais créditos ligados	969		1 283	
dos quais créditos representativos de títulos emprestados	10 502		10 226	
dos quais diferenças de aquisição	(104)		(130)	
Transação	228	228	611	611
Investimento e Títulos da Atividade da Carteira	1 639	1 799	1 930	2 243
dos quais provisões	(326)		(383)	
AÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL	1 867	2 027	2 541	2 854
dos quais títulos não cotados	1 495	1 641	1 835	2 121
dos quais créditos representativos de títulos emprestados			49	
Participações	4 595	5 183	4 488	5 582
das quais provisões	(963)		(1 382)	
Outros títulos detidos a longo prazo	274	355	369	423
dos quais provisões	(121)		(135)	
PARTICIPAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DETIDOS A LONGO PRAZO	4 869	5 538	4 857	6 005
dos quais títulos não cotados	1 970	2 323	1 591	2 665
Participações nas empresas ligadas	55 157	82 201	53 698	78 407
das quais provisões	(2 070)		(1 900)	
PARTICIPAÇÕES NAS EMPRESAS LIGADAS	55 157	82 201	53 698	78 407

As participações e partes nas empresas relacionadas detidas pelo BNP Paribas SA em estabelecimentos de crédito ascendem respetivamente a 1 612 milhões de euros e 29 658 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 1 915 milhões de euros e 27 336 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

4.d AÇÕES PRÓPRIAS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011
	Valor bruto contabilístico	Valor líquido contabilístico	Valor líquido contabilístico
Transação	6	6	7
Investimento	96	96	110
Títulos de participação	62	62	439
AÇÕES PRÓPRIAS	164	164	556

Por aplicação da quinta resolução da Assembleia-geral Mista de 23 de maio de 2012 que anula e substitui a quinta resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011, o BNP Paribas foi autorizado a adquirir, por um preço máximo de compra de 60 euros por ação (75 euros anteriormente), um número de ações não excedendo 10 % do número de ações ordinárias que compõe o capital social do BNP Paribas SA com vista à sua anulação nas condições definidas pela Assembleia-geral Mista de 23 de maio de 2011 no sentido de honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa, e de cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados do BNP Paribas e das empresas controladas exclusivamente pelo BNP Paribas no sentido do artigo L233-16 do Código comercial, para efeito de os conservar e de os entregar ulteriormente para troca ou em pagamento no âmbito de uma operação de crescimento externo, de fusão, de cissão e de contribuição, no âmbito de um

contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros e para efeitos de gestão patrimonial e financeira. Esta autorização foi concedida por um período de dezoito meses. Em 31 de dezembro de 2012, o BNP Paribas SA detém 994 518 ações registadas em títulos de participação tendo por objetivo de os anular. O BNP Paribas SA detém igualmente 2 324 117 ações registadas em títulos de investimento e destinadas à atribuição de ações gratuitas aos membros do pessoal do Grupo, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados do Grupo no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, do plano de acionariado assalariado do Grupo ou do plano poupança empresa. Além disso, no âmbito do contrato de liquidez do título BNP Paribas no mercado italiano, conforme à Carta deontológica reconhecida pela AMF e concluído com a Exane BNP Paribas, o BNP Paribas SA detém em 31 de dezembro de 2012, 149 832 ações BNP Paribas registadas em título de transação.

4.e IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhões de euros	1 jan. 2012	Valores brutos				Provisões					Valores líquidos	
		Aquisições	Reembol- -sos e cessões	Transferências e outras variações	31 dez. 2012	1 jan. 2012	Dotações	Retomas	Outras variações	31 dez. 2012	31 dez. 2012	31 dez. 2011
Títulos a vencimento (Nota 4.c)	6 776	21	(3 696)	30	3 131	1 962	84	(1 986)	(3)	57	3 074	4 814
Participações e ATDLT (Nota 4.c)	6 374	99	(1 179)	659	5 953	1 517	81	(514)		1 084	4 869	4 857
Participações nas empresas relacionadas (Nota 4.c)	55 599	3 726	(1 782)	(316)	57 227	1 901	288	(117)	(2)	2 070	55 157	53 698
Ações próprias (Nota 4.d)	439		(377)		62						62	439
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	69 188	3 846	(7 034)	373	66 373	5 380	453	(2 617)	(5)	3 211	63 162	63 808

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Demonstrações financeiras das contas sociais

O regulamento n.º 2008-17 de 10 de dezembro de 2008 do Comité da Regulação Contabilística permitiu reclassificar os instrumentos inicialmente detidos para fins de transação ou investimento, no seio da carteira de títulos a vencimento.

Estas reclassificações são resumidas no quadro seguinte:

Em milhões de euros	Data de reclassificação	Montante na data da reclassificação	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
			Valor de balanço	Valor de mercado ou de modelo	Valor de balanço	Valor de mercado ou de modelo
Títulos soberanos extraídos da carteira de investimento e reclassificados						
Em títulos a vencimento (títulos soberanos gregos)	30 junho 2011	2 085	0	0	768	699
Ativos financeiros extraídos Da carteira de transação e reclassificados						
Em títulos a vencimento	1 outubro 2008	4 404	1 044	1 004	1 322	1 266
Em títulos a vencimento	30 junho 2009	2 760	1 540	1 564	1 821	1 793

O quadro abaixo apresenta os elementos dos resultados aferentes a estes ativos reclassificados tais como contabilizados sobre o período, assim como aqueles que teriam sido contabilizados se estes ativos não tivessem sido reclassificados:

Em milhões de euros	Exercício 2012		Exercício 2011			
	Realizado	Proforma sobre o período Após reclassificação	Realizado			Proforma sobre o período pós reclassificação
			Antes reclassificação	Após reclassificação	Total	
Elementos de resultados (antes de imposto)	75	106	372	(1 008)	(636)	(749) Em
resultado líquido bancário	79	131	372	215	587	532
dos quais títulos soberanos gregos	10	10	372	105	477	477
dos quais outros títulos de rendimentos fixos	69	121		110	110	55
Em proveitos ou perdas sobre ativos imobilizados	(25)			24	24	
dos quais outros títulos de rendimentos fixos	(25)			24	24	
Em custo do risco	21	(25)		(1 247)	(1 247)	(1 281)
dos quais títulos soberanos gregos	(25)	(25)		(1 281)	(1 281)	(1 281)
dos quais outros títulos de rendimentos fixos	46			34	34	

(1) Os dados «proforma» retratam o que teria sido a contribuição para o resultado do exercício se os instrumentos visados não tivessem sido reclassificados.

4.f DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Títulos de créditos negociáveis	139 243	138 592
Empréstimos obrigacionistas	5 661	5 384
Outros débitos representados por um título	374	504
DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO	145 278	144 480
dos quais prémios de emissão não amortizados	928	1 084

➤ EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos obrigacionistas contraídos emitidos pelo BNP Paribas SA apresentam, segundo as cláusulas dos contratos de emissão os vencimentos seguintes:

Em milhões de euros, em	Ativos em 31/12/2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 à 2022	Após 2022
Empréstimos obrigacionistas	5 661	909	353	2 277	808	329	851	134

4.g OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Instrumentos condicionais comprados	156 371	204 751
Contas de pagamento relativo às operações sobre títulos	3 402	3 402
Impostos diferidos - ativo	1 124	2 135
Outros ativos diversos	39 984	37 500
OUTROS ATIVOS	200 881	247 788
Instrumentos condicionais vendidos	150 135	199 495
Contas de pagamento relativo às operações sobre títulos	2 024	2 282
Débitos ligados às operações sobre títulos	76 875	128 344
Impostos diferidos - passivo	47	269
Outros passivos diversos ⁽¹⁾	31 903	32 773
OUTROS PASSIVOS	260 984	363 163

(1) Os débitos fornecedores do BNP Paribas SA ascendem a 12,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 5,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. A repartição dos débitos fornecedores do BNP Paribas excluindo as sucursais, por vencimento, faz aparecer uma anterioridade inferior a 60 dias de cerca de 94,7 %.

4.h CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Reavaliação dos instrumentos derivados e de câmbio	60 786	59 303
Proveitos a receber	14 089	11 784
Contas de recebimento	105	473
Outros contas de regularização devedoras	11 809	13 219
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO – ATIVO	86 789	84 779
Reavaliação dos instrumentos derivados e de câmbio	64 390	63 981
Encargos a pagar	14 284	12 372
Contas de recebimento	989	801
Outras contas de regularização credoras	8 713	8 060
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO – PASSIVO	88 376	85 214

4.i IMOBILIZAÇÕES DE EXPLORAÇÃO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011
	Montante bruto	Amortização e provisões	Montante líquido	Montante líquido
Softwares informáticos	2 311	(1 698)	613	597
Outras imobilizações incorpóreas	5 705	(36)	5 669	5 628
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	8 016	(1 734)	6 282	6 225
Terrenos e construções	2 423	(776)	1 647	1 625
Equipamento, mobiliário, instalações	2 032	(1 629)	403	472
Outras imobilizações corpóreas	92		92	107
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	4 547	(2 405)	2 142	2 204

4.j PROVISÕES

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2011	Dotações	Recuperações	Outras variações	31 dezembro 2012
Provisões para compromissos sociais	687	148	(247)	(22)	566
Provisões para créditos arriscados e assimilados (nota 3.d)	48	11	(11)	43	91
Provisões para compromissos por assinatura (nota 3.d)	813	168	(312)	-	669
Outras provisões					
■ ligadas a operações bancárias e assimiladas	1 332	307	(559)	33	1 113
■ não ligadas a operações bancárias	1 065	308	(178)	(1)	1 194
PROVISÕES	3 945	942	(1 307)	53	3 633

➤ PROVISÕES PARA RISCOS SOBRE PRODUTOS DE POUPANÇA COM TAXA ADMINISTRADA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Capitais coletados a título das contas e dos planos poupança-habitação	14 946	14 699
dos quais título dos planos poupança-habitação	12 076	11 846
Antiguidade superior a 10 anos	5 374	5 897
Antiguidade entre os 4 anos e os 10 anos	4 491	3 290
Antiguidade inferior a 4 anos	2 211	2 659
Créditos em vida outorgados a título das contas e dos planos poupança-habitação	379	438
nomeadamente a título dos planos poupança-habitação	76	96
Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança-habitação	152	243
nomeadamente desconto constituído a título das contas e planos poupança-habitação	10	10
nomeadamente provisões constituídas a título das contas e planos poupança-habitação	142	233
nomeadamente provisões constituídas a título dos planos com uma antiguidade superior a 10 anos	65	65
nomeadamente provisões constituídas a título dos planos com uma antiguidade entre os 4 e os 10 anos	28	91
nomeadamente provisões constituídas a título dos planos com uma antiguidade inferior a 4 anos	31	68
nomeadamente provisões constituídas a título das contas de poupança-habitação	18	9

➤ VARIAÇÃO DAS PROVISÕES RELATIVAS AOS PRODUTOS DE POUPANÇA COM TAXA ADMINISTRADA

Em milhões de euros	Exercício 2012		Exercício 2011	
	Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança habitação	Provisões e assimiladas constituídas a título das contas poupança habitação	Provisões e assimiladas constituídas a título dos planos poupança habitação	Provisões e assimiladas constituídas a título das contas poupança habitação
Provisões e assimiladas constituídas em início de período	224	19	203	23
Dotações às provisões	-	9	21	-
Recuperações de provisões	(102)	-	-	(4)
Provisões e assimiladas constituídas em fim de período	122	28	224	19

4.k DÍVIDAS SUBORDINADAS

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Dívidas subordinadas reembolsáveis	5 166	7 705
Dívidas subordinadas perpétuas	8 078	8 765
Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada	7 063	7 081
Títulos Subordinados com Duração Indeterminada	790	1 454
Títulos participativos	225	230
Débitos ligados	32	72
DÍVIDAS SUBORDINADAS	13 276	16 542

Dívidas subordinadas reembolsáveis

Os empréstimos contraídos subordinados reembolsáveis emitidos pelo Grupo são títulos a médio e a longo prazo assimiláveis a débitos de efeito subordinado simples, cujo reembolso antes do vencimento contratual interviria, em caso de liquidação da sociedade emissora, após os outros credores mas antes dos titulares de empréstimos concedidos participativos e de títulos participativos. Após acordo do regulador e por iniciativa do emissor, estes podem ser alvo de uma cláusula de reembolso antecipado por re aquisição em Bolsa, oferta pública de compra ou de troca ou à vista, quando se trata de emissões privadas.

Os empréstimos contraídos que foram alvo de um investimento internacional, emitido pelo BNP Paribas SA podem ser alvo de um reembolso antecipado do principal e de um pagamento antes do vencimento dos juros pagáveis in fine, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixa na nota de emissão (call option), ou caso algumas modificações às regras fiscais em vigor impusessem ao emissor no seio do Grupo a obrigação de compensar os portadores das consequências destas modificações. Este reembolso pode intervir mediante um aviso prévio, de 15 a 60 dias consoante o caso, e de qualquer modo, sob reserva do acordo das autoridades de supervisão bancária.

Em 31 de dezembro de 2012, o cronograma dos empréstimos subordinados reembolsáveis emitidos apresenta-se da seguinte forma:

Em milhões de euros	Ativos em 31/12/2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 à 2022	Além de 2022
Dívidas subordinadas reembolsáveis	5 166	674	363	550	286	1 963	844	486

Dívidas subordinadas perpétuas Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada

O BNP Paribas SA emitiu Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada, por um montante global de 7 063 milhões em contravalor de euros a 31 de dezembro de 2012. Estas emissões oferecem aos subscritores uma remuneração com taxa fixa ou variável e podem ser reembolsadas no fim de um período fixo, depois em cada data de aniversário do cupão. Em caso de não reembolso no fim deste período, será pago para algumas destas emissões um cupão indexado ao Libor ou Euribor. Durante o quarto trimestre de 2011, as operações seguintes foram realizadas sobre esses Títulos:

- uma oferta pública de troca incidindo sobre a emissão de junho de 2005 de 1.3 milhares de dólares contra uma nova dívida obrigacionista não subordinada BNP Paribas ligada à taxa Libor USD 3 meses + 2.75%. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do

Durante o quarto trimestre de 2011, foi realizada uma oferta pública de troca incidindo sobre dívidas subordinadas reembolsáveis elegíveis em fundos próprios complementares (tier 2) contra novas dívidas sénior BNP Paribas. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do ativo de dívidas subordinadas reembolsáveis de 1 433 milhões de euros.

Além disso, duas dívidas subordinadas emitidas foram objeto de um reembolso no quarto trimestre de 2011 antes do vencimento, em conformidade com a data fixada na nota de emissão (call-option). Estas operações traduziram-se por uma diminuição do ativo de dívidas subordinadas reembolsáveis de 1 729 milhões de euros.

Em 2012, cinco dívidas subordinadas emitidas foram alvo de um reembolso a prazo ou antes do prazo, conforme a data indicada na nota de emissão (call-option). Estas operações explicam principalmente a diminuição dos montantes das dívidas subordinadas reembolsáveis à altura de 2 451 milhões de euros.

ativo de 280 milhões de US dólares;

- uma oferta pública de compra sobre as emissões de abril de 2006 de 750 milhões de euros, de julho de 2006 de 325 milhões de Libras Esterlinas e de abril de 2007 de 750 milhões de euros. Esta operação traduziu-se por uma diminuição do ativo destas emissões por respetivamente 201 milhões de euros, 162 milhões de livres esterlinas e 112 milhões de euros.

O Fortis Banque France, absorvido pelo BNP Paribas SA a 12 de maio de 2010, emitira em dezembro de 2007 Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada no valor de 60 milhões de euros. Esta emissão oferecia aos subscritores uma remuneração de taxa variável. Estes títulos foram reembolsados de maneira antecipada a 23 de maio de 2011.

As características destas diferentes emissões estão resumidas no quadro abaixo:

Data de emissão	Divisa	Montante (em milhões)	Periodicidade de vencimento do cupão	Taxa e duração antes da primeira data de call		Taxa após a primeira data de call	31 dez. 2012	31 dez. 2011
Junho 2005	USD	1 070	semestral	5,186 %	10 anos	USD Libor 3 meses + 1,680 %	811	826
Outubro 2005	EUR	1 000	anual	4,875 %	6 anos	4,875 %	1 000	1 000
Outubro 2005	USD	400	anual	6,25 %	6 anos	6,250 %	303	309
Abril 2006	EUR	549	anual	4,73 %	10 anos	Euribor 3 meses + 1,690 %	549	549
Abril 2006	GBP	450	anual	5,945 %	10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,130 %	554	539
Julho 2006	EUR	150	anual	5,45 %	20 anos	Euribor 3 meses + 1,920 %	150	150
Julho 2006	GBP	163	anual	5,945 %	10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,810 %	201	195
Abril 2007	EUR	638	anual	5,019 %	10 anos	Euribor 3 meses + 1,720 %	638	638
Junho 2007	USD	600	trimestral	6,5 %	5 anos	6,50 %	455	463
Junho 2007	USD	1 100	semestral	7,195 %	30 anos	USD Libor 3 meses + 1,290 %	833	849
Outubro 2007	GBP	200	anual	7,436 %	10 anos	GBP Libor 3 meses + 1,850 %	246	239
Junho 2008	EUR	500	anual	7,781 %	10 anos	Euribor 3 meses + 3,750 %	500	500
Setembro 2008	EUR	650	anual	8,667 %	5 anos	Euribor 3 meses + 4,050 %	650	650
Setembro 2008	EUR	100	anual	7,57 %	10 anos	Euribor 3 meses + 3,925 %	100	100
				Euribor 3 meses			2	2
Dezembro 2009	EUR	17	anual	7,028 %	10 anos	Euribor 3 meses + 4,750 %	17	17
				USD Libor 3 meses			53	54
Dezembro 2009	USD	0,5	anual	7,384 %	10 anos	USD Libor 3 meses + 4,750 %	1	1
TÍTULOS SUPER SUBORDINADOS COM DURAÇÃO INDETERMINADA							7 063	7 081

Os juros normalmente devidos sobre os Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada podem não ser pagos se nenhum dividendo tiver sido pago sobre as ações ordinárias do BNP Paribas SA, nem nenhum dividendo sobre os títulos assimilados aos Títulos Super Subordinados com Duração Indeterminada durante o ano anterior. Os cupões não pagos não transitam. Devido à presença de uma cláusula de absorção de perdas, as modalidades contratuais dos Títulos Super

Subordinados com Duração Indeterminada preveem, que em caso de insuficiência de fundos próprios prudenciais – não integralmente compensada por um aumento de capital ou qualquer outra medida equivalente - o nominal dos títulos emitidos possa ser reduzido para servir de nova base de cálculo dos cupões, enquanto a insuficiência não for corrigida e o nominal de origem dos títulos reconstituído. Em caso de liquidação do BNP Paribas e não obstante qualquer redução eventual do nominal de origem dos títulos emitidos, os portadores produzirão os seus créditos pelo seu valor nominal de origem.

Títulos Subordinados com Duração Indeterminada

Os Títulos Subordinados com Duração Indeterminada (TSDI) emitidos pelo BNP Paribas SA são obrigações subordinadas perpétuas reembolsáveis no momento da liquidação da Sociedade, após o reembolso de todas as outras dívidas, mas antes do dos títulos participativos. Estes não dão qualquer direito aos ativos residuais.

Características das emissões de Títulos Subordinados com Duração Indeterminada:

Data de emissão	Dívida	Montante (em milhões)	Taxa e duração		Taxa	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
			antes da primeira data de call		após a primeira data de call		
Outubro 1985	EUR	305	TMO - 0,25 %	-	-	254	254
Setembro 1986	USD	500	Libor 6 meses + 0,075 %	-	-	207	211
Janeiro 2002	EUR	660	6,342 %	10 anos	Euribor 3 meses + 2,33 %	-	660
Janeiro 2003	EUR	328	5,868 %	10 anos	Euribor 3 meses + 2,48 %	329	329
TÍTULOS SUBORDINADOS COM DURAÇÃO INDETERMINADA						790	1 454

Para o TSDI emitidos em Outubro de 1985, com valor nominal de 305 milhões de euros, o pagamento de juros é obrigatório, exceto se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia-geral Ordinária dos acionistas verificou que não existe lucro distribuível, e isto nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da retoma de uma distribuição de dividendos.

Para os TSDI emitidos em setembro de 1986, com valor nominal de 500 milhões de dólares, o pagamento dos juros é obrigatório, exceto se o Conselho de Administração decide diferir esta remuneração quando a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas validou a decisão de não proceder à distribuição de um dividendo, e isto nos doze meses que precedem o vencimento de pagamento dos juros. Os juros são cumulativos e tornam-se integralmente pagáveis a partir da retoma de uma distribuição de dividendo. O Banco tem a faculdade de retomar o pagamento dos juros em dívida, mesmo na ausência de distribuição de um dividendo.

Os outros TSDI emitidos apresentam a particularidade de poderem ser reembolsados ao par por antecipação, por iniciativa do emissor, a partir de uma data fixa na nota de emissão, mas após acordo das autoridades de vigilância bancária (call option). Não são acompanhados de nenhuma cláusula de aumento de juro. O pagamento dos juros é obrigatório, exceto se o Conselho de administração decidir diferir esta remuneração quando a Assembleia-geral Ordinária dos acionistas validou a decisão de não proceder a uma distribuição de dividendos, e isto nos doze meses anteriores ao vencimento do pagamento dos juros.

Títulos participativos

Os títulos participativos emitidos pelo BNP Paribas SA entre 1984 e 1988 por um montante global de 337 milhões de euros só são reembolsáveis em caso de liquidação da Sociedade, mas podem ser alvo de reacquisições nas condições previstas pela lei de 3 de janeiro de 1983. Neste âmbito, procedeu-se durante o ano de 2012 à reacquisição de 32 000 títulos, que foram alvo de uma anulação. O número de títulos em circulação é de 1 434 092.

Nota 5 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

5.a COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Estabelecimentos de crédito	39 213	38 024
Clientela	120 150	133 688
Abertura de créditos confirmados	63 929	77 412
Outros compromissos a favor da clientela	56 221	56 276
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO CONCEDIDOS	159 363	171 712
Estabelecimentos de crédito	67 426	64 726
Clientela	11 841	8 994
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO RECEBIDOS	79 267	73 720

5.b COMPROMISSOS DE GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Estabelecimentos de crédito	32 073	33 053
Clientela	85 352	108 828
COMPROMISSOS DE GARANTIA CONCEDIDOS	117 425	141 881
Estabelecimentos de crédito	76 910	69 350
Clientela	163 170	180 922
COMPROMISSOS DE GARANTIA RECEBIDOS	240 080	250 272

5.c INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS OU RECEBIDOS EM GARANTIA

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS DADOS EM GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos privados) depositados junto dos Bancos Centrais e mobilizáveis a qualquer instante, em garantia de operações eventuais de refinanciamento após abatimento.	57 537	58 919
■ Mobilizados em garantia junto dos bancos centrais	21 128	34 669
■ Disponíveis para operações de refinanciamento	36 409	24 250
Outros ativos dados em garantia de operações junto dos estabelecimentos de créditos e da clientela financeira	75 426	67 432

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco depositou ou tornou elegíveis a um depósito 57 537 milhões de euros (58 919 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) junto da Banque de France, no âmbito do sistema de Gestão Global das Garantias que cobrem as operações de política monetário do Eurosistema e empréstimos intradiários. A esse respeito, o Banco tinha mobilizado junto dos bancos centrais 21 128 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012 (34 669 milhões de euros a 31 de dezembro 2011), entre os quais 20 688 milhões de euros (29 726 milhões de euros a 31 de dezembro 2011) junto da Banque de France.

Os outros ativos dados em garantia de operações junto dos estabelecimentos de crédito e da clientela financeira dizem respeito nomeadamente a financiamentos do BNP Paribas Home Loan SFH, da Société de Financement de l'Économie Française e da Caisse de Refinancement de l'Habitat e ascendem a 51 540 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (46 715 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

➤ INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECEBIDOS EM GARANTIA

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Instrumentos financeiros recebidos em garantia	24 338	27 321

Nota 6 REMUNERAÇÕES E VANTAGENS CONCEDIDAS AO PESSOAL

6.a ENCARGOS COM O PESSOAL

Em milhões de euros	Exercício 2012	Exercício 2011
Salários e tratamentos	(3 769)	(3 500)
Encargos sociais e fiscais	(1 702)	(1 635)
Participação e Interesse dos assalariados	(226)	(189)
TOTAL ENCARGOS COM O PESSOAL	(5 697)	(5 324)

O pessoal do BNP Paribas SA reparte-se da forma seguinte :

Pessoal, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
BNP Paribas Metrópole	39 736	40 258
dos quais quadros	22 459	22 335
Sucursais fora da Metrópole	9 160	9 526
TOTAL BNP PARIBAS SA	48 896	49 784

6.b COMPROMISSOS SOCIAIS

Vantagens posteriores ao emprego dependentes de regimes com descontos definidos

Em França, BNP Paribas SA desconta para diferentes organismos nacionais e interprofissionais de reformas de base e complementares. O BNP Paribas SA implementou, por acordo de empresa, uma reforma por capitalização. Em consequência, os funcionários beneficiarão no momento da sua saída para a reforma, de uma renda que se vem somar às pensões auferidas pelos regimes nacionais.

No estrangeiro, os planos com prestações definidas tendo sido fechados pela maior parte dos países (Estados Unidos, Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido, Irlanda, Noruega, Austrália, Hong Kong principalmente) aos novos colaboradores, estes vêem-se oferecer o benefício de planos de reforma com descontos definidos. No âmbito destes planos, o compromisso da Empresa consiste essencialmente em pagar, ao plano de reforma, uma percentagem do salário anual do beneficiário.

Os montantes pagos a título dos regimes posteriores ao emprego com descontos definidos franceses e estrangeiros são de 249 milhões de euros para o exercício 2012 contra 243 milhões de euros para o exercício 2011.

Vantagens posteriores ao emprego dependentes de regimes com prestações definidas

Os regimes com prestações definidas em vigor no BNP Paribas SA são alvo de avaliações atuariais independentes, segundo a metodologia das unidades de crédito projetadas a fim de determinar o encargo correspondente aos direitos adquiridos pelos trabalhadores e às prestações ficando por pagar aos pré-reformados e reformados. As hipóteses demográficas e financeiras utilizadas para estimar o valor atualizado das obrigações e dos ativos de cobertura destes regimes têm em conta as condições económicas próprias a cada país. A fração das diferenças atuariais a amortizar, após aplicação do limite convencional de 10% (método do corredor), é calculado separadamente para cada plano com prestações definidas. As provisões constituídas a título dos regimes posteriores ao emprego com prestações definidas ascendem a 289 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (447 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), dos quais 208 milhões de euros para os compromissos franceses e 81 milhões de euros para os compromissos estrangeiros.

Os excedentes de valor dos ativos de reforma sobre as obrigações ligadas aos regimes correspondentes representam 60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (101 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Regimes de reforma e outras vantagens ligadas à reforma

Regimes de reforma

Em França, o BNP Paribas SA paga um complemento de pensão bancária a título dos direitos adquiridos até 31 de dezembro de 1993 pelos reformados e os empregados em atividade nesta data. Estes compromissos residuais são cobertos por uma provisão constituída nas contas do BNP Paribas SA, ou são subcontratados junto de uma companhia de seguros.

Os regimes de reforma com prestações definidas dos quais beneficiavam os quadros superiores do BNP Paribas SA vindos do BNP, do Paribas, foram todos fechados e transformados em regimes de tipo aditivo. Os montantes atribuídos aos beneficiários, sob reserva da sua presença no BNP Paribas SA no momento da sua saída para a reforma, foram definitivamente determinados no momento do fecho dos regimes anteriores. Estes regimes de reforma foram subcontratados junto de companhias de seguros, no balanço das quais o valor de mercado dos ativos investidos em representação destes regimes se reparte 83.7 % em obrigações, 6.8 % em ações e 9.5 % em imobiliário.

Nas sucursais do BNP Paribas SA no estrangeiro, os regimes de reforma são fundados, ou sobre a aquisição de uma reforma definida em função do último salário e do número de anos de serviço (Reino Unido), ou sobre a aquisição anual de um capital constitutivo de uma pensão expressa em percentagem do salário anual e remunerada a uma taxa pré-definida (Estados Unidos). Em Hong Kong, uma população fechada de colaboradores beneficia de um regime de reforma com descontos definidos, com uma garantia de rendimento mínimo suportada pelo empregador. Devido a este compromisso de rendimento, este plano entra no âmbito dos regimes com prestações definidas.

A gestão de certos regimes é assegurada por organismos de gestão independentes (Reino Unido). Em 31 de dezembro de 2012, 82 % dos compromissos brutos destes regimes estão concentrados em 7 planos situados no Reino Unido, nos Estados Unidos e em Hong Kong. O valor de mercado dos ativos destes regimes reparte-se ao nível de 36 % em ações, 52 % em obrigações, e 12 % noutros instrumentos financeiros.

Outras vantagens ligadas à reforma

Os as salarizados do BNP Paribas SA beneficiam de diversas prestações contratuais tais como as indemnizações de saída ou de fim de carreira. Em França, a cobertura destas indemnizações é objeto de um contrato externalizado junto de uma companhia de seguros independente do BNP Paribas SA.

Regimes de ajuda médica posterior ao emprego

Em França, o BNP Paribas SA já não tem compromisso a título dos regimes de cobertura médica para com os seus reformados.

Nas sucursais do BNP Paribas SA no estrangeiro, existem vários regimes de cobertura médica para os reformados sendo que os principais se encontram nos Estados Unidos. As provisões constituídas a título dos compromissos existentes para com os beneficiários ascendem a 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Os compromissos existentes a título dos regimes de ajuda médica posterior ao emprego são avaliados utilizando as tabelas de mortalidade em vigor em cada país e as hipóteses de evolução dos custos médicos. Estas hipóteses, baseadas em observações históricas, têm em conta as evoluções futuras estimadas do custo dos serviços médicos, resultando em simultâneo do custo das prestações e da inflação.

Indemnizações de fim de contrato de trabalho

BNP Paribas SA implementou um certo número de planos de saída antecipada fundada no voluntariado de funcionários respondendo a certos critérios de elegibilidade. Os encargos ligados aos planos de saída voluntária são alvo de provisões a título dos pessoal em atividade elegíveis desde que o plano visado tenha sido alvo de um acordo ou de uma proposta de acordo paritária.

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Provisões a título dos planos de saída voluntária, pré reforma, e plano de adaptação do pessoal	59	107

Nota 7 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

7.a EVOLUÇÃO DO CAPITAL

Resoluções da Assembleia-geral dos acionistas utilizáveis durante o exercício 2012

As seguintes delegações com validade em 2012, foram concedidas pela Assembleia-geral dos acionistas ao Conselho de administração para proceder a aumentos ou reduções de capital:

Resoluções da Assembleia-geral dos acionistas	Utilização feita durante o exercício 2012
<p>Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010 (19ª resolução)</p>	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para proceder à operações reservadas aos aderentes do Plano de Poupança de Empresa de grupo BNP Paribas que pode manifestar-se sob a forma de aumentos de capital e/ou de cessões de títulos reservados. A autorização é dada para o aumento, em uma ou várias vezes, do capital social de um montante nominal máximo de 46 milhões de euros, pela emissão de ações (tendo o direito preferencial de subscrição sido suprimido) reservado aos aderentes do Plano de Poupança Empresa de grupo BNP Paribas ou por cessão de ações.</p> <p>Esta autorização foi dada por um prazo de 26 meses e ficou sem efeito em a 20ª resolução da Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012.</p>
<p>Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011 (5ª resolução)</p>	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações ordinárias pela Sociedade até deter ao máximo 10 % do número das ações que compõem o capital social. As ditas aquisições de ações, por um preço máximo de 75 euros, seriam destinadas a preencher vários objetivos, nomeadamente :</p> <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa; - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011; - cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas e das sociedades controladas exclusivamente pelo BNP Paribas definida no artigo L233-16 do Código comercial; - para efeito de as conservar e de as entregar posteriormente para troca ou em pagamento, no âmbito de operações de crescimento externo, de fusão, de cisão ou de contribuição; - no âmbito de um contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros; - para efeitos de gestão patrimonial e financeira. <p>Esta autorização é dada por um período de 18 meses e ficou sem efeito com a 5ª resolução da Assembleia-geral Mista de 23 maio 2012.</p>
<p>Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011 (15ª resolução)</p>	<p>Autorização para proceder a atribuições de ações de desempenho a favor de membros do pessoal assalariado e de mandatários sociais do Grupo.</p> <p>As ações atribuídas poderão ser existentes ou a emitir e representarão no máximo 1,5 % do capital social do BNP Paribas, na data de decisão da sua atribuição, ou seja menos de 0,5 % por ano.</p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 38 meses</p>

Resoluções da Assembleia Geral dos acionistas		Utilização feita durante o exercício 2012
Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011 (16ª resolução)	Autorização para conceder a membros do pessoal assalariado e aos mandatários sociais do Grupo, opções de subscrição ou de compra de ações. Esta autorização incide sobre um número de títulos representando no máximo 3 % do capital social do BNP Paribas, na data da decisão da sua atribuição, ou seja menos de 1 % por ano. Este plafond é global, comum às 15ª e 16ª resoluções da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011. Esta autorização foi dada por um período de 38 meses.	Não foi feito uso desta resolução
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (3ª resolução)	Decisão da Assembleia Geral de propor aos acionistas um dividendo podendo ser pago em numerário ou em ações novas. O pagamento do dividendo em ações novas teve por consequência o aumento do capital de 83 358 352 euros, ou seja 41 679 176 ações. Esta operação libertou uma prima de emissão de 941 115 794,08 euros.	Emissão de 41 679 1769 ações novas de um nominal de 2 euros constatada a 26 de junho de 2012
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (5ª resolução)	Autorização dada ao Conselho de administração para implementar um programa de recompra de ações ordinárias pela Sociedade até deter ao máximo 10 % do número das ações que compõem o capital social. As ditas aquisições de ações, por um preço máximo de 60 euros (75 euros anteriormente), seriam destinadas a preencher vários objetivos, nomeadamente : <ul style="list-style-type: none"> - honrar obrigações ligadas à emissão de títulos dando acesso ao capital, a programas de opções de compra de ações, à atribuição de ações gratuitas, à atribuição ou à cessão de ações aos assalariados no âmbito da participação nos frutos da expansão da empresa, de planos de acionariado assalariado ou de planos poupança empresa; - anular as ações nas condições fixadas pela Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (21ª resolução); - cobrir qualquer forma de atribuição de ações a favor dos assalariados e mandatários sociais do BNP Paribas e das sociedades controladas exclusivamente pelo BNP Paribas definida no artigo L233-16 do Código comercial; - para efeito de as conservar e de as entregar posteriormente para troca ou em pagamento, no âmbito de operações de crescimento externo, de fusão, de cisão ou de contribuição; - no âmbito de um contrato de liquidez conforme à Carta deontológica reconhecida pela Autoridade dos Mercados Financeiros; - para efeitos de gestão patrimonial e financeira Esta autorização foi dada por um período de 18 meses e substitui a anteriormente concedida com a 5ª resolução da Assembleia-geral Mista de 11 de maio de 2012.	No âmbito do contrato de liquidez, 1 156 315 ações com valor nominal de 2 euros foram compradas e 1 245 515 ações com valor nominal de 2 euros foram vendidas de 24 de maio a 31 de dezembro de 2012
Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (13ª resolução)	Emissão, com manutenção do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito. O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 1 bilião de euros (ou seja 500 milhões de ações). O valor nominal dos títulos de crédito, suscetíveis de serem emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 biliões de euros. Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui a anteriormente concedida pela 12ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.	Não foi feito uso desta resolução

Resoluções da Assembleia Geral dos acionistas	Utilização feita durante o exercício 2012	
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (14ª resolução)</p>	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição e faculdade de outorga de um prazo de prioridade, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital ou dando direito à atribuição de títulos de crédito.</p> <p>O valor nominal dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados imediatamente e/ou a prazo, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja 175 milhões de ações).</p> <p>O valor nominal dos títulos de crédito dando acesso ao capital da sociedade, suscetíveis de serem emitidos em virtude desta delegação, não pode ser superior a 7 bilhões de euros.</p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui a que foi concedida pela 13ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	<p>Não foi feito uso desta resolução</p>
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (15ª resolução)</p>	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações e de valores mobiliários dando acesso ao capital, destinadas a remunerar os títulos angariados no âmbito de ofertas públicas de troca.</p> <p>O montante máximo dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 350 milhões de euros (ou seja, 175 milhões de ações). Esta delegação foi dada por um período de 26 meses e substitui a que foi concedida pela 14ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	<p>Não foi feito uso desta resolução</p>
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (16ª resolução)</p>	<p>Emissão, com supressão do direito preferencial de subscrição, de ações ou valores mobiliários que dão acesso ao capital, destinadas a remunerar contribuições de títulos, dentro do limite de 10 % do capital.</p> <p>O valor nominal máximo dos aumentos de capital suscetíveis de serem realizados, numa ou várias vezes, em virtude desta delegação, não pode ser superior a 10 % do capital social do BNP Paribas na data de decisão do Conselho de administração.</p> <p>Esta delegação foi dada por um período de 26 meses e substitui a que foi concedida pela 15ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010</p>	<p>Não foi feito uso desta resolução</p>
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (17ª resolução)</p>	<p>Limitação global das autorizações de emissão com supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p>A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões, com supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, a 350 milhões de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 14ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral, e por outro lado, a 7 bilhões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos no âmbito das autorizações conferidas pelas 14ª a 16ª resoluções da Assembleia Geral.</p>	<p>N/C</p>
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (18ª resolução)</p>	<p>Aumento de capital por incorporação de reservas ou de lucros, de prémios de emissão ou de contribuição.</p> <p>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social dentro do limite de um valor nominal máximo de 1 bilhão de euros por incorporação, sucessiva ou simultânea, no capital, da totalidade ou parte das reservas, lucros ou prémios de emissão, de fusão, ou de contribuição, a realizar por criação e atribuição gratuita de ações ou por elevação do nominal das ações ou pela aplicação conjunta destes dois procedimentos.</p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui a que foi concedida pela 17ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	<p>Não foi feito uso desta resolução</p>

Resoluções das Assembleias Gerais dos Acionistas	Utilização feita durante o exercício 2012	
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (19ª resolução)</p>	<p>Limitação global das autorizações de emissão com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição.</p> <p>A decisão é tomada de limitar o montante global das autorizações de emissões, com manutenção ou supressão do direito preferencial de subscrição, por um lado, a 1 bilião de euros o valor nominal máximo dos aumentos de capital, imediatos e/ou a prazo, suscetíveis de serem realizados no âmbito das autorizações conferidas pelas 13ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral, e por outro lado, a 10 biliões de euros o valor nominal máximo dos títulos de crédito suscetíveis de serem emitidos em virtude das autorizações conferidas pelas 13ª a 16ª resoluções da presente Assembleia Geral.</p>	N/C
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (20ª resolução)</p>	<p>Autorização dada ao Conselho de administração para realizar operações reservadas aos aderentes do Plano de Poupança Empresa de Grupo BNP Paribas, podendo tomar a forma de aumentos de capital e/ou cedências de títulos reservadas.</p> <p>A autorização é dada para aumentar, numa ou várias vezes, o capital social de um valor nominal máximo de 46 milhões de euros, pela emissão de ações (com supressão do direito preferencial de subscrição) reservada aos aderentes do Plano Poupança Empresa do grupo BNP Paribas ou por cedência de ações.</p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 26 meses e substitui a que foi concedida pela 19ª resolução da Assembleia Geral Mista de 12 de maio de 2010.</p>	Não foi feito uso desta resolução
<p>Assembleia Geral Mista de 23 de maio de 2012 (21ª resolução)</p>	<p>Autorização conferida ao Conselho de administração com efeito de reduzir o capital por anulação de ações.</p> <p>A autorização é dada para anular, numa ou várias vezes, por via de redução do capital social, a totalidade ou parte das ações que o BNP Paribas detém e que poderia deter, no limite de 10 % do número total de ações compondo o capital social existente na data da operação, por período de 24 meses.</p> <p>Delegação de todos os poderes, para realizar esta redução de capital, e imputar a diferença entre o valor de compra dos títulos anulados e o seu valor nominal sobre os prémios e as reservas disponíveis, incluindo a reserva legal a nível dos 10 % do capital anulado.</p> <p>Esta autorização foi dada por um período de 18 meses e substitui a que foi concedida pela 17ª resolução da Assembleia Geral Mista de 11 de maio de 2011.</p>	<p>Anulação de 12 034 091 ações com valor nominal de 2 euros, a 14 de dezembro de 2012</p>

OPERAÇÕES REALIZADAS SOBRE O CAPITAL

Operações sobre o capital	Em números	Valor unitário (em euros)	Em euros	Data de autorização pela Assembleia Geral	Data de decisão do Conselho de administração	Data de fruição
NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DEZEMBRO 2010	1 198 660 156	2	2 397 320 312			
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	2 736 124	2	5 472 248	(1)	(1)	1º janeiro 2010
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrição de ações	34 053	2	68 106	(1)	(1)	1º janeiro 2011
Aumento de capital reservado aos aderentes do Plano de Poupança Empresa	6 315 653	2	12 631 306	12 maio 2010	11 maio 2011	1º janeiro 2011
NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DEZEMBRO 2011	1 207 745 986	2	2 415 491 972			
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrições de ações	12 694	2	25 388	(1)	(1)	1º janeiro 2011
Aumento de capital pelo exercício de opções de subscrições de ações	568 487	2	1 136 974	(1)	(1)	1º janeiro 2012
Aumento de capital resultante do pagamento do dividendo em ações	41 679 176	2	83 358 352	23 maio 2012	23 maio 2012	1º janeiro 2012
Aumento de capital reservado aos aderentes do Plano de Poupança Empresa	4 289 709	2	8 579 418	12 maio 2010	3 maio 2012	1º janeiro 2012
Redução de capital por anulação de ações	(12 034 091)	2	(24 068 182)	23 maio 2012	14 dezembro 2012	-
NÚMERO DE AÇÕES EMITIDAS EM 31 DEZEMBRO 2012	1 242 261 961	2	2 484 523			

(1) Diversas resoluções tomadas pela Assembleia-geral dos acionistas e decisões do Conselho de administração autorizando a atribuição das opções de subscrição de ações levantadas durante o período.

7.b QUADRO DE PASSAGEM DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 31 DEZEMBRO 2010 A 31 DEZEMBRO 2012

Em milhões de euros	Capital	Prêmios de emissão e outros prêmios	Resultado e reservas do período	Total capitais próprios
CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DEZEMBRO 2010	2 397	21 850	28 523	52 770
Dividendos sobre o resultado do exercício 2010			(2 521)	(2 521)
Aumentos de capital	18	375	2	395
Outras variações			2	2
Resultado do exercício 2011			3 466	3 466
CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DEZEMBRO 2011	2 415	22 225	29 472	54 112
Dividendos sobre o resultado do exercício 2011	83	941	(1 430)	(406)
Aumentos de capital	11	112	7	130
Redução de capital por anulação de ações	(24)	(354)		(378)
Outras variações			(52)	(52)
Resultado do exercício 2012			5 812	5 812
CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DEZEMBRO 2012	2 485	22 924	33 809	59 218

7.c NOCIONAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO

O montante nocional dos instrumentos financeiros derivados só constitui uma indicação de volume da atividade do BNP Paribas SA nos mercados de instrumentos financeiros e não reflete os riscos de mercado ligados a estes instrumentos.

Carteira de transação

Em milhões de euros, em	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Instrumentos derivados de taxas de câmbio	2 249 553	2 179 487
Instrumentos derivados de taxas de juro	42 236 269	39 870 124
Instrumentos derivados sobre ações	1 253 646	1 749 540
Instrumentos derivados de crédito	2 142 608	2 331 624
Outros instrumentos derivados	75 533	87 802
INSTRUMENTOS FINANCEIROS A PRAZO DE TRANSAÇÃO	47 957 609	46 218 577

As operações sobre instrumentos financeiros realizados em mercados organizados representam 58 % das operações incidindo sobre instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 (47 % em 31 de dezembro de 2011).

Estratégia de cobertura

O montante total dos nocionais dos instrumentos financeiros derivados utilizados em cobertura ascende a 695 910 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 contra 695 497 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. As operações sobre instrumentos financeiros derivados contratados para efeitos de cobertura são concluídas à vista.

Valor de mercado

O valor de mercado da posição líquida das operações firmes é avaliado em aproximadamente 6 000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra uma posição líquida negativa de 4 950 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. O valor de mercado da posição líquida compradora das operações condicionais é avaliado em cerca de 6 450 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, contra uma posição líquida compradora de 5 000 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

7.d INFORMAÇÕES SETORIAIS

Os ativos de balanço das operações interbancárias e assimiladas, assim como das operações com a clientela repartem-se geograficamente, da seguinte forma:

Em milhões de euros	Operações interbancárias e assimiladas		Operações com a clientela e locação financeira		Total por zona geográfica	
	31 dezembro 2011	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011	
- França	311 341	326 517	228 943	227 635	540 284	554 152
- Outros países do espaço económico europeu	81 430	90 321	46 456	55 584	127 886	145 905
- Países das zonas América e Ásia	51 251	51 548	38 801	48 165	90 052	99 713
- Outros países	1 256	1 399	2 251	3 374	3 507	4 773
TOTAL DAS APLICAÇÕES	445 278	469 785	316 451	334 758	761 729	804 543
França	265 497	290 993	179 838	189 058	445 335	480 051
Outros países do espaço económico europeu	37 959	33 902	62 323	61 044	100 282	94 946
Países das zonas América e Ásia	26 432	25 017	37 471	28 327	63 903	53 344
Outros países	1 859	2 512	5 169	4 899	7 028	7 411
TOTAL DOS RECURSOS	331 747	352 424	284 801	283 328	616 548	635 752

O resultado líquido bancário do BNP Paribas SA em 2012 para o conjunto das suas atividades é realizado a 90 % com contrapartidas que pertencem ao espaço económico europeu (86 % em 2011).

7.e VENCIMENTOS DAS APLICAÇÕES E DOS RECURSOS

	Operações		Duração residual				
	À vista diárias	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano à 5anos	Mais de 5 anos	Dos quais Provisões	Total
Aplicações							
Caixa, bancos centrais e CCP	80 674	841	-	-	-		81 515
Títulos públicos e valores assimilados	179	21 614	12 212	22 261	37 017	(174)	93 283
Créditos sobre estabelecimentos de crédito	12 409	144 314	30 482	49 051	34 224	(299)	270 480
Operações com a clientela e locação financeira	19 292	93 174	39 001	86 413	78 571	(6 758)	316 451
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 241	8 205	10 792	24 476	22 719	(442)	67 433
Recursos							
Débitos com estabelecimentos de crédito e bancos centrais e CCP	42 872	172 812	27 566	69 245	19 252		331 747
Operações com a clientela	60 465	170 957	21 890	24 497	6 992		284 801
Débitos representados por um título exceto empréstimos contraídos obrigacionistas e outros débitos representados por um título (nota 4.f)	668	36 624	39 972	42 722	25 292		145 278

7.f ESTADOS E TERRITÓRIOS NÃO COOPERATIVOS

A criação de implantações pelo BNP Paribas SA, ou as filiais que dependem deste no seio do Grupo, constituídas em torno do BNP Paribas SA, nos Estados considerados como não cooperativos no sentido do artigo 238-O A do CGI é submetida a um procedimento especial de autorização pela Conformidade. Estas implantações, em

conformidade com o princípio de uniformidade e de universalidade do dispositivo de controlo interno do Grupo, e com o seu princípio de «melhor proposta deontológica», são submetidas às regras do Grupo em matéria de controlo dos riscos de toda a natureza, de luta contra o branqueamento, a corrupção e o financiamento do terrorismo e de respeito dos embargos financeiros.

Denominação	% juro	Forma jurídica	Natureza da	Atividade
Brunei				
BNP Paribas Asset Management (B) SDN BHD	90,55	SDN BHD (Private Limited Company)	Investment Advisor License	Gestão de ativos
Philippines				
BNP Paribas - agência Manila	100,00	Branch	Licença bancária offshore	Banco comercial

6.2 A afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2012 e a distribuição do dividendo

O Conselho de administração proporá à Assembleia-geral de 15 de maio de 2013 uma afetação do resultado do exercício fechado em 31 de dezembro de 2012 e uma distribuição do dividendo, em função das modalidades seguintes:

Em milhões de euros	
Lucro líquido do exercício	5 812
Resultado transitado beneficiário	18 783
TOTAL A AFETAR	24 595
Dividendo	1 863
Resultado transitado	22 732
TOTAL AFETADO	24 595

O dividendo de um montante de 1 863 milhões de euros a pagar aos acionistas do BNP Paribas – com base no número de ações existentes em 31 de janeiro de 2013 – corresponde a uma distribuição de 1,50 euro por ação, com valor nominal de 2 euros.

6.3 Quadro dos 5 últimos exercícios do BNP Paribas SA

	2008	2009	2010	2011	2012
Situação financeira no fim do exercício					
■ Capital social (em euros)	1 824 192 214	2 370 563 528	2 397 320 312	2 415 491 972	2 484 523 922
■ Número de ações emitidas	912 096 107	1 185 281 764	1 198 660 156	1 207 745 986	1 242 261 961
■ Número de obrigações convertíveis em ações	NC	NC	NC	NC	NC
Resultado global das operações efetivas (em milhões de euros)					
■ Volume de negócios s/IVA	48 642	33 104	28 426	31 033	30 015
■ Lucro antes de impostos, amortizações e provisões	3 400	7 581	7 193	7 366	6 349
■ Impostos sobre os lucros	1 201	(540)	(118)	300	(1 273)
■ Lucro após impostos, amortizações e provisões	715	4 009	3 465	3 466	5 812
■ Montante dos lucros distribuídos ⁽¹⁾	912	1 778	2 518	1 449	1 863
Resultados das operações reduzidos a uma única ação em euros					
■ Lucro após impostos, mas antes de amortizações e provisões	5,04	5,94	5,90	6,35	4,09
■ Lucro após impostos, amortizações e provisões	0,78	3,38	2,89	2,87	4,68
■ Dividendo pago a cada ação ⁽¹⁾	1,00	1,50	2,10	1,20	1,50
Pessoal					
■ Número de assalariados em 31 de dezembro	47 443	46 801	49 671	49 784	48 896
■ Montante da massa salarial (em milhões de euros)	3 112	3 812	3 977	3 829	3 915
■ Montante das quantias pagas a título das vantagens sociais (Segurança social, Obras sociais, etc.)					1 488

(1) Sob reserva da aprovação pela Assembleia-geral de 15 de maio de 2013

6.4 Principais filiais e participações do BNP Paribas SA

	Capital	Resultados			
		em milhões de divisas			

I - Informações detalhadas sobre cada filial e participação cujo valor líquido excede 1% do capital do BNP PARIBAS

1. Filiais (detidas à + de 50%)

ANTIN PARTICIPATION 5	EUR	170	15	(3)	100,00%
ANTIN PARTICIPATION 8	EUR	62	(9)	4	100,00%
AUSTIN FINANCE	EUR	799	181	40	92,00%
BANCA NAZIONALE DEL LAVORO SPA	EUR	2 077	3 132	355	100,00%
BANCO BNP PARIBAS BRASIL SA	BRL	584	668	219	84,10%
BANCWEST CORPORATION	USD	1	10 609	269	99,00%
BNL INTERNATIONAL INVESTMENT SA	EUR	110	314	-	100,00%
BNP INTERCONTINENTALE	EUR	31	4	-	100,00%
BNP PARIBAS BDDI PARTICIPATIONS	EUR	46	54	33	100,00%
BNP PARIBAS CANADA	CAD	533	341	49	100,00%
BNP PARIBAS CAPITAL (ASIA PACIFIC) LTD	HKD	672	(312)	309	100,00%
BNP PARIBAS CARDIF	EUR	150	3 949	421	100,00%
BNP PARIBAS CHINA LTD	USD	653	254	47	100,00%
BNP PARIBAS COLOMBIA CORPORACION FINANCIERA S.A.	COP	103 721	(7 297)	(2 959)	94,00%
BNP PARIBAS COMMODITY FUTURES LTD	USD	75	146	70	100,00%
BNP PARIBAS DÉVELOPPEMENT SA	EUR	115	383	23	100,00%
BNP PARIBAS EL DJAZAIR	DZD	10 000	7 892	2 002	84,17%
BNP PARIBAS EQUITIES FRANCE	EUR	6	21	3	99,96%
BNP PARIBAS ESPANA SA	EUR	52	28	(5)	99,62%
BNP PARIBAS FACTOR	EUR	3	30	16	100,00%
BNP PARIBAS FACTOR PORTUGAL	EUR	13	70	6	64,26%
BNP PARIBAS HOME LOAN SFH	EUR	285	3	1	100,00%
BNP PARIBAS INDIA HOLDING PRIVATE LTD	INR	2 608	18	76	100,00%
BNP PARIBAS INVESTMENT PARTNERS	EUR	23	2 500	292	66,67%
BNP PARIBAS IRELAND	EUR	902	428	(10)	100,00%
BNP PARIBAS LEASE GROUP LEASING SOLUTIONS SPA	EUR	189	93	(9)	73,83%
BNP PARIBAS MALAYSIA BERHAD	MYR	442	(21)	(12)	100,00%
BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE	EUR	453	3 784	383	98,94%
BNP PARIBAS REAL ESTATE	EUR	373	179	55	100,00%
BNP PARIBAS RÉUNION	EUR	25	25	6	100,00%
BNP PARIBAS SAE	EGP	1 700	178	271	95,19%
BNP PARIBAS SB RE	EUR	450	52	14	100,00%
BNP PARIBAS SECURITIES (JAPAN) LTD	JPY	201 050	(7 905)	(2 883)	100,00%
BNP PARIBAS SECURITIES ASIA LTD	HKD	2 429	304	(521)	100,00%

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Notas anexas às Demonstrações financeiras das contas sociais

Designação	Div.	Capital	Reservas e RA antes afetação dos resultados		Resultados	Quota-parte de capital detido
			em milhões de divisas		(lucro ou perda do último exercício fechado)	
						em %
BNP PARIBAS SECURITIES JAPAN LTD.	JPY	30 800	4	11	100,00%	
BNP PARIBAS SECURITIES KOREA COMPANY LTD	KRW	250 000	1 005	6 007	100,00%	
BNP PARIBAS SECURITIES SERVICES - BP2S	EUR	165	494	169	94,44%	
BNP PARIBAS SUISSE SA	CHF	320	3 497	355	99,99%	
BNP PARIBAS UK HOLDINGS LTD	GBP	1 227	20	35	100,00%	
BNP PARIBAS VPG MASTER LLC	USD	34	(12)	6	100,00%	
BNP PARIBAS WEALTH MANAGEMENT	EUR	103	189	4	100,00%	
BNP PARIBAS YATIRIMLAR HOLDING ANONIM SIRKETI	TRY	1 023	(2)	3	100,00%	
BNP PARIBAS ZAO	RUB	5 798	1 358	739	100,00%	
BNP PUK HOLDING LTD	GBP	257	15	11	100,00%	
COBEMA	EUR	439	1 798	40	99,20%	
COMPAGNIE D'INVESTISSEMENTS DE PARIS - C.I.P.	EUR	395	245	-	100,00%	
COMPAGNIE FINANCIÈRE OTTOMANE SA	EUR	9	277	8	96,85%	
CORTAL CONSORS	EUR	58	286	(5)	94,22%	
FIDEX HOLDINGS LTD(*)	EUR	300	(2)	3	100,00%	
FINANCIÈRE BNP PARIBAS	EUR	227	163	5	100,00%	
FINANCIÈRE DES ITALIENS SAS	EUR	412	30	(19)	100,00%	
FINANCIÈRE DU MARCHÉ ST HONORÉ	EUR	42	36	8	100,00%	
FORTIS BANQUE SA	EUR	9 375	7 312	1 038	74,93%	
GESTION ET LOCATION HOLDING	EUR	266	902	337	99,24%	
GREAT CENTRAL RAILWAY LAND	EUR	-	-	39	100,00%	
GRENACHE & CIE SNC	EUR	912	(54)	43	69,52%	
HAREWOOD HELENA 1 LTD(*)	USD	60	13	1	100,00%	
HAREWOOD HOLDINGS LTD	GBP	100	13	42	100,00%	
INTERNATIONAL FACTORS ITALIA IFITALIA	HKD	56	373	34	99,57%	
NATIOCREDIBAIL	EUR	32	31	2	100,00%	
OMNIUM DE GESTION ET DE DÉVELOPPEMENT IMMOBILIER	EUR	459	54	498	100,00%	
OPTICHAMPS	EUR	411	31	(3)	100,00%	
PARIBAS NORTH AMERICA INC.	USD	1 282	91	158	100,00%	
PARILEASE SAS	EUR	54	269	(8)	100,00%	
PARTICIPATIONS OPERA	EUR	410	33	(16)	100,00%	
PETITS CHAMPS PARTICIPACOES E SERVICOS SA	BRL	112	(55)	11	100,00%	
PT BANK BNP PARIBAS INDONESIA	IDR	726 320	404 497	54 867	99,00%	
ROYALE NEUVE I	GBP	-	492	20	100,00%	
SAGIP	EUR	218	1 048	31	100,00%	
SOCIÉTÉ MARLOISE DE PARTICIPATIONS	EUR	920	-	-	100,00%	
SOCIÉTÉ ORBAISIENNE DE PARTICIPATIONS	EUR	311	(403)	7	100,00%	
TAITBOUT PARTICIPATION 3 SNC	EUR	792	38	117	100,00%	
UCB ENTREPRISES	EUR	97	100	1	100,00%	
UKRSIBBANK	UAH	1 774	1 041	(903)	100,00%	
WA PEI FINANCE COMPANY LTD	HKD	341	6	-	100,00%	

Designação	Div.	Capital	Reservas e RAN antes afetação dos resultados	Resultados	Quota-parte de capital detido
				(lucro ou perda do último exercício fechado)	
		em milhões de divisas			em %
2. Participações (detidas entre 10 e 50 %)					
BANQUE DE NANKIN	CNY	2 969	17 868	4 020	14,74%
BGL BNP PARIBAS	EUR	713	4 832	305	15,96%
BNP PARIBAS LEASING SOLUTIONS	EUR	1 820	867	56	50,00%
CREDIT LOGEMENT(*)	EUR	1	-	-	16,50%
CRH - CAISSE DE REFINANCEMENT DE L'HABITAT(*)	EUR	300	-	1	10,00%
GEOJIT BNP PARIBAS FINANCIAL SERVICES LTD	INR	228	3 396	380	33,58%
KLÉPIERRE	EUR	279	6 714	(55)	10,81%
PARGESA HOLDING SA(*)	CHF	1 699	569	242	11,33%
VERNER INVESTISSEMENTS	EUR	15	329	35	50,00%

(*) Dados em 31 de dezembro 2011.

En milhões de euros	Filiais		Participações	
	Francesas	Estrangeiras	Francesas	Estrangeiras

II - Informações globais sobre todas as filiais e participações

Valor Contabilístico dos Títulos Detidos

Valor bruto	21 723	35 504	1 967	3 591
Valor Líquido	21 047	34 110	1 433	3 162
Montantes dos empréstimos e adiantamentos	129 522	13 034	1 175	1 509
Montantes das cauções e avales concedidos	35 854	17 055	28	26
Montantes dos dividendos recebidos	1 876	569	129	162

6.5 Informações relativas às tomadas de participações do BNP Paribas SA em 2012, incidindo sobre pelo menos 5% do capital de empresas francesas

Transposição de limite superior a 5% do capital		
NC		
Transposição de limite superior a 10% do capital		
Coté	KLÉPIERRE	SA
Não Cotado	SAS GEXBAN	SAS
Transposição de limite superior a 20% do capital		
NC		
Transposição de limite superior a 33,33% do capital		
NC		
Transposição de limite superior a 66,66% do capital		
Não Cotado	LAFFITTE PARTICIPATION 28	SAS
Não Cotado	LAFFITTE PARTICIPATION 29	SAS
Não Cotado	LAFFITTE PARTICIPATION 30	SAS
Não Cotado	LAFFITTE PARTICIPATION 31	SAS
Não Cotado	LAFFITTE PARTICIPATION 32	SAS
Não Cotado	LAIROISE DE PARTICIPATIONS	SA
Não Cotado	MARLOISE DE PARTICIPATIONS	SASU
Não Cotado	NATIO ÉNERGIE	SA
Não Cotado	NATIOCRÉDIBAIL	SA
Não Cotado	PÉTALE PARTICIPATION 8	SAS

6.6 Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Exercício fechado a 31 de dezembro de 2012

Aos Acionistas
BNP Paribas
16, boulevard des Italiens
75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Por execução da missão que nos foi confiada pela vossa Assembleia-geral, apresentamo-vos o nosso relatório relativo ao exercício fechado em 31 de dezembro de 2011 sobre:

- o controlo das contas anuais do BNP Paribas, tais como juntas ao presente relatório;
- a justificação das nossas apreciações;
- as verificações e informações específicas previstas pela lei.

As contas anuais foram fechadas pelo vosso Conselho de administração. Pertence-nos, com base na nossa auditoria, expressar uma opinião sobre estas contas.

I - Opinião sobre as contas anuais

Efetuámos a nossa auditoria em conformidade com as normas profissionais aplicáveis em França; estas normas requerem a implementação de diligências que permitam obter a razoável certeza de que as contas anuais não comportam anomalias significativas. Uma auditoria consiste em examinar, por via de sondagens, ou por meio de outros métodos de seleção, os elementos que justificam os montantes e as informações contidos nas contas anuais. Consiste igualmente em apreciar os princípios contabilísticos seguidos, as estimativas significativas escolhidas e a apresentação em conjunto das contas. Estimamos que os elementos que recolhemos são suficientes e apropriados para fundar a nossa opinião.

Certificamos que as contas anuais do exercício são, de acordo com as regras e princípios contabilísticos franceses, regulares e sinceras e fornecem uma imagem fiel do resultado das operações do exercício findo, bem como, da situação financeira e do património da empresa, no fim deste exercício.

II - Justificação das apreciações

por aplicação das disposições do artigo L 823-9 do Código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, damo-lhes conhecimento dos seguintes elementos:

Provisionamento dos riscos de crédito e de contrapartida

A vossa sociedade contabiliza depreciações para cobrir os riscos de crédito e de contrapartida inerentes às suas atividades (notas 1, 3.d, 4.a, 4.b, 4.c e 4.e do anexo). Examinámos o dispositivo de controlo relativo ao recenseamento das exposições, ao acompanhamento dos riscos de crédito e de contrapartida, às metodologias de depreciação, e à cobertura das perdas de valor por depreciações individuais e de carteira.

Valorização dos instrumentos financeiros

A vossa sociedade utiliza modelos internos e metodologias para a valorização dos instrumentos financeiros que não são tratados nos mercados ativos, assim como para a constituição de certas provisões e a apreciação da pertinência da qualificação em operações de cobertura. Examinámos o dispositivo de controlo relativo à determinação do carácter inactivo de um mercado, à verificação dos modelos e à determinação dos parâmetros utilizados.

INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS SOCIAIS

Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais

Valorização dos títulos de participação e outros títulos detidos a longo prazo

Os títulos de participação e outros títulos detidos a longo prazo são avaliados pelo seu valor de utilidade, escolhendo uma abordagem multicritérios (notas 1 e 4.e do anexo). No âmbito da nossa apreciação destas estimativas, examinámos os elementos que conduziram à determinação dos valores de utilidade, para as principais linhas da carteira.

Provisionamento dos compromissos sociais

A vossa sociedade constitui provisões para cobrir os compromissos sociais (notas 1, 4.j e 6.b do anexo). Examinámos a metodologia de avaliação desses compromissos, assim como as principais hipóteses e parâmetros utilizados.

As apreciações que elaborámos inserem-se no âmbito da nossa diligência de auditoria das contas anuais, tomadas no seu conjunto, e contribuíram portanto para a formação da nossa opinião, expressa na primeira parte deste relatório.

III – Verificações e informações específicas

Procedemos igualmente, em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França, às verificações específicas previstas pela lei.

Não temos qualquer observação a formular quanto à sinceridade e à concordância com as contas anuais das informações dadas no relatório de gestão do Conselho de administração e nos documentos dirigidos aos acionistas, sobre a situação financeira e as contas anuais.

No que diz respeito às informações fornecidas por aplicação das disposições do artigo L. 225-102-1 do Código comercial sobre as remunerações e vantagens pagas aos mandatários sociais assim como sobre os compromissos consentidos a seu favor, verificámos a sua concordância com as contas ou com os dados que serviram para o estabelecimento dessas contas e, quando necessário, com os elementos recolhidos pela vossa sociedade, junto das sociedades que controlam a vossa sociedade ou são controladas por ela. Com base nestes trabalhos, certificamos a exatidão e a sinceridade dessas informações.

Por aplicação da lei, certificámo-nos de que as diversas informações relativas às tomadas de participação e de controlo e à identidade dos detentores do capital e dos direitos de voto vos foram comunicadas no relatório de gestão.

Estabelecido em Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, a 8 de março de 2013

Os Revisores Oficiais de Conta,

Deloitte & Associés

Damien Leurent

PricewaterhouseCoopers Audit

Etienne Boris

Mazars

Hervé Hélias

7

UM BANCO RESPONSÁVEL: INFORMAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL, CÍVICA E AMBIENTAL DO BNP PARIBAS

7.1	O projeto do BNP Paribas enquanto banco responsável	376
	A Carta BNP Paribas: A nossa área de intervenção, a nossa responsabilidade	376
	A nossa visão estratégica	378
7.2	Responsabilidade económica: financiar eticamente a economia	380
	O financiamento sustentável da economia	380
	Uma ética comercial	383
	Uma oferta de produtos responsáveis	386
7.3	Responsabilidade social: desenvolver uma gestão empenhada e leal dos recursos humanos	389
	O recrutamento e a formação	390
	A diversidade	395
	A gestão solidária do emprego	399
7.4	Responsabilidade cívica: lutar contra a exclusão e promover a educação e a cultura	404
	A luta contra a exclusão e apoio ao empreendedorismo social	404
	Uma política de mecenato centrada em torno da educação, da saúde, da cultura e da solidariedade	409
	O respeito dos princípios diretores da ONU sobre os Direitos Humanos	413
7.5	Responsabilidade ambiental: agir contra as alterações climáticas	414
	Políticas de financiamento empenhadas nos setores sensíveis	414
	A diminuição da pegada ambiental ligada ao nosso funcionamento limpo	418
	O apoio à investigação contra as alterações climáticas	420
7.6	Tabela de conformidade com a lista das informações sociais, ambientais e societárias exigidas pelo artigo 225 da lei Grenelle II	421
7.7	Certificado de presença e relatório de garantia moderada do Revisor Oficial de contas sobre os procedimentos de estabelecimento das informações sociais, ambientais e societárias	423
	Responsabilidade da direção	423
	Independência e controlo de qualidade	423
	Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas	423

7.1 O projeto do BNP Paribas enquanto banco responsável

Em 2012, o BNP Paribas elaborou uma carta de responsabilidade, assinada pelo Presidente e pelo Diretor Geral da empresa. Este documento recorda os compromissos do BNP Paribas para merecer a confiança dos seus clientes

e especifica o modo como o Grupo concebe a sua responsabilidade económica, social, cívica e ambiental. Foi distribuída por todos os colaboradores do Grupo e por numerosos clientes.

A CARTA BNP PARIBAS : A NOSSA ÁREA DE INTERVENÇÃO, A NOSSA RESPONSABILIDADE

O Grupo BNP Paribas é o resultado da união de bancos que marcam a história económica europeia desde o século XIX. Animado por uma forte tradição de serviços a particulares e a empresas, profundamente ancorado nos seus territórios de origem, o BNP Paribas é, simultaneamente, o Banco de um mundo em mudança. Construída ao longo dos tempos, a confiança dos nossos clientes constitui o principal capital do BNP Paribas. Nós, os dirigentes, conduzimos o nosso Grupo no respeito dos compromissos essenciais para merecer essa confiança.

PERMANECERMOS FIÉIS À NOSSA MISSÃO MAIS IMPORTANTE: O SERVIÇO PROLONGADO AOS NOSSOS CLIENTES

O BNP Paribas tem como principal missão servir os seus clientes, estabelecer com eles uma relação de longa duração e ajudá-los a alcançar os seus projetos pessoais e profissionais. O banco acompanha os particulares na gestão das suas finanças e das suas poupanças no dia-a-dia e é um parceiro de eleição para empresas de todas as dimensões bem como para instituições.

O BNP Paribas dispõe de três grandes famílias de atividades que trabalham diariamente em conjunto para o sucesso dos seus clientes.

A banca de retalho (que representa mais de 50% das atividades do Grupo) é composta por redes de múltiplos canais de proximidade (agências, Internet, móvel...), fortemente enraizadas na sua região, com equipas com um sólido conhecimento da cultura e da economia locais. A banca de retalho consagra ao crédito – a particulares, empresas, associações... – a totalidade dos depósitos que recolhe. Fora essas atividades, o Grupo desenvolve igualmente serviços especializados de banca de retalho, distribuídos no apoio ao comércio e à indústria: crédito ao consumo, leasing ou ainda aluguer com serviços.

A banca de financiamento e de investimento (que representa cerca de 1/3 das atividades do Grupo) está implantada no mundo inteiro. A sua razão de existir é servir os seus clientes (grandes empresas, PME's, companhias de seguros, governos, bancos e investidores), para os quais é um parceiro de longo prazo. Acompanha-os nas suas estratégias de desenvolvimento e também na gestão quotidiana dos seus fluxos financeiros. Responde concretamente – incluindo através dos mercados de capitais – às suas necessidades de

Financiamento e investimento, de aconselhamento e de gestão dos seus riscos.

Investment Solutions. Presente em seis dezenas de países, esta unidade é composta por profissões complementares centradas em torno dos seguros, da gestão de poupanças, dos serviços imobiliários e dos serviços técnicos aos investidores. Investment Solutions desenvolve produtos e serviços inovadores para os clientes das outras atividades do Grupo. Esta unidade possui igualmente os seus próprios canais de distribuição.

A fim de cumprir todas estas missões no quadro de exigências regulamentares em capital consideravelmente acrescidas, o BNP Paribas duplicou o montante dos seus fundos próprios entre 2009 e 2012. Ao mesmo tempo que remunerava regularmente os seus acionistas, o BNP Paribas reinvestiu todos os anos a grande maioria dos seus rendimentos, a fim de reforçar a solidez financeira e a sua capacidade de responder aos pedidos de crédito dos seus clientes.

ACEITAR CORRER RISCOS, ENQUANTO OS CONTROLAMOS DE PERTO

Financiar a economia, acompanhar projetos, ajudar os clientes a gerir a sua exposição às mudanças e às taxas de juro, é aceitar correr riscos. A força do BNP Paribas é justamente saber gerir esses riscos. O Grupo considera que controlá-los de perto faz parte da sua responsabilidade, tanto para com os seus clientes como para com o sistema financeiro no seu conjunto. Os compromissos do Grupo são, portanto, decididos no final de um processo colegial e contraditório, apoiando-se numa forte cultura do risco partilhado por todos os níveis da Banca. Isto é válido tanto para os riscos de crédito ligados aos empréstimos – aceites após a análise da situação dos mutuários e dos seus projetos – como para os riscos de mercado decorrentes de operações com os clientes: estes são avaliados todos os dias, submetidos a cenários de tensão e enquadrados por um sistema de limites.

A diversificação do BNP Paribas, tanto no plano geográfico como no das suas áreas de intervenção, permite equilibrar os riscos e as suas consequências quando estes se materializam. O Grupo está organizado e é gerido de modo a que as eventuais dificuldades de uma das suas áreas de intervenção não ponham em perigo os outros domínios de atividade do Banco.

RESPEITAR UMA ÉTICA COMERCIAL RIGOROSA

A lealdade para com os clientes é uma noção essencial para o BNP Paribas. Todos os colaboradores do Grupo trabalham sinceramente para o êxito dos seus clientes, zelando pelos seus interesses com tanta atenção como pelos interesses do BNP Paribas. Poupança, crédito, seguros, meios de pagamento: um colaborador não propõe nenhuma transação que saiba não ser no interesse do cliente.

O BNP Paribas esforça-se por acompanhar os seus clientes com uma atenção particular quando eles encontram uma dificuldade e, para além da crise, por olhar para o futuro. Reconhece-se num papel particularmente importante na economia de certos países, nomeadamente nos seus mercados domésticos – França, Bélgica, Itália e Luxemburgo.

O Grupo mede a satisfação dos seus clientes em todas as suas áreas de intervenção e a sua política de qualidade é regularmente adaptada para estar ao melhor nível nesse domínio. Mas errar é humano. Um banco é feito por homens e mulheres que mobilizam todas as suas competências mas que podem, por vezes, enganar-se: quando assim é, o BNP Paribas reconhece os seus erros e esforça-se por reparar as eventuais consequências para os clientes.

A ética comercial do BNP Paribas é também uma recusa em trabalhar com qualquer cliente ou organização cuja atividade esteja ligada à fraude, à corrupção ou ao comércio ilícito. O BNP Paribas retirou-se de todos os paraísos fiscais qualificados como tal pela OCDE.

SER UM BANCO RESPONSÁVEL

No conjunto dos seus territórios, o Grupo envolve-se na comunidade da qual faz parte integrante. Envolve-se, em primeiro lugar, pela sua responsabilidade económica, já referida – garantir o financiamento dos projetos dos seus clientes – mas, para além disso, ao reconhecer em si três outras responsabilidades:

- uma responsabilidade social, através de práticas leais em relação aos 190.000 colaboradores do Grupo e o apego a um diálogo social de qualidade. O BNP Paribas recruta e forma até várias dezenas de milhar de novos colaboradores todos os anos, vários milhares deles em França. O Grupo faz da diversidade sob todas as suas formas um compromisso forte e avaliado; fixa-se objetivos precisos quanto à promoção das mulheres. Em matéria de emprego, o BNP Paribas faz questão de dar prioridade à reclassificação, favorecendo a mobilidade interna e a formação. Temos uma responsabilidade especial nos nossos quatros mercados domésticos, onde a nossa dimensão e a diversidade das nossas atividades sempre nos permitiram excluir as partidas forçadas, graças a uma gestão social inovadora;
- uma responsabilidade cívica na luta contra a exclusão e na promoção da educação e da cultura. O Grupo envolve-se fortemente em benefício da sociedade, em projetos que prolongam a sua ação bancária: auxílio aos quarteirões e bairros sensíveis, microcrédito, apoio às associações e à economia social solidária. O compromisso social traduz-se também na ação de mecenato da Fondation BNP Paribas, nos domínios da solidariedade, educação, cultura e saúde. Um orçamento anual global superior a 25 milhões de euros é atribuído às suas atividades, sendo que pelo menos metade deste valor é consagrado à solidariedade e à educação;
- uma responsabilidade ambiental. Por todo o mundo, o BNP Paribas está atento ao impacto ambiental, tanto da sua atividade bancária – através de políticas detalhadas nos domínios de risco – como no seu próprio funcionamento. Apoia, através da Fondation BNP Paribas, ações em favor do ambiente.

Animadas por valores de empenho, de ambição, de criatividade e de reação, dirigidas segundo princípios de gestão claros – foco no cliente, empreender com plena consciência dos riscos, valorizar as pessoas e atitudes exemplares – e inspiradas na sua ética pelo código de conduta da empresa, as equipas do BNP Paribas trabalham cada dia para que o Banco contribua para o êxito de todos os que nele confiam e para o progresso da sociedade. Ser um banco responsável é a honra e o orgulho do nosso negócio. É o nosso projeto de empresa.

Baudouin Prot
Presidente

Jean-Laurent Bonnafé
Administrador Diretor Geral

A NOSSA VISÃO ESTRATÉGICA

A política de responsabilidade do BNP Paribas está estruturada desde 2012 em torno de 4 pilares e de 12 compromissos. As boas práticas de governança do Grupo, que garantem os interesses a longo prazo da empresa, são a sua base.

Todas as áreas de intervenção, redes, filiais e países do Grupo exercem esta política seguindo a mesma estrutura, integrando nela as suas especificidades.

OS COMPROMISSOS DO BNP PARIBAS ENQUANTO BANCO RESPONSÁVEL



AS POSIÇÕES PÚBLICAS DO BNP PARIBAS

A abordagem de RSE do BNP Paribas está enquadrada por tomadas de posição públicas fundamentais e setoriais. Empresa presente em 78 países, o BNP Paribas exerce a sua atividade no respeito de direitos e princípios universais, enquanto colaborador ou membro ativo:

- do Pacto Mundial das Nações Unidas (Nível "Advanced" no Global Compact). O BNP Paribas é membro da Comissão de gestão do Pacto Mundial em França;
- de "Women's Empowerment principles" das Nações Unidas;
- da UNEP-FI;
- do "Carbon Disclosure Project";
- da "Roundtable on Sustainable Palm Oil" (RSPO);
- de "Entreprise pour les Droits de l'Homme";
- de "Entreprises pour l'Environnement";
- de "Sida-Entreprises".

O Grupo participa ativamente na elaboração de soluções e na aplicação de práticas sustentáveis específicas à indústria financeira, no quadro dos:

- Princípios do Equador;
- Princípio para o investimento Responsável;
- Institutional Investors Group on Climate Change;
- Climates Principles.

Finalmente, o Grupo desejou também formalizar compromissos voluntários em vários domínios:

- uma Carta de Responsabilidade, formalizando os seus compromissos para merecer a confiança dos seus clientes, elaborada e distribuída a todos os colaboradores e a uma grande parte dos clientes do Grupo em 2012;
- um Compromisso para o Ambiente;

- um Compromisso a favor do respeito dos Direitos do Homem (Declaração do BNP Paribas sobre os Direitos do Homem), novo compromisso assinado pela Direção Geral do Grupo em 2012;
- uma política de luta contra a corrupção;
- uma Carta por uma Representação Responsável junto das autoridades públicas, elaborada em 2012, e que formaliza a transparência e as regras de ética profissional que o Grupo e os seus colaboradores devem respeitar no exercício das atividades de representação. O BNP Paribas foi o primeiro banco europeu a adotar uma carta interna enquadrando as práticas de lobbying;
- a Carta de RSE dos Fornecedores do BNP Paribas, publicada em 2012;
- políticas de financiamento e investimento nos domínios do óleo de palma, da defesa, do nuclear, da pasta de papel e das centrais de carvão.

PROGRESSOS RECONHECIDOS PELAS AGÊNCIAS DE NOTAÇÃO EXTRA-FINANCEIRA

O BNP Paribas figura numa muito boa posição nos índices que são a autoridade em matéria de RSE:

- O BNP Paribas está em n.º 1 do setor bancário em RSE no índice Vigeo World 120. Entre todos os setores de atividades, o BNP Paribas é a 4ª empresa em França, a 11ª na Europa e a 12ª a nível mundial em termos de compromisso de RSE;
- O BNP Paribas é, aliás, o único banco francês presente nos Dow Jones Sustainability Indexes;
- O relatório de carbono do Grupo obteve a nota de 86/100 por parte do Carbon Disclosure Project em 2012;
- Finalmente, o BNP Paribas está igualmente presente noutros índices de referência, como o Ethibel Sustainability Index (Excellence Global And Excellence Europe), o Aspi, o FTSE4GOOD Index Series e o Stoxx Global Esg Leaders.

A RSE LEVADA AO MAIS ALTO NÍVEL DA ORGANIZAÇÃO

Em 2012, a RSE tornou-se uma função do Grupo, sob a alçada de um Diretor Geral delegado do Grupo. As missões e responsabilidades da Delegação da RSE, uma equipa de 13 pessoas na sede, são claramente definidas por uma diretiva da Direção Geral. Repartem-se assim:



Uma rede de 130 multiplicadores de RSE foi constituída nos pólos, áreas de intervenção, redes, funções e filiais do Grupo, a fim de facilitar a aplicação da política de RSE no conjunto das atividades e países de implantação. Em cada entidade, o responsável pela RSE é um membro do Comité Executivo

da sua estrutura, a fim de garantir a integração da RSE na estratégia da entidade. Os 130 multiplicadores de RSE do Grupo tiveram a primeira reunião em finais de 2012, no decurso de um seminário de formação e partilha de boas práticas.

UMA ABORDAGEM DE DIÁLOGO COM AS PARTES ENVOLVIDAS

A abordagem de RSE do BNP Paribas tem em conta todas as partes envolvidas e a estratégia do Grupo é construída com a preocupação de escutar as suas expectativas:

- a opinião dos colaboradores sobre a responsabilidade ambiental e social da sua empresa é medida todos os anos, no quadro do barómetro interno da empresa (173.835 funcionários sondados em 2012, taxa de resposta: 71%). Em 2012, 72% dos funcionários sondados têm uma opinião favorável do modo como a sua empresa exerce a sua responsabilidade. Esta taxa tem vindo a subir desde 2009;
- O BNP Paribas incita os seus fornecedores a partilhar a sua conceção de responsabilidade social e ambiental. Submete-lhes, nomeadamente, um questionário que permite avaliar o seu desempenho social e ambiental. No final de 2012, foram realizadas mais de 700 análises de desempenho RSE dos fornecedores, no quadro dos concursos realizados pela equipa central da função Achats Groupe, através da sua plataforma de e-sourcing;

- O BNP Paribas encontra-se várias vezes por ano com os investidores ISR (29 encontros em 2012), para lhes apresentar a estratégia de RSE do Grupo e informa regularmente os analistas extra-financeiros sobre a sua atualidade;
- O BNP Paribas dialoga com numerosas ONG do mundo. Em 2012, tiveram lugar 10 encontros entre a equipa RSE da sede e ONG. Mais de 30 temas de diálogo estiveram na agenda em 2012, em domínios como o impacto ambiental dos financiamentos do Grupo, as políticas de financiamentos e de investimentos publicadas e aplicadas pelo BNP Paribas, os direitos do homem, a posição do BNP Paribas sobre o tema dos países com impostos favoráveis.

Foram apresentadas 6 referências em 2012 ao mediador interno do BNP Paribas para as relações com os fornecedores.

7.2 Responsabilidade económica: financiar a economia eticamente

O BNP Paribas tem como principal missão responder às necessidades dos seus clientes, nomeadamente através do financiamento dos projetos dos particulares e das empresas, motores do desenvolvimento económico e da criação de emprego. Posicionado entre os líderes dos serviços financeiros nos 78 países onde está implantado, a sua capacidade de financiamento e a maneira como o Grupo exerce as suas atividades têm uma influência direta nas economias.

Consciente dessa responsabilidade económica, o BNP Paribas intervém em conformidade com os seus três compromissos:

- compromisso 1: o financiamento sustentável da economia;
- compromisso 2: uma ética comercial ;
- compromisso 3: uma oferta de produtos e serviços responsáveis.

O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA

O BNP Paribas tem por vocação financiar todas as atividades úteis ao desenvolvimento económico e social no plano mundial. O seu modelo económico diversificado, criador de valor e capaz de resistir às crises,

permite-lhe responder às necessidades de financiamento das empresas, das instituições e dos particulares.

UM BANCO ENTRE OS MAIS SÓLIDOS DA EUROPA, ANTECIPANDO A NOVA REGULAMENTAÇÃO

Para poder assegurar o financiamento da economia real no longo prazo, o BNP Paribas deve, antes de mais, garantir a sua estabilidade económica independentemente do contexto financeiro.

Um dos grandes bancos internacionais mais capitalizados

Em finais de 2012, o BNP Paribas foi um dos primeiros grandes bancos a atingir o rácio exigido pelas novas medidas tomadas em 2010 e exigíveis em 2019, no quadro da regulamentação Bâle III. O mínimo de fundos próprios que os bancos deverão manter foi, na verdade, ultrapassado. O BNP Paribas atingiu, com um trimestre de avanço, o seu objetivo de reforço do rácio de solvabilidade ("common equity Tier one"), que ascendeu, a 31 de dezembro de 2012, aos 9,9%.

O Grupo reforçou assim os seus fundos próprios e, portanto, a sua solidez e a sua capacidade de conceder crédito.

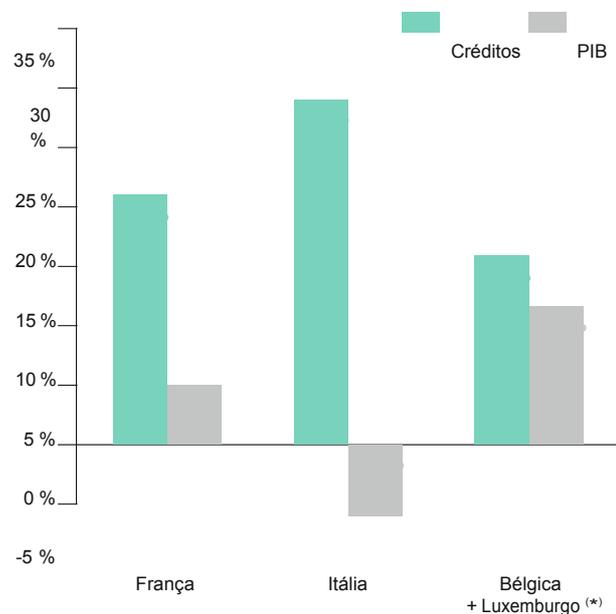
Lucros ao serviço da economia

Mais de dois terços dos lucros foram reinvestidos na empresa, a fim de prosseguir no desenvolvimento do Grupo e no acompanhamento dos seus clientes. Consolidando os seus fundos próprios, o Banco reforça diretamente a sua capacidade de conceder crédito e, portanto, os seus investimentos em prol da economia real.

UM CRESCIMENTO SIGNIFICATIVO DOS CRÉDITOS AOS PARTICULARES E ÀS EMPRESAS

De há cinco anos para cá, o BNP Paribas teve capacidade de reforçar os créditos concedidos aos seus clientes, apesar de uma conjuntura económica desfavorável. O montante total dos créditos concedidos às empresas e aos particulares progrediu, assim, regularmente nos quatro mercados domésticos do Grupo e numa proporção muito superior ao crescimento económico observado nesses países.

➤ EVOLUÇÃO DOS FUNDOS DE CRÉDITO ÀS EMPRESAS E AOS PARTICULARES ENTRE FINAL DE 2008 E FINAL DE 2012 VS EVOLUÇÃO DO PIB (EM VALOR) NO MESMO PERÍODO



(*) Comparação realizada entre final de 2012 e final de 2009 no caso da Bélgica e do Luxemburgo.

Neste gráfico, todas as evoluções do PIB são baseadas nos dados disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

Entre final de 2011 e final de 2012, o crédito aos particulares aumentou, nestes quatro países, 1,5%.

O Banco tem como missão participar no desenvolvimento das empresas, nomeadamente das PME, levando-lhes recursos financeiros (pela dívida e pelos mercados de capitais) e conselhos estratégicos:

- em França, as PMEs, os artesãos e os comerciantes foram alvo de uma forte atenção. Entre seis compromissos assumidos em 2012 para os acompanhar, foi colocado à sua disposição um pacote de 5 mil milhões de euros de créditos novos. O objetivo é financiar 40.000 projetos entre o dia 1 de julho de 2012 e 30 de junho de 2013. No fim de 2012, 27.000 projetos foram financiados, num montante de 3,2 mil milhões de euros. 60 casas do empreendedor (contra 46 em 2011) permitem igualmente responder, num só lugar, às necessidades profissionais e pessoais dos CEOs;
- no Luxemburgo, foi enviado um forte sinal às PMEs, pela constituição de uma linha de crédito de mil milhões de euros dedicada às atividades e aos projetos de investimento, mas também ao apoio à criação de empresas;

- na Bélgica, o apoio ao desenvolvimento das PME's foi um objetivo prioritário em 2012. A título de exemplo, o BNP Paribas Fortis ajudou a Icarus, uma PME de produção de tubos, a financiar o resgate da sua empresa de um fundo de investimento norueguês. Esta operação, saudada pelo poder público, permitiu consolidar 80 empregos locais e relançar os projetos de desenvolvimento internacional da empresa;
- fora da Europa, o Grupo esteve particularmente ativo para sustentar a atividade através do crédito, nomeadamente nos Estados Unidos, onde o Bank of the West é um dos bancos líderes no crédito à agricultura americana. Assim, em 2012, ficou classificado no segundo lugar nacional dos prestadores a esse setor pela Associação dos Banqueiros Americanos, com perto de 3,2 mil milhões de dólares (2,47 mil milhões de euros) de créditos agrícolas no final de 2011.

NUMEROSAS INICIATIVAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Para além das suas atividades de crédito e de consultoria, o BNP Paribas apoia o desenvolvimento económico graças a uma grande oferta de produtos e serviços, adaptados às necessidades específicas de cada tipo de clientela e de cada país.

O acesso aos mercados de capital

Para além do recurso ao crédito, são cada vez mais numerosas as empresas – sejam de dimensão média ou grande – que pretendem recorrer ao financiamento pelos mercados de capital. O BNP Paribas acompanha-as na sua entrada nestes mercados.

Em 2012, 16 empresas acederam assim, pela primeira vez, ao financiamento pelos mercados, estando acompanhadas pelos especialistas do Grupo em toda a Europa. Isto faz ascender aos 25 mil milhões de euros o montante dos capitais recolhidos pelas 52 novas entradas, aconselhadas desde 2010.

Os fundos mútuos de investimento

Paralelamente, para contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento a longo prazo das empresas francesas, fundos inovadores viram a luz do dia em 2012:

- O BNP Paribas Cardif e três outros líderes de seguros de vida criaram em outubro um Fundo estratégico de participações, a fim de investir a longo prazo no capital de empresas francesas. Este fundo inovador permite transferir para a economia e as empresas fundos imobilizados até então noutros suportes. O seu investimento e o seu compromisso de permanecer pelo menos cinco anos no capital de sociedades cotadas do SBF 250 ou do CAC 40, contribuirá para o desenvolvimento estratégico dessas empresas;
- com a mesma vontade de estar presente ao lado das empresas e de orientar ainda mais as poupanças dos franceses para o seu financiamento, o BNP Paribas lançou o fundo mútuo de investimento "BNP Paribas France Crédit". A sua vocação é investir os recursos coletados pela filial de Seguros do Grupo num fundo gerado pela sua filial de Gestão de ativos. Os montantes reunidos permitem, assim, financiar os dossiers de crédito criados pelo CIB para empresas de

média dimensão. O objetivo de arrecadação do BNP Paribas Cardif, no valor de 250 milhões de euros em três anos, será realizado progressivamente sob a forma de saques sucessivos das oportunidades de investimento.

A consultoria e o acompanhamento à medida

As mulheres empresárias

O BNP Paribas encoraja os empresários, nomeadamente as mulheres, nos seus projetos de criação e de desenvolvimento de empresas inovadoras.

- Em França, embora a taxa de atividade feminina seja uma das mais elevadas da Europa e uma em cada cinco mulheres considere vir a ser empresária (inquérito APCE 2012), apenas 32% o fazem realmente (contra 48% nos Estados Unidos).

Para elevar essa taxa, o BNP Paribas assinou uma parceria com Paris Pionnières, incubadora dedicada às mulheres com um projeto de criação de empresas no domínio dos serviços inovadores a particulares e às empresas. Desde o surgimento do seu projeto até ao seu terceiro ano de atividade, as criadoras de empresas são apoiadas e encorajadas, nomeadamente durante os "Trophées Paris Pionnières".

Internacional

O BNP Paribas põe em prática numerosas ações para promover o empreendedorismo nos países onde o Grupo está implantado:

- Na Tunísia: o UBCI lançou a "Académie des Entreprises", um lugar de encontro e de formação destinado aos quadros dirigentes de empresas. Numerosas temáticas puderam assim ser tratadas desde o seu lançamento em Tunes, em setembro de 2012, entre as quais o financiamento das PME's e os fatores de competitividade no mercado. Constatando a riqueza das partilhas no decorrer das ações de formação e o nível de satisfação dos participantes, o UBCI tenciona repetir a experiência, propondo periodicamente esta sessão em diferentes regiões do país.

Para além das ações postas em prática em cada país, o BNP Paribas incita as empresas e as PME's a desenvolver-se no mercado internacional, propondo-lhes serviços transnacionais:

- 3.500 clientes em 2012 utilizaram as soluções de continuidade bancária propostas em toda a Europa a partir de um ponto de entrada único. Com "One Bank for Corporates in Europe and Beyond", podem atualmente apoiar-se numa rede de 150 centros de negócios e 1.900 consultores especificamente dedicados às empresas em 18 países. Esta oferta pan-europeia inédita, concebida para facilitar o seu desenvolvimento em todo o continente, respondeu a uma expectativa real, uma vez que o objetivo fixado no seu lançamento, em 2010, era acompanhar 3.000 empresas.

A inovação

- Em França, o BNP Paribas reafirmou o seu compromisso junto dos empresários, prevenindo a criação de 10 pólos de inovação até junho de 2013, tendo por objetivo favorecer o desenvolvimento das empresas inovadoras. Três delas já viram a luz do dia em Toulouse, Grenoble e Paris, em 2012.

UMA ÉTICA COMERCIAL

Fortemente empenhado no financiamento sustentável da economia para sustentar o crescimento e criar empregos, o BNP Paribas atua no respeito pela ética.

A proteção do interesse dos clientes particulares é uma prioridade. Multiplicam-se as iniciativas para responder aos seus pedidos de informação e de transparência e para melhorar a sua compreensão dos produtos e serviços bancários. Em fase de comercialização, a relação está enquadrada de modo responsável e os meios de escuta e acompanhamento são reforçados.

Além disso, enquanto agente financeiro de primeiro plano, o BNP Paribas tem um poder de influência direto sobre a economia. Assim, dominar os impactos sociais e ambientais que alguns dos seus financiamentos ou investimentos poderiam ter é uma preocupação permanente do Grupo. Foram postos em prática códigos, políticas e medidas voluntárias para enquadrar as suas atividades em determinados setores sensíveis.

Finalmente, o BNP Paribas tem um dispositivo muito bem sucedido de luta contra a corrupção e não determina as suas implantações em função da fiscalidade mas sim no intuito de melhor servir os seus clientes por todo o mundo.

Em 2012, o conjunto dos projetos estratégicos já iniciados foi aprofundado, posto em prática ou melhorado.

MELHORAR A TRANSPARÊNCIA DA OFERTA E REFORÇAR A PROTEÇÃO DO INTERESSE DOS CLIENTES

A satisfação dos clientes é uma prioridade absoluta

A vontade de melhorar a satisfação do cliente e de proteger os seus interesses levou ao reforço dos meios de diálogo e de acompanhamento, bem como à criação de regras comerciais estritas.

Em França

- Em outubro de 2012, Raphaële Leroy foi nomeada responsável pelas relações com os consumidores, bem como com o conjunto das associações que os representam. A melhoria constante do serviço

ao cliente está no cerne desta nova missão criada por Marie-Claire Capobianco, Diretora da Rede de França e Membro da Comissão Executiva do BNP Paribas, à qual Raphaële Leroy responde hierarquicamente. Segundo Marie-Claire Capobianco, "Escutar, compreender e partilhar com as associações de consumidores as expectativas dos nossos clientes e, através de uma abordagem concertada, melhorar a longo prazo a qualidade do serviço, são os objetivos para os quais Raphaële Leroy vai contribuir. Com os seus 20 anos de experiência no terreno, saberá ouvi-los e levar em consideração as suas expectativas para melhorar a sua satisfação".

- A remuneração dos gestores de conta foi modificada, para ser sempre a mesma independentemente do produto que recomendarem no interior de uma "família de necessidades". Por exemplo, no seio da família "Poupança de Longo Prazo", a comissão do gestor do BNP Paribas será idêntica para um Plano de Poupança Habitação ou um contrato de seguro de vida. O seu interesse, portanto, é recomendar o produto mais adaptado, em função dos riscos ou da duração desejada. Além disso, uma parte significativa da comissão só é paga no momento em que o cliente utilizar o produto, ou seja, vários meses depois da subscrição. O BNP Paribas garante, assim, que o produto entregue responde corretamente a uma necessidade do seu cliente.
- Antes de lançar a nova oferta "Crédito Renovável Nouvelle Génération", que substituirá progressivamente a oferta existente de crédito renovável, a Cetelem contratou a Vigeo, primeira empresa de auditorias extra-financeiras europeia, para verificar o carácter responsável e transparente do seu novo produto e da sua abordagem de comercialização. Durante a conceção do produto, a Vigeo emitiu um certificado provisório do carácter responsável do produto: transparência de informação, aconselhamento durante as fases de comercialização e de concessão de crédito, verificação da solvabilidade do cliente, respeito dos interesses do cliente ao longo de toda a duração do contrato e tomada em consideração do impacto social ligado aos créditos ao consumo. A segunda fase da auditoria, prevista para março de 2013, consiste na auditoria, em 4 centros de relacionamento com clientes, da comercialização do produto pelos gestores de clientes; isso permitirá à Vigeo emitir um certificado definitivo.

A nova oferta de crédito renovável da Cetelem :

- uma oferta que responde às expectativas dos clientes de dispor de um produto flexível, transparente e controlável, para gerirem melhor a sua tesouraria;
- vai mais longe do que a lei Lagarde: o crédito renovável Nouvelle Génération permite ao cliente escolher a sua fórmula de amortização, entre seis fórmulas possíveis (com durações diferentes e uma taxa associada); ele decide, portanto, a duração da amortização do seu crédito e a transparência sobre os seus preços e o seu custo;

Domina o seu crédito pouco a pouco e pode, graças aos seus espaços cliente ou por telefone, mudar facilmente de fórmula. Dispõe igualmente de um alerta (envio de sms), se a mensalidade ultrapassar um limite fixado;

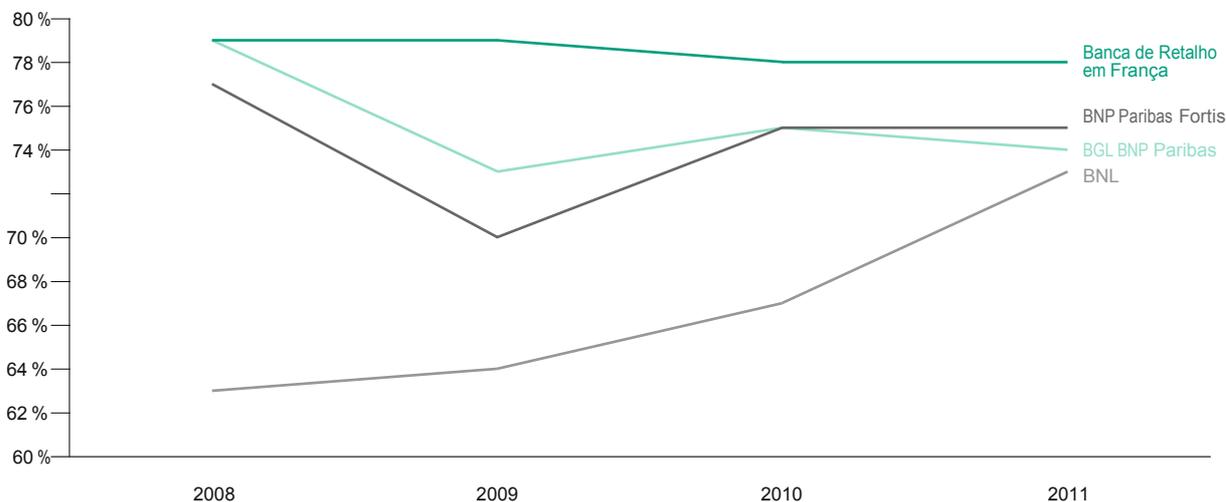
- sítio da Internet, jegeremesfinsdemois.com, concebido para dar aos consumidores uma melhor compreensão da gestão do seu orçamento e encontrar os meios de agir.

Na Suíça

A Carta de responsabilidade do BNP Paribas foi adaptada e integrada nos principais documentos comerciais, nomeadamente, nas brochuras de apresentação de propostas ou de preços, bem como nas propostas de investimento dirigidas aos clientes.

Todos estes dispositivos contribuíram para aumentar a satisfação dos clientes, que aumentou no conjunto dos mercados domésticos.

➤ EVOLUÇÃO DA TAXA DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES



O primeiro estudo de satisfação dos clientes sobre a recuperação

O desafio da fidelização e da satisfação dos clientes, incluindo e especialmente quando enfrentam dificuldades, quer sejam passageiras ou mais profundas, é central para a Cetelem. É por isso que foi instaurado um barómetro, a fim de medir, seguir e dar objetivos quantificáveis para melhoria. O inquérito foi conduzido em maio de 2012 pelo Institut Ipsos junto dos clientes da Cetelem em França

saídos de um tratamento de um não pagamento desde há 3 meses. Participaram 451 clientes. A amostra questionada é representativa da clientela da Cetelem em fase de acordo amigável entre o 2º e o 7º não pagamento. As principais conclusões deste estudo mostram que 69% dos clientes estão satisfeitos globalmente e que 67% apreciam as soluções propostas.

Uma maior transparência na oferta da Banca

Desde 2011, a banca de retalho tem vindo a multiplicar as ações junto dos seus clientes, para que os seus projetos se possam realizar, ao mesmo tempo que eleva a proteção dos seus interesses ao grau de prioridade.

Disso são testemunho os meios de diálogo e as ações de formação levadas a cabo para melhorar a transparência da oferta ou a compreensão dos produtos bancários.

Em França "Parlons Vrai"

Esta operação, lançada em 2011 para responder às numerosas perguntas dos particulares e às suas necessidades de transparência e de simplicidade, conduziu à criação de um duplo dispositivo de diálogo, constituído por:

- um website permanente, www.parlonsvrai.bnpparibas.net, visitado por 200.000 internautas desde o seu lançamento, no final de 2011. Mais de 900 perguntas foram lá colocadas.
- "ações de formação Parlons vrai". Estes encontros diretos com os colaboradores da banca de retalho destinam-se a responder às preocupações financeiras concretas dos clientes. 11.500 pessoas participaram, em 2012, em 1.200 ações de formação, iniciadas durante todo o ano, tendo como ponto alto a organização de mais de 1.000 ações de formação por toda a França, durante um dia nacional, a 18 de outubro. Gratuitas e unicamente informativas, abordaram todas as principais problemáticas financeiras, como: "as compras online", "os principais suportes de poupança", "comprar ou alugar" ou, ainda, "estudantes: modo de emprego". Todos os suportes foram construídos em colaboração com a associação independente "La finance pour tous", especializada na pedagogia dos assuntos bancários.

Em Itália

No mesmo espírito, o BNL deu a palavra aos seus clientes no âmbito de uma campanha transmitida na imprensa, na televisão e na Internet, em outubro de 2012. Foi criado um website para que as empresas clientes pudessem formular os seus pedidos e sugestões.

Paralelamente, para responder às suas necessidades de informação, o programa "EduCare", destinado a desenvolver "a educação financeira de particulares e empresas", tomou uma nova dimensão em 2012, saindo do quadro tradicional das agências.

Na Turquia

O TEB respondeu às necessidades de informação dos fornecedores e dos clientes sobre os temas da RSE e da utilização sustentável dos recursos. Durante uma conferência, foram sensibilizados por especialistas sobre a RSE, as alterações climáticas e a eficiência energética.

Na Índia

Foi posto em prática um programa de consciencialização para o investimento na Bolsa, com um grupo-alvo jovem. Explicando-lhes o seu funcionamento, os jovens tomam consciência dos ganhos mas também dos riscos associados às suas escolhas.

DOMINAR O IMPACTO SOCIAL DOS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

O BNP Paribas financia indústrias sensíveis e opera em países onde os ambientes legais e de governo não têm todos a mesma maturidade. O BNP Paribas é, portanto, confrontado com desafios éticos muito variados, que exigem uma vigilância acrescida nas decisões de financiamento e de investimento.

A Defesa, um setor particularmente sensível

O Grupo BNP Paribas dispõe de uma política de financiamento e de investimento responsável sobre o setor da defesa. Essa política, publicada em 2010, afasta estritamente certos tipos de armas (armas controversas) e certas zonas geográficas (zonas de conflito armado ou de violação dos direitos das crianças) do universo de investimento e de financiamento do banco.

Em 2012, 148 transações sensíveis tiveram necessidade de uma análise específica, a título da política "defesa", pelos correspondentes de RSE do Grupo.

Uma posição clara sobre as matérias primas agrícolas essenciais

O BNP Paribas está ciente do impacto crucial da subida dos preços das matérias primas agrícolas essenciais na alimentação das populações mais fragilizadas. O Grupo assumiu formalmente, desde julho de 2011, o compromisso público de não vender produtos derivados a operadores externos cujo objetivo seja exclusivamente financeiro, ou seja, não esteja ligado à necessidade de proteger uma atividade física contra as flutuações de um preço. Do mesmo modo, o Grupo compromete-se a propor aos seus clientes apenas produtos de investimento destinados ao horizontes do médio e do longo prazo e a limitar a sua exposição às matérias primas agrícolas essenciais.

No final de 2012, o montante dos ativos investidos em matérias-primas alimentares por conta de terceiros era de 411 milhões de euros, ou seja, 0,08% do montante total dos ativos sob gestão do Grupo.

Após ter encerrado 2 ETF (Exchanged Traded Funds) expostos principalmente às matérias primas essenciais em 2011, o BNP Paribas prosseguiu o seu trabalho de inventário e vedou um ETF suplementar em 2012 e decidiu suspender a comercialização de um quarto.

Além disso, o BNP Paribas decidiu alargar mais a aplicação do seu princípio de precaução, suspendendo a comercialização do único fundo a médio-longo prazo da sua gama que ainda estava exposto maioritariamente à agricultura.

O BNP Paribas recebeu o prémio Commodity Business Awards 2012, na categoria Responsabilidade Social das Empresas.

Este troféu saúda a excelência dentro da indústria das matérias primas e recompensa as empresas que têm um impacto significativo nas práticas do negócio em termos de responsabilidade social. A vitória do BNP Paribas testemunha a vigilância do Grupo, especialmente sobre a questão das matérias primas alimentares.

A integração de critérios ESG nas políticas de crédito

A capacidade de discernir e levar em conta os riscos extra-financeiros nos seus financiamentos representa um grande desafio para o Grupo.

Nessa ótica, o Group Risk Management iniciou em 2012 a integração progressiva de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla francesa) nas suas políticas de notação e de crédito, que definem as características principais das contrapartidas e das transações aceitáveis para o BNP Paribas.

Os primeiros desenvolvimentos efetuados tiveram a ver com as políticas de notação sobre o transporte marítimo, as grandes empresas e os seguros.

Também foram introduzidos critérios ESG nas políticas de crédito para as atividades de "leveraged buy-out" (aquisição por alavancagem) e do imobiliário.

Um dispositivo bem sucedido de luta contra a corrupção e uma política de implantação ditada pela vontade de melhor servir os clientes

A luta contra a corrupção

Entre setembro de 2011 e agosto de 2012, os colaboradores do Grupo assistiram a mais de 138.000 ações de formação sobre a luta contra o branqueamento, o terrorismo, os embargos financeiros e a corrupção, distinguindo:

- a luta contra a corrupção externa: esta componente está integrada nos módulos de formação sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. Tem como objetivo o conhecimento dos clientes e intermediários, no início da relação, da vigilância das suas operações, etc. Desde julho de 2010, o pessoal cuja atividade está diretamente exposta a este risco (61.253 pessoas, ou seja, cerca de um terço dos efetivos do Grupo) deve fazer, todos os anos, uma formação interna específica.
- a luta contra a corrupção interna: em novembro de 2012, um novo módulo de formação do Grupo sobre a luta contra a corrupção foi posto à disposição de todos os colaboradores. Relembra definições-chave, apoia-se sobre casos práticos e apresenta, através de um módulo de sensibilização, o Dispositivo de Controlo BNP Paribas.

As implantações do Grupo BNP Paribas não são guiadas pela fiscalidade mas sim pela vontade de servir os seus clientes por todo o mundo

O BNP Paribas está instalado por todo o mundo na proximidade dos seus clientes, nomeadamente nos quatro grandes mercados domésticos europeus onde o Grupo opera: França, Bélgica, Luxemburgo e Itália, bem como no mercado internacional onde o BNP Paribas serve, na América do Norte, na Turquia e em África, clientes locais particulares ou empresas.

As suas outras atividades internacionais são dirigidas a partir dos principais centros financeiros na Europa, em Londres, na Ásia (Hong-Kong, Singapura, Tóquio), bem como em Nova Iorque.

1. O BNP Paribas é um dos principais contribuintes de França
O BNP Paribas é um dos mais importantes contribuintes de França. Para o exercício de 2012, o total dos impostos e taxas pagos em França elevou-se a 1,9 mil milhões de euros.
2. O BNP Paribas não está presente em nenhum paraíso fiscal da lista da OCDE
O BNP Paribas foi o primeiro banco francês a comprometer-se, desde 2009, a pôr fim a todas as suas atividades nos países da lista "cinzenta" definida pela OCDE. No quadro desta medida, o BNP Paribas concluiu, desde 2009, a venda da sua filial de banco comercial no Panamá a um grande banco canadiano que prosseguiu a atividade no local.
3. Não se pode reclamar seriamente a presença do BNP Paribas num certo número de países da OCDE e da União Europeia, nem ligá-la a quaisquer motivações fiscais

Há estudos que fazem referência a listas de "paraísos fiscais" não oficiais e dão estatísticas de presença nesses paraísos fiscais que não correspondem a nenhuma realidade operacional. De facto, estas listas classificam na categoria de paraísos fiscais países que fazem parte dos mercados internos do Grupo, como a Bélgica, por exemplo, onde o Grupo tem mais de 18.000 trabalhadores, uma rede de 938 agências e serve 3,6 milhões de clientes particulares e PME's e 13.100 empresas.

No que se refere aos países fora da OCDE que possam ser considerados como tendo uma fiscalidade favorável, o BNP Paribas comprometeu-se a tomar medidas de redução das suas implantações.

UMA OFERTA DE PRODUTOS RESPONSÁVEIS

Por todo o mundo, os investidores estão mais atentos à orientação dos seus investimentos e desejam investi-los em produtos responsáveis.

Para responder a essa evolução, o BNP Paribas propõe uma oferta de investimento responsável destinada a clientes particulares e investidores institucionais.

Em 2012, o BNP Paribas alargou a sua gama de produtos e serviços responsáveis. O Grupo seguiu, nomeadamente, o processo de integração de critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ESG), com o objetivo de excluir dos seus investimentos empresas com práticas não conformes aos seus critérios de investimentos responsáveis. Paralelamente, o Grupo expandiu a sua oferta de produtos dedicada às populações mais frágeis ou com menos depósitos.

INTEGRAR CRITÉRIOS ESG NOS PRODUTOS DE POUPANÇA E DE CRÉDITO

Signatário dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), o BNP Paribas Investment Partners, a área de negócio de Gestão de ativos do Grupo BNP Paribas, aplica critérios ESG a todas as suas gestões coletivas e mandatos institucionais. A análise desses critérios, complementar da análise financeira, realiza-se segundo um quadro formalizado, baseado no respeito dos 10 princípios do Pacto Mundial em matéria de Direitos Humanos, direito do trabalho, proteção do ambiente e luta contra a corrupção. Estes princípios são completados por regras que enquadram os investimentos em setores ou produtos controversos.

Esta prática conduz o Grupo a excluir as empresas não conformes a esses critérios. O BNP Paribas Investment Partners também iniciou um diálogo com várias sociedades para as incitar a evoluir na direção de melhores práticas.

Além disso, a sociedade de gestão tem o desejo de aumentar o valor de longo prazo das suas participações, acompanhando as empresas no desenvolvimento de boas práticas em termos de governança e de responsabilidades social e ambiental.

Em 2012, o BNP Paribas Investment Partners exerceu sistematicamente os seus direitos de voto a título de acionista, e votou em perto de 1.200 Assembleias Gerais e mais de 14.000 projetos de resoluções, dos quais perto de 20% foram objeto de votos de abstenção, de oposição ou de votos negativos.

O BNP Paribas Cardif, a filial de seguros de vida e não-vida do BNP Paribas também ultrapassou uma etapa-chave na sua prática de ESG, criando um indicador sintético que permite seguir a parte dos investimentos do seu principal fundo em euros (88 mil milhões de euros em 31/12/2012) que foram objeto de um filtro ESG no momento da seleção, desde 01/07/2008. Este indicador aumentou de 24% a 31/12/2010 até 40% em 31/12/2012:

40% do principal fundo em euros do BNP Paribas Cardif (1,7 milhões de clientes) foi objeto de um filtro ESG.

Conceber e promover fundos de investimento socialmente responsável (ISR) para conciliar o desempenho financeiro e a mais-valia ambiental e social

O BNP Paribas procura o desenvolvimento e a promoção de uma oferta de produtos ISR. Estes produtos correspondem a uma procura por parte de clientes que desejam investir em empresas e setores de atividade na vanguarda do desenvolvimento sustentável, dando assim mais sentido às suas poupanças.

A experiência do BNP Paribas apoia-se sobre duas abordagens complementares: uma, centrada nos emissores empenhados ("Best in class"); a outra, temática, alvo das atividades, produtos e serviços ligados à proteção do ambiente e/ou ao bem-estar social.

22 fundos ISR qualificados em 2012

Em 2012, foram atribuídas 22 qualificações ISR a fundos gerados pelo BNP Paribas Investment Partners:

- 11 fundos ISR receberam a qualificação Novethic 2012, dos quais 9 com uma menção especial "indicadores ESG", atribuída pela qualidade da comunicação sobre os impactos sociais e ambientais;
- 3 fundos foram recompensados com a qualificação EnvironmentLuxFlag, pela sua forte implicação no setor do ambiente e o seu alto nível de transparência perante os investidores;
- 3 fundos receberam a distinção Finansol, pelos seus investimentos no domínio da economia solidária e das microfinanças;
- 5 fundos receberam a qualificação CIES (Comité Intersyndical de l'Épargne Salariale), reservada aos apoios à poupança salarial.

Estas qualificações reforçam o empenho de longo prazo do BNP Paribas para o desenvolvimento e a promoção da sua gama de produtos ISR.

➤ FUNDOS ISR BNP PARIBAS QUALIFICADOS EM 2012

Nome do fundo	Qualificação					
	Dist. Novethic (atribuída anualmente em setembro)		Dist. Luxflag (Atribuída anualmente em dezembro)	Finansol	CIES	
	Com indicadores ESG	Sem indicador ESG				
						
BNP Paribas Etheis	X					
Parvest Sustainable Equity Europe	X					
MAIF Investissement Responsable Europe	X					
BNP Paribas Euro Valeurs Durables	X					
BNP Paribas Développement Humain						
BNP Paribas L1 Green Tigers						
AGIPI Monde Durable						
BNP Paribas L1 Sustainable Bond Euro						X
BNP Paribas Obli Etheis	X					X
BNP Paribas Obli Etat	X					
Parvest Sustainable Bond Euro Corporate	X					
BNP Paribas Mois						X
BNP Paribas Money Prime Euro SRI						X
BNP Paribas Aqua						X
Parvest Environmental Opportunities						X
Parvest Global Environment						X
SICAV Retraite (Retraite Horizon)		X				
Multipar Funds				X (2 fundos)		X (5 fundos)

Graças ao trabalho em profundidade realizado pelas equipas para promover as dimensões sociais e ambientais dos fundos ISR, o seu capital aumentou muito significativamente em 2012.

20 mil milhões de euros de ativos ISR geridos pelo BNP Paribas Investment Partners a 31/12/2012.

Em 2012, a taxa de crescimento dos ativos ISR (+33,8%) foi muito superior à taxa de crescimento dos ativos totais⁽¹⁾ (+0,5%).

A título de exemplo, o fundo BNP Paribas Aqua, criado em 2008 e investido em sociedades internacionais cuja atividade está ligada ao tema da água, teve uma subida espetacular em 2012 junto de clientes particulares em França, elevando o seu capital a perto de 100 milhões de euros em 31/12/2012.

O BNP Paribas Wealth Management, a banca privada do Grupo, ultrapassou os mil milhões de euros geridos por conta dos seus clientes em fundos de investimento socialmente responsáveis.

Do mesmo modo, a banca de retalho continua a promover o ISR através de fundos distribuídos nas agências:

- O BNP Paribas Développement Humain investiu em empresas europeias cujos produtos e serviços contribuem para responder às necessidades fundamentais do ser humano (alimentação de qualidade em quantidade suficiente e a custos moderados, acesso aos cuidados básicos, ensino) e aos desafios do mundo moderno (p.ex. envelhecimento populacional, medicamentos de nova geração);
- O BNP Paribas Obli Ethéis investiu em obrigações de boa qualidade («investment grade») emitidas por emissores da zona euro ou agindo em mercados da zona euro. A abordagem de ISR seguida pretende privilegiar as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) dos emissores, de acordo com a avaliação da nossa equipa de Investigação ISR. Um pacote limitado a 10% do portefólio é consagrado a investimentos de microfinanças e de economia solidária cujo objetivo é conceder financiamentos a micro-empresários.

Numa abordagem semelhante, a Global Equities & Commodity Derivatives criou, em 2012, quatro novos índices para oferecer soluções personalizadas aos seus clientes. Três deles respondem ao interesse crescente por problemáticas ambientais: o primeiro, dá acesso ao setor da gestão de resíduos, o segundo, a empresas cujos produtos e serviços otimizam o consumo de energia, e o terceiro, a empresas que participam no desenvolvimento do setor das energias renováveis num contexto de aumento do custo da energia, nomeadamente fóssil. Quanto ao quarto índice, oferece o acesso a 15 grandes empresas europeias reconhecidas pelo Vigeo e pelo Forum Ethibel como pioneiras em matéria de RSE.

Ferramentas de ajuda à decisão propostas ao cliente

A fim de informar os seus clientes sobre as numerosas ofertas de produtos de poupança e de valorizar melhor o impacto social desses produtos, o BNP Paribas desenvolveu diversas ferramentas em 2012:

- os clientes da Cortal Consors France, sociedade de corretagem online, e da Wealth Management podem apoiar-se num novo produto "o Révélateur ISR" criado em 2012. Responde à necessidade de esclarecer a natureza dos fundos ESG e permite medir a intensidade de ISR de um fundo;
- na Cortal Consors Allemagne, os clientes que pretendem associar rentabilidade e responsabilidade podem consultar o "SRI FundsFinder", uma ferramenta online que permite excluir setores ou critérios;
- na perspetiva ambiental, os clientes da Cortal Consors France podem consultar a "classificação verde", que mede as emissões de carbono das empresas nas quais os fundos investem. Na perspetiva social, a "classificação emprego" avalia, desde 2011, para 475 Fundos de ações europeus, o número de empregos criados ou destruídos num ano pelas sociedades presentes nos fundos;
- O BNP Paribas Securities Services oferece desde então a possibilidade aos gestores de ativos de realizar o relatório extra-financeiro dos seus fundos ISR.

Finalmente, sensibilizar os particulares ao investimento responsável permanece um objetivo essencial e o Grupo empenha-se nisso todos os anos, realçando-se a semana do ISR.

Durante essa semana, o guia prático ISR, destinado aos particulares, é amplamente difundido. Criado em 2010 e atualizado todos os anos, responde às principais questões do grande público e contribui, assim, para melhorar a perceção da abordagem ISR. Em 2012, foram distribuídos 3000 exemplares nos centros da banca privada em França e, além disso, o guia foi tornado acessível no website do Banco.

PRODUTOS COM IMPACTO SOCIAL POSITIVO

Na continuidade das iniciativas lançadas em 2011, o BNP Paribas desenvolveu produtos e serviços inovadores, especialmente concebidos para clientela frágil ou com necessidades especiais. O Grupo continuou igualmente a sua atividade de consultoria filantrópica, para orientar os seus clientes para investimentos de forte valor acrescentado.

- A Cetelem tinha inovado em 2011, ao propor um crédito pessoal para jovens com contrato a termo certo. Facilitando a sua entrada na vida ativa e levando em conta a sua situação precária, tomou assim acessível o crédito a pessoas com contratos a termo certo que, até então, não tinham ou tinham pouco acesso ao crédito. Esta oferta traz-lhes soluções para arrancar a sua vida ativa e financiar os seus projetos, seja adquirir um veículo, fazer obras ou equipar uma habitação. A duração, a taxa desses créditos e os respetivos reembolsos são personalizados e adaptados ao orçamento dos clientes.

Em 2012, o BNP Paribas Personal Finance financiou 7.003 ficheiros de clientes com contratos a termo certo no valor de 44 milhões de euros.

(1) Incluindo os ativos geridos e os ativos aconselhados aos clientes externos.

- O BNP Paribas Cardif France iniciou um programa proativo com vista a melhorar o acesso aos seguros junto das populações com um risco agravado de saúde. Esta iniciativa leva em conta diversos parâmetros, nomeadamente o progresso da medicina, a melhoria do acompanhamento médico e o posicionamento competitivo, com o objetivo de afinar a os preços aplicados sobre uma patologia identificada. Em 2008, os trabalhos debruçaram-se sobre a asma; em 2009, sobre a paraplegia; e nos anos 2010/2011, sobre as patologias coronárias e a tetraplegia. O estabelecimento dos preços referentes a estas duas últimas patologias foi realizada no fim de dezembro de 2011. De facto, a aplicação destes preços foi realizada no início de 2012. No decurso de 2012, o BNP Paribas Cardif conduziu trabalhos de análise sobre novas patologias que devem estar concluídos no corrente ano de 2013.

Nos países emergentes, o Grupo desenvolveu soluções adaptadas às necessidades das populações locais.

Em numerosos países (Magreb, África subsaariana...), as taxas de penetração bancária permanecem muito fracas, o que trava o desenvolvimento das economias locais. A equipas de International Retail Banking (IRB) desenvolveram, portanto, ofertas simplificadas de acesso aos serviços bancário a preços largamente inferiores aos dos pacotes de entrada de gama habituais.

- Os BICI (Bancos Internacionais de Comércio e Indústria) do Grupo lançaram, no Senegal, na Costa do Marfim, no Mali e em Burkina Faso,

através de uma campanha de comunicação comum,

o "Pack Trankil" destinado a pessoas com baixos rendimentos. Podem dispor de uma conta bancária, de um cartão de débito, de um serviço SMS para acompanhar a sua conta à distância com toda a segurança e beneficiam de conselhos num centro de relação com o cliente - tudo por 1,50 euros por mês. Em 2012, foram abertas 36.057 contas.

- Em Marrocos, numa iniciativa semelhante, o "Pack Mertah", posto em prática em 2011, inclui uma conta bancária, um cartão de débito, uma conta poupança, alertas SMS e uma linha de crédito. 2.048 particulares beneficiaram dela em 2012.

Finalmente, o Grupo, no quadro das suas atividades de consultoria, mobiliza toda a sua experiência para incitar alguns dos seus clientes a realizar operações de impacto social positivo. Em particular:

- O BNP Paribas Wealth Management foi designado "1º Banco Privado mundial em serviços filantrópicos" pelo The Banker e Professional Wealth Management (Grupo Financial Times). O Júri, composto por 8 peritos do setor baseados nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, mede não apenas o êxito das estratégias postas em prática mas também a capacidade de adaptação da oferta, bem como a qualidade da relação com os clientes. Esta distinção saúda a qualidade da oferta de acompanhamento no domínio da filantropia, desenvolvida há vários anos pela banca privada do Grupo.

7.3 Responsabilidade social: desenvolver uma gestão empenhada e leal dos recursos humanos

O Grupo está empenhado em exercer práticas leais em relação aos seus colaboradores e um diálogo social de qualidade. O BNP Paribas recruta e forma vários milhares de novos colaboradores todos os anos a nível mundial, nomeadamente em França, e faz da diversidade, sob todas as suas formas, um compromisso forte e avaliado, fixando-se objetivos precisos quanto à promoção das mulheres. Em matéria de emprego, o BNP Paribas dá prioridade à reclassificação, favorecendo a mobilidade interna e a formação, e empenhou-se, nos seus quatro mercados internos, onde a dimensão e a diversidade das atividades o permitem, em excluir as partidas forçadas, graças a uma gestão social responsável. No quadro da sua responsabilidade social, o BNP Paribas assumiu os seguintes compromissos:

- compromisso 4: o recrutamento e a formação;
- compromisso 5: a diversidade;
- compromisso 6: a gestão solidária do emprego.

OS VALORES E PRINCÍPIOS DE GESTÃO DO GRUPO

Os valores do BNP Paribas, escolhidos em 2000, exprimem a vontade de mobilizar o conjunto dos efetivos em torno do projeto estratégico do Grupo. Têm uma vocação federadora, que permite reunir mulheres e homens de diferentes origens num sentimento de forte pertença ao Grupo. São orientados para a ação, quer se trate de comportamento individuais ou coletivos.

Reatividade – Ser rápido na avaliação das situações e das evoluções, bem como na identificação de oportunidades e riscos; ser eficaz na tomada de decisões e na ação.

Criatividade – Promover as iniciativas e as novas ideias; distinguir os seus autores pela sua criatividade.

Compromisso – Empenhar-se no serviço aos clientes e no êxito coletivo, ser exemplar nos seus comportamentos.

Ambição – Desenvolver o gosto do desafio e da liderança; ter vontade de ganhar em equipa uma competição cujo árbitro é o cliente.

Quatro princípios de Gestão permitem reforçar a coesão e o sentimento de pertença, tomando as práticas de gestão mais explícitas no seio de um Grupo que vem a sofrer há vários anos de profundas mudanças: forte crescimento externo, internacionalização das equipas após o impacto da crise financeira e económica.

Foco no cliente – Dar às nossas equipas a vontade de inovar ao serviço do cliente, estando o interesse do cliente sempre no núcleo da nossa ação.

Empreender com plena consciência dos riscos – Assumir em pleno a responsabilidade das iniciativas de desenvolvimento e de eficácia operacional, o que pressupõe agir de modo interdependente e cooperativo com outras entidades, ao serviço do interesse geral do Grupo e dos seus clientes; estar permanentemente atento aos riscos relevantes dentro do nosso perímetro de responsabilidade e dar aos nossos colaboradores a autonomia e os meios de fazer o mesmo.

Valorizar as pessoas – Estar atentos aos nossos colaboradores, respeitá-los, desenvolver as suas competências e promover a diversidade de talentos.

Exemplaridade – Dar o exemplo nos nossos comportamentos e na nossa ética, respeitando a lei, aplicando as regras da Conformidade e adotando um comportamento socialmente responsável.

UMA ESCUTA ATIVA DOS COLABORADORES COM O GLOBAL PEOPLE SURVEY: O ORGULHO DE PERTENÇA MANTÉM-SE NOS 84%

Com uma taxa de participação recorde de 71% dos 173.835 efetivos sondados (+7 pontos) e 68 questões feitas em 21 línguas nos 69 países, o inquérito revelou que o orgulho de pertencer ao Grupo permanece elevado, nos 84% (estável) apesar da crise. A confiança dos colaboradores nos dirigentes do Grupo está reforçada, com 72% (+2 pontos) e o sentimento de que as suas decisões são coerentes com os valores do BNP Paribas obteve 64% (+2 pontos).

Também sobressai uma melhor perceção da gestão de proximidade, que continua a melhorar sensivelmente: dá um "feedback" regular a 66% (+3 pontos), contribui para resolver problemas das equipas para 77% (+1 ponto) e é exemplar para 70% (+2 pontos). O score global dos Princípios de gestão sobe 2 pontos, para 69%, para o conjunto dos inquiridos que responderam. Duas questões abertas: "o que mudaria prioritariamente na sua empresa e como?" e "o que aprecia mais na sua empresa?" geraram mais de 95.000 comentários livres, demonstrando assim o interesse dos colaboradores neste exercício.



O RECRUTAMENTO E A FORMAÇÃO

Com 18.737 recrutamentos, dos quais mais de 1900 em França, o compromisso de recrutar mais de 15.000 novos colaboradores em 2012 foi ultrapassado.

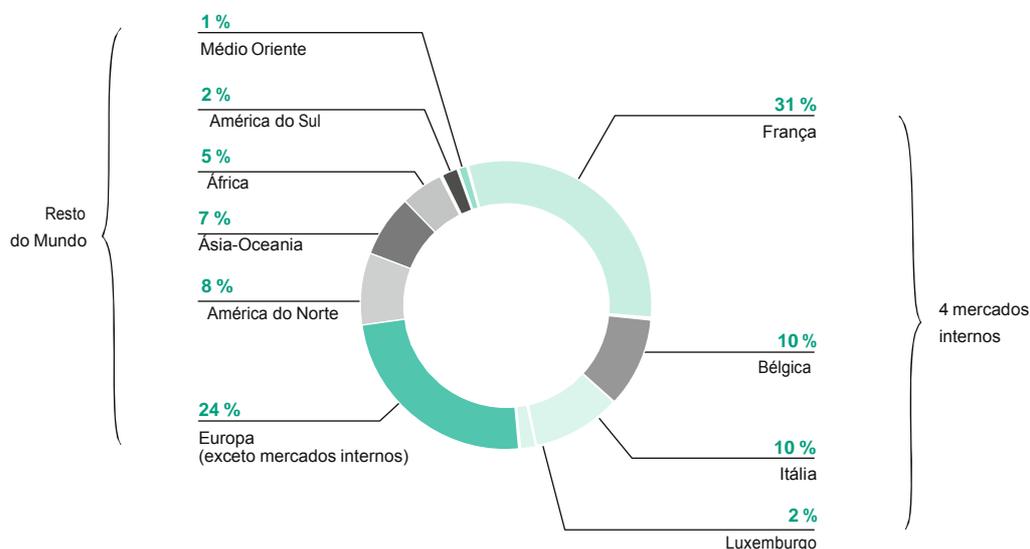
nomeadamente devido a duas operações significativas (a entrada de Personal Finance Russie, em Sberbank, e a venda de Klépierre) que geraram uma redução de efetivos de 4.760. No final de 2010, os efetivos geridos pelo Grupo eram de 196.279 ETP.

Em 2012, a repartição dos efetivos por zona geográfica, representando 163 nacionalidades em 78 países, permaneceu relativamente estável em relação a 2011. A parte dos efetivos nos quatro mercados internos (França, Bélgica, Itália, Luxemburgo) consolida-se ligeiramente em 53%.

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

No final de 2012, os efetivos geridos pelo Grupo atingiram 188.551 ET I (Equivalente Tempo Inteiro – 173 808 ETI em efetivo financeiro(1)), uma redução relativamente a 2011 (198.423 ETP),

➤ REPARTIÇÃO DO EFETIVO TOTAL POR ZONA GEOGRÁFICA

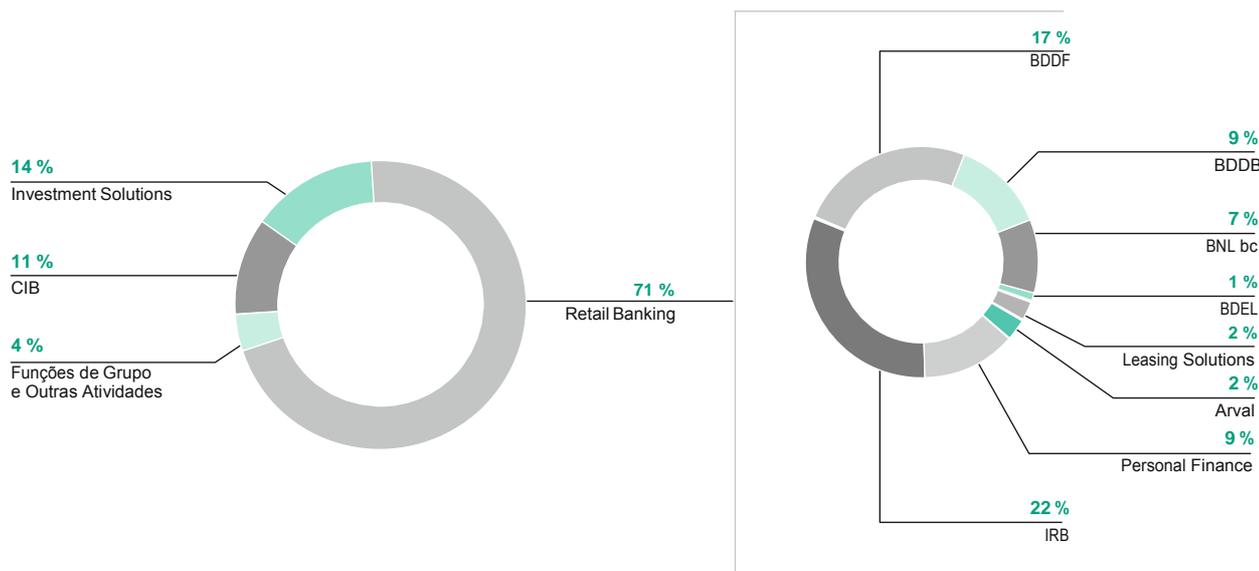


(1) Trata-se do efetivo equivalente a tempo inteiro (ETI gerido) ponderado pelo método de consolidação financeira do ano.

➤ EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS NO DECORRER DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

	2002	2007	2012	
França	52 586	62 844	58 544	} 4 mercados domésticos
Itália	2 319	19 901	18 583	
Bélgica	464	829	18 184	
Luxemburgo	966	1 422	3 984	
Europa (exceto mercados domésticos)	14 761	41 558	45 954	} Resto do mundo 43 302
América do Norte	9 925	15 046	14 913	
Ásia-Oceânia	3 639	9 409	14 128	
África	5 052	6 692	8 597	
América latina	1 022	3 287	3 589	
Médio Oriente	700	1 700	2 074	
TOTAL	87 685	162 687	188 551	

➤ REPARTIÇÃO DOS EFETIVOS POR DOMÍNIO DE ATIVIDADE



RECRUTAMENTO

Num contexto difícil, o BNP Paribas continua a recrutar e permanece um empregador de referência apreciado

Com 18.737 novos recrutados no mundo, o compromisso do BNP Paribas de recrutar 15.000 novos colaboradores em 2012 foi largamente ultrapassado. Perto de 60% dos recrutamentos são na Europa, dos quais 10% são em França. O BNP Paribas consolida assim a sua dimensão de banco europeu. Ainda assim, os maiores recrutadores são, por ordem decrescente, os Estados Unidos, a Turquia, a Índia e a França, seguidos pela Rússia, a Ucrânia e a Bélgica. O recrutamento externo permanece, assim, elevado, num contexto onde a prioridade é dada à mobilidade interna.

Apesar de uma deterioração da imagem do setor bancário, o BNP Paribas permanece o 1º banco citado pelos estudantes e mantém-se nas diferentes classificações "Marca Empregador" nos seus mercados domésticos. O Grupo está, respetivamente, classificado em:

- 6º em França (Universum, sondagem realizada a universitários);
- 7º na Bélgica (sondagem TNS);
- 7º na Itália (sondagem Cesop Communication, realizado a jovens licenciados).

Uma política de parceria com as escolas e as universidades: nos 4 mercados domésticos, a formação dos jovens em empresa é uma prioridade

Fortemente empenhado junto dos jovens, o Grupo desenvolve as suas relações junto das universidades e das escolas, a fim de favorecer uma melhor compreensão do conjunto das suas áreas de intervenção e uma melhor inserção dos jovens no mundo profissional.

Em França, o Grupo integra 1.574 novos estudantes-trabalhadores (+11,6%) elevando o seu número a 2.339 no Grupo no final de 2012. Estes jovens estudam para obter os diplomas de ensino médio e ensino superior (bac+2 e bac+5) e recebem, paralelamente, uma formação na sua futura área de intervenção, enriquecida com uma experiência que lhes permitirá ficarem operacionais desde a obtenção do seu diploma. Graças a estas formações, a empresa dispõe de um viveiro de jovens licenciados formados nas suas áreas de intervenção e na sua cultura, e cujo potencial foi avaliado pela empresa durante um longo período de tempo. Ascensor social e fator de integração, a alternância permite receber um salário durante a formação. Em 2012, o Grupo recrutou 52% dos estes estudantes-trabalhadores empregáveis com contratos por tempo indeterminado (CTI). A fim de assegurar uma presença digital completa junto dos jovens, a França lançou as suas páginas de Facebook e Pinterest no verão de 2012. A sua conta de twitter foi classificada em quinto lugar das contas de RH mais influentes pelo gabinete Althéa.

O BNP Paribas Fortis reforçou a sua abordagem dinâmica e criativa de candidatos, propondo duas novas animações na sua página do Facebook: uma aplicação "Social Scan", que permite descobrir ludicamente o modo como os nossos "amigos" nos veem e uma série web

"sh*t applicant say", que parodia de modo voluntariamente exagerado as entrevistas de emprego. Estas duas animações são muito apreciadas e retransmitidas muito para além das fronteiras belgas.

O Grupo concluiu uma parceria global com a Universidade Bocconi, de Milão, cujo principal objeto é acolher estagiários, várias vezes por ano, no seio das diferentes áreas de intervenção. A Itália renova os seus "BNL recruiting Day" e "OrientaMente", que permitem à BNL receber milhares de CV de estudantes para participar nestes dias de recrutamento e coaching. Estas iniciativas ilustram a vontade de estar próximo dos jovens, de utilizar a sua linguagem e as suas ferramentas para suscitar o seu envolvimento e aproximar-se assim de jovens talentos promissores, para lhes propor postos de trabalho no Grupo.



As contratações e os despedimentos (perímetro do Grupo)

➤ MOVIMENTOS: ENTRADAS POR TIPO DE CONTRATO(*)

	Homens	Mulheres	Total
Recrutamentos de CTI	7 988	9 579	17 567
Transformações de CTD em CTI	504	666	1 170
TOTAL	8 492	10 245	18 737
%	45,3 %	54,7 %	
Dos quais mercados domésticos	40,2 %	59,7 %	11 143
Dos quais França	44,5 %	55,4 %	1 927

(*) Efetivo físico.

➤ MOVIMENTOS: MOTIVOS DE SAÍDAS DOS CTI

	Homens	Mulheres	Total
Reformas/pré-reformas	1 333	821	2 154
Demissões	5 479	7 056	12 535
Despedimentos(*)	1 847	1 870	3 717
Roturas convencionais	157	138	295
Planos de saídas auxiliadas	366	268	634
Outro final de contrato permanente	1 794	2 797	4 591
TOTAL	10 976	12 950	23 926

(*) Em França, os motivos dos 390 despedimentos são as insuficiências profissionais, as inaptidões e as faltas.



A organização do tempo de trabalho

➤ TIPO DE CONTRATO(*)

	Homens	Mulheres	Total	%
Número de CTI	89 627	93 207	182 834	97%
Número de CTD	2 278	3 439	5 717	3%
TOTAL	91 808	96 548	188 551	100%

(*) Equivalente Tempo Inteiro.

➤ TEMPO PARCIAL(*)

	Homens	Mulheres	Total	%
Número de funcionários a tempo parcial	1 733	13 258	14 991	100 %
Tempo parcial a 80% ou mais	1 100	8 921	10 021	66,8 %
% de funcionários a tempo parcial	2,4%	17,6 %		10,2 %
% de funcionários a tempo parcial por género	11,6 %	88,4 %		100 %

(*) Efetivo físico sobre 76% do efetivo do Grupo.

O absentismo

A taxa de absentismo(1) do Grupo, calculada sobre 21 países representando 69% do efetivo, é de 2,6%, mais 2,8% de ausências por maternidade/paternidade. Para os mercados domésticos, eleva-se a 3,5% em França, mais 2,2% de maternidade/paternidade (3,5% e 2,1% em 2011); 2,5% em Itália, mais 1,6% de maternidade/paternidade (2,6% e 2,2% em 2011); 2,7% na Bélgica, mais 0,5% de maternidade/paternidade (3,6% e 0,8% em 2011); e 2,5% no Luxemburgo, mais 1,2% de maternidade (4% e 2,8% em 2011).

AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS EM MATÉRIA DE FORMAÇÃO: UMA CULTURA PARTILHADA

A cultura de empresa no seio de um grupo de dimensão significativa constitui um cimento que reforça o sentimento de pertença e fideliza os colaboradores. A fim de difundir a cultura do Grupo no conjunto do seu perímetro, por intermédio da formação, foram desenvolvidas ferramentas transversalmente nas diferentes regiões do mundo.

Lugares onde se forja e se reforça a cultura do Grupo

O Campus BNP Paribas(2)

Situado num quadro excepcional próximo de Paris, a sua missão é desenvolver as competências dos colaboradores, constituindo ao mesmo tempo um espaço de troca numa moldura federativa. Reúne colaboradores vindos de todas as áreas de intervenção, de todos os países e de todas as culturas. Em 2012, perto de 30.000 estagiários foram lá acolhidos para participar em seminários de integração, em formações em áreas de intervenção ou transversais, bem como em acontecimentos marcantes para o Grupo.

(1) A taxa de absentismo abrange as doenças, os acidentes, as doenças profissionais e eventualmente as outras licenças remuneradas autorizadas.

(2) Todas as informações relativas ao Campus estão disponíveis na Internet em quatro línguas: francês, inglês, italiano e neerlandês no seguinte endereço : <http://www.campus-louveciennes.bnpparibas.com>.

As Academias do Grupo

A fim de reforçar a cultura de empresa e o desempenho de gestão, o BNP Paribas dotou-se de duas academias: uma Risk Academy e a Management Academy.

A Risk Academy: Depois de ter posto em prática uma governança participativa (Comité diretor composto por representantes das áreas de intervenção), a Risk Academy continuou a sua implantação com a difusão das Práticas fundamentais de risco. A sua oferta foi enriquecida com a implementação do programa Risk Essentials, a criação de novos módulos de e-learning e o início de um ciclo de conferências. Esta oferta foi concebida para ser utilizada nas diferentes áreas de intervenção e para ser alargada segundo as necessidades identificadas.

A Management Academy: Esta segunda academia apoia-se numa estrutura e numa abordagem semelhantes, e dirige-se mais particularmente à população dos Seniors Managers, como retransmissor essencial da cultura de gestão do Grupo. Os seus objetivos foram afinados a fim de:

- reforçar o sentimento de pertença ao Grupo;
- difundir a estratégia e dar chaves de leitura sobre o ambiente;
- favorecer o desenvolvimento empresarial ligado aos 4 Princípios de Gestão.

Numa ótica de desenvolvimento em conjunto do Grupo, a Management Academy acompanha as áreas de intervenção na definição e na implementação de ações específicas aos gestores do seu perímetro, nomeadamente pela via do acesso a recursos comuns. O desenvolvimento das academias apoia-se num portal Intranet, num ciclo de conferências e numa oferta de formação.

Um esforço sustentado em prol do desenvolvimento das competências e da integração

A formação ao serviço da eficiência profissional

Num contexto económico ainda difícil para a indústria bancária, o Grupo continua o seu esforço de adaptação graças a uma forte mobilização de todos. Cada colaborador deve contribuir para atingir os cinco desafios (de imagem, comercial, administrativo, regulamentar, de criação de valor) que o Grupo identificou e é preciso poder contar com o empenho de cada um para promover o desenvolvimento de competências: foi desenvolvida uma Carta da formação nesse sentido. Nela se precisam os papéis e as responsabilidades dos diferentes agentes, se explicitam os instrumentos disponíveis para cada um e se relembram os objetivos da formação:

- valorizar e fidelizar os colaboradores,
- veicular a cultura e as mensagens estratégicas do Grupo,
- elevar o nível de desempenho dos colaboradores,
- desenvolver a sua empregabilidade e a sua mobilidade no seio da empresa.

➤ FORMAÇÕES E-LEARNING (PERÍMETRO GRUPO)

	2011	2012	
		H: 50,5 %	F: 49,5 %
Número de funcionários	37 185	66 241	
Número de módulos terminados	81 588	238 962	

➤ FORMAÇÃO : NÚMERO TOTAL DE HORAS E DE FUNCIONÁRIOS (PERÍMETRO GRUPO*)

	2012
Número total de funcionários que assistiu no mínimo a uma formação	136 918
Número total de horas de formação	4 208 901

(*) Efetivo físico sobre 77% do efetivo do Grupo.

Fidelizar e motivar os colaboradores a longo prazo

O Grupo dá uma atenção especial à integração dos novos colaboradores. Os dispositivos de integração permitem que os novos funcionários descubram o BNP Paribas e situem as suas atividades relativamente ao conjunto das áreas de intervenção. O percurso de integração ao nível do Grupo permite articular coerentemente as ações implementadas nas regiões e nas áreas de intervenção. Existe um espaço Intranet em quatro línguas que lhes é dedicado.

São propostas formações em gestão, particularmente importantes, ao nível do Grupo e em diferentes países (Bélgica, Itália, Turquia, Estados Unidos, etc.) num enquadramento de percurso aliando várias modalidades de aprendizagem.

Finalmente, o Grupo concentra-se em fazer evoluir e a equilibrar as modalidades pedagógicas do conjunto da oferta de formação, reservando ainda assim um lugar privilegiado ao seminário, lugar de experimentação e de partilha. Oferece, assim, diferentes suportes aos colaboradores, graças ao "blended learning", que combina modos de aprendizagem à distância e presenciais.

O programa de formação de e-learning foi enriquecido em 1.825 novos módulos, numa escolha de 2.718 (1.073 em 2011) em 5 línguas, acessível a todos os colaboradores. Entre os utilizadores, 62% terminaram mais de um módulo e 9% realizaram 10 módulos ou mais.



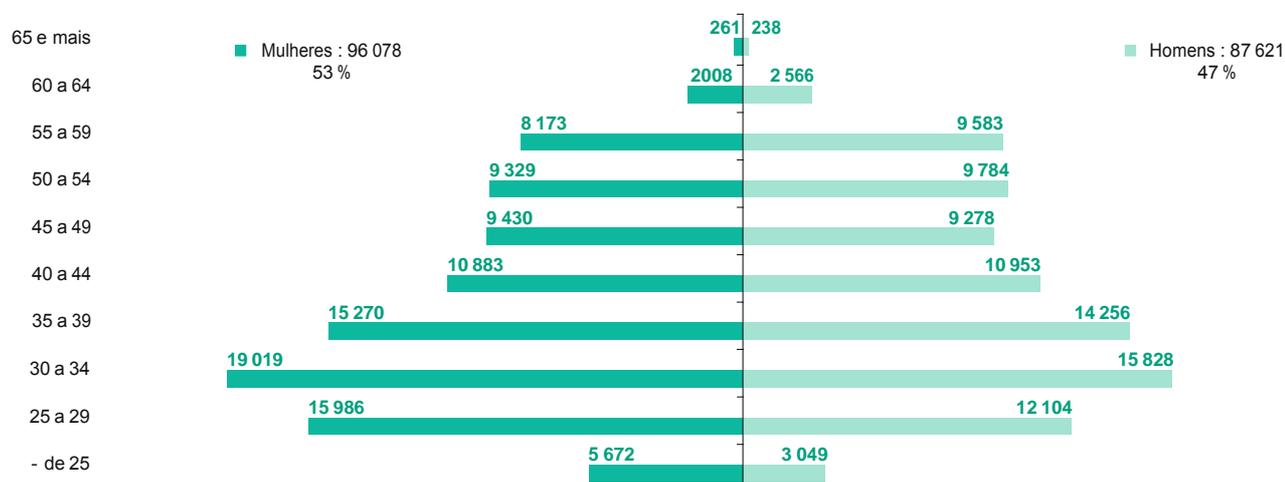
ADIVERSIDADE

AO NÍVEL DO GRUPO

O orgulho de pertença alimenta-se também de uma percepção positiva da promoção da diversidade em progressão. A política de Diversidade do BNP Paribas baseia-se num princípio-chave: valorizar cada indivíduo, respeitando todas as diferenças, através de ações do Grupo e locais para promover a diversidade. Para alcançar esse objetivo, o Grupo deve prevenir os riscos e lutar contra a discriminação, respeitando simultaneamente as leis e as culturas de cada país. A discriminação foi definida como um dos 30 principais riscos operacionais em conformidade com o compromisso assumido pelo Grupo e comunicado a todos os funcionários desde 2007.



➤ REPARTIÇÃO DOS EFETIVOS DO GRUPO POR IDADE E POR SEXO(*)



(*) Efetivo físico sobre 95% do efetivo do Grupo.

A idade média no Grupo é de 40,1 anos e a antiguidade média de 11,8 anos.

A pirâmide de idades do Grupo permanece globalmente equilibrada. Abrange realidades diferentes, marcadas por um predomínio das faixas etárias mais jovens na maior parte das áreas de intervenção do Grupo e uma forte proporção de seniores nas redes da banca de retalho na Europa Ocidental.

Essa diversidade de situações conduziu a privilegiar políticas definidas localmente em função das situações.

A diversidade nos nossos órgãos de chefia

No Conselho de administração

A 31 de dezembro de 2012, a taxa de representação das mulheres entre os catorze administradores eleitos pelos acionistas era de 35,7%. Além disso, o Conselho inclui dois administradores eleitos pelos funcionários, sendo um deles uma mulher.

No Comité Executivo

Em 2012, uma mulher, Marie-Claire Capobianco, e 3 membros não franceses tiveram assento no Comité Executivo, cuja taxa de internacionalização é de 16,7%.

Estão representadas oito nacionalidades entre os 100 quadros dirigentes (G100) que agora incluem 11 mulheres e 23 não franceses, repartidos por 14 países.

Feminização e internacionalização do Senior Management⁽¹⁾

O objetivo de 20% de mulheres Senior Managers no final de 2012 foi atingido

Sendo a mistura na empresa um fator de eficiência, Baudouin Prot comprometeu-se em 2009 a que 20% dos lugares de Senior Management do Grupo fossem ocupados por mulheres no final de 2012 (contra 16% para uma população comparável em 2009). O objetivo foi atingido e a Direção Geral acabou de fixar um novo objetivo de 25% de mulheres Senior Managers até ao final de 2014.

A composição do Senior Management tende a refletir a dimensão internacional do Grupo, com 38% de Senior Managers não franceses, de 52 nacionalidades repartidos em 59 países.

(1) O Senior Management do Grupo é composto por colaboradores que ocupam as 2.200 posições consideradas pelos Comitês Executivos do conjunto dos Domínios de atividades/Entidades Operacionais/Funções de Grupo como as posições com o impacto mais importante sobre os planos estratégico, comercial, funcional e de especialização.

A política de luta contra as discriminações e as medidas tomadas em prol da igualdade entre as mulheres e os homens: ações ao nível do Grupo

Foi criada uma Governança Diversidade com 26 "Diversity Officers" encarregados da implementação da política de Diversidade dentro de cada domínio de atividade/país do Grupo no mundo. Foi lançado um comité de Diversidade do Grupo em outubro de 2012, que se reunirá 2 vezes por ano, o que permitirá coordenar grupos de trabalho sobre temas transversais, como o da igualdade profissional. Foi difundido um panfleto sobre Diversidade, a fim de apresentar a política de Diversidade do Grupo, e a newsletter Diversit-e-News, que apresenta as principais boas práticas implementadas no Grupo, tornou-se semestral.

Os resultados do GPS mostram uma evolução sempre positiva da percepção dos colaboradores sobre as ações instituídas pelo Grupo para a promoção da diversidade: 62% em 2012, ou seja, uma progressão de 7 pontos em 4 anos.

O CIB organizou diversas ações globais em prol da diversidade com a criação do "Global Diversity Leadership Council" (GDLC), comité com o objetivo de assegurar a consideração da diversidade na estratégia dos Recursos humanos e dentro das áreas de intervenção. Além disso, a "Women's Leadership Initiative" (WLI) é um programa de um ano com o objetivo de aumentar o número de mulheres em lugares de direção. Foi lançado em torno de três eixos: aumentar a sua visibilidade junto da direção, dar-lhes mais oportunidades de progredir e de desenvolver a sua ambição como motor da sua progressão de carreira. Foram selecionadas 28 mulheres de elevado potencial para esta nova iniciativa. Finalmente, o CIB lançou um módulo de formação sobre igualdade de oportunidade, denominado "Managing for equal opportunities" a fim de sensibilizar os dirigentes para a política do Grupo em matéria de luta contra a discriminação, para os riscos ligados à discriminação no meio profissional e para os estereótipos que podem culminar em práticas discriminatórias no seio das equipas. O BNP Paribas Real Estate lançou um programa internacional denominado "Women in Leadership" (4 conferências sobre o tema da diversidade para descodificar os estereótipos e um percurso de formação específico, que reúne uma promoção de 40 mulheres europeias identificadas como potenciais BNP Paribas Real Estate).

➤ IDADE MÉDIA DE SAÍDA DOS FUNCIONÁRIOS DE 55 ANOS E MAIS NOS 4 MERCADOS DOMÉSTICOS

	2010	2011	2012
França	60,02	60,04	60,50
Bélgica	59,35	58,41	59,72
Itália	58,84	59,52	60,13
Luxemburgo	58,85	58,45	58,70
TOTAL	59,7	59,4	60,2

A medidas tomadas em prol do emprego e da inserção de pessoas com incapacidade

Em nove países, abrangendo 48% dos efetivos, foram assinados acordos coletivos em prol das pessoas em situação de deficiência. Mais de 2.600 trabalhadores deficientes foram contabilizados no Grupo em 2012, repartidos por 17 países, dos quais mais de uma centena de recrutamento nos 7 países. Fora da Europa, entre os países com mais de 500 funcionários, apenas o Japão e o Brasil indicam contabilizar pessoas em situação de deficiência entre os seus efetivos.

O BNP Paribas Personal Finance foi a primeira empresa francesa a obter a primeira marca europeia para igualdade profissional mulher/homem certificada pelo Bureau Veritas em 3 países (França, Itália, Espanha).



São propostas numerosas formações ou ações de sensibilização sobre a diversidade aos colaboradores em 12 a 17 países, dependendo dos temas (luta contra a discriminação e os estereótipos, igualdade de tratamento, igualdade profissional H/M) ou, por vezes, reservadas aos dirigentes. Estas ações são, por vezes, formalizadas em acordos coletivos, em 5 a 12 países, dependendo dos temas (igualdade de tratamento, luta contra a discriminação, igualdade profissional H/M, diversidade etária).

O desenvolvimento de redes

A associação BNP Paribas MixCity obteve um forte êxito, com 700 aderentes em França, perto de 1.000 membros na Bélgica (dos quais 17% são homens) e cerca de 200 aderentes em Itália. De notar a criação de novas redes de mulheres em vários países (Luxemburgo, Itália, Hong-Kong e Singapura), a juntar-se aos que já existiam (Bahrein, Londres e Nova Iorque) com uma interligação cada vez mais importante entre estas diferentes redes. A partir de agora, onze países têm redes de mulheres ou ligadas à igualdade profissional H/M, cinco ligadas à origem étnica, três sobre a diversidade etária e dois sobre a orientação sexual.



No que se refere à manutenção no emprego dos seniores, a idade de saída por reforma dos funcionários de mais idade aumentou ligeiramente nos 4 mercados domésticos.



➤ **NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NOS 4 MERCADOS DOMÉSTICOS**

	2010	2011	2012
França (dos quais BNP Paribas SA)	1 057 (893)	1 144 (983)	1 248 (1 088)
BNP Paribas Fortis na Bélgica	nd(*)	59	68
Itália (dos quais BNL)	nd(*)	532	635 (513)
Luxemburgo (dos quais BGL BNP Paribas)	nd(*)	35	36 (27)

(*) nd : não disponível.

INICIATIVAS LOCAIS

Em França

O objetivo de 46% de mulheres no quadro no final de 2012 no BNP Paribas SA está quase atingido, com 45,8% (contra 45% em 2011), e 44% em 2010, ao passo que o conjunto da profissão se fixou um objetivo de 40%. Em França, as mulheres representam 45% dos quadros e 30% dos quadros de direção.

O BNP Paribas obteve a renovação da marca Diversidade em França, por uma duração de 4 anos a contar de julho de 2012. Uma nova filial, o BNP Paribas Personal Investors, juntou-se ao perímetro. Um "serious game" Diversidade foi difundido junto dos 2.300 Diretores de agência do BDDF para promover o "Espírito de Diversidade do BNP Paribas". No quadro da sua política de parentalidade, várias entidades do Grupo (RH Groupe, Investment Partners, CIB Structured Finance) organizaram "Dias da família em Empresa". Perto de 450 filhos de colaboradores puderam assim descobrir o escritório dos seus pais e participar em ateliers ludo-pedagógicos. Estas iniciativas inscrevem-se na continuidade de operações em torno do tema da parentalidade, organizadas por várias entidades em França e internacionalmente, implicando os filhos dos colaboradores.



O BNP Paribas SA assinou um acordo em prol do emprego dos seniores, cujo objetivo essencial é propor dois dispositivos de tempo parcial complementado, a fim de apoiar uma transição entre a atividade profissional e a reforma, através de uma redução do tempo de trabalho no final da carreira.

O segundo acordo do BNP Paribas SA em prol do emprego das pessoas com deficiência, assinado por 4 anos (2012 – 2015), dá os seus frutos, uma vez que já foram recrutadas 46 pessoas, para um objetivo de 200 recrutamentos em 4 anos (170 entre 2008 e 2011), com o acompanhamento de 228 funcionários ativos que conheceram uma situação de deficiência para lhes permitir manter o emprego (138 em 2011). Este é um eixo essencial da política de e o número de ações de acompanhamento está a subir 53% desde o ano passado, e foi multiplicado por 10 desde 2008. Doravante, o BNP Paribas SA emprega 1.088 funcionários com deficiência, em progressão constante

desde 2007 (983 em 2011), ou seja, uma taxa de emprego de 3% (2,8% em 2011). A equipa Mission Handicap organiza continuamente formações para a fileira dos RH e dirigentes e, doravante, também para os compradores e as equipas encarregadas dos projetos imobiliários, para os funcionários em situação de deficiência, e organiza ações de sensibilização de todos os funcionários sob todas as formas múltiplas.

O BNP Paribas reforça e continua a sua política em prol do emprego direto e indireto das pessoas com deficiência (através de estabelecimentos especializados), o que constitui um importante desafio de responsabilidade social. O número de unidades de deficiência (unidades beneficiárias ligadas à situação de cada funcionário) estabeleceu-se em 1.259,14 e o número de unidades de deficiência complementares geradas pelos trabalhos confiados aos EA (Estabelecimentos Adaptados) e aos ESAT (Estabelecimento e Serviço de Ajuda para o Trabalho) em 25,6, ou seja, um total de unidades beneficiárias (UB) de 1.284,74 (1.166 em 2011).

Fora a renovação da marca Diversidade e a segunda renovação da sua marca Igualdade Profissional, o BNP Paribas Personal Finance concentrou os seus esforços, em 2012, na deficiência, depois do seu primeiro acordo assinado em 2011, com: 14 recrutamentos, 60 manutenções de emprego, mais de 300 dirigentes sensibilizados, uma 3ª edição do Diversity Day que permitiu aos colaboradores mudar o modo como viam a deficiência, em ateliers animados por especialistas e, pelo segundo ano consecutivo, o "Troféu da Diversidade" na categoria Comunicação pela sua campanha de informação e de formação sobre a deficiência.



Na Bélgica

O BNP Paribas Fortis é o primeiro e único banco da Bélgica a ter recebido a "Label Diversidade" da região de Bruxelas. Esta distinção, válida durante 2 anos, reconhece o conjunto das ações empreendidas nestes 2 últimos anos no Banco para lutar contra todas as formas de discriminação. Um Balanço de Diversidade foi editado pelo BNP Paribas Fortis para valorizar a política implementada desde 2009: renovação de 100 agências com acesso para deficientes, contratação em 2012 de 80 jovens "sem rede" para empregos de verão (40 em 2011) com uma taxa de mulheres nomeadas para o lugar de diretora de agência de 48% (51% em 2011). Em 2012, a Diversidade tomou-se um dos 6 objetivos sustentáveis do modelo salarial do BNP Paribas Fortis. O BNP Paribas Fortis prosseguiu com a implementação do seu e-learning anti-discriminação obrigatório (3.700 dirigentes e RH foram sensibilizados no final de 2012, ou seja, 90% do alvo) e lançou um e-learning de Diversidade graças ao qual perto de 14.000 colaboradores foram sensibilizados (ou seja, 80% do efetivo total).

Em Itália

Para além da criação da sua rede de mulheres, o BNL lançou um projeto, "Moms@work", para ajudar as mulheres no regresso da maternidade e formar os dirigentes e os membros de uma comissão sobre a igualdade de oportunidades, bem como um programa, "Competency based mobility project", a fim de promover as pessoas em situação de deficiência. Pelo seu lado, o BNP Paribas Leasing Solutions organizou uma conferência interativa reunindo mais de 100 colaboradoras, para partilhar e trocar ideias em torno dos temas ligados à vida profissional e pessoal.

No Luxemburgo

A direção do BGL BNP Paribas assinou com os representantes do pessoal a Carta setorial em prol da diversidade e da igualdade de oportunidades profissionais. Um Plano, "Diversité Luxembourg 2012-2015", que fixa três eixos prioritários (a diversidade de géneros, de idades e de clientes), foi validado pelo Conselho do BGL BNP Paribas. Foi nomeado um Diversity Officer para o conjunto das entidades, bem como um Comité de Diversidade do Luxemburgo. Finalmente, o BGL BNP Paribas obteve em julho de 2012 o acordo ministerial "Actions positives" do Ministério para a Igualdade de Oportunidades para o seu plano de 34 ações em prol da igualdade profissional entre as mulheres e os homens, e o Diretor de território co-assinou com os Diretores Gerais de cada uma das entidades uma mensagem personalizada que foi enviada à totalidade dos 4.000 colaboradores do território para os sensibilizar e informar do Plano "Diversité Luxembourg".

No Reino Unido

No seguimento da assinatura de Baudouin Prot da Carta dos Women's Empowerment Principles (WEP) em março 2011, o BNP Paribas tornou-se parceiro dos WEP no Reino Unido e organizou a sua primeira Diversity Week, com o objetivo de reforçar o compromisso do BNP Paribas enquanto banco responsável e de sensibilizar e fazer aderir os colaboradores para a Diversidade. A equipa de Diversidade de Londres foi nomeada na categoria "Equipa Diversidade do ano" durante os Troféus Diversidade Europeia. As redes LGBT(1) de Londres e Nova Iorque aproximaram-se e doravante têm o mesmo nome "PRIDE". Vivem um forte desenvolvimento, com a organização de numerosos eventos e

Nos Estados Unidos

O BNP Paribas CIB foi designado "Best Place to Work for LGBT(1) Equality" pela Human Rights Campaign.



(1) Lésbicas Gays Bissexuais e Transexuais.

(2) Fonte: Maplecroft, que identifica 30 países em risco e 65 países em situação preocupante.

está prevista uma implantação na Ásia.

No Golfo

O CIB MEA lançou em outubro de 2012 um "Office Training Incubator", programa de formação profissional que vai permitir a 15 pessoas com deficiência adquirir um conjunto de competências teóricas e práticas, que lhes permitirão progredir na carreira. O objetivo é derrubar as barreiras e oferecer oportunidades iguais aos portadores de deficiência.

PROMOÇÃO E RESPEITO DO ESTIPULADO NAS CONVENÇÕES FUNDAMENTAIS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Relativas:

- ao respeito da liberdade de associação e do direito de negociação coletiva,
- à eliminação das discriminações em matéria de emprego e de profissão,
- à eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, e
- à abolição efetiva do trabalho infantil.

O respeito dos princípios do Pacto Mundial

O Grupo está implantado em 78 países, o que o conduz a exercer as suas atividades em contextos políticos e regulamentares heterogéneos, que exigem uma vigilância particular, para garantir o respeito dos princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas, do qual o BNP Paribas é membro "Advanced", para além de ser membro da comissão de direção do Pacto Mundial em França.

O BNP Paribas realiza uma revisão anual dos países em risco em matéria de respeito dos direitos humanos.(2)

Em 2012, o BNP esteve presente em 8 países de risco, representando 4,8% do seu efetivo total, e em 24 países em situação preocupante, ou seja, 16,2% do seu efetivo total, uma redução em relação a 2011 (6 e 17%).

Nos países mais expostos, cuja regulamentação local é pouco exigente, as regras do Grupo que garantem o respeito do Pacto Mundial aplicam-se aos gestores dos recursos humanos e aos dirigentes para todos os atos de gestão de funcionários. A RSE dos Recursos Humanos do Grupo lançou um projeto de auditoria da situação dos colaboradores, com uma primeira experiência-piloto a concluir-se no Brasil, no final de 2012, e que se deverá desenvolver em 2013.

Além disso, o BNP Paribas é membro fundador da associação de Empresas pelos Direitos Humanos (EDH), com outros sete grandes grupos franceses, e cuja vocação é identificar melhor as modalidades de aplicação dos princípios de respeito pelos direitos humanos fundamentais pelas empresas, e tem como ambição favorecer a promoção deste protejo estratégico junto de outras empresas. Foi posta uma formação à disposição dos dirigentes e responsáveis de recursos humanos sobre os direitos humanos.

Sobre 81% do efetivo mundial, foram identificados cinco funcionários repartidos por três países com menos de 18 anos mas mais de 16 anos.

A GESTÃO SOLIDÁRIA DO EMPREGO

O recurso à formação e à mobilidade interna permitiu evitar as saídas forçadas nos nossos mercados domésticos, com um diálogo social nutrido responsável

UM DIÁLOGO SOCIAL DE QUALIDADE

As relações sociais, a organização do diálogo social, os procedimentos de informação, de consulta e de negociação com o pessoal e o balanço dos acordos coletivos

No quadro das novas disposições regulamentares denominadas Grenelle II, o Grupo reforçou o seu dispositivo de recolha de informações extra-financeiras, em particular sobre o diálogo social, a diversidade, a formação e a saúde e segurança no trabalho nos 25 países com mais de 500 funcionários, abrangendo 83% do efetivo mundial.

➤ NÚMERO DE ACORDOS COLETIVOS ASSINADOS NOS 4 MERCADOS DOMÉSTICOS

	2011	2012
França dos quais (BNP Paribas SA)	73 (6)	69 (8)
Bélgica dos quais (BNP Paribas Fortis)	15 (14)	12 (10)
Itália dos quais (BNL)	56 (25)	51 (30)
Luxemburgo (acordo setorial)	1	1

(*) nd : não disponível.



27 países têm representantes do pessoal e/ou representantes sindicais (incluindo os do Comité Europeu), o que abrange mais de 84% do efetivo do Grupo. Foram organizadas mais de 600 reuniões "oficiais" (excluindo França e Comité Europeu) entre os representantes e as chefias, que permitiram concluir um total de 148 acordos coletivos em 11 países (incluindo em França) sobre temas tão variados como, por ordem decrescente, as remunerações e benefícios sociais, o emprego, a deficiência, a saúde e segurança no trabalho, a diversidade (igualdade de tratamento, luta contra as discriminações, igualdade profissional H/M, diversidade etária) ou, por vezes, o assédio ou o teletrabalho. Os acordos sobre as remunerações e os benefícios sociais foram enumerados nos 10 países abrangendo 57% dos efetivos, e sobre o emprego, excluindo o acordo europeu, em nove países abrangendo 55% dos efetivos. Fora da Europa, Marrocos, Singapura e Brasil assinaram acordos coletivos, mas a Argélia, a Austrália, a Índia e a Ucrânia também têm representantes do pessoal e/ou representantes sindicais.

GESTÃO DO EMPREGO

Primeiro acordo europeu sobre o emprego

O diálogo social europeu foi marcado pela apresentação e discussão, localmente, nos países interessados, e globalmente ao nível do Comité Europeu, de diferentes planos de adaptação das áreas de intervenção CIB, Investment Partners, Leasing Solutions e Personal Finance. As mudanças foram, ao mesmo tempo, transparentes e construtivas e as modalidades implementadas foram planos de adaptação conformes à legislação em vigor e aos compromissos do BNP Paribas sobre uma reestruturação socialmente responsável.

Esse compromisso do BNP Paribas foi reforçado pela assinatura, em julho de 2012, do primeiro acordo social transnacional da história do Grupo, assinado entre a Direção Geral, o Comité Europeu e as federações sindicais europeias UNI e FECEC. Este acordo definiu as regras e as abordagens comuns às entidades do Grupo presentes nos 20 países que compõem o Comité Europeu:

- a abordagem e os instrumentos que permitirão antecipar as mudanças, preparando os funcionários para as evoluções do futuro e permitindo considerar as soluções para a sua situação específica;
- o acompanhamento social dos programas de transformação aplicáveis às entidades desde que estes tenham consequências sobre o emprego.

Em particular em matéria de informação sobre as evoluções, o acordo convida as direções locais a ir mais além das obrigações legais ou regulamentares e "informar regularmente os representantes dos funcionários, no quadro das instâncias ou locais de intercâmbio existentes a nível local ou, na sua ausência, o pessoal". O acordo acrescenta que "nos países onde não existe legislação específica ou representação legalmente organizada dos funcionários, os signatários exprimem o seu interesse para ser posto em prática um lugar de intercâmbio e de concertação entre a direção e o pessoal sobre temas relativos ao emprego".

Para além disso, em caso de uma grande mudança organizacional com consequências significativas sobre o emprego, a direção compromete-se a evitar os despedimentos coletivos e a recorrer prioritariamente a medidas alternativas (não renovação dos contratos precários, recurso à mobilidade em condições enquadradas pelo acordo, pré-reforma, saídas voluntárias).

O texto constitui a primeira parte de uma Carta social europeia, "cujo objetivo é enriquecer-se progressivamente com outras temáticas". Nesse espírito, em abril de 2012, a Hungria decidiu dotar-se de uma Comissão de trabalhadores.

Apresentação de RSE ao CCE e ao Comité Europeu

O Comité Central de Empresas e o Comité Europeu do BNP Paribas consagraram uma meia jornada a refletir e discutir sobre temas de RSE. No Comité Europeu, também participaram responsáveis locais e a agência de notação extra-financeira Vigeo, que apresentou a sua abordagem metodológica de notação, nomeadamente em matéria de política de RH. No seguimento dessa reunião, o Comité Europeu decidiu criar um grupo de trabalho encarregado de definir mais antecipadamente o seu caderno de encargos em matéria de RSE.

UMA POLÍTICA DE MOBILIDADE ACTIVA

A vontade do Grupo é favorecer mais a mobilidade transversa entre as diferentes áreas de responsabilidade e entidades do Grupo.

Para promover a mobilidade interna e assim responder eficazmente às necessidades das áreas de responsabilidade e às expectativas dos colaboradores em matéria de evolução de carreira, o Grupo dotou-se, no final de 2012, de 10 Princípios de Mobilidade, validados pela Comissão Executiva e aplicáveis à totalidade do Grupo. Em particular, as vagas serão preenchidas prioritariamente graças à mobilidade interna, antes de apelar a qualquer recrutamento externo.



O BNP Paribas acentuou o desenvolvimento das ferramentas, informáticas e práticas, nomeadamente e-jobs, a ferramenta de mobilidade interna e internacional implantada em 10 novos países/entidades, permitindo assim que 74% dos colaboradores do Grupo em 30 países tenham doravante acesso aos anúncios publicados. Em 2012, foram publicados 3.641 anúncios de vagas no mundo, 2.228 empregos preenchidos, dos quais 71% por mobilidade interna, e 13.124 candidaturas recebidas. Com mais de 776.700 ligações de colaboradores no ano, é uma média de 60.000 cliques por mês.

Foi editado um Livro Branco, que reúne práticas de mobilidade inovadoras e/ou eficazes levadas a cabo por diferentes países e entidades, para permitir uma real partilha de boas práticas que possam inspirar todas as entidades do Grupo, em todos os países, a fim de responder aos desafios que os esperam em matéria de mobilidade de modo concreto, eficaz e rápido.

Foi criado um Catálogo de Competências Comportamentais do Grupo, referenciando 34 competências comportamentais comuns internas do Grupo, e integrado em diversas ferramentas de gestão de RH, incluindo os e-jobs. Utilizar uma linguagem comum em matéria de competências no quadro da gestão de RH permite fluidificar a mobilidade transversal.

AGESTÃO DAS CARREIRAS

A valorização de todos os talentos graças a políticas codificadas

A gestão de carreira dos colaboradores é realizada na moldura da política definida pela direção de Recursos Humanos do Grupo, segundo um princípio geral de descentralização. Cada colaborador é seguido por um gestor de carreira local, com uma atenção particular a um nível global para duas categorias de populações especificamente identificadas: o Senior Management e os Elevados Potenciais, para a preparação do plano de substituição de pessoal do Grupo.

As ações estruturantes realizadas desde a integração do BNP Paribas Fortis foram continuadas, marcadas nomeadamente pelo lançamento, em novembro de 2012, de uma nova ferramenta informática dedicada às atividades de gestão das carreiras. Baseada numa filosofia aberta e colaborativa, constituirá nos próximos anos uma base propícia para desenvolver práticas de RH mais flexíveis e eficazes ao serviço de uma verdadeira relação de parceria entre Dirigente – Colaborador – RH.

Atualidades do Talent Development Program (TDP)

O Talent Development Program, dedicado a mais de 2.500 colaboradores de elevado potencial de cerca de 70 nacionalidades, prosseguiu a sua implantação geográfica, agora com presença em mais de 60 países. Para além da identificação anual que tem lugar no início do ano, foi lançada uma revisão dos colaboradores previamente identificados (Talent Review Exercise), que permitiu recensear a totalidade das ações de RH conduzidas pelo TDP. Os 3 programas de formação do Grupo acolheram em 2012:

- 100 elevados potenciais experimentados no programa "Leadership for Development" (para favorecer as aptidões de liderança, desenvolver as capacidades empresariais, melhorando a eficiência e o desempenho de gestão),
- 179 colaboradores no âmbito do "Go to Lead" (para reforçar a sua capacidade de cooperar em ambiente multicultural e de várias áreas de intervenção),
- 67 elevados potenciais juniores, no "Share to Lead" (com o objetivo de melhor compreender o contexto do trabalho em equipa e de identificar o seu potencial de melhoria).

Além disso, o TDP "Follow-up Report" de 2012 sublinhou um nítido aumento das iniciativas lançadas a todos os níveis (Domínios de atividade, áreas de responsabilidade e funções do Grupo), como, por exemplo, o mentoring, as formações ad hoc, os eventos/encontros com o Top Management, as missões específicas, bem como o desenvolvimento de planos de sucessões ao nível local. A multiplicação destas ações permitiu, em 2012, que mais do que um em cada dois elevados potenciais delas pudesse beneficiar.

UMA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E DE BENEFÍCIOS SOCIAIS COMPETITIVA QUE TRADUZ UMA VISÃO RESPONSÁVEL DA RELAÇÃO DE TRABALHO DE LONGA DURAÇÃO

As remunerações e a sua evolução

O trabalho realizado, as competências, o envolvimento nas tarefas confiadas e o nível de responsabilidade são remunerados por um salário fixo adequado à experiência adquirida pelos funcionários e as práticas observadas para cada área de intervenção no mercado. O nível das remunerações variáveis é determinado pelos desempenhos individuais e coletivos do ano em relação a objetivos determinados. Estas remunerações variáveis assumem formas diferentes, dependendo das áreas de intervenção.

Mais geralmente, a política de remuneração do Grupo assenta sobre princípios de equidade e de transparência que se traduzem nomeadamente num processo anual mundial único, num sistema de delegação rigoroso que funciona no enquadramento de diretivas do Grupo e numa governança reforçada que se baseia nomeadamente em comissões CRIF (conformidade – risco – finanças), de Direção Geral, e um envolvimento da Comissão de remunerações do Conselho de administração.

O modo de determinação das remunerações variáveis individuais integra a avaliação do desempenho quantitativo e qualitativo relativamente aos objetivos definidos. A apreciação do comportamento profissional de cada um em relação ao respeito dos valores, da deontologia, do espírito de equipa, dos procedimentos do Grupo e da contribuição para o controlo dos riscos (incluindo o risco operacional) é igualmente tida em consideração.

O Grupo mobilizou em 2012 mais de 15 mil milhões de euros de custos com pessoal, comparável ao ano anterior (ver nota 7 Remunerações e benefícios consentidos ao pessoal, do Capítulo 4). A remuneração média anual do Grupo em França eleva-se a 51.477 euros (bruto: fixo e variável) contra 51.075 euros em 2011.

Uma política de remuneração conforme à regulamentação

Em conformidade com a directiva europeia CRD III(1) e com a ordem 97-02, a política de remuneração do Grupo foi atualizada, a fim de assegurar uma coerência entre os comportamentos dos colaboradores cuja atividade seja suscetível de ter uma incidência sobre o perfil de risco da empresa e os objetivos a longo prazo, especialmente em questões de riscos.

A implementação desta política conduziu a diferir uma fração significativa das remunerações variáveis sobre três anos, a submeter o pagamento de cada vencimento ao cumprimento de condições cujo desrespeito pode implicar a perda parcial ou total da fração anual (sistema de "malus") e a indexar uma parte da remuneração variável ao desempenho da ação BNP Paribas, para alinhar os interesses dos beneficiários e dos acionistas.

Assim, para a população implicada, a remuneração variável a título do exercício de 2011 foi diferida para além do ano 2012 em mais de 45% e perto de 50% foi indexada ao desempenho da ação BNP Paribas. As informações a publicar pela aplicação do artigo 43-1 do regulamento 97-02, sobre os membros do órgão executivo e sobre as pessoas cuja atividade profissional tem uma influência significativa sobre o perfil de risco da empresa, serão disponibilizadas no website do BNP Paribas, <http://invest.bnpparibas.com>, antes da Assembleia Geral de 15 de maio de 2013.

(1) Capital Requirements Directive.

Uma variedade de benefícios sociais que traduz uma visão responsável do Banco relativamente aos funcionários

A proteção social

Para além dos dispositivos legais e convencionais, segundo as práticas e os usos locais dos diferentes países nos quais o Grupo está implantado, o Grupo pode outorgar uma cobertura social complementar aos seus colaboradores bem como às suas famílias, para que beneficiem de regimes sociais abrangendo as despesas de saúde e assegurando-lhes uma proteção de elevado nível. Estes regimes de que os colaboradores do Grupo em França beneficiam há vários anos, foram progressivamente alargados para fora de França. Assim, mais de três quartos dos funcionários das entidades/filiais fora de França com mais de 150 funcionários beneficiam de uma cobertura médica e mais de metade deles estão cobertos em caso de invalidez de curta duração. Além disso, existem no Grupo dispositivos de benefícios sociais à la carte ("flexible benefits"), que permitem ao funcionário definir, em certa medida, o nível de cobertura de que deseja beneficiar, entre um painel de benefícios propostos.

Reforça e Poupança

Em numerosos países, os colaboradores beneficiam de planos de pensão com contribuições definidas, que lhes permitem constituir, ao longo de toda a sua vida profissional, um capital que, no momento da reforma, virá complementar as eventuais pensões pagas pelos regimes locais obrigatórios (ver Estados financeiros, nota 7 – Remunerações e benefícios consentidos ao pessoal). Assim, para além da França, mais de 75% das entidades do Grupo com mais de 150 colaboradores oferecem este dispositivo.

Em França, o Grupo acompanha os esforços de poupança voluntária dos funcionários na constituição da sua poupança salarial por um Plano de Poupança Empresa (PEE) e um Plano Poupança Reforma Coletiva (PERCO). Em 2012, o montante acumulado das dotações a título desses planos de poupança salarial foi na ordem dos 51 milhões de euros (dos quais 14 milhões de euros para o PERCO). Por outro lado, a maioria dos funcionários beneficiam de um regime de reforma por capitalização que se junta às pensões pagas pelos regimes nacionais.

Participação dos trabalhadores

Como nos anos anteriores, o BNP Paribas realizou um aumento de capital reservado aos seus funcionários. Entre 169.000 colaboradores elegíveis, mais de 46.000 colaboradores repartidos por 68 países subscreveram a oferta, ou seja, 27%.

Por outro lado, mais de 5.000 colaboradores-chave do Grupo beneficiaram em 2012 de uma atribuição de ações de desempenho a 3 a 5 anos, das quais a totalidade ou parte da aquisição definitiva está submetida ao cumprimento de condições de desempenho. Ficou decidido no início de 2013 não atribuir stock-options e ações gratuitas e estabelecer, em favor de um grupo alvo equivalente de colaboradores-chave um plano de recompensa a meio termo incluindo critérios de RSE.

No final de 2012, a percentagem de detenção direta ou indireta do capital pelos funcionários do Grupo eleva-se a 6% (6,2% em 2011).

Os sistemas de participação dos funcionários nos resultados

Em certos países, existem sistemas coletivos com o objetivo de associar os colaboradores ao desempenho coletivo.

Em França, a título do desempenho de 2012, no quadro do dispositivo de participação e da participação nos resultados, serão pagos 138 milhões de euros e um montante na ordem dos 145 milhões de euros a 68.000 colaboradores elegíveis do Grupo, contra, respetivamente, 128 milhões de euros e 204 milhões de euros pagos a 69.000 colaboradores em 2011.

Na Bélgica, no BNP Paribas Fortis, uma parte da remuneração variável dita "coletiva" está ligada ao cumprimento de objetivos em termos de desenvolvimento sustentável, como a satisfação do cliente, a promoção da diversidade, a melhoria do bem estar no trabalho, a consciência do risco e da conformidade e a redução do impacto negativo do banco sobre o ambiente. Os objetivos foram alcançados em 2012 e 19,5 milhões de euros foram pagos a mais de 18.000 colaboradores.

Cerca de 35 milhões de euros foram pagos em 2012 a 14.000 colaboradores do BNL em Itália, a título do sistema de remuneração variável coletiva.

No Luxemburgo, a legislação local não prevê nada em matéria de planos de participação nos resultados. Em contrapartida, o BGL BNP Paribas pagou em 2012 aos seus empregados não-gestores um prémio de incentivo num total de mais de 2,8 milhões de euros. No plano ambiental, o BNP Paribas BGL ganhou o "Green Fleet Award" pelas suas ações destinadas a reduzir a pegada de carbono das viaturas de serviço.

PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS COLABORADORES

As condições de saúde e de segurança no trabalho e o balanço dos acordos assinados com as organizações sindicais ou os representantes do pessoal na matéria

23 países com mais de 500 funcionários, representando um efetivo de 76%, indicam que os seus funcionários estão cobertos por um sistema de proteção social proposto pelo Grupo. 8 países assinaram acordos coletivos sobre a saúde e a segurança no trabalho, abrangendo 45% do efetivo, 22 países têm formações ou ações de sensibilização sobre o tema, 16 países conduzem ações contra o stress e os riscos psicossociais, sobre 63% do efetivo, e 11 países, abrangendo 56% do efetivo, propõem outras ações que são, a maioria das vezes, acessíveis a todos os colaboradores.

Os acidentes de trabalho, sua frequência e gravidade, e as doenças profissionais

Em 23 países que reportaram acidentes de trabalho, representando 76% do efetivo, contam-se 1.860 acidentes de trabalho em 14 países, dos quais um mortal, ou seja, uma taxa de frequência(1) de 4,17 e uma taxa de gravidade não significativa. Nos mercados domésticos, houve 563 acidentes de trabalho em França, para uma taxa de frequência de 3,2 (583 e 3,2 em 2011); 381 na Bélgica, com uma taxa de frequência de 7,9; 279 em Itália, com uma taxa de frequência de 5,6 e 84 no Luxemburgo. Não há casos de doenças profissionais significativas identificadas.

Em França

Assédio e violência no trabalho

Comunicação a todos os colaboradores pela EchoNet do acordo "Assédio e violência no trabalho – o BNP Paribas compromete-se" assinado em 2011; SOS INTERNATIONAL: assistência psicológica às vítimas de agressão, 26 casos abertos (15 em 2011).

Prevenção de riscos profissionais

A equipa "condições de trabalho, saúde e acompanhamento" prosseguiu os seus trabalhos de atualização do documento único de avaliação dos riscos profissionais, permitindo identificar os riscos ligados às áreas de intervenção exercidas no Grupo; de participação nos grupos de trabalho "penosidade" sob a égide da Federação dos Bancos Franceses e a identificação de áreas de intervenção "penosas" no seio do Grupo; e do programa de domínio dos riscos psicossociais.

A prevenção dos riscos profissionais é objeto de medidas adaptadas (informação, formação, ergonomia, alertas). O acompanhamento dos funcionários vítimas de agressão prossegue e é integrado, na região parisiense, num dispositivo desenvolvido com as Urgências Médicas de Paris. Os seus efeitos benéficos medem-se pela diminuição das baixas de trabalho pós-agressão, na diminuição da duração das baixas de trabalho e do número de mudanças por inadaptação ao posto de trabalho.

Tomada em consideração de problemas de saúde pública

No seu projeto de promoção da saúde dos funcionários, o Serviço de Saúde no Trabalho continua a sua ação preventiva em Medicina do Trabalho de despistagem de fatores de risco cardiovasculares; despistagem do cancro colorretal por Hémocult é proposta a todos os colaboradores com mais de 50 anos; jornadas de prevenção das doenças cardiovasculares (stress, perturbações músculo-esqueléticas, dependências, etc.) em diferentes sites médicos com, nomeadamente, uma "semana do bem-estar no trabalho"; colheitas de sangue; um acompanhamento das fragilidades e inaptidões; o estabelecimento de uma consulta médica anual "sénior", para os colaboradores com mais de 55 anos; um jornal trimestral "Bien-être e santé", que apresenta conselhos de prevenção médica e informações sobre a alimentação e o ambiente; uma formação de socorristas do trabalho, ministrada pela equipa médica e que beneficiou 245 colaboradores (formação inicial) e 229 colaboradores (reciclagem).

Prevenção dos riscos psicossociais

Quase 12.000 colaboradores (BNP Paribas SA e filiais) participaram em 2012 no teste do Observatório Médico do Stress, da Ansiedade e da Depressão (OMSAD); o Médecin écoutant, criado em 2010, recebeu 94 colaboradores para 167 consultas (estável); criação de um módulo de e-learning para os gerentes, sobre o tema da "sensibilização para os riscos psicossociais"; no BDDF, estabelecimento experimental na região de um programa CARE de apoio aos funcionários em dificuldades, em colaboração com a CAPITAL SANTÉ; no seguimento de um plano de adaptação do emprego, 35 colaboradores da filial Investment Partners foram acompanhados, durante 54 consultas, pelo gabinete de psicólogos Préventis; formação pelo Médecin écoutant da equipa médica sobre o tema "entrevista com um funcionário em dificuldades". Com os seus 34 assistentes sociais, o serviço social contribui para o bem estar dos colaboradores.

(1) A taxa de frequência corresponde ao número de acidentes por 1 milhão de horas e a taxa de gravidade, ou seja 0,06, ao número de dias perdidos por 1.000 horas.

Na Bélgica

Os temas da saúde, segurança e riscos e do ambiente são abordados todos os meses nas comissões de Saúde, Segurança e Ambiente, e no mínimo todos os semestres, ou mais se necessário, com os responsáveis de RH e a Direção Geral para os casos graves. Alguns elementos em termos de balanço: vigilância médica de 8.250 colaboradores (5.200 exames periódicos, 1.000 exames preventivos, 760 na altura do recrutamento, 640 durante consultas espontâneas, etc.); acompanhamento de 850 pessoas com doença prolongada (mais de um mês); ações de sensibilização sobre a diabetes, a obesidade, o stress no trabalho, os riscos circulatórios e o cancro; riscos psicossociais: preparação de uma formação dos gerentes (sob a forma de e-learning e de workshops); análise dos riscos psicossociais ligados a algumas reorganizações importantes; numerosos aconselhamentos individuais ou coletivos em matéria de ergonomia; publicação de uma brochura "prevenção e gestão eficaz do absentismo"; 800 casos tratados pelos assistentes sociais.

Em Itália

Um acompanhamento médico é obrigatório para populações específicas (funcionários expostos a um ecrã mais de 20 horas por semana, expostos ao ruído, trabalho noturno, condições físicas, etc.) e facultativo a pedido, para os restantes: 1.572 pessoas foram seguidas, 36 a pedido. Para além da equipa médica, o banco apela a um especialista externo em caso de hold-up ou de tentativa. A sua intervenção foi solicitada 10 vezes, para 42 pessoas. A avaliação do risco ligado ao stress é obrigatória. O BNL criou um processo específico em duas fases, uma denominada objetiva, de formação de cerca de 600 gerentes, a outra denominada subjetiva, de sensibilização de cerca de 4.400 funcionários, ou seja 38% do efetivo. Finalmente, os colaboradores beneficiaram de mais de 6.500 horas de formação sobre o tema da saúde e segurança no trabalho.

Por outro lado, a Securities Services e a sucursal de Milão propuseram um programa comum de gestão do stress com um consultor externo.

70% dos funcionários responderam a um questionário cujos resultados, comparados com os benchmarks italianos e europeus, foram apresentados aos gerentes e funcionários das duas entidades. Foram propostas técnicas de gestão do stress a todos os funcionários e foram propostas formações aos gerentes, para os ensinar a reagir perante situações difíceis. Estas iniciativas bem sucedidas serão renovadas.

No Luxemburgo

O bem estar no trabalho e a saúde dos funcionários são objetivos prioritários. Assim, propõe-se aos funcionários: um check-up médico completo de 5 em 5 anos a partir dos 40 anos, uma campanha anual de vacinação contra a gripe e um teste de visão de 3 em 3 anos. São organizadas conferências de saúde sobre temas como o stress, o burn-out e os riscos psicossociais. Uma equipa de RH dedicada, em colaboração com a medicina do trabalho (ASTF), acompanha os colaboradores com doença prolongada e proporciona apoio e assistência em caso de dificuldades profissionais ou pessoais.

7.4 Responsabilidade cívica: lutar contra a exclusão e promover a educação e a cultura

O BNP Paribas é um agente empenhado na sociedade: dá o seu apoio a numerosas iniciativas em prol da luta contra a exclusão, da educação e da cultura.

No quadro da sua responsabilidade cívica, o Grupo utiliza assim todas as alavancas de que dispõe, enquanto banqueiro, empregador e mecenas, para favorecer um desenvolvimento sustentável e harmonioso da sociedade.

Estas ações são conduzidas em coerência com os seus três compromissos:

- compromisso 7: a luta contra a exclusão e o apoio ao empreendedorismo social;
- compromisso 8: uma política de mecenato orientada em torno da educação, da saúde, da cultura e da solidariedade;
- compromisso 9: o respeito dos princípios diretores da ONU sobre os Direitos Humanos.

A LUTA CONTRA A EXCLUSÃO E O APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O BNP Paribas está empenhado há longos anos na luta contra a exclusão social em geral e contra a exclusão financeira em particular, que constitui um grande entrave ao desenvolvimento. O Grupo trabalha em estreita parceria com os agentes locais:

- em França, muito especialmente nas zonas urbanas sensíveis, com o Projet Banlieues;
- no mundo inteiro, participando ativamente no desenvolvimento do empreendedorismo social, na luta contra o sobre-endividamento e contribuindo para a educação financeira do grande público.

O "PROJET BANLIEUES": UM COMPROMISSO FORTE EM PROL DAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS EM FRANÇA

Muito empenhado junto dos particulares e das empresas nos grande aglomerados, o BNP Paribas também fez beneficiar os seus arredores de uma parte importante da sua criação de empregos desde há 15 anos: o Grupo tornou-se, nomeadamente, no primeiro empregador privado de Seine-Saint-Denis.

Paralelamente, através do seu Projet Banlieues, o BNP Paribas envolve-se ao lado dos agentes – associações, estabelecimentos escolares, fundos de investimento solidários, etc. – que trabalham para criar alavancas económicas e sociais nas periferias e, particularmente, nas zonas urbanas sensíveis. Lançado em 2006 pela Fondation BNP Paribas, em coordenação com a rede da banca em França, o Projet Banlieues articula-se em redor de três

domínios de intervenção: a criação de empresas e a inserção profissional; o apoio à educação; o apoio a ações de proximidade. Reconduzido em 2012, este projeto está presentemente dotado de um orçamento anual de 4,5 milhões de euros.

A criação de empresas e a inserção profissional

O dispositivo do Projet Banlieues em prol da criação de empregos traduz-se no apoio a quatro agentes de primeiríssimo plano:

- A Adie (Associação pelo direito à iniciativa económica), da qual o BNP Paribas é parceiro desde 1993 e que ajuda os excluídos do sistema bancário e os desempregados a criar a sua empresa. Em 2012, a Fondation BNP Paribas apoiou a Adie com 1,1 milhões de euros. O Grupo tornou-se mesmo o primeiro parceiro da associação, com mais de 6,5 milhões de euros de subvenções desde 2006 e um montante total de 5 milhões de euros de linhas de crédito no final de 2012. Desde 2006, a Adie abriu 13 novas agências de microcrédito em território francês. Perto de 5.500 microcréditos foram assim celebrados, permitindo a criação de mais de 3.500 empresas na totalidade dos locais envolvidos, representando a criação de mais de 4.500 empregos suplementares. A este dispositivo juntam-se numerosas outras ações do BNP Paribas em prol da Adie, como o programa "Empenhados conjuntamente pelo emprego", estabelecido com a rede de agências do BNP Paribas em França, ou ainda o voluntariado dos funcionários e reformados do BNP Paribas e Cetelem.

- A rede Initiative France, que financia e acompanha a criação/retoma de empresas em França e cujas plataformas de criação de empresas inovadoras são doravante suportadas pelo BNP Paribas e a sua Fundação.
- O PlaNet Finance France e o seu programa "Empreender na Periferia", que financia Associações de Detecção e Acompanhamento dos Microempresários (PlaNet ADAM). A Fondation BNP Paribas suporta mais precisamente três dessas associações, em Bobigny (93), Vaulx-en-Velin (69) e Saint-Quentin (02). A Financités, sociedade de capital de risco solidário tendo por objeto a realização de investimentos com vocação social e dedicados aos empreendedores dos bairros sensíveis, no capital da qual o BNP Paribas se empenhou até 1 milhão de euros.
- O BNP Paribas apoia igualmente a Business Angels des Cités com 1 milhão de euros. Este fundo de investimento socialmente responsável investiu em sociedades que criam emprego nas zonas urbanas economicamente desfavorecida e/ou cujo diretor seja um empreendedor que via há muito tempo nessas zonas.

2012 foi igualmente marcado pela assinatura da "Charte Entreprise & Territoire" entre o BNP Paribas Securities Services e a cidade de Pantin, em Seine-Saint-Denis. Ela contratualiza nomeadamente os compromissos tomados a 3 anos pelo BNP Paribas Securities Services para reforçar o seu envolvimento na comuna de Pantin através de iniciativas variadas em matéria de emprego, formação, subcontratação, etc.

O apoio à educação

Para o BNP Paribas, a educação e a partilha do conhecimento é um fator de maior igualdade de oportunidades. A Fondation BNP Paribas, que apoia agentes-chave da educação há quase vinte anos, não parou de reforçar o seu compromisso junto a eles, nomeadamente com o lançamento em 2010 de Odyssee Jeunes, um programa original de apoio à realização de viagens escolares. Este projeto está dotado de um orçamento de 6 milhões de euros em 5 anos e é gerido conjuntamente com o Conselho geral da Seine-Saint-Denis.

Por outro lado, por ocasião do vigésimo aniversário a Afev (Associação da Fundação estudante para a cidade⁽¹⁾), a Fondation BNP Paribas deseja marcar o seu compromisso histórico junto da associação, que acompanha desde 1994 (mais de um milhão de euros pagos em 18 anos).

Foi feita uma reportagem pelo fotógrafo Peter Marlowe, da agência Magnum, pondo em cena o binómio de estudantes voluntários e jovens universitários. Esta reportagem deu lugar a uma exposição itinerante de muito grande formato, "Olhar sobre os 20 anos da Afev", que teve paragens em 31 cidades de França.

No ano escolar 2011-2012, perto de 7.300 jovens de 5 a 18 anos beneficiaram de um acompanhamento escolar individual de duas horas por semana em França, graças à Afev.

19.000 alunos de 125 estabelecimentos fizeram viagens escolares em 22 países, com o custo de viagem reduzido em mais de 50%.

O BNP Paribas reforçou igualmente a sua ação em prol dos estabelecimentos escolares situados em zonas urbanas sensíveis, aos quais o imposto de aprendizagem é devolvido. Mais de 4 milhões de euros foram assim pagos em 5 anos a uma centena de estruturas repartidas por toda a França.

Finalmente, o BNP Paribas é um parceiro fiel e envolvido em seis Instituts d'Etudes Politiques (Lille, Aix, Lyon, Rennes, Estrasburgo e Toulouse). Acompanha cada ano 1.200 estudantes originários de bairros desfavorecidos na preparação do concurso comum a estas grandes escolas e paga anualmente 60.000 euros aos IEP através da sua Banca de Retalho em França.

O apoio a ações de proximidade

As relações de trocas e de proximidade estão no coração do mecenato de solidariedade do BNP Paribas. Testemunha disso é o elemento "Iniciativas locais" do Projet Banlieues, graças ao qual mais de 270 associações de bairro foram apoiadas desde 2006, tanto pelo envolvimento da sua Fundação como da sua rede de agências e dos seus colaboradores.

Todos os projetos acompanhados são conduzidos por associações sem fins lucrativos e têm como objetivo a melhoria da situação de pessoas desfavorecidas, através da educação, da formação profissional e da vida em conjunto. As ações apoiadas inscrevem-se na vida do bairro respondendo nomeadamente a problemáticas bem identificadas, próprias do bairro, ligado ao ambiente ou à população local.

(1) AAfev conduz, desde a sua criação em 1992, uma ação de acompanhamento individual de jovens em bairros populares. Duas horas por semana, durante todo o ano letivo, um estudante voluntário intervém junto de uma criança ou de um jovem (de 5 a 18 anos) com dificuldade no seu percurso.

LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO

A micro-finança e o apoio ao empreendedorismo social

Um apoio de longa data à economia social e solidária

A economia social e solidária pode representar-se sob a forma de três círculos concêntricos de importâncias desiguais.

O primeiro é o da microfinança e do microcrédito.

O segundo representa o mundo muito variado do empreendedorismo social. E o maior é composto pelo conjunto do mundo associativo e cooperativo e das grandes coletividades públicas.



O BNP Paribas está muito ativo no domínio da economia social e solidária em geral. Com um acompanhamento e uma oferta específicas, o Grupo beneficia nomeadamente de uma posição de líder no financiamento às associações: 12% de quota de mercado em França, 27% na Bélgica, 50% no Luxemburgo e 60% em Itália.

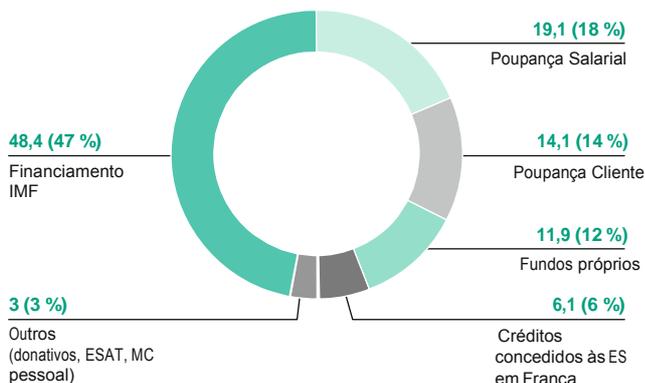
O BNP Paribas ambiciona desenvolver mais particularmente as suas ações no empreendedorismo social e na microfinança.

Em 2012, o apoio do Grupo a estes dois últimos setores eleva-se a mais de 100 milhões de euros, dos quais:

- 76,5 milhões de euros de apoios à microfinança em 19 países, incluindo 14 países emergentes;
- 26,1 milhões de euros de apoios ao empreendedorismo social em França.

► UM APOIO DE MAIS DE 100 MILHÕES DE EUROS GRAÇAS A DIFERENTES ALAVANCAS

em milhões de euros/em % do total



Exposição "Os Audaciosos": 36 histórias de micro-empresários

O BNP Paribas iniciou e realizou a exposição "Os Audaciosos" trazendo para a linha da frente 36 mulheres e homens apoiados pela Adie, a associação pioneira do microcrédito em França, fotografados pela agência Magnum Photos. A ambição do Grupo é valorizar os criadores de empresas que não têm acesso ao crédito bancário e concretizam os seus projetos graças ao microcrédito e saudar a sua audácia, a sua coragem e a sua determinação. Este dispositivo cenográfico, concebido para o espaço público, destina-se a viajar por várias cidades de França: Lille, Lyon, Nantes, Bordéus, Marselha, Metz, etc. A primeira etapa dessa itinerância teve lugar em Paris, de 25 de outubro a 18 de novembro de 2012, durante o Mês da Foto.

Eventos

- Por ocasião da Semana das Finanças Solidárias, o BNP Paribas Epargne Retraite Entreprise organizou em 2012 o 1º Encontro Solidário, com o objetivo de dar a conhecer os agentes que laboram em favor do empreendedorismo social
- Pelo 3º ano consecutivo, o BGL BNP Paribas patrocinou a European Microfinance Week 2012, evento anual organizado pela European Microfinance Platform, que teve lugar de 14 a 16 de novembro e que acolheu mais de 450 pessoas de 43 países. O convidado de honra era Muhammad Yunus, Presidente do Yunus Centre e Prémio Nobel da Paz em 2006.

Um objetivo de crescimento ambicioso

A estratégia de apoio do Grupo à microfinança e ao empreendedorismo social foi revista em 2012.

Um objetivo de desenvolvimento muito ambicioso foi fixado com uma previsão de crescimento anual dos compromissos de pelo menos 10%/ ano daqui até 2015.

Várias alavancas serão utilizadas para alcançar este objetivo:

- A poupança salarial: ao abrigo das leis sobre a poupança salarial de 2001 e 2008, as empresas francesas têm obrigação de propor aos funcionários no mínimo um fundo comum de investimento de poupança solidária nos planos de poupança da empresa. Este quadro legislativo favorável deveria permitir o desenvolvimento do apoio do BNP Paribas a esses fundos, dos quais um mínimo de 5% é investido em empresas solidárias.
- Uma resposta às necessidades específicas das empresas sociais nos mercados domésticos do Grupo (França, Itália, Bélgica e Luxemburgo), nomeadamente em termos de financiamento.
- O investimento em fundos próprios em empresas sociais ou fundos de empreendedorismo social.
- Os investimentos dos clientes do Banco em produtos solidários representam uma outra fonte importante de apoio ao empreendedorismo social. Os clientes da Banca privada do BNP Paribas puderam assim investir nomeadamente no fundo PhiTrust que, por sua vez, investiu em empresas solidárias.

O BNP Paribas, por intermédio da PhiTrust Partenaires, apoiou nomeadamente a empresa social Ecodair. Esta sociedade, da qual 80% das pessoas empregadas estão em situação de deficiência física, recicla e repara material informático usado, com o objetivo de o revender a preços reduzidos.

A PhiTrust Partenaires permitiu à Ecodair desenvolver-se, dando-lhe um apoio financeiro (investimento em fundos próprios e em créditos) e aconselhamento em termos de organização e de governança.

Os resultados são muito encorajadores: perto de 150 trabalhadores com deficiência puderam ser reinseridos e mais de 12.000 computadores são reparados todos os anos e revendidos depois a preços reduzidos, com destino a populações desfavorecidas.

- Finalmente, o BNP Paribas comprometeu-se a triplicar os seus volumes de operações de subcontratação conduzidas com empresas do setor protegido e adaptado (ESAT e EA) com o horizonte de 2015.

O acompanhamento dos clientes frágeis

O BNP Paribas luta igualmente contra a exclusão bancária, acompanhando os clientes que estão em situação de fragilidade devido à sua deficiência ou à sua situação financeira.

A acessibilidade das agências ao maior número

Lutar contra a exclusão é, nomeadamente, permitir a todos o acesso aos serviços bancários. O Grupo apoia, portanto, as pessoas em situação de deficiência com uma política proativa de acessibilidade às agências.

- Na Bélgica, a Ligue Braille designou o BNP Paribas Fortis e Fintro como o primeiro banco belga a ter caixas automáticas equipadas vocalmente para guiar os invisuais e permitir-lhes efetuar operações bancárias: 850 aparelhos estão atualmente disponíveis por toda a Bélgica.
- No quadro da adaptação das agências bancárias, no final de 2012, as máquinas situadas no espaço de serviço livre de mais de 75% das 2.200 agências do BNP Paribas em França são acessíveis às pessoas de mobilidade reduzida.

Uma oferta adaptada para os clientes em dificuldade financeira

Todo o Grupo está empenhado no desenvolvimento de um crédito responsável, com a vontade de favorecer o acesso ao crédito ao maior número de pessoas, lutando ao mesmo tempo contra o sobre-endividamento. O Banco acompanha os seus clientes nos momentos-chave das suas vidas mas também em caso de períodos difíceis ligados a uma alteração de situação, à despesas imprevistas, à problemas de saúde ou dificuldades em gerir um orçamento.

Cetelem estabeleceu um dispositivo específico operacional de deteção de clientes que cumprem os seus créditos mas que talvez estejam em dificuldades. Trata-se de uma abordagem preventiva. Os clientes implicados por este dispositivo são identificados, seja por um método de análise proativa inovadora, que permite selecionar todos os meses os clientes potencialmente frágeis e enviar-lhe uma mensagem relacional convidando-os a contactar-nos, seja no seguimento de uma ação espontânea por parte dos nossos clientes (mensagens de email). Uma equipa dedicada, separada das equipas comerciais, propõe uma entrevista exploratória aprofundada sobre a saúde financeira do lar. Em caso de situação de fragilidade provada, o objetivo é fazer o cliente tomar consciência das dificuldades mais estruturais (despesas superiores ao orçamento disponível, mensalidades de créditos mal desadaptadas após um perda de rendimentos, etc.) e convencê-lo a agir. A Cetelem pode propor-lhe uma solução interna (uma pausa nos reembolsos, um reajuste do crédito para equilibrar o orçamento de modo sustentável, etc.) e, no caso de situações mais delicadas, orientá-lo para a associação CRESUS, parceira com a qual a Cetelem co-construiu um dispositivo de acompanhamento específico.

Para estes clientes, diagnosticados como estando em dificuldades, todas as solicitações comerciais são suspensas e eles beneficiam de um programa pedagógico de ajuda à gestão orçamental.

Em 2012, a Banca de Retalho em França do BNP Paribas finalizou o seu dispositivo de acompanhamento dos seus clientes em dificuldades ou suscetíveis de vir a ter dificuldades. Mais de 400 especialistas, repartidos por todo o território francês em 8 Agências regionais de negociação comercial (ARNC) estão presentemente totalmente dedicados às necessidades e expectativas desses clientes. Encontram em conjunto soluções sustentáveis, pertinentes e adaptadas à situação de cada um, privilegiando o interesse do cliente. Um mês após uma agência regional de negociação comercial tomar conta do caso, 2 em cada 3 clientes reencontram uma situação dita "normal". Além disso, desde janeiro de 2011, o BNP Paribas fez a opção de propor a GPA "Gama de Pagamento Alternativo" gratuitamente, para acompanhar os seus clientes nos momentos mais difíceis.

Melhorar a formação do público sobre os contextos financeiros:

A educação financeira demonstrou a sua eficácia na luta contra o sobre-endividamento e favorecer o desenvolvimento económico. Em 2012, os colaboradores do BNP Paribas comprometeram-se novamente fortemente, participando na conceção dos conteúdos e ferramentas pedagógicas, ou ainda ao formar o público.

Em 2012, mais de 91.000 pessoas puderam assim aceder a estes programas, não só nos mercados domésticos como também na Alemanha, em Espanha, nos Países Baixos, nos Estados Unidos, na Índia ou ainda em Singapura.

Em certos países, tendo em conta as prioridades, a educação financeira centra-se nas populações consideradas sensíveis, como os jovens ou as pessoas frágeis:

- Nos Países Baixos: o BNP Paribas Cardif desenvolveu, dirigido aos jovens, o projeto LEF (Life and Finance), plataforma de educação financeira: 2.500 jovens seguiram este programa em 2012.
- No Luxemburgo, o programa Startin' Finance envolveu 860 estudantes durante o ano letivo de 2011-2012 em 27 escolas secundárias. Decorreu sob a forma de visitas guiadas, apresentações de áreas de intervenção (marketing, mercado monetário, recursos humanos...), de ateliers interativos ou de intervenções nas aulas.
- Em França, a Fondation Cetelem para a educação orçamental prosseguiu a sua missão de desenvolvimento e de promoção da educação orçamental, que se inscreve no prolongamento da área de intervenção do BNP Paribas Personal Finance e do seu compromisso em prol de um crédito responsável (crédit responsable®). A Fondation Cetelem construiu, assim, instrumentos de formação destinados aos formadores de associações ou de instituições empenhadas com ela na educação orçamental. Dá-lhes igualmente um acompanhamento pedagógico e um apoio financeiro na implementação dos programas. Em 2012, foram mais de 6.300 os jovens (estudantes, jovens em inserção, aprendizes) ou adultos em dificuldades em França que puderam beneficiar desta sensibilização, graças à ação da Fondation Cetelem e dos seus parceiros.

- Na Turquia: a banca de retalho tomou a iniciativa de lançar, em outubro, a TEB Family Academy. A sua vocação é ajudar as famílias a gerir o seu orçamento, propondo cursos de educação financeira nas agências. Os participantes podem aprender a utilizar um cartão de crédito, pedir emprestado sabiamente, programar melhor as suas despesas ou ainda poupar nas melhores condições. Em 2012, foram organizados 939 eventos dirigidos a 18.000 pessoas. Em 2013, a TEB ambiciona sensibilizar 100.000 pessoas através desta iniciativa.

Noutros países, onde a educação financeira está ancorada há longa data nas práticas, ela dirige-se a todos os públicos.

- Na Itália: a Findomestic implementou, para o grande público, o seu programa de educação para as finanças e para os seguros, lançado em 2011 no website Per-Corsi. 402 pessoas beneficiaram deste programa em 2012.

Por outro lado, no seguimento de um acordo celebrado pelo BNL com Feltrinelli, livreiro e editor italiano, as formações desenrolam-se doravante à noite, em livrarias. 35.000 particulares participaram em 2.000 eventos organizados para eles desde 2009. As empresas não se ficam atrás, com quatro dezenas de conferências realizadas ao longo de todo o ano, reunindo 30 a 40 sociedades de cada vez.

- Nos Estados Unidos, o Bank of the West põe em prática numerosos programas de educação para todas as idades. Em 2012, 450 colaboradores voluntários intervieram através das associações para sensibilizar 12.000 pessoas, nomeadamente via:
 - A operação HOPE que desenvolve um programa de educação financeira na Califórnia, na Baía de São Francisco, em Portland, no Oregon e em Denver, no Colorado.
 - O programa BOOF (Banking on Our Future) permitiu igualmente a colaboradores voluntários iniciar 1.250 jovens, entre 9 e 18 anos, nos mecanismos financeiros de base, em 2012. Um livro de educação financeira, "The Three cups", permite sensibilizar as crianças no fim da escola primária para o valor do dinheiro.
 - Nas classes da primária, a peça de teatro "Made about money" prossegue paralelamente a sua tournée, com o apoio do banco. Foi vista por perto de 9.000 alunos em 24 escolas primárias, em 2012. Este espetáculo, divertido e educativo, trata da importância de estabelecer um orçamento, da poupança e do crédito.

UMA POLÍTICA DE MECENATO ORGANIZADA EM TORNO DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE, DA CULTURA E DA SOLIDARIEDADE

O BNP Paribas trabalha muito concretamente para fazer coexistir desempenho e responsabilidade social. Não só no exercício quotidiano das suas áreas de intervenção, mas também por ações de mecenato, que envolvem cada vez mais funcionários e países nos quais o Grupo está presente.

CORPORATE PHILANTHROPY: UMA POLÍTICA DE MECENATO ESTRUTURADA E FEDERADORA

O compromisso em prol da educação, da cultura, da solidariedade, da saúde e do ambiente não é novo: é conduzido há perto de 30 anos pela Fondation BNP Paribas. Agente histórico do mecenato empresarial em França, tem como missão:

- conceber e dirigir a política de mecenato do Grupo;
- assegurar um papel de vigilância, de aconselhamento e de regulação das ações de mecenato postas em prática nas outras Fundações do Grupo, bem como nos pólos, áreas de intervenção e países;
- garantir a coerência das mensagens emitidas interna e externamente sobre as ações de mecenato conduzidas no Grupo.

A Fondation BNP Paribas está sob a égide da Fondation de França e é administrada por uma Comissão Executiva, presidida por Michel Pébereau. Pela sua composição – personalidades qualificadas bem como responsáveis de pólos, áreas de intervenção e países –, esta comissão exprime uma visão global do mecenato no seio do Grupo. As personalidades qualificadas são Jean-Laurent Casanova para a saúde, Pascal Dreyer para a solidariedade, Dominique Ferriot para o património, Guy Darmet para o espetáculo vivo e Philippe Gillet para o ambiente e a investigação sobre as alterações climáticas.

Um trabalho em rede reforçado

Os projetos de mecenato conduzidos no seio do BNP Paribas variam em redor dos valores comuns que são a diversidade, a tomada de riscos e a inovação, e por fim, a capacidade de acompanhar projetos a longo prazo e fazê-los irradiar.

Atualmente, 14 fundações e fundos estão ativos no Grupo, ao lado da Fondation BNP Paribas, cuja ação é reforçada pelas numerosas iniciativas desenvolvidas diretamente por diferentes entidades do BNP Paribas em França e no estrangeiro.

Em 2012, dois novos fundos juntaram-se à rede Corporate Philanthropy:

- O fundo de dotação BNP Paribas – Banco de Bretagne, que, através do seu "PROJET SOLIDARITÉ", tem como vocação apoiar projetos associativos em prol da educação ou da inserção social e profissional junto de jovens em situação de exclusão;
- O fundo Urgence & Développement, que federa as ações do BNP Paribas e dos seus colaboradores, em caso de catástrofes humanitárias ou no decorrer das chamadas crises "esquecidas".

Por todo o mundo, em 2012:

Foram conduzidos 2.044 projetos de mecenato, representando um orçamento de 38,15 milhões de euros, dos quais:

- 14,36 milhões de euros para a solidariedade (37,63%);
- 10,29 milhões de euros para a educação (26,98%);
- 8,91 milhões de euros para a cultura (23,37%);
- 3,37 milhões de euros para a saúde (8,83%);
- 1,22 milhões de euros para o ambiente (3,19%).

Solidariedade: lutar contra as exclusões

Uma grande parte da humanidade continua, ainda hoje, excluída do bem estar pela pobreza, a discriminação, a doença ou a ausência de educação. O BNP Paribas tomou um certo número de iniciativas para reduzir as numerosas lacunas que continuam a dividir o mundo. As ações de solidariedade do BNP Paribas distribuem-se, portanto, por quatro eixos: desenvolver a economia social e solidária, encorajar as ações de proximidade, apoiar a luta contra a grande precariedade, estar ao lado dos funcionários do Grupo empenhados no meio associativo.

Em 2012, a Fondation BNP Paribas decidiu dar o seu apoio aos Restos du Cœur em França. Permiteu, assim, oferecer, em 2012, um milhão de refeições a pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza e que não têm meios de se alimentar de forma equilibrada. Esta ação prolonga-se pela implementação de um sistema de informação para os centros de acolhimento da associação.

O Bank of the West, filial do BNP Paribas nos Estados Unidos, foi reconhecido pelo San Francisco Business Times como um agente-chave em matéria de mecenato. Não foi apenas pelas suas contribuições na região californiana que o banco se distinguiu, mas igualmente pelos cerca de 6 milhões de dólares (4,7 milhões de euros) que deu, no total, em mecenato aos 19 Estados nos quais exerce actividades. Em julho de 2012, o Bank of the West ficou em segundo lugar na classificação sobre a imagem dos bancos americanos pelo American Banker, nomeadamente graças ao seu compromisso cívico.

Educação: favorecer a igualdade de oportunidades

Acompanhar os jovens na sua escolaridade, prepará-los para a sua vida adulta, levá-los a dominar os aspetos económicos e financeiros das suas vidas, oferecer-lhes a oportunidade de se formarem nas melhores universidades: o BNP Paribas e os seus colaboradores optaram por se envolver em diversos programas educativos. O desafio: apoiar as iniciativas inovadoras a fim de transmitir saberes àqueles que mais deles precisam.

Autonomia, responsabilização, aumento da autoconfiança... são muitos os elementos que a prática de uma arte traz e que podem contribuir para a inserção, o desenvolvimento e o êxito dos jovens. Com o programa Smart Start, lançado em 2012, e graças aos projetos apoiados em 8 países da Europa, mais de 800 crianças em situação de exclusão, oriundas de meios desfavorecidos ou que sofrem de uma deficiência, tiveram a oportunidade de beneficiar de um percurso que lhes permitiu descobrir e praticar uma arte. Os parceiros do projeto são a National Music School (Bulgária), a Associazione Mus-e Roma Onlus (Itália), a Orquestra Geração (Portugal), a Fundacion Voluntarios por Madrid (Espanha), a Muscular Dystrophy Association Hellas (Grécia), a Fundatia Parada (Roménia), a Helium Arts (Irlanda), a Westminster City Council e a PhotoView (Reino Unido).

Saúde: financiar a investigação e acompanhar os doentes

O compromisso do BNP Paribas no domínio da saúde e da investigação médica beneficia pessoas do mundo inteiro, tanto investigadores como pacientes. Desenvolve-se graças às fundações do Grupo, mas também através das filiais e áreas de intervenção nos numerosos países onde o BNP Paribas está presente.

Reconhecido no mundo inteiro pelo seu trabalho de investigação e de prevenção de doenças infecciosas, o Institut Pasteur desenvolveu uma rede internacional e trabalha em colaboração com laboratórios em numerosos países. Esta rede mundial permite atualmente realizar investigações de elevado nível sobre as grandes doenças infecciosas. São realizados, nomeadamente, trabalhos importantes sobre uma vacina combinada contra a rubéola e o VIH (França), sobre a hepatite C (Japão, Espanha), o paludismo (Brasil), a resistência aos antibióticos (Portugal), ou o dengue (Hong Kong). Desde há cinco anos, o BNP Paribas Corporate & Investment Banking (CIB) apoia os programas no quadro de uma parceria com o Institut Pasteur e a sua rede, atualmente em quinze países. Os donativos pagos representam atualmente mais de 2 milhões de euros.

Com as implantações do BNP Paribas em 5 países da África subsaariana, a Fondation BNP Paribas estabeleceu em 2012 um plano anti-paludismo no Burkina Faso, na Costa do Marfim, na Guiné, no Mali e no Senegal, através da distribuição de mosquiteiros impregnados, o acompanhamento e a sensibilização das populações. Este compromisso durante dois anos (2012 e 2013) representa um financiamento de 200.000 euros e permitirá a distribuição de mais de 25.000 mosquiteiros impregnados. Primeira causa de mortalidade na maior parte dos países de África, o paludismo é responsável por mais de um milhão de mortes por ano, mais de 80% dos quais na África subsaariana, e afeta particularmente as crianças com menos de cinco anos e as mulheres grávidas.

Cultura: preservar o património e encorajar a criação e a expressão artística

As necessidades de acompanhamento em matéria de conservação, de criação e de difusão são tão infinitas no domínio cultural quanto são importantes estes contextos para as nossas sociedades, em termos de desenvolvimento humano, social e económico. É por isso que o BNP Paribas aceitou a aposta de apoiar a criação e a preservação do património, e acompanha numerosas iniciativas nos países onde o Grupo está implantado.

Apoiar a dança

Fiel ao seu compromisso em prol da dança contemporânea e das novas artes do circo, o BNP Paribas e a sua Fundação acompanham desde 2012 o coreógrafo Sidi Larbi Cherkaoui e os artistas circenses Yoann Bourgeois e Phia Ménard nos seus projetos de criação. 2012 foi igualmente o ponto de partida de uma nova parceria com o festival Montpellier Danse em França, que é atualmente um dos principais encontros coreográficos da Europa. Este compromisso toma a forma de um apoio às residências de artistas. Por outro lado, a Fundação renova o seu apoio à rede KADMOS, que, coordenada pelo festival de Avignon, em França, permite a circulação de obras e de artistas no Mediterrâneo.

Comprometer-se com os músicos

A atenção que o BNP Paribas dá ao Jazz há mais de 15 anos desenvolve-se doravante fora das fronteiras: a Fondation BNP Paribas comprometeu-se, com efeito, pelo segundo ano consecutivo, com o North Sea Jazz Festival de Roterdão, nos Países Baixos, em suportando o componente pedagógico deste evento, e o Paul Ackett Award, prémio que recompensa um jovem talento do jazz contemporâneo. Sendo o segundo festival mais importante do mundo no universo do jazz, o North Sea Jazz beneficia além disso do apoio do BNP Paribas nos Países Baixos.

BNP Paribas ao lado da arte e do design

O BNL é parceiro da Palaexpo, a entidade dedicada à realização de grandes exposições da cidade de Roma. Neste contexto, três importantes exposições são o tema de manifestações culturais em Roma, de setembro de 2012 a março de 2013. O BNL associa-se à Palaexpo a título de mecenas principal, dando o seu apoio às exposições «Vermeer, o século de ouro da pintura holandesa», "Robert Doisneau, Paris em liberdade" e "A rota da seda, antigos trilhos entre o Oriente e o Ocidente".

Em 2012, a HEAD (Haute Ecole d'Art et de Design) – Genève e a Fondation BNP Paribas Suisse associaram-se para criar o prémio NEW HEADS - FONDATION BNP Paribas ART AWARDS, destinado a apoiar jovens artistas diplomados da HEAD – Genève entre os mais promissores da sua geração. Para a sua primeira edição, a HEAD – Genève e a Fondation BNP Paribas Suisse confiaram a Giovanni Carmine, curador e actual diretor da Kunsthalle Saint-Gall, o trabalho de

selecionar uma dúzia de artistas entre os futuros diplomados no Mestrado de Artes Visuais da HEAD – Genève e de conceber uma exposição, apresentada em setembro de 2012 no LiveInYourHead, Instituto curadorial da HEAD – Genève.

No contexto do seu programa "BNP Paribas pela Arte" lançado em 1994, a Fondation BNP Paribas multiplica as suas intervenções junto de grandes museus internacionais. Graças a estes apoios, a National Gallery of Victoria, de Melbourne, a Art Gallery of Ontario, em Toronto, e o Museu Nacional d'Art de Catalunya, em Barcelona, puderam apresentar em 2012 os restauros de três obras-primas: A Travessia do Mar Vermelho, de Nicolas Poussin, O Frasco de Damascos, de Jean-Baptiste Chardin e A Conversão de São Paulo, de Juan-Bautista Maino.

Finalmente, a Fondation BNP Paribas apoia igualmente vários programas de investigação climática, que são pormenorizados na rubrica "A nossa responsabilidade ambiental".

O ENVOLVIMENTO DOS COLABORADORES NAS AÇÕES DE MECENATO

Segundo três inquéritos⁽¹⁾ realizados em 2011 e 2012, 88% dos funcionários das empresas aprovam as ações de voluntariado iniciadas pelo seu empregador, 80% estão dispostos a empenhar-se nelas e 30% declaram ser voluntários.

Os colaboradores do BNP Paribas figuram na primeira fila dos funcionários que desejam que a sua empresa se comprometa e ajudam-nos pessoalmente a envolver-se na vida associativa. A Fondation BNP Paribas facilita as suas iniciativas pessoais e o Grupo propõe-lhes numerosas oportunidades de se envolver.

A Fondation BNP Paribas encoraja o compromisso dos funcionários do Grupo, que doam o seu tempo e a sua energia voluntariamente em associações de solidariedade, através do programa "Coup de pouce" ("Impulso"). Este desenrola-se atualmente em vários países onde o Grupo está presente. A Bélgica, a Espanha, a Itália, o Luxemburgo,

a Suíça, Marrocos e Portugal iniciaram, assim, o seu próprio programa de mecenato. Em 2012, 235 projetos foram apoiados no Mundo, num montante de 737.953 euros. Em França, todos os anos, a Fondation lança um apelo à candidatura e dá o seu apoio a novos projetos, uns cinquenta, em média. Este programa, que celebra os seus 10 anos em 2013, distribuiu, desde a sua criação, mais de um milhão de euros a quase 500 projetos associativos em França.

O voluntariado de competências

Duas associações propõem missões de voluntariado de competências aos ativos e reformados do Grupo:

- MicroFinance Sans Frontières (MFSF) (MicroFinanças Sem Fronteiras), que oferece assistência técnica a várias instituições de microfinanças no mundo;
- Bénévolat de Compétences et Solidarité (BCS) (Voluntariado de Competências e Solidariedade), que, através de uma rede de 650 voluntários em França, apoia ações de carácter educativo, social e económico.

No total, em 2012, 36.800 horas de voluntariado foram coordenadas pelo MFSF e o BCS.

(1) Benchmark fondations IMS – dezembro de 2011, Inquérito DDB & Opinion Way - março de 2011, Inquérito IMS & Le bénévolat & Vous – maio de 2012.

Além disso, as iniciativas multiplicam-se nas filiais, áreas de intervenção e países, encorajadas por campanhas de comunicação ou pela criação de instrumentos de coordenação entre as ofertas de missão e os pedidos dos colaboradores. Vários países (Inglaterra, Luxemburgo...) ultrapassaram igualmente uma etapa suplementar em 2012, implementando sistemas de compensação parcial do tempo passado, para permitir aos seus colaboradores envolver-se igualmente durante o seu tempo de trabalho.

- Em 2012, várias plataformas viram a luz do dia para facilitar a coordenação entre os candidatos ao voluntariado e as associações em Inglaterra, bem como no Luxemburgo, com o nome "Click'ONG". Estes websites permitem identificar as competências, referenciar os candidatos voluntários a curto prazo e centralizar as missões ou as necessidades das associações ou ONGs.
- Em Inglaterra, o BNP Paribas Securities Services tornou-se parceiro de numerosas associações em prol do ambiente, dos sem abrigo, das crianças desfavorecidas e da habitação social. 143 voluntários envolveram-se nelas, fornecendo o equivalente a seis meses de trabalho.
- No Luxemburgo: 56 voluntários puderam empenhar-se junto de associações e ONGs no contexto do programa de empréstimo de competências do Banco.
- Em Portugal: o BNP Paribas Securities Services lançou "Together CSR", programa que comporta ações de sensibilização e a constituição de um viveiro de voluntários internos, a fim de poder intervir junto de associações nos domínios da saúde e do bem estar, do ambiente e da educação.
- Nos Estados Unidos: 1.500 colaboradores do Bank of the West dedicaram 33.000 horas a ações de caridade. Deram cursos de educação financeira, construíram ou repararam casas, ajudaram desempregados pouco qualificados a reinserir-se no mundo do trabalho, acompanharam micro-empresários e recuperaram fundos destinados a programas relacionados com a saúde.

O empenho dos colaboradores em situações de emergência humanitária

O ano de 2012 foi igualmente marcado pelo empenho conjunto dos colaboradores e do Grupo em prol da ajuda humanitária com:

- numa emergência, uma forte mobilização no seguimento do furacão Sandy, que varreu a cidade de Nova Iorque no outono de 2012;
- numa perspetiva de longo prazo, a criação de um fundo inédito: o fundo Urgência e Desenvolvimento.

Um milhão de dólares para o Sandy

Os danos causados pelo furacão Sandy na costa Leste dos Estados Unidos no outono de 2012 provocaram um movimento de solidariedade no seio do Grupo. Um programa de donativos foi, assim, rapidamente posto em prática, com o estabelecimento de um pacote de um milhão de dólares, dos quais uma parte foi dedicada a aumentar as doações dos colaboradores.

O fundo de dotação "Urgência e Desenvolvimento"

Há vários anos que os colaboradores do BNP Paribas se mobilizam em prol das vítimas de catástrofes humanitárias, como no seguimento do tsunami do Japão ou dos terremotos no Haiti e na Itália.

O BNP Paribas decidiu, portanto, lançar no final de 2012 o fundo de dotação "Urgência e Desenvolvimento", reconhecido como de utilidade pública, para agregar a generosidade dos seus colaboradores desejosos de demonstrar a sua solidariedade para com as vítimas de emergências humanitárias, quer se trate de responder rapidamente em caso de catástrofe ou de apoiar a longo prazo as ONGs mobilizadas para as chamadas crises "esquecidas".

Um dispositivo sem igual nos dias de hoje

Aberto permanentemente à totalidade dos colaboradores do BNP Paribas no mundo, este fundo, reconhecido como de utilidade pública e presidido por Baudouin Prot, Presidente do Conselho de Administração do BNP Paribas, é um instrumento pioneiro em matéria de solidariedade.

Cada donativo de um colaborador é duplicado pelo BNP Paribas e entregue às três ONGs com as quais o fundo celebrou uma parceria: CARE, Cruz Vermelha Francesa e Médicos Sem Fronteiras.

Dois personalidades qualificadas do mundo da emergência

Lançado no final de 2012, o fundo integra no seu Conselho de Administração duas personalidades qualificadas que fornecem ao fundo um conhecimento especializado sobre os temas ligados ao auxílio de emergência e dão esclarecimentos sobre a pertinência dos projetos a financiar.

- Diplomada pela ENA, pela Universidade de Harvard e HEC, Sylvie Lemmet é especialista na implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, magistrada no Tribunal de Contas. Foi Diretora financeira dos Médicos Sem Fronteiras.
- Professor Titular em medicina de emergência e humanitária, Marc Sabbe é igualmente médico interveniente na Universidade dos Hospitais de Leuven. Nos anos 1990, fundou a European Society for Emergency Medicine, da qual é atualmente secretário honorário.

Um lançamento promissor para além de qualquer contexto mediático

Em algumas semanas, o fundo pôde recolher os donativos de colaboradores que trabalhavam em 17 países de implantação do BNP Paribas. O montante médio do donativo, superior a 90 euros, testemunha a adesão dos colaboradores aos projetos que lhes propuseram apoiar no domínio da saúde materna e infantil:

- a prevenção do tratamento das principais patologias infantis no Mali com os Médicos Sem Fronteiras;
- a ação da CARE no ataque à subnutrição no Níger;
- o trabalho da Cruz Vermelha para favorecer o acesso aos cuidados na República Centro Africana.

O RESPEITO DOS PRINCÍPIOS DIRETORES DA ONU SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

Em 2012, Jean-Laurent Bonnafé, Administrador Diretor Geral, e François Villeroy de Galhau, Vice-Diretor Geral encarregado da Responsabilidade Social e Ambiental do BNP Paribas assinaram a Declaração do BNP Paribas relativa aos Direitos humanos, através da qual o Grupo se compromete a assegurar o respeito dos Direitos Humanos no seio da sua esfera de influência: colaboradores, fornecedores, clientes e comunidades.

COLABORADORES

O BNP Paribas promove e respeita a dignidade e os direitos dos seus colaboradores através da aplicação de uma política de recursos humanos empenhada e responsável. Os seus colaboradores devem, por sua vez, exercer e respeitar as normas relativas aos Direitos Humanos no contexto das suas atividades profissionais. Para assegurar o respeito destas normas, o BNP Paribas estabeleceu um Código de conduta aplicável a todos os seus colaboradores.

Em linha com estas ações, a direção dos Recursos Humanos do Grupo lançou igualmente um projeto de auditoria da situação dos colaboradores no mundo. O seu objeto é identificar pontos fortes e zonas de fraquezas das entidades nas suas diferentes implantações. O Brasil, escolhido como país piloto, servirá de laboratório para o aperfeiçoamento de um instrumento de autodiagnóstico, nomeadamente sobre a liberdade de associação e de negociação coletiva, a não discriminação e a saúde e segurança no trabalho. Uma vez validado, este instrumento será implementado no Grupo.

FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS

O respeito das normas relativas aos Direitos humanos faz parte dos compromissos exigidos aos fornecedores e subcontratados no contexto de uma Carta de responsabilidade social e ambiental da empresa com os seus fornecedores.

Em 2012, foram realizadas 700 análises quantificadas do desempenho de RSE dos fornecedores, incluindo nomeadamente um elemento sobre o seu respeito dos Direitos humanos.

CLIENTES

O BNP Paribas espera dos seus clientes que girem as suas próprias atividades profissionais em conformidade com as normas relativas aos Direitos humanos. Nos setores mais sensíveis, o BNP Paribas desenvolve políticas de responsabilidade social e ambiental específicas que incluem critérios relativos aos Direitos Humanos. Adicionalmente, enquanto signatário dos "Princípios do Equador", o BNP Paribas respeita um conjunto de normas

– nomeadamente diversos aspetos ligados aos Direitos Humanos –, para avaliar e gerir os riscos sociais e ambientais em matéria de financiamento de projetos.

O BNP Paribas está, portanto, muito vigilante no que se refere à gestão do seu risco indireto. A título de exemplo, decidiu recentemente suspender todo o tipo de financiamento do algodão proveniente de um país da Ásia Central, porque esse país recorria ao trabalho forçado de crianças durante o período das colheitas. O Grupo foi levado a tomar esta decisão no termo de um processo de diálogo e investigação aprofundada. O BNP Paribas está atualmente à espera de informações que demonstrem uma melhoria concreta da situação e continua em contacto com os diferentes observadores da situação para, caso se justifique, reconsiderar a sua decisão posteriormente.

COMUNIDADES

O BNP Paribas promove as normas mais exigentes em matéria de conduta profissional, incluindo no que se refere às ações destinadas a prevenir a corrupção e o branqueamento de dinheiro. (cf. Responsabilidade económica. Uma ética comercial) O BNP Paribas considera além disso que o desenvolvimento económico sustentável favorece um acesso mais alargado aos direitos fundamentais. Pondo a tónica sobre a melhoria da inclusão financeira nas comunidades onde opera, o BNP Paribas marca claramente a sua vontade de contribuir para esse desenvolvimento.

A agência de notação extra-financeira Vigeo classifica o Grupo como uma das 30 empresas mais avançadas em termos de consideração dos Direitos Humanos num estudo levado a cabo em 2012 sobre o comportamento relativo ao Direitos Humanos de perto de 1.500 empresas cotadas na América do Norte, na Ásia e na Europa entre 2009 e 2012.

7.5 Responsabilidade ambiental: agir contra as alterações climáticas

Na sua marcha em prol do ambiente, formalizada em 2011 pelo seu "Compromisso pelo ambiente", o BNP Paribas optou por contribuir prioritariamente para a luta contra as alterações climáticas. Estas constituem, com efeito, um verdadeiro desafio, pois arriscam-se a perturbar o ambiente a mais ou menos breve trecho, com um impacto potencial sustentável sobre o tecido social e económico das comunidades de todo o mundo.

Por todo o mundo, o Grupo zela, portanto, por limitar o impacto ambiental que pode decorrer da sua atividade bancária e as consequência diretas do seu próprio funcionamento. Em sinergia, a

Fondation BNP Paribas dá o seu apoio à investigação científica sobre as alterações climáticas.

Assim, o BNP Paribas trabalha concretamente em observância dos seus três compromissos:

- compromisso 10: definir políticas de financiamento empenhadas nos setores sensíveis;
- compromisso 11: diminuir a pegada ambiental ligada ao seu próprio funcionamento;
- compromisso 12: apoiar a investigação contra as alterações climáticas.

DES POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO EMPENHADAS NOS SETORES SENSÍVEIS

Ao lado das empresas e de particulares, o Grupo esforça-se por financiar os projetos mais responsáveis, em prol da proteção do ambiente. Com base em critérios de seleção devidamente refletidos, com a contribuição de especialistas independentes, o BNP Paribas enquadra assim os seus financiamentos e investimentos nos setores sensíveis. Por outro lado, o Grupo desenvolve igualmente uma gama de produtos e serviços para acompanhar os seus clientes – empresas e particulares – nos seus esforços para produzir uma energia verde ou para otimizar o seu consumo de recursos naturais.

financiamentos de projetos de mais de 10 milhões de dólares americanos são submetidos a uma análise detalhada baseada nomeadamente nas normas e diretivas ambientais e sociais da Banca Mundial.

Em 2012, o BNP Paribas integrou o comité de diretor dos Princípios do Equador por um período de três anos, ao lado de 13 outras instituições financeiras.

AÇÃO DO GRUPO AO LADO DAS EMPRESAS

O respeito dos Princípios do Equador nos financiamentos de projetos

Os Princípios do Equador são uma iniciativa que agrupa 79 instituições financeiras por todo o mundo. Seguindo este referencial, os

Em 2012, 13 transações foram revistas pelo BNP Paribas a título da aplicação dos Princípios do Equador contra 30 em 2011. Este decréscimo é a consequência direta do abrandamento das atividades específicas de financiamento de projetos no seguimento do endurecimento de certas restrições regulamentares.

	2011	2012
Número de transações examinadas no ano	30	13
Número de transações classificadas A no ano	5	2
Número de transações classificadas B no ano	20	10
Número de transações classificadas C no ano	5	1

Categoria A: projetos que apresentam impactos ambientais e sociais potencialmente significativos. A implementação de medidas de atenuação e de ações corretivas é necessária.

Categoria B: projetos que apresentam impactos ambientais e sociais limitados ou moderados.

Categoria C: projetos que apresentam impactos ambientais e sociais mínimos ou nulos.

Políticas de financiamento e de investimento em setores com forte impacto ambiental

Quatro políticas setoriais históricas

Desde 2010, o Grupo BNP Paribas publica políticas sobre 4 setores particularmente sensíveis no plano ambiental: o óleo de palma, a pasta de papel, a energia nuclear e a produção de eletricidade a partir do carvão. As políticas setoriais determinam condições indispensáveis e critérios complementares precisos para enquadrar os financiamentos e os investimentos do Grupo nestes setores. A introdução destes critérios permite apreender melhor o conjunto dos riscos ligados a certas transações, para só selecionar os projetos mais responsáveis. Estas políticas aplicam-se a todas as atividades, entidades e filiais do Grupo no mundo. Públicas, estão disponíveis no website do BNP Paribas.

Duas novas políticas setoriais em 2012

O BNP Paribas decidiu precisar o seu compromisso responsável em dois novos setores de atividade: a produção de petróleo não convencional pela exploração de areias betuminosas e a exploração mineira.

Formação na aplicação de políticas setoriais

As políticas setoriais dizem respeito a todos os colaboradores do Grupo. Desde a sua publicação, em 2010 e 2011, foram objeto de numerosas formações junto dos públicos mais interessados em vários países (fileira de riscos, fileira da conformidade, responsáveis de RSE, comerciais encarregues das relações com os grandes clientes): mais de 1.500 colaboradores foram formados em 2012 para saber identificar e tratar as transações sensíveis neste setores. Para responder a uma procura crescente de formação em todas as regiões do mundo, o Grupo elaborou em 2012 um curso especializado de e-learning dedicado às políticas setoriais acessível a todos os colaboradores. Muito rico em informações, permite aos alunos compreender as questões dos setores sensíveis, identificar a resposta do BNP Paribas e saber onde obter informações complementares sobre esse assunto no Grupo. Disponíveis em sete línguas (francês, inglês, italiano, neerlandês, turco, polaco e ucraniano), os módulos são igualmente acessíveis a pessoas com deficiência visual ou motora.

Impacto das políticas setoriais

Produção de eletricidade a partir do carbono

Para obter um financiamento da parte do Grupo BNP Paribas, os projetos de centrais elétricas devem cumprir critérios de eficiência energética mínimos.

As novas centrais exclusivamente a carbono devem utilizar uma tecnologia supercrítica com uma eficiência energética de rede de pelo menos 43% para os projetos situados em países de rendimento elevado de pelo menos 38% nos outros países. Para os outros, o Grupo só financiará projetos com uma intensidade de CO₂ inferior a 550 CO₂/kWh para os países de elevado rendimento e inferior a 660 CO₂/kWh para os outros países. Para as antigas centrais elétricas a carvão, o Grupo só financiará projetos de modernização se a central for posta em conformidade com as Diretivas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis da SFI para as centrais térmicas e se a eficiência energética em rede daí resultante for (i) levada a um nível no mínimo igual ao necessário para um projeto de uma nova central elétrica a carvão ou (ii) acrescida no mínimo de 10% em relação ao nível inicial₂

Desde a entrada em vigor da política sobre o carvão, em setembro de 2011, o Grupo recusou participar no financiamento de uma dezena de centrais elétricas, representando uma emissão anual de mais de 80 milhões de toneladas de CO₂, principalmente por aplicação de critérios de eficiência energética da política.

Nuclear

A política setorial aborda nomeadamente as questões de segurança, de proteção das populações e do ambiente. É composta por critérios obrigatórios relacionados com o país de acolhimento, ao track-record dos industriais que colaboram no projeto e às características tecnológicas da central em si.

Para garantir que um projeto de central nuclear está conforme à sua política, o BNP Paribas pode recorrer a especialistas independentes para realizar auditorias no local, a fim de obter as informações mais detalhadas e mais fiáveis possível sobre o projeto. O Grupo exige do cliente que torne públicas as principais conclusões desses relatórios dos especialistas. Confrontando as suas conclusões com os critérios da sua política, o Grupo pode então decidir participar ou não no projeto. Esta escolha é justificada e faz-se, portanto, em total transparência.

No contexto da aplicação da sua política, o BNP Paribas não financiou nenhuma central nuclear desde 2006.

A política Nuclear está atualmente a ser atualizada, baseado na conclusão dos testes de stress levados a cabo em diversos países, tirando lições do acidente de Fukushima.

Óleo de palma e Pasta de papel

Estas duas políticas contêm critérios ambientais precisos. Os financiamentos de projetos nestes setores são, por exemplo, condicionados pelas seguintes exigências:

- não converter lugares do património mundial da UNESCO ou zonas húmidas que figurem na lista Ramsar em plantações;
- não transformar florestas de elevado valor de conservação (FEVC) em plantações;
- estabelecer uma política de interdição das queimadas;
- estabelecer procedimentos de gestão de pântanos precisos e estrito antes da exploração de qualquer nova plantação.

Para o setor do óleo de palma, o BNP Paribas, membro da Roundtable on Sustainable Palm-Oil (RSPO) desde 2011, encoraja os agentes industriais a tornarem-se membros desta iniciativa (ou equivalente). No quadro da política setorial, os produtores devem comprometer-se a serem certificados RSPO antes de 2015, ao passo que os transformadores, negociantes e refinadores deverão estabelecer políticas que exijam que os seus fornecedores (i) sejam certificados RSPO antes de 2015 ou (ii) encorajem a rastreabilidade das suas fontes de aprovisionamento de óleo.

O Grupo entra regularmente numa iniciativa de diálogo com os seus clientes, para que estes se comprometam a melhorar os seus desempenhos ambientais. Esta abordagem construtiva baseada num estudo preciso das suas práticas e dos seus planos de ação prova ser promissora.

Várias operações com novos clientes ativos na produção de óleo de palma foram assim concluídas pelo BNP Paribas na Ásia, garantindo ainda assim a durabilidade das atividades desses novos clientes.

Em março de 2011, o BNP Paribas iniciou, assim, um diálogo e desde então visitou no Sudeste da Ásia 8 empresas que representam cerca de 18% da produção e mais de 15% das plantações de óleo de palma no mundo.

A política de financiamento e de investimento do Grupo sobre o setor da pasta e papel apoia-se nomeadamente nas normas do FSC (Forest Stewardship Council) e PEFC (Program for Endorsement of Forest Certification Schemes), que certificam a gestão sustentável das florestas cuja madeira é usada para o fabrico de papel. O BNP Paribas encoraja os produtores e os negociantes a adotar essas normas.

No quadro da aplicação da sua política sobre a Pasta de papel, o Grupo tinha posto sob vigilância, em setembro de 2011, uma importante sociedade produtora de pasta de papel que não respeitava os critérios da política setorial. Essa sociedade acabou por ser excluída do universo de financiamento e de investimento do Grupo em 2012, pois não empreendeu ações comprovadas para cumprimento da política setorial do BNP Paribas.

Uma lista de exclusão de certos bens

Em complemento às políticas setoriais, o BNP Paribas decidiu não se envolver em financiamentos, investimentos ou operações que apresentam os riscos mais elevados de impactos sobre a saúde e a segurança das populações, sobre as espécies protegidas ou sobre o ambiente em geral. Figuram nesta lista de exclusão a produção, comércio ou utilização de redes de arrasto com mais de 2,5 quilómetros de comprimento; a produção de fibras de amianto; a produção ou o comércio de produtos com PCB (bifenilos policlorados); e, finalmente, o comércio de todas as espécies ou produtos animais ou vegetais reguladas pela convenção CITES (Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna or Flora) que não seja autorizada por uma licença CITES.

Financiar as energias renováveis e as infraestruturas verdes

Com autorizações totais de créditos de perto de 7 mil milhões de euros a 30 de junho de 2012, dos quais mais de 2 mil milhões em financiamento de projetos, o Grupo BNP Paribas é um agente principal no apoio ao setor das energias renováveis.

O Grupo financiou ou aconselhou mais de 71 projetos no mundo, totalizando mais de 9.476 MW de capacidade instalada no final de 2012, ou seja, o equivalente ao consumo anual de 10 milhões de famílias francesas.

A fim de progredir na medida dos seus financiamentos em prol do setor das energias renováveis e assim melhor avaliar a sua contribuição para a transição energética, o Grupo lançou em 2012 um local de comunicação da sua exposição neste setor.

Para além da dimensão do seu compromisso, os dois elementos a reter deste balanço são a parte importante de clientes implantados nos mercados domésticos do Grupo (França, Itália, Bélgica e Luxemburgo) e na Europa do Sul, bem como o predomínio dos setores da energia eólica, hidráulica e solar.

A fim de acelerar as suas oportunidades de crescimento, ganhando em flexibilidade e em independência, o fundo BNP Paribas Clean Energy Partners foi separado da sociedade de gestão do BNP Paribas para se juntar ao Glennmont Partners.

Glennmont Partners é um dos maiores fundos de investimento dedicados às energias renováveis na Europa, com perto de 440 milhões de euros de ativos geridos. Desde a sua criação em 2008, investiu mais de mil milhões de euros numa dúzia de projetos de infraestruturas dedicadas às energias limpas, tal como os parques eólicos ou as centrais hidroelétricas.

O Grupo BNP Paribas continuará a ser um investidor no fundo e continuará a apoiar as atividades da nova empresa, no contexto de um acordo de distribuição. Acolherá a sociedade de gestão do Glennmont Partners nos seus locais e terá um papel-chave no exercício de ativos do segundo fundo da sociedade.

Alguns projetos no setor das energias renováveis em 2012

Reino Unido: Lincs

O BNP Paribas agiu enquanto Mandated Lead Arranger (estruturador) para um parque eólico marítimo de 270 MW.

Bélgica: Northwind

Em 2014, um parque eólico gigante de 72 turbinas para uma capacidade de produção total de 216 MW fornecerá uma parte importante da energia verde gerada na Bélgica (230.000 famílias serão alimentadas, o que permitirá reduzir as emissões de CO2 na Bélgica em 235.000 toneladas por ano.

2

O BNP Paribas acompanha este projeto a títulos diferentes e nomeadamente enquanto consultor financeiro dos patrocinadores e de Mandated Lead Arranger (estruturador) para o empréstimo comercial a prazo.

América latina: OAXAca II e IV

O BNP Paribas agiu enquanto Instituição financeira escrituradora (Joint Bookrunner) do empréstimo obrigatório de 300 milhões de dólares destinado a financiar os projetos OAXAca II e IV no México (dois projetos independentes de energia eólica, com uma capacidade de produção de 102 MW cada). Trata-se do primeiro projeto de energia eólica na América Latina financiado no mercado de capitais.

América do Norte: Capricorn Ridge e Desert Sunlight

O BNP Paribas acompanhou dois projetos na América do Norte:

- o projeto eólico Capricorn Ridge, da NextEra Energy Resources, o maior produtor de eletricidade de origem eólica e solar, com uma capacidade de 662,5 MW;
- o projeto Desert Sunlight, da Sumitomo, na Califórnia, uma das maiores quintas de energia solar fotovoltaica jamais construída nos Estados Unidos, com uma capacidade de 550 MW.

A AÇÃO DO GRUPO AO LADO DOS PARTICULARES

Através das suas diferentes áreas de intervenção, crédito ao consumo, locação de veículos, promoção e gestão imobiliária, o BNP Paribas propõe produtos e serviços aos clientes particulares desejosos de reduzir o seu impacto sobre o ambiente.

■ A Domofinance, filial comum da EDF e do BNP Paribas Personal Finance, especializada no financiamento do domínio do consumo energético, viu a sua atividade progredir com mais de 52.000 dossiers financiados unicamente no ano de 2012. No decurso deste ano, industriais fabricantes de equipamentos utilizados para reduzir o consumo das habitações aceitaram bonificar com a Domofinance as ofertas de empréstimo, o que permitiu sustentar a atividade e fazer beneficiar de uma oferta de empréstimo muito vantajosa o cliente particular final. Do mesmo modo, em resposta às necessidades do mercado, a Domofinance montou em 2012 uma oferta destinada à realização de trabalhos de renovação energética no habitat coletivo e, nomeadamente, nos condomínios. Permitindo a um sindicato de condóminos, pessoa moral, contrair empréstimo por cota dos condóminos que o desejarem, a oferta da Domofinance responde doravante às necessidades de renovação energética em todas as habitações, sejam individuais ou em condomínio.

Após a criação da estrutura, mais de 330.000 dossiers encontraram um financiamento adaptado e permitiram um ganho energético em 2012 equivalente ao consumo anual de perto de 30.000 fogos.

■ A Arval, filial do BNP Paribas, especialista do aluguer de longa duração de veículos multimarcas, desenvolveu soluções inovadoras para permitir aos seus clientes reduzirem o seu impacto ambiental.

■ Os especialistas da Arval propõem os veículos mais adaptados às necessidades dos seus clientes, graças ao seu conhecimento das mais recentes inovações em matéria de eficiência de motores e de carburantes alternativos. Os conselhos dados permitem reduzir a emissão de CO₂ em cerca de 5 toneladas por veículo sobre a duração do contrato.

■ Um programa de formação de condução eco-responsável ensina aos condutores como utilizar o seu veículo de modo mais eficiente. Num primeiro tempo, uma sensibilização para as boas práticas permite reduzir o seu consumo em cerca de 5% (ex.: encher os pneus a apenas 60% provoca um sobreconsumo de 1L aos 100); num segundo tempo, a formação tem como objetivo uma mudança real dos comportamentos e uma redução de 8 a 14% do consumo de carburante e das emissões de CO₂.

■ Arval fez igualmente da segurança rodoviária um tema-chave da sua responsabilidade empresarial, desenvolvendo em 2012 uma oferta de formação dedicada.

- Finalmente, graças à oferta AutoPartage, os clientes da Arval podem racionalizar as despesas ligadas à mobilidade, reduzindo a sua pegada ecológica.
- O BNP Paribas Real Estate confirmou em 2012 o seu compromisso nas suas diferentes atividades em prol do Desenvolvimento Sustentável.
- Em promoção, todas as novas operações são realizadas com as mais fortes exigências ambientais, qualidades atentadas pela obtenção de certificações atribuídas por organismos independentes:
 - no terciário, todos os imóveis de escritórios são certificados HQE/ Haute Qualité Environnementale (Elevada Qualidade Ambiental), e com um nível de desempenho "excelente", mesmo "excepcional", como por exemplo a operação Citylights de renovação dos pilares da Ponte de Sèvres, em Bolonha. Várias operações beneficiam de uma certificação dupla, senão tripla, HQE-BREEAM-DGNB por exemplo, para levar em conta as diferentes exigências internacionais;
 - no residencial, todas as habitações têm a marca BBC/Bâtiment Basse Consommation (Edifício Baixo Consumo), e uma grande parte delas têm o certificado Habitat et Environnement da CERQUAL.
- Por outro lado, foi implementada uma carta Ecofornecedores para selecionar os melhores produtos e as melhores práticas em relação a critérios de desenvolvimento sustentável.
- Em gestão de ativos (Investment Management), foi implementado um programa de auditoria energética sobre todos os imóveis que ficavam livres, a fim de construir um programa de trabalhos de melhoria. Várias operações de renovação obtiveram ou estão empenhadas na distinção BBC rénovation ou na nova certificação NF Bâtiment Tertiaire HQE rénovation.
- O BNP Paribas Real Estate obteve, a esse título, em 2012 o "Prémio de Excelência" atribuído pela CERTIVEA para a 1ª operação certificada HQE rénovation em França (Vélizy Green, propriedade da SCPI Investipierre).
- Na gestão imobiliária (Property Management), foi implementado o E@sytech, uma nova ferramenta de declaração dos dados imobiliários que permite, nomeadamente, seguir melhor e otimizar os consumos de energia. Este portal interativo é acessível a todos os agentes envolvidos na gestão de um imóvel: nomeadamente, proprietário, utilizadores e fornecedores.

O BNP Paribas Real Estate foi classificado em 6º lugar dos promotores imobiliários pela Novethic no seu barómetro de 2012 da Declaração sobre o desempenho ecológico dos Edifícios.

A REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL LIGADA AO NOSSO PRÓPRIO FUNCIONAMENTO

MEDIR AS QUESTÕES E ENVOLVER O GRUPO EM OBJETIVOS PRECISOS

A redução da pegada ambiental direta do Grupo é um dos compromissos assumidos pelo Grupo BNP Paribas no quadro da sua estratégia de RSE.

Diz respeito principalmente às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) induzidas pelo consumo energético dos edifícios e das deslocações profissionais dos colaboradores; o consumo responsável de papel; e a gestão de resíduos – incluindo, nomeadamente, os equipamentos informáticos em fim de vida.

A fim de seguir a correta realização das iniciativas assumidas relativamente a estas três questões, a Delegação da RSE dirige uma declaração ambiental que mobiliza mais de 150 colaboradores em 17 países, representando 83,7% dos efetivos Equivalentes Tempo Inteiro (ETI) geridos pelo Grupo a 31 de dezembro de 2012. São declarados cerca de quarenta indicadores nesta campanha: kWh, m³ de gás, km percorridos, litros de água, toneladas de papel, toneladas de resíduos, etc. Os resultados permitem posteriormente calcular, por extrapolação para os 16,3% não abrangidos, dados ambientais para a totalidade do Grupo, que são os mencionados neste parágrafo.

Em 2012, mais de 20.000 colaboradores do Grupo trabalharam numa entidade ou território onde o sistema de gestão ambiental está abrangido pela certificação ISO 14001.

Nos três domínios das questões principais (GEE/Papel/Resíduos), o

Grupo dotou-se de políticas internas e objetivos quantificados para 2015:

- reduzir em 10% as emissões de GEE/colaborador em comparação com 2012;
- reduzir em 15% o consumo de papel/colaborador em comparação com 2012;
- elevar a 60% a parcela de papel responsável (de reciclagem ou de florestas com gestão sustentável) entre o papel consumido internamente;
- elevar a 55% a parcela dos resíduos de papel interno recolhido para ser reciclado;
- tratar os materiais informáticos em fim de vida de acordo com uma política rigorosa que permite dominar os riscos ambientais e sociais associados.

A informação dos funcionários sobre as políticas ambientais do Grupo faz-se através de numerosos canais: espaços Intranet dedicados, difusão de políticas internas (como a política sobre o papel "Consumir menos, consumir melhor, separar mais", ou a política sobre o tratamento adaptado em fim de vida dos materiais informáticos), guias de eco-atitudes difundidos em certos países e áreas de intervenção.

O montante das disposições e garantias para riscos em matéria do ambiente é de 3,4 milhões de USD. Trata-se de uma provisão para

litígios de natureza privada e não destinada a cobrir um risco de condenação por desrespeito da regulamentação.

Pelas suas atividades, o Grupo não é uma fonte significativa de poluição sonora ou de qualquer outra forma de poluição específica.

REDUZIR EM 10% AS EMISSÕES DE GÁS COM EFEITO DE ESTUFA POR COLABORADOR EM 2015

As emissões de GEE são medidas convertendo em toneladas equivalentes de CO₂ (teqCO₂, tendo em conta os 6 GEE do protocolo de Kyoto) as energias consumidas nos edifícios (aquecimento, climatização, iluminação, alimentação dos equipamentos informáticos) e nos meios de transporte (avião, comboio, automóvel) utilizados pelos colaboradores do Grupo no âmbito das suas deslocações profissionais. Nessa base, o Grupo emitiu, em 2012, 605.644 teqCO₂ (ou seja, 3,21 teqCO₂ /ETP, contra 3,39 teqCO₂ /ETP em 2011), repartidas entre 75,7% para os seus edifícios e 24,3% para as deslocações profissionais.

A qualidade da declaração ambiental do BNP Paribas foi avaliada em 2012, com uma nota de 86/100, pelo Carbon Disclosure Project (contra 79/100 em 2011), o que coloca o Grupo entre os líderes do seu setor neste domínio.

O Grupo comprometeu-se a reduzir este rácio de teqCO₂ /ETP em 10% em 2015 por comparação com 2012, através de três alavancas: a eficiência energética dos edifícios, a redução dos consumos induzidos pelos equipamentos informáticos (incluindo os data centers) e a otimização das deslocações profissionais.

O consumo energético do Grupo terá sido de 1.751 GWh em 2012, contra 1.950 GWh em 2011. Reportado ao número de m² de edifícios (edifícios de escritórios, agências, data centers...), este consumo é de 227 kWh/m² contra 233 kWh/m² em 2011. A redução deste consumo é objeto de numerosas iniciativas. Assim, na Bélgica, o Grupo empenhou-se em reduzir este consumo em 13% entre 2010 e 2015. Em França, estão em fase de implementação módulo de gestão energética em todas as agências do BDDF, as quais são, por outro lado, certificadas com a ISO 14001. Onde quer que seja possível, no Grupo, os aportes térmicos e luminosos necessários aos edifícios são otimizados por meio das tecnologias mais inovadoras; no Japão, a climatização de certos imóveis só se liga a partir dos 28°C; em Marrocos, os telerruptores permitiram reduzir 15% o consumo energético nas agências e 25% na sede social.

As energias renováveis representaram 10,6% deste consumo, contra 9,3% em 2011. São provenientes ou de compra de certificados de energias renováveis ou de consumo direto de energia renovável produzida nos edifícios do Grupo (instalações fotovoltaicas nos telhados de agências do First Hawaiian Bank e do BNL em Itália, caldeira a biomassa num local em França, etc.).

As deslocações profissionais, que constituem a outra fonte contabilizada nas emissões de GEE, representaram 871 milhões de km percorridos, ou seja, 4.618 km/ETP (dos quais, 62,6% de avião, 11,9% de comboio e 25,5% de automóvel) pelos colaboradores do Grupo em 2012 (contra 4.979 km/ETP em 2011). Numerosas iniciativas foram tomadas para as reduzir, nomeadamente com recurso a instrumentos de substituição: conferência web, videoconferência ou telepresença.

A adaptação às alterações climáticas é um tema considerado pelo Grupo, nomeadamente através do seu Plano de continuidade de atividade, que integra a gestão de acontecimentos climáticos extremos e das suas consequências nas infraestruturas sensíveis do Grupo, nomeadamente nos seus data centers. Também é considerado nos trabalhos de investigação científica financiados em 3 milhões de euros pelo Grupo no âmbito do seu programa de mecenato "Climate Initiative" que estudam, entre outros assuntos, a previsibilidade do clima à escala temporal de décadas, que corresponde à vida útil de numerosas infraestruturas, como as centrais de produção elétrica, a engenharia civil e as redes de saneamento de água, pelo que é muito importante pensar sobre a sua boa adaptação às alterações climáticas potenciais. Estudam também a antecipação de certos impactos do aumento das emissões de GEE, como a acidificação dos oceanos e as suas consequências sobre os recursos haliéuticos. O parágrafo "Mecenato climático" deste capítulo apresenta mais informações sobre estes projetos.

CONSUMIR MENOS PAPEL E RECORRER A PAPEL RESPONSÁVEL

Em conformidade com a sua Política sobre Papel adotada em 2011 (ver <http://www.bnpparibas.com/banque-responsable/rse/responsabilite-environnementale/impacts-directs>), o Grupo reduziu em 2012 o seu consumo de papel a 33.756 toneladas (contra 37.739 toneladas em 2011), ou seja, 179 kg/ETP contra 190 kg/ETP em 2011. A redução dos consumos apoia-se, frequentemente, como é o caso, por exemplo, do BNP Paribas nos EUA, o TEB na Turquia, a Arval ou ainda Cardif, em Paris, na substituição de equipamentos individuais por equipamentos mutualistas, onde o utilizador tem de vir confirmar no lugar a impressão que mandou fazer a partir do seu posto de trabalho, o que permite evitar as impressões feitas mas nunca recolhidas.

Por outro lado, a taxa de papel responsável (i.e. reciclado a mais de 50%, ou com rótulo PEFC ou FSC) passou de 39,1% para 43,5% entre 2011 e 2012. Mais amplamente, as mobílias de escritório concebidas de modo ecológico são privilegiadas nos concursos e representaram 14,9% das compras totais de mobiliário de escritório em 2012 (contra 10,2% em 2011).

REDUZIR OS RESÍDUOS E ASSEGURAR A SUA RECICLAGEM SEMPRE QUE POSSÍVEL, NOMEADAMENTE PARA O PAPEL E OS EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS EM FIM DE VIDA

Em 2012, o Grupo gerou 37.841 toneladas de resíduos, ou seja, 201 kg/ETP. 38% destas toneladas foram posteriormente objeto de reciclagem.

A maior parte destes resíduos é constituída por papel; o Grupo comprometeu-se a atingir 35% de papel recolhido para reciclagem em 2013, seguido de 55% em 2015.

Além disso, o Grupo adotou em 2011 uma política de tratamento dos equipamentos informáticos (PC, servidores, ecrãs...) em fim de vida para o Grupo. Orientada segundo três fileiras (doação/revenda/desmantelamento), tem como objetivo oferecer uma segunda via aos materiais sempre que possível, assegurando sempre a sua rastreabilidade. O desmantelamento só é considerado em último recurso, e procurando então juntamente com os prestadores maximizar a taxa de reciclagem, e sempre no estrito respeito das normas ambientais em vigor.

LUTAR CONTRA A EROSÃO DA BIODIVERSIDADE E DOMINAR O CONSUMO DE ÁGUA

O BNP Paribas contribui para a luta contra a erosão da biodiversidade através de dois eixos:

- o primeiro tem a ver com o reforço da biodiversidade ordinária do parque do Domaine des Voisins, em Louveciennes (França), de 23 ha, que pertence ao Grupo e que foi objeto, em 2012, de um plano de ação com vista ao desenvolvimento da biodiversidade: supressão progressiva dos insumos fitossanitários, iniciativa "jardim em movimentos", pradarias floridas, gestão responsável da ceifa, controlo das espécies invasivas, manutenção de caixas de nidificação, etc.;
- o segundo tem a ver com as aquisições de papel; favorecendo o recurso ao papel responsável (cuja pasta seja feita a partir de papel reciclado ou de madeiras de florestas geridas sustentavelmente – selos verdes PEFC ou FSC), o BNP Paribas contribui para proteger os ecossistemas florestais, a biodiversidade que eles abrigam e os serviços que eles prestam.

O controlo dos impactos sobre o ecossistema passa também por uma atenção sobre o consumo de água, que foi de 26,6 m³/ETP em 2012, contra 34,2 m³/ETP em 2011. A redução deste consumo, nomeadamente nos países onde os recursos hídricos são limitados, apoia-se sobre a instalação de contadores para identificar as fugas, equipamentos que otimizam os débitos necessários nos espaços sanitários e as boas práticas de gestão no domínio da restauração empresarial.

O APOIO À INVESTIGAÇÃO CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Grupo BNP Paribas esforça-se não apenas por cuidar do impacto potencial da sua própria atividade, mas também por dar o seu apoio a ações em prol da proteção do ambiente.

Em 2012, a Fondation BNP Paribas, em estreita colaboração com a Delegação da RSE, continuou com a Climate Initiative, o seu programa de mecenato lançado em 2011 em prol da investigação fundamental sobre as alterações climáticas.

Dotado de um orçamento de três milhões de euros em três anos, este programa acompanha cinco projetos internacionais de investigação, conduzidos por laboratórios de envergadura internacional. Contribuirão para uma melhor compreensão do funcionamento do sistema climático e para a antecipação das suas consequências possíveis:

- "eFOCE": a acidificação do oceano ligada à absorção pela água salgada de um quarto do CO₂ emitido afeta a fauna e a flora marinhas. O objetivo do eFOCE é verificar, em meio natural e a longo prazo, as hipóteses formuladas sobre os processos biológicos ligados a esta evolução, porque o estudo em laboratório sobre um caso isolado não permitiria tirar conclusões globais.

O financiamento do BNP Paribas permitiu conceber um dispositivo inovador adaptado à manipulação complexa da acidez da água em meio natural. Foi concebida uma caixa, que permanece aberta para não aprisionar as espécies, para acolher a flora ou a fauna a estudar. Controlada por sensores, é alimentada permanentemente com água saturada à taxa de CO₂ que se prevê à existir no fim do século.

No final de 2012, as algas afetadas negativamente pela acidificação já foram estudadas. Em 2013, será a vez de uma importante planta do Mediterrâneo, capaz, pelo contrário, de utilizar o CO₂.

- "Acesso aos arquivos do clima": graças ao apoio da Fundação, a partir do fim do primeiro trimestre de 2013, os dados meteorológicos recolhidos em França de 1855 a 1960, ou seja, cem anos de medições, serão integralmente postos à disposição da comunidade científica mundial, no âmbito do projeto de Météo France e dos Arquivos nacionais. Até então inexploráveis, os 6.300 caixotes destes arquivos, progressivamente desempoeirados e livres de amianto, começam a entregar os seus segredos.

Constituem uma base preciosa para os investigadores, porque voltar atrás no tempo ajuda a consolidar a compreensão do clima e permite afinar o diagnóstico quanto ao impacto da atividade humana. Tirar proveito de todos os recursos existentes é, portanto, essencial para antecipar as evoluções. Estes arquivos serão igualmente explorados como material pedagógico e serão objeto de uma grande exposição em 2015.

- "Subglaciar": este projeto tem como objetivo analisar pela primeira vez a atmosfera terrestre de há mais de um milhão de anos, um período até agora ainda não explorado devido à falta de meios e que conheceu uma grande transição climática. Analisar o ar aprisionado nestes glaciares polares e estabelecer uma ligação entre o seu teor em CO₂ e as perturbações climáticas de então permitiria estimar melhor a sensibilidade do clima ao aumento do CO₂ devido à atividade humana atual. Foi imaginada uma sonda revolucionária com um laser para

fazer análises instantâneas do gelo no local. Transmitindo os dados em tempo real para a superfície, é capaz de, num único verão astral, ir muito além das cenouras que remontam, no máximo, a 800.000 anos em muitos campos. O apoio do BNP Paribas foi decisivo para lançar um protótipo e trabalhar sobre uma técnica de perfuração; serviu de alavanca para a obtenção de um importante financiamento do Conselho Europeu da Investigação (ERC) bem como uma ajuda da Agência Nacional da Investigação (ANR). Assim, este projeto poderá ser levado a termo com uma campanha de medidas previstas em 2016-2017.

- "PRECLIDE": prever as evoluções do clima nos próximos 10 a 30 anos: esse é o objetivo deste projeto, a fim de dispormos de projeções à escala do tempo humano, mais próximo das preocupações dos decisores e dos cidadãos. Para iniciar modelos climáticos, os investigadores exploram, por um lado, medidas oceanográficas e, por outro, parâmetros atmosféricos. Posteriormente, realizam previsões retrospectivas, que comparam com a realidade, para afinar os modelos.

Durante esta primeira fase do projeto, o apoio do BNP Paribas permitiu unir o modelo atmosférico da Météo France e o modelo oceânico Nemo, do CNRS. Foram lançadas previsões de 5 em 5 anos a partir dos dados disponíveis desde 1960. Os primeiros resultados, atualmente retirados, confirmam que as previsões relativas à década são possíveis. A partir de 2014, após o aperfeiçoamento do modelo com novas simulações, serão comunicadas previsões todos os anos, a fim de sensibilizar para as grandes questões climáticas do futuro.

- "Global Carbon Atlas": a ambição é criar um mapa interativo dos locais de emissão e de absorção de gás carbónico, bem como dos fluxos de gás com efeito de estufa em redor do planeta. Numerosos trabalhos de investigação estudam-nos a nível local, mas a sua repartição e flutuações permanecem desconhecidas, ao passo que este projeto propõe uma visão sintética global.

O financiamento da Fondation BNP Paribas permitiu recrutar um cientista que, ao longo do quarto trimestre de 2012, inventariou, recolheu e harmonizou todos os dados internacionais. Em 2013, isso permitirá que um informático os traduza sob a forma de mapas acompanhados de textos explicativos, para que os cidadãos, os decisores e os eleitos se possam deles apropriar.

A nível local, o BNP Paribas apoia igualmente outros programas de investigação. Entre eles :

- na Ásia: colaboradores da GECD colaboram com o Asia Investor Group on Climate Change (AIGCC) e universidade, de modo a analisar os impactos financeiros potenciais das alterações climáticas sobre as empresas implantadas no delta do rio Pearl. Esta região, particularmente vulnerável aos riscos ambientais, é economicamente essencial, porque gera um terço das exportações da China;

- Na Bulgária: a Fondation BNP Paribas Bulgaria financia quatro geradores eólicos numa base antártica búlgara dedicada a trabalhos de investigação sobre as alterações climáticas.

7.6 Tabela de conformidade com a lista das informações sociais, ambientais e societárias exigidas pelo artigo 225 da lei Grenelle II

Tabela de conformidade com a lista das informações sociais, ambientais e societárias exigidas pelo artigo 225 da lei Grenelle II.

Informações exigidas pelo artigo 225 da lei francesa Grenelle II, Artigo R.225-105-1 do Código comercial, Decreto nº 2012-557 de 24 de abril de 2012	Páginas correspondente
1º INFORMAÇÕES SOCIAIS	
a) Emprego	
■ O efetivo total e a repartição dos funcionários por sexo, por idade e por área geográfica	390-391 ; 395
■ As contratações e as demissões	391-392
■ As remunerações e a sua evolução	401-402
b) Organização do trabalho	
■ A organização do tempo de trabalho	393
■ O absentismo	393
c) Relações sociais	
■ A organização do diálogo social, nomeadamente os procedimentos de informação e de consulta do pessoal e de negociação com o mesmo	399-400
■ O balanço dos acordos coletivos	399
d) Saúde e Segurança	
■ As condições de saúde e segurança no trabalho	402-403
■ O balanço dos acordos assinados com as organizações sindicais ou os representantes do pessoal em matéria de saúde e segurança no trabalho	402
■ Os acidentes de trabalho, nomeadamente a sua frequência e gravidade bem como as doenças profissionais	402
e) Formação	
■ As políticas implementadas em matéria de formação	393-394
■ O número total de horas de formação	394
f) Igualdade de tratamento	
■ As medidas tomadas em prol da igualdade entre mulheres e homens	395-398
■ As medidas tomadas em prol do emprego e da inserção de pessoas portadoras de deficiência	396-398
■ A política de luta contra as discriminações	395-398
g) Promoção e respeito do disposto nas convenções fundamentais da OIT relativas	
■ Ao respeito da liberdade de associação e ao direito de negociação coletiva	398-399
■ À eliminação de discriminações em matéria de emprego e profissão	391-392 ; 394-398
■ À eliminação do trabalho forçado ou obrigatório	398
■ À abolição efetiva do trabalho infantil	398

ões exigidas pelo artigo 225 da lei francesa Grenelle II, Artigo R.225-105-1 do Código comercial, Decreto n°2012-557 de 24 de abril de 2012	Páginas correspondente
2° INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	
a) Política geral em matéria ambiental	
■ A organização da sociedade para levar em consideração questões ambientais e, se aplicável, as iniciativas de avaliação ou de certificação em matéria de ambiente	376-377 ; 414 ; 418
■ As ações de formação e de informação dos funcionários ministradas quanto à proteção do ambiente	415 (impactos indiretos) ; 418 (impactos diretos)
■ Os meios dedicados à prevenção de riscos ambientais e de poluições	414-416 (impactos indiretos); 418-419 (impactos diretos)
■ O montante das provisões e garantias para riscos em matéria do ambiente, sob reserva que esta informação não seja de natureza a causar um prejuízo sério à sociedade num litígio em curso	418
b) Poluição e gestão de resíduos	
■ As medidas de prevenção, de redução ou de reparação dos lançamentos para o ar, a água e o solo que afetem gravemente o ambiente	414-416 (impactos indiretos); 418-419 (impactos diretos)
■ As medidas de prevenção, de reciclagem e de eliminação dos resíduos	419 (impactos diretos)
■ A abordagem do ruído e de todas as outras formas de poluição específica de uma atividade	Não pertinente cf. pág. 418
c) Utilização sustentável dos recursos	
■ O consumo de água e o aprovisionamento de água em função das restrições locais	414 (impactos indiretos); 419 (impactos diretos)
■ O consumo de matérias primas e as medidas tomadas para melhorar a eficácia na sua utilização	419 (impactos diretos)
■ O consumo de energia, as medidas tomadas para melhorar a eficiência energética e o recurso às energias renováveis	414-417 (impactos indiretos); 418-419 (impactos diretos)
■ A utilização dos solos	414-415 (impactos indiretos)
d) Alterações climáticas	
■ As emissões de gases com efeito de estufa	414-417 (impactos indiretos); 418-419 (impactos diretos); 420 (mecenato)
■ A adaptação às consequências das alterações climáticas	419 (impactos diretos); 420 (mecenato)
e) Proteção da biodiversidade	
■ as medidas tomadas para preservar ou desenvolver a biodiversidade	414-416 (impactos indiretos); 419 (impactos diretos)
3° INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS COMPROMISSOS SOCIETAIS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
a) Impacto territorial, económico e social da atividade da sociedade	
■ Em matéria de emprego e de desenvolvimento regional	380-382 ; 389 ; 391-392; 404-408
■ Sobre as populações ribeirinhas ou locais	380-382 ; 389 ; 404-408
b) Relações com as pessoas ou as organizações interessadas pela atividade da sociedade, nomeadamente as associações de inserção, os estabelecimentos de ensino, as associações de defesa do ambiente, as associações de consumidores e as populações ribeirinhas	
■ As condições do diálogo com essas pessoas ou organizações	379-380
■ As ações de parceria ou de mecenato	409-412 ; 420
c) Subcontratação e fornecedores	
■ A consideração, na política de compras, das questões sociais e ambientais	379-380 ; 413
■ A importância da subcontratação e a consideração, nas relações com os fornecedores e os subcontratados, das suas responsabilidades sociais e ambientais	379-380 ; 413
d) Lealdade das práticas	
■ As ações empreendidas para prevenir a corrupção	377 ; 379 ; 386
■ As medidas tomadas em prol da saúde e segurança dos consumidores	407 ; 416
e) Outras ações empreendidas, a título deste 3º, em prol dos Direitos Humanos	
	413

7.7 Certificado de presença e relatório de garantia moderada do Revisor Oficial de contas sobre os procedimentos de estabelecimento das informações sociais, ambientais e societais

BNP Paribas
3, rue d'Antin
75009 Paris

Exmo Sr,

No seguimento do pedido que nos foi dirigido e em nossa qualidade de Revisor Oficial de Contas da sociedade BNP Paribas SA (a "Sociedade"), apresentamos-lhe o nosso certificado de presença sobre as informações sociais, ambientais e societais consolidadas apresentadas no relatório de gestão estabelecido a título do exercício findo a 31 de dezembro de 2012, em conformidade com o disposto no artigo L225-102-1 do Código Comercial, bem como o nosso relatório de garantia moderada sobre os procedimentos de estabelecimento dessas informações.

RESPONSABILIDADE DA DIREÇÃO

Cabe ao Conselho de administração da Sociedade estabelecer um relatório de gestão incluindo informações sociais, ambientais e societais consolidadas previstas no artigo R225-105-1 do Código Comercial (doravante, "Informações"), estabelecidas em conformidade

com referenciais utilizados (os "Referenciais") pela Sociedade e disponíveis na Delegação da Responsabilidade social e ambiental da Sociedade.

INDEPENDÊNCIA E CONTROLO DE QUALIDADE

A nossa independência define-se pelos textos regulamentares, o Código deontológico da profissão bem como o disposto no artigo L822-11 do Código comercial. Por outro lado, implementámos um sistema de controlo de qualidade que compreende políticas

e procedimentos documentados com o objetivos de assegurar a conformidade com as regras deontológicas, as normas profissionais e os textos legais e regulamentares aplicáveis.

RESPONSABILIDADE DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Cabe-nos, com base no nosso trabalho:

- atestar que as Informações requeridas são apresentadas no relatório de gestão ou são objeto, em caso de omissão, de uma explicação em conformidade com a terceira alínea do artigo R225-105 do Código Comercial e com o decreto n° 2012-557 de 24 de abril de 2012 (o "certificado de presença");

- exprimir uma conclusão de garantia moderada sobre o facto de que os procedimentos de estabelecimento das Informações não apresentam anomalias significativas em relação aos Referenciais (o "Relatório de garantia moderada").

Apelámos, para nos ajudar na realização do nosso trabalho, aos nossos especialistas em responsabilidade societal.

I. CERTIFICADO DE PRESENÇA

Conduzimos os trabalhos seguintes em conformidade com as normas de exercício profissional aplicáveis em França :

- comparámos as informações apresentadas no relatório de gestão com a lista prevista no artigo R225-105-1 do Código comercial ;
- verificámos que as informações cobriam o perímetro consolidado, ou seja a sociedade assim com as suas filiais na aceção do artigo L233-1 e as sociedades que esta controla na aceção do artigo L233-3 do Código de comercial ;
- em caso de omissão de certas informações consolidadas, verificámos que eram fornecidas explicações em conformidade com o decreto n° 2012-557 de 24 de abril de 2012.

Com base nestes trabalhos, certificamos a presença neste relatório de gestão das informações requeridas.

II. RELATÓRIO DE GARANTIA MODERADA

Natureza e extensão dos trabalhos

Efetuámos os nossos trabalhos em conformidade com a norma ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements) e a doutrina profissional aplicável em França. Implementámos as seguintes diligências com vista a obter uma garantia moderada sobre o facto que os procedimentos de estabelecimento das informações não têm anomalias significativas relativamente aos referenciais. Uma garantia de nível superior teria necessitado de trabalhos de verificação mais extensos.

Efetuámos os trabalhos seguintes :

- avaliamos o carácter apropriado dos Referenciais no que se regere à sua pertinência, exaustividade, neutralidade, carácter compreensível e fiabilidade, tendo em consideração, se necessário, as boas práticas do setor ;
- verificámos a implementação no grupo BNP Paribas de processos de recolha, compilação, tratamento e controlo visando a exaustividade e a coerência das informações. Tomámos conhecimento dos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos relativos a estes processos ;

- ao nível da sede e das entidades seleccionadas em função da sua atividade, da sua contribuição para os indicadores consolidados, da sua implicação e de uma análise de risco :

- entrevistámos pessoas responsáveis pelo reporting social e ambiental para verificar a boa compreensão e a correta aplicação dos procedimentos,
- examinámos, com base nos inquéritos, o funcionamento dos processos de recolha. Para tal, levámos a cabo testes de pormenor através de inquéritos sobre alguns indicadores mais importantes no que se refere às consequências sociais e ambientais ligadas à atividade e às características do grupo assim como aos seus compromissos societários ;

- ao nível da sede, implementámos testes de coerência, com base em inquéritos, para verificar a correta centralização e consolidação dos dados numéricos;

- ao nível das entidades seleccionadas, implementámos testes de pormenor, com base em inquéritos, para verificar os cálculos efetuados e comparar os dados com os documentos justificativos.

As entidades seleccionadas foram as seguintes :

- BNP Paribas SA (França),
- BNP Paribas Fortis (Bruxelas, Bélgica),
- Bank of the West (São Francisco, Estados Unidos),
- TEB (Istambul, Turquia) ;

- por fim, avaliamos a pertinência das explicações relativas, se necessário, à ausência de certas informações.

Conclusão

Com base nos nossos trabalhos, não identificámos anomalias significativas de natureza a por em causa os procedimentos de estabelecimento das informações relativamente aos Referenciais da Sociedade.

Neuilly-sur-Seine, a 8 de março de 2013

Um dos Revisores oficiais de contas

PricewaterhouseCoopers Audit

Étienne Boris

Associado

Sylvain Lambert

Associado do Departamento Desenvolvimento Sustentável

8

INFORMAÇÕES GERAIS

8.1	Documentos acessíveis ao público	426
8.2	Contratos importantes	426
8.3	Situação de dependência	426
8.4	Mudança significativa	427
8.5	Investimentos	427
8.6	Atos constitutivos e estatutos	428
8.7	Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados	433

8.1 Documentos acessíveis ao público

Este documento está disponível no sítio internet www.invest.bnpparibas.com ou no da Autoridade dos Mercados Financeiros www.amf-france.org.

Qualquer pessoa que queira obter mais informações sobre o Grupo BNP Paribas pode, sem qualquer compromisso, solicitar os documentos:

■ por correio:

BNP Paribas – Finance Groupe
Relations Investisseurs et Information Financière
3, rue d'Antin – CAA01B1
75002 Paris

■ por telefone: 01 40 14 63 58

A informação legal está disponível no sítio: <http://invest.bnpparibas.com/fr/pid757/information-r-eglement-ee.html>.

8.2 Contratos importantes

Até à data, o BNP Paribas não celebrou nenhum contrato importante, além dos celebrados no âmbito normal dos seus negócios, que lhe confira uma obrigação ou um compromisso dirimente para todo o Grupo.

8.3 Situação de dependência

Em abril de 2004 entrou em funcionamento a empresa em joint venture «BNP Paribas Partners for Innovation» (BP²¹) que, constituída com a IBM France no final de 2003, presta serviços de infraestrutura de produção informática para o BNP Paribas e várias das suas filiais francesas (BNP Paribas Personal Finance, BP2S, BNP Paribas Cardif...) ou europeias (Suiça, Itália). Em meados de dezembro de 2011, o dispositivo contratual com a IBM France foi renovado e prolongado até ao final de 2017. Em finais de 2012, foi celebrado um acordo para alargar este dispositivo progressivamente ao BNP Paribas Fortis a partir de 2013.

O BP²¹ está colocado sob o controlo operacional da IBM France; o BNP Paribas exerce uma forte influência sobre esta entidade que detém em partes iguais com a IBM France: os recursos humanos do BNP Paribas disponibilizados ao BP²¹

perfazem metade do seu efetivo permanente, os edifícios e os centros de tratamento pertencem ao Grupo, a governação implementada garante contratualmente ao BNP Paribas uma supervisão do dispositivo e a sua reintegração no Grupo se for necessário.

A ISFS, empresa detida a 100 % pelo grupo IBM, assegura igualmente serviços de infraestrutura de produção informática para o BNP Paribas Luxemburgo.

A produção informática do BancWest é garantida por um fornecedor externo: Fidelity Information Services. A produção informática de Cofinoga França é assegurada pela SDDC, uma empresa detida a 100 % pela IBM.

8.4 Mudança significativa

Não ocorreu nenhuma mudança significativa da situação financeira ou comercial do Grupo desde o fim do último exercício, em relação ao qual foram publicadas as Demonstrações financeiras verificadas, e em particular desde a assinatura, em 8 de março de 2013, do relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas.

8.5 Investimentos

Desde o dia 1 de janeiro de 2010, os investimentos de um montante unitário superior a 500 milhões de euros, considerado significativo à escala do Grupo, são os seguintes:

País	Data do anúncio	Transação	Valor da transação	Comentários
Itália	22 junho 2011	Aquisição pelo BNP Paribas, junto do grupo Intesa Sanpaolo, da sua participação de 25 % do capital de Findomestic	629 M€ (para 25 %)	Aquisição maioritária de 100 % do capital de Findomestic pelo BNP Paribas Personal Finance

8.6 Atos constitutivos e estatutos

Os estatutos do BNP Paribas podem ser consultados no sítio internet www.invest.bnpparibas.com e estão disponíveis mediante simples pedido para a morada indicada no ponto 8.1.

Os estatutos atualizados em 9 de janeiro de 2013 são reproduzidos seguidamente na íntegra:

TÍTULO I

FORMA – DENOMINAÇÃO – SEDE SOCIAL - OBJETO

Artigo 1º

A Sociedade denominada BNP Paribas é uma sociedade anónima autorizada na qualidade de banco por aplicação das disposições do Código Monetário e Financeiro (Livro V, Título I) relativas aos estabelecimentos do sector bancário.

A Sociedade foi fundada segundo um decreto de 26 de maio de 1966, a sua duração foi aumentada para noventa e nove anos a contar de 17 de setembro de 1993.

Além das regras particulares ligadas ao seu estatuto de estabelecimento do sector bancário (Livro V, Título I do Código Monetário e Financeiro), o BNP PARIBAS é regido pelas disposições do Código Comercial relativas às sociedades comerciais, assim como pelos presentes estatutos.

Artigo 2º

A sede do BNP PARIBAS está estabelecida em PARIS (9º *arrondissement*) 16, Boulevard des Italiens.

Artigo 3º

O BNP PARIBAS tem por objeto, nas condições determinadas pela legislação e regulamentação aplicável aos estabelecimentos de crédito que receberam a autorização do *Comité des Etablissements de Crédit et des Entreprises d'Investissement* enquanto estabelecimento de crédito, fornecer ou efetuar com todas as pessoas singulares ou coletivas, tanto em França como no estrangeiro:

- todos os serviços de investimento,
- todos os serviços conexos aos serviços de investimento,
- todas as operações bancárias,
- todas as operações conexas às operações bancárias,
- todas as participações,

no sentido do Livro III, Título I relativo às operações bancárias, e Título II relativo aos serviços de investimento e os seus serviços conexos, do Código Monetário e Financeiro.

O BNP PARIBAS pode igualmente a título habitual, nas condições definidas pela regulamentação bancária, exercer qualquer outra atividade ou efetuar quaisquer outras operações que não sejam as supracitadas e nomeadamente todas as operações de arbitragem, de corretagem e de comissão.

De um modo geral, o BNP PARIBAS pode efetuar, por si próprio e por conta de terceiros ou em participação, todas as operações financeiras, comerciais, industriais ou agrícolas, mobiliárias ou imobiliárias que possam dizer direta ou indiretamente respeito às atividades acima enunciadas ou suscetíveis de facilitar o seu cumprimento.

TÍTULO II

CAPITAL SOCIAL – AÇÕES

Artigo 4º

O capital social é fixado em 2.484.523.922 euros; está dividido em 1.242.261.961 ações com valor nominal de 2 euros cada uma integralmente realizadas.

Artigo 5º

As ações integralmente realizadas são de forma nominativa ou ao portador, à escolha do titular, sob reserva das disposições legais e regulamentares em vigor.

As ações dão lugar à inscrição em conta nas condições e de acordo com as modalidades previstas pelas disposições legislativas e regulamentares em vigor e transmitem-se por transferência entre contas.

A Sociedade pode pedir a comunicação das informações relativas à composição da sua estrutura de acionistas em conformidade com as disposições do artigo L.228-2 do Código Comercial.

Qualquer acionista agindo só ou em concertação, sem prejuízo dos limites visados no artigo L.233-7, alínea 1, do Código Comercial, que venha a deter direta ou indiretamente pelo menos 0.5% do capital ou dos direitos de voto da Sociedade ou um múltiplo desta percentagem inferior a 5 % deve informar, por carta registada com aviso de receção, a Sociedade no prazo previsto no artigo L.233-7 do Código Comercial.

Para além de 5 %, a obrigação de declaração prevista na alínea anterior incide sobre frações do capital ou dos direitos de voto de 1 %.

As declarações mencionadas nas duas alíneas anteriores são igualmente feitas quando a participação no capital se torna inferior aos limites acima mencionados.

O não cumprimento de declaração dos limites, tanto legais como estatutários, dá lugar à privação dos direitos de voto nas condições previstas no artigo L.233-14 do Código Comercial a pedido de um ou vários acionistas detendo em conjunto de pelo menos 2 % do capital ou dos direitos de voto da Sociedade.

Artigo 6º

Cada ação dá direito na propriedade do ativo social e no excedente de liquidação a uma parte igual à quota de capital que representa.

Sempre que for necessário possuir vários títulos para exercer um direito qualquer, nomeadamente em caso de troca, de reagrupamento ou de atribuição de títulos, ou no seguimento de um aumento ou de uma redução de capital, independentemente das suas modalidades, de uma fusão ou de qualquer outra operação, os proprietários de títulos em número inferior ao requerido só podem exercer os seus direitos se tratarem pessoalmente do agrupamento e eventualmente, da compra ou da venda do número de títulos ou de direitos formando valores não inteiros necessários.

TÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º

A Sociedade é administrada por um Conselho de administração composto por:

1/ Administradores nomeados pela Assembleia Geral ordinária dos acionistas

O seu número é de nove no mínimo e de dezoito no máximo. Os administradores eleitos pelos assalariados não são considerados para a determinação do número mínimo e máximo de administradores.

A duração das suas funções é de três anos.

Quando por aplicação das disposições legislativas e regulamentares em vigor, um administrador é nomeado em substituição de outro, este só exerce as suas funções durante o período que faltar para o fim do mandato do seu antecessor.

As funções de um administrador cessam no término da reunião da Assembleia Geral ordinária que delibera sobre as contas do exercício findo, realizada no ano durante o qual expira o seu mandato.

Os administradores são sempre reelegíveis, sob reserva das disposições legais relativas nomeadamente à sua idade.

Cada administrador, incluindo os administradores eleitos pelos assalariados, deve ser proprietário de pelo menos 10 ações.

2/ Administradores eleitos pelo pessoal assalariado do BNP PARIBAS SA

O estatuto e as modalidades de eleição destes administradores são fixados pelos artigos L. 225-27 a L. 225-34 do Código Comercial, assim como pelos presentes Estatutos.

São dois no total, um dos quais representando os quadros e o outro os técnicos das áreas de intervenção do banco.

São eleitos pelo pessoal assalariado do BNP PARIBAS SA

A duração dos seus mandatos é de três anos.

As eleições são organizadas pela Direção Geral. O calendário e as modalidades das operações eleitorais são estabelecidos por esta em concertação com as organizações sindicais representativas a nível nacional dentro da empresa, de tal forma que a segunda volta possa ter lugar o mais tardar quinze dias antes do fim do mandato dos administradores cessantes.

A eleição tem lugar em cada um dos colégios por escrutínio maioritário de duas voltas.

Cada candidatura apresentada durante a primeira volta das eleições deve incluir, além do nome do candidate, o do seu eventual substituto.

Nenhuma modificação das candidaturas pode intervir durante a segunda volta.

Os candidatos devem pertencer ao colégio no qual são apresentados.

As candidaturas diferentes daquelas apresentadas por uma organização sindical representativa a nível da empresa devem ser acompanhadas de um documento apresentando os nomes e assinaturas de cem eleitores pertencentes ao colégio do qual elas dependem.

Artigo 8º

O Presidente do Conselho de Administração é nomeado entre os membros do Conselho de Administração.

Sob proposta do Presidente, o Conselho de Administração pode designar um ou vários Vice-presidentes.

Artigo 9º

O Conselho reúne-se sempre que o interesse da Sociedade o exija. Reúne-se por convocação do seu Presidente. Pelo menos um terço dos administradores pode pedir ao Presidente para convocar o Conselho para uma determinada ordem de trabalhos, mesmo se a última reunião tiver sido há menos de dois meses. O Diretor Geral pode igualmente pedir ao Presidente para convocar o Conselho para uma determinada ordem de trabalhos.

As reuniões do Conselho de administração têm lugar ou na sede social, ou em qualquer outro sítio indicado na convocatória.

As convocatórias são feitas por qualquer meio e mesmo verbalmente.

O Conselho pode sempre validamente deliberar, mesmo na ausência de convocatória, se todos os seus membros estiverem presentes ou representados.

Artigo 10º

As reuniões do Conselho de Administração são presididas pelo Presidente, um administrador proposto pelo Presidente para tal, ou se tal não suceder pelo administrador mais velho.

Qualquer administrador poderá assistir e participar no Conselho de Administração por videoconferência ou por todos os meios de telecomunicação e teletransmissão, incluindo a internet nas condições previstas pela regulamentação aplicável no momento da sua utilização.

Qualquer administrador impedido de assistir a uma reunião do Conselho pode mandar, por escrito, um dos seus colegas para o representar, mas cada administrador pode representar apenas um dos seus colegas e cada poder apenas pode ser concedido para uma determinada reunião do Conselho.

A presença de pelo menos metade dos membros do Conselho é necessária para a validade das deliberações.

Em caso de vaga, por qualquer razão que seja, de um ou mais lugares de administradores eleitos pelos assalariados, não podendo dar lugar à substituição prevista no artigo L. 225-34 do Código Comercial, o Conselho de Administração é regularmente composto pelos administradores eleitos pela Assembleia Geral dos acionistas e pode reunir-se e deliberar validamente.

Membros da Direção podem assistir, com voz consultiva, às reuniões do Conselho a pedido do Presidente.

Um membro titular da comissão central de trabalhadores, designado por esta última, assiste, com voz consultiva, às sessões do Conselho nas condições previstas pela legislação em vigor.

As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes ou representados. Em caso de empate na votação, o voto do Presidente de sessão é preponderante, exceto quando se trata da proposta da nomeação do Presidente do Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho são verificadas por atas inscritas num registo especial, estabelecido em conformidade com a legislação em vigor e assinadas pelo Presidente de sessão, assim como por um dos membros do Conselho que tenha tomado parte na deliberação.

O Presidente designa o secretário do Conselho que pode ser escolhido fora dos seus membros.

As cópias ou certidões destas atas são validamente assinadas pelo Presidente, o Diretor Geral, os Diretores Gerais delegados ou um dos procuradores especialmente mandatado para o efeito.

Artigo 11º

A Assembleia Geral ordinária pode atribuir aos administradores fichas de presença nas condições previstas pela lei.

O Conselho de Administração distribui esta remuneração entre os seus membros como bem entender.

O Conselho pode atribuir remunerações excecionais para as missões ou mandatos confiados a administradores nas condições aplicáveis às convenções sujeitas a autorização, em conformidade com as disposições dos artigos L. 225-38 a L. 225-43 do Código Comercial. Este pode também autorizar o reembolso das despesas de viagem e de deslocação e das despesas realizadas pelos administradores no interesse da Sociedade.

TÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO PRESIDENTE, DA DIREÇÃO GERAL E DOS CENSORES

Artigo 12º

O Conselho de Administração determina as orientações da atividade do BNP PARIBAS e certifica-se da sua implementação. Sob reserva dos poderes expressamente atribuídos às Assembleias de acionistas e dentro do limite do objeto social, trata todas as questões ligadas ao bom funcionamento do BNP PARIBAS e resolve pelas suas deliberações os assuntos que lhe dizem respeito. O Conselho de Administração recebe do Presidente ou do Diretor Geral da Sociedade todos os documentos e informações necessários ao cumprimento da sua missão.

As decisões do Conselho de Administração são executadas, ou pelo Presidente, Diretor Geral ou Diretores Gerais delegados, ou por qualquer delegado especial designado pelo Conselho.

Sob proposta do seu Presidente, o Conselho de Administração pode decidir a criação de comités encarregues de missões específicas.

Artigo 13º

O Presidente organiza e dirige os trabalhos do Conselho de Administração, que depois reporta à Assembleia Geral. Certifica-se do bom funcionamento dos órgãos do BNP PARIBAS e assegura-se, em particular, de que os administradores estão aptos a desempenhar a sua missão.

A remuneração do Presidente é fixada livremente pelo Conselho de Administração.

Artigo 14º

Por escolha do Conselho de Administração, a Direção Geral da Sociedade é assumida, sob a sua responsabilidade, ou pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por outra pessoa singular nomeada pelo Conselho e com o título de Diretor Geral.

Esta escolha é levada ao conhecimento dos acionistas e dos terceiros em conformidade com as disposições regulamentares em vigor.

O Conselho de Administração poderá decidir que esta escolha tem um tempo determinado.

Na hipótese de o Conselho decidir que a Direção Geral é assegurada pelo Presidente do Conselho de Administração, as disposições dos presentes Estatutos relativas ao Diretor Geral aplicar-se-ão ao Presidente do Conselho de Administração que assumir, neste caso, o título de Presidente do Conselho de Administração. Este é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 65 anos.

Na hipótese de o Conselho decidir a dissociação das funções, o Presidente é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 68 anos; todavia, o Conselho pode decidir prolongar as funções do Presidente até ao término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 69 anos. O Diretor Geral é considerado automaticamente demissionário no término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 63 anos; todavia, o Conselho pode decidir prolongar as funções do Diretor Geral até ao término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiu a idade de 64 anos.

Artigo 15º

O Diretor Geral é investido dos poderes mais extensos para agir em todas as circunstâncias em nome do BNP PARIBAS. Este exerce os seus poderes dentro do limite do objeto social e sob reserva daqueles que a lei atribui expressamente às Assembleias de acionistas e ao Conselho de Administração.

Este representa o BNP PARIBAS nas suas relações com terceiros. O BNP PARIBAS compromete-se mesmo pelos atos do Diretor Geral que não digam respeito ao objeto social, a não ser que o banco prove que o terceiro sabia que o ato ultrapassava este objeto ou que ele não o podia ignorar atendendo às circunstâncias, ficando excluído que a única publicação dos Estatutos baste para constituir esta.

O Diretor Geral é responsável pela organização e pelos procedimentos de controlo interno e pelo conjunto das informações exigidas pela lei relativamente ao Relatório sobre o controlo interno.

O Conselho de administração pode limitar os poderes do Diretor Geral, mas esta limitação é inoponível a terceiros.

O Diretor Geral pode substituir parcialmente nos seus poderes, de forma temporária ou permanente, tantos mandatários quanto desejar, com ou sem a faculdade de substituir.

A remuneração do Diretor Geral é fixada livremente pelo Conselho de Administração.

O Diretor Geral é revogável a qualquer momento pelo Conselho. Se a revogação for decidida sem justa causa, pode dar lugar a uma indemnização por perdas e danos, exceto quando o Diretor Geral assume as funções do Presidente do Conselho de Administração.

Quando o Diretor Geral é administrador, a duração das suas funções não pode exceder a do seu mandato.

Artigo 16º

Sob proposta do Diretor Geral, o Conselho de Administração pode nomear, dentro dos limites legais, uma ou várias pessoas singulares encarregues de assistir o Diretor Geral, com o título de Diretor Geral delegado.

Em acordo com o Diretor Geral, o Conselho determina a extensão e a duração dos poderes conferidos aos Diretores Gerais delegados. Estes últimos dispõem todavia perante terceiros dos mesmos poderes que o Diretor Geral.

Quando o Diretor Geral cessa ou é impedido de exercer as suas funções, os Diretores Gerais delegados conservam, salvo decisão em contrário do Conselho, as suas funções e as suas atribuições até à nomeação do novo Diretor Geral.

As remunerações dos Diretores Gerais delegados são fixadas livremente pelo Conselho de Administração, por proposta do Diretor Geral.

Os Diretores Gerais delegados são revogáveis a qualquer momento, por proposta do Diretor Geral, pelo Conselho. Se a revogação for decidida sem justa causa, pode dar lugar a uma indemnização por perdas e danos.

Quando um Diretor Geral delegado é administrador, a duração das suas funções não pode exceder a do seu mandato.

As funções dos Diretores Gerais delegados cessam o mais tardar no término da Assembleia Geral deliberando sobre as contas do exercício durante o qual atingiram a idade de 65 anos.

Artigo 17º

Sob proposta do Presidente, o Conselho de Administração pode designar um ou dois censores.

Os censores são convocados e participam com voto consultivo nas reuniões do Conselho de Administração.

São nomeados por seis anos e podem ser reconduzidos nas suas funções, sendo que também pode a qualquer momento ser-lhes colocado um fim em condições semelhantes.

São escolhidos entre os acionistas e podem receber uma remuneração determinada pelo Conselho de Administração.

TÍTULO V

ASSEMBLEIAS DE ACIONISTAS

Artigo 18º

As Assembleias Gerais são compostas por todos os acionistas.

As Assembleias Gerais são convocadas e deliberam nas condições previstas pelo Código Comercial.

Reúnem na sede social ou em qualquer outro lugar indicado na convocatória.

São presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta deste, por um administrador designado para o efeito pela Assembleia.

Qualquer acionista tem o direito, com justificação da sua identidade, de participar nas Assembleias Gerais, assistindo a estas pessoalmente, ou devolvendo um boletim de voto por correspondência ou designando um mandatário.

Esta participação é subordinada ao registo contabilístico dos títulos, seja nas contas de títulos nominativos mantidos pela Sociedade, seja nas contas de títulos ao portador mantidas pelo intermediário mandatado, nos prazos e condições previstos pela regulamentação em vigor. No caso dos títulos ao portador, o registo contabilístico dos títulos é verificado por uma declaração de participação fornecida pelo intermediário mandatado.

A data máxima de retorno dos boletins de voto por correspondência é fixada pelo Conselho de Administração e comunicada na convocatória publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires (BALO)*.

Em todas as Assembleias Gerais, o direito de voto ligado às ações incluindo um direito de usufruto é exercido pelo usufrutuário.

Se o Conselho de Administração assim o decidir no momento da convocatória da Assembleia, a transmissão pública da totalidade da Assembleia por videoconferência ou por quaisquer meios de telecomunicação e teletransmissão, incluindo a Internet, é autorizada. Se tal for o caso, esta decisão é comunicada na convocatória da reunião publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires (BALO)*.

Qualquer acionista poderá igualmente, se o Conselho de Administração assim o decidir no momento da convocatória da Assembleia, participar no voto por videoconferência ou por quaisquer meios de telecomunicação e teletransmissão, incluindo a Internet, nas condições previstas pela regulamentação aplicável no momento da sua utilização. Em caso de utilização de um formulário eletrónico, a assinatura do acionista poderá tomar a forma ou de uma assinatura segura ou de um procedimento fiável de identificação garantindo a sua ligação com o ato ao qual está ligada, podendo nomeadamente consistir num número de identificação e uma palavra passe. Se tal for o caso, esta decisão é comunicada na convocatória da reunião publicada no *Bulletin des Annonces Légales Obligatoires (BALO)*.

TÍTULO VI

REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Artigo 19º

Pelo menos dois Revisores Oficiais de Contas titulares e pelo menos dois Revisores Oficiais de Contas suplentes são nomeados pela Assembleia Geral de acionistas para seis exercícios, cessando as suas funções após aprovação das contas do sexto exercício.

TÍTULO VII

CONTAS ANUAIS

Artigo 20º

O exercício começa a 1 de janeiro e acaba a 31 de dezembro.

No fim de cada exercício, o Conselho de Administração estabelece as contas anuais, assim como um relatório escrito sobre a situação da Sociedade e a atividade da mesma durante o exercício findo.

Artigo 21º

As receitas do exercício, após dedução dos encargos, das amortizações e das provisões, constituem o resultado.

O lucro distribuível é constituído pelo lucro do exercício, deduzido das perdas anteriores, assim como das somas a registar em reserva nos termos da lei e aumentado do resultado transitado beneficiário.

Sobre o lucro distribuível, a Assembleia Geral pode levantar quaisquer quantias para as afetar à dotação de quaisquer reservas facultativas, ordinárias ou extraordinárias, ou para as incluir de novo em resultados transitados.

A Assembleia Geral pode igualmente decidir a distribuição de quantias levantadas das reservas de que dispõe.

Contudo, excetuando o caso de redução de capital, nenhuma distribuição pode ser feita aos acionistas quando os capitais próprios são ou se tornariam, no seguimento desta, inferiores ao montante do capital aumentado das reservas, que a lei ou os Estatutos não permitem distribuir.

A Assembleia pode, em conformidade com as disposições do artigo L.232-18 do Código Comercial, propor aos acionistas uma opção do pagamento do dividendo ou dos adiantamentos sobre dividendo, em todo ou em parte, por entrega de novas ações da Sociedade.

TÍTULO VIII

DISSOLUÇÃO

Artigo 22º

Em caso de dissolução do BNP PARIBAS, os acionistas determinam o modo de liquidação, nomeiam os liquidatários por proposta do Conselho de Administração e, geralmente, assumem todas as funções reservadas à Assembleia Geral dos acionistas de uma sociedade anónima no decorrer da liquidação e até ao seu fecho.

TÍTULO IX

DIFERENDOS

Artigo 23º

Todos os diferendos que possam ser levantadas durante a existência do BNP PARIBAS ou durante a sua liquidação, quer entre os acionistas, quer entre eles e o BNP PARIBAS, à luz dos presentes Estatutos, serão julgadas em conformidade com a lei e submetidas à jurisdição dos tribunais competentes.

8.7 Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados

Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2012

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

Aos Acionistas

BNP Paribas

16, boulevard des Italiens

75009 Paris

Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores,

Na qualidade de Revisores oficiais de contas da vossa sociedade, vimos apresentar-vos o nosso relatório sobre as convenções e compromissos regulamentados. Cabe-nos comunicar-vos, com base nas informações que nos foram dadas, as características e as modalidades essenciais das convenções e compromissos dos quais fomos avisados ou que teríamos verificado por ocasião da nossa missão, sem ter de nos pronunciar sobre a sua utilidade e o seu fundamento nem procurar a existência de outras convenções e compromissos. Deverão, nos termos do artigo R.225-31 do Código Comercial, apreciar o interesse que estava ligado à conclusão destas convenções e compromissos com vista à sua aprovação.

Por outro lado, cabe-nos, se tal for o caso, comunicar-vos as informações previstas no artigo R.225-31 do Código comercial relativas à execução, durante o exercício findo, das convenções e compromissos já aprovados pela Assembleia-geral.

Efetuámos as diligências que considerámos necessárias em conformidade com a doutrina profissional da *Compagnie nationale des commissaires aux comptes* relativa a esta missão. Estas diligências consistiram em verificar a concordância das informações que nos foram dadas com os documentos de base dos quais são oriundas.

CONVENÇÕES E COMPROMISSOS SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Convenções e compromissos autorizados durante o exercício findo

Por aplicação do artigo L.225-40 do Código Comercial, fomos avisados da convenção e do compromisso seguintes que foram alvo da autorização prévia do vosso Conselho de administração

- Convenção concluída entre o BNP Paribas e o Sr. Jean-Laurent Bonnafé relativa à rescisão do contrato de trabalho do Senhor Jean-Laurent Bonnafé (autorizada pelo Conselho de administração de 14 de dezembro de 2012)

Administrador visado :

Senhor Jean-Laurent Bonnafé, Administrador,

Diretor Geral do BNP Paribas.

O Senhor Jean-Laurent Bonnafé aceitou por termo ao seu contrato de trabalho mediante uma convenção assinada com o BNP Paribas em 25 de janeiro de 2013. Esta convenção prevê, em caso de cessação das funções de Diretor Geral do Senhor Jean-Laurent Bonnafé, as disposições seguintes:

INFORMAÇÕES GERAIS

Relatório especial dos Revisores oficiais de contas sobre as convenções e compromissos regulamentados

1. Não será devida nenhuma indemnização de saída ao Senhor Jean-Laurent Bonnafé :
 - em caso de falta grave ou negligência,
 - em caso de não satisfação das condições de desempenho enunciadas no parágrafo 2,
 - ou no que caso em que decida por voluntariamente fim às suas funções de Diretor geral.
2. Se a cessação das funções do Senhor Jean-Laurent Bonnafé intervier fora dos casos referidos no ponto 1, ser-lhe-ia paga uma indemnização condicional calculada da seguinte forma:
 - (a) se, em pelo menos dois dos três anos anteriores à cessação das suas funções de Diretor geral, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé cumpriu pelo menos 80 % dos objetivos quantitativos fixados pelo Conselho de administração para determinação da sua remuneração variável, a referência para o cálculo da sua indemnização seria igual a dois anos da sua última remuneração fixa e variável-alvo anterior à cessação de atividade;
 - (b) caso a taxa de sucesso referida em 2 (a) não tenha sido atingida mas a empresa tenha obtido um resultado líquido parte do Grupo positiva durante dois dos três anos anteriores à cessação da sua atividade, o Senhor Jean-Laurent Bonnafé receberia uma indemnização igual a dois anos da sua remuneração devida no âmbito do anos de 2011.
3. Em caso de cessação das funções durante o ano anterior à data a partir da qual o Senhor Jean-Laurent Bonnafé teria a possibilidade de fazer valer os seus direitos à reforma, a indemnização paga:
 - será limitada à metade da determinada acima,
 - e será submetida às mesmas condições.

CONVENÇÕES E COMPROMISSOS JÁ APROVADOS PELA ASSEMBLEIA GERAL

Convenções e compromissos aprovados durante os exercícios anteriores cuja execução prosseguiu durante o exercício findo

Por aplicação do artigo R. 225-30 do Código comercial, fomos informados de que a execução da convenção seguinte, já aprovada pela Assembleia-geral durante os exercícios anteriores, prosseguiu durante o exercício findo.

- Protocolo fixando as relações com a Axa (autorizado pelo Conselho de administração de 30 de julho de 2010)

Administrador visado:

Senhor Michel Pébereau, Administrador da AXA,

Presidente Honorário – Administrador do BNP Paribas.

O Conselho de administração do BNP Paribas, aquando da sua sessão de 30 de julho de 2010, autorizou a assinatura de um protocolo de acordo (a seguir o «Protocolo») entre a sociedade AXA, por um lado, e a sociedade BNP Paribas por outro lado, cuja natureza, objeto e modalidades essenciais são descritas abaixo.

O protocolo, concluído a 5 de agosto de 2010, entre a sociedade AXA (agindo por conta própria e por conta das empresas do Grupo AXA) e a sociedade BNP Paribas (agindo por conta própria e por conta das empresas do Grupo BNP Paribas), entrou em vigor na data da sua assinatura e substituiu-se a contar dessa data ao anterior protocolo de 15 de dezembro de 2005 do qual haviam sido previamente informados.

O protocolo prevê obrigações de informação recíprocas em caso de movimentos sobre as participações detidas por cada Grupo no outro Grupo

Nos termos do protocolo, as partes consentiram-se igualmente opções de compra recíprocas em caso de mudança de controlo hostil de uma delas: em caso de tomada de controlo maioritário hostil do capital do BNP Paribas por um terceiro, o Grupo AXA terá a faculdade de recomprar tudo ou parte da participação em capital ainda detida pelo grupo BNP Paribas na AXA na data do exercício da opção de compra.

Reciprocamente, em caso de tomada de controlo maioritário hostil do capital da AXA por um terceiro, o Grupo BNP Paribas beneficiará de uma opção de compra idêntica sobre a participação detida pelo grupo AXA no BNP Paribas.

Concluído por um período de três anos a contar de 5 de agosto de 2010, o Protocolo é renovável seguidamente por tácita recondução por períodos sucessivos de um ano cada um, exceto denúncia por uma das partes com um aviso prévio de três meses anterior à data de vencimento.

O protocolo foi alvo de uma publicidade pela Autoridade dos Mercados Financeiros a 9 de agosto de 2010.

- Convenção concluída entre o BNP Paribas e o Senhor Baudouin Prot relativa à rescisão do contrato de trabalho do Senhor Baudouin Prot (autorizada pelo Conselho de administração de 3 de maio de 2011)

Administrador visado :

Senhor Baudouin Prot, Administrador,

Presidente do Conselho de administração do BNP Paribas.

No respeito pelo Código de governo da sociedade AFEP-MEDEF, o BNP Paribas e o Senhor Baudouin Prot decidiram por convenção de 6 de maio de 2011 de por fim ao contrato de trabalho deste último.

Tendo em conta que esta rescisão implica a perda do benefício da indemnização de fim de carreira devida no âmbito dos acordos de empresa em vigor, o BNP Paribas, nos termos desta convenção, compromete-se, desde que o Senhor Baudouin Prot decida o BNP Paribas para se reformar, a pagar-lhe na data da sua saída uma compensação de um valor de 150 000 euros correspondente ao prémio de fim de carreira que teria recebido por aplicação dos acordos acima referidos, se tivesse permanecido como assalariado do BNP Paribas até à sua saída para a reforma.

- Compromisso concluído entre o BNP Paribas e o Senhor Michel Pébereau relativo aos meios colocados à sua disposição no âmbito das suas novas funções de Presidente Honorário (autorizado pelo Conselho de administração de 1 de dezembro de 2011)

Administrador visado :

Senhor Michel Pébereau, Administrador,

- Convenção concluída entre o BNP Paribas e o Sr. Jean-Laurent Bonnafé relativa à rescisão do contrato de trabalho do Senhor Jean-Laurent Bonnafé (autorizada pelo Conselho de administração de 14 de dezembro de 2012)

Administrador visado :

Senhor Jean-Laurent Bonnafé, Administrador,

Diretor Geral do BNP Paribas.

O Senhor Jean-Laurent Bonnafé aceitou por termo ao seu contrato de trabalho mediante uma convenção assinada com o BNP Paribas em 25 de janeiro de 2013. Esta convenção prevê, em caso de cessação das funções de Diretor Geral do Senhor Jean-Laurent Bonnafé, as disposições seguintes:

Presidente Honorário – Administrador
do BNP Paribas.

O Conselho de administração do BNP Paribas, a q u a n d o d a s u a s e s s ã o d e 1 de dezembro de 2011, autorizou a empresa a colocar à disposição do Senhor Michel Pébereau, nomeado Presidente Honorário, um gabinete, uma viatura com motorista e meios de secretariado para lhe permitir realizar as missões que virá a cumprir a pedido da Direção geral no interesse do Grupo BNP Paribas.

Feito em Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, a8 de março de 2013

Os Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
Damien Leurent

PricewaterhouseCoopers Audit
Etienne Boris

Mazars
Hervé Hélias

9

RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS

9.1 Revisores oficiais de contas

438

9.1 Revisores oficiais de contas

Deloitte & Associés
185, avenue Charles de Gaulle
92524 Neuilly-sur-Seine Cedex

PricewaterhouseCoopers Audit
63, rue de Villiers
92208 Neuilly-sur-Seine Cedex

Mazars
61, rue Henri Regnault
92400 Courbevoie

- Deloitte & Associés foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2012 por um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2018 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2017. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 23 de maio de 2006.

Deloitte & Associés é representado pelo Sr. Damien Leurent.

Suplente:

Société BEAS, 195, avenue Charles de Gaulle, Neuilly-sur-Seine (92), identificada no SIREN sob o número 315 172 445 RCS Nanterre.

- PricewaterhouseCoopers Audit foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2012 um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2018 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2017. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 26 de maio de 1994.

PricewaterhouseCoopers Audit é representado pelo Sr. Etienne Boris.

Suplente:

Anik Chaumartin, 63, rue de Villiers, Neuilly-sur-Seine (92).

- Mazars foi reconduzido enquanto Revisor oficial de contas durante a Assembleia-geral de 23 de maio de 2012 um período de 6 exercícios que expirará no término da Assembleia-geral Ordinária chamada a deliberar em 2018 sobre as contas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2017. O seu primeiro mandato foi-lhe confiado pela Assembleia-geral de 23 de maio de 2000.

Mazars é representado pelo Sr. Hervé Hélias.

Suplente:

Michel Barbet-Massin, 61, rue Henri Regnault, Courbevoie (92).

Deloitte & Associés, PricewaterhouseCoopers Audit e Mazars estão registados como Revisores oficiais de contas junto da *Compagnie Régionale des Commissaires aux Comptes de Versailles* e colocados sob a autoridade do « Haut Conseil du Commissariat aux Comptes ».

10

RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA

10.1	Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual	440
10.2	Declaração do responsável	440

10.1 Pessoa responsável pelo Documento de referência e pelo relatório financeiro anual

Sr. Jean-Laurent BONNAFÉ, Diretor Geral do BNP Paribas

10.2 Declaração do responsável

Certifico, após ter tomado todas as medidas razoáveis nesse sentido, que as informações contidas no presente Documento de referência são, segundo tenho conhecimento, conformes à realidade e não incluem qualquer omissão de natureza a alterar o seu alcance.

Certifico, segundo tenho conhecimento, que as contas são estabelecidas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem fiel do património, da situação financeira e do resultado da Sociedade e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e que as informações inerentes ao relatório de gestão, cujo conteúdo consta da tabela de correspondência na página 443, apresentam um quadro fiel da evolução dos negócios, dos resultados e da situação financeira da Sociedade e do conjunto das empresas compreendidas na consolidação assim como uma descrição dos principais riscos e incertezas com os quais são confrontadas.

Obtive dos Revisores oficiais de contas, Deloitte & Associés, PricewaterhouseCoopers Audit e Mazars, uma carta de fim de trabalhos, na qual estes indicam ter procedido à verificação das informações incidindo sobre a situação financeira e as contas fornecidas no presente Documento assim como à leitura de conjunto do Documento.

As contas anuais relativas ao exercício fechado em 31 de dezembro de 2010 apresentadas no Documento de referência depositado junto da AMF sob o número de visto D.11.0116 foram objeto de um relatório dos Revisores legais, que constam das páginas 335 a 336, que contém uma observação.

Feito em Paris, a 9 de março de 2013

O Diretor Geral

Jean-Laurent BONNAFÉ

11 TABELA DE CONCORDÂNCIA

Para facilitar a leitura do Documento de referência, a tabela de concordância seguinte remete para as principais rubricas exigidas pelo anexo 1 do regulamento europeu n° 809/2004 por aplicação da diretiva dita dos «Prospectos».

Rubricas do anexo I do regulamento europeu n° 809/2004		N° de página
1.	Pessoas responsáveis	440
2.	Revisores oficiais de contas	438
3.	Informações financeiras selecionadas	
3.1.	Informações históricas	4
3.2.	Informações intermédias	NA
4.	Fatores de risco	219-321
5.	Informações relativas ao emissor	
5.1.	História e evolução da sociedade	5
5.2.	Investimentos	196-197 ; 372 ; 427
6.	Visão geral das atividades	
6.1.	Principais atividades	6-14 ; 130-133
6.2.	Principais mercados	6-14 ; 130-133
6.3.	Eventos excepcionais	14 ; 88 ; 196
6.4.	Eventual dependência	426
6.5.	Elementos fundadores de todas as declarações do emissor relativamente à sua posição concorrencial	6-14
7.	Organigrama	
7.1.	Descrição sumária	4
7.2.	Lista das filiais importantes	187-194 ; 369-371
8.	Propriedades imobiliárias, fábricas e equipamentos	
8.1.	Imobilização corpórea importante existente ou planificada	158-159 ; 352
8.2.	Questão ambiental podendo influenciar a utilização das imobilizações corpóreas	418-419
9.	Análise da situação financeira e do resultado	
9.1.	Demonstração financeira	104-106 ; 334-335
9.2.	Resultado de exploração	104-105 ; 334
10.	Tesouraria e capitais	
10.1.	Capitais do emissor	108-109
10.2.	Fonte e valor dos fluxos de tesouraria	107
10.3.	Condições de empréstimos contraídos e estrutura financeira	100 ; 209-210
10.4.	Informação relativa a qualquer restrição à utilização dos capitais tendo influído sensivelmente ou podendo influir sensivelmente sobre as operações do emissor	NA
10.5.	Fontes de financiamento esperadas	NA

TABELA DE CONCORDÂNCIA

Rubricas do anexo I do regulamento europeu n°809/2004		N° de página
11.	Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças	NA
12.	Informação sobre as tendências	98-99
13.	Previsões ou estimativas do lucro	NA
14.	Órgãos de administração, de direção e de fiscalização e Direção Geral	
14.1.	Órgãos de administração e de direção	30-43 ; 74
14.2.	Conflito de interesse ao nível dos órgãos de administração e de direção	48 ; 197-207
15.	Remuneração e vantagens	
15.1.	Valor da remuneração paga e vantagens em espécie	43 ; 197-207
15.2.	Valor total dos montantes provisionados ou constatados com vista ao pagamento de pensões, de reformas ou outras vantagens	197-207
16.	Funcionamento dos órgãos de administração e de direção	
16.1.	Data de validade dos atuais mandatos	30-43
16.2.	Contratos de serviço ligando os membros dos órgãos de administração	NA
16.3.	Informações sobre o Comité de auditoria e o Comité das remunerações	54-57 ; 60-62
16.4.	Governo da sociedade em vigor no país de origem do emissor	45
17.	Assalariados	
17.1.	Número de assalariados	390-391 ; 393 ; 395
17.2.	Participação e stock-options	172-177 ; 197-207 ; 402
17.3.	Acordo prevendo uma participação dos assalariados no capital do emissor	401
18.	Principais acionistas	
18.1.	Acionistas detendo mais de 5 % do capital social ou dos direitos de voto	15-16
18.2.	Existência de direitos de voto diferentes	15
18.3.	Controlo do emissor	15-16
18.4.	Acordo conhecido do emissor cuja implementação poderia, numa data posterior, provocar uma alteração do seu controlo	16
19.	Operações com semelhantes	197-208 ; 433-435
20.	Informações financeiras relativas ao património, à demonstração financeira e aos resultados do emissor	
20.1.	Informações financeiras históricas	4 ; 104-213 ; 334-372
20.2.	Informações financeiras pro forma	NA
20.3.	Demonstrações financeiras	104-213 ; 334-367
20.4.	Verificação das informações históricas anuais	214-215 ; 373-374
20.5.	Data das últimas informações financeiras	104 ; 333
20.6.	Informações financeiras intermédias e outras	NA
20.7.	Política de distribuição dos dividendos	24
20.8.	Processos judiciais e de arbitragem	211-212
20.9.	Mudança significativa da situação financeira ou comercial	427
21.	Informações complementares	
21.1.	Capital social	15 ; 178-186 ; 354-356 ; 360-364 ; 428
21.2.	Atos constitutivos e estatutos	428-432
22.	Contratos importantes	426
23.	Informações oriundas de terceiros, declarações de peritos e declarações de interesses	NA
24.	Documentos acessíveis ao público	426
25.	Informações sobre as participações	157-158 ; 187-194 ; 369-371

Para facilitar a leitura do Relatório Financeiro Anual, a tabela temática seguinte permite identificar as principais informações previstas no artigo L.451-1-2 do Código monetário e financeiro.

Relatório Financeiro Anual	Nº de página
Declaração do responsável pelo documento	440
Relatório de gestão	
■ Análise dos resultados, da situação financeira, dos riscos e lista das delegações em matéria de aumento do capital da empresa mãe e do conjunto consolidado (art. L225-100 e L225-100-2 do Código comercial)	76-97 ; 178-186 ; 219-331 ; 351 ; 360-364
■ Informações exigidas pelo artigo L. 225-100-3 do Código comercial relativas aos elementos suscetíveis de terem uma incidência em caso de oferta pública	NA
■ Informações relativas às recompras de ações (art. R. 225-211, al. 2, do Código comercial)	182-183
Demonstrações financeiras	
■ Contas anuais	333-367
■ Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas anuais	373-374
■ Contas consolidadas	101-213
■ Relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas	214-215

Por aplicação do artigo 28º do regulamento 809-2004 sobre os prospets, os elementos seguintes são incluídos por referência:

■ as contas consolidadas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2011, apresentadas respetivamente nas páginas 99 a 205 e 206 a 207 do Documento de referência nº D12-0145 depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 9 de março de 2012;

■ as contas consolidadas do exercício fechado em 31 de dezembro de 2010 e o relatório dos Revisores oficiais de contas sobre as contas consolidadas em 31 de dezembro de 2010, apresentadas respetivamente nas páginas 101 a 253 e 254 a 255 do Documento de referência nº D11-0116 depositado junto da Autoridade dos Mercados Financeiros a 11 de março de 2011.

Os capítulos dos Documentos de referências nº D12-0145 e nº D11-0116 não visados acima são ou sem interesse para o investidor, ou abrangidos noutra local do presente Documento de referência.

Conceção & realização — Labrador +33 [011 53 06 30 ao

O sistema de gestão que rege a impressão deste documento está certificado ISO 14001:2004.

SEDE SOCIAL

16, boulevard des Italiens - 75009 Paris (França)
Tél : +33 (0)1 40 14 45 46

RCS Paris 662 042 449
Sociedade anónima com capital de 2 484 523 922 euros

RELAÇÕES COM OS ACIONISTAS

Tél : +33 (0)1 42 98 21 61 / +33 (0)1 40 14 63 58

www.bnpparibas.com



BNP PARIBAS | O banco de um mundo em mudança